

ANTROPOLÍTICA

54.2

2º QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

ANTROPO LÍTICA

V. 54, N. 2 - 2º quadrimestre 2022

ISSN 2179-7331

Antropolítica	Niterói	v. 54, n. 2	p. 1-458	2. quadri. 2022
---------------	---------	-------------	----------	-----------------

Direitos desta edição reservados à Revista Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia – Avenida Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Campus Gragoatá, Bloco P, sala 211 – São Domingos – CEP: 24.210-201 – Niterói, RJ Brasil – Tel.: 2629-2866 - <https://periodicos.uff.br/antropolitica/index> - E-mail: antropolitica-ff@gmail.com.

Projeto Gráfico: Fabricio Trindade Ferreira

Diagramação: Mayra Laurindo Rabello

Revisão: Rafael Abreu e MC&G Design Editorial

Catalogação-na-Fonte (CIP)

Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia/Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. – n. 1 (1995) – Niterói, RJ: PPGA/UFF, 2022.

ISSN: 2179-7331

v. 54, n. 2 - 2022

Quadrimestral

1. Antropologia. 2. Ciências Sociais. I. Universidade Federal Fluminense. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Reitor

Antonio Claudio da Nóbrega

Vice-Reitor

Fabio Barboza Passos

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação

Andrea Brito Lage

Comissão Editorial da Antropolítica

Deborah Bronz (PPGA/UFF)

Fabio Reis Mota (PPGA/UFF)

Gisele Chagas Fonseca (PPGA/UFF)

Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA/UFF)

Lucia Eilbaum (PPGA/UFF)

Nilton da Silva Santos (PPGA/UFF)

Assistente Editorial

Mayra Laurindo Rabello

Créditos da Capa

Fábio Mallart

Conselho Editorial

Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM)

Arno Vogel (UENF)

Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Clara Saraiva (ULisboa)

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Edmundo Daniel Clímaco dos Santos (Ottawa University)

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

João Baptista Borges Pereira (USP)

Lana Lage de Gama Lima (UENF)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Laura Nader (Berkeley University)

Marc Breviglieri (EHESS)

Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB)

Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)

Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)

Rosana Pinheiro-Machado (University of Bath)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Sofia Tiscórnia (UBA)



NOTA DOS EDITORES

7

DOSSIÊ: “A DITADURA NUNCA TERMINOU”: ETNOGRAFIAS DE TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS

“A DITADURA NUNCA TERMINOU”: ETNOGRAFIAS DE TRANSIÇÕES DEMOCRÁTICAS Taniele Rui, Fábio Mallart	12
A REVOLTA DA FOME: NOTÍCIAS SOBRE O QUEBRA-QUEBRA DE ABRIL DE 1983 E A FABRICAÇÃO DO CONSENSO POLÍTICO Edson Luís de Almeida Teles	22
“PELA REVISÃO DOS PROCESSOS E PENAS DE TODOS OS PRESOS COMUNS!”: AS FORMULAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO SOBRE A VIOLENCIA ESTATAL NA ABERTURA POLÍTICA (1978-1981) Lucas Pedretti Lima	52
DEMONIZAÇÃO E AFETIVIDADE NA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA: A SOCIOLOGIA DA REPRESSÃO DE WILLIAM DA SILVA LIMA Fabio Magalhães Candotti	78
O PASSADO SOMBREIA O PRESENTE: O INDIGENISMO AUTORITÁRIO NA 8 ^a ASSEMBLEIA DE CHEFES INDÍGENAS DE 1977 E SUAS PERMANÊNCIAS Poliene Soares dos Santos Bicalho	102
OS ANOS 1990 E A QUESTÃO DOS MORTOS E DESAPARECIDOS DA DITADURA NO BRASIL Lívia Salgado	125
SAÚDE MENTAL, DIREITOS HUMANOS E REPARAÇÃO NA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO BRASILEIRA: NOTAS PARA UMA GENEALOGIA DO PROJETO CLÍNICAS DO TESTEMUNHO DA COMISSÃO DE ANISTIA NO RIO DE JANEIRO Felipe Magaldi	150
POLÍTICAS DE MEMÓRIA E PRÁTICAS FORENSES: DESAPARECIMENTO, DESIGUALDADES E PRODUÇÃO DA VERDADE NA ARGENTINA E BRASIL Desirée Azevedo, Liliana Sanjurjo	179
DUAS VEZES JORGE: O SILENCIAMENTO COMO PERMANÊNCIA DO AUTORITARISMO NA REPÚBLICA DOMINICANA Victor Miguel Castillo de Macedo	210

ARTIGOS

EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADES EM HORTAS URBANAS FAMILIARES E COMUNITÁRIAS DO SUDOESTE DE BOGOTÁ, COLÔMBIA Michael Cruz Roa, Valdir Frigo Denardin, Mayra Taiza Sulzbach	238
A GESTÃO DA VULNERABILIDADE SOCIAL ENTRE MORADORES DE UMA OCUPAÇÃO NA REGIÃO CENTRAL DO RIO DE JANEIRO: ENTRE MORAR E RESISTIR Michelle Domingues, Priscila Tavares dos Santos	263
MOBILIDADES MARGINAIS NA “ERA DAS FACÇÕES”: ENTRE TRABALHO, FAMÍLIA E CRIME Fernando de Jesus Rodrigues, Adson Amorim	287
“ME CONTE A HISTORINHA”: CONTROVÉRSIAS EM TORNO DA PRODUÇÃO DE JUSTIÇA Ísis de Jesus Garcia	315
AÇÃO COLETIVA E PRODUÇÃO DE SUJEITOS NA CONSTRUÇÃO DE ARENAS PÚBLICAS DA LUTA PELA MORADIA Daniela Ramos Petti	338
UMA SITUAÇÃO SEM PRECEDENTES? TEMPORALIDADES E POLÍTICAS DA “PIOR CRISE DA SAÚDE PÚBLICA” NO RIO DE JANEIRO Lucas Freire	361
DESAFIOS METODOLÓGICOS PARA UMA ETNOGRAFIA DE ARQUIVOS: ESCAVANDO ARQUIVOS PÓS-COLONIAIS EM MOÇAMBIQUE Bruna Triana	385
A VIDA NAS PAREDES POBRES: SENTIDOS, USOS E CONTRADIÇÕES DA STREET ART ENQUANTO POLÍTICA URBANO-CULTURAL José Luís Abalos Júnior	411

TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS

PERSPECTIVAS ANTROPOLÓGICAS SOBRE O TRABALHO: CONCEITOS, ABORDAGENS CLÁSSICAS E TRANSFORMAÇÕES Eeva Kesküla, Cristina Teixeira Marins	436
---	-----

RESENHA

ZONAS VERMELHAS E O SISTEMA DE LIBERDADE CONDICIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE A JUSTIÇA CRIMINAL CANADENSE Ana Paula da Silva	452
---	-----

EDITOR'S NOTE

7

DOSSIER

"THE DICTATORSHIP NEVER ENDED": ETHNOGRAPHIES OF DEMOCRATIC TRANSITIONS Taniele Rui, Fábio Mallart	12
THE HUNGER REVOLT: NEWS ABOUT THE APRIL 1983 QUEBRA-QUEBRA AND THE FABRICATION OF POLITICAL CONSENSUS Edson Luís de Almeida Teles	22
"IN FAVOR OF THE REVISION OF PROCEEDINGS AND PENALTIES OF ALL ORDINARY PRISIONERS!": THE MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO'S THOUGHTS ON STATE VIOLENCE DURING THE DEMOCRATIC OPENING (1978-1981) Lucas Pedretti Lima	52
DEMONIZATION AND AFFECTIVITY IN THE BRAZILIAN DEMOCRATIC TRANSITION: WILLIAM DA SILVA LIMA'S SOCIOLOGY OF REPRESSION Fabio Magalhães Candotti	78
THE PAST OVERSHADOWS THE PRESENT: AUTHORITARIAN INDIGENISM IN THE 8TH ASSEMBLY OF INDIGENOUS CHIEFS OF 1977 AND ITS CONTINUITIES Poliene Soares dos Santos Bicalho	102
THE 1990S AND THE QUESTION OF THE MORTOS E DESAPARECIDOS FROM THE DICTATORSHIP IN BRAZIL Lívia Salgado	125
MENTAL HEALTH, HUMAN RIGHTS, AND REPARATION IN BRAZILIAN TRANSITIONAL JUSTICE: NOTES FOR A GENEALOGY OF THE CLINICS OF TESTIMONY PROJECT OF THE AMNESTY COMMISSION IN RIO DE JANEIRO Felipe Magaldi	150
POLITICS OF MEMORY AND FORENSIC PRACTICES: DISAPPEARANCE, INEQUALITIES, AND THE PRODUCTION OF TRUTH IN ARGENTINA AND BRAZIL Desirée Azevedo, Liliana Sanjurjo	179
TWICE JORGE: SILENCING AS THE PERMANENCE OF THE AUTHORITARIANISM IN THE DOMINICAN REPUBLIC Victor Miguel Castillo de Macedo	210

ARTICLES

EXPRESSIONS OF RECIPROCITY IN FAMILIAR AND COMMUNITY URBAN GARDENS IN SOUTHWEST BOGOTÁ, COLOMBIA Michael Cruz Roa, Valdir Frigo Denardin, Mayra Taiza Sulzbach	238
THE MANAGEMENT OF SOCIAL VULNERABILITY AMONG INFORMAL RESIDENTS OF AN OCCUPATION IN THE CENTRAL REGION OF RIO DE JANEIRO: BETWEEN LIVING AND RESISTING Michelle Domingues, Priscila Tavares dos Santos	263
MARGINAL MOBILITIES UNDER PRISON FANGS' TIMES: AMONGST LABOUR, FAMILY, AND CRIME Fernando de Jesus Rodrigues, Adson Amorim	287
“TELL ME THE TALE”: CONTROVERSIES SURROUNDING THE PRODUCTION OF JUSTICE Ísis de Jesus Garcia	315
COLLECTIVE ACTION AND PRODUCTION OF SUBJECTS IN THE CONSTRUCTION OF PUBLIC ARENAS OF THE STRUGGLE FOR HOUSING Daniela Ramos Petti	338
AN UNPRECEDENTED SITUATION? TEMPORALITIES AND POLITICS OF THE “WORST PUBLIC HEALTH CRISIS” IN RIO DE JANEIRO Lucas Freire	361
METHODOLOGICAL CHALLENGES FOR AN ETHNOGRAPHY OF ARCHIVES: EXCAVATING POST-COLONIAL ARCHIVES IN MOZAMBIQUE Bruna Triana	385
THE LIFE ON THE POOR WALLS: MEANINGS, USES AND CONTRADICTIONS OF STREET ART AS AN URBAN-CULTURAL POLICY José Luís Abalos Júnior	411

TRAJECTORIES AND PERSPECTIVES

ANTHROPOLOGICAL PERSPECTIVES ON WORK: DEFINITIONS, CLASSICAL APPROACHES AND TRANSFORMATIONS Eeva Kesküla, Cristina Teixeira Marins	436
---	-----

REVIEW

RED ZONES AND THE PAROLE SYSTEM: AN ANALYSIS OF CANADIAN CRIMINAL JUSTICE Ana Paula da Silva	452
---	-----

NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 54.2, nesse segundo quadrimestre de 2022.

Nesta edição, incorporamos as respostas de colegas à chamada pública e aberta para organização de Dossiês Temáticos na nossa Revista. Essa iniciativa visa a ampliação e diversificação dos temas, instituições e estados envolvidos no processo de publicação na Revista, bem como do público leitor. A chamada teve um excelente retorno, com vinte e cinco propostas recebidas que foram consideradas pelo Comitê Editorial. As próximas chamadas já estão no processo editorial e/ou com chamadas abertas para submissão artigos. Fiquem atentos ao nosso site (<https://periodicos.uff.br/antropolitica/chamadas>)!

O Dossiê Temático que inaugura essa proposta tem como título **“A ditadura nunca terminou”: repensando marcações temporais acerca das transições democráticas**. Proposto e organizado pelos antropólogos Taniele Rui (Unicamp) e Fábio Mallart (UERJ), o dossiê é composto por nove artigos, além da apresentação assinada pelos organizadores, a seção temática reúne etnografias visando discutir e desafiar marcações temporais que buscam delimitar aquilo que convencionalmente tem se chamado de transição democrática. Os trabalhos, conforme a proposta da chamada pública, tomam essas demarcações como problema de pesquisa e analisam continuidades e ruturas entre *ditadura e democracia* em diferentes campos de pesquisa, em especial naqueles em que a violência institucional e a construção de inimigos internos se revelam como formas de governo de determinados setores da população. Trata-se de um instigante dossiê que nos leva a repensar não apenas o “passado ditatorial”, mas também o “presente democrático”.

Além desse debate, o presente número da Antropolítica traz oito artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista, e um artigo na seção “Trajetórias e Perspectivas”. Por fim, incluímos também uma resenha de um livro da área.

A seção de Artigos inicia com o trabalho **Expressões de reciprocidades em hortas urbanas familiares e comunitárias do sudoeste de Bogotá, Colômbia**, de coautoria de Michael Cruz Roa, Valdir Frigo Denardin e Mayra Taiza Sulzbach, todos da Universidade Federal do Paraná. O artigo descreve e analisa o fenômeno da agricultura urbana na periferia do sudoeste da cidade de Bogotá, na Colômbia, intensificado a partir da metade do século XX com o processo de migração de agricultores à cidade e com o conflito armado no país.



Apresenta dados sobre as hortas familiares e comunitárias, à luz de uma discussão sobre a teoria da reciprocidade, mostrando como são mantidos os laços sociais, a ajuda mútua, a transmissão de saberes, a repartição dos cultivos e a recuperação socioambiental de espaços urbanos.

O artigo seguinte, de autoria de Michelle Domingues (UFF, Santo Antônio de Pádua) e Priscila Tavares dos Santos (Centro Universitário Unifacvest), intitulado **A gestão da vulnerabilidade social entre moradores de uma ocupação na região central do Rio de Janeiro: entre morar e resistir**, propõe uma discussão sobre processos de produção de vulnerabilidade social e de direitos vinculados à luta pelo direito à moradia. Para tanto, o artigo aborda a etnografia realizada pelas autoras com um grupo de famílias trabalhadoras que, por iniciativa autônoma, ocuparam um prédio nas proximidades da Central do Brasil, região central do Rio de Janeiro. O trabalho ainda traz uma reflexão sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 nas condições de vulnerabilidade dessas famílias e a consequente articulação de redes de assistência social e de solidariedade.

Em seguida, o artigo **Mobilidades marginais na “Era das Facções”: entre trabalho, família e crime**, é de coautoria de Fernando de Jesus Rodrigues (UFAL e LACC/LSE, Inglaterra) e de Adson Amorim, doutorando do PPGS/UUFSCar. O artigo apresenta como as mobilidades de jovens se entrelaçam a redes familiares, laborais e criminais, nas periferias urbanas de Alagoas. A análise dá destaque aos conflitos entre polícias e facções e como eles moldam repertórios de mobilidade, como evacuações e migrações. Assim, o artigo permite articular uma discussão sobre as redes estatais, mercantis e familiares que regulam os conflitos entre “sertões” e “fronteiras”.

O artigo que dá continuidade à nossa seção intitula-se **“Me conte a historinha”: Controvérsias em torno da produção de justiça** e é de autoria de Ísis de Jesus Garcia, da UniSociesc. A partir da pesquisa de campo realizada no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), em uma cidade do Estado de Santa Catarina, a autora descreve o processo de produção de “justiça” nos casos classificados na Lei Maria da Penha. A autora identifica uma controvérsia entre a busca pela verdade (“devir-verdade”) e a busca pela justiça (“devir-justiça”), que ora confrontam, ora tangenciam, nas formas de administrar esses conflitos.

A seguir, incluímos o artigo **Ação coletiva e produção de sujeitos na construção de arenas públicas da luta pela moradia**, de Daniela Ramos Petti, doutoranda do PPGAS/UFRJ. Em um campo de discussão que podemos articular com o artigo de Tavares e Domingues, Petti aborda um processo de construção de arenas públicas da luta por moradia no Rio de Janeiro a partir da trajetória de vida de uma moradora de uma favela carioca e da história de um

coletivo de luta pela moradia, o Conselho Popular, que reúne diversas comunidades ameaçadas de remoção, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH/DP-RJ), a Pastoral de Favelas da Igreja Católica e outros apoiadores. A partir da descrição de situações e materiais diversos, o artigo mostra como os atores sociais em situação de ameaça de remoção acionam competências críticas na formulação da categoria de “injustiça” nos processos de luta pelo direito à moradia.

O artigo seguinte **Uma situação sem precedentes? temporalidades e políticas da “pior crise da saúde pública” no Rio de Janeiro** é de autoria de Lucas Freire, vinculado em estágio pós-doutoral ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. O trabalho analisa criticamente a decisão de decretar o “estado de emergência” na saúde pública do estado do Rio de Janeiro, no final de 2015. A partir de entrevistas e diversos materiais documentais, o autor discute o processo de definição hegemônica da crise e como a declaração de uma “crise na saúde pública” pode ser vista como uma operação política-administrativa que caracteriza um modo de governo histórico no Brasil.

O sétimo artigo da seção de temática livre é de autoria de Bruna Triana, da Universidade Federal da Bahia, e intitula-se **Desafios metodológicos para uma etnografia de arquivos: escavando arquivos pós-coloniais em Moçambique**. A partir da experiência de pesquisa em dois arquivos institucionais moçambicanos, a autora reflete sobre os desafios metodológicos para a realização de uma etnografia de arquivos, problematizando desafios, impasses, potencialidades e implicações de algumas táticas nesse campo de pesquisa. Propõe a ideia do arquivo como espaço vivo e dinâmico, de contestação e disputa, ao examinar as disposições contextuais e políticas que operam nesses espaços, tensionando os marcos epistemológicos hegemônicos que enquadram o arquivo como local de salvaguarda da história.

O último artigo da seção, **A vida nas paredes pobres: sentidos, usos e contradições da street art enquanto política urbano-cultural**, de José Luís Abalos Júnior, da Universidad de San Martín, Buenos Aires, Argentina, discute a política de descentralização urbano cultural em Lisboa, Portugal, a partir da etnografia de três experiências de realização do Festival Muro em bairros sociais, afastados da centralidade turística da cidade. Nesses territórios, o artigo busca perceber os efeitos que os projetos de transformação da paisagem tiveram na vida dos bairros e os possíveis impactos de grandes projetos de muralismo vinculados tanto à descentralização cultural, quanto ao desenvolvimento urbano.

Após os artigos livres, segue a seção “Trajetórias e Perspectivas”. A mesma tem como objetivo a publicação de artigos e ensaios que abordem reflexões sobre o fazer antropológico, a partir das experiências e trajetórias de antropólogos brasileiros e estrangeiros, bem como do

histórico de constituição e/ou consolidação de áreas ou campos de pesquisa no Brasil e em outros países.

Neste número, publicamos a tradução **Perspectivas antropológicas sobre o trabalho: conceitos, abordagens clássicas e transformações** de autoria de Eeva Keskula, da School of Humanities, Tallinn University, Estônia. A tradução foi proposta à Revista e elaborada pela antropóloga Cristina Teixeira Marins, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O trabalho apresenta um balanço dos estudos sobre o trabalho, em especial, das abordagens antropológicas sobre o tema. Nessa trajetória, o artigo mostra como o trabalho é, ao mesmo tempo, produtor de sobrevivência, sistema de significados, moralidades e princípios organizadores da sociedade. Por sua vez, evidencia também como essa categoria e dimensão da vida social adquire diversas modalidades e sentidos em múltiplos contextos, desde sociedades pré-industriais a indústrias altamente tecnológicas.

Por fim, o número 54.2 da Antropolítica traz a resenha do livro *Red zones: Criminal law and the territorial governance of marginalized people*, dos autores Marie-Eve Sylvestre, Nicholas Blomley e Céline Bellot, publicado pela Cambridge University Press em 2019. A resenha, elaborada por Ana Paula da Silva, professora da UFF, tem o título **Zonas vermelhas e o sistema de liberdade condicional: Uma análise sobre a justiça criminal canadense**. O livro resenhado trata de uma abordagem interdisciplinar, por meio de pesquisa de campo, de arquivos jurídicos e entrevistas, sobre o sistema de justiça criminal do Canadá, em especial com um olhar crítico sobre os dispositivos legais pautados em estratégias de penas alternativas que visam à liberdade condicional.

Em relação à capa do número, à proposta e escolha dos organizadores do dossiê, publicamos a fotografia de autoria de um deles, o pesquisador Fábio Mallart. A imagem foi produzida em agosto de 2005, na região central de São Paulo, durante mais uma reintegração de posse contra a população sem-teto que ocupava um prédio de cinco andares. Como o autor explica, a ação violenta da Polícia Militar, expressa no spray de pimenta lançado no rosto de manifestantes que protestavam pacificamente, evidencia como a violência estatal é contínua em tempos supostamente democráticos, tema central do dossiê deste número.

Para finalizar, lembramos a nossos leitores que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site (<http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>), no qual podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail (antropoliticauff@gmail.com) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram (@antropoliticauff) e no Twitter (@RAntropolitica).

Boa leitura!



“A ditadura nunca terminou”: etnografias de transições democráticas

“The dictatorship never ended”: ethnographies of democratic transitions

Taniele Rui

Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil

Fábio Mallart

Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Esta apresentação sintetiza o principal incômodo teórico-político deste dossier, a saber, o recurso à violência institucional em governos ditos democráticos, relacionando a manutenção da ordem pública a clivagens sociais de classe/gênero/raça/etnia e a processos de marginalização. Nesse sentido, reconhece a importância das etnografias voltadas à situação de violência estatal no Brasil contemporâneo como importantes para o renovado interesse sobre o legado ditatorial e o passado autoritário.

Palavras-chave: Ditadura-democracia, Violência de Estado, Antropologia política.

ABSTRACT

This presentation summarizes the main theoretical-political questioning of this dossier, namely, the use of institutional violence in so-called democratic governments, relating the maintenance of public order to social cleavages of class/gender/race/ethnicity and to processes of marginalization. In this sense, we recognize the importance of ethnographies focused on the situation of state violence in contemporary Brazil as important for the renewed interest in the dictatorial legacy and the authoritarian past.

Keywords: Dictatorship-democracy, Institutional violence, Political anthropology.

Este dossiê reúne um conjunto de etnografias que constroem delineamentos acerca de *transições democráticas*, desafiando marcações temporais convencionadas e tomando-as como problema de pesquisa. Partimos do pressuposto de que, longe de se restringir a uma prática de governos ditoriais passados, o recurso à violência institucional e a construção de inimigos internos – que afetam diferencialmente determinadas populações e territórios – são instrumentos fundamentais da forma de governo conhecida como democracia.

No Brasil, desde o início da década de 1990, estudiosos da violência e da política constataram que a redemocratização veio acompanhada do aumento do crime violento e dos homicídios, principalmente nas grandes cidades. As chacinas (de Acari, Candelária, Vigário Geral e outras) e os massacres (do Carandiru, Eldorado dos Carajás, Corumbiara e outros) se tornaram recorrentes, os centros urbanos disputaram belicamente o varejo de drogas e a população carcerária, sobretudo a partir de meados dos anos 1990, cresceu de forma vertiginosa. A altíssima permissividade da violência perpetrada por agentes armados e pelo Estado nas periferias urbanas, desde então, faz com que hoje, enquanto muitos ainda rememoram esses anos como os de consolidação da democracia e de expansão de direitos, nas periferias e favelas é comum que o período seja lembrado como “a época das guerras” (FELTRAN, 2012).

Três décadas já se passaram. Hoje, o Brasil tem cerca de 900.000 presos¹ (quantos milhões de ex-presidiários?), milhares de pessoas circulando entre unidades de internação para adolescentes, comunidades terapêuticas, centros de acolhida e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico; outros milhares vivendo nas ruas, vários corpos enterrados não identificados. Muitas famílias estão adoecidas por terem seus filhos vitimados, desaparecidos. Não bastasse o luto ou a *humilhação* na visita de seus entes presos, essas mesmas famílias estão submetidas a todo tipo de violência e violação por parte das forças policiais. As chacinas voltaram às manchetes de jornais. Durante a pandemia de COVID-19 ocorreu a maior chacina da história da cidade do Rio de Janeiro, no Jacarezinho. Os grupos armados ordenam territórios urbanos e o cotidiano dos moradores das periferias brasileiras. Facções, milícias, justiceiros, seguranças particulares e as forças policiais intercambiam - e também disputam - tecnologias de controle, áreas urbanas e muito dinheiro, legal e ilegal.

Expressões como “*guerra às drogas*”, “*guerra ao crime*”, “*guerra contra a subversão*”, “*guerra ao terror*”, mas também “*inimigo*”, “*cidadão de bem*”, “*revolução*”, “*comunistas*”, “*marxismo cultural*” e “*ideologia*” são correntes na vida social e política contemporânea,

¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2022/06/pandemia-pode-ter-levado-brasil-a-ter-recorde-historico-de-919651-presos.ghml>. Acesso em: 22 de jul. 2022.

oferecendo termos de um debate público aniquilado, ele mesmo violento. Nunca é demais lembrar que, em 2016, durante o golpe parlamentar sofrido por Dilma Rousseff, presidente democraticamente eleita, o então deputado Jair Bolsonaro enalteceu a memória de Carlos Alberto Brilhante Ustra, primeiro militar condenado pela justiça brasileira pela prática de tortura durante a ditadura militar.

No mesmo ano de 2016, completava-se uma década dos crimes de maio de 2006 – episódio no qual, ao longo de uma semana, as forças policiais paulistas mataram ao menos 400 civis. Foi também nesse ano que o *I Encontro Internacional de Mães de vítimas da violência do Estado*, ao seu final, lançou uma carta-manifesto contundente, da qual destacamos o seguinte trecho, de onde extraímos o título do dossiê:

No exato momento em que o Brasil enfrenta um novo golpe institucional contra todos os trabalhadores e trabalhadoras, nós gostaríamos de reforçar aqui que nós nunca nos iludimos com aquilo que muitas valorosas companheiras e companheiros nossos vinham chamando de “governo democrático-popular”: com todo o respeito, companheirxs, nós sabemos – sentimos na pele e em nossas almas, todos os santos dias – **que a Ditadura nunca havia terminado para o nosso Povo Negro, Indígena, Pobre e Periférico**. Temos como provar isso, começando pelas cicatrizes de nossos próprios corpos junto aos dos nossos meninos mortos ou desaparecidos forçadamente por este “Estado Democrático de Direita”. Como já disse há uma cota o poeta Mano Brown Racionais: ‘pra quem vive na Guerra, a Paz nunca existiu’. **Pra quem vive nas Favelas, no Campo e nas Periferias afora do Brasil atual, a Ditadura nunca terminou.** (MÃES DE MAIO, 2016, n. p., grifos nossos).

Movida e desbloqueada pela experiência da dor e do luto, a controvérsia teórica e política das mães propõe o Estado como violador contínuo das populações marginalizadas. E nos provoca a pensar sobre as acomodações que, sob o dualismo que separa formalmente os períodos autoritário e democrático, seguem posicionando a segurança pública entre soberania e cidadania. A potência dessa crítica, como bem observou Desirée Azevedo (2019), reside bem mais do que nos fatos denunciados; reside, sobretudo, na maneira como a democracia é interpelada, relacionando a manutenção da ordem pública dita democrática a clivagens sociais de classe/gênero/raça/etnia e a processos de marginalização. E vai além: não assume - porque contradito pela experiência cravada “na pele e em nossas almas”, “nas cicatrizes de nossos corpos” - a transição democrática. Nesse sentido, a potência desta crítica implica em olhar para os processos sócio-históricos que, a longo prazo, distribuem desigualmente as promessas de segurança entre a população como alicerces de dispositivos repressivos capazes de transitar fluidamente entre a defesa nacional e a defesa da sociedade frente às ameaças cotidianas.

Seria adequado caracterizar tais dispositivos como “heranças” ou “resquícios” de um passado ditatorial, ou como desdobramento de uma transição política incompleta ou falha?

Trata-se de um mero problema de mal funcionamento das instituições penais, reparável por meio de tecnologias humanitárias? Nos acostumamos a pensar sobre um Estado permeável à linguagem dos direitos, a ser avaliado, cobrado e reformado em busca de seu “adequado funcionamento”, democrático e humanitário. Mas – eis a aposta – não haveria rendimentos analíticos e políticos em abandonar a racionalidade institucional e a temporalidade linear como premissas de nossas reflexões sobre a transição política?

Movidos por essas inquietações, em 2020, realizamos o GT “Transições democráticas e Controle Social”, na 32^a Reunião Brasileira de Antropologia, promovida de modo online devido à pandemia de Covid-19. Ao longo de duas seções debatemos alguns trabalhos que são agora aprimorados para o presente dossiê. Ausentes deste conjunto, mas fundamentais no debate realizado, destacamos as participações de Adalton Marques, Evandro Cruz Silva, Paulo Gajanigo, Matheus Almeida e Roberta Canheu. E incorporadas a partir da chamada pública, elegemos as ótimas contribuições de Edson Telles, Poliene Soares e Lívia Salgado para ampliação desta rede de interlocução.

Embora cada artigo possa ser lido separadamente, gostaríamos de salientar que é como conjunto que a organização aqui proposta ganha força. Há ao menos três eixos comuns que atravessam os textos e que merecem uma breve explanação.

O primeiro eixo diz respeito ao tempo estendido das reflexões. Muitas etnografias atravessam os anos 1970 e estabelecem rupturas e continuidades - mais continuidade que ruptura - com o tempo presente, a partir de diferentes exercícios narrativos e de variados tratamentos das fontes e da revisão bibliográfica. Nesse aspecto, é notável não só o debate com a historiografia da ditadura ou com o campo humanitário da justiça de transição, mas a contribuição da antropologia e das etnografias recentes sobre mobilizações sociais e políticas em contextos de violência em democracia para a interpelação do que aqui chamamos de *transição democrática*.

Como se verá em muitos textos, é o tempo presente, as questões da luta política de familiares vítimas de violência do Estado democrático e os desdobramentos contemporâneos das lutas por memória, justiça e reparação que oferecem uma lente privilegiada por meio da qual os passados ditoriais, o legado autoritário e os processos transicionais são perspectivados. A partir desse interesse renovado, provocado pelas “repetições infernais” (BENJAMIN, 1985) do agora, é possível complexificar as disputas em jogo naquele momento, bem como tornar mais audível as críticas desde então formuladas, como se lerá, por autoridades indígenas e pelo movimento negro unificado acerca da clivagem implicada na atribuição da violência política e nas disputas em torno de quais sujeitos sociais tiveram condições de se afirmar enquanto

vítimas da ditadura e quantos outros foram excluídos desse reconhecimento.

O segundo eixo alude mais especificamente ao debate em torno do que no campo humanitário global é chamado de *justiça de transição*. Sem tomá-lo tão somente como conjunto de recomendações prescritivas, os textos em tela observam não apenas os sentidos e as práticas múltiplas da categoria reparação, mas também as controvérsias que tal categoria oculta. Quais os sujeitos coletivos que podem ser reparados? O que seria, de fato e de direito, reparar? Quais os limites de um processo de reparação chancelado pelo Estado?

Tais questões se (re)colocam a partir de diversas situações aqui analisadas. À luz da mobilização da Comissão Nacional da Verdade, da assistência psicológica às vítimas (e familiares) da violência de Estado durante a ditadura e em democracia, do *giro forense* e a sua contribuição para a instituição do que pode ser compreendido como “a verdade”. Este conjunto de textos torna evidente como o processo de transição democrática brasileiro foi controlado pelos militares, indicando o Estado brasileiro como agente central da produção da memória sobre o passado ditatorial. O leitor observará as consequências evidentes desse controle na limitação de conquistas dos movimentos de familiares, na delimitação do número de vítimas reconhecido pelo Estado, na indisponibilização dos arquivos das forças armadas para consulta pública e, sobretudo, na insistente presença de militares em cargos públicos e de autoridade nos sequentes governos democráticos. O caso brasileiro é aqui perspectivado com o que se passou em outros dois países, na Argentina e na República Dominicana. O contraste é extremamente elucidativo por evidenciar como desigualdades sociais e raciais distintas atravessam os processos de inscrição política sobre a memória e a reparação.

O terceiro eixo, desdobrado a partir dos outros dois, refere-se ao fato de que todos os textos tornam evidente como o reconhecimento desigual e hierárquico das vidas reconhecidas como políticas atravessa os governos autoritários e democráticos: quem tem sua fala reconhecida numa comunidade política, quem tem conferido o reconhecimento social do sofrimento, quem são os mortos e desaparecidos pela violência de Estado, quais violências são apreendidas como ilegítimas... É o enfrentamento radical de como operam tais clivagens que torna possível a afirmação mais geral deste dossiê de que para amplos setores e grupos sociais o desembarque na democracia seja desprovido de experiência e sentido.

Abrindo o conjunto de textos, o artigo de Edson Telles, intitulado “A revolta da fome. Notícias sobre o Quebra-quebra de abril de 1983 e a fabricação do consenso político”, se debruça sobre um evento específico para colaborar com a reflexão sobre a cidadania política na transição democrática. Mostra como os saques promovidos por desempregados e populares das periferias de São Paulo foram silenciados pela imprensa e pelo governo “de abertura”. Se havia alguma esperança de que o processo de redemocratização iria reconfigurar a escuta e a ação dos aparatos estatais para o problema da desigualdade e da miséria, Telles demonstra como houve a fabricação de um discurso consensual sobre o episódio e como a narrativa da imprensa legitimou a narrativa da transição controlada por instituições autorizadas, com forte condução por parte do governo ditatorial. Discursivamente, o inimigo da suposta democracia passaria a ser, através do par pobreza/criminalidade, o sujeito negro, pobre e periférico. O processo de transição, nesse sentido, preparava o terreno para não se perder o controle sobre as ruas e tornava evidente, como expresso numa das fontes consultadas, que “nem quebrando eles ouvem a gente”.

Lucas Pedretti, ao colocar no centro de suas reflexões o período da abertura política, nos mostra, no artigo ““Pela revisão dos processos e penas de todos os presos comuns!”: as formulações do Movimento Negro Unificado sobre a violência estatal na abertura política (1978-1981)”, como o Movimento Negro Unificado (MNU) questionou, em dois momentos, a dicotomia entre *presos políticos* e *presos comuns*, que caracterizava o debate público no contexto anterior e posterior à Lei de Anistia de 1979. Longe de ser encarada como um dado objetivo, tal clivagem não é natural, mas histórica e socialmente produzida. Nessa direção, o autor evidencia quem eram os presos que poderiam ser nomeados como políticos e mostra como a tática do MNU era discutir o caráter político da chamada violência *comum*, explicando a criminalidade pelo prisma da desigualdade socioeconômica e racial e, portanto, politizando as ações que levavam os indivíduos ao encarceramento. Pedretti observa uma gramática negra contra a violência do Estado já na transição, “pela revisão dos processos e penas de todos os presos comuns” – daí o título do artigo.

O tema deste artigo dialoga com o seguinte, “*Demonização e afetividade* na transição democrática brasileira: a sociologia da *repressão* de William da Silva Lima”. Fábio Magalhães Candotti caminha lado a lado desse pensador que, desde 1961, passou boa parte de seus dias no sistema penitenciário fluminense – em meio às torturas, tiros e pauladas. Porém, não para analisar a perspectiva do autor, mas para aliar-se ao seu pensamento e à sua sociologia prisioneira. Por meio dos escritos de Lima, vislumbra-se a transformação do sistema carcerário e da segurança pública do Rio de Janeiro, materializada na invenção de uma espécie de dispositivo de “crime

organizado”, que veio ao mundo requerendo a expansão da maquinaria policial e carcerária. Se por um lado, essa sociologia da repressão lança luz sobre o processo de demonização dos presos, os quais são considerados ainda mais perigosos em virtude de serem taxados de “organizados”, por outro, ela nos fornece uma chave analítica para a compreensão daquilo que mantém unidos e vivos sujeitos submetidos a uma vida invivível: a afetividade.

Com diferentes ênfases e intensidades, os artigos aqui reunidos sublinham o fato de que a violência estatal, antes e depois da transição democrática, afeta de forma diferencial determinadas populações – negras, pobres e periféricas. Em ressonância a tais ponderações, Poliene Bicalho, tendo como base os relatos de lideranças indígenas estampados na ata da 8^a Assembleia de Chefes Indígenas, ocorrida em 1977, analisa as continuidades, sem desprezar algumas rupturas, das práticas autoritárias inerentes ao período da ditadura militar. Ao puxar alguns fios históricos, e inclusive ao sistematizá-los em um quadro, a autora demonstra como os problemas relacionados às demarcações e regularizações de terras indígenas persistem na atualidade – “o passado sombreia o presente”. Ao passo que os relatos indígenas mostram as várias formas de violência sofridas nos anos de chumbo (inclusive as contradições da política indigenista praticada pela Funai), estes também clarificam a resistência e a luta contra os aparatos estatais opressores, que só é possível “juntando forças”.

Enfocando a emergência da Lei nº 9.140/1995, Lívia Salgado, em “Os anos 1990 e a questão dos mortos e desaparecidos da ditadura no Brasil”, se atém ao modo como essa lei lidou com aqueles que foram vítimas da violência, observando como familiares, militares e estado trataram do tema dos mortos e desaparecidos e disputaram o sentido dessas categorias. O surgimento da legislação arrasta consigo a produção de um grupo singular de atingidos, forjando sujeitos de direitos específicos. Como demonstra a autora, com a sanção da referida lei, a temática dos mortos e desaparecidos foi inserida no campo burocrático; estabeleceram-se seleções e determinações, em suma, fabricou-se um grupo específico de vítimas, lançando luz sobre alguns e sepultando outros. É dessa forma que os atingidos pela ditadura expressos na legislação são aqueles que o regime militar, incorporando parte da demanda dos familiares, informou estarem mortos ou desaparecidos, sobretudo, homens jovens, estudantes universitários, guerrilheiros e brancos.

Situado no cruzamento entre “saúde mental, direitos humanos e reparação na justiça de transição brasileira”, o artigo de Felipe Magaldi, “Saúde mental, direitos humanos e reparação na justiça de transição brasileira: notas para uma genealogia do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia no Rio de Janeiro” acompanha as memórias e os itinerários militantes de grupos e atores sociais comprometidos com o estabelecimento de uma política pública de

reparação psíquica aos atingidos pela violência de Estado durante a ditadura. O autor centra o seu esforço analítico no período que compreende meados da década de 1990, com a atuação dos movimentos sociais e a gênese das políticas de reparação, até meados dos anos 2010, com a emergência do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia. Além de destacar a imbricação entre o campo da saúde mental e dos direitos humanos (que não se resume a uma mera psicologização da política), o autor sublinha que a noção de reparação psíquica surgiu como um efeito crítico das disputas pelos sentidos do Estado, bem como das controvérsias em torno da acepção administrativo-financeira da reparação.

Em “Políticas de memória e práticas forenses: desaparecimento, desigualdades e produção da verdade na Argentina e no Brasil”, Desirée Azevedo e Liliana Sanjurjo nos brindam com uma potente análise comparativa entre os trabalhos de identificação de sujeitos desaparecidos desenvolvidos pelo Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF), no cemitério de Avellaneda, situado na província de Buenos Aires, e o Grupo de Trabalho Perus (GTP), no cemitério de Perus, localizado na cidade de São Paulo. Tendo como objetivo a problematização acerca da transição ditadura/democracia a partir da produção forense de evidências sobre as vítimas da violência estatal, as autoras realçam alguns processos sociais que levam à atribuição desigual de (ir)relevância aos mortos e seus corpos. Por meio das análises empreendidas, observa-se como as desigualdades sociais constitutivas de cada um dos países se traduzem em distintas economias políticas de busca e de identificação de desaparecidos/as. Ademais, longe de tomar a transição ditadura/democracia como explicação, as autoras a concebem como problema a ser compreendido.

Se as reflexões acerca do Brasil e da Argentina em torno da transição política são por demais instigantes – na Argentina, por exemplo, houve a condenação penal dos comandantes das Juntas Militares por tribunais civis –, em “Duas vezes Jorge”, Victor Miguel, por meio de fragmentos da vida de um revolucionário e seu filho, se debruça sobre a ausência de transição política na República Dominicana da década de 1960. Ao demonstrar o silêncio que circunda as violências estatais e paraestatais que decorreram dos conflitos da Revolução de Abril de 1965, o autor evidencia que em um local no qual não houve tribunais e nem comissões para a busca de verdade, justiça e memória é imprescindível que escutemos os sobreviventes a partir dos quadros que eles mesmos tecem. Como bem diz o autor, “a sensação de que a democracia como idealmente imaginada não venha a se concretizar é constante para as populações negras dos países latino-americanos e caribenhos”.

Convidando à leitura dos artigos, não poderíamos deixar de agradecer à equipe editorial da Antropolítica, que nos apoiou e nos orientou em cada etapa deste processo. Fica registrado também o agradecimento especial à Adalton Marques, Desirée Azevedo e Liliana Sanjurjo, cujos trabalhos pioneiros têm sido fundamentais à renovação dos assuntos aqui tratados. Esse dossiê começa com conversas que travamos juntos e que agora encontram espaço público de elaboração. Editado em agosto de 2022, dois meses antes da eleição que deve destituir Jair Bolsonaro do poder, a leitura dos textos nos lembra que a extensão de direitos e o freio da violência institucional dirigida às populações historicamente marginalizadas persistem como desafio democrático e urgente.

REFERÊNCIAS

1. AZEVEDO, Desirée de Lemos. Reavivar o dissenso. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 451-458, mai-ago 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/viewFile/25125/20922>. Acesso em: 22 jul. 2022.
2. BENJAMIN, Walter. **Teses sobre os conceitos de história**. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1985.
3. MÃES DE MAIO. Carta Final do I Encontro Internacional das MÃes de Vítimas da Violência do Estado. **Justiça Global**, 13 maio 2016. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/carta-final-do-i-encontro-internacional-das-maes-de-vitimas-da-violencia-do-estado/>. Acesso em: 22 jul. 2022.
4. FELTRAN, Gabriel. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 6, n. 2, 2012. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/118>. Acesso em: 22 jul. 2022.

Taniele Rui

Professora do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. Doutora em Antropologia Social (2012) pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1111-1111>

orcid.org/0000-0002-2404-3959. Colaboração: Redação e Revisão. E-mail: tanielerui@gmail.com

Fábio Mallart

Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, mestre em Antropologia Social pela mesma instituição. Pesquisador de pós-doutorado pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9033-030X>. Colaboração: Redação e Revisão. E-mail: fabiomallart@gmail.com

A revolta da fome: notícias sobre o quebra-quebra de abril de 1983 e a fabricação do consenso político

The hunger revolt: news about the april 1983 *quebra-quebra* and the fabrication of political consensus

Edson Luís de Almeida Teles

Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Trata-se de um artigo sobre o quebra-quebra de abril de 1983, a revolta dos desempregados na cidade de São Paulo contra a situação de fome, insuflada pelo momento político de transição para a democracia. Procuramos demonstrar a fabricação de um discurso hegemônico crítico aos protestos. Utilizamos essencialmente as narrativas contidas na grande mídia paulista (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *Veja*). Trabalhamos com a hipótese de que se fortaleceu naquele momento um discurso do consenso, cujos efeitos foram a limitação da ação das lutas sociais e a consolidação do processo controlado pelas principais forças institucionalizadas. O texto se divide em três partes, a primeira se volta aos acontecimentos; a segunda aborda a acusação de que os protestos foram manipulados; e a terceira se ocupa dos elementos revoltosos.

Palavras-chave: Ditadura, Transição, Saques, Consenso, Democracia.

Recebido em 23 de fevereiro de 2022.

Avaliador A: 11 de maio de 2022.

Avaliador B: 22 de maio de 2022.

Aceito em 30 de junho de 2022.

ABSTRACT

This is an article on the April 1983 *quebra-quebra*, the revolt of the unemployed in the city of São Paulo against the situation of hunger, fueled by the political moment of transition to democracy. We seek to demonstrate the fabrication of a hegemonic discourse critical to the protests. We essentially used the narratives contained in the major São Paulo media outlets (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* and *Veja*). We work with the hypothesis that a consensus discourse was strengthened at that moment, the effects of which were the limitation of the action of social struggles and the consolidation of the process controlled by the main institutionalized forces. The text is divided into three parts: the first one is about the events; the second explores the accusation in the sense that the protests were manipulated; the third and final part focuses the revolting elements.

Keywords: Dictatorship, Transition, Riots, Consensus, Democracy.

INTRODUÇÃO

Entendemos a transição entre o regime civil-militar¹ e o estado de direito como um momento determinante da democracia pós-ditadura. A transição se caracterizou por uma ambiguidade: um processo político que representou a ruptura entre dois regimes, mas foi marcado por certa continuidade. Concomitante a avanços democráticos como a volta dos civis, às eleições e a uma nova Constituição, o processo de transição significou igualmente o investimento na sofisticação de estruturas violentas e autoritárias. O período de “abertura”, que o presidente Ernesto Geisel anunciou como sendo um processo “lento, gradual e seguro”, foi amplamente controlado pelos militares². Ademais, contou com acordos (explícitos ou implícitos)

1 Sociólogos e historiadores com percurso de pesquisa sobre a ditadura têm utilizado o termo “civil-militar” para indicar a participação de setores civis na preparação do Golpe de 1964 e na manutenção e estruturação do regime de exceção, com presença inclusive nos aparelhos repressivos. Diversos setores teriam aderido, notadamente empresas e empresários que viram no regime autoritário uma oportunidade de efetivar seus interesses. Para conhecer as primeiras discussões sobre o termo “regime civil-militar” ver *O fantasma da revolução* (RIDENTI, 1996) e *Exílio. Entre raízes e radares* (ROLLEMBERG, 1999). Sobre a relação entre empresários e a ditadura ver a coletânea *Empresariado e ditadura no Brasil* (CAMPOS, BRANDÃO e LEMOS, 2020).

2 O general presidente Ernesto Geisel assumiu a Presidência do país em março de 1974. Uma de suas falas ficou famosa, justamente a que daria o tom do processo “lento, gradual e seguro” para a abertura controlada pelo regime. Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, aquele seria o ano com mais casos de desaparecimentos políticos, indicando a possível intenção de eliminar lideranças políticas à esquerda e esconder as evidências ligadas a essas eliminações, facilitando a condução “segura” da reabertura (CNV, 2014). Num documento do Departamento

aceitos de bom grado ou impostos e patrocinados pelas principais forças de oposição.

Além das tímidas mudanças institucionais se modificou também o discurso da guerra existente na ditadura, que propugnava a existência de um inimigo interno à pátria que deveria ser eliminado (discurso formulado no contexto da Guerra Fria e baseado na ideologia da Doutrina de Segurança Nacional³). Um outro discurso surgiu: o da paz e da reconciliação, visando a instituir um caráter cordial, ordeiro e trabalhador ao brasileiro.

No início dos anos 1980, principalmente em 1983, sob o impacto de lutas sociais radicalizadas, a ambiguidade entre os dois discursos foi colaborando para a montagem de uma narrativa acerca do que seria a ação política democrática. Ainda no calor dos acontecimentos, Bresser-Pereira argumenta que um pacto político e social se estabeleceu na estendida “abertura”, em oposição à “democratização”, funcionando como uma “estratégia dos detentores do poder para conceder sempre o menos possível, postergando a democratização” (BRESSER-PEREIRA, 1985, p. 129). Buscava-se criar um acordo em torno do discurso de superação do passado de violência de modo a reunir as principais forças políticas autorizadas pela reabertura, as mesmas forças que participariam da governança democrática nos anos seguintes.

O complexo processo de transição envolveu a fabricação de um “clima de abertura” que não se restringisse à esfera da política institucional, também circulando em aspectos da vida social, ensejando diversas práticas (GAJANIGO, 2020, p. 162). Tratava-se de produzir “uma autoimagem social do período”, aspecto que comporia a produção de um discurso do consenso em torno das saídas institucionais e estatais. Contudo o passado violento permanecia, fosse através da manutenção de uma segurança pública militarizada (VIANA, 2021), fosse por meio do fantasma de um recuo autoritário no processo de redemocratização. Para Sérgio Adorno,

de Estado norte-americano tornado público em 2018 pelo pesquisador Matias Spektor, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/SP), William Colby, diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) dos EUA, descreveu uma reunião do recém-empossado Geisel, em maio de 1974, com os generais Milton Tavares de Souza, João Batista Figueiredo e Confúcio Danton de Paula Avelino, os dois últimos respectivamente chefes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Centro de Informações do Exército (CIE). No documento consta a autorização de Geisel para a continuação da política de extermínio dos opositores, contudo, com o controle central do chefe do SNI. Há ainda o relato do general Milton de que as “cerca de 104 pessoas, nessa categoria [supostos subversivos], haviam sido executadas sumariamente pelo CIE” (o documento original está disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99>; Acesso em: 23 jan. 2022). Lembramos ainda que se viviam acontecimentos marcantes: os efeitos do Ato Institucional nº 5, que estatizou plenamente a violência política; as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, ambas ocorridas devido às torturas nas dependências do 2º Exército, em São Paulo; e o fechamento do Congresso Nacional, em abril de 1977, visando a garantir eleições indiretas e senadores biônicos (um terço desses parlamentares eram indicados pelos militares, sem passar pelas urnas), entre outras ações.

3 A Doutrina de Segurança Nacional foi elaborada nas Forças Armadas a partir dos contatos com militares norte-americanos após o fim da Segunda Guerra Mundial. A construção de um discurso de militarização do país e sua divulgação no território nacional ocorreram sob a direção da Escola Superior de Guerra (ESG), instituição que mais formou oficiais para cargos de governo durante a ditadura (COMBLIN, 1978; COUTO E SILVA, 1967).

apesar dos avanços democráticos realizados, em particular com a Constituição de 1988, não houve um “efetivo controle do aparato repressivo por parte do poder civil. Neste domínio, parece não ter havido efetiva desmobilização das forças repressivas comprometidas com o regime autoritário” (ADORNO, 1996, p. 66).

Neste artigo procuramos mostrar – por meio de um acontecimento pontual, mas significativo – um aspecto da transição que sofreu e segue sofrendo silenciamento e invisibilização por parte da narrativa tradicional. Trazemos o modo como foram noticiados o quebra-quebra de abril de 1983 na cidade de São Paulo e suas repercussões e implicações à época. Trata-se da *revolta da fome*, na qual trabalhadores desempregados e populares das periferias da cidade se sublevaram contra a ordem social, na expectativa de que o processo político de redemocratização pudesse reorganizar a escuta do Estado para o grave problema da desigualdade e da miséria.

Entendemos que retomar a história do processo de transição por meio da revolta de 1983, “exatamente este eixo contraditório e decisório para a mudança social que é subestimado” (MOURA, 1988, p. 22), pode abrir perspectivas de análise e colaborar para a compreensão da democracia pós-ditadura. Acrescente-se que, por trás do discurso hegemônico, silenciaram-se saberes e falas menores, advindos dos que se encontravam nos fluxos cotidianos de sobrevivência e de luta constante. Procuramos pensar no revoltoso “como força dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico [...]. Neste sentido procuramos trazer elementos novos, alguns não muito novos mas desprezados, para melhor compreender a essência do processo” (MOURA, 1981, p. 16).

Buscamos reconstruir os fatos e debates relacionados aos acontecimentos de abril de 1983 por meio de textos dos principais veículos da mídia impressa do período no estado de São Paulo, especialmente os jornais *Folha de S.Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, mas também por meio do jornal *Notícias Populares* e da revista *Veja*. As escolhas procuraram fazer emergir dois cenários: 1) os fatos que conotavam a revolta e os conflitos com as “forças da ordem” e 2) as análises sobre a revolta (encarada como espontânea ou premeditada, fora de controle ou organizada) e o tamanho da repressão e da resistência.

A partir dos registros na mídia, selecionamos falas, gestos e atos dos atores que tiveram espaço no evento: governadores, partidos políticos, lideranças de esquerda e da oposição, sindicalistas, a Igreja Católica e a grande mídia, além de representantes do regime civil-militar. Ainda foi possível resgatar, especialmente no primeiro dia de cobertura da imprensa, as falas dos que estiveram nos saques e nos conflitos com a polícia. Logo, contudo, a mídia os silenciou, tendo em vista que corroboravam a tese de uma ação vulcânica de protestos e acúmulos de

lutas sociais, dificultando a acusação de manipulação por parte de grupos extremistas. Essa movimentação na linha editorial parece corroborar a tese de que houve, por parte do processo de “abertura”, uma censura com vistas a favorecer o diálogo do projeto controlado de transição com setores da sociedade civil (DUARTE, 1985, p. 189-190). O silenciamento das narrativas dos revoltosos nos dias posteriores seria o resultado da prática de se produzir um ambiente favorável a uma redemocratização moderada. Em certa medida – e a flexibilidade na cobertura midiática parece denotar isto –, o processo de “abertura” controlada demonstrou uma complexa estratégia de ritmar a transição, garantindo que a oposição e os movimentos sociais não se fortalecessem o suficiente (CODATO, 2005). Bresser-Pereira (1985) identifica na transição uma vitória discursiva do governo ditatorial, quando evoca um modelo político de cima para baixo e centralizado.

Há algumas outras fontes de pesquisa sobre o quebra-quebra de 1983, além da que escolhemos, que consultamos para melhor nos localizar entre as narrativas e informações. São debates acadêmicos e intelectuais suscitados pelo evento; documentos e materiais de divulgação dos movimentos sociais, em especial o sindical; um inquérito policial; e a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o desemprego (ALESP, 1983), entre outras fontes. O artigo indica os resultados parciais obtidos através de seu *corpus* principal, cuja escolha se deveu à hipótese vislumbrada de que, com o auxílio da mídia, fabricou-se um discurso do consenso sobre como seriam o processo de transição e a democracia que viria. Consideramos ainda que na política do consenso os danos sofridos pelo sujeito político não geram mais a manifestação ou o aparecimento de um litígio (RANCIÈRE, 1996). Pelo contrário: ocorre uma objetivação da falta por meio de seu tratamento terapêutico, com a definição da incapacidade do sujeito dos protestos de conduzir autonomamente o caráter político de suas ações.

Não buscamos esgotar a história do quebra-quebra, mas resgatar os acontecimentos com o objetivo de trazer à tona, em meio aos efeitos dos protestos, o discurso consensual sobre a transição, cujos efeitos edificaram uma dupla face: por um lado, esse discurso contribuiu para a desqualificação da ação política situada fora do controle das instituições; por outro lado, se estabeleceu uma órbita política além da qual nenhuma força nem ação poderia existir, legitimando a transição controlada pelas instituições autorizadas, fortemente conduzida pelo governo ditatorial.

A ERUPÇÃO DA REVOLTA

Não se sabe ao certo o fato disparador das ações do quebra-quebra no dia 4 de abril de 1983. Duas ou três mil pessoas se reuniram no Largo 13 de Maio, no tradicional bairro de Santo Amaro, da cidade de São Paulo. Pediam emprego e pareciam sentir que seriam ouvidos em vista do processo de redemocratização. Cerca de três semanas antes, os primeiros governadores eleitos desde o golpe de 1964 haviam tomado posse. Em São Paulo fora eleito Franco Montoro, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com a promessa de um governo participativo que respeitasse os direitos humanos⁴. Em seu discurso de posse, ele propôs ao povo “o que lhe tem sido sempre negado: o direito de participar do processo decisório e de escolher seus próprios caminhos” (MONTORO, 2009, p. 306).

Calculava-se em um milhão e meio o número de desempregados na Grande São Paulo, o que representava 20% da força de trabalho. Outros 40% se encontravam em condição de subemprego. A inflação ultrapassou os 10% somente no mês de março de 1983. Nos três primeiros meses, acumulou 27% (DIEESE, 1984, p. 80-81). Era nesse contexto que, às segundas-feiras, mobilizados pelos boatos de que alguma indústria estaria contratando trabalhadores, multidões percorriam os portões das fábricas. Era o suficiente para que as principais avenidas se assemelhassem a pequenas passeatas de desempregados. A crise econômica do país caminhava em outro sentido.

No domingo, dia 3 de abril, espalhou-se a informação sobre a abertura de cerca de 300 vagas na indústria Q-Refres-Ko. A notícia era falsa, porém, e a raiva gerada pela situação fez com que o grupo à procura de emprego engrossasse um protesto previamente convocado para o Largo 13 de Maio. Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, “a equipe de Aurélio Perez, ligada ao PC do B, aproximou-se dos desempregados e convenceu-os a prosseguir, em passeata, até o largo Treze de Maio” (GRUPOS..., 1983, p. 9).

Naquela manhã ensolarada, os desempregados se transformaram em manifestantes e

4 Nas eleições de 15 de novembro de 1982, nos primeiros escrutínios diretos para o cargo de governador de Estado desde o Golpe de 1964, vários candidatos de oposição à ditadura foram eleitos, com destaque para a Região Sudeste: Gerson Camata (Espírito Santo, do PMDB), Tancredo Neves (Minas Gerais, do PMDB), Leonel Brizola (Rio de Janeiro, do Partido Democrático Trabalhista - PDT) e Franco Montoro (São Paulo, do PMDB). Dos 22 estados que existiam à época, 10 elegeram candidatos de partidos da oposição (nove do PMDB e um do PDT). Em 1980, em um dos passos da abertura controlada e “segura”, foi autorizada a criação de cinco partidos: o Partido Democrático Social (PDS), do governo; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), próximo ao governo; e os três partidos de oposição, o PMDB; o Partido dos Trabalhadores (PT); e o PDT.

partiram em passeata. Alguns relatos falam de ações repressivas da Polícia Militar quando o grupo passava pela Administração Regional de Santo Amaro por volta das 8h50, o que teria sido o suficiente para explodir a revolta.

No retorno ao Largo, às 9h, os manifestantes saquearam o supermercado Barateiro. Em 10 minutos, o cenário do protesto transformara-se num levante popular. A repressão, um discurso inflamado, a movimentação da passeata, o cansaço da repetição das desgraças, as laranjas:

Um braço ergueu-se no meio da multidão que começava a avançar e, rápido, alcançou a carroçaria de um caminhão Mercedes-Benz estacionado no Largo 13 de Maio, centro nervoso do bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Ao exibir o troféu que conquistara – uma das 40.000 laranjas amontoadas na carroceria –, um grupo desvinculou-se do bloco de 2.000 participantes de uma passeata de protesto contra o desemprego, que minutos antes iniciara seu deslocamento rumo à Assembléia Legislativa, atacou o caminhão – e logo dezenas, centenas de laranjas passaram a devastar as vitrines das lojas nas cercanias. Essa artilharia de frutas, desencadeada às 10 horas do dia 4 de abril de 1983, foi o primeiro e violento aviso de que um imenso barril de pólvora estava prestes a explodir na maior cidade brasileira. Nas 48 horas seguintes, São Paulo viveu sob a sensação de que a paz estava assassinada nas ruas (NEGROS..., 1983, p. 26).

O título da matéria, “Negros dias de abril”, já indicava o inconsciente racista do país. O povo, os negros e os periféricos foram reduzidos a coisas manipuladas pelos grupos extremistas na versão da conservadora revista *Veja*: o “(...) aviso claro foi dado pela subversão de extrema-esquerda, que se lança à sua mais séria ofensiva desde a onda terrorista do final da década de 60 e início da de 70” (CARTA, 1983, p. 21).

O recém-empossado governador Franco Montoro decidira enviar o caminhão da Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) com as laranjas, talvez com o intuito de diminuir o sofrimento dos desempregados. Contudo os manifestantes pareciam não querer diminuir sua precariedade nem atenuar um sofrimento, mas resolver o problema da falta de trabalho e de comida. Não imploravam – exigiam emprego. E acreditavam que no processo de transição para a democracia ocorreria alguma mudança na escuta.

Houve a tentativa de controlar os protestos, sem o recurso à repressão policial, através de um acordo entre o deputado federal Aurélio Peres, do PMDB⁵, com o governo Montoro. O secretário de Segurança, Manoel Pedro Pimentel, foi orientado a colocar a PM nas ruas e “esperar, sem nenhum tipo de ação, pois o deputado Aurélio Perez [...] tentaria conter a

5 Com extrema restrição de organização legal e sob a lei eleitoral da Ditadura, os grupos de esquerda atuavam dentro dos partidos autorizados, especialmente no PT e no PMDB. Aurélio Peres foi eleito duas vezes (1978 e 1982) com o apoio do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

multidão. O deputado bem que tentou. Chegou até a falar em nome do governador Montoro, pedindo à multidão que parasse o quebra-quebra” (MODERAÇÃO..., 1983, p. 42), porém já era tarde para a tentativa de condução institucional.

Uma das principais ações do quebra-quebra foi o saque. A força ingovernável da multidão em revolta não podia ser contida, ganhando o “caráter vulcânico [...] da interrupção, da insurreição e da esperança” (MBEMBE, 2018, p. 271 e 277):

“Meu Deus, cadê o dono daí? A gente pode pegar tudo, desse jeito?”. Essas perguntas eram feitas por uma mulher – cerca de 30 anos, grávida, descalça, cabelos escorridos e vestido roto – que, empurrada por uma multidão, entrava no supermercado [...].

[...]

Primeiro, entraram três garotos. Passaram a mão em uns sacos de arroz e de farinha, numas panelas de pressão que estavam perto dos caixas e saíram correndo. Quando a gente ainda estava meio assustado, querendo correr atrás dos garotos, veio aquela multidão. Eram mais de 300 pessoas. Não deu para controlar nada. (“MEU..., 1983, p.14).

O caos da revolta era uma cena cotidiana no imaginário do país⁶. Ainda assim, o quebra-quebra assustou Pindoba, nome de um palhaço que trabalhava para o comércio da região que parecia querer batizar a revolta, ao dizer que nunca viu “nada igual nessa vida [...], é a guerra da fome” (ORGANIZADORES..., 1983, Caderno Local, p.13).

Era fato que o povo passava fome⁷. Durante o saque a uma mercearia, 12 pessoas foram detidas: uma mulher, duas crianças e nove homens. Um deles, José Bernardo, mecânico desempregado havia dois anos, explicou seus motivos: “Eu queria levar pelo menos um pão com sardinha para meus filhos. Era só para matar a fome deles. Eu nunca roubei” (NA PERIFERIA..., 1983, Caderno Local, p. 12). Em outra localidade dos extremos da Zona Sul paulistana, a proprietária de um comércio saqueado analisava a situação a partir de critérios semelhantes aos de João: “Os políticos não resolvem esta situação. O governo nada faz para evitar atos desse tipo. O povo está com fome” (COMERCIANTES..., 1983, Caderno Local, p. 12).

6 Para ter uma ideia, entre o final de agosto e o início de novembro ocorreram ao menos 70 saques a estabelecimentos e vários quebra-quebras, especialmente contra ônibus e trens e nas estações (MARQUES, 2018, p. 85). As revoltas foram relativamente comuns nos anos de transição, ocorrendo nas principais cidades do país e em distintos momentos (FERREIRA, 2008; NAPOLITANO, 1995; ZALUAR, 1985; MOISÉS e MARTINEZ-ALIER, 1978).

7 Passados poucos meses desde o início de 1983, na região metropolitana de São Paulo cerca de 430 mil pessoas perderam o emprego e 43% das famílias viviam com até um salário-mínimo (KOWARICK e CAMPANÁRIO, 1994, p. 64). Em abril de 1983, o salário-mínimo era de Cr\$ 23.568,00; atualizado para o mês de fevereiro de 2022, o valor seria de aproximadamente R\$ 680,00 (usamos para o cálculo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Atualmente o salário-mínimo é de R\$ 1.212,00 (valor em fevereiro de 2022), praticamente o dobro do valor atualizado de 1983.

Até a hora do almoço, a situação já estava fora do controle de qualquer instituição, liderança ou polícia. Pelo menos três supermercados, além de vários pequenos e médios comércios, haviam sido saqueados, e vários ônibus foram quebrados. Com paus e pedras, os revoltosos enfrentavam a ação violenta da Polícia Militar, que avançava com golpes de cassetete, bombas de gás lacrimogênio e de efeito moral e tiros para o alto. Entre as 15h e as 16h, quando tudo parecia acalmar-se, um comício com cerca de 1.000 pessoas se formou e uma passeata saiu em direção à Assembleia Legislativa.

Ao mesmo tempo, cerca de 700 manifestantes cercaram a 11ª Delegacia de Polícia (DP) para tentar libertar as dezenas de presos, mas foram violentamente reprimidos pela Polícia Militar, restando um saldo de outras dezenas de presos e muitos feridos. Às 19h a tentativa se repetiu. Em ambas as oportunidades, a Polícia Civil interveio com disparos para o alto. Nesse primeiro dia, houve cerca de 150 presos e apenas 6 já respondiam por algum inquérito policial (UM DIA..., 1983, p. 42), o que permitiu que, após fichados, apenas dois adultos permanecessem confinados e quatro adolescentes fossem enviados para a Febem (antiga instituição para adolescentes em conflito com a lei).

No fim da tarde, o grupo principal que se dirigiu à Assembleia Legislativa, após tentar ocupar o prédio, foi recebido por parlamentares em um plenário da casa legislativa. Ao final do encontro, sem obter algo de concreto, o grupo se dirigiu à avenida, cercou e tomou quatro ônibus que circulavam e, com eles, se dirigiram aos bairros da Zona Sul, ponto de partida da revolta.

À noite, novos saques e protestos alimentavam o cenário de batalha. Das 18h em diante, num efeito cascata, a revolta se alastrou para outros bairros mais profundos da Zona Sul da cidade. Em vários pontos se ouviam os gritos: “temos fome, temos fome” (PASSEATA..., 1983, Caderno Local, p. 13). Os carros da Polícia Militar passaram a circular em grupos, receosos de se tornar alvos, e uma viatura do serviço de trânsito foi virada. Vários veículos da polícia foram apedrejados. Quando viaturas se deslocavam para um ponto com um episódio de saque, rapidamente o lugar se esvaziava, e outro local era atacado. “‘Não sabemos mais o que fazer. Ninguém segura essa gente’, afirmou, nervoso, um oficial da Polícia Militar” (PASSEATA..., 1983, Caderno Local, p. 13).

O segundo dia da revolta se iniciou sob forte tensão, anunciada na capa do jornal *Folha de S.Paulo*: “O 2º Exército entra em regime de prontidão. A violência se alastra e Montoro promete ordem” (A VIOLÊNCIA..., 1983a, p. 1). Logo pela manhã uma passeata com mais de 1.000 pessoas saiu do Largo 13 de Maio e se dirigiu ao Palácio de Governo. Enquanto isso, em Santo Amaro, a PM batia em todos, indiscriminadamente, e “o que se viu, a partir daí, foi um

fluxo e refluxo da violência policial para conter os tumultos”, que se iniciavam quando palavras de ordem eram “gritadas por manifestantes, ou apenas frases repetidas por pequenos grupos” (FORTE..., 1983, p. 12): “um, dois, três, quatro, cinco mil, ou para o desemprego, ou paramos o Brasil” e “Chora Figueiredo, Figueiredo chora, chora Figueiredo, que chegou a sua hora” (MANIFESTANTES..., 1983, p. 12), entre outras.

Às 11h, os primeiros manifestantes estavam em frente ao Palácio. “Alguns participantes do movimento começaram a balançar as grades, até arrancar um pedaço de aproximadamente dois metros. Nesse instante, os líderes da manifestação perderam o controle” (MANIFESTANTES..., 1983, p. 12). Impacientes, os revoltosos derrubaram mais 100 metros de grades e entraram em conflito com a Tropa de Choque durante as duas horas seguintes. No jardim, a PM distribuía pancadas e bombas, enquanto os manifestantes gritavam “agora eu quero ver o Montoro receber”. Exigiam uma reunião com o governador, o que de fato ocorreu somente às 12h50. Acalmaram-se os ânimos e abriu-se um canal de diálogo.

Enquanto governo e a comissão de representantes conversavam, populares arremessavam “pedras contra vidraças das luxuosas mansões do Morumbi” (MANIFESTANTES..., 1983, Caderno Local, p. 10), bairro onde se localiza a sede do governo. Somente às 14h20, em ônibus fornecidos pelo Estado, é que os manifestantes começam a sair, diante da promessa de respostas num encontro a ser realizado no dia seguinte.

No período da tarde, o governador Montoro se reuniu com representantes das federações das indústrias, da agricultura e do comércio e com alguns sindicalistas. A pauta era uma saída acordada para o fim da revolta e em consonância com o processo de transição consensual. Enquanto discutiam as formas institucionais de controle, os protestos se expandiram para o restante da cidade, com destaque para a região central. Ao final do segundo dia, algumas centenas de manifestantes entraram numa batalha contra policiais da Tropa de Choque, na Praça da República. Centenas de manifestantes haviam sido detidos e algumas dezenas foram atendidas em hospitais.

No terceiro e último dia de revolta, São Paulo amanheceu fortemente militarizada. Para legitimar a repressão, a Delegacia Geral da Polícia Civil anunciou que “as reuniões a céu aberto que se tentar realizar, sem prévia comunicação ao departamento competente, estão sujeitas à ação policial compatível” (PORTARIA..., 1983, Caderno Local, p. 10). Ainda assim houve choques generalizados na Praça da Sé, com conflitos que se seguiram por praticamente cinco horas e atingiram toda a região central da cidade, cujo comércio permaneceu o dia inteiro fechado.

O Comitê de Luta Contra o Desemprego, em sua faceta institucionalizada, passou a

apoiar o governo Montoro e instrumentalizar a crítica ao governo federal. Na nota “Ao Povo de São Paulo”, do dia 8 de abril, o comitê registra o reconhecimento dos esforços do governador: “sabemos que estas medidas não irão resolver os nossos problemas, mas ajudarão muito. O problema do desemprego no Brasil só será solucionado atacando-se a atual política social e econômica do governo militar” (COMITÊ..., 1983, p. 2).

Na quinta-feira, a cidade de São Paulo acordou com medo, totalmente sitiada pelas forças militarizadas. Assim acabaram os três dias da maior revolta popular paulistana das últimas décadas. “A paz voltou ontem a São Paulo, garantida pela presença ostensiva de forças policiais no Centro e em Santo Amaro. [...] O chefe do Comando de Policiamento da Capital, coronel João Pessoa do Nascimento, divulgou um balanço dos incidentes: 566 detidos, 127 feridos, 15 veículos particulares e 7 da polícia danificados, 48 saques, 5 facas apreendidas” (UM DIA..., 1983, p. 1).

Os protestos e saques ecoaram nos meses seguintes, mas a militarização e o discurso do consenso impuseram aos poucos o silêncio em torno da revolta. O ano de 1983 respiraria a atmosfera da revolta: veria os protestos vulcânicos serem asfixiados pela repressão estatal e o controle político ser retomado pelas forças autorizadas.

O SILENCIAMENTO DAS RUAS

A disputa de narrativas acerca do caráter espontâneo ou manipulado da revolta foi o cerne dos debates sobre o lugar político que teriam as lutas sociais. A cada dia, por vezes no mesmo dia, os principais personagens, à esquerda ou à direita, modificavam seu posicionamento. Desde o primeiro dia se identificou a canalização dos discursos institucionais para dois pontos convergentes: (1) a manipulação dos populares pela ação de grupos extremistas; (2) a visão dos sem qualificação e despossuídos de autonomia de ação como subjetivações políticas insuficientes para atuar enquanto protagonistas dos protestos. Ambos os pontos forçariam a adoção de um discurso moderado e conciliador visando a evitar os extremos, em favor da ordem e da “abertura” controlada.

A primeira convergência teve uma única querela em torno da autoria da assinatura dos atos escusos: se teriam sido da extrema-direita ou da extrema-esquerda (ou mesmo de criminosos “comuns”). Contudo, do primeiro para o quarto dia, houve uma concordância sobre a existência de um sujeito oculto e estranho à revolta. O segundo ponto de convergência, decorrente da

primeira observação, acerca da desqualificação do caráter político das lutas sociais, foi um passo fundamental para uma transição conservadora. As convergências auxiliaram na produção discursiva de um consenso fundado na norma e na ordem institucional (RANCIÈRE, 1996) que pugnava a defesa da “abertura” através do esquema controlado e proposto pela ditadura, com a anuência e o apoio das principais forças institucionalizadas e de oposição. Para as lutas sociais, além do silenciamento de suas demandas, houve uma tendência de criminalização das subjetividades em revolta.

Aparentemente na condição de sociólogo, o senador Fernando Henrique Cardoso apontou parte dos limites da democracia ao argumentar que

[...] os setores conservadores da sociedade passaram a dar gritos de alarme para paralisar as tendências democratizadoras. [...] Existe uma tentativa de condicionar o governo Montoro, utilizando-se o fantasma da revolta social e da extrema esquerda. (CARDOSO, 1983, Seção Opinião, p. 2)

O espectro funcionou como artefato político para garantir normas estabilizantes das relações sociais e políticas.

Reginaldo Prandi, professor da USP, indicou que a questão de fundo da revolta seria a transição:

A promessa da abertura democrática é a luz no fim do túnel [...] e o pacto das urnas previa cobranças imediatas. [...] Essa massa, que traz para São Paulo o impensado saque, veio mostrar para seu novo governo o imperativo da prioridade inadiável. (PRANDI, 1983, Seção Tendências / Debates, p. 3)

Algo interessante para o nosso argumento: o artigo procura desmontar a tese da manipulação, ao ressaltar o significado político da revolta.

A *Folha de S.Paulo* reconheceu num editorial que “poucas vezes, na história social moderna, uma cidade terá sido jogada em tal estado de pânico e desespero”. Adensando o discurso da produção do consenso, o jornal defendeu que em “ambos os lados se sucedem manifestações apontando para a possibilidade desse acordo”, visando evitar uma “ação cada vez mais desenvolta das franjas radicais postadas no raio político do País” (UM ESPECTRO..., 1983, Seção Opinião, p. 2).

Logo na manhã do terceiro dia lia-se no editorial de *O Estado de S. Paulo* o alerta de que “o processo da abertura democrática e da construção do Estado de Direito foi violentado nestes dois últimos dias de maneira irrecuperável”. Acrescentou que os fatos “provam à saciedade que o assim designado Movimento contra o Desemprego (...) é integrado por elementos que, na atividade sindical, se colocam claramente à esquerda e disso não fazem mistério” (SÃO...,

1983, Seção Notas e Informações, p. 3). Sob um olhar conservador, o jornal desqualificava o protesto devido à presença de militantes da esquerda, como se a filiação ideológica devesse restringir a participação na política democrática.

No âmbito parlamentar, as primeiras reações da oposição indicavam uma maior porosidade às demandas. O deputado estadual Vanderlei Macris (PMDB) ponderou, após conversa com os manifestantes que chegaram à Assembleia Legislativa: “É um movimento bastante agressivo por reivindicação de trabalho. [...] Alguns manifestantes, ao fazerem suas reivindicações, pediram-me água e comida” (GRUPO..., 1983, Caderno Local, p. 14). Ainda no primeiro dia de protestos, a vereadora Luiza Erundina (PT) insistia, diante dos repórteres e dos representantes do governo, que os manifestantes eram desempregados, sem liderança e desesperados pela situação de fome e com a falta de perspectivas (GRUPO..., 1983, Caderno Local, p. 14). O presidente nacional do PMDB, Ulysses Guimarães, responsabilizou o governo ditatorial ao advertir “que o arbítrio, o modelo econômico e a sujeição do país ao Fundo Monetário Internacional iriam resultar no elevado índice de desemprego e levar expressivas camadas da população ao desespero” (MONTORO..., 1983, p. 15).

Por meio de nota pública⁸, o Partido dos Trabalhadores (PT) afirmava que

[...] é possível que haja dentro dessas manifestações a ação de provocadores. [...] Isto, porém, não deve servir para descharacterizar o sentido das manifestações surgidas em Santo Amaro, na segunda-feira. No essencial, trata-se de um movimento de desempregados, desorganizados e sem direção, desesperados com a situação vivida por eles mesmos e suas famílias. (PARTIDO..., 1983, Caderno Local, p. 11)

Na noite do dia 5 de abril se reuniram em Brasília os líderes no Congresso Nacional dos três partidos de oposição (PDT, PT e PMDB), num encontro organizado pelo senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB). Segundo o jornal *Folha de S.Paulo*, os parlamentares “foram unâimes em reconhecer a espontaneidade inicial do movimento e a legitimidade das reivindicações mas atribuíram a intensidade dessas manifestações a infiltrações” (INTERPRETAÇÕES..., 1983, Caderno Local, p. 10).

De Brasília, o presidente general João Batista Figueiredo determinou a mobilização da 2^a Divisão do Exército Brasileiro e propugnou ser

[...] essencial que, pelo exemplo do equilíbrio e da moderação, a classe política restaure e preserve a confiança do povo brasileiro na funcionalidade das instituições

8 Nota da Executiva Estadual de São Paulo do Partido dos Trabalhadores (PT) com o título “Onde o PT esteve nas manifestações de São Paulo”, de 8 de abril de 1983. Foi publicada na íntegra no jornal *Folha de S.Paulo* do dia 9 de abril de 1983.

democráticas, em sua eficácia como instrumento da promoção da prosperidade e da felicidade de cada cidadão. (FIGUEIREDO..., 1983, p. 1).

Defendeu também o controle da transição exercido pelo governo militar: “A abertura democrática constitui processo de reforma gradual e pacífica da sociedade; não é licença para a subversão da ordem e das instituições” (FIGUEIREDO..., 1983, Seção Últimas notícias, p. 2). Para o líder do governo na Câmara Federal à época, o deputado Nelson Marchezan (PDS), os protestos partiram “de grupos extremados, que têm interesse em desestabilizar o processo democrático do presidente Figueiredo. Não podemos permitir que o debate ordenado derive para a anarquia” (MARCHEZAN..., 1983, Caderno Local, p. 11).

Em apoio à “abertura lenta, gradual e segura”, o senador José Sarney disse que esperava que o governador Montoro identificasse “os grupos que [...] se aproveitaram do justo movimento dos trabalhadores desempregados para desestabilizar o seu governo” (NO CONGRESSO..., 1983, Caderno Local, p. 11). Posição semelhante foi adotada pelo governador Leonel Brizola (PDT): “não vi multidões, quando lá estive, e sim alguns grupos que se moviam provocando agitação” (PARA BRIZOLA..., 1983, Caderno Local, p. 11). Acrescentava ainda o entendimento de que havia espectros políticos no processo de transição: “A nova ordem democrática que se inicia no País é o alvo. E os interessados nesses distúrbios talvez queiram aumentar o seu cacife nessa nova correlação de forças” (BRIZOLA..., 1983, Caderno Local, p.14). Para o governador de Minas Gerais Tancredo Neves (PMDB), os atos foram “dirigidos e comandados com o objetivo de desestabilizar a ordem política brasileira” (A VIOLÊNCIA..., 1983a, p. 1).

No Palácio dos Bandeirantes, logo após a ocupação do jardim e da batalha campal que se seguiu, os três governadores de oposição reunidos, Montoro, Tancredo e Brizola, soltaram uma nota conjunta: pediam calma à população e que evitassem “manifestações violentas, que só servem aos inimigos da democracia” (GOVERNADORES..., 1983, Caderno Local, p. 9). Na noite do segundo dia de revolta, em rede de rádio e televisão, o governador Franco Montoro falou da existência de um “plano concertado de pequenos grupos, com o objetivo de tumultuar a reorganização democrática”. E acrescentou: “os trabalhadores, os empresários, os comerciantes podem ficar seguros. Reafirmando minhas profundas convicções democráticas, declaro que a ordem pública será mantida” (GOVERNADOR..., 1983, p. 14). Havia um temor de que o processo de transição poderia ser interrompido.

Segundo o secretário de Segurança Pública Manoel Pedro Pimentel: “A impressão que nós temos é de que esse movimento envolve diversos grupos das mais diversas facções e das mais diversas origens” (PIMENTEL..., 1983, Caderno Local, p. 13). Ele opinou que a extinção

do antigo Dops⁹ em março de 1983 prejudicou a repressão ao movimento. “Eu sempre fui contra a transferência do Dops para a Polícia Federal, e agora ficou evidente a importância de um órgão de seu nível” (PIMENTEL..., 1983, Caderno Local, p. 13). A posição foi corroborada pelo próprio governador, quando afirmou que “sempre desejamos ter esse serviço de informações. O convênio foi rescindido à nossa revelia, com o nosso protesto” (MONTORO..., 1983, p. 9).

Um editorial de *O Estado de S. Paulo* também defendeu

[...] a necessidade de um trabalho policial voltado para a obtenção de informações prévias referentes a convulsões sociais. [...] Em vez de uma cirurgia destinada a extirpar o que estivesse deteriorado, os novos governantes preferiram amaldiçoar. (A IMAGEM..., 1983, Seção Notas e Informações, p. 3).

Segundo o argumento, a questão não era a natureza da instituição, mas um problema de funcionalidade, o que se resolveria com ordem democrática e direitos humanos. Como se a transição fomentasse “a capacidade institucional de regular e fiscalizar seus processos, minimizando seus incontornáveis, porém necessários, males” (MARQUES, 2018, p. 39).

Em uma das principais estratégias de desqualificação das ações, os protestos tornaram-se um problema de segurança pública com a criminalização dos manifestantes e dos atos políticos. O delegado Romeu Tuma, superintendente da Polícia Federal e ex-diretor do Dops de São Paulo, também defendeu a estratégia: “O Código Penal está aí, com vários de seus artigos violados, para ser aplicado” (A POLÍCIA..., 1983, p. 15). O ministro da Justiça Ibraim Abi Ackel condenou os protestos: “Eu não tenho nenhuma dúvida em conceituar os acontecimentos como problema de segurança” (MURILO..., 1983, Caderno Local, p.11).

Corroborando a versão da manipulação dos atos, o SNI produziu um relatório no qual “doze integrantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B) foram citados nominalmente (...) como participantes dos incidentes” (A VIOLÊNCIA..., 1983b, p. 1). Segundo Carlos Átila, porta-voz da presidência da República, “todos eles estão empregados, o que prova que tiveram participação de cunho político” (A VIOLÊNCIA..., 1983b, p. 1). No jornal *Folha de S.Paulo*, lia-se que investigações do governo do Estado “indicaram a participação nos distúrbios de pessoas ligadas à administração estadual anterior e também da organização de esquerda Convergência Socialista” (A VIOLÊNCIA..., 1983b, p. 1).

Em resposta à acusação de manipulação por parte do partido, o dirigente nacional do

9 O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) foi criado em 30 de dezembro de 1924 e durou quase 60 anos. Atuou com mais destaque em sua história, não sem motivos, nas duas ditaduras do século XX, a do Estado Novo e a da ditadura militar, atuando como polícia política do Estado brasileiro cuja função era fazer o controle dos “inimigos” da ordem.

PCdoB, João Amazonas, disse que “certamente o SNI, como instrumento do regime de arbítrio, tem interesse em desorientar a opinião pública e esconder os verdadeiros elementos que se encontram por trás da pilhagem no centro de São Paulo” (OPINIÕES, 1983, p. 13). Negou a participação de seu partido e acusou a “extrema-direita” de radicalizar o movimento dos desempregados, colocando em dúvida o caráter político do protesto ao nomear os saques como “pilhagem”. Fazendo eco às investigações da Secretaria de Segurança Pública, o deputado federal Aurélio Peres (PMDB) declarou que “setores da direita e da facção trotskista do PT infiltraram-se no movimento de desempregados para praticar atos de vandalismo, [...] tentando desestabilizar o governo Montoro e, com isso, prejudicar o processo de abertura” (OPINIÕES, 1983, p. 13). Por sua vez, a Convergência Socialista distribuiu uma nota em que se lia: “Os responsáveis são o governo militar, que tem uma política de arrocho e de desemprego, e o governo estadual de Montoro, que ajuda a aplicá-la em São Paulo” (CONVERGÊNCIA..., 1983, p. 14).

O movimento sindical, em risco de perder o controle dos protestos de trabalhadores, se mobilizou. De acordo com o presidente do Sindicato dos Marceneiros, Joel Alves de Oliveira, “a forma desorganizada com que tudo está ocorrendo só atrapalha, e por isto surgiu o desejo de tentar direcionar o movimento” (PERSONAGENS..., 1983, p. 20). Hugo Perez, da Pró-CUT (a favor da construção da Central Única dos Trabalhadores), alegou que “os sindicatos precisam assumi-lo como um todo, liderando, organizando, dando direção e evitando, a qualquer custo, o saque e o quebra-quebra” (PERSONAGENS..., 1983, p. 20). O vice-presidente do Sindicato dos Bancários, Gilmar Carneiro dos Santos, expressou sua posição, desqualificando os protestos, que incluíram uma “[...] população vulnerável às agitações desenvolvidas por membros da organização clandestina Falange Pátria Nova, a mesma que queimava bancas de jornais” (DESEMPREGADOS..., 1983, p. 12).

O SOM DOS INFIGURÁVEIS

Os revoltosos excediam qualquer representação dos sujeitos políticos autorizados, quando se falava apenas em parlamentares e eleitos para cargos executivos, dirigentes de partidos, lideranças sindicais, estudantis e religiosas, além dos membros do regime ditatorial. Nas ruas se encontravam os *infiguráveis*, “exemplo consumado desse ser-outro, vigorosamente forjado pelo vazio” (MBEMBE, 2018, p. 30), o vazio que indicava a invisibilidade social imposta aos que se encontravam fora do centro político e viviam uma vida indigna, cujos corpos tinham sua

humanidade degradada.

Os elementos¹⁰ infiguráveis da revolta supostamente não possuíam autonomia de pensamento e decisão, ao menos segundo a quase totalidade das forças políticas empenhadas no processo institucional da transição. Resto que sobrou dos cálculos da razão política institucional, os infiguráveis eram uma espécie de negativo da política, desprovidos de linguagem para se fazer ouvir pelas máquinas¹¹ do Estado e da política. No imaginário da razão de governo, os revoltosos somente poderiam ser pensados como a figura sem imagem, sem linguagem, sem corpo, sem política, emergente dos atos desesperados da revolta da fome.

Diante da necessidade de nomeá-los e defini-los, a *Folha de S. Paulo* assim os descreveu: “Os personagens eram os mesmos das cíclicas tragédias nordestinas: paus-de-arara da construção civil, peões de obra sem trabalho” (AÇÃO..., 1983, Caderno Local, p. 13). Para o gerente do supermercado saqueado Novo-Box, os manifestantes “eram moleques bagunceiros, desses que vivem em favelas” (O SAQUE..., 1983, p. 15). Segundo a revista *Veja*, o ponto nuclear da revolta, o bairro de Santo Amaro, era formado por:

[...] 100.000 favelados e quase 80.000 desempregados, é um epicentro permanente de tensão social e uma área onde agem as mais variadas correntes políticas. [...] Invasões de áreas públicas e particulares, greves de operários, depredações de ônibus, 103 quilômetros de córregos que transbordam com os temporais do verão e mais de 3.000 ruas de terra são os ingredientes que tornaram Santo Amaro a região mais explosiva de São Paulo. (NEGROS..., 1983, p. 30).

Os infiguráveis se encontravam em territórios da exceção, aonde os direitos não chegam ou, quando o alcançam, os lugares já se encontram deformados, impróprios, suscetíveis à chuva,

10 Os revoltosos foram nomeados como “elementos” em diversas falas, textos e documentos. Destacamos o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, que usa o termo com o sentido de manipulação dos atos, ao apontar para “elementos que, na atividade sindical, se colocam claramente à esquerda e disso não fazem mistério” (SÃO..., 1983, Seção Notas e Informações, p. 3, grifo nosso). No documento “Diário de Trabalho” do agente “SC-3” do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 05 de abril de 1983, se lê, em tom policial: “cerca de 1.500 *elementos* encontram-se na Av. Morumbi. Dirigem-se para o Palácio do Governo” (Disponível em: <https://arquivosdaditadura.com.br/documento/galeria/quebra-quebra-manifestacoes-sao-paulo>. Acesso em: 1 fev. 2022, grifo nosso). Talvez a referência mais interessante no uso do termo “elemento” esteja no *Dossiê da Polícia Civil de São Paulo*, resultado da investigação dirigida pelo delegado Walter Suppo. São registradas duas listas de participantes da revolta: uma, com as “pessoas de destaque sócio-político”, formada por militantes de esquerda, com 45 nomes; outra, com os “elementos detidos durante os distúrbios e saques”, com 375 pessoas “comuns” e sem qualificação política (APESP, 1983, p. 69 e 95, grifo nosso; SILVA, 2018).

11 Michel Foucault, em *Vigiar e punir*, definiu a máquina política como aquela que faz “com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação; que a perfeição do poder tenda a tornar inútil a atualidade de seu exercício; que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce” (FOUCAULT, 2009, p. 166). Pensamos, com Foucault, na política cujo funcionamento ocorre de modo autônomo em relação aos discursos, ideologias ou procedência representacional sem, contudo, deixar de ter íntimas relações com as estruturas de controle.

à ausência de um teto seguro ou até mesmo, segundo a revista, ao caos social promovido por grupos políticos extremistas.

Apesar de não haver registros e dados sobre a questão racial na revolta da fome, as fotos que estamparam os principais jornais da época indicavam a composição das ruas em ebulação: a população negra e pobre da cidade. Os elementos periféricos eram para a mídia apenas os não identificados e manipulados pelos grupos extremistas; invisibilizava o corpo negro, que formava a maioria dos desempregados e se tornaria o ator de destaque daquele abril de 1983¹².

Alguns relatos na mídia corroboram a questão racial implícita: “Revólveres na mão, os policiais desceram a pirambeira do rio Pinheiros, mas não conseguiram alcançar um *mulato* alto que fugia, correndo, levando um botijão nas costas” (ORGANIZADORES..., 1983, Caderno Local, p. 13, grifo nosso). Em outra matéria na qual se fez referência à questão racial, o jornal *O Estado de S. Paulo* comentou um saque no Rio de Janeiro – “[...] Os invasores teriam sido liderados por três rapazes, de cor *branca*, que chegaram em motocicletas e incitaram o saque” –, para levantar a suspeita de que seriam agitadores e não manifestantes (SUPERMERCADO..., 1983, p. 9, grifo nosso). Os “brancos” seriam a comprovação da existência de extremistas manipulando o movimento, sujeitos raciais que indicariam um protagonismo, enquanto os “outros”, não brancos, eram manipulados. Já na revista *Veja*, um comerciante relata o saque à sua loja com descrição racial e exótica do elemento: “O primeiro assalto foi comandado por um homem *moreno*, pulseiras largas, anel de brilhante e colar, que devia ter entre 30 e 35 anos” (NEGROS..., 1983, p. 30, grifo nosso). A sugestão da matéria foi a de que o indivíduo mencionado seria o típico “vagabundo”, marginal que se aproveita da situação de conflito.

Apesar das referências aos trabalhadores, às mães e às crianças, aos adolescentes e jovens e aos sujeitos raciais (“moreno”, “mulato”), a leitura dos discursos autorizados (mídia, políticos, figuras públicas etc.) foi a de que elementos não representáveis, fundamentados em

12 Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), os negros (pretos e pardos) representavam na década de 1980 cerca de 44,5% da população. Com a recessão dos anos 1980, a porcentagem de pobres entre os anos de 1983 e 1984 ultrapassou a linha dos 50% dos brasileiros. Considere-se ainda que na década de 80, em média, os negros eram 65% dos pobres e 70% dos indigentes, indicando a composição majoritária de negros entre os desempregados – os negros ocupavam os postos mais precarizados e os sem registro na carteira de trabalho (HENRIQUES, 2001). Os dados sobre a questão racial do PNAD de 1976 foram censurados pela ditadura (DUARTE, 2006, p. 21), sendo publicados em 1983 na edição “O lugar do negro na força de trabalho” (OLIVEIRA, PORCARO e ARAÚJO, 1983). Nesse documento, vemos que no trabalho “não-manual” 77% dos trabalhadores são brancos, 20,5%, negros e 2,5%, outros (amarelos e sem declaração), sendo que o rendimento salarial dos brancos corresponde a 85,4% do total, enquanto o dos negros a apenas 11,5%. No trabalho “manual urbano” os brancos correspondem a 55,4% da força de trabalho, com renda de 65,8%, e os negros ocupavam 41,5% da força de trabalho, com 31% dos rendimentos. A censura da ditadura buscava invisibilizar o óbvio, apesar de pouco evidente para a sociedade brasileira dos anos de transição: a população negra e periférica era a que mais sofria com a miséria e o desemprego, tendo motivos suficientes para o desespero e a revolta.

estereótipos, foram os responsáveis pela fúria propulsora da revolta. Cassiana Ferreira, autora de uma dissertação de mestrado sobre o quebra-quebra, problematiza o uso excessiva do termo “multidão” como modo de encobrir os protagonistas:

O uso recorrente do termo multidão nas matérias jornalísticas, ao se reportarem ao conjunto de manifestantes, e as ações e adjetivações a ela atribuídas não somente *ocultavam os rostos dessa multidão* e, consequentemente, as potencialidades nela contidas, como também lhe conferiam um caráter impulsivo, irracional e agressivo, *retirando o significado político e reivindicatório das manifestações* (FERREIRA, 2009, p. 54-55, grifo nosso)

O reclamo sobre a ausência de uma linguagem comum estava presente nas falas de quem participou dos protestos, conforme observou Sebastião dos Santos, pintor industrial desempregado havia três anos, pai de três filhos. Em entrevista ao jornal *Folha de S.Paulo* ele apresentou uma percepção crítica sobre a escuta das instituições:

Enquanto não quebrar tudo, eles não acreditam. Nem quebrando, eles não ouvem a gente. Não adianta mandar a polícia. Tem que abrir serviço. Quando aparece um emprego, querem me pagar o que ganhava em 80. Não dá (ORGANIZADORES..., 1983, Caderno Local, p.13).

A revolta parece introduzir uma linguagem própria na relação entre os elementos sem autonomia política e as instituições. Se, por um lado, quando falavam dos revoltosos, a mídia e o Estado se referiam a uma “linguagem zoológica” (FANON, 2005, p. 59) – impulsiva, irracional, agressiva e explosiva –, por outro lado, parece que somente uma ação disruptiva desempenharia a função desintoxicante ao produzir uma “nova linguagem” que forçaria a ampliação da escuta institucional (FANON, 2005, p. 52).

Seguindo a estratégia de silenciar o som dos elementos, a narrativa investida pelo consenso ensejou a subjetivação de um novo sujeito universal, pacífico, multirracial e ordeiro. Essa subjetividade não seria mais a da guerra, mas a subjetividade que liberaria a violência apenas contra as patologias sociais. Em nome da defesa da paz e da ordem, os inimigos do Estado e da sociedade seriam combatidos: negros, pobres e moradores das periferias – os sujeitos e espaços que seriam propensos ao crime e à produção da violência urbana constituíram a negação do sujeito universal (GÓES, 2000). Seriam subjetividades responsáveis pela corrupção dos bons costumes da família, da religião, dos valores da tradição e, principalmente, da ordem pública.

O artifício de produção do inimigo configurou-se a partir da combinação de tecnologias de produção do outro somadas à tradição racista e patriarcal do país (NASCIMENTO, 2018a). A violência colonial dividiu a cidade entre os territórios que tinham acesso aos direitos e aos bens necessários a uma vida digna e aqueles ligados à destruição e à degradação da humanidade

dos corpos (FANON, 2005, p. 55-56). Em vários espaços da cidade, camadas de cidadania se sobrepueram às da vida indigna de viver, invisibilizando historicamente a fome que gerou a revolta (e o corpo faminto e revoltado).

Mais forte e potente do que o fantasma da ditadura foi o terror de uma sociedade segregada, cuja violência jazia sob o manto de uma outra democracia que não a sucessora dos governos militares, mas a arcaica “democracia racial”. Essa última surgiu como um aspecto “cultural”, a partir dos anos 1930 e 1940 do século XX, para se referir às relações entre negros e brancos, exercendo a função ideológica de controle da raiva e da revolta (NASCIMENTO, 2018b). Sintetizava ideias de que o país sempre viveu em uma sociedade multiracial e de relações étnicas harmônicas. O racismo estrutural à brasileira soube manter em segredo o grito de sofrimento na linguagem institucional e nas narrativas hegemônicas, apresentando as diferenças raciais como desigualdades sociais efêmeras advindas do período da escravidão e em vias de serem ultrapassadas, desde que sem perturbações à ordem e sempre de forma pacífica (MOURA, 1988).

Se o discurso de guerra contra a “subversão” política na ditadura autorizava a lógica de combate acima das leis para proteger a nação, na lógica do discurso de pacificação da nova democracia a política seria o lugar da condução do país por excelência, e qualquer parte dela que escapasse aos cálculos de governo seria criminalizada. Dessa forma, se justificava a manutenção, na passagem da ditadura à democracia, da militarização das ruas e da política sob a lógica do combate ao crime cometido pelo elemento comum. Discursivamente, o inimigo da democracia passou a ser, por meio do binômio pobreza/criminalidade, o sujeito negro, pobre e periférico.

Havia uma astúcia no argumento da criminalização, afinal, até aquele momento, o governo ditatorial tratava as lutas sociais como um problema político, o que autorizava inclusive aplicar a Lei de Segurança Nacional e mobilizar a ideia de ataque ao Estado e à soberania nacional. Já na democracia, quando o discurso da guerra contra o inimigo interno seria substituído pelo da pacificação e dos direitos humanos, era preciso criminalizar as lutas nos moldes ideológicos de uma democracia liberal. Para isso, era necessário mostrar que não havia repressão ao aspecto político dos protestos, mas indicar justamente o contrário, despolitizando os atos e imputando acusação de crime aos elementos desqualificados politicamente.

CONCLUSÃO

Retomar a história da revolta da fome contada pelos principais veículos de imprensa nos parece evidenciar a fabricação de um discurso consensual em torno da transição limitada aos cálculos previstos e acordados pelas instituições autorizadas a participar do processo¹³. Tal discurso colaborou para a produção de bloqueios e anulações de uma ação política democrática radicalizada e popular, notadamente as oriundas das lutas e dos movimentos sociais que se encontravam nas bordas da política prevista pela contabilidade de governo. Buscamos trazer à tona os rastros das narrativas e de seus atores na movimentação em direção à homogeneização do discurso que se tornaria duradouro na nova ordem democrática.

A movimentação social de ações coletivas como o quebra-quebra foi um modo de ação que se repetiu diversas vezes no período da transição. As explosivas revoltas dos saques e dos protestos intempestivos podem ser relacionadas “com essas situações de mobilização de massa que se originam de falhas abruptas na rotina social e nas relações políticas” (AUYERO, 2011, p. 135)¹⁴. Os anos 1970 assistiram o surgimento e fortalecimento de distintos movimentos sociais nas periferias das grandes cidades que impulsionaram lutas por participação política, direitos sociais e alguma qualidade nas políticas públicas. Havia nessa forma de agir político o amparo de instituições religiosas e legais, bem como de partidos clandestinos e de oposição ao regime. Especialmente na passagem da década de 1970 para a de 1980, esses movimentos sociais adquiriram projeção e promoveram certa cultura de participação política (ADORNO,

13 Fazemos uso da teoria do *contentious politics*, que nos permite refletir sobre a transição como um processo complexo e superar a dicotomia entre fatores macro e microsociológicos, relacionando a revolta de três dias na cidade de São Paulo as narrativas, subjetividades, cenas e performances com os conflitos e articulações institucionais em torno da “abertura” (TILLY e TARROW, 2007). Essa teoria se mostra uma ferramenta importante para analisar amplas ações políticas coletivas que colocam em questão as articulações institucionais, assim como os mecanismos de apropriação de suas implicações e narrativas.

14 Citamos o sociólogo argentino Javier Auyero com o intuito de reconhecer a estrutura social e política de movimentos previamente organizados em relação à revolta da fome, com a participação da oposição e de outras instituições legais, bem como de partidos e organizações clandestinas. Interessa-nos no autor sua abordagem da teoria da ação coletiva, acentuando a continuidade entre a política cotidiana e as formas de protesto violento. Apesar dos dados da pesquisa indicarem que provavelmente houve a “infiltração” de grupos interessados na desestabilização da “abertura”, consideramos fundamental na análise do quebra-quebra de abril de 1983 a fabricação discursiva da desqualificação da prática social da revolta como modo de expressão da continuidade das lutas e dos conflitos históricos contra as desigualdades profundas no país (NASCIMENTO, 2018b; MOURA, 1981). Seria como se a revolta da fome expressasse um espaço complexo no qual habitaram sujeitos políticos que deveriam estar em territórios distintos, mas que ali apareceram como pertencentes a uma zona cinzenta, fazendo dos protestos lugares de indistinção (AUYERO, 2007) e favorecendo a construção discursiva da desqualificação do caráter político da revolta.

1996; CARDOSO, 1984; KOWARICK, 1994; SADER, 1988).

Foi notável o esforço das instituições para silenciar o reclamo das ruas por meio da fabricação do discurso homogêneo. Nele estava contido o espectro do retorno, uma presença ameaçadora traçando o contorno do fantasma da violência mortífera da ditadura, que naquele início dos anos 1980 tinha uma imagem de terror na cena pública. Desnudar o fantasma, em uma reconstituição *post mortem*¹⁵ da transição, poderia incluir corpos e subjetividades que se encontravam fora dos cálculos de partilha dos poderes.

Entretanto os vestígios espetrais das lutas, da radicalidade da vida política na ditadura e da morte enquanto potência para os poderes instituídos não poderiam compor a nova democracia, a não ser no modo metamórfico do fantasma que assombra as práticas sociais. As perdas deveriam ser mantidas no passado e a elaboração do luto, por meio da memória dos protestos, da violência e do conflito, não comporia o novo cenário. A sociedade seguiria convivendo com a violência de Estado, bloqueando o acesso ao luto desse terror social, mantendo-o ativo nas periferias urbanas e políticas.

Os protestos esbarraram em uma questão fundamental da transição e da democracia pós-ditadura: a produção de bloqueios e limites à ação política. Processos políticos como a transição para a democracia, bem como a mobilização pelas lutas e conflitos sociais, tocavam profundamente os regimes de subjetivação, alterando normas e fluxos previstos. Linhas de fuga se apresentavam e desafiavam as institucionalidades e os pactos, implícitos ou explícitos, acordados longe das ruas. Parecia haver, do ponto de vista dos revoltosos, o reclamo por uma recodificação ou pelo alargamento do conceito de ação política, naquele momento relacionado à ideia de viver uma democracia.

Havia uma distância entre as expectativas e demandas das ruas e o que se acertava ou se permitia nas antigas instituições habitadas pelos novos e velhos ocupantes. Se era fato que a redemocratização se tornara um processo inequívoco, os modos do fazer de seus atores principais ainda eram incertos e se encontravam numa disputa intensa. Ao menos desde meados

15 A antropologia forense, quando realiza a análise bioantropológica de identificação humana, divide o trabalho em três etapas: *ante mortem*, *post mortem* e genética. Na etapa *ante mortem* se reúnem as informações sobre o indivíduo que se quer identificar, desde dados pessoais até biomédicos, passando por notícias e/ou documentos variados. A etapa *post mortem* ocorre na montagem dos remanescentes ósseos, visando a reconstituir o esqueleto do indivíduo e seus marcadores (sexo, faixa etária, estatura e detalhes individuais) para buscar um perfil próximo aos dados da etapa anterior. Finalmente, no exame genético, se comparam as informações de DNA de uma amostra óssea do indivíduo perfilizado com uma amostra de familiares da pessoa procurada, buscando o *match*, dados que confirmam o parentesco e, por consequência, a identidade do indivíduo esqueletizado (CELESIA, 2019; WEIZMAN, 2017). Entendemos que o trabalho de pesquisa sobre a transição funciona como uma coleta de dados *ante mortem* que nos permite o exercício da bioantropologia (*post mortem*) da transição entre os dois regimes.

dos anos 1970 as ruas vinham sendo paulatinamente ocupadas pelas lutas sindicais ou pelos movimentos de bairro, passando pela luta a favor da anistia aos presos e perseguidos políticos e pela luta das mulheres por creches. O Movimento Contra o Custo de Vida mobilizava setores das periferias da cidade, em especial nos bairros operários. O surgimento do Movimento Negro Unificado (MNU) marcou a formação da identidade coletiva dos negros na luta contra o racismo e a violência policial. Contava ainda com os movimentos estudantis, a reorganização das esquerdas e a explosão de visibilidade das subjetividades interditadas, como os movimentos LGBT e feminista.

Ainda não se estabelecera a hegemonia das ruas, mas o processo de transição preparava o terreno para que não se perdesse o controle sobre elas. Nas disputas das ruas e no esforço para esvaziá-las de seu caráter de revolta e protesto se consolidou uma lógica da governabilidade¹⁶. Os cálculos e as estatísticas tinham a função de evitar o risco e conduzir as populações segundo uma ordem desigual e autoritária.

A estratégia central dessa lógica de governo teve também os aspectos de uma política de memória. Ela elaborou o discurso de que havia duas formas de acessar o passado ou dois modos de entender a violência recente que se encontravam em lados extremamente opostos. Seria, de um lado, a memória dos militares ou da direita, que queria o esquecimento de toda a violência e dos crimes da ditadura. De outro lado, a memória das vítimas ou da esquerda, que desejava lembrar tudo sobre o regime de exceção para que se fizesse justiça. A saída seria produzir um discurso nacional com base na gramática da paz e da reconciliação, criando a ideia de que houve uma ditadura, mas que ela não teria sido tão violenta como se dizia. Dessa forma, se rompeu com o passado, mas apenas parcialmente. A estrutura repressiva, as formas e práticas autoritárias e a militarização do cotidiano e da política permaneciam (TELES e SAFATLE, 2010).

Configurava-se uma espécie de dispositivo mnêmico que faria a memória do período

16 A ideia da governabilidade enquanto uma síntese conceitual da operação da razão política se fundamenta em Michel Foucault, a partir de dois dos seus conceitos: dispositivo e governamentalidade. A governamentalidade procurar inserir o fenômeno social, primeiramente, “numa série de acontecimentos prováveis. Em segundo lugar, as reações do poder ante esse fenômeno vão ser inseridas num cálculo que é um cálculo de custo. Enfim, em terceiro lugar, em vez de instaurar uma divisão binária [...], vai-se fixar de um lado uma média considerada ótima e, depois, estabelecer os limites do aceitável, além dos quais a coisa não deve ir. É portanto toda uma outra distribuição das coisas e dos mecanismos que assim se esboça” (FOUCAULT, 2008, p. 9). Trata-se do cálculo sobre os acontecimentos, previstos ou não, e da condução dos fatos e das consequências dentro de uma média possível que não apresente riscos à ordem. Já o dispositivo “tem uma função eminentemente estratégica. [...] Trata de uma certa manipulação de relações de força, de uma intervenção racional e combinada das relações de força, seja para desenvolvê-las em certa direção, seja para bloqueá-las, ou para estabilizá-las, utilizá-las” (FOUCAULT, 2001, p. 300, tradução nossa).

orbitar em torno de um centro expandido de lembranças e esquecimentos que evitaria as bordas e os restos, anulando e bloqueando as memórias traumáticas, consideradas extremistas pelo discurso consensual. Essa formulação binária de uma memória coletiva, institucionalizada por leis e práticas de governo, corroborou a tese de ruptura definitiva com a violência do Estado. A narrativa de derrota dos extremos na passagem de regimes políticos (em favor do consenso) salvou as estruturas repressivas e fortaleceu um regime do ver que turvou a percepção da continuidade e do investimento em um Estado genocida, racista e patriarcal.

O consenso criado não foi aquele que poderia resultar da busca por um comum. Foi antes o consenso das normas estabelecidas e impostas pelo processo de “abertura lenta, gradual e restrita”, de modo que tudo aquilo que não correspondesse à memória e à prática da paz e da reconciliação fosse visto como um risco à nova ordem. O mais nocivo do consenso foi silenciar os modos conflitantes por meio dos quais as subjetividades atípicas ao contexto da ordem institucional rompem com o modelo imposto.

A política democrática nasceria sob o signo de uma razão de governo contra os extremos e com o objetivo de optar por uma política do possível. Assim, se necessário fosse, os passos próprios a uma democracia poderiam ser descartados para evitar a quebra do acordado. Junto viria o fantasma do acionamento dos militares na cena pública, algo que se repetiria constantemente nos anos 1990 até virar prática comum nas duas décadas dos anos 2000 (VIANA, 2021; TELES e QUINALHA, 2020).

A revolta da fome, enquanto evento atípico, trouxe à tona análises sobre o período da transição por meio de narrativas, ferramentas conceituais, outros olhares, formas de lutas democráticas e sujeitos apagados de nossa história. É dessa maneira que contribuiu para um melhor entendimento do passado recente e dos tempos difíceis em que vivemos.

REFERÊNCIAS

1. AÇÃO de emergência para gerar emprego é ordenada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.725, Caderno Local, 5 abr. 1983, p. 13.
2. ADORNO, Sérgio. **A gestão urbana do medo e da insegurança**. Violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. 1996. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
3. A IMAGEM da insegurança. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.153, Seção Notas e Informações, 7 abr. 1983, p. 3.

4. APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo. **Dossiê da Polícia Civil de São Paulo**, 3 jun. 1983, documento físico, 13-S-6-656, pasta 7. São Paulo: Polícia Civil de São Paulo, 1983.
5. AUYERO, Javier. **La zona gris. Violencia colectiva y política partidaria em la Argentina contemporânea**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
6. AUYERO, Javier. Vidas e política das pessoas pobres – as coisas que um etnógrafo político sabe (e não sabe) após 15 anos de trabalho de campo. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 126-164, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/3Hxh4K5RNGvGgpPj8G5cRcs/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 28 jul. 2022.
7. A VIOLÊNCIA se alastra e Montoro promete ordem. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, p. 1, 6 abr. 1983a.
8. A VIOLÊNCIA diminui mas a tensão continua. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, p. 1, 7 abr. 1983b.
9. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Pactos políticos**: do populismo à redemocratização. São Paulo: Brasiliense, 1985.
10. CAMPOS, Pedro; BRANDÃO, Rafael; LEMOS, Renato (org.). **Empresariado e ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
11. CARDOSO, Fernando Henrique. A difícil democracia. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Seção Opinião, 7 abr. 1983, p. 2.
12. CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, Bernardo; TAVARES, Maria Hermínia (org.). **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 215-239.
13. CARTA ao leitor. **Veja**, São Paulo, n. 762, p. 21, 13 abr. 1983.
14. CELESIA, Felipe. **La muerte es el olvido**. Buenos Aires: Paidós, 2019.
15. CNV - Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Mortos e Desaparecidos Políticos**. Volume III. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>. Acesso em: 28 jul. 2022.
16. CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 165-175, nov. 2005.
17. COMBLIN, Joseph. **A ideologia de segurança nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
18. COMERCIANTES pensam em defender-se com armas. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 12.
19. COMITÊ de desempregados também condena violência. **Notícias Populares**, São

Paulo, n. 6.920, 10 abr. 1983, p. 2.

20. CONVERGÊNCIA rebate acusação do secretário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.728, Caderno Local, 8 abr. 1983, p. 14.

21. COUTO E SILVA, Golbery. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

22. DESEMPREGADOS adiam sua reunião para terça. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.154, p. 12, 8 abr. 1983.

23. DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Pesquisa Dieese: emprego e desemprego na Grande São Paulo – conceitos, metodologia e principais resultados (1981-1983)**. São Paulo: Dieese, 1984.

24. DUARTE, Celina Rabello. Imprensa e redemocratização no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 181-195, 1983.

25. DUARTE, Rebeca Oliveira. **“Nos alicerces do mundo”**: o dilema e a dialética na afirmação da identidade negra. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFPE, Recife, 2006.

26. FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2005.

27. FERREIRA, Cassiana Buso. **Representações de intolerância na imprensa escrita: saques e quebra-quebras em São Paulo (abril de 1983)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2009.

28. FERREIRA, Edemir Brasil. **A multidão rouba a cena**: o quebra-quebra em Salvador (1981). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, UFBA, Salvador, 2008.

29. FIGUEIREDO condena atos de vandalismo. **Notícias Populares**, São Paulo, n. 6.920, 10 abr. 1983, p. 2.

30. FIGUEIREDO quer restauração do clima político. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.729, 9 abr. 1983, p. 1.

31. FORTE esquema de segurança no largo 13 não impediu tumultos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 12.

32. FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. **Dits et Écrits II. 1976-1988**. Paris: Gallimard, 2001. p. 298-329.

33. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

34. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.

35. GAJANIGO, Paulo. Evocações e disputas sobre o “clima da abertura” durante o período

de transição no Brasil (1974-1985). **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 161-182, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/535>. Acesso em: 28 jul. 2022.

36. GÓES, Eda Maria. Limites da transição política no Brasil dos anos 70 e 80, ou como os pobres continuaram perigosos. **História**, São Paulo, v. 19, p. 257-280, 2000.

37. GOVERNADORES pedem calma. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 9.

38. GOVERNADOR promete manter a ordem. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.152, p. 14, 6 abr. 1983.

39. GRUPOS e ideias para a agitação. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.154, p. 9, 8 de abr. 1983.

40. HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução econômica das condições de vida na década de 90. Texto para discussão nº 807. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

41. INTERPRETAÇÕES equívocas repelidas por oposições. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 10.

42. KOWARICK, Lúcio; CAMPANÁRIO, Milton. São Paulo, metrópole do subdesenvolvimento industrializado: do milagre à crise econômica. In: KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 53-69.

43. KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

44. MANIFESTANTES invadem o Palácio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.152, p. 12, 6 abr. 1983.

45. MANIFESTANTES tentam invadir Palácio e derrubam gradis. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 10.

46. MARCHEZAN atribui saques a radicais. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.729, 9 abr. 1983, p. 11.

47. MARQUES, Adalton. **Humanizar e expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCrime, 2018.

48. MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

49. “MEU Deus, cadê o dono? A gente pode pegar tudo aí?”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.725, Caderno Local, 5 abr. 1983, p. 14.

50. MODERAÇÃO, a ordem à PM. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 42, 5 abr. 1983.

51. MOISÉS, José Álvaro; MARTINEZ-ALIER, Verena. A revolta dos suburbanos ou “patrão, o trem atrasou”. MOISÉS, José Álvaro et al. (org.). **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Cedec: Paz e Terra, 1978. p. 13-65.

52. MONTORO, Franco. Discurso de posse como governador de São Paulo. *In: LIMA, Jorge (org.). Franco Montoro*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2009. p. 303-306.

53. MONTORO já estuda um substituto para Dops. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 9, 5 abr. 1983.

54. MONTORO promete para já plano de emergência. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 15, 5 abr. 1983.

55. MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. São Paulo: Lech, 1981.

56. MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

57. MURILO viaja para acompanhar a crise. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 11.

58. NA PERIFERIA, segundo dia de caos. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 12.

59. NAPOLITANO, Marcos. O protesto de rua nos anos oitenta e a crise do regime militar. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 4/5, p. 161-174, 1995.

60. NASCIMENTO, Maria Beatriz. Negro e racismo. *In: NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018a. p. 50-56.

61. NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma história do homem negro. *In: NASCIMENTO, Beatriz. Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. São Paulo: Filhos da África, 2018b. p. 42-49.

62. NEGROS dias de abril. **Veja**, São Paulo, n. 762, pp. 26-34, 13 abr. 1983.

63. NO CONGRESSO, liderança do PDS elogia decisões. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Caderno Local, 7 abr. 1983, p. 11.

64. OLIVEIRA, Lúcia Elena Garcia; PORCARO, Rosa Maria; ARAÚJO, Tereza Cristina. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

65. OPINIÕES. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.154, p. 13, 8 abr. 1983.

66. ORGANIZADORES alegam descontrole. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.725, Caderno Local, 5 abr. 1983, p. 13.

67. O SAQUE, “uma loucura”. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 15, 5 abr. 1983.

68. PARA BRIZOLA, imprensa exagerou no noticiário. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Caderno Local, 7 abr. 1983, p. 11.
69. PARTIDO explica “onde esteve”. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.729, Caderno Local, 9 abr. 1983, p. 11.
70. PASSEATA acaba em saques e quebra-quebra. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.725, Caderno Local, 5 abr. 1983, p. 13.
71. PERSONAGENS discutem a origem da crise. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.153, p. 20, 7 abr. 1983.
72. PIMENTEL assegura a manutenção da ordem. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Caderno Local, 7 abr. 1983, p. 13.
73. PORTARIA regula reunião pública. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.726, Caderno Local, 6 abr. 1983, p. 10.
74. PRANDI, Reginaldo. São Paulo, cidade saqueada. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Seção Tendências / Debates, 7 abr. 1983, p. 3.
75. RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento. Política e filosofia**. São Paulo: 34, 1996.
76. RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução**. São Paulo: Unesp, 1996.
77. ROLLEMBERG, Denise. **Exílio. Entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
78. SADER, Eder. **Quando os novos personagens entram em cena**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
79. SÃO Paulo sem governo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.153, Seção Notas e Informações, 7 abr. 1983, p. 3.
80. SILVA, Matheus. **Queremos comida, quem vai dar?** O motim de 1983 contra a fome e o desemprego em São Paulo. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. São Paulo: PUC, 2018. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/21056>. Acesso em: 28 jul. 2022.
81. SUPERMERCADO atacado no Rio. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.154, p. 9, 8 abr. 1983.
82. TILLY, Charles; TARROW, Sidney. **Contentious politics**. London: Paradigm Publishers, 2007.
83. TELES, Edson; QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
84. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura. A exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

85. UM DIA de paz na cidade. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.728, Caderno Local, 8 abr. 1983, p. 1.
86. UM DIA de tumulto e omissão policial. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, ano 104, n. 33.151, p. 42, 5 abr. 1983.
87. UM ESPECTRO à mesa. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 63, n. 19.727, Seção Opinião, 7 abr. 1983, p. 2.
88. VIANA, Natalia. **Dano colateral**: a intervenção dos militares na segurança pública. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.
89. WEIZMAN, Eyal. **Forensic Architecture**. Violence at the Threshold of Detectability. New York: Zone Books, 2017.
90. ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Edson Luís de Almeida Teles

Professor na Graduação em Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Paulo. Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6673-2234>. E-mail: edson.teles@unifesp.br

“Pela revisão dos processos e penas de todos os presos comuns!”: as formulações do Movimento Negro Unificado sobre a violência estatal na abertura política (1978-1981)¹

“In favor of the revision of proceedings and penalties of all ordinary prisoners!”: the Movimento Negro Unificado’s thoughts on State violence during the democratic opening (1978-1981)

Lucas Pedretti Lima

Secretaria Municipal de Educação de Maricá, Prefeitura de Maricá, Maricá, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O objetivo do texto é analisar as disputas em torno da categoria de *preso político* no contexto da abertura política no Brasil. Para tanto, observa as formulações do Movimento Negro Unificado (MNU) sobre a violência estatal em dois momentos: durante a campanha pela anistia “ampla, geral e irrestrita” e no contexto imediatamente posterior à Lei de Anistia de 1979. Parte-se de uma crítica à produção acadêmica dedicada às representações da violência ditatorial. Esses trabalhos possuem duas vertentes principais, uma jurídica e outra historiográfica. A despeito de suas diferenças, ambas carregam limitações analíticas que obliteram as disputas classificatórias em jogo naquele momento, tomando como naturais determinados sentidos das categorias nativas – entre elas, a de *presos políticos*. Para escapar desse limite, o artigo lança mão de um instrumental teórico-analítico inspirado em etnografias que vêm se dedicando a pensar a mobilização social e política em contextos de violência. Esses trabalhos têm demonstrado como no curso das lutas pela visibilização de eventos violentos entram em jogo as classificações sociais e morais que os atores carregam. É a partir dessa perspectiva que o trabalho se volta para documentos elaborados pelo MNU, que questionam as fronteiras que separam os *presos políticos* dos *presos comuns*. Nessa chave de observação, é possível compreender como são as disputas simbólicas e narrativas – e não o grau objetivo da violência sofrida – que permitem a afirmação de determinadas formas de violência estatal como ilegítimas e dignas de reconhecimento e reparação.

Palavras-chave: Violência de Estado, Movimento negro, Presos políticos, Anistia.

¹ A pesquisa de doutorado que originou este artigo foi financiada pelo CNPq.

Recebido em 22 de fevereiro de 2022.

Avaliador A: 22 de março de 2022.

Avaliador B: 23 de março de 2022.

Aceito em 30 de junho de 2022.

ABSTRACT

This article aims to analyze the disputes around the *political prisoners* category in the context of a democratic opening in Brazil. To do so, it observes the formulations of the *Movimento Negro Unificado* (MNU) about the State violence in two moments: during the campaign for a “broad, general and unrestricted” amnesty and in the context immediately after the 1979 Amnesty Law. The text first discusses the academic production dedicated to representations of dictatorial violence. These works have two main strands, one legal, the other historiographical. Despite their differences, both carry analytical limitations that obliterate the classification disputes at stake at that moment, taking as natural certain meanings of native categories – among them, that of *political prisoners*. As a way to escape this limit, the article makes use of a theoretical-analytical framework inspired by ethnographies that have been dedicated to thinking about social and political mobilization in contexts of violence. These works have shown how, in the course of the struggles for the visibility of violent events, the social and moral classifications carried by actors play a central role. It is from this perspective that the work turns to documents prepared by the MNU, in which the boundaries between *political prisoners* and *ordinary prisoners* are questioned. In this perspective, it is possible to understand how the symbolic and narrative disputes – and not the objective degree of the violence suffered – are the variants that allow the affirmation of certain forms of State violence as illegitimate and worthy of recognition and reparation.

Keywords: State violence, Black movement, Political prisoners, Amnesty.

Cadeia? Guarda o que o sistema não quis.
(Racionais MCs, *Diário de um detento*)

INTRODUÇÃO

Em 1986, nas primeiras eleições realizadas após a saída do último general-ditador do poder, o deputado estadual mais votado do Brasil foi Afanásio Jazadji. Radialista, Afanásio fez sua carreira à frente de um programa que cobria a criminalidade na cidade de São Paulo. A fama lhe rendeu o impressionante número de 558.138 votos. Mas rendeu também adversários. Já como deputado, ao falar que era preciso dar “cacete em bandidos para arrancar a verdade” (CARVALHO 1987, p. 29), foi alvo de severas críticas de organizações e personalidades que

defendiam os *direitos humanos*², como a Comissão Teotônio Vilella e o arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns. Afanásio tentou se justificar: “Não admito tortura para presos políticos, mas para o bandido comum reconheço que em certos casos o policial não tem outra ferramenta que não seja a força bruta para arrancar a verdade” (CARVALHO, 1987, p. 29).

A frase é reveladora do momento que se vivia. Com a eleição indireta da chapa Tancredo Neves-José Sarney no ano anterior, terminara o período de 21 anos de ditadura militar. Naquele momento, remontar às torturas de *presos políticos* não era algo visto com bons olhos pelo conjunto da sociedade. Não à toa, o radialista iniciava sua declaração apontando que “não admitia” a prática. Mas Afanásio não temia defender a mesma violência – a tortura – se ela fosse voltada para o *bandido comum*. Aliás, era precisamente essa defesa que fazia dele um campeão de votos. A fala do radialista é um indício forte de como naquele momento estava consolidada uma dicotomia rígida entre essas duas categorias: os *presos políticos* e os *comuns*. Tomada como natural pelo conjunto dos atores sociais, essa distinção dicotômica abria caminho para que tais violências fossem enquadradas como fenômenos de naturezas distintas. Contra aqueles, a tortura era denunciada e repudiada; contra estes, comemorada e desejada.

No entanto, antes de ser encarada como um dado objetivo, a clivagem entre *presos comuns* e *presos políticos* foi objeto de tensões. Analisar essas disputas é o objetivo deste artigo, que resulta de minha tese de doutorado (PEDRETTI, 2022). Parto aqui da premissa de que essa dicotomia não é natural, mas histórica e socialmente construída. A fim de argumentar nesse sentido, o texto se propõe a observar as formulações do Movimento Negro Unificado (MNU) sobre a violência estatal em dois momentos: durante a campanha pela anistia “ampla, geral e irrestrita” e no contexto imediatamente posterior à Lei de Anistia de 1979. No curso dessa atuação do MNU, seus militantes propunham outras formas de atribuição do qualificativo *político*.

Entendo ainda que a naturalização dessa dicotomia não aparece apenas nas manifestações dos atores sociais inscritos nas disputas políticas concretas. Na verdade, ela perpassa pelo conjunto da produção acadêmica dedicada a analisar as representações sobre a violência ditatorial. Tanto em sua vertente jurídica, baseada no arcabouço da “justiça de transição”, quanto em sua vertente historiográfica, ancorada na perspectiva das “disputas de memória”, essa literatura tem igualmente tomado como naturais certos marcos simbólicos, entre eles o que atribui à violência de Estado contra *presos políticos* uma natureza tal que a distingue, em

2 Uso o itálico, neste texto, como forma de demarcar as categorias nativas, isto é, aquelas cujos sentidos não estão dados de antemão, mas são disputados pelos atores no curso mesmo do processo analisado.

essência, de outras formas de violência estatal.

Para escapar desse limite analítico, proponho lançar mão de uma abordagem inspirada em etnografias que vêm se dedicando a pensar a mobilização social e política em contextos de violência. São trabalhos que jogam luz sobre como não é o grau de violência ou brutalidade de uma dada ação que leva a seu enquadramento público como ilegítima. É, antes disso, o resultado dos conflitos protagonizados pelos diversos atores sociais que se mobilizam em torno dessa ação e de sua capacidade de afirmar ou questionar determinadas formas de classificação social e moral acerca dos sujeitos vitimados pela violência.

Do ponto de vista metodológico, o artigo dialoga com as reflexões produzidas por trabalhos baseados em etnografias em arquivos. Ao trabalhar com documentos textuais (panfletos, textos, moções) elaborados no contexto histórico da abertura política, busco entendê-los como como artefatos (CUNHA, 2004; LOWENKRON e FERREIRA, 2014) que protagonizam uma disputa própria em torno das formas de atribuição de sentidos ao golpe de Estado, à ditadura e às ações violentas do regime. Ou seja, ao lado da pergunta sobre “o que” os documentos narram – os “sedimentos documentais” (VIANNA, 2014, p. 47) – é preciso colocar a questão de “como” eles narram, especialmente no que diz respeito às categorias e formas classificatórias em jogo.

O artigo se divide em três partes. Na primeira, discuto de forma mais detida os limites dos trabalhos que têm se dedicado a analisar as representações sobre a violência ditatorial. Aprofundo, ainda, o arcabouço teórico-analítico a ser mobilizado no artigo com o intuito de construir um quadro de referências capaz de contribuir para uma análise mais aprofundada da questão. A segunda parte é dedicada à análise dos documentos enviados pelo Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) ao 1º Congresso Nacional pela Anistia, realizado em 1978, em que o movimento buscava apontar os limites de uma demanda por anistia que se apresentava como “ampla, geral e irrestrita”. A terceira parte se volta para uma iniciativa do Movimento Negro Unificado organizada no início da década posterior: a Campanha Nacional Contra a Violência Policial.

OS LIMITES DA BIBLIOGRAFIA DEDICADA ÀS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA DO ESTADO DITATORIAL

A produção acadêmica que se debruça sobre as representações acerca da violência do Estado ditatorial é bastante significativa. Especialmente a partir de fins da primeira década do

século XXI, quando os debates em torno da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ganharam força, essa literatura cresceu exponencialmente. Penso ser possível identificar a existência de duas grandes abordagens sobre a questão: por um lado, uma mais jurídica, baseada no vocabulário da “justiça de transição”; por outro, uma perspectiva historiográfica inspirada na noção de “disputas de memória”. Observemos brevemente cada uma delas.

O termo “justiça de transição” designa um campo teórico-político surgido nos anos 1990 que se afirmou muito intensamente no início do século XXI. Seu propósito é oferecer um conjunto de normativas e instrumentos para permitir que os países lidem com questões surgidas no momento de superação de conflitos internos graves, ditaduras e guerras civis. Entre as ferramentas que a “justiça de transição” oferece estão as comissões da verdade, os programas de reparação, os pedidos oficiais de perdão e a construção de memoriais. Discursivamente, o fim da justiça de transição é construir garantias para que as violações de direitos humanos que marcaram um determinado passado violento não voltem a ocorrer³. É impossível dissociar teoria e prática no âmbito da “justiça de transição”, já que os trabalhos fundantes do campo são também obras que defendem e afirmam uma agenda fortemente normativa e prescritiva.

No Brasil, a disseminação dessa abordagem ocorreu a partir de uma instância estatal, a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Na gestão do jurista Paulo Abrão à frente da comissão, o órgão passou a fomentar seminários, publicações e *workshops* voltados para a difusão do instrumental teórico e prático da “justiça de transição” no Brasil⁴. Essa literatura influenciou sobremaneira o debate acadêmico sobre a violência do Estado ditatorial. Como consequência, houve um deslocamento discursivo nada irrelevante. A forma como o Brasil lidou com o legado dessa violência passou a ser compreendida como “a justiça de transição brasileira”, trazendo ao debate toda a carga normativa dessa perspectiva teórico-prática.

Ao lançar mão dessa abordagem, os trabalhos incorrem inevitavelmente na dificuldade de pensar a construção histórica das categorias em disputa no contexto da abertura política. Isso, porque eles tendem a olhar para o passado atribuindo aos atores demandas, discursos e concepções contemporâneas e normativamente definidas. Em outras palavras, se a “justiça de

3 A característica fundamental da concepção presente na justiça de transição é a ideia de que o *telos* – o fim desejado – de qualquer processo transicional é a construção de uma democracia liberal.

4 Dois marcos nesse sentido foram o lançamento da revista *Anistia Política e Justiça de Transição*, cujo primeiro número data de 2009, e do livro *Justiça de transição: manual para a América Latina* (REÁTEGUI, 2011). Ambas as iniciativas foram capitaneadas pela própria Comissão de Anistia. Seja no livro, seja nas variadas edições da revista, algumas das mais importantes referências teóricas para o debate sobre a justiça de transição foram publicadas. Entre eles estão textos originais sobre o caso brasileiro (TORELLY e ABRÃO, 2010), mas também a tradução de artigos internacionais paradigmáticos para o campo (VAN ZYL, 2011; TEITEL, 2011; DE GREIFF, 2011).

transição” se pensa como uma abordagem “centrada nas vítimas”, isso a impede de colocar sob questão quais sujeitos e grupos sociais historicamente tiveram condições de se afirmar enquanto *vítimas* da ditadura no país. Esses trabalhos podem buscar compreender por que não foram levados adiante determinados instrumentos para promover reparações aos *presos políticos*. Mas não examinam criticamente quem eram esses *presos políticos* e por qual razão eles podiam ser assim nomeados e classificados.

A segunda abordagem, mais ancorada na historiografia, se dedica a pensar as “disputas de memória” sobre a ditadura. O que marca essa literatura é a percepção de que a “memória” – como representação e narrativa sobre o passado – é um objeto de disputas políticas de grupos e atores do presente que buscam legitimar seus projetos a partir da afirmação de certas versões do passado em detrimento de outras⁵. Essas pesquisas têm contribuído para uma descrição aprofundada dos processos, atores e eventos que enfatizam como certas memórias sobre o passado ditatorial foram se afirmando publicamente, institucionalizando-se na forma de políticas públicas e passando a ser objeto de conflitos e disputas. No entanto esses trabalhos também acabam por tomar determinadas categorias nativas como tendo sentidos objetivos e naturais. Refiro-me aqui a noções construídas pelos movimentos sociais, tais como *presos políticos*, *vítimas*, *atingidos*, *mortos e desaparecidos políticos* e *familiares de mortos e desaparecidos*. Assim, essa literatura busca explicar uma questão – a disputa pela afirmação de certas narrativas sobre o passado em detrimento de outras – a partir de categorias que, no limite, estão no centro dessa disputa.

Daí decorre uma segunda limitação dessa abordagem. Nessa perspectiva, também aparecem como óbviros os sentidos de certos marcos simbólicos que, na realidade, foram igualmente histórica e socialmente estabelecidos. Parte-se da premissa da absoluta excepcionalidade da ditadura militar, vista como um momento “sensível” da história recente brasileira, responsável por deixar um legado de “traumas coletivos”, diretamente vinculados à dimensão da *violência política*. Não é colocada, entretanto, a pergunta sobre as razões por que certas violências são socialmente apreendidas como ilegítimas enquanto outras seguem sendo vistas não apenas como aceitáveis, mas até desejáveis. Se levarmos a sério a noção de que o “trauma coletivo é um constructo social, e não o atributo herdado de um evento” (DAVID, 2020, p. 8), torna-se importante questionar a forma como certas experiências logram se constituir enquanto traumas coletivos e outras não⁶.

5 Entre os trabalhos que mobilizam essa abordagem, ver Bauer (2011), Teles (2011), Napolitano (2015) e Teófilo (2021).

6 Essa crítica à abordagem das disputas de memória é tributária direta de um conjunto de trabalhos que se dedicam

Ou seja, porque Afanásio precisa repudiar a tortura contra os *presos políticos*, mas não vê problemas em celebrar a violência contra o *bandido comum*? Essa é a questão que as duas abordagens acima não enfrentam.

Com o intuito de refletir sobre essa questão, recorro aqui a uma literatura antropológica que tem se proposto precisamente a analisar como eventos violentos e traumáticos se afirmam, na cena pública, enquanto casos de repercussão e causas políticas coletivas. No Brasil, essa literatura tem se voltado especialmente para a investigação acerca da mobilização de familiares de vítimas da violência de Estado na contemporaneidade (ARAÚJO, 2012; LACERDA, 2012; VIANNA e FARIAS, 2011; EILBAUM e MEDEIROS, 2015; EFREM FILHO, 2017). Esses trabalhos têm demonstrado que é no próprio curso da mobilização dos parentes de jovens assassinados pelas polícias – especialmente das mães – que são produzidas representações em torno de categorias como *Estado, justiça, gênero, luta, vítimas e familiares de vítimas*, entre outras. Em linhas gerais, essas autoras e esses autores se perguntam sobre como situações-limite, marcadas profundamente pela dor e pelo sofrimento, se tornam o motor da mobilização social. Mais do que isso, indagam acerca de quais elementos costumam estar presentes nos casos que conseguem romper a barreira usual da classificação dessas vítimas como “matáveis” (FARIAS, 2007) e logram se tornar “casos de repercussão” (KANT DE LIMA, EILBAUM e MEDEIROS, 2017), que passam a ser apreendidos e geridos de forma distinta pelas instâncias estatais.

Em uma síntese do tipo de percepção que orienta essa literatura, Kant de Lima, Eilbaum e Medeiros (2017, p. 10) apontam como “a morte, os mortos e as formas de morrer e de viver” podem ou não ser transformadas em “crimes”. A esse processo correspondem “sentidos distintos e decisões institucionais desiguais” que dependem das “classificações sociais e morais envolvidas” (KANT DE LIMA, EILBAUM e MEDEIROS, 2017, p. 10). Essa premissa inverte a percepção anteriormente criticada, presente na abordagem das disputas de memória. Isso, porque ela não busca apreender o *status* socialmente atribuído a determinada ação violenta a partir do grau de violência dessa ação. Ajuda a delinear que não foi apenas a brutalidade das torturas e dos desaparecimentos forçados levados adiante pelo regime ditatorial que permitiu

a pensar a forma como determinados eventos históricos se tornam casos paradigmáticos da violência de Estado e das violações de direitos humanos. Inspiro-me em trabalhos como o citado artigo de David (2020) e as reflexões de Alexander (2002) sobre o Holocausto e as de Drulolle (2015) sobre o franquismo. Essas pesquisas partem de uma desnaturalização desse lugar socialmente construído para perguntar, por exemplo, “como foi que o Holocausto se tornou a representação simbólica dominante do mal no fim do século XX” para as sociedades ocidentais (ALEXANDER, 2002, p. 10). Nunca é demais enfatizar, no entanto, que colocar esse tipo de questão “não significa dizer, é claro, que o sofrimento das vítimas não seja ‘real’. O argumento é simplesmente que o *status* das vítimas na sociedade não é relacionado diretamente ao dano sofrido” (DRULOLLE, 2015, p. 319).

a construção de um status de *vítimas* para os sujeitos atingidos. Afinal, outros sujeitos são vitimados por ações igualmente brutais e violentas. O que se deve observar, portanto, são essas “classificações sociais e morais” que permitem o enquadramento de certas violências como ilegítimas e outras como desejadas.

Em diálogo com esta bibliografia, a antropóloga Desirée Azevedo foi pioneira ao pensar a mobilização dos *familiares de mortos e desaparecidos políticos* da ditadura militar nessa chave de análise. Azevedo (2018) se propõe a pensar como esses *familiares*, entendidos como um ator coletivo que se inscreve em arenas de debates públicos, associam “noções sobre política, parentesco, sofrimento e direitos humanos” na “reconstrução de suas memórias sobre a ditadura” (AZEVEDO, 2018, p. 25). Sua reflexão dialoga diretamente com os trabalhos da antropóloga Virginia Vecchioli acerca da construção do lugar social dos *detenidos-desaparecidos* na Argentina. Na síntese de Vecchioli, é preciso conceber que não há *vítimas* sem que haja “agentes que lhe dão existência social” (VECCHIOLI, 2001, p.85)⁷.

Nessa linha de reflexão, Sanjurjo e Feltran (2015) buscam relacionar dois contextos etnográficos distintos, mas igualmente marcados pela violência letal de agentes estatais: o dos desaparecimentos forçados na ditadura argentina e o da violência policial nas periferias de São Paulo durante o regime. A proposta do texto é lançar luz sobre a existência de uma “adjetivação dicotômica das violências” – uma que é enquadrada como “política”, outra como “criminal”. Ao colocar esses dois contextos em perspectiva, os autores notam um “contraste fundamental” entre os casos. De um lado, no que diz respeito aos *detenidos-desaparecidos* argentinos, a luta dos familiares ganhou enorme legitimidade pública, tanto nacional quanto internacionalmente, e seus argumentos se constituíram como “balizas do discurso político oficial na transição democrática”, abrindo caminho para a elaboração de um “luto coletivo, vivido como luta intensa” (SANJURJO e FELTRAN, 2015, p. 43) durante o regime democrático naquele país.

De outro lado, quanto à violência que se volta contra favelas e periferias no Brasil, o que se produz é “um tipo de clivagem social que se encaminha muito mais para a alteridade radical do que para a possibilidade de legitimação do discurso divergente” (SANJURJO e FELTRAN, 2015, p. 43). Os atores desse universo não encontram “qualquer possibilidade de legitimação política” de seu discurso contra a violência do Estado. O caso dessas violações contemporâneas no Brasil cria “fronteiras que são demarcadas nas margens da política” (SANJURJO e FELTRAN, 2015, p. 44). Ou, argumentando pela perspectiva inversa:

7 Evidentemente isso não implica dizer que o sofrimento das vítimas não seja real, e sim que é preciso observar os processos usados pelos atores para atribuir sentidos à categoria e buscar formas de obter reconhecimento e legitimidade.

Se é pelo adjetivo “política” que se define a violência de Estado perpetrada durante a ditadura, é porque se entende que essa violência se dirige àqueles que, de alguma forma, ainda são reconhecidos como atores políticos em referência a uma comunidade nacional. (SANJURJO e FELTRAN, 2015, p. 43-44).

É com base nessas referências teórico-analíticas que busco observar as mobilizações do Movimento Negro Unificado durante a abertura política, no intuito de compreender como este movimento social recusava a “adjetivação dicotômica da violência”.

A LUTA PELA ANISTIA

Em meados dos anos 1970, já no quadro da autodesignada distensão “lenta, gradual e segura” da ditadura militar, amplos setores da sociedade começaram a se organizar em torno da bandeira da anistia aos presos políticos. Embora propostas de anistias existissem desde os primeiros momentos do pós-golpe de Estado de 1964, o primeiro ator coletivo a colocar essa questão no centro de suas demandas foi o Movimento Feminino pela Anistia (MFA), criado em 1975. Fruto do contexto de fortalecimento de uma oposição liberal-democrática ao regime, o MFA aliou-se a organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e parte do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) para fortalecer sua agenda.

A partir de 1977, no contexto da reorganização do movimento estudantil e do intenso processo de autocrítica entre as esquerdas acerca da derrota da luta armada⁸, a luta pelas “liberdades democráticas” – entre elas a anistia – passou a ser central também para diversas organizações de esquerda. O vocabulário e o ideário dos direitos humanos e as garantias da democracia liberal deixavam de ser vistos como meros direitos burgueses, ganhando espaço como aspectos ideológica e politicamente importantes. Dessas mudanças surgiu uma segunda organização voltada para a luta pela anistia: os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs).

Assim, no fim daquela década, foi levada adiante uma campanha organizada a partir da palavra de ordem da anistia “ampla, geral e irrestrita”. Em novembro de 1978, foi organizado o I Congresso Nacional pela Anistia. Convocado pelo MFA e pelos CBAs, o encontro teve a capacidade de reunir um rol amplo e heterogêneo de atores sociais e políticos. A lista de presenças na abertura indica a existência de pelo menos quatro grandes blocos no evento: integrantes da oposição liberal-democrática à ditadura, tais como representantes da OAB e

8 Cf. Sales (2020).

do MDB; familiares e amigos de pessoas diretamente atingidas pela repressão; militantes de organizações revolucionárias perseguidos pelo regime; e representantes dos chamados “novos movimentos sociais”, como o Movimento do Custo de Vida, a Associação de Médicos Sanitaristas e o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR)⁹.

A despeito da unidade representada pela palavra de ordem da anistia “ampla, geral e irrestrita”, o congresso foi uma arena de intensas disputas em torno dos sujeitos e grupos que deveriam ser prioritariamente compreendidos como os beneficiários da medida. Para uma parcela da oposição liberal-democrática, os principais beneficiários da anistia deveriam ser os sujeitos atingidos por atos de exceção, como os atos institucionais. Assim, eram os cassados, perseguidos e demitidos que ocupavam o centro do debate. Para os grupos mais à esquerda, no entanto, o núcleo da questão eram os militantes assassinados e desaparecidos, notadamente os que haviam integrado a luta armada. Foi essa segunda perspectiva que se tornou hegemônica no congresso, de modo que a campanha pela anistia “ampla, geral e irrestrita” passou a adotar uma noção acerca dos *atingidos* e das *vítimas* da ditadura plasmada nas figuras dos *mortos e desaparecidos políticos*.

Essa disputa brevemente delineada acima se processava em torno de imagens que compartilhavam um pressuposto comum – a anistia beneficiaria os opositores *políticos* do regime. Se as fronteiras entre o *político* e *não-político* incluíam integrantes da luta armada era precisamente a disputa colocada. Observemos como o advogado Belisário dos Santos definia o *crime político* para fundamentar a posição dos Comitês Brasileiros pela Anistia. O pequeno texto, intitulado “O conceito do crime”, se encontra no boletim *Anistia*, jornal publicado em 1978 com o apoio dos CBAs. Seu argumento central era o de que “não se pode deixar de enfrentar o exato conceito de crime político”. E seguia:

Prevalece, hoje em dia, o entendimento de que o elemento subjetivo – *motivação política* – é inarredável na configuração desse delito.

Daí porque não há que se distinguir, para efeito de concessão de anistia, entre o chamado delito de ideias e outras modalidades delitivas quaisquer que, não obstante atingirem outros bens jurídicos além da segurança nacional (como por exemplo, o patrimônio, a honra), foram cometidos por motivo político. *Em ambos os casos, não se nota no agente o fundamento egoísta, o caráter individual e anti-social de motivos que marca o agir do criminoso comum [...].*

Delinquente político será, pois, todo aquele que agiu, com motivação política, independentemente do resultado de sua ação ou do bem jurídico violado¹⁰.

⁹ O Movimento Negro Unificado foi criado em 1978 como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. A participação do movimento no Congresso Nacional pela Anistia se deu ainda sob esse nome. No entanto, pouco depois houve a redução do nome do movimento, ficando apenas MNU. Como o leitor perceberá, neste tópico do texto utilizei o nome MNUCDR; no seguinte, MNU. Na prática, trata-se da mesma organização.

¹⁰ *Anistia – a história das nossas anistias; os exemplos internacionais; a campanha de hoje; a quem vai be-*

Aqui, o criminoso comum e suas motivações “egoístas” e “antissociais” aparecem como contraponto absoluto do *preso político* e sua motivação *política*. Ou seja, a anistia precisava ser “ampla, geral e irrestrita” para incorporar os integrantes da luta armada. Mas a fronteira entre os militantes *políticos* e os criminosos *comuns* não poderia ser questionada.

No entanto outros atores vieram à cena pública – e se engajaram inclusive na campanha pela anistia “ampla, geral e irrestrita” –, propondo outras definições do *político*. Suas propostas, no entanto, apareciam às margens da discussão sobre o lugar dos *mortos e desaparecidos políticos* no rol de atingidos. Se é certo que, como sugere a cientista política Glenda Mezarobba, podemos chamar 1978 de “ano de luta pela anistia” (MEZAROBBA, 2006), também é verdade que não podemos reduzir 1978 às lutas pela anistia. Aquele foi um ano chave para o processo de abertura política como um todo, na medida em que os limites do processo “lento, gradual e seguro” vislumbrado pelos militares começaram a ser testados, especialmente com a emergência dos chamados “novos movimentos sociais”. Aquele ano assistiu, ainda, ao início de um intenso e inesperado ciclo de greves protagonizado pelos metalúrgicos da região do ABC Paulista. Desafiando os rígidos controles da ditadura sobre a estrutura sindical e colocando em cena o problema do arrocho nos salários e das consequências do “milagre econômico” para os trabalhadores, aquela movimentação serviu de exemplo para trabalhadores de outras categorias, disparando um processo que ficaria conhecido como o “novo sindicalismo”.

Esse conjunto amplo e heterogêneo de atores estabelecia relações conflituosas com as esquerdas, as quais se manifestavam, de modo geral, por meio de uma tensão entre as ideias de uma luta “geral” –as “liberdades democráticas” – e de lutas “específicas”. Essas tensões também tiveram no Congresso Nacional pela Anistia um lugar privilegiado para seu desenvolvimento.

Uma das motivações que levaram os integrantes da campanha pela anistia a convidar os “novos movimentos sociais” para o Congresso Nacional pela Anistia havia sido o objetivo de “popularizar” a luta pela anistia, transformando-a em um “movimento de massas”. Nesse sentido, a presença desses movimentos no encontro parecia corresponder a uma expectativa dos seus organizadores. Ocorre que esses atores não pareciam dispostos a comparecer ao congresso apenas para levar a bandeira da anistia para suas bases, dando a ela o desejado caráter popular. Para eles, a via não poderia ser de mão única, sendo fundamental colocar em debate outras perspectivas sobre o que havia sido (e seguia sendo) a violência ditatorial e quem eram os *atingidos* por ela. Por consequência, entravam em cena também concepções distintas sobre

neficiar, 1978, p. 17, grifo nosso. Uma cópia integral do jornal pode ser encontrada nos arquivos da repressão. Arquivo Nacional, Fundo Serviço Nacional de Informações, notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_78111554_an_02_d0001de0001.

como deveria ser concebida uma anistia verdadeiramente “ampla, geral e irrestrita”.

Essas variadas percepções sobre a questão são evidenciadas pelas moções e contribuições apresentadas por diferentes movimentos ao CNA. A partir do acervo do CBA e da documentação do CNA, disponíveis no portal *Memorial da Anistia*¹¹, é possível encontrar alguns movimentos que trataram explicitamente dessa tensão entre o “geral” e o “específico”, oferecendo equacionamentos distintos para ela. Aqui, me interessa explorar mais detidamente a perspectiva do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial¹².

De início, o MNUCDR apresentou aos organizadores do Congresso Nacional pela Anistia a proposta de criação de uma Comissão de Trabalho dos Negros, nos moldes das outras comissões constituídas para tratar dos “setores e categorias profissionais”. Na estrutura inicial do CNA, não havia espaço para esse debate. Para defender a proposição, o MNUCDR argumentou que “o problema racial é sempre diluído nas discussões mais gerais por que passa a sociedade”, sendo “de fundamental importância que nossos problemas sejam discutidos enquanto problemas específicos, pela sociedade em geral” (MNUCDR, 1978a). A proposta do movimento foi aceita, e a nova comissão foi criada.

No âmbito da Comissão de Trabalho dos Negros do Congresso Nacional pela Anistia, o MNUCDR apresentou uma moção intitulada *O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do negro e a anistia* (MNUCDR, 1978b). O documento traçava um histórico de como as relações raciais se estabeleceram no Brasil e propunha uma comparação entre a ação individual dos chamados *presos comuns* e a ação coletiva dos ditos *presos políticos*. A moção se iniciava com a afirmação de que a “primeira forma de resistência do Negro à escravidão foi a revolta nas senzalas” (MNUCDR, 1978b, p. 1), mas que elas foram rapidamente reprimidas. Para escapar a essa violência, criaram-se os quilombos. E “a cada quilombo que surgia, a repressão sofisticava-se”, de modo que “os quilombolas foram as primeiras *vítimas das perseguições políticas do país*” (MNUCDR, 1978b, p. 1, grifo nosso). O documento seguia discutindo que as principais lutas dos negros teriam ocorrido no século XIX, com o surgimento das lutas abolicionistas. O longo caminho até a abolição teria configurado “o primeiro processo de distensão lenta, gradual e segura” (MNUCDR, 1978b, p. 1).

Dando continuidade à argumentação, o MNUCDR apontava que nas primeiras décadas do século XX haviam surgido novas formas associativas dos negros, invariavelmente reprimidas pelas polícias. Mas

11 Ver: <http://memorialanistia.org.br/>. Acesso em 26 jul. 2022.

12 A análise da atuação do MNUCDR no Congresso Nacional pela Anistia recupera argumentos e análises anteriormente apresentados em Pedretti (2020).

[...] os setores dominantes da sociedade já não perseguiam o escravo. As classes médias não lutavam contra a abolição. Sem “Dono” que justificasse sua opressão, os negros eram perseguidos como marginais, como desempregados, como bagunceiros [...]. Desde então, ser negro passou a ser vergonha para o indivíduo e um perigo para a sociedade. *E a perseguição policial ao negro já não era mais um fato político, uma contraposição às suas lutas por direitos, mas uma perseguição comum.* (MNUCDR, 1978b, p. 2, grifo nosso).

O documento debatia, então, “a participação do Negro no processo de produção”, a fim de demonstrar que “a população negra [...] compõe cerca de 75 milhões de brasileiros marginalizados do campo sócio-econômico-político” (MNUCDR, 1978b, p. 3). Portanto

a questão que se coloca para o governo é como manter a maioria negra alijada das conquistas conseguidas pelos trabalhadores [...], como manter-nos desorganizados, divididos e inconscientes das causas que geram nossa miséria. (MNUCDR, 1978b, p. 3).

Com essas palavras, a tese do MNUCDR caminhava para seu último tópico, intitulado “A Polícia, o Preso Comum e o processo de transformação do Preso Comum em Preso Político” (MNUCDR, 1978b, p. 4). No trecho, o movimento apontava algumas das formas de violência estatal existentes naquele momento contra a população negra: espancamentos na rua, detenções arbitrárias, condenações por crimes não cometidos, batidas policiais de madrugadas em favelas e em bairros de trabalhadores, assassinatos e destruição psicológica e organizativa dos negros. Isso, porque “para a polícia todo negro é um criminoso em potencial” (MNUCDR, 1978b, p. 4). O documento mencionava ainda o sistema penitenciário, caracterizando-o como “uma parte importante para a manutenção do tipo de sociedade em que vivemos. Ele funciona como uma espécie de lixo social”, marcado por “formas variadas de torturas (físicas ou psicológicas)” (MNUCDR, 1978b, p. 4). O documento chegava à sua conclusão definitiva:

A forma do indivíduo expressar a sua oposição em relação à situação atual varia de acordo com o seu nível de consciência. Se o indivíduo tem claras as causas que geram a sua condição de dominado ou explorado; ele se organizará em um grupo político ou terá uma atuação organizada. Quando ele não tem essa consciência, a sua ação se dá ao nível individual. Daí o assalto ao patrimônio privado.

Nos 2 casos a ação do indivíduo expressa uma posição política; diferenciando apenas nas formas de ação, uma coletiva, a outra individual. O Estado reprime em ambos os casos. Agora quando o indivíduo participa de uma luta política por uma sociedade mais justa ou pratica o assalto contra a propriedade privada, e uma das formas é o assalto a bancos, é considerado Preso Político. No entanto quando a ação se dá ao nível individual, o elemento que o pratica é considerado Preso Comum, da qual discordamos e caracterizamos também como preso político.

É nesse sentido que o nosso posicionamento no Congresso Nacional pela Anistia, com relação a esse tipo específico denominado Preso Comum, é de exigirmos que o tratamento seja o mesmo dispensado aos Presos Políticos [...].

Nós os negros compreendemos que a materialização da Anistia – Ampla Geral e

Irrestrita, não atingirá os presos políticos negros [...].

É por isso que exigimos e conclamamos a todos os presentes neste Congresso a lutarem por:

- Pela revisão dos processos e penas de todos os Presos Comuns!
- Por melhores condições carcerárias!
- Por mais prisões abertas e efetiva reintegração dos presidiários na sociedade!
- Pelo fim da opressão policial!
- Por mais trabalhos para os negros e melhores condições de vida!
- Pela liberdade de organização e expressão!
- Pela Anistia Amplia, Geral e Irrestrita! (MNUCDR, 1978b, p. 4-5, grifos nossos).

Em síntese, a estratégia do MNUCDR era discutir o caráter igualmente *político* daquilo que se entendia por uma violência *comum*. Para tanto, promovia um duplo movimento. Por um lado, inscrevia as lutas da anistia e da abertura numa temporalidade mais larga de lutas levadas adiante pelos negros em outros períodos históricos, ao caracterizar os quilombolas como os primeiros perseguidos *políticos* e afirmar que a abolição foi a primeira “distensão lenta, gradual e segura”. Por outro lado, buscava explicar a criminalidade tida como *comum* pela chave das desigualdades socioeconômicas e raciais, politizando as ações que levam os indivíduos a serem presos.

O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial propunha, portanto, um questionamento do próprio conteúdo da pauta “geral”, afirmado que ela produzia uma “diluição” do problema “específico”. Ao fazê-lo, propunha uma revisão profunda acerca da concepção hegemônica no CNA, incidindo sobre um dos argumentos centrais dos CBAs para a definição do *crime político*, qual seja, a “motivação” coletiva em detrimento do “interesse individual”. Para o MNUCDR, essa clivagem não fazia sentido, na medida em que a ação individual dos *presos comuns* era consequência de uma história de decisões *políticas* baseadas na desigualdade socioeconômica e no racismo, que levavam os indivíduos negros à situação de pobreza e marginalidade.

Ocorre que os argumentos apresentados pelo movimento não foram incorporados de forma explícita nos documentos finais do congresso. No documento *Resumo das resoluções do Congresso Nacional pela Anistia* havia uma última resolução, que definia que “todas as demais resoluções aprovadas pelas Comissões do Congresso, abaixo relacionadas, constarão dos Anais do Congresso” (CNA, 1978, p. 2). Assim, às discussões realizadas em espaços como as comissões de mulheres, de operários ou de negros restava um lugar secundário.

No final daquele processo de lutas pela anistia, também os movimentos sociais que lideravam a campanha – notadamente os CBAs – sairiam derrotados do conflito com o regime. A Lei de Anistia efetivamente aprovada em agosto de 1979 abriu caminho para a soltura de alguns *presos políticos* e para o retorno dos exilados, mas manteve a condenação daqueles que

haviam sido acusados de cometer “crimes de sangue” – fundamentalmente os integrantes da luta armada. Ao mesmo tempo, o diploma legal garantiria a não responsabilização dos militares que haviam torturado, matado e desaparecido com os corpos. Esses setores seguiriam criticando a anistia, apontando que não havia sido “ampla, geral e irrestrita”.

Ocorre que, ao mesmo tempo, tais setores também seriam objeto de crítica, em razão da incapacidade de incorporar, em sua própria noção da anistia, visões como a que o MNUCDR trazia. Emblemática seria a crítica feita pelo jornal *Lampião da Esquina* ainda em dezembro de 1979:

A questão é: que atitude costumam adotar os vários movimentos brasileiros pela anistia diante das prisões indiscriminadas de homossexuais? Parece-nos que nenhuma – a tendência é passar diante do cinema Iris e achar muito natural que lá estejam os “camburões” à espera de suas presas [...]. Anistia realmente ampla, geral e irrestrita: não aquela destinada a beneficiar apenas os diletos filhos da classe média, mas a que arranque dos cárceres os negros da Baiada e evite mortes como a de Robson em São Paulo, ou a de Aézio no Rio; a que resgate dos desvãos escuros da Rua Regro Freitas, em São Paulo, ou da Rua do Lavradio, no Rio, pessoas ricas de humanidade como as travestis Flávia e Tatiana, de quem vocês lerão, nas páginas que se seguem, tocantes confissões. *As senhoras e os senhores da anistia à brasileira que se preparem: muito mais que do Governo, é deles que iremos cobrar essa amplitude*¹³. (ANISTIA..., 1979, p. 5, grifo nosso).

Enquanto os CBAs entendiam que os limites da Lei de Anistia estavam localizados em seu caráter não amplo e recíproco, o jornal alternativo chamava atenção para outros limites da “anistia à brasileira”. A crítica é emblemática por demonstrar como as formas classificatórias construídas por atores organizados em torno dos CBAs e do MFA também reproduziam formas de exclusão e silenciamento. Com ela, o *Lampião da Esquina* chamava atenção para as fronteiras que, no final do processo de lutas pela anistia, pareciam consolidadas. Enquanto os “diletos filhos da classe média” eram beneficiados, a violência que se voltava contra homossexuais, travestis e negros era vista como “muito natural”. Essa questão não desapareceria do horizonte nos anos seguintes.

¹³ *Lampião da Esquina*, “Anistia apoia homossexuais”, dezembro de 1979. Disponível em: <https://www.ibdsex.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ibdsex-lampiao-da-esquina-edicao-19-dezembro-79.pdf>. Acesso em 21 fev. 2022.

A CAMPANHA NACIONAL CONTRA A VIOLENCIA POLICIAL

No dia 2 de março de 1981, em pleno carnaval, o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/SP) prendeu dois homens nas proximidades do local onde ocorriam os desfiles das escolas de samba da cidade. Eram Flávio Carranca e Milton Barbosa, o Miltão, militantes do Movimento Negro Unificado. Miltão e Flávio estavam distribuindo panfletos de divulgação da Campanha Nacional Contra a Violência Policial, eixo central da atuação política do MNU a partir de 1980.¹⁴

Como discutido acima, o MNUCDR afirmava ser impossível desvincular a chamada “marginalidade” das questões socioeconômicas, as quais, por sua vez, só podiam ser compreendidas à luz da dimensão racial. Uma anistia realmente “ampla, geral e irrestrita”, segundo o MNUCDR, deveria incluir os presos ditos *comuns*. A perspectiva do movimento foi derrotada não apenas no embate com o regime, mas especialmente dentro dos próprios CBAs, cuja concepção da anistia implicava limites rígidos entre o *político* e o *comum*.

No contexto pós-Lei de Anistia de 1979, o movimento seguiu pautando a questão da necessidade de enfrentar a violência do Estado. Organizou e lançou a Campanha Nacional Contra a Violência Policial. A campanha foi analisada de forma mais detida na tese de doutoramento de Paulo César Ramos (2021), e pretendo seguir suas pistas – inclusive retomando documentos citados e reproduzidos por Ramos no trabalho – para observar como, no contexto dessas ações de denúncia, o MNU voltava a questionar as fronteiras entre o político e o comum.

De início, importa recorrer a algumas das publicações feitas no âmbito da campanha para compreendermos quais práticas o MNU estava denunciando. Em um texto intitulado *Genocídio: O Estado elimina fisicamente a população negra através da violência policial*, de 1981, o movimento descrevia as práticas violentas que acometiam a população negra:

A polícia, através da Rota, Tático Móvel e organizações paramilitares como Mão BRANCA, Esquadrão da Morte e outras, continuam matando cidadãos brasileiros, não julgados ou condenados, mas em sua grande maioria apenas considerados suspeitos de cometer crime (GENOCÍDIO..., 1981).¹⁵

14 A prisão foi noticiada pela imprensa (DO LADO..., 1981). No Arquivo Nacional, localizei um informe produzido pela agência de São Paulo do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre as detenções. Anexada a este documento há uma cópia do panfleto, apreendido pelo Deops no momento da prisão. A partir dessa reprodução, foi possível saber o teor do documento distribuído pelos militantes. Ver: Arquivo Nacional, notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81005980_d0001de0001.

15 Uma cópia do jornal está disponível em: Arquivo Nacional, notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82011816_

Em outra publicação, o jornal *Tição*, do ano de 1981, sob o título “Chega de violência” escrito em letras garrafais, se lê:

Sair na rua sem carteira profissional assinada dá cadeia para qualquer negro ou mulato. Nunca foi preciso mandado judicial para prender um negro, assim como não existe muita explicação para a costumeira batida em pontos frequentados pela população pobre e, principalmente, negra. O Esquadrão da Morte ou o Mão Branca no centro do país se orgulham em informar que 90% dos seus presuntos são negros, também encontrados esquecidos nas celas dos presídios e até mesmo manicômios. Tudo isto está sendo denunciado na Campanha Nacional contra a Violência Policial¹⁶.

Prisões arbitrárias, assassinatos, torturas: essas eram algumas das práticas na mira do MNU ao lançar a Campanha Nacional contra a Violência Policial. O panfleto que Miltão e Flavio entregavam naquele carnaval de 1981 era intitulado *As razões da violência*. O texto apresentava a leitura do MNU sobre a origem do problema da violência urbana:

Hoje está sendo bastante discutida, através da televisão, rádios e jornais, a tal “violência urbana”, com muitos assaltos, tiroteios e mortes, nas principais cidades do país.

Aproveitando-se disso, as “autoridades” brasileiras a todo momento pedem mais dinheiro para combater o crime, e a violência policial aumenta prendendo, torturando e matando em todo o território nacional. O que essas “autoridades”, pretendem com este barulho todo é desviar a atenção da “OPINIÃO PÚBLICA” sobre as verdadeiras causas dessa violência.

As causas dessa violência são: o alto índice do curso de vida, o desemprego, exemplo: a Volkswagen demitiu em meados de janeiro cerca de 3.000 funcionários, as péssimas condições de vida da população brasileira, a falta de saneamento básico, educação, assistência médica e transporte. Enfim, as causas da tal “violência urbana” são as condições de miséria em que vive a maior parte da população brasileira¹⁷.

No panfleto, o MNU seguia defendendo a concepção que já aparecera no quadro da luta pela anistia. Nessa leitura, o problema da criminalidade, que vinha se tornando cada vez mais noticiado no país, não podia ser desvinculado de suas raízes sociais e econômicas. O Movimento Negro Unificado propunha, então, uma crítica à própria noção de violência urbana, apontando como a categoria abria espaço não apenas para a invisibilização das causas da criminalidade, mas também para a legitimação da violência cometida por policiais. É nesse sentido que o MNU mobilizava a categoria de violência policial, destacando a dimensão ilegítima da ação de agentes estatais, expressada na forma de prisões arbitrárias, torturas e assassinatos que se abatiam, nos termos do panfleto, “sobre a população pobre nos bairros da periferia, nas favelas,

d0001de0001.

16 Ibid.

17 Arquivo Nacional, notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81005980_d0001de0001.

cortiços, clubes recreativos, escolas de samba e no próprio centro da cidade”.

Em um texto de 1980 assinado pela Frente Negra para a Ação Política de Oposição (Frenapo) e pela executiva nacional do MNU, os integrantes da campanha articulavam de forma mais aprofundada as questões que apareceriam no panfleto distribuído no carnaval. Em termos semelhantes àqueles utilizados na disputa pela concepção de anistia, os movimentos apontavam que

A história do Brasil mostra que a violência policial desde o período escravista sempre foi usada para o controle social e político da população oprimida.

[...]

A polícia sempre foi um braço armado auxiliar na política do governo junto à maioria da população oprimida. Cumpre o papel de controlar, desorganizar e quebrar psicologicamente o indivíduo, reduzindo-o a ser submisso e impotente através da pressão e perseguição constante (FRENAPo e MNU, 1980, p. 2, Apud RAMOS, 2021, p. 147) .

Se essa era uma tônica em toda a história nacional, o texto apontava também que as diferentes conjunturas traziam mudanças na forma dessa violência:

Nos momentos de ditadura a violência policial é aumentada sem maiores alardes, nos de “abertura” são feitas campanhas criando uma atmosfera de insegurança, dando dimensão artificial ao problema da criminalidade e marginalidade, ao mesmo tempo em que confunde as suas verdadeiras causas da criminalidade. Desde o ano passado o governo vem desenvolvendo uma campanha, através dos meios de comunicação, objetivando conseguir respaldo na população para aumentar e oficializar as ações repressivas do aparelho policial. (FRENAPo e MNU, 1980, p. 3, Apud RAMOS, 2021, p. 148) .

Aqui, portanto, havia um novo elemento no argumento do MNU e da Frenapo. Para além de apontar que as raízes da violência eram intimamente relacionadas com a desigualdade social, os movimentos sustentavam que o imaginário da violência urbana vinha sendo construído como parte de uma estratégia governamental para lidar com a nova conjuntura. Afinal, durante as ditaduras a violência policial recrudescia, e isso não podia ser tematizado. Naquele contexto de abertura, no período pós-anistia, era preciso encontrar formas de legitimar essas práticas violentas – daí, portanto, a campanha voltada para a criação de uma “atmosfera de insegurança”. A chave da questão, para os movimentos, era ressaltar a dimensão profundamente *política* dessas arbitrariedades cometidas por policiais no contexto do pretenso combate à criminalidade.

A repressão exercida no dia a dia em cima de cada pessoa, e das greves e manifestações públicas, são formas diferenciadas de controle policial que objetivam a manutenção do poder nas mãos de alguns enquanto a maioria permanece alijada dos centros de decisão e na mais absoluta miséria. *No entanto o combate a esta violência até hoje não foi encarado analisados assumido [sic] nos seus devidos parâmetros políticos.* Relegado a segundo plano devido a vários fatores, entre os quais destacam-

se a falta de percepção política aliada à ideologia burguesa e racista frente a maioria das vítimas, pelo fato de serem negras. (FRENAPO e MNU, 1980, p. 3, apud RAMOS, 2021, p. 148).

Tal como ocorrera no quadro da campanha pela anistia, o apelo do MNU e da Frenapo era que a luta contra a violência policial fosse articulada com outros temas que pareciam mais caros à esquerda tradicional:

Junto à luta pela estabilidade no emprego, melhores salários, liberdade sindical, direito de greve, salário mínimo mensal etc... Está a luta contra a violência policial enquanto parte de um processo de dominação e exploração do conjunto dos trabalhadores, notadamente daqueles que nem o direito de ser trabalhador em qualquer setor da produção foi conquistado.

Nesse sentido convocamos todos os setores que lutam pela democracia a aprofundar as discussões em torno do papel da violência policial. É preciso que coloquemos as verdadeiras causas da marginalidade e criminalidade, não endossando os discursos, as arbitrariedades do governo e sua polícia civil e militar. (FRENAPO e MNU, 1980, p. 3 apud RAMOS, 2021, p. 148).

Outro panfleto analisado por Ramos trata da convocação assinada pelo MNU e pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas. Intitulado *Convite às entidades democráticas de Campinas*, o texto afirmava que a adoção da bandeira de luta da Campanha Nacional contra a Violência Policial era uma maneira de

[...] mobilizar a população e todos os setores em luta por uma sociedade democrática, para por fim a este estado de intransquilidade e terror ao qual estão submetidos amplas parcelas do povo brasileiro. (DCE e MNU, 1980, apud RAMOS, 2021, p. 150).

Para isso, o MNU e o DCE convidavam “todas as entidades democráticas de Campinas a cerrar fileiras e engrossar” a campanha. A despeito da localização geográfica específica relativa à cidade de Campinas, destaco os trechos desse panfleto porque me interessa retomar as campanhas feitas no contexto da luta pela anistia, em que as entidades estudantis tiveram uma participação fundamental, momento em que ganhou força a palavra de ordem de defesa das “liberdades democráticas”. A convocação desse panfleto do MNU, de certa forma, recorria ao mesmo vocabulário da “luta por uma sociedade democrática”. A campanha liderada pelo MNU teve alguma capacidade de atrair outros setores. Em um jornal datado de março/abril de 1981, o Movimento Negro Unificado afirmava:

Em São Paulo e Campinas a Campanha vem ganhando novos adeptos, e já se recolheu [sic] mais de 8.000 assinaturas. Em Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Rio de Janeiro a campanha vem sendo levada através de boletins e folhetos, reuniões e passagem do abaixo-assinado Contra a Violência Policial.

Em todos estes estados o MNU se encontra na coordenação da Campanha, recebendo adesão à simpatia e à solidariedade da população e das entidades populares e democráticas. (BALANÇO..., 1981, p. 9¹⁸)

A despeito do tom otimista, natural para um jornal de divulgação das ações do movimento, a campanha não chegou a pautar o centro do debate público. Ao pesquisar o título da campanha nos acervos dos jornais *Folha de S.Paulo* e *O Globo*, por exemplo, surge apenas uma menção à ação do MNU, feita por uma jornalista da *Folha* em uma matéria que tratava do movimento negro de modo mais geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, busquei apontar como, no quadro da abertura política, o Movimento Negro Unificado questionou a dicotomia entre *presos políticos* e *presos comuns* que marcava o debate público no contexto imediatamente anterior e posterior à Lei de Anistia de 1979. Em seu sentido jurídico, as anistias afastam a punibilidade de um determinado crime cometido. Quero sugerir, no entanto, que, para além desse sentido jurídico, é preciso observar como as anistias operam para reconhecer a legitimidade de certos atos, deslocando-os do universo do *crime* para inscrevê-los no mundo das ações vistas como *políticas*. A esse processo corresponde, necessariamente, uma mudança na imagem dos indivíduos anteriormente vistos como *criminosos políticos*. Na medida em que seus atos prévios são revestidos de legitimidade, eles também deixam de ser percebidos como sujeitos *criminosos* e se deslocam para a arena dos atores políticos. Quando conseguem se apresentar como tendo vivido uma injusta criminalização que os fez sofrer arbitrariedades diversas, esses atores têm a capacidade de se constituir enquanto *vítimas* e *atingidos* pela violência do regime. Esses dois processos são simultâneos e se influenciam mutuamente.

A luta pela anistia no final dos anos 1970 no Brasil foi um momento chave para a afirmação da percepção de que a violência do Estado contra os opositores era dotada de uma natureza específica, definida pelo qualificativo de *política*. É certo que o texto final da lei não fazia esse reconhecimento. Pelo contrário: reafirmava a ilegitimidade das posturas enquadradas como *terrorismo*. Do ponto de vista das disputas simbólicas, no entanto, o decorrer daquele

¹⁸ Há uma cópia desta edição do jornal do MNU nos arquivos da repressão. Arquivo Nacional, notação: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_82011816_d0001de0001. Ramos (2021, p. 151) cita e reproduz a página do jornal em que se encontra este texto

processo representou a afirmação de certas categorias que reposicionavam o lugar dos antigos *subversivos* e os *terroristas*. Assim, ao final da década, os debates públicos e a arena política eram permeados por categorias como *presos políticos, mortos e desaparecidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos políticos*.

Os sentidos dessas categorias já estavam de certa forma cristalizados no período pós-Lei de Anistia, e não foi à toa que o MNU buscou reforçar a categoria de violência policial para visibilizar suas demandas de luta contra a violência de Estado. Contudo, a bandeira encontrou pouco eco entre as esquerdas - mesmo aquelas que, poucos anos antes, compartilhavam os cárceres do regime com os chamados *presos comuns*.

Observemos a questão a partir do trecho da música dos Racionais MCs que inclui como a epígrafe deste artigo. “Cadeia? Guarda o que o sistema não quis”, cantam os *rappers* paulistas. Se a cadeia guarda o que o “sistema” não quer, fica então a questão: o que o “sistema” não queria ao longo do regime ditatorial, a ponto de encher as prisões de militantes políticos de oposição? Para pensar no caso, recorro à síntese feita por Gabriel Feltran sobre a questão da legitimidade da participação política no regime ditatorial. O sociólogo aponta como naquele momento “uma fronteira nítida distingua os grupos sociais oficialmente legítimos daqueles a serem banidos da convivência pública” (FELTRAN, 2007, p. 83). A manutenção dessa distinção se dava a partir da legislação de exceção e das ações repressivas, e sua consequência era impedir “que a pluralidade da sociedade fosse representada politicamente” (FELTRAN, 2007, p. 83). O processo ocorrido ao longo dos anos 1970 e aqui brevemente descrito pode ser visto como uma lenta reabertura do “sistema” para atores sociais anteriormente banidos da convivência pública.

Após a Lei de Anistia, fica a pergunta: quem o “sistema” aceitava reincorporar enquanto ator legítimo da *política*? E quem seguiria alimentando as cadeias como *criminoso*? As formulações do MNU indicam que a chave da questão não é a objetividade de um tipo penal, mas sim as formas sociais de reconhecimento.

Naquele momento, foi possível encarar certos sujeitos anteriormente vistos como *criminosos* enquanto indivíduos cuja motivação era, na verdade, *política*. Abriu-se, assim, o caminho para sua reabilitação moral. Seu lugar foi deslocado do *subversivo* para a *vítima*; do *terrorista* para o *atingido*. Essas *vítimas* e *atingidos* ganharam, novamente, espaço no “sistema”, deixando de pertencer às cadeias. Estas seguiriam ocupadas pelos tipos sociais classificados por categorias como *bandido, marginal, vagabundo ou traficante* (MISSE, 1999). Perpassadas por dimensões de classe, raça, gênero e território, essas formas classificatórias seguiriam legitimando a tortura, a morte e o desaparecimento de amplos contingentes da sociedade, mesmo em pleno regime democrático.

REFERÊNCIAS

1. CARVALHO, Mario Cesar. Afanasio volta ao rádio e inicia campanha. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 67, n. 21.315, 12 ago. de 1987. Caderno Ilustrada, p. 29.
2. ALEXANDER, Jeffery. On the social construction of moral universals: the ‘Holocaust’ from war crime to trauma drama. **European Journal of Social Theory**, Sussex, v. 5, n. 1, p. 5-85, 2002.
3. ANISTIA apoia homossexuais. **Lampião da Esquina**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 19, p. 5, dez. 1979. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2019/04/23-LAMPIAO-DA-ESQUINA-EDICAO-19-SEZEMBRO-1979.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2022.
4. ARAÚJO, Fábio. **Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.academia.edu/30708420/Tese_Das_consequencias_da_arte_macabra_de_fazer_desaparecer_corpos_desaparecimentos_violencia_sofrimento_e_politica. Acesso em: 22 jul. 2022.
5. AZEVEDO, Desirée de Lemos. **Ausências incorporadas**: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.
6. BALANÇO da Campanha Nacional Contra a Violência Policial. **Revista do MNU**, São Paulo, s/a, s/n, mar./abr. 1981.
7. BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Departament d’Història Contemporània da Universitat de Barcelona, Porto Alegre e Barcelona, 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/29576/000777584.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.
8. CNA – Congresso Nacional pela Anistia. Resumo das Resoluções do Congresso Nacional pela Anistia. São Paulo, CNA, 1978. Disponível em: <http://www.docvirt.com/doctreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&pagfis=63047>. Acesso em: 26 jul. de 2022.
9. CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.
10. DAVID, Lea. The emergence of the “dealing with the past” agenda: Sociological thoughts on its negative impact on the ground. **Modern Languages Open**, Liverpool, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.modernlanguagesopen.org/articles/10.3828/>

mlo.v0i0.321/galley/415/download/. Acesso em: 26 jul. 2022.

11. DE GREIFF, Pablo. Justiça e reparações. In: REÁTEGUI, Félix. (org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011, p. 405-438. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_americ\(latina\).pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_americ(latina).pdf). Acesso em: 26 jul. 2022.
12. DO LADO de fora, o passeio dos que nada viram. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 61, 3 mar. 1981. Caderno Carnaval, p. 12.
13. DRULIOLLE, Vincent. Recovering historical memory: A struggle against silence and forgetting? The politics of victimhood in Spain. **International Journal of Transitional Justice**, Oxford, v. 9, p. 316-335, 2015.
14. EFREM FILHO, Roberto. **Mata-mata**: reciprocidades constitutivas entre classe, gênero, sexualidade e território. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/322704>. Acesso em: 26 jul. 2022.
15. EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia. Quando existe “violência policial”? Direitos, moralidades e ordem pública no Rio de Janeiro. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 407-428, jul./ago./set. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7299/5878>. Acesso em: 26 jul. 2022.
16. FARIAS, Juliana. Quando a exceção vira regra: os favelados como população “matável” e sua luta por sobrevivência. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, n. 15.2, p. 138-171, jul./dez. 2007.
17. FELTRAN, Gabriel de Santis. Vinte anos depois: a construção democrática brasileira vista da periferia de São Paulo. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 72, p. 20, 2007.
18. FRENAPO - Frente Negra para Ação Política de Oposição e MNU - Movimento Negro Unificado - Executiva Nacional. Campanha Nacional contra a Violência Policial: o segundo passo. Acervo de Reginaldo Bispo, 1980.
19. GENOCÍDIO: O Estado elimina fisicamente a população negra através da violência policial. **Revista do MNU**, São Paulo, s/a, s/n, p. 8, nov. 1981.
20. KANT DE LIMA, Roberto; EILBAUM, Lucía; MEDEIROS, Flavia (org.). **Casos de repercussão**: perspectivas antropológicas sobre rotinas burocráticas e moralidades. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.
21. LACERDA, Paula. **O “Caso dos Meninos Emasculados de Altamira”**: polícia, justiça e movimento social. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-

Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/72/teses/784602.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.

22. LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Letícia. Anthropological perspectives on documents: ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 76-112, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/3jnYPgTxPk nzVBNqh7Jr5yt/?format=pdf&lang=en>. Acesso em: 26 jul. 2022.
23. MEZAROBBA, Glenda. **Um acerto de contas com o futuro – a anistia e suas consequências**: um estudo do caso brasileiro. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2006.
24. MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.
25. MNUCDR - Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial. **Carta da Comissão Executiva Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial para o Congresso Nacional pela Anistia**. São Paulo: MNUCDR, 1978a. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&pagfis=63181>. Acesso em: 22 fev. 2022.
26. MNUCDR. **O papel do aparato policial do Estado no processo de dominação do negro e a anistia**. São Paulo: MNUCDR, 1978b. Disponível em: <http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=DocBNM&Pasta=CBA%20-%20Comite%20 Brasileiro%20Pela%20Anistia&Pesq=&pagfis=84127>. Acesso em: 22 fev. 2022.
27. NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antiteses**, Londrina, v. 8, n. 15esp, p. 9-44, nov. 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/download/23617/17356>. Acesso em: 26 jul. 2022.
28. PEDRETTI, Lucas. Violência de Estado e racismo em dois momentos das lutas e políticas de memória no Brasil. In: TELES, Edson; QUINALHA, Renan (orgs.). **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 311-339.
29. PEDRETTI, Lucas. **As fronteiras da violência política**: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988). 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17966>. Acesso em: 26 jul. 2022.
30. RAMOS, Paulo Cesar. **Gramática negra contra a violência de Estado**: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). 2021. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19052021-202215/publico/2021_PauloCesarRamos_VCorr.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

31. REÁTEGUI, Félix (org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_americ\(latina\).pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_americ(latina).pdf). Acesso em: 26 jul. 2022.
32. SALES, Jean. Resistência, revolução e democracia: o debate sobre a luta armada na esquerda brasileira (1969-1985). **Revista Tempo & Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 31, p. 2-55, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312312020e0206/12523>. Acesso em: 26 jul. 2022.
33. SANJURJO, Liliana; FELTRAN, Gabriel. Sobre lutos e lutas: violência de Estado, humanidade e morte em dois contextos etnográficos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 67, n. 2, p. 40-45, abr./jun. 2015. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v67n2/v67n2a13.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2022.
34. TEITEL, Ruti. Genealogia da justiça transicional. In: REÁTEGUI, Félix. (org.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 135-170. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_americ\(latina\).pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_americ(latina).pdf). Acesso 26 jul. 2022. Acesso em: 26 jul. 2022.
35. TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura**: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-31012017-140247/publico/2011_JanainadeAlmeidaTeles_VCorr.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.
36. TEÓFILO, João Batista. **Passar o passado a limpo**: memória, esquecimento e impunidade no Brasil pós-ditadura. Da anistia à Comissão Nacional da Verdade. 2021. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2021. Disponível em: https://www.academia.edu/82011254/Passar_o_passado_a_limpo_Mem%C3%B3ria_esquecimento_justi%C3%A7a_e_impunidade_no_Brasil_p%C3%B3s_ditadura_Da_Anistia_%C3%A0_Comiss%C3%A3o_Nacional_da_Verdade. Acesso em: 26 jul. 2022.
37. TORELLY, Marcelo; ABRÃO, Paulo. Justiça de transição no Brasil: a dimensão da reparação. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília n. 3, p. 108-139, jan./jul. 2010. Disponível em: <http://docvirt.com/DocReader.net/docreader.aspx?bib=DocBNM&pagsis=76802>. Acesso em: 26 jul. 2022.
38. VAN ZYL, Paul. Promovendo a justiça transicional em sociedades pós-conflito. In: REÁTEGUI, Félix (org.). **Justiça de transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia; Nova York: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011. p. 47-72. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_americ\(latina\).pdf](http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/manual_justica_transicao_americ(latina).pdf). Acesso em: 26 jul. 2022.

justica_transicao_américa_latina.pdf. Acesso em: 26 jul. 2022.

39. VECCHIOLI, Virginia. Políticas de la memoria y formas de clasificación social. ¿Quiénes son las “víctimas del terrorismo de estado” en la Argentina? In: GROOPPO, Bruno; FLIER, Patricia (orgs.). **La imposibilidad del olvido**: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay. La Plata: Ed. Al Margen, 2001. p. 83-102.

40. VIANNA, Adriana. **Etnografando documentos**: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. (orgs.). Antropologias das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2014. p. 43-70.

41. VITORINO, Matheus. **A campanha pela reparação**: as associações de trabalhadores e militares pela anistia. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/18061>. Acesso em: 26 jul. 2022.

Lucas Pedretti Lima

Professor na Secretaria Municipal de Educação de Maricá. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduação em História e mestrado em História Social da Cultura pela PUC-Rio. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4507-1764>. E-mail: lpedrettilima@gmail.com

Demonização e afetividade na transição democrática brasileira: a sociologia da repressão de William da Silva Lima

Demonization and affectivity in the Brazilian democratic transition: William da Silva Lima's sociology of repression

Fabio Magalhães Candotti

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, Brasil

RESUMO

O artigo propõe uma antropologia histórica em aliança com o pensamento de William da Silva Lima no livro *Quatrocentos contra um – uma história do Comando Vermelho*, publicado em 1991. Trata-se de uma obra geralmente enquadrada como um testemunho da experiência carcerária e uma narrativa da formação do “crime organizado”. Caminhando em outra direção, esse escrito é experimentado no artigo como a fonte de uma *sociologia da repressão* e de sua transformação no período histórico consagrado, no Brasil, pelo termo “transição democrática”. Após uma apresentação da linha de vida entre cárceres de Lima e de sua narrativa, são descritos os deslocamentos históricos definidos por ela e, por fim, a sua teoria sociológica da repressão e da *resistência*. Em resumo, o que essa teoria demonstra é, em primeiro lugar, uma transformação do sistema carcerário e da segurança pública no Rio de Janeiro, sintetizada na invenção de uma espécie de dispositivo de “crime organizado” cuja função estratégica é a *demonização* de pessoas presas e sua *luta pela liberdade*. Em segundo lugar, essa sociologia prisioneira oferece uma teoria a respeito daquilo que *mantém vivos e unidos* homens cujas vidas foram e são sistematicamente expostas à morte e separadas pelo *sistema*: a *afetividade*.

Palavras-chave: Polícia, Prisão, Ditadura Militar, Democracia, Afetividade.

Recebido em 17 de setembro de 2021.

Avaliador A: 07 de outubro de 2021.

Avaliador B: 01 de novembro de 2021.

Aceito em 15 de junho de 2021.

ABSTRACT

The article proposes a historical anthropology in alliance with the thought of William da Silva Lima in the book *Four hundred against one: a history of the Red Command*, published in 1991. It is a work generally framed as a testimony of life in prison and a narrative of the making of “organized crime”. Moving in another direction, the article uses the book as the source of a *sociology of repression* and of its transformation in the historical period consecrated, in Brazil, by the term “democratic transition”. After a presentation of Lima’s lifeline in-between-prisons and a definition of his narrative, the historical shifts defined by him are described, and finally, the sociological theory of *repression* and that of *resistance*. In short, the theory demonstrates, firstly, the transformation of the prison system and public security in Rio de Janeiro, synthesized in the invention of a kind of “organized crime” device, whose strategic function is the *demonization* of people in prison and their *fight for freedom*. Secondly, this captive sociology offers a theory of that which keeps these men *alive and united*, whose lives have been/are systematically exposed to death and separated by the *system: affectivity*.

Keywords: Police, Prison, Military Dictatorship, Democracy, Affectivity.

O preso é alguém tão despojado, tão despossuído, que sua conquista do direito à voz soa como anúncio da inevitável desestabilização, do caos, da insegurança coletiva. Já é uma rebelião em si. No inconsciente de nossa sociedade, a vontade mais disseminada é a da aniquilação do marginal. A garantia de sua sobrevivência soa como uma dádiva, e sua busca de dignidade aparece como um luxo. Mas por que sobreviver em condições subumanas? Essa era — e é — a questão.

(William da Silva Lima, 1991)

UM COMPANHEIRO DE PENSAMENTO

No dia 10 de fevereiro de 2020, em dezenas de bairros de Manaus, ouviram-se longas sequências de fogos de artifício¹. “Parecia até ano novo!”, alguém comentou. Embora a data

1 A primeira versão deste ensaio foi apresentada no GT 80 “Transições democráticas e controle social: repensando marcações temporais”, que ocorreu na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia. Agradeço às coordenadoras Taniele Rui e Liliana Sanjurjo e aos debatedores Fabio Mallart, Desirée Azevedo e a Adalton Marques pelos comentários naquela ocasião. Agradeço especialmente ao último pela leitura da versão final do texto. A elaboração do artigo foi possível pelo apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Pró-Reitoria

marcasse precisamente os 40 anos do Partido dos Trabalhadores (PT), comemorava-se outro acontecimento avermelhado: uma reconfiguração das alianças de coletivos do crime, com adesão quase total ao Comando Vermelho (CV). No mesmo dia, após horas de tensão entre familiares de pessoas presas, temerosas por mais um “massacre”, um discurso tranquilizador vazou de dentro do mais importante presídio masculino da cidade:

Os líderes acharam melhor ter a paz. Tanto dentro quanto fora do sistema. Nós tinha tudo e acabamos praticamente com nada, por conta dos teleguiado. Ninguém tá ganhando nada com a guerra, ao contrário. Ninguém se acovardou, simplesmente fechamos a aliança. Não foi nenhum de nós que tomou a decisão. Foi deles. O pedido veio das ruas. Ninguém dá assistência a nada. Nem energia a gente tem, que é um direito nosso. Até segunda ordem, vamos manter o respeito e disciplina. Somos todos sujeitos homens. Estamos sendo transparentes. (TOMADA..., 2020)

A fala expressa mais uma “união” contra situações insuportáveis dentro de prisões. Desde 2017, com a segunda ascensão da Polícia Militar (PM) ao comando da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas, o dispositivo de controle e tortura dentro das unidades da capital adquiriu nova potência. Sob a justificativa de impor “segurança” e “disciplina” em prisões supostamente “dominadas” por facções criminosas, aos poucos, todos os ditos “privilegios” de pessoas presas foram cortados, desde a circulação pelos pavilhões até a entrega de mantimentos por familiares, incluindo medicamentos. A fiação elétrica foi retirada das celas e de muitos pavilhões inteiros, o que também significou a ausência dos ventiladores que ficavam no teto dos corredores, numa cidade conhecida pelo calor. Canis foram construídos e um “Grupo de Intervenção Prisional” foi criado para reprimir fugas e revoltas, passando a atuar no cotidiano prisional. Um regime intensificado de castigos coletivos foi instituído (CANDOTTI, 2022).

Mas o discurso que vazou de dentro de uma prisão amazonense em 2020 compõe não somente um acontecimento particular ao campo de batalhas carcerário amazonense e aos coletivos criminais e policiais. Junto com os fogos de artifício e a ironia histórica da data, também expõe a importância atual do sistema carcerário na vida coletiva brasileira. Ou, mais do que isso, a centralidade das relações entre prisão, polícia, justiça e crime no país. Essa relevância pode ser percebida inclusive na ascensão à presidência da república de um homem que ganhou espaço institucional como representante público da Polícia Militar – e de suas milícias – e como defensor da tortura carcerária e da ditadura militar.

Assim, se as prisões e a PM já mereciam destaque quando, por décadas, coletivos

de Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas.

políticos e intelectuais insistiam na pergunta “o que resta da ditadura?”², hoje, quando se coloca como questão “o que resta da democracia?”, parece ainda mais oportuno fortalecer um debate histórico sobre o campo de batalhas carcerário-policial, “desafiando marcações temporais convencionadas e preferindo tomá-las como problema de pesquisa”³.

Justamente neste momento, quando se reelaboram e se intensificam as estratégias e táticas discursivas de contraposição de narrativas contra e a favor da ditadura militar, vale notar a presença de uma narrativa bastante consensual, retomada em posições de todos os lados do espectro “político”. Trata-se, curiosamente ou não, da história do próprio CV, tal como contada, precisamente, ao longo dos últimos 40 anos. Segundo essa narrativa, esse coletivo teria surgido da “convivência” entre “presos políticos” e “presos comuns” durante os anos 1970, num presídio específico, o Instituto Penal Cândido Mendes, em Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro. Essa narrativa serve, por um lado, para responsabilizar os velhos “subversivos” pela construção de um monstro perverso; por outro, demonstra que os “presos comuns” foram dotados de uma capacidade organizativa perigosa. Sem dúvida, ela também alimentou por algum tempo, em posições mais à esquerda, certa esperança de uma “consciência política”, quiçá “revolucionária”, entre membros de coletivos criminais.

Diante dessa narrativa relativamente consensual, este ensaio oferece uma história distinta e quase tão antiga quanto a primeira. Uma outra verdade, elaborada a partir de outros critérios e experiências, baseada em um escrito relativamente bem conhecido no campo acadêmico de estudos carcerários e criminais (BARBOSA, 1998, 2019; HIRATA, 2018). Um livro que permanece, contudo, deveras ignorado, quando o assunto é a história da ditadura militar e do que se convencionou chamar de “transição democrática” brasileira. Trata-se do livro *Quatrocentos contra um – uma história do Comando Vermelho*, escrito por William da Silva Lima e publicado pela primeira vez em 1991 pelo Instituto de Estudos da Religião - Iser (LIMA, 1991), que ainda ganhou novas edições nos últimos 20 anos, sendo uma delas lançada junto ao filme, quase homônimo, *400 contra 1 – uma história do crime organizado*, dirigido por Caco Souza (2010), que já havia lançado o curta *Senhora Liberdade* (2004), totalmente dedicado às palavras de Lima⁴.

Poeta e escritor nascido em 1942 em Recife, Lima faleceu em 31 de julho de 2019, aos 76 anos, no Rio de Janeiro, cumprindo pena em regime aberto,

2 Sobre isso, ver, por exemplo, o livro organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle (2010).

3 O trecho é parte do resumo do grupo de trabalho onde a primeira versão deste texto foi apresentada. Ver nota 2.

4 O curta está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=sqi_wykKBmQ. Acesso em 25 out. 2020.

com uma tornozeleira eletrônica presa a seu corpo (FERNANDES, 2019). Quando escreveu o livro, estava foragido, ou melhor, vivia *na clandestinidade*⁵ – como ele mesmo disse. Ao publicá-lo, já estava preso novamente e havia sido localizado sozinho no topo de um organograma do CV publicado numa reportagem especial que divulgava um estudo do Instituto Superior de Investigação Criminal encomendado pela ONU (“COMANDO”..., 1991). Pessoa, portanto, “ilustre” para o mundo da Justiça e da segurança pública nacional e internacional, conhecido pela polícia e pela administração carcerária como “Professor”⁶. “O Comando Vermelho é fruto de uma mística. O William, por exemplo, se destaca por ter lido bastante Marx. Ele tentou aplicar os ensinamentos à organização de bandidos, mas sem muitos resultados” – palavras do secretário de Polícia Civil, na mesma página de jornal que, na sequência, exibe a reportagem “Criminosos aprenderam a se organizar com presos políticos” (IBID.).

Este ensaio presta homenagem à vida e ao pensamento de Lima e dá alguma continuidade a um projeto marginal de pesquisa interrompido há uma década⁷. Recentemente, após sua morte, o livro foi objeto de uma reflexão e de uma homenagem antropológica importante por parte de Barbosa (2019), que discute longamente sua noção de *comportamento*, considerando-a o conceito central de uma teoria política “prisioneira”. Aqui, proponho-me a pensar a respeito de sua sociologia política e histórica. Mas não uma sociologia histórica do CV, muito menos do “crime organizado”. Trata-se, no mínimo, de uma sociologia da transformação da maquinaria policial-prisional-jurídica. Mas é possível ir além e propor que o livro de Lima seja lido como uma sociologia da transformação da *repressão*, palavra tão cara à luta das esquerdas contra a ditadura que adquire um outro sentido aqui. O local é o estado do Rio de Janeiro, mas a teoria (como toda boa teoria sociológica) extrapola suas fronteiras. O período corresponde em suas datas – que proliferam no texto – a todo o regime militar e a outro período cuja demarcação já não interessava ao autor. A última data escrita é 1986; depois disso, a *clandestinidade*, vivida em 19 lugares diferentes em apenas quatro anos (LIMA, 1991, p. 106). Talvez não seja por acaso que a palavra democracia e suas variações simplesmente não apareçam na narrativa.

5 Utilizarei o itálico exclusivamente para termos que podem ser tomados como conceitos centrais de Lima. As citações de trechos de sua obra seguirão o padrão convencional.

6 Segundo o próprio Lima, a alcunha foi dada apenas pela administração, não possuindo “vulgo” entre a massa (Cf. SOUZA, 2004).

7 A pesquisa consistia numa linha aberta por minha tese de doutorado (CANDOTTI, 2011) e seria voltada à emergência simultânea do encarceramento em massa e da redemocratização, em um contexto de transformações do que chamei de “dispositivo de participação”. Esse estudo, de certa maneira, faz par com outro ensaio, dedicado a analisar esse dispositivo ao lado do pensamento do rapper Tupac Shakur ou 2Pac (CANDOTTI, 2012).

A proposta deste ensaio é elaborar uma antropologia histórica dessa sociologia prisioneira, ou seja, uma experiência de pensamento aliada à – e não sobre a – perspectiva de Lima⁸. No primeiro momento, realizo uma apresentação da linha de vida⁹ de Lima e uma tentativa de definição da natureza de sua narrativa, sempre com base nos próprios termos da obra. Na segunda parte, persigo a própria narrativa, buscando pontuar os deslocamentos históricos que ela expõe. Para isso, farei breve referência a algumas reportagens do jornal *O Globo*, que não serão citadas nem para ilustrar, nem para contextualizar a narrativa principal, mas na posição que ela lhes confere: como matérias organizadas por estratégias discursivas. A partir disso, na última parte, defino a teoria sociológica de Lima sobre a *repressão* e sobre a *resistência* a ela. Em resumo, o que ela demonstra é, em primeiro lugar, uma transformação do sistema carcerário e da segurança pública no Rio de Janeiro, sintetizada na invenção de uma espécie de dispositivo de “crime organizado” cuja função estratégica é a “demonização” de pessoas presas “em confronto contra a repressão” e na “luta pela liberdade” (IBID., p. 47). Em segundo lugar, voltando à reflexão de Barbosa (2019), essa sociologia prisioneira oferece uma teoria a respeito do que *mantém vivos e unidos* homens cujas vidas foram/são sistematicamente expostas à morte e separadas pela *repressão*: a *afetividade*.

Busco, com isso, aceitar o convite feito por Marques, em sua genealogia da segurança pública e do dispositivo carcerário paulista:

[...] já é tempo de nos livrarmos do desafio de democratizar os presos ou, o que dá no mesmo, torná-los cidadãos. Talvez sejam eles, alçados à posição de companheiros de pensamento, que podem nos ajudar a livrar a democracia e os direitos humanos de suas prisões conceituais. (MARQUES, 2018, p. 187).

UMA LINHA SOBREVIVENTE, MUITAS LINHAS FINDAS

Quando escreveu o livro, Lima já havia passado 23 de seus quarenta e poucos anos de vida dentro de prisões. Em 1961, foi detido pela primeira vez, com 17 anos de idade, e levado ao Recolhimento Provisório de Menores de São Paulo, na avenida Celso Garcia¹⁰. Em 1963, com 19 anos, foi parar no

8 A proposta se aproxima de outros estudos antropológicos realizados nas últimas décadas no Brasil com pessoas presas e envolvidas no crime (BARBOSA, 1998; MARQUES, 2014; BIONDI, 2018).

9 No sentido elaborado por Ingold (2011).

10 Lima faz questão de dizer os nomes das ruas, que em tantos lugares terminam por nomear as próprias prisões.

presídio Esmeraldina Bandeira no Rio de Janeiro, então conhecido como Bangu. Em 1964, já estava no Lemos de Brito, na rua Frei Caneca. Conseguiu a liberdade em 1965, mas em pouco tempo *voltou* para Bangu. “Às vésperas de 1968”, passou para a Milton Dias Moreira, local “especialmente construído há poucos anos para receber os presos políticos que aguardavam anistia” (LIMA, 1991, p. 11). Por conta da publicação de um jornal, em 1971 seguiu o caminho dos mesmos presos e foi levado para o Instituto Penal Cândido Mendes ou simplesmente Ilha Grande, “fim de linha do sistema, caminho sem volta” (IBID., p. 31).

Dessa primeira vez, no entanto, o caminho teve volta. Lima ficou poucos meses por lá, ganhando liberdade de novo. Em pouco tempo, já estava na famosa e temida Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru, onde ficou um ano e oito meses. Havia sido condenado à revelia pela Justiça paulista. Novamente em liberdade, voltou ao Rio e começou a assaltar bancos. Foi preso e, dessa vez, levado ao Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), na rua Barão de Mesquita, onde foi torturado. Depois foi conduzido ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops), na rua da Relação, onde ficou três meses. De lá foi transferido ao presídio Hélio Gomes, também conhecido como PP, “uma espécie de centro de triagem de grandes dimensões” (IBID., p. 42). Por conta de uma tentativa de fuga – uma de tantas frustradas – foi “ferido a tiro na mão, semidesacordado de paulada, enrolado num cobertor” e, assim, teve sua “primeira entrada no hospital do sistema penitenciário” (IBID., p. 44). O autor diz que era 1975, mas, de repente, está de novo em 1974, *de volta* a Ilha Grande. A linha do tempo se torna confusa, repleta de indefinições, em meio às idas e vindas entre os cárceres. Rapidamente, Lima já está em Água Santa, “uma cópia daquelas cadeias americanas que a gente vê nos filmes: do centro o guarda controla tudo” (IBID., p. 61). Um prédio sem muros externos, sem banho de sol. Após greves de fome, mortes e a visita de uma comissão da Justiça estatal, é transferido de novo para a Milton Dias Moreira, agora num andar isolado, eternamente iluminado, que havia sido desativado por pressão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Já estamos na décima quarta “passagem” de nosso autor por unidades carcerárias. De novo, não demorou muito para ser levado à Água Santa e, de lá, *de volta* a Ilha Grande.

O tempo continua sendo narrado em períodos curtos, agora sem referências a datas. De repente, era o Natal de 1979. “1980 começou melhor. Fugi. Quase sem querer” (IBID., p. 81). Depois de dez meses, foi “reconhecido na rua” e preso mais uma vez, *voltando* à Água Santa. “Mas estava vivo. Podia fugir novamente” (IBID., p. 85). Passaram-se oito meses e estava *de novo* na Milton Dias Moreira, onde participou de outra tentativa de fuga frustrada. O que o

levou *de volta* a Ilha Grande, onde conhece sua companheira de vida, Simone¹¹, que trabalhava como estagiária do Departamento do Sistema Penal do Rio de Janeiro (Desipe). Conta que “conseguiu uma descida para o continente”, na PP – mobilidade comum, ligada a audiências e outros ritos do sistema de justiça. Em 1985, conquistou a condição de “colono livre” na ilha e passou a morar com Simone. Um ano depois, acusado de envolvimento numa tentativa de fuga, foi transferido *de novo* para Água Santa. Ficou lá por muito pouco tempo e, com o esforço de sua companheira, conseguiu a transferência para o semiaberto de Bangu. No dia em que ia, enfim, assinar os papéis da condicional, foi algemado e levado para o Esmeraldina Bandeira, “de tantas lembranças”, em “regime de tranca” (IBID., p. 103).

Que fazer? Arriscar a ser recambiado de uma hora para outra, sem maiores explicações, para um presídio qualquer? Jamais. Nessa altura da vida, retornar à tranca, sem perspectivas claras, nem que fosse por um dia, seria uma coisa sem pé nem cabeça. Fugi. E vivo foragido até hoje. (LIMA, 1991, pp. 103-104).

Entre 1961 e 1986, ou seja, em 25 anos, Lima passou por pelo menos 12 instituições, numa circulação que totaliza 22 momentos distintos de reclusão. A paisagem do livro é esse arquipélago carcerário, e o roteiro da narrativa é o das chegadas, saídas, fugas e transferências¹², dos longos dias nas “surdas”¹³. Nas ruas, somente breves histórias de amigos que morreram perseguidos pelas polícias. O que não falta são histórias de fugas; ou tentativas, ao menos. Talvez seja possível falar numa linha de vida entre cárceres, atravessada pelas linhas de segmentação carcerárias – das mais duras às mais flexíveis – e emaranhada por muitas linhas findas, interrompidas, finadas (MALLART, 2021; DELEUZE, GUATTARI, 1996). Através desse roteiro de viagens forçadas e conquistadas, Lima faz aquilo a que se propôs.

Parte de minha vida é redundante – tenho uma profissão, família, filhos pequenos, desejos – e por isso não merece ser contada. Outra parte – os sonhos que não sonhamos, talvez os mais verdadeiros – se passa naquelas regiões de nossa alma onde nenhuma palavra nunca pisou; desconhecida de todo, ou de quase todo, não pode ser contada. Resta pouco: explicar como e porque vivi até hoje, na maior parte do tempo,

11 Simone Barros Correa de Menezes é uma reconhecida militante por direitos humanos e fundadora da Associação dos Familiares e Amigos de Presidiários do Estado do Rio de Janeiro (Afap).

12 O tema da circulação entre espaços de reclusão tornou-se bem conhecido e prestigiado nos estudos brasileiros sobre prisões somente na última década. Ver, por exemplo, Godoi (2017), Mallart e Rui (2017), Mallart (2021), Padovani (2018), Bumachar (2016).

13 Nome dado, no livro, às celas utilizadas como forma de castigo dentro das prisões. São espaços de isolamento intensificado, seja em relação à comunicação com outros presos e familiares, seja em relação ao acesso a coisas básicas como alimentação, água, papel higiênico, remédios etc. São também celas de espancamento e ameaças. Em suma, são espaços de tortura intensificada que possuem nomes diversos, a depender do lugar. Sobre isso, ver Mallart (2019).

sem nome, sem profissão e sem ver minha família, tendo na violência a maneira de sobreviver entre os homens” (LIMA, 1991, p. 16).

Marcado pela falta das qualidades que definem pessoas *livres*, inclusive diante de certos poderes (nome, profissão, filiação), e marcado pela *violência* sofrida e protagonizada durante uma vida entre cárceres, o autor decidiu converter em escrita “o mesmo pensamento, tantas vezes compartilhado: alguém precisa contar” (IBID., p. 16). Contudo, “um a um – sistematicamente, regularmente, implacavelmente – foram morrendo” e já não podiam mais “oferecer o seu testemunho” (IBID., p. 15). Livro-testemunho de um sobrevivente, portanto – como tantos outros (por exemplo, SOLJENITSIN, 2019 e JOCEIR, 2001). De um homem de pele clara, por sinal – de modo que não surpreende que a narrativa seja centrada na vida de homens e que não faça referência ao racismo¹⁴. É também um livro-obituário, que fez questão de contar, enumerando e descrevendo, um pouco da vida e de cada um dos momentos de morte de seus *companheiros*, seus *melhores amigos*: Saldanha, Nanai, Mimoso, Nélson, Aché, Caô, Alkmin, Baianinho, Janu e outros. Uma linha sobrevivente em meio a muitas “linhas findas” (MALLART, 2021).

É igualmente um livro de histórias que valorizam e iluminam a maneira como “a vida na prisão acaba por ser regulada, de forma mais efetiva, por mil e uma estratégias, em que a astúcia de presos e guardas desempenham o papel central” (LIMA, 1991, p. 72). Daí que proliferem descrições daquilo que até hoje parece importar para pessoas presas e seus familiares, seja em histórias de *sofrimento*, seja em narrativas de *liberdade*, seja nas denúncias de “violações de direitos”: o material bruto e ao mesmo tempo muito vivo do cárcere. Nenhum acontecimento parece ser passível de narração sem que apareça a qualidade das coisas: as paredes da “sorda” manchadas pelo sangue dos percevejos; a chapa de ferro do camburão superlotado separando *da vida*; o “excesso de ferro usado na construção” (IBID., p. 61); as folhas de jornal de mil e uma utilidades; uma linha “de preferência preta e forte” para fazer uma “teresa” (IBID., p. 73); a serra minúscula colocada dentro de um sabão, “sem deixar vestígio” (IBID., p. 68). “Coloco o

14 Lima é um homem de pele clara. A mãe era “filha de índia e de camponês” que, “ainda adolescente”, num percurso comum no Brasil, “fora mandada morar em Recife, na casa da família de meu futuro pai (LIMA, 1991, p. 19). Talvez o testemunho de seus “companheiros” negros, como Saldanha, marcasse de maneira central a diferença/desigualdade racial, sobretudo na relação com “presos políticos” e com a administração carcerária e a repressão policial. É possível que o fator racial tenha sido importante para a sobrevivência de Lima. O filme 400 contra 1 mostra a desigualdade, ainda que implícita, reproduzindo também a subalternidade negra de algumas maneiras que não cabe discutir aqui. No entanto, numa espécie de posfácio à edição de 2001, intitulado “A volta”, Lima nos diz: “todos são responsáveis pelos caminhos percorridos pelos filhos da nossa terra, todos carregam uma parcela de culpa pela omissão, pela apatia, pelo descompromisso, pela intolerância, por se acharem não-negros, não-deficientes, não-pobres, não-homossexuais, não-latinos” (LIMA, 2001, p. 125).

ouvido no batente da cama de concreto e consigo escutar o reco-reco da serra que, no cubículo vizinho, corta o ferro da escada que fica fixa no beliche” (IBID., p. 11) – são essas, não por acaso, as primeiras palavras do livro.

O ponto, aqui, é como essa narrativa da ditadura e daquilo que se chamou no Brasil de “transição democrática” é elaborada através de descrições que fazem ver e sentir uma espécie de micropolítica detalhada sobre as relações de força mais ordinárias de uma vida que não se reduz ao cárcere, ainda que seja definitivamente marcada por ele. Uma micropolítica que faz ver e sentir a vida humana pulsando forte junto com o material carcerário, com suas potências guardadas – a própria prisão desfeita e refeita em espaço de fuga tantas vezes: “fazer a ocasião” (IBID., p. 50). Tudo muito longe da redução da vida à mera sobrevivência biológica. Proliferam, sim, afecções, afetos e saberes próprios de uma sobrevivência política complexa, carregada de ambiguidades, contradições e tensões internas; de um coletivo de presos e seus corpos políticos em guerra contra um inimigo nomeado como *o sistema* e, principalmente, como *a repressão*.

A NARRATIVA

Em 1964, Lima estava na Lemos de Brito quando chegaram os primeiros “presos políticos” da nova ditadura militar: militantes sindicais e principalmente sargentos e marinheiros. Até aí, nenhuma novidade.

Presos comuns têm, no mundo inteiro, certa tradição de adesão a movimentos revolucionários. Aqui no Brasil, por exemplo, a massa carcerária extraiu muitas lições do contato havido na década de 1930 com os membros da Aliança Nacional Libertadora encarcerados na Ilha Grande. Quando os presos políticos se beneficiaram da anistia que marcou o fim do Estado Novo, deixaram nas cadeias presos comuns politizados, questionadores das causas da delinquência e conhecedores dos ideais do socialismo. Essas pessoas, por sua vez, de alguma forma permaneceram estudando e passando suas informações adiante. Sua influência não foi desprezível. *Na década de 1960 ainda se encontravam presos assim*, que passavam de mão em mão, entre si, artigos e livros que falavam de revolução. (LIMA, 1991, p. 27-28, grifo nosso).

Esse contato tradicional com os chamados “presos políticos” rendeu a Lima uma carta de recomendação para trabalhar numa gráfica e editora de esquerda no primeiro de seus breves momentos de liberdade, ainda nos anos 1960. O empreendimento fechou e ele voltou à prisão. Em maio de 1969, uma ação armada promove a fuga de nove “presos políticos” na Lemos de Brito, ganhando a manchete de jornais:

[...] Foi o mais audacioso plano de fuga já executado contra uma cadeia no Brasil. Até aí, fatos. Depois, como sempre, o delírio: segundo *O Globo*, estava montada na Lemos de Brito a “Célula Comunista Encouraçado Potemkim”. (LIMA, 1991, p. 30).

O evento tem desdobramentos importantes. O primeiro foi a transferência dos “presos políticos” de diversas unidades para Ilha Grande, local “há muito tempo [...] associado ao sofrimento dos homens” (IBID., p. 34), do desembarque clandestino de escravos, passando pelo isolamento de pessoas contaminadas com cólera, até se tornar uma “colônia correcional”. Lugar temido, ao qual era atribuído, então, a frase que algum dia passou a definir qualquer cadeia: “lugar onde o filho chora e a mãe não vê” (IBID., p. 31); local também de punição para guardas “problemáticos”. “Foi para todos um choque”, “modificou nossa rotina” (IBID., p. 31). Em resposta, na Milton Dias Moreira reorganizaram o time 25 de Março – data do levante dos marinheiros. E, com apoio do secretário de Justiça, elaboraram um jornal – *Nossa Voz* – ainda aproveitando um contexto que começava a se desfazer. O fato levou, talvez pela primeira vez, o nome e uma foto de Lima a uma reportagem de jornal em 1970 (JORNAL..., 1970) – “Caíramos numa armadilha” (LIMA, 1991, p. 31). Não se sabe o que escreveram, mas foi uma justificativa suficiente para enviar “presos comuns” para Ilha Grande.

“Mas o maior inimigo da massa da Ilha Grande era, na época, ela mesma, que estava dividida e dominada pelo terror” (IBID., p. 37). Lima lembra do cemitério, da fabricação de caixões e dos laudos cadavéricos assinados por “um antigo refugiado nazista” (IBID., p. 37). Como já dito, a primeira passagem por lá foi curta. Depois, passou pelo Carandiru, voltou ao Rio de Janeiro e começou a carreira de assaltante de bancos. Preso, é levado para o DOI-CODI e torturado – choques, pau-de-arara – por quatro dias, tal qual um “preso político”, até compreenderem que não se tratava de um “subversivo”. Passou, em seguida, três meses no Dops. Mesmo não sendo “políticos”, ele e outros ganham novo tratamento: são submetidos, em nome da “isonomia”, a todos os rigores da Lei de Segurança Nacional pelo simples fato de terem assaltado bancos. “Ambiguidade” que se tornou a “marca registrada, inclusive do ponto de vista subjetivo”, daqueles prisioneiros, enquanto a “marca objetiva era a situação de isolamento” (IBID., p. 45). O “trágico destino” de seu grupo foi, para Lima, definido por esse enquadramento.

É precisamente nesse retorno a Ilha Grande que algo novo acontece e determina em muito a maneira como essa “ambiguidade” ganharia importância. Os presos do começo da ditadura haviam sido “gradativamente liberados, a partir de 1971” (IBID., p. 45). Por outro lado:

Depois de permanecer algum tempo em quartéis militares, a maioria dos presos

oriundos das organizações armadas dos anos 70 também tinha regressado à Ilha Grande. Alegando incompatibilidade de hábitos e de ideologias, eles pediram que a galeria fosse dividida, o que foi feito, cabendo a nós a parte conhecida como Fundão. [...] [E]les não se misturavam, rompendo assim, talvez sem saber, uma velha tradição das cadeias, em que revolucionários e presos comuns, ao compartilharem o mesmo chão e o mesmo pão, cresciam juntos num mesmo ideal. Tinham suas razões, mas não éramos obrigados a aceitá-las.

Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente, mas frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil não seria uma questão decidida pelo fato de eles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura. O desejo de isolamento indicava, entre eles, a hegemonia da classe média, cujos espaços de reintegração no sistema voltavam a se abrir, no contexto da política de distensão do regime. Nós não tínhamos essa perspectiva, nem nos seria dada essa chance.

[...] Terminara o período de cooperação entre os dois coletivos. “Existem trinta presos políticos na Ilha Grande”, escreviam em seus documentos. “Somos noventa presos proletários”, respondíamos, com uma ponta de mágoa e provocação. (LIMA, 1991, p. 45-48).

A citação é longa, mas importante. Nesse ponto da história, emerge um acontecimento que, apesar de tão bem narrado num livro tantas vezes reeditado e até mesmo filmado, parece ter sido reiteradamente soterrado no terreno do impensável. É um acontecimento que muito provavelmente repetiu-se em tantos outros lugares, Brasil adentro. Tratados pelo sistema com “isonomia”, os “LSN” *proletários* são assim reconstituídos, subjetiva e objetivamente, ali, em Ilha Grande, também por uma estratégia dos “presos políticos”.

Mas foi justamente nessa situação que, em 1974, isolados no Fundão, conseguem “unidade praticamente total” fundada em medidas simples de sobrevivência como a “proibição de qualquer ato de violência de preso contra preso” – uma “verdadeira revolução cultural na cadeia” (IBID., p. 49). Conquistam, assim, “um mínimo de estabilidade” (IBID., p. 49): “Até então não criáramos raízes, pois estávamos sempre de passagem em alguma unidade do sistema, jogados daqui para ali, como coisas” (IBID., p. 53). Pautam lutas por melhorias: “contra os espancamentos, pela abertura dos cubículos ao logo dos dias [...] e pelo respeito aos nossos visitantes”, que “estavam submetidos a um verdadeiro massacre” (IBID., p. 49). Diante da morte de dois presos que tentaram fugir, conseguem enviar uma denúncia formal com 290 assinaturas – com a “ajuda” dos presos políticos, que não parecem ter assinado. Guardas e integrantes da PM são punidos, o que provoca “um acirramento do ódio que os agentes da repressão nutriam contra nós”, aumentando “o controle e os conflitos, e, com eles, nossa disposição para fugir a qualquer preço” (IBID., p. 54).

A narrativa, nesse momento, marca o tratamento desigual em meio à intensificação

das relações de força com a administração carcerária. Numa das tantas tentativas de fuga, três pessoas do grupo de Lima aproveitaram uma audiência judicial no continente, no Galpão da Quinta da Boa Vista, para tomar o diretor como refém e negociar um salvo-conduto para o México – “tal como havia sido feito, anos antes, com presos políticos trocados pela vida de diplomatas estrangeiros” (IBID., pp. 54-55). Mas “desta vez, a decisão do governo foi outra” (IBID., p. 55): um massacre. “Não posso lembrar daquelas cenas sem ver tudo como espetáculo, exibição de poder” (IBID., p. 55). O fato ganhou a manchete principal de *O Globo*, em 3 de dezembro de 1974. Segundo a reportagem, além do diretor, sete presos morreram e seis ficaram feridos (POLÍCIA..., 1974). Lima fala em “uma dezena de presos – a maioria dos quais sem participação alguma no episódio” (IBID., p. 55).

Essa “exibição de poder” é combinada com uma nova estratégia carcerária: abolir a isonomia da LSN e reafirmar juridicamente a condição de “presos comuns”. Visitas a Ilha Grande são feitas pelo Judiciário e pelo próprio diretor-geral do Desipe, ninguém menos que Augusto Frederico Thompson, autor de *A questão penitenciária* (1976), entre outras obras críticas ao sistema carcerário. A oferta: que fizessem requerimentos individuais pedindo “integração”.

Mas – explicamos – não faríamos os tais requerimentos. Em primeiro lugar, porque cabia aos carcereiros assumir a responsabilidade de seus atos. Em segundo lugar, isolados ou não, continuariam a reivindicar, para nós, a extensão de quaisquer direitos que viessem a ser concedidos a pessoas que, afinal, objetivamente, haviam cometido os mesmos crimes que nós – principalmente assaltos a bancos – e estavam enquadradas conosco na mesma lei.

Este era o x da questão. Estábamos nesse momento vivendo mudanças políticas no país. Crescia a possibilidade de revisão da Lei de Segurança Nacional e de anistia aos presos políticos. Paradoxalmente, a quebra do nosso isolamento aparecia agora como uma manobra preparatória para nos excluir dos benefícios jurídicos que viessem a alcançar outros condenados. Era curioso. A isonomia funcionara plenamente contra nós, na forma de tribunais militares, penas maiores, condições carcerárias mais duras. Mas não funcionaria a nosso favor. O que se passou mais tarde veio confirmar nossas suspeitas: aos presos políticos foi dada anistia, enquanto nós fomos lentamente aniquilados. (LIMA, 1991, p. 58-59).

O confrontamento com Thompson – que chegou a chamá-los de “cancro” – é exemplar quanto às dificuldades de aproximação, naquele momento histórico, entre perspectivas “críticas” e a posição do coletivo de Lima. No meio dessa negociação improvável, esse grupo decide matar um preso que havia roubado outro e se aliado à quadrilha de presos que “dominava toda a Ilha Grande” (IBID., p. 59). “Que fazer?” – é a pergunta repetida algumas vezes ao longo do livro. Com apoio da imprensa, o “sistema penal” usa o fato para avançar na *repressão*. Eles, então, fazem greve de fome. Sem resultado. O Desipe opera transferências, controla a comunicação com o exterior e impede o acesso a sal, açúcar e água. Já enviado a outra unidade, Nélson morre

após 48 dias sem alimentação. “Que diferença! A greve de fome dos presos políticos tivera a presença de médicos e soro, com ampla divulgação!” (IBID., p. 61).

A maioria do grupo de Lima é novamente transferida a Ilha Grande, onde voltam ao enfrentamento com outros “presos comuns”. Após mais uma tentativa de fuga malsucedida, iniciam uma *guerra* que termina com a morte de seis “quadrilheiros” e a rendição de outros tantos. Inicia-se, aí, uma nova era para o sistema carcerário fluminense.

A repercussão foi enorme em todo o sistema. Em pouco tempo, as regras do antigo Fundão foram sendo adotadas nas cadeias: morte para quem assaltar ou estuprar companheiro; incompatibilidades trazidas da rua devem ser resolvidas na rua; violência apenas para tentar fugir; luta permanente contra a repressão e os abusos. [...] Não se pode falar em tomada geral de consciência política, mas houve organização, ajuda mútua, respeito pelos direitos humanos. Pudemos então permanecer concentrados em nosso ideal: ir embora. (IBID., p. 76 e 79).

E foram. Aos poucos, muitos ganharam liberdade na astúcia. Ou na sorte, como o próprio Lima, em 1980. É nesse momento da narrativa que se pode encontrar uma das descrições mais breves e importantes para a história da “transição democrática”, ou melhor, para a história das últimas quatro décadas brasileiras.

De volta à rua depois de longos anos de sofrimento, eu e alguns companheiros sentimos a necessidade de ajudar quem havia ficado na cadeia. Mais uma vez, um gesto normal de solidariedade não tardou a ser apresentado à opinião pública de forma distorcida: segundo os jornais, formara-se um pacto, pelo qual se destinavam 10% dos assaltos para o financiamento de fugas. Não era essa a única fantasia: falava-se em guerra na Ilha Grande para obter o controle do jogo e do tráfico dentro dos presídios. Ora, todos sabem que comércio algum pode gerar lucros abastecendo uma freguesia miserável. [...] Nem vale a pena morrer por isso.

Nunca houve tal guerra, nem tal pacto, nem a anunciada “falange”, sua patrocinadora. O que se fez foi completamente espontâneo. A ajuda na cadeia nunca ultrapassou aquele mínimo necessário para diminuir a miséria. [...]

Na prisão, “falange” quer dizer um grupo de presos organizados em torno de qualquer interesse comum. Daí o apelido de “falange da LSN”, logo transformada pela imprensa em “Comando Vermelho”. Que eu saiba, essa denominação apareceu pela primeira vez num relatório de fins de 1979, dirigido ao Desipe pelo capitão PM Nélson Bastos Salmon, então diretor do presídio da Ilha Grande. [...]

Estava aberta a temporada de caça contra nós, completamente *demonizados*. As palavras não são inocentes: éramos um comando, o que em linguagem militar denomina o centro ativo, cuja destruição paralisa o inimigo; como se isso não bastasse, éramos também “vermelhos”, adjetivo que desperta velhos e mortais reflexos em policiais e militares. Coincidência ou não, vivera-se o ocaso da guerrilha urbana, fenômeno que deixara na orfandade um aparato repressivo ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade. (LIMA, 1991, p. 82-83, grifo nosso).

Nos anos seguintes à anistia dos “presos políticos”, com as organizações “subversivas” desfeitas e novos partidos de esquerda surgindo, Lima e seus amigos ascendem a “inimigos

públicos número um” da *repressão* (IBID., p. 89). E após anos de gestação dentro do sistema carcerário fluminense, essa *guerra* ganha as ruas.

As páginas que seguem narram fugas e mortes, e a presença da PM e da imprensa se intensifica. Uma busca no acervo do jornal *O Globo*¹⁵ mostra que entre fins de 1980 e 1992 aparecem pouco menos de 600 páginas – às vezes com diversas reportagens – citando a “Falange Vermelha” em atividade¹⁶. É somente a partir de junho de 1986 que o termo “Comando Vermelho” aparece de maneira corriqueira e concomitante nas reportagens, substituindo aos poucos a denominação “original”. A primeira aparição da “Falange”¹⁷ é justamente uma segunda reportagem, de 19 de outubro de 1980, sobre a prisão de Lima, noticiada no dia anterior: “O ladrão de colete era líder no presídio”. E ali está um primeiro esboço da narrativa consensual: “William da Silva Lima e outros presos condenados por assaltos a bancos aprenderam com outros internos, que estavam recolhidos por crimes políticos, muita coisa sobre técnicas de assaltos” (ASSALTANTE..., 1980).

Mas é somente entre fins de março e abril de 1981 que algo importante e aparentemente definitivo acontece. Em 31 de março, uma reportagem fala de uma operação policial de busca por “bandidos” da tal “Falange” no Morro do Adeus, em Bonsucesso. Encontraram “granadas, fuzis, escopetas e outras armas de grosso calibre, grande quantidade de munição, meio quilo de cocaína e dois quilos de maconha” (PRESOS..., 1981).

O boato logo começou a circular, levando mais de cem pessoas – jornalistas, policiais, curiosos – a cercar o camburão que no dia 30 de março estacionou em frente ao prédio da Secretaria de Segurança. Lá dentro, dizia-se, estavam diversos integrantes do famigerado comando. Não era verdade. Mas, havendo fumaça, havia fogo. (LIMA, 1991, p. 87).

Em mais uma operação, dessa vez em Realengo, Zé Saldanha e Baianinho escapam. Em 5 de abril, *O Globo* dedica a manchete principal da capa e mais três páginas inteiras à tentativa de prisão dos dois. O evento é chamado de “Dez horas de batalha na Ilha”. Baianinho morreu no início. Mas, para matar Saldanha, a operação mobilizou, segundo a reportagem, “300 homens da

15 Entre os resultados da busca, apareceu a minissérie *Bandidos da Falange*, de Aguinaldo Silva e Doc Comparato, que estreou em 10 de janeiro de 1983. O vídeo completo, em quatro episódios, pode ser visto em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uu8g7Q-oW2s>. Acesso em: 25 out. 2020.

16 A última reportagem sobre a Falange Vermelha em atividade trata de sua presença em São Paulo (BANDIDOS..., 1992).

17 É bom registrar que, na medida em que não se trata de pesquisa de acervo impresso, os resultados dependem do próprio processo de digitalização e codificação de arquivos do jornal *O Globo*. Portanto, pode haver outras reportagens não registradas no site (<https://acervo.oglobo.globo.com/>).

Polícia Civil e 100 da Polícia Militar contra um homem”, sendo utilizados “milhares de tiros de escopetas, metralhadoras, revólveres, dezenas de bombas de gás lacrimogêneo e três granadas Odete, consideradas umas das mais potentes entre os armamentos modernos” (MORTOS..., 1981). Mais à frente, o texto relata o uso de um helicóptero e de uma bazuka e a estratégia de incendiar o prédio onde estava Saldanha. Foram *quatrocentos* homens bem armados *contra um*. Três policiais morreram e seis ficaram feridos.

Após isso, as semanas seguem com reportagens diárias sobre prisões e informações a respeito dos membros da “Falange Vermelha” (às vezes chamada de “Comando”). Nos dias seguintes, já se fala na compra de “armas modernas” para as polícias (GENERAL..., 1981a; EXÉRCITO..., 1981), da criação de 2,6 mil “vagas de emergência” no sistema carcerário do Rio de Janeiro (43% a mais do que havia no momento) e da contratação de 300 guardas penitenciários (37% a mais) (PRESÍDIOS..., 1981). Alguns meses depois, o assunto é a “seleção rigorosa” de 3 mil policiais (GENERAL..., 1981b).

Lima ainda registra uma resposta à intensificação do terror carcerário via “direitos humanos”: uma visita da Anistia Internacional, que, num relatório de 1982, “registrou ocorrência de torturas praticadas por uma administração [do presídio de Ilha Grande] que seria afastada e processada por abuso de poder” (LIMA, 1991, p. 93) – nada que tenha obtido efeitos duradouros. Por outro lado, a resposta de Lima à *caça* aos seus *companheiros* parece, historicamente, certeira a respeito do futuro e desloca completamente o entendimento sobre a realidade carcerária e criminal.

O que eles chamavam de “comando vermelho” não poderia ser destruído facilmente: não era uma organização, mas, antes de tudo, um comportamento, uma forma de sobreviver na adversidade. O que nos mantinha vivos e unidos não era nem uma hierarquia, nem uma estrutura material, mas sim a afetividade que desenvolvemos uns com os outros nos períodos mais duros das nossas vidas. Mas como fazer nossos carcereiros (ou mesmo a sociedade) acreditarem nisso? (LIMA, 1991, p. 84, grifos nossos).

DEMONIZAÇÃO E AFETIVIDADE

Através dessa narrativa, Lima explicita e dá relevância a dois acontecimentos que, no fim, podem ser percebidos como decisivos para uma genealogia das relações de poder¹⁸ que

18 No sentido bem conhecido dado por Foucault (1975), que acompanha a formação de saberes e modos de

constituem a *repressão* – e não somente o sistema carcerário. O primeiro é composto por dois momentos quase concomitantes. Por um lado, pela convergência entre estratégias atribuídas aos dois agentes centrais à grande narrativa da ditadura militar: a própria ditadura – e sua estratégia jurídica e policial de exceção (a LSN, o DOI-CODI e as prisões) – e os coletivos até hoje reconhecidos como uma das principais forças da resistência considerada como “política” no período. Por outro lado, há a *revolução cultural* dos presos *proletários*, uma “mudança de valores” que pode ser considerada “completamente coetânea, imanente à ação política” (BARBOSA, 2019, p. 129) e promove um “novo regime de visibilidade ‘prisioneira’” (IBID., p. 128).

O segundo acontecimento é a transformação da *repressão*. Transformação que se dá, segundo Lima, não por um grande processo estrutural político e econômico, mas como resposta imediata à *revolução cultural* protagonizada por presos que insistiam na reivindicação legalista e coletivista de isonomia com os chamados “presos políticos”. Resposta cujo processo é narrado cuidadosamente em sua diversidade tática: propor requerimentos individuais de “integração”; massacrar rebeliões com um novo grau de brutalidade; deixar presos morrerem de fome; aumentar o “controle” e o “isolamento”; transferir “lideranças”; intensificar operações policiais nas favelas; e, enfim, definir um novo “inimigo público número um”. Tudo isso atravessado por um elemento central: o “acirramento do ódio” da parte dos “agentes da repressão”.

O que Lima parece descrever é a invenção de um dispositivo de “crime organizado”, no sentido de uma maquinaria micropolítica difusa, feita por uma rede de discursos, agências, instituições, materiais e táticas de poder, que produz novos regimes de enunciação e de visibilidade (FOUCAULT, 1976; DELEUZE, 2005). Se em 1969, o “delírio” carcerário-policial-jornalístico era com a “Célula Comunista Encouraçado Potemkim” na Lemos de Brito, de 1979 em diante ele se desloca para a “Falange” ou “Comando Vermelho”, espalhada pelo sistema carcerário e pelas ruas e favelas do Rio de Janeiro.

Trata-se de um dispositivo cuja invenção talvez não possa ser atribuída nem à ditadura, nem à democracia, ou seja, a nenhum regime macropolítico bem diferenciado. Algo que coloca em questão nada menos do que a preocupação posterior, entre intelectuais e alguns movimentos sociais, com os “resquícios” ditoriais presentes no período democrático. Uma nova maquinaria difusa nascida do encontro entre um “aparato repressivo”, “na orfandade” – mas “ainda cheio de vigor, desejoso de exibições de força e utilidade” (LIMA, 1991, p. 83) –, com uma força coletiva igualmente difusa e voltada, acima de tudo, à *liberdade*. Dispositivo de *demonização* de

subjetivação.

presos, considerados ainda mais perigosos na medida em que são descritos como “organizados” por uma herança de saberes “subversivos” e “terroristas”. Dispositivo que, sob o signo do “crime organizado” e avermelhado, veio ao mundo demandando a expansão da aparelhagem carcerária e policial: ampliação de vagas em unidades prisionais, aumento do quantitativo de policiais e modernização dos armamentos, como se nota pelas reportagens publicadas após o acontecimento que dá nome ao livro. Dispositivo que simultaneamente redefiniu procedimentos de vigilância, convertendo em ordinárias e espetaculares as operações policiais nas favelas; reaproveitou o mapeamento de organizações subversivas para uma nova produção de organogramas; e institucionalizou na gestão carcerária a necessidade de identificação e isolamento de “lideranças” criminais. Enfim, talvez extrapolando um pouco a própria narrativa de Lima, no exato período histórico de reinvenção da categoria “trabalhadores” no Brasil, a nova maquinaria expandia, intensificava e dava um novo tom de urgência a um velho regime de visibilidade que, por uma segmentação dura e binária, interpela as vidas individuais e coletivas faveladas, periféricas e carcerárias segundo uma oposição entre “trabalhadores” e “bandidos” – a qual, nunca é demais pontuar, opera sempre interseccionalmente, através de um agenciamento racista e generificado nem sempre enunciado¹⁹.

Mas não é somente a invenção desse dispositivo de “crime organizado” e de *demonização* que faz da sociologia de Lima uma aliada poderosa. Há aquilo que, segundo o próprio Lima, “não poderia ser destruído facilmente”: nem “consciência política”, nem “organização”, nem “hierarquia” – elementos cujas presenças não são de todo negadas –, mas sim uma *afetividade*. Esta seria como um “fundo relacional” (BARBOSA, 2019, p. 215) que daria sustentação a um *comportamento*, a uma *forma de sobreviver na adversidade*. Já sabemos bem que, no Brasil, o crime e seus coletivos não podem ser facilmente definidos como organizações hierarquizadas ao estilo empresarial e militar (BARBOSA, 1998; BIONDI, 2018). Mas as relações mediadas por “afetos” estiveram muito longe de ser consideradas pelos estudos sobre crime e prisão um elemento central para a interpretação das relações que dão forma aos coletivos criminais ou

19 Sem querer oferecer uma contextualização externa à narrativa de Lima, é interessante cruzá-la com a genealogia da segurança pública proposta por Marques (2018). Este nos conta como, naquele exato período histórico (ainda que talvez não no mesmo momento), o sistema carcerário era objeto de um debate acadêmico-político intenso que ia desde as condições de possibilidade da criminalidade às possibilidades e impossibilidades de reformas prisionais, passando pela necessidade de ouvir as palavras de pessoas presas. Foge, no entanto, da proposta deste ensaio “desenvolver de forma historiográfica as matizes e nuances da emergência e proveniência do conceito de ‘crime organizado’” (MARQUES, 2018, p. 187), tal como sugerido por um dos pareceres ao texto. O que não significa que esse não seja um desafio extremamente relevante (e tentador) que parece, salvo engano, não ter sido realizado. O que se oferece aqui é, espera-se, mais um referencial minoritário, ao lado de outros tantos estudos sobre coletivos criminais, para que a execução dessa tarefa escape à perspectiva majoritária sobre o tema.

mesmo para os experimentos com o pensamento de pessoas neles imersas²⁰. Talvez não seja por acaso que essas relações apareçam de maneira central em pesquisas brasileiras sobre mulheres presas (por exemplo, PADOVANI, 2018; BUMACHAR, 2016). Trata-se, afinal, de uma noção comumente feminilizada e absolutamente contraintuitiva para tratar de um universo de relações entre homens, principalmente homens presos e negros, imaginados como portadores de uma masculinidade rígida, viril, homofóbica e violenta.

A *afetividade* encontra, no texto de Lima, o estatuto de um conceito sociológico capaz de explicar o que *mantém vivas e unidas* pessoas em situação de *adversidade* extrema, dentro de um *sistema* que incita a desunião e promove a morte. Uma sociologia da coesão que não remete a uma força transcendental ou a uma consciência coletiva – como faz uma velha tradição sociológica ocidental (DURKHEIM, 2007). É também uma sociologia da ação que não explica o engajamento coletivo em virtude de qualquer tipo de identidade, seja ela sustentada por condições materiais de existência, seja pelo compartilhamento de sentidos ou de uma cultura comum – tal como o fazem outras velhas tradições ocidentais (MARX e ENGELS, 2005; WEBER, 1992) e a sociologia que analisou os novos movimentos sociais que emergiram no mesmo período histórico tratado por Lima (SADER, 1988; TOURAIN, 1985). É essa *afetividade*, enfim, que sustenta a *luta* por um objetivo resumido em uma palavra tão cara à cosmologia ocidental moderna e sua democracia e carregada, nas palavras do autor, de um sentido tão distinto e próprio aos homens e mulheres perseguidos pela *repressão*: a *liberdade*. Palavra utilizada mais de 20 vezes no livro, num sentido sempre relativo ao cárcere, como sua negação. Liberdade como uma *condição* de vida pela qual se espera e se luta; sobre a qual se pensa e se conversa; que se perde e para a qual se retorna; uma condição de vida de natureza temporária e frágil (uma “fase”). Mas também um “sentimento” de profunda alegria e potência – “uma paixão que arde” (LIMA, 1991, p. 30)²¹, fortalecida pelo *sofrimento*.

*

20 São muitos os estudos espalhados pelo Brasil sobre coletivos e experiências criminais e prisioneiras que poderiam ser aqui citados. Limo-me a alguns que inspiraram mais diretamente e mantiveram viva a ideia deste ensaio: Barbosa (1998), no Rio de Janeiro; Vieira (2014), em Santa Catarina; Marques (2014), Biondi (2018), Hirata (2018) e Feltran (2018), em São Paulo (onde houve intensa dedicação ao PCC); Siqueira e Paiva (2019), no Amazonas; e Rodrigues, Silva e Santos (2020), em Alagoas. Mesmo assim, a “afetividade” ou algo aproximado tiveram muita pouca atenção. Por exemplo, a noção de “amizade”, tão central para o crime no Rio de Janeiro e bem analisada por Barbosa (1998), aparece carregada de um sentido – o de aliança – muito pouco afetivo, por assim dizer. Por sua vez, a atenção de Rodrigues, Silva e Santos (2020) aos sentidos de “família”, incluindo “redes de proteção socioafetivas” e extrapolando o universo feminino, nos convida a um diálogo bastante produtivo com Lima.

21 Essa última citação refere-se a trecho de um poema de André Borges, vencedor do I Festival de Música e Poesia do Sistema Penitenciário do Estado da Guanabara. A data não é explicitada, mas “1968 batia às portas” (LIMA, 1991, p. 29-30).

Lima foi preso antes de publicar o livro. Se não me equivoco, foi mantido preso até 2006, quando, numa “saidinha” de Dia das Mães, fugiu de novo, merecendo mais uma reportagem e a reiteração de seu lugar de “chefão” do “crime organizado” (ANTIGOS..., 2006). No lançamento do filme *400 contra 1* (SOUZA, 2010), estava ainda ou novamente *na clandestinidade*, e a reportagem não perdoa: descreve-o como “foragido após ter sido beneficiado pelo regime semiaberto” (BARROS, 2010). Somente em 2012, o discurso jornalístico da *repressão* o deixa em paz, fato expresso numa pequena nota de uma coluna cultural que conta que ele estava em liberdade, “à procura de editor para suas memórias” (GOIS, 2012). Em 2016, finalmente participou do lançamento de uma nova edição de seu livro.

Figura 1. Lançamento do livro *Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho*, na Livraria Cultura – Cine Vitória, em 16 de setembro de 2016. (GOUVEIA, 2016)



Fonte: Tiago Nascimento (2016).

REFERÊNCIAS

1. **400 CONTRA 1 – uma história do crime organizado.** Direção: Caco Souza. Produção: Edu Felistoque, Cintia Helena Rodrigues. Intérpretes: Daniel de Oliveira, Branca Messina, Daniela Escobar, Fabrício Oliveira. Rio de Janeiro: Globo Filmes, 2010. DVD, Globo Filmes, 2010.
2. ANTIGOS chefões de volta às ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXXXI, n. 26.633, 8 jul. 2006. Rio, p. 14. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020060708>. Acesso em: 2 out. 2020.

3. ASSALTANTE de colete era líder no presídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.163, 19 out. 1980. Grande Rio, p. 16. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019801019>. Acesso em: 2 out. 2020.
4. BANDIDOS da Falange são mortos em São Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXVIII, n. 21.440, 4 ago. 1992. O País, p. 8. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019920804>. Acesso em: 2 out. 2020.
5. BARBOSA, Antonio Rafael. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 1998.
6. BARBOSA, Antonio Rafael. Política e moral nas prisões brasileiras. **Tempo social**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 121-140, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.162523>. Acesso em: 06 jul. 2022.
7. BARROS, Jorge Antonio. Contra a glamourização do crime. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXXXVI, n. 28.123, 6 ago. 2010. Rio Show, p. 10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020100806>. Acesso em: 2 out. 2020.
8. BIONDI, Karina. **Proibido roubar na quebrada**: território, hierarquia e lei no PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
9. BUMACHAR, Bruna. **Nem dentro, nem fora**: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
10. CANDOTTI, Fabio Magalhães. **Em defesa da juventude**: a participação como meio de governo. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
11. CANDOTTI, Fabio Magalhães. 1992 – A via gangsta. **Áskesis**, São Carlos, v. 1, n. 1, p. 126-141, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.46269/1112.441>. Acesso em: 07 jul. 2022.
12. CANDOTTI, Fabio Magalhães. “Quando a massa erra, o Estado avança”: notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus. **Revista Tomo**, Sergipe, n. 40, p. 197-241, 2022. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/16790>. Acesso em: 07 jul. 2022.
13. “COMANDO” se transforma numa máfia. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXVI, n. 20.913, 24 fev. 1991. Grande Rio, p. 26. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=199019910224>. Acesso em: 02 out. 2020.
14. DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
15. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. 1933 – Micropolítica e segmentaridade. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. p. 76-106. v. 3.

16. DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
17. FELTRAN, Gabriel. **Irmãos**: uma história do PCC. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
18. FERNANDES, André. Morre o poeta e escritor William da Silva Lima, o professor. **Agência de Notícias das Favelas**, Rio de Janeiro, 01 ago. 2019.
19. FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir – naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.
20. FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité – la volonté de savoir**. Paris: Gallimard, 1976.
21. FOUCAULT, Michel. É inútil se revoltar?. **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2004.
22. GENERAL Muniz volta a pedir armas modernas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.328, 6 abr. 1981a. Grande Rio, p. 19. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810406>. Acesso em: 2 out. 2020.
23. GENERAL: seleção rigorosa evitara bandidos na PM. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.407, 24 jun. 1981b. Grande Rio, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810624>. Acesso em: 2 out. 2020.
24. GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.
25. GOIS, Ancelmo. História do crime. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LXXXVII, n. 28.655, dia mês ano. Rio, p. 16. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020120120>. Acesso em: 02 out. 2020.
26. GOUVEIA, Julianne. 400 X 1 é lançado pela ANF Produções. **Agência de Notícias das Favelas**, Rio de Janeiro, 16 set 2016. Disponível em: <https://www.anf.org.br/400-x-1-e-lancado-pela-anf-producoes/>. Acesso em: 02 out. 2020.
27. HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade**: mercados e formas de vida. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
28. INGOLD, Tim. **Being Alive: essays on movement, knowledge and description**. New York, Routledge, 2011.
29. JOCENIR. **Diário de um detento**: o livro. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.
30. JORNAL dos detentos é meio de comunicação com o mundo livre. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano XLVI, n. 13.585, p. 5, 19 ago. 1970. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019700819>. Acesso em: 2 out. 2020.

31. LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um** – uma história do Comando Vermelho. 1 ed. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Iser, 1991.
32. LIMA, William da Silva. A volta. In: LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um** – uma história do Comando Vermelho. 2. ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001. p. 123-135.
33. MALLART, Fábio. **Findas linhas**: circulações e confinamentos pelos subterrâneos de São Paulo. Lisboa: Etnográfica Press, 2021.
34. MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas, **Ponto Urbe**, n. 21, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.3620>. Acesso em: 06 jul. 2022.
35. MARQUES, Adalton. **Crime e proceder**: um experimento antropológico. São Paulo: Alameda, 2014.
36. MARQUES, Adalton. **Humanizar e expandir**: uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCRIM, 2018.
37. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
38. MORTOS três policiais na luta contra bandido da “Falange”. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.327, 5 abr. 1981. Grande Rio, p. 9. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810405>. Acesso em: 2 out. 2020.
39. PADOVANI, Natália Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e amores através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. São Carlos: EdUFSCar, 2018.
40. POLÍCIA domina motim no presídio. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano L, n. 15.040, pp. 1 e 10, 3 dez. 1974. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=197019741203>. Acesso em: 2 out. 2020.
41. PRESÍDIOS terão mais 2,6 mil vagas de emergência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.332, 10 abr. 1981. Grande Rio, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810410>. Acesso em: 2 out. 2020.
42. PRESO ladrão que ateou fogo à cabina de banco. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano LVI, n. 17.162, 18 out. 1980. Grande Rio, p. 15. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019801018>. Acesso em: 02 out. 2020.
43. PRESOS quatro da “Falange” com bombas, fuzis e escopetas. **O Globo**, ano LVI, n. 17.322, 31 mar. 1981. Grande Rio, p. 11. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=198019810331>. Acesso em: 2 out. 2020.
44. RODRIGUES, Fernando de Jesus; SILVA, Ada Rízia; SANTOS, Alana Barros. Notas sobre redes de proteção: facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas.

Diversitas Journal, Maceió, v. 5, pp. 2.297-2.316, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i3-1226>. Acesso em: 06 jul. 2022.

45. SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

46. SENHORA Liberdade. Direção: Caco Souza. Produção: Décio Rodrigues. Intérpretes: William da Silva Lima. Rio de Janeiro: [s. n.], 2004. Disponível em: <https://vimeo.com/36228677>. Acesso em: 07 jul. 2022.

47. SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; PAIVA, Luís Fábio Silva. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, cidade, v. 7, n. 7 p. 125-154, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.486>. Acesso em: 06 jul. 2022.

48. SOLJENITSIN, Aleksandr. **Arquipélago Goulag**. São Paulo: Carambaia, 2019.

49. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

50. TOMADA de poder na verdade seria aliança entre facções, diz áudio que teria sido gravado no Compaj. **Portal Marcos Santos**, Manaus, 10 fev. 2020. Disponível em: <https://www.portalmarcossantos.com.br/2020/02/10/tomada-de-poder-na-verdade-seria-alianca-entre-faccoes-diz-audio-que-teria-sido-gravado-no-compaj/>. Acesso em 02 out. 2020.

51. TOURAINE, Alain. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1985.

52. THOMPSON, Augusto. **A questão penitenciária**. Petrópolis: Vozes, 1976.

53. VIEIRA, Danielli. **Correndo pelo certo, vivendo no crime: moral, subjetivação e comensurabilidade na experiência de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas**. 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

54. WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**: parte 2. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

Fabio Magalhães Candotti

Professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Amazonas. Coordenador do grupo de pesquisa ILHARGAS – Cidades, Políticas e Violências e do projeto de extensão Informações sobre Encarceramento no Amazonas. Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6399-6042>. E-mail: fmcandotti@gmail.com

O passado sombrio e o presente: o indigenismo autoritário na 8ª Assembleia de Chefes Indígenas de 1977 e suas permanências

The past overshadows the present: authoritarian indigenism in the 8th Assembly of Indigenous Chiefs of 1977 and its continuities

Poliene Soares dos Santos Bicalho

Universidade Estadual de Goiás, Anápolis, Goiás, Brasil

RESUMO

Em 1977 realizou-se, em Ijuí (RS), a 8^a Assembleia de Chefes Indígenas, um importante acontecimento do Movimento Indígena no Brasil (MIB), que organiza e sistematiza suas ações exatamente durante a ditadura militar (1964-1985). A ata dessa assembleia, publicada no *Boletim Informativo do Conselho Indigenista Missionário* (Cimi), em 1977, evidencia as inquietações e temores, além de muita coragem e resistência, de lideranças indígenas que expunham impactos das ações do regime sobre suas comunidades e territórios. O objetivo central deste artigo é analisar as práticas autoritárias inerentes a esse período, especialmente em relação à movimentação indígena na luta por direitos e reconhecimento no ano de 1977. A pergunta que norteia a discussão e a análise é a seguinte: em que medida as lideranças indígenas apreenderam os impactos do autoritarismo sobre suas comunidades e como reagiram? Como objetivo secundário, mas não menos importante, intentou-se demonstrar, também como o resultado de toda a análise documental e reflexão bibliográfica realizada, o sombreamento autoritário do passado no indigenismo praticado pelo atual governo (2019-2022), através de dados extraídos da imprensa, da grande mídia àquela mais engajada com a causa indígena.

Palavras-chave: Indígenas, Ditadura militar, Assembleias indígenas, Autoritarismo.

Recebido em 23 de fevereiro de 2021.

Avaliador A: 04 de maio de 2021.

Avaliador B: 04 de maio de 2021.

Aceito em 30 de junho de 2021.

ABSTRACT

By the year of 1977, an important event related to the *Movimento Indígena no Brasil* (Indigenous Movement in Brazil - MIB) – which organized and systematizes its actions during the Brazilian military dictatorship (1964-1985) – was held in Ijuí (RS): the 8th Assembly of Indigenous Chiefs. The minute of this assembly, published in the Conselho Indigenista Missionário's Newsletter from 1977, demonstrates the concerns and fears, in addition to the courage and resistance felt by the indigenous leaders who exposed the impacts of the regime's actions on their communities and territories. This article seeks mainly to analyze the authoritarian practices inherent to this period, especially in relation to the indigenous people's struggle for rights and recognition in 1977. The guiding question for discussion and analysis is: to what extent did indigenous leaders understand the impacts of authoritarianism on their communities and how did they react? A secondary but no less important aim, also a result of the documental analysis and bibliographic reflection, is to demonstrate the authoritarian overshadowing of the past now practiced by the indigenism practiced by the current government (2019-2022), using the data from the press – from mainstream media to the so called vehicles engaged with the cause.

Keywords: Indigenous people, Military dictatorship, Indigenous assemblies, Authoritarianism.

Porque a libertação do Índio vem quando o Índio decide se unir e procurar formas de como solucionar os problemas todos juntos.

Omizokay-Pareci, 8^a Assembleia de Chefes Indígenas
(CIMI, 1977b, p. 16)

A essência dos encontros de líderes que deram lugar às assembleias de chefes indígenas se encontra na velha máxima popular “a união faz a força”. Essa foi, muito provavelmente, a principal contribuição do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)¹ durante o processo de

1 Em 1972, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) foi criado como órgão ligado à Igreja Católica, com o objetivo de incentivar “um movimento regional e nacional de encontros de estudos e de assembleias da pastoral indigenista, destinado a institucionalizar suas seções regionais, de assembleias de chefes indígenas, além de outros encontros da entidade” (BITTENCOURT, 2007, p. 125). O Cimi é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. “Criado em 1972, no auge da Ditadura Militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura e assumia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como perspectiva única, o Cimi procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da

preparação desses importantes eventos, além da conscientização dos próprios indígenas², no que tange à consciência da luta coletiva, porém sistematizada a partir de movimentos organizados em torno de objetivos comuns entre seus mais diversos grupos etnicamente diferenciados, afinal, segundo Cacaí-Guarany, “sendo Índio é tudo parente” (CIMI, 1977b, p. 16). Entre 16 e 18 de abril de 1977, em Ijuí, no Rio Grande do Sul, realizou-se a 8^a Assembleia de Chefes Indígenas, em continuação ao processo de organização e sistematização do Movimento Indígena no Brasil (MIB)³, cujo acontecimento fundador⁴ (RICOEUR, 1989) e marco histórico foi a realização

luta pela garantia do direito à diversidade cultural” (CIMI, s.d.).

2 “No entanto, a organização dos povos indígenas como sujeitos de direito, que tomam para si o cetro da luta de maneira coletiva, é algo que só se verá a partir da década de 1970. O mais importante nesse processo é pensar esta luta coletivamente; juntas, diferentes etnias se conscientizaram de que esta luta não é dos Kaiapó, dos Xavante, dos Baniwa ou dos Guarani separadamente, mas de todos juntos. Seria ingênuo pensar que os mais de 300 povos indígenas do Brasil tivessem olvidado as tantas diferenças culturais que os distinguem entre si para formar esse Movimento. As diferenças socioculturais entre eles persistem, no entanto, diversos grupos étnicos indígenas passaram a perceber que eles também tinham interesses, motivações e sonhos em comum. A luta pela terra apareceu como a primeira grande motivação para a luta coletiva e organizada. Não pela terra pura e simples, no sentido meramente capitalista acumulativo; mas pela terra com todo o sentido de sobrevivência física e cultural que dela emana, ou seja, o território. Em seguida vieram as lutas por direitos sociais, políticos e civis. A luta pela cidadania indígena desencadeou a necessidade de se repensar a própria noção de cidadania que regulamenta as leis maiores do Brasil, já que para os indígenas ter direito à educação, à saúde e às terras por eles tradicionalmente ocupadas não os impedia de permanecerem índios. Houve, a partir de 1970, uma revalorização da identidade étnica pelos próprios indígenas, que perceberam, através da luta, que não precisavam e nem podiam se envergonhar da sua indianidade, ao contrário, era preciso enaltecer-la, reavivá-la, reelaborá-la se preciso. A consciência da luta inseriu os povos indígenas do Brasil, direta e expressivamente, na opinião pública, e gerou as condições necessárias à formação do Movimento Indígena no Brasil. Inicialmente, contando com o apoio de diferentes organizações da sociedade civil, como o CIMI, a ABA, a CPI/SP, o CTI, entre outras; e organizações internacionais, como a OEA, a OIT e o Tribunal Russell. Dados os primeiros passos, através de suas lideranças e organizações, os próprios indígenas tomaram a frente do Movimento, especialmente após a Constituição de 1988, que lhes reconheceu diretos históricos e, o principal, permitiu que eles pudessem falar por eles mesmos” (BICALHO, 2010, p. 318).

3 Ao optar pela categoria Movimento Indígena no Brasil (MIB) não se ignora o fato de que, na vida prática, o movimento indígena é plural e heterogêneo, em consonância com a diversidade de povos, culturas e demandas que alcançam os mais de 305 grupos étnicos indígenas presentes no Brasil atual. Portanto, não se pretende dirimir ou ignorar esse fato ao optar pelo uso do termo no singular. Essa escolha atende somente à formalidade da análise, a partir de constructos teóricos que analisam a noção de movimento social. Apenas a título de compreensão do processo de criação, organização e sistematização é que se justifica essa escolha, sem desconsiderar a assertiva de que há muitos e distintos movimentos indígenas no Brasil contemporâneo. É nesse sentido que Alberto Melucci visualiza o movimento social como “um fenômeno coletivo” em certa medida unificado, embora internamente apresente “significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, frequentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças” (MELUCCI, 2001, p. 29); na mesma perspectiva, de acordo com Maria da Glória Gohn os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 3). Essa definição corrobora a hipótese defendida neste trabalho de que “o Movimento Indígena do Brasil se distingue pela especificidade da diversidade de suas organizações, não se caracterizando pela vinculação direta com partidos políticos e/ou organizações sindicais, tampouco se definindo pelo funcionamento unificado através de uma única organização” (BICALHO, 2010, p. 83).

4 Para pensar o MIB, de caráter étnico e social, coletivamente organizado, tomou-se emprestado o conceito *Acontecimento Fundador*, cunhado por Paul Ricoeur, por compreender que contribui para o trabalho de historicizar o MIB. A 1^a Assembleia de Chefes Indígenas é reconhecidamente o acontecimento/marco fundador do processo de sistematização da organização coletiva dos povos indígenas no início da década de 1970, mais especificamente em 1974. Com esse intento, as assembleias indígenas; o Decreto de Emancipação de 1978; a Constituinte de 1987 e a

da 1^a Assembleia de Chefes Indígenas, entre os dias 17 e 19 de abril de 1974, em Diamantino (Mato Grosso do Sul – MS).

O objetivo central deste artigo é analisar as rupturas e continuidades – mais continuidades do que rupturas – das práticas autoritárias inerentes ao período da ditadura militar (1964-1985), especialmente em relação à movimentação indígena na luta por direitos e reconhecimento, com ênfase nos relatos de lideranças indígenas da ata da 8^a edição da assembleia sobre os impactos do regime autoritário nos discursos proclamados durante o encontro. A pergunta que norteia a discussão e a análise é a seguinte: em que medida as lideranças indígenas apreenderam os impactos do autoritarismo sobre suas comunidades e como reagiram?

Para tanto, faz-se necessária uma reflexão prévia sobre o surgimento e a atuação das assembleias de chefes indígenas sob os desmandos do regime militar. Como é sabido, o MIB não se furtou às pressões do autoritarismo inerente ao período e à própria constituição do Estado brasileiro (BICALHO, 2020), em diferentes formas e proporções. A partir da década de 1970, durante a organização e a estruturação do movimento, vários foram os indícios de que as Forças Armadas, através dos trabalhos do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e do Serviço Nacional de Informações (SNI), interviveram diretamente em determinados assuntos vinculados aos movimentos e às atuações indígenas. Para o historiador Carlos Fico, foi mais precisamente a partir de 1971 que os assuntos indígenas foram inseridos entre os temas mirados pela censura, descritos no relatório do general Nilo Canepa Silva, enviado ao Ministério da Justiça em 1973: “anistia, clero, educação, índios, liberdade de imprensa, moral e bons costumes, política, política econômica, subversão, sucessão presidencial, tóxicos e Transamazônica” (FICO, 2001, p. 169).

Um exemplo claro desse caráter fiscalizador do Estado se refere às medidas que procuravam impedir que os indígenas dessem continuidade à organização de um movimento de oposição ao cerceamento de direitos e às constantes invasões de territórios indígenas. Foi

Constituição de 1988 foram analisados a partir deste conceito. Por outro lado, as comemorações dos 500 anos do descobrimento e a realização dos Acampamentos Terra Livre/Abril Indígena foram pensados não como simples acontecimentos, mas como processos fundadores do MIB, a fim de narrar e problematizar a história do movimento, tendo nesses eventos – indispensáveis para a compreensão da luta indígena no Brasil – as bases referenciais para a elaboração da narrativa. Segundo Ricoeur, o “acontecimento fundador” caracteriza-se, entre outros aspectos, pela “ruptura e desestabilização das estruturas, trazendo à tona a ‘dupla historicidade da tradição que transmite e sedimenta a interpretação, e da interpretação que mantém e renova a tradição’” (RICOEUR, 1989, p. 49). Para mais detalhes, consultar a tese de Bicalho (2010) e João Pacheco de Oliveira (2021), para quem “sem dúvida alguma as ‘assembleias’ modificaram o horizonte político dos indígenas, contribuindo para modificar radicalmente as representações sobre eles e anunciando a moldura de outro país possível. Foram 57 assembleias, como nos lembra Marlene Ossami, realizadas durante um período de 10 anos. No total, uma média de quase seis por ano, uma a cada dois meses. Iniciadas em abril de 1974, em Diamantino (MT), na Missão Anchieta, as assembleias indígenas se espalharam pelo país de 1979 a 1984, sendo realizados 45 destes encontros” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2021, p. 11-12).

quando a Fundação Nacional do Índio (Funai), então presidida pelo general Ismarth Araújo de Oliveira (de março de 1974 a março de 1979), dissolveu a 7^a Assembleia de Chefes Indígenas, que reuniu “cerca de 150 tuxauas”⁵, em Surumu (Roraima – RR), em 1977 (CIMI, 1980, p. 50). Essa atitude demonstrou que a posição do regime autoritário quanto à organização dessas assembleias – das quais o MIB emergiu – começou a mudar. A proibição desse encontro indica que a organização e a disposição para a luta social dos indígenas passaram a incomodar nítida e diretamente o sistema.

A assembleia foi dissolvida por Sebastião Amâncio da Costa⁶, um dos responsáveis pela política indigenista dos anos 1970 e reconhecido por executar ações cruéis contra indígenas no período da ditadura militar. A justificativa da Funai para a dissolução da Assembleia foi a de que o presidente do Cimi à época, d. Tomás Balduíno – alvo de investigações do regime devido à sua intensa atuação na luta em defesa dos interesses indígenas –, participaria do encontro. Representantes de entidades de apoio aos povos indígenas, como o Cimi e a Associação Nacional de Apoio o Índio (Anaí)⁷, foram proibidos de ingressar em áreas indígenas sob a acusação de “conscientizar os índios a usarem de violência na luta pela retomada da terra” (ARQUIVO NACIONAL, 1980, p. 10-11), e d. Tomás Balduíno foi um dos notificados. Contudo, o que

5 Tuxaua: “do tupi *tuwi'xawa*; Mburovixá para os guaranis; para os tupis, morubixaba, murumuxaua, muruxaua, tubixaba e tuxaua; Cacique (do aruaque do Haiti *cachique*, chefe político) foi difundido pelos europeus em toda a América” (DICIONÁRIO..., s.d.). “Liderança política dos povos indígenas, o tuxaua é uma figura que representa a sabedoria da aldeia. Do tupi, o termo tuxaua significa ‘aquele que manda’. Também é conhecido na língua portuguesa como cacique. Para os povos indígenas, o tuxaua é quem representa a aldeia e a etnia em contatos com outros povos, além de ser o responsável por negociações com não indígenas. Tradicionalmente, é uma função hereditária, que passa de pai para filho” (TUXAUA, 2021).

6 “[...] o sertanista Sebastião Amâncio da Costa, nomeado substituto de Gilberto Pinto na chefia da Frente de Atração Waimiri-Atroari (FAWA), em entrevista ao jornal *O Globo*, de 06 de janeiro de 1975, assumiu de público as determinações do Of. nº042-E2-CONF, declarando que faria ‘uma demonstração de força dos civilizados que incluiria a utilização de dinamite, granadas, bombas de gás lacrimogêneo e rajadas de metralhadoras e o confinamento dos chefes índios em outras regiões do País’. No dia seguinte, apesar da mobilização do General Ismarth (Presidente da FUNAI) em amenizar o mau estar [sic] causado pela divulgação das táticas de pacificação dos Waimiri-Atroari, o método foi defendido por Hélio Rocha (antropólogo da FUNAI)” (COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS, 2012, p. 49).

7 A Associação Nacional de Ação Indigenista - Anaí: “[...] é uma organização de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Salvador, Bahia, criada em 1979 e formalizada em 1982 para discutir e promover alternativas de relacionamento mais justo entre a sociedade brasileira e os povos indígenas no país. Alguns dos objetivos institucionais da ANAÍ são: promover e respeitar a autonomia cultural, política e econômica e o direito à autodeterminação dos povos indígenas; constituir alianças com os povos indígenas em suas lutas pela justa recuperação e garantia de suas terras e pelo usufruto exclusivo dos bens naturais nelas existentes; acompanhar, de maneira crítica, propositiva e independente, as orientações das políticas indigenistas governamentais, buscando sempre a defesa e a promoção dos direitos dos povos indígenas; informar a opinião pública nacional e internacional sobre a situação social, as lutas e os direitos dos povos indígenas; promover a defesa do ambiente e do patrimônio natural das terras indígenas e dos ecossistemas a elas articulados; promover, em parceria com os povos indígenas, a constituição e a consolidação de seus sistemas próprios, autônomos e diferenciados de educação e de assistência à saúde; estimular e promover estudos e atividades de divulgação científica e cultural sobre a temática indígena” (ANAÍ, s.d.)

realmente motivou a dispersão do grupo naquela assembleia de 1977 foi a intenção do Estado autoritário de reforçar a condição de tutelados dos indígenas, impedindo-os de se organizar livremente.

Em relação ao teor dos discursos e intenções dos indígenas participantes das assembleias analisadas, terra/território indígena é, de fato, o tema mais presente nas falas das lideranças. A queixa é sempre a mesma: invasões dos territórios e falta de demarcação. Ao longo da história, o “problema da terra” indígena se arrasta, com alguns avanços quanto ao direito a ela; o maior certamente foi a Constituição de 1988, que incluiu o reconhecimento do direito ao território indígena de forma objetiva, clara e direta no capítulo VIII, “Dos Índios”, nos artigos 231 e 232 (BRASIL, 2002, p. 132). Entretanto, na prática, o problema das demarcações e regularizações das terras indígenas ainda persiste sob diferentes aspectos. Durante a ditadura os territórios indígenas sofreram intensas violações, e as falas das lideranças são contundentes quanto a isso. Na 2^a Assembleia de Chefes Indígenas, realizada entre 8 e 14 de maio de 1975 em Diamantino (Mato Grosso do Sul), Txuãeri (José)-Apyâwa-Tapirapé se expressa nestes termos: “Vim saber como é a vida do índio. Não temos terra. Temos casa, roça, mas estão tirando nossa terra. Terra não está marcada.[...]⁸ A FUNAI esteve lá, depois foi embora. Não ajuda a nós” (CIMI, 1975, p. 13). Nessa mesma linha, a liderança Yananxí-Manoki-Irántxe, cujo território está localizado no estado de Mato Grosso, acrescenta:

Viemos de muito longe. Fizemos encontro com amigos. Nós viemos para conhecer problemas de outros índios, que têm problema de terra. Nós viemos, vimos que têm problema de terra por causa do homem branco. Alguns não é muito. Outros índios, nós vimos que têm muito problema. Viemos para conhecer o problema dos outros. Falei para vocês, para meus amigos, para ter segurança na área. Ter decreto⁹ da terra. Aí tem segurança. A Missão¹⁰ ajuda a escola para defender dos brancos não deixar invadir, nós tem direito da área. Se não tem área não tem o que dar de comer para os filhos. Pensar bem pra frente. Nós que temos direito, não gente branca, gente branca está lá longe. Padre ajuda para não invadir área do índio. (CIMI, 1975, p. 32)

Os discursos são similares quanto à instabilidade em relação aos territórios, às invasões, à necessidade se organizar para lutar juntos e à desconfiança em relação à Funai. Sobre isso, as seguintes falas, retiradas da ata da 2^a Assembleia de Chefes Indígenas (1975), endossam a assertiva acima. Datiê, do povo Wuyjuyu-Munduruku, localizado nos estados do Amapá e do Pará, diz o seguinte: “Vamos demarcar, defender nossa terra. Os antigos foram fortes, que não

8 O que Txuãeri quer dizer é que até aquele momento a terra indígena onde vivia não estava demarcada.

9 O mesmo que ter a terra demarcada.

10 Refere-se à Missão São Francisco no rio Cururu-Pará, estabelecida em 1911, conhecida como Missão Cururu.

deixava os brancos entrar" (IBID., p. 15). Wayrotsú-*A'Uwe-Xavante*, de Mato Grosso, por sua vez afirma: "Eles já souberam o que disse ontem no grupo. Assunto de terra, estrada não fazer confusão na área nova [...]. Pedimos ao presidente da FUNAI socorro pra sair a terra. Estamos esperando promessa" (IBID., p. 37-38). Manoel Ahé-*Karipuna*, cujo território está localizado no estado de Rondônia, tem a seguinte opinião: "[...] eu não sou contra o branco, não podemos empatar o progresso da nação. Mas precisamos demarcar a terra, pra evitar atrapalhos" (IBID., p. 39). Nasau-Wütarëno-*Tiriyó*, por sua vez: "Tem amor à terra que é nossa mesmo [...]. O gado está invadindo as terras. Holandês só presta para abusar da mulher dos outros. Por isso não quero na nossa terra" (IBID., p. 40). Txibaibou, do povo *Boe-Bororo*, de Mato Grosso, se demora um pouco mais em sua fala:

Pedimos ajuda Missão e FUNAI pra ver se os índios vão pra frente. FUNAI está para ajudar. Eu sinto muito esses massacres, que a gente ouve pelo rádio: maltratados, tirar a terra, estrada, transferidos. Nós somos gente como o branco, pouco diferentes. A polícia manda gente pra proteger o branco, mas não o índio [...] O índio tem sentido diferente: transferir índio é julgar e matar. Prestigiar índio, não é bicho, índio é sensível. Transferir *Krenakaroré* é crime. Galibi (aparteando): Quando chegar português na Bahia encontrar nós gente: não tem rabo! Não gado. Somos tratados como os negros tratam o gado. Segue Bororo: os que ainda não tem problema de terra vão ter, é preciso garantir primeiro. Passar uma estrada em cima de uma aldeia é um crime. Por que não desviar. O Brasil é muito grande. Isso é triste. (2^a Assembleia de Chefes Indígenas, CIMI., 1975, p. 41)

Ainda sobre as invasões dos territórios e a implantação dos grandes projetos militares de desenvolvimento (RIBEIRO, 1990), o indígena *Ahezomaré-Halíti-Paresí*, de Mato Grosso, demonstra o quanto a passagem de uma estrada¹¹ por seu território é desastrosa: "Aquele tempo vivia sossegado. Só caçar, pescar. Ninguém anda atrás de terra. Despois que passou essa estrada, veio invasão de terra" (CIMI, 1976, p. 9). Ou seja, chegaram fazendeiros, posseiros, grileiros, álcool, doenças, mortes etc. E assim, continua *Ahezomaré*: "Aquele tempo que recebe presente, era estrago de nós. Até eu recebi garrafa de pinga. Até mulher receber pinga. Depois, essa estrada rodoviária piorou pra nós que mora perto da estrada" (IBID., p. 26).

Esses relatos evidenciam o tamanho da violência vivida pelos povos indígenas naqueles anos de chumbo; por outro lado, notabilizam o alto nível de conscientização e resistência diante da realidade de desamparo imposta pelo Estado opressor. E foi justamente em decorrência dessa conscientização que os indígenas conseguiram se organizar de modo sistemático, em torno de um movimento indígena que não é um, mas vários, e se fortaleceu num contexto de enorme opressão e expansão sobre seus territórios. Como resultado do processo de conscientização das

11 A BR-364 Cuiabá-Porto Velho.

lideranças, durante a realização das assembleias indígenas, evidenciou-se a necessidade de um órgão que de fato os representasse, o que resultou na criação da União das Nações Indígenas, a UNI (1980), surgida mediante a insatisfação com a política indigenista realizada pela Funai, principalmente pelos entraves vinculados à demarcação das terras e ao decreto de emancipação indígena, estabelecido em 1978.

Com esse projeto de emancipação indígena, o governo pretendia “emancipar” pessoas e comunidades indígenas inteiras supostamente consideradas aptas, do ponto de vista da língua e da cultura, a compor uma comunidade nacional (BICALHO, 2019). O projeto não vingou, contudo, diante da forte resistência indígena e de setores da sociedade civil organizada. Alguns líderes se pronunciaram sobre o decreto durante a 8^a Assembleia de Chefes Indígenas. Em entrevista com o ministro do Interior Rangel Reis, idealizador do decreto, com Golbery do Couto e Silva e o presidente Ernesto Geisel, o indígena Tupã-y-Guarany teria dito: “‘Olha Sr. Ministro, esse problema de emancipação do Indiano está longe’. Porque a emancipação, meus queridos e prezados irmãos, está baseada no problema econômico” (CIMI, 1977b, p. 24). Nesse relato, nota-se a conscientização indígena diante de mais uma tentativa do governo de violar seus direitos originários ao território.

Era, afinal, necessário resistir para sobreviver física e culturalmente naqueles anos, pois “era a dura”, como muito bem compôs e cantou Chico Buarque de Holanda com *Acorda amor*, do disco *Sinal Fechado*, de 1974. Apesar dos avanços e garantias conquistadas mediante muita resistência, sob diferentes aspectos, a luta continuou nos anos da abertura política (1974-1985), e, mesmo em meio a importantes mudanças – como as conquistas da Carta Constitucional de 1988 –, o indigenismo de caráter autoritário ainda não desapareceria completamente. É o que se verifica em muitos outros campos políticos e sociais do Estado e da sociedade brasileira: como poetizou o músico e compositor Gonzaguinha, “a dita anda dura mesmo com a abertura”, na letra de *A cidade contra o crime*, de 1980. Isso acontece – porque não dizer? – mesmo com a longa e atual redemocratização, ainda em curso.

A PERENIDADE DO INDIGENISMO AUTORITÁRIO NO BRASIL

Diante da proposta de pesquisa e análise exposta, é importante refletir sobre a perenidade do indigenismo autoritário no Brasil a partir do conceito de cultura política, entendendo-o como “um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros,

permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama" (BERSTEIN, 1998, p. 350). Para Berstein, há um nexo estreito entre a cultura política e a cultura global de determinadas sociedades, sem que exista, no entanto, confusão entre elas, uma vez que o espaço de atuação da primeira "incide exclusivamente sobre o político [...], e que a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro" (IBID., p. 352).

Nesse sentido, ao pensar o MIB no contexto nacional e internacional, é relevante inseri-lo numa noção de cultura política que procura explicar "os comportamentos das microssociedades que se fundem na sociedade global" a partir de uma nova história política que apoia a "continuidade na longuíssima duração" (RÉMOND, 1996, p. 35). Isso implica dizer que muitas vezes é necessário recorrer a um passado remoto para compreender as vicissitudes trazidas por um acontecimento presente que não surge aleatoriamente, mas vinculado a um processo histórico que só pode ser perscrutado por meio de uma continuidade temporal de média e longa duração. Observa-se ainda que as questões relativas à posse e ao uso da terra no Brasil são histórica e geralmente arquitetadas sob vertentes político-econômicas conservadoras e autoritárias. E, quando se trata de territórios indígenas, essa máxima se torna ainda mais expressiva – e não apenas durante os governos ditoriais, infelizmente.

Trata-se de uma cultura política nacional historicamente conservadora e autoritária a partir da qual o indigenismo oficial foi se estruturando, a começar pelo primeiro órgão indigenista, criado em 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) – representado de maneira característica por personalidades de origem militar-positivista –, sucedido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) em 1967. Numa breve digressão temporal, nota-se uma cultura política de traços sinuosos nos séculos XIX, XX e XXI. Da Colônia ao Império (1822) e do Império à República (1889), muito há do antigo e do novo nessas transições que repercutiu na formação do Estado e da nação brasileira, principalmente no que diz respeito à política indigenista. A independência política de Portugal estabelecida em 1822 alterou muito pouco a cultura política do Império, no que tange às rupturas revolucionárias; o mesmo se pode afirmar em relação à passagem do Império à República.

As mudanças socioeconômicas continuaram seu processo gradual e lento, de modo a não desestabilizar a velha ordem e os antigos poderes. A base escravista da sociedade colonial se manteve oficialmente até 1850, com a proibição do tráfico de africanos, embora somente em 1888 tenha ocorrido de fato a abolição da escravatura. A partir daí, com a nova Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), os problemas relativos aos territórios indígenas se

tornaram menos latentes e mais conflituosos, e alcançaram o século XXI ainda com as mesmas características, mesmo com os avanços significativos de organizações e movimentos indígenas e pró-indígenas, principalmente a partir da década de 1970. É nesse ponto que aflora uma cultura política favorável à movimentação social representada por mobilizações e organizações da sociedade civil, além de mudanças políticas e socioeconômicas – os anos de abertura política e a consequente redemocratização do Brasil –, com transformações sociais na cena nacional e internacional – como a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 e Constituição Federativa da República de 1988 –, o que desencadeou avanços significativos na legislação que protege e garante os direitos dos povos indígenas.

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira, entendem-se por políticas indigenistas o tipo de modalidade de atuação direcionada às populações indígenas que têm origem no governo; e por políticas indígenas aquelas modalidades de atuação propostas pelos próprios indígenas e suas lideranças (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 214). Sendo assim, as primeiras se relacionam diretamente com o indigenismo oficial, sem se confundir com ele¹²; e as segundas correspondem, na prática, aos movimentos e à atuação das lideranças e comunidades indígenas. Enquanto categoria histórica, o conceito de indigenismo sofreu e sofre variações concernentes a tempo, lugar, atores, instituições ou ideologias a que se encontra submetido (BICALHO, 2010, p. 147). Violações e desmandos têm sido recorrentes na história do indigenismo no Brasil, e a comparação estabelecida entre alguns discursos produzidos pelas lideranças indígenas reunidas na 8^a Assembleia de Chefes Indígenas e registradas por algumas notícias da imprensa jornalística atual comprovam essa assertiva.

Inicialmente, o ano de 1977 delineia uma série de acontecimentos importantes para a compreensão desse momento histórico do MIB. Em uma publicação do jornal *O Globo*, de 5 de janeiro de 1977, o descompasso entre os interesses indígenas e os interesses do Estado autoritário foi apresentado pelo então presidente do Cimi, d. Thomas Balduíno, que assinalou a necessidade da abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para “informar a opinião pública sobre as falhas cometidas, não apenas pelas missões, mas pela FUNAI e o próprio Ministério do Interior” (PADRE..., 1977, p. 150). Na mesma publicação, d. Thomas

12 Antonio Carlos de Souza Lima observa que há uma distinção entre os termos “política indigenista” e “indigenismo”, para quem o primeiro resume-se às “medidas práticas formuladas por distintos poderes estatizados, direta ou indiretamente incidentes sobre os povos indígenas”, enquanto o segundo refere-se ao “[...] conjunto de ideias (e ideais, i.e., aquelas elevadas à qualidade de metas a serem atingidas em termos práticos) relativas à inserção de povos indígenas em sociedades subsumidas a Estados nacionais, com ênfase especial na formulação de métodos para o tratamento das populações nativas, operados, em especial, segundo uma definição do que seja índio” (BICALHO, 2010, p. 147).

alertava para as contradições da política indigenista praticada pela Funai, cujas ações estavam mais voltadas para os interesses daqueles que encabeçavam o desenvolvimento econômico do país (o Estado e o setor empresarial/industrial/agropecuário) em detrimento da assistência e da defesa dos indígenas. Observa-se ainda que a ditadura nunca terminou de fato (REIS, 2000), pois, em pleno século XXI, atitudes semelhantes são identificadas nas ações da Funai, especialmente a partir de 2019, quando se inicia o governo do presidente Jair Bolsonaro (Partido Liberal - PL), representante da extrema direita do país.

Com o processo de redemocratização do país – iniciado nos anos finais da ditadura e estabelecido formalmente em 1985 –, que perdura até hoje (2022), são percebidas mais permanências do que rupturas quando o foco recai sobre o indigenismo autoritário e os povos indígenas, pois seguem lutando e resistindo aos desmandos e às violações impostas pelo atual governo, comprometido apenas com os setores mais enriquecidos do país. Afinal, desde quando ainda era apenas um deputado federal, Jair Bolsonaro já declarava em alto e bom tom: “Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola” (NEM UM..., 2018)¹³. As primeiras medidas relacionadas aos indígenas do já empossado presidente da República, Jair Bolsonaro, após o dia 1º de janeiro de 2019, preocuparam sobremaneira indígenas, indigenistas, antropólogos e ativistas dos mais diferentes matizes, porque, entre outras atitudes, retirou do Ministério da Justiça, via Funai, a função de demarcar as terras indígenas e transferiu-a ao Ministério da Agricultura, atualmente comandado pela líder ruralista Teresa Cristina (Democratas - DEM/MS), claramente comprometida com os interesses de ruralistas e empresários vinculados ao campo. Além dessa medida, o novo governo também transferiu a Funai para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, atualmente comandado pela pastora evangélica Damares Alves. Essas ações, entre muitas outras, evidenciam a óbvia intenção de esvaziar e enfraquecer a Funai, assim como expor os direitos e interesses indígenas a uma série de riscos (TAVARES, 2019).

As críticas e resistências a essas ações foram expressivas, especialmente as advindas das fortes atuações do MIB, representado por diversas organizações e movimentações indígenas e pró-indígenas. Foi essa resistência que causou a aprovação, no Senado e na Câmara, da Medida Provisória nº 870/2019, que tratou do retorno da Funai ao Ministério da Justiça e devolveu ao órgão o papel de realizar os processos de demarcação das terras indígenas (SENADO..., 2019).

13 “O presidente Jair Bolsonaro já defendeu publicamente que os povos indígenas – 1,1 milhão do total de 213 milhões da população brasileira – deveriam ter suas terras reduzidas. É uma postura que Bolsonaro tem desde antes de se tornar presidente. Em 1998, quando ainda era deputado federal, ele disse ao jornal Correio Braziliense que era uma ‘vergonha’ as forças militares brasileiras não serem ‘tão eficientes como as norte-americanas’ em ‘exterminar povos indígenas’” (MORI, 2021).

Ressalta-se que em 1977, na mesma publicação do jornal *O Globo* citada acima, d. Thomas Balduíno também indicou, por razões semelhantes, a transferência da Funai do Ministério do Interior – considerado excessivamente comprometido com os interesses econômicos do Estado autoritário – para o chefe do poder Executivo: “A única solução, ao seu ver, seria vincular a FUNAI à Presidência da República” (PADRE..., 1977, p. 150).

Os autores, os órgãos, os ministérios e o Executivo de 1977 não são os mesmos de 2019, mas os interesses econômicos envolvidos são certamente muito semelhantes àqueles, o que evidencia mais permanências do que rupturas na política indigenista executada pelo Estado brasileiro, da ditadura de 1964 aos dias atuais. Observa-se que a sombra do passado ainda esfumaça o presente, de modo que a análise da ata da 8^a Assembleia de Chefes Indígenas – contraposta às notícias da imprensa jornalista e ativista dos últimos anos (2019 a 2021) – escancara a perenidade do autoritarismo inerente ao indigenismo oficial brasileiro.

A SOMBRA DO PASSADO ESFUMAÇA O PRESENTE: A 8^a ASSEMBLEIA DE CHEFES INDÍGENAS E O ESTADO AUTORITÁRIO

A partir das publicações do *Boletim Informativo do Cimi*, obtêm-se informações sobre a realização de duas assembleias indígenas em 1977: a 8^a Assembleia de Chefes Indígenas, realizada em Ruínas de São Miguel, município de Ijuí (RS), de 16 a 18 de abril de 1977; e a 10^a Assembleia de Chefes Indígenas, realizada na Aldeia Tapirapé (MT), entre 7 e 8 de agosto de 1977. A leitura e a análise crítica da ata da 8^a Assembleia de Chefes Indígenas, objeto central deste artigo, evidencia uma série de situações em que a mão do autoritarismo se tornava cada dia mais pesada, ao tratar as populações indígenas.

A 8^a Assembleia teria sido “a primeira reunião de caráter nacional declarada pelos Índios” (CIMI, 1977b, p. 1.). Por ter acontecido no Sul do país, não é difícil imaginar o quanto foi complicado o deslocamento de chefes da vasta região de Mato Grosso para o extremo sul do país, com o objetivo de conhecer e partilhar com os “irmãos do Sul” os problemas comuns que enfrentavam e aproximar os “Povos do centro-oeste e do sul do Brasil” (IBID., p. 01), ressaltam Txibae Ewororo (Bororo) e Omizokay (Pareci) logo no início da introdução do documento. Logo à frente, o indígena tucumã João Leite fez questão de dizer “[...] Nós somos Índios Kayabi. Lá no Mato Grosso, nós mora mais longe de vocês” (CIMI, 1977b, p. 18); assim como Omizokay - Daniel Matenho Cabixi: “Fazia muito que queria conhecer os irmãos do Sul,

queria conhecer a problemática mais de perto. Mas a gente vê que tem problemas em toda parte, desde Norte a Sul, Leste e Oeste" (CIMI, 1977b, p. 15).

Essa assembleia contou com a presença de oito povos distintos, sendo eles "Bororo, Pareci, Xavante, Apiaká, Terena e Kayabi do Mato Grosso, Kaingang e Guarany da região Sul (Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)" (IBID., p. 1). Nela foram discutidos os problemas comuns enfrentados pelos indígenas no território nacional e foi estudado o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973). Outro resultado do encontro foi a elaboração de um documento final direcionado à imprensa e à Funai sobre os temas discutidos e as proposições de soluções para os problemas levantados, o que demonstra expressiva autonomia e conscientização dos indígenas quanto a seus direitos diante do Estado e da sociedade envolvente; o próprio documento evidencia essa assertiva na página seguinte: "mostram a autodeterminação dos índios e a consciência que eles têm de seus direitos e das injustiças de que são vítimas" (CIMI, 1977b, p. 2).

Embora se trate de uma reflexão do relator do documento com a clara intenção de evidenciar o caráter autônomo dos indígenas no processo de organização e realização das assembleias (como o Cimi fez questão de demonstrar na maioria das atas publicadas em seus boletins informativos), observa-se, a partir da análise das atas, que durante os encontros as falas das lideranças reforçam essa atitude, embora essa "autonomia" possa ser questionada (PHILIPPE-BELLEAU, 2014). Outrossim, retorna-se ao objetivo inicial, que é identificar nos discursos das lideranças as práticas autoritárias do indigenismo empregado pelos governos militares através da Funai e sua permanência até o presente, com a intenção de responder à questão central deste artigo: em que medida as lideranças indígenas apreenderam os impactos do autoritarismo sobre suas comunidades e como reagiram? O arrendamento de terras indígenas a terceiros é o primeiro (e constante) problema apresentado pelos indígenas do Sul, como Kagrê-Kaingang (CIMI, 1977, p. 3), seguido pela desconsideração aos direitos indígenas em seus próprios territórios devido à intrusão de madeireiros, com conivência da Funai, levantada por Yeicâg-Kaingang (CIMI, 1977, p. 3).

De acordo com o site *Agência Pública*, que se define como uma agência de jornalismo investigativo, numa publicação do dia 19 de maio de 2020, assinada por Bruno Fonseca e Rafael Oliveira:

[...] o governo tem sistematicamente certificado fazendas em cima de Terras Indígenas (TIs) na Amazônia Legal. Desde o início da gestão em 2019, foram 42 fazendas certificadas de maneira irregular, contrariando as proteções a essas terras previstas desde 2012 pela Fundação Nacional do Índio (Funai). (FONSECA e OLIVEIRA, 2010).

Em outras palavras, tratam-se de intrusões em terras indígenas que ocorrem com a conivência do governo federal em pleno século XXI, tal como se observa nos discursos das lideranças da 8^a Assembleia de Chefes Indígenas (CIMI, 1977) organizadas no Quadro 1, que propõe um comparativo entre os discursos e alguns trechos de matérias da imprensa jornalística e ativista de 2019 a 2021.

Quadro 1. Indigenismo e políticas indigenistas autoritárias: a ditadura não acabou?

8 ^a ASSEMBLEIA DE CHEFES INDÍGENAS – 1977	PUBLICAÇÕES DA IMPRENSA – 2019 a 2021
Peny-Kaingang: “A nossa área não tem mais madeira de lei [...]” (CIMI, 1977b, p. 6);	“O desmatamento na TI Trincheira-Bacajá (PA) teve um salto de 51% em comparação com 2020. Mais de 3,5 mil hectares foram derrubados no último ano, de acordo com os dados do Prodes” (ARAGÃO e SILVA, 2021);
Kofá Fagnhontê-Kaingang: “[...] os branco quer tomar conta de nossa terra. O que vamos fazer?” (CIMI, 1977b, p. 4);	“A intensificação das expropriações de terras indígenas, forjadas na invasão, na grilagem e no loteamento, consolida-se de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável” (CIMI, 2020);
Yeicâg-Kaingang: “Os intrusos são cheio de dinheiro dentro da minha terra [...]. Se tiram madeira de nossa terra, nossos filhos, o que vão ter?” (CIMI, 1977b, p. 4);	“Dados sobre violência contra os povos indígenas mostraram que casos de invasão aumentaram cerca de 135% de 2018 para 2019, infrações que estão associadas à [sic] desmatamento, mineração e queimadas” (MENEGASSE, 2020);
Candetê-Kaingang: “Estes intrusos tem (sic) raiva do Indio sendo que eles estão plantando na área do Indio (sic)!?” (CIMI, 1977b, p. 28);	“Enquanto aguardam a demarcação, os Tupinambá de Olivença enfrentam conflitos fundiários e são alvo da cobiça de interesses econômicos. O presidente da Embratur, Gilson Machado Neto, chegou a enviar um ofício ao presidente da Funai em julho do ano passado, manifestando o interesse do órgão no ‘encerramento do processo de demarcação’ dessa área. A justificativa é de que ‘trata-se de uma área de excepcional potencial de desenvolvimento turístico’” (JUCÁ, 2020);
Tupã-y-Guarany: “Nossas reservas estão devastadas, sem madeiras. Quem tirou foi o índio pra fazer suas casas? Não, foi o próprio branco” (CIMI, 1977b, p. 24);	Caciques e lideranças Mbyá Guarani: “Nós somos vistos muitas vezes pelo juruá [não indígena] como invasores na própria terra, esta terra que nos foi deixada pelos ancestrais” (EWALD, 2021);

<p>Klinyon-Kaingang: “Como lá em Mangueirinha, tem uma parte de nossa terra que está sob o domínio da firma Slavieiro [...] Tem 6 capataz (<i>sic</i>) vigiando e cuidando dos pinheiros como se fosse dos Slavieiro [...] Se o SPI foi cassado por causa dos abusos nas áreas indígenas, a Funai não cumpriu ainda o que prometeu: a limpeza da área (limpar dos intrusos), legalização das terras indígenas, a situação do Indio (<i>sic</i>). Temos que lutar pra que seja feito aquilo que prometeram – terra, saúde e educação em primeiro lugar precisa ser normalizado” (CIMI, 1977b, p. 17-18);</p>	<p>“Recentemente, chamou a atenção do país o violento cenário da Terra Indígena (TI) Serrinha, em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (RS). Indígenas Kaingang – povo que habita esse território – denunciaram a omissão do governo federal perante as práticas ilegais de arrendamento, para o plantio de soja, dentro do território. Em razão disso, há constantes conflitos entre os próprios indígenas, incluindo assassinatos e expulsões de famílias de suas casas” (OLIVEIRA, 2021);</p>
<p>Xangú-Kaingang: “Tamos enrolados pela Funai completamente. Funai tá só atrapalhando. O chefe do Posto não quer envolver o Indio (<i>sic</i>), não bota o intruso fora, dá valor pro branco e não são pelo Indio (<i>sic</i>)” (CIMI, 1977b, p. 8).</p>	<p>“No processo de mobilização em defesa do território da Pindó Poty, a Funai foi acionada pelas lideranças e pelo MPF em diferentes momentos, inclusive na justiça. O cacique Roberto, no entanto, diz que não houve nenhuma iniciativa por parte do órgão.</p> <p>No documento final do encontro estadual, as lideranças apontam omissão da Funai e a acusam de intimidar lideranças indígenas e promover a discordia. ‘O quadro é extremamente grave’, resumem. Guilherme enfatiza que o governo federal vem operando para imobilizar a Funai enquanto um órgão de política indígena – os processos de demarcação se encontram paralisados.</p> <p>‘Se a Funai já se encontrava sucateada em outros governos, e até inoperante em certo sentido, apesar do trabalho sério da maior parte dos servidores, hoje o esforço do bolsonarismo é de tornar a instituição um órgão de intimidação e facilitação de dinâmicas coloniais sobre os territórios indígenas’, conclui (EWALD, 2021).</p>

Fonte: Bicalho (2022).

Segundo Kofá Fagnhotê, liderança kaingang, antes da chegada da administração do SPI a seus territórios, o que teria ocorrido em 1941, eram os próprios indígenas que cuidavam de suas terras e das riquezas nelas contidas: “Depois que entrou o SPI foi um fracasso – começou a fazer propaganda pro índio e ali começou. E nós acreditamos, sabe como é. Então entraram já cortando a madeira. Depois veio a Funai sempre com aquelas promessas pro Indio” (CIMI, 1977b, p. 4). A situação dos indígenas do Sul e das demais regiões do Brasil era realmente periclitante, tão crítica que acabou levando à morte de uma importante liderança da região,

Ângelo Kretã, do povo Kaingang e Guarani, um distintivo da violência que perpassou a vida daqueles que enfrentaram todo um sistema consolidado e contrário aos seus direitos. Kretã foi um dos mais destacados líderes na luta pela recuperação das terras da Reserva de Manguerinha, no sudeste do Paraná; ferido em uma emboscada no dia 22 de janeiro de 1980, morreu no dia 29 do mesmo mês.

De acordo com Clóvis Antônio Brighenti (2020), as assembleias indígenas e todo o movimento indígena que começava a se organizar sistematicamente na década de 1970 (BICALHO, 2010, 2019, 2020), assim como a própria Igreja Católica, através do Cimi, tornaram-se alvos de espionagem e perseguição por parte dos governos militares. Os direitos indígenas foram claramente violados, diante de interesses do próprio regime e de setores econômicos protegidos pelo Estado na época, representados por fazendeiros, madeireiros e mineradoras.

Na década de 1970, os indígenas no sul do Brasil estavam em polvorosa com a Fundação Nacional do Índio - Funai, órgão criado pela Lei 5.371, de 5 de dezembro de 1967, em substituição ao Serviço de Proteção aos Índios - SPI, extinto depois de investigações de corrupção e violência contra os indígenas, realizadas no Congresso Nacional (Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1964 e em 1968) e no inquérito conduzido pelo Procurador Federal Jader de Figueiredo Correa (1967/1968).

O sistema de controle de entrada e saída de indígenas de suas próprias “reservas” ficou extremamente rigoroso, qualquer deslocamento de indígenas para visitar um parente em outra terra ou mesmo para negócios na cidade necessitava da “portaria” expedida pelo chefe de posto, com nome do indivíduo, data, hora, destino, motivação e horário de regresso. A inobservância às regras expostas no documento resultava em severos castigos, que poderiam variar entre “prisão”, “tronco”, “boi preto” ou trabalhos forçados. As terras ocupadas pelos Kaingang, Guarani e Xokleng Laklânõ estavam cada vez mais cobiçadas pelos empresários regionais. Eram terras ainda “virgens”, ou seja, pouco exploradas pela agricultura intensiva, e sobre elas abrigavam-se madeira nativa de diferentes espécies e de relevante valor econômico, como: araucária, cedro, canela, grácia, angico e canjerana. (BRIGHENTI, 2020, p. 4-5)

Em complemento a essa longa citação de Brighenti, a liderança indígena Yeicãg, do povo Kaingang, ressalta a situação de pobreza em que viviam, ao mesmo tempo em que declara ser “trabalhador da serraria da DGPI”, o que lhe permitiu observar o desvio de madeira e a sua retirada da terra indígena para ser vendida, sem que os benefícios retornassem à comunidade: “Dizem que o remédio volta proposto à benefício do índio, e nem remédios nós temos” (CIMI, 1977b, p. 4). Nota-se a incoerência da política indigenista estabelecida, que cria um departamento (Departamento Geral de Patrimônio Indígena - DGPI) que deveria proteger o patrimônio indígena, mas, na prática, o depredava em favorecimento de terceiros. Sobre o controle rigoroso dos postos indígenas, ampliado a partir de 1970, e os atos de violação de direitos e repressão ao MIB, as lideranças também trazem informações importantes ao longo dos discursos transcritos na ata da 8^a Assembleia de Chefes Indígenas e publicados pelo *Boletim Informativo do Cimi* em

1977. A fim de evidenciar essas práticas autoritárias a partir das próprias falas dos indígenas, elaboramos um quadro com os principais trechos pronunciados.

Quadro 2. Violão de direitos indígenas – do passado ao presente

8ª ASSEMBLEIA DE CHEFES INDÍGENAS - <i>Boletim Informativo do Cimi</i>	
p. 6	Peny-Kaingang: “O chefe do Posto que espanca o índio, esse presta pra Funai”.
p. 8	Xangú-Kaingang: “O chefe (do Posto) maltratando os índios. O chefe só quer dinheiro”; “Quando eu ia em Curitiba ver o Dr. Brasileiro, ele me perguntava como eu ia, se tudo tava bem lá, só dizia: ‘Esse índio tá fora da área!’. Eles tão na sombra do índio e acham que o índio não vale nada”.
p. 9	Hod Fei-Kaingang, única mulher indígena participante do encontro: “Eu tinha meu nenê na cadeia, junto comigo; ele tem um ano e seis meses. E foram lá e tiraram ele a força pela ordem do chefe do Posto. Ninguém veio me acudir. O cacique da aldeia, o Batista Paulo é mandado do chefe. O meu nenê foi chorando. Na cadeia nós tava no meio das merdas, do sangue e das bicheiras”.
p. 25	Tupã-y-Guarany: “As moças não podiam sair, eram presas pela ‘Polícia Indígena’, levadas para a roça do Capitão, tiradas as roupas e passavam a noite assim na prisão. Eu já sofri muito, uma vez me espancaram, me judiaram, me levaram para Dourados (MT). Lá dormi entre dois soldados como se fosse um criminoso perigoso. Fiz meu depoimento lá. Quando cheguei, o encarregado (chefe do Posto), tinha mandado meus filhos, minha mulher, tudo pra Dourados, tinham expulsado. E eu tinha morado 30 anos lá. Pra dizer bem a verdade, a Funai não tem gente com capacidade moral e capacidade material para sustentar uma casa. Um dia o povo brasileiro dos brancos talvez venha a conhecer a história real dos índios do Brasil”.

Fonte: CIMI (1977b).

Não se pode ignorar o peso desses discursos para a compreensão do contexto de perseguição e violão dos direitos indígenas por parte do Estado, muito menos desprezar o grau de autonomia, consciência e resistência dos povos indígenas frente a todos os desmandos e violências empreendidos pelos governos militares entre 1970 e 1980 contra eles. Observam-se, nos trechos citados no Quadro 2, forte tensão e sofrimento empreendido por particulares e pelo Estado através das ações do órgão protetor, que configuram características de agressões físicas e morais, violência e cerceamento de liberdade.

No caso das moças indígenas presas pela “policia indígena” – que, em resumo, eram indígenas treinados pelo Estado autoritário para atuar junto aos próprios indígenas, mais um dos absurdos produzidos durante a ditadura –, o detalhe de prendê-las sem roupas não era um ato isolado e isento de intenções, muito pelo contrário. Ana Maria Colling (1997) ressaltou, num

importante trabalho sobre a resistência da mulher à ditadura, que era assim que “eles agiam”, fragilizando completamente as mulheres presas ao interrogá-las nuas. Assim, culturalmente, a mulher fica muito mais vulnerável, pois não foi educada para ficar nua diante de homens desconhecidos, e o seu corpo desnudo também facilitava o trabalho de torturá-la, tanto física quanto psicologicamente.

O relato de Tupã-y-Guarany muito se aproxima dos relatos das mulheres entrevistadas por Colling. A retirada forçada dos filhos das mães aprisionadas também foi uma prática comum entre os ditadores, de modo que a fala de Hod Fei-Kaingang, única mulher indígena participante da 8^a edição da assembleia, explicita o horror de uma técnica de tortura comum às ditaduras militares latino-americanas, aplicada também entre os indígenas. Infelizmente, violações de direitos dos povos indígenas são recorrentes ainda hoje, através de ações do Estado e de terceiros (fazendeiros, mineradores, garimpeiros etc.), presentes em diferentes setores da sociedade brasileira.

Em suma, como os indígenas resistiram a tudo isso? Lutando, resistindo, sobrevivendo. Juntando forças entre eles, a cada assembleia realizada, a cada movimento/evento organizado nos grandes e pequenos centros urbanos, com a participação direta ou indireta das organizações indígenas ou apenas a participação dos indígenas, que assumiam o protagonismo de suas histórias. Afinal, a longa história colonialista de invasões e tentativas recorrentes de imposição sociocultural e econômica os fez compreender, desde tempos remotos, que, como afirma Tupã-y-Guarany, “quem tem interesse na vida do Indio é o próprio Indio (*sic*), é o próprio índio. Chegamos ao fim da picada, ao fim da estrada. Ou nós avançamos ou nos entregamos ao branco” (CIMI, 1977b, p. 23). E tem sido assim até os dias atuais, com muitos obstáculos pelo caminho. Infelizmente, nos últimos quatro anos, o retrocesso em relação às políticas indigenistas (e não somente) foi muito significativo; em vários aspectos, tem sido muito similar às práticas do indigenismo de caráter autoritário do período ditatorial, o que demonstra que o nosso passado ainda nos assombra.

REFERÊNCIAS

1. ANAÍ - Associação Nacional de Ação Indigenista. [Anai.org](http://anai.org.br/), s.d. Disponível em: <http://anai.org.br/>. Acesso em: 30 jun. 2022.
2. ARAGÃO, Tainá; SILVA, Sandra. Desmatamento em Terras Indígenas cresceu 138% nos últimos três anos. [Socioambiental.org](https://www.Socioambiental.org), 22 dez. 2021. Disponível em: <https://www.Socioambiental.org>

socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-em-terras-indigenas-cresceu-138-nos-ultimos-tres-anos. Acesso em: 22 fev. 2022.

3. ARQUIVO NACIONAL (Coordenação Regional de Brasília - DF). **Dossiê Situação dos Índios Brasileiros em face da Legislação em vigor quanto às terras que ocupam e aos seus direitos civis**. Serviço Nacional de Informações. Gabinete do Ministro. Sigla de Origem: CH GAB SNI. 19 out. 1978. Sigilo C. Número do ACE: ACO 5487. Ano do ACE: 1980. p. 10-11.
4. ARQUIVO NACIONAL (Coordenação Regional de Brasília - DF). **Dossiê Regime Tutelar Indígena**. Sigla de origem: 17 AC. 16 ago. 1984. Número do ACE: A0452907.
5. BERSTEIN, Serge. Cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François. (orgs.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.
6. BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil**: movimento, cidadania e direitos (1970-2009). 2010. Tese (Doutorado em 2010) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
7. BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Resistir era preciso: O Decreto de Emancipação de 1978, os povos indígenas e a sociedade civil no Brasil. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 40, p. 136-156, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X02004007>. Acesso em: 18 jul. 2022.
8. BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Estado autoritário, sociedade civil e aspectos sobre a emergência de Movimentos Indígenas. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 24, n. 2, p. 296-308, mai./ago. 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/hist.2020.242.10>. Acesso em: 18 jul. 2022.
9. BITTENCOURT, Libertad Borges. **A formação de um campo político na América Latina**: as organizações indígenas no Brasil. Goiânia: Ed. UFG, 2007.
10. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n. 1/92 a 35/2001 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão n. 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.
11. BRIGHENTI, Clovis Antonio. Agitadores e subversivos: repressão, perseguição e violações dos direitos indígenas pela ditadura militar. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n. 1 p. 01-24, jan./mar. 2020
12. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **A crise do indigenismo**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.
13. CIMI - Conselho Indigenista Missionário. O Cimi. **Cimi.org.br**, s.d. Disponível em: <https://cimi.org.br/o-cimi/>. Acesso em: 29 jun. 2022.
14. CIMI. 1ª Assembleia de Chefes Indígenas, Diamantino-MT, 1974 (Doc. Datilografado).

15. CIMI. 2^a Assembleia de Chefes Indígenas - Missão Cururu, Pará, 8-14 de maio de 1975. (Doc. Datilografado).
16. CIMI. 6^a Assembleia de Chefes Indígenas. **Boletim Informativo do Cimi**, Brasília, ano 6, n. 35, p. 8, 31 mar. 1977a.
17. CIMI. 8^a Assembleia de Chefes Indígenas. **Boletim Informativo do Cimi**, Brasília, ano 6, n. 38, p. 1-41, jun. 1977b.
18. CIMI. 10^a Assembleia de Chefes Indígenas. **Boletim Informativo do Cimi**, Brasília, ano 6, n. 43, p. 1-88, dez. de 1977c.
19. CIMI. TXYWÃERI - Tapurapé: In: 6^a ASSEMBLEIA DE CHEFES INDÍGENAS. **Boletim Informativo do Cimi**, ano 6, n. 35, 31 mar. 1977a. p. 1-34.
20. CIMI. 13^a Assembleia Indígena. **Boletim Informativo do Cimi**, Brasília, ano 9, n. 63, caderno 3, out. 1980.
21. CIMI. Em 2019, terras indígenas foram invadidas de modo ostensivo de norte a sul do Brasil. **Cimi.org.br**, 29 set. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/2020/09/em-2019-terras-indigenas-invadidas-modo-ostensivo-brasil/>. Acesso em: 22 fev. 2022.
22. COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher a ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
23. COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS. O genocídio do povo Waimiri-atroari. In: COMITÊ DA VERDADE DO AMAZONAS. **1º Relatório do Comitê Estadual da Verdade**. Manaus: Comitê da Verdade do Amazonas, 2012. p. 1-92. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/r_cv_am_waimiri_atroari.pdf. Acesso em: 30 jun. 2022.
24. DICIONÁRIO Ilustrado Tupi-Guarani. Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/tuxaua/>. Acesso em: 29 jun. 2022.
25. DAVIS, Shelton H. **As vítimas do milagre**: o desenvolvimento e os índios do Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
26. TUXAUA. **Portal Amazônia**, Manaus, 21 abr. 2021. Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia-az/tuxaua>. Acesso em: 29 jun. 2022.
27. EWALD, Felipe. Povo Mbya Guarani vive novas ameaças ao seu território. **Jornal da Universidade UFRGS**, Porto Alegre, 2 jun. de 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/povo-mbya-guarani-vive-novas-ameacas-ao-seu-territorio/>. Acesso em: 22 fev. 2022.
28. FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 8 ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2000.
29. FONSECA, Bruno; OLIVEIRA, Bruno. Governo Bolsonaro certifica fazendas em terras indígenas. **Agência Pública**, 19 maio 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/05/>

com-bolsonaro-fazendas-foram-certificadas-de-maneira-irregular-em-terras-indigenas-na-amazonia/. Acesso em: 21 fev. 2022.

30. GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

31. GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

32. GÖRGÉN, Sérgio Antônio. O marco temporal e a decepção Streck. **Brasil de Fato**, Brasília, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/25/artigo-o-marco-temporal-e-a-decepcao-streck>. Acesso em: 22 fev. 2022.

33. HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

34. HOORNAERT, Eduardo. A importância das assembléias indígenas para os estudos brasileiros. **Religião e Sociedade**, São Paulo, v. 3, p. 177-187, 1978.

35. JUCÁ, Beatriz. Governo Bolsonaro manobra para travar a demarcação de terras indígenas no Brasil. **El País**, São Paul, 4 fev. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-04/governo-bolsonaro-manobra-para-travar-a-demarcacao-de-terras-indigenas-no-brasil.html>. Acesso em: 22 fev. 2022.

36. LACERDA, Rosane. **Os povos indígenas e a Constituinte – 1987/1988**. Brasília: Cimi, 2008.

37. MATOS, Maria Helena Ortolan. **O processo de criação e consolidação do movimento Pan-Indígena no Brasil (1970-1980)**. 1997. 210 f. Dissertação (Mestrado em 1997) – Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1997.

38. MATOS, Maria Helena Ortolan. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo**: experiências exemplares no Vale do Javari. 2006. 274 f. Tese (Doutorado em 2006) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, Unicamp, Campinas, 2006.

39. MENEGASSI, Duda. Invasões em Terras Indígenas mais que dobraram em 2019. **ECO**, 30 set. 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/invasoes-em-terras-indigenas-mais-que-dobraram-em-2019/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

40. MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

41. MORI, Letícia. Os projetos herdados da ditadura militar que ameaçam terras de indígenas isolados. **BBC News Brasil**, São Paulo, 8 dez. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59563997>. Acesso em: 22 fev. 2022.

42. “NEM UM centímetro para quilombola ou reserva indígena”, diz Bolsonaro.

Justificando, S. l., 4 abr. 2017. Disponível em: <http://www.justificando.com/2017/04/04/nem-um-centimetro-para-quilombola-ou-reserva-indigena-diz-bolsonaro/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

43. PADRE CRITICA FUNAI por abandono dos índios de Roraima. **O Globo**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1977, n. 7. O País, p. 150.

44. OLIVEIRA, Marina. Arrendamento na TI Serrinha: prática criminosa incentivada pelo governo coloca em risco a vida dos povos indígenas. **Cimi.org**, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/11/arrendamento-pratica-criminosa-incentivada-pelo-actual-governo-coloca-em-risco-a-vida-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 22 fev. 2022.

45. OSSAMI, Maria Castro. O papel das assembléias de líderes indígenas na organização dos povos indígenas no Brasil. **Série Antropologia 01**, Goiânia, Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, 1993.

46. PACHECO DE OLIVEIRA, João. Prefácio. In: PACHECO DE OLIVEIRA, João. **O movimento indígena no Brasil**: da tutela ao protagonismo (1974-1988). BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio (orgs.). Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2021. p. 9-17.

47. PHILIPPE-BELLEAU, Jean. History, memory, and utopia in the missionaries' creation of the indigenous movement in Brazil (1967-1988). **The Americas**, Cambridge, v. 70, n. 4, p. 707-730, abr. 2014.

48. RAMOS, Alcida Rita. O Brasil no movimento indígena americano. **Anuário Antropológico/82**, Fortaleza: UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. p. 281-286. 1984.

49. RAMOS, Alcida Rita. Vozes indígenas: o contato vivido e contado. **Anuário Antropológico/87**. Brasília: Ed. UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 117-143, 1990.

50. REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

51. RÉMOND, René. Uma História Presente. In: RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996. p. 13-36.

52. "NEM UM centímetro a mais para terras indígenas", diz Bolsonaro, 09 de fevereiro de 2018. **Revista IHU On-Line**, cidade, 9 fev. 2018. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/espiritualidade/78-noticias/575956-nem-um-centimetro-a-mais-para-terras-indigenas-diz-bolsonaro>. Acesso em: 15 abr. 2021.

53. RIBEIRO, Gustavo Lins. Militares, antropologia, desenvolvimento. **Série Antropologia**, n. 81. Brasília: Ed. UnB, 1989. p. 1-22.

54. RICOEUR, Paul. **O Conflito das Interpretações**. Ensaios de Hermenêutica. Porto-Portugal: Rés-Editora, 1989.

55. SENADO APROVA MP 870 e devolve demarcações à Funai e o órgão ao Ministério da Justiça. **Cimi.org**, 29 mai. 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/05/senado-aprova-mp-870-devolve-atribuicoes-funai-orgao-ministerio-da-justica/>. Acesso: 18 jul. 2022.
56. TAVARES, Joelmir. ‘Quem manda sou eu’, diz Bolsonaro sobre criação de novas terras indígenas. **Folha de São Paulo – UOL**, 20 jun. 2019. Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/quem-manda-sou-eu-diz-bolsonaro-sobre-criacao-de-novas-terras-indigenas.shtml>. Acesso: 18 jul. 2022.

Poliene Soares dos Santos Bicalho

Professora titular na graduação em História e no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado da Universidade Estadual de Goiás. Doutora em História Social pela Universidade de Brasília. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8324-8743>. E-mail: poliene.bicalho@ueg.br

Os anos 1990 e a questão dos *mortos e desaparecidos* da ditadura no Brasil

The 1990s and the question of the “*mortos e desaparecidos*” from the dictatorship in Brazil

Lívia Salgado

Pesquisadora autônoma, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Sempre que períodos de exceção terminam, questões sobre como lidar e o que fazer com a experiência autoritária vivida são colocadas na sociedade. Não foi diferente com a ditadura no Brasil. A proposta do presente artigo é analisar como a Lei nº 9.140/1995 procurou lidar com aqueles que sofreram violência na ditadura, observando como militares, *estado* e *familiares* trataram do tema dos *mortos e desaparecidos* e disputaram os sentidos dessas categorias. Ao surgir, essa legislação criou um grupo específico de *atingidos*, acabando por forjar identidades e sujeitos de direitos específicos. Diante disso, o objeto de investigação deste texto é justamente compreender: quem são os *mortos e desaparecidos* da ditadura? Quais sentidos são produzidos sobre eles e a violência do período? Quais pessoas estiveram excluídas? Trata-se de um panorama a respeito das construções e embates entre os diferentes atores políticos. Para tanto, analiso o debate no Congresso até o estabelecimento da Lei nº 9.140/1995, considerando em que medida os governos que emergem da redemocratização incorporaram as demandas dos *familiares* e de que forma construíram sua visão sobre os *atingidos*. Procuro destacar, ainda, como as violações de direitos foram sendo incorporadas pelo *estado*, não apenas na referida legislação, mas também por meio de outras medidas, como o Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1995, a tipificação da tortura como crime por meio de uma lei federal em 1997 e a criação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Palavras-chave: Ditadura no Brasil, Lei nº 9.140, *Mortos e desaparecidos*.

Recebido em 07 de fevereiro de 2022.

Avaliador A: 11 de maio de 2022.

Avaliador B: 13 de maio de 2022.

Aceito em 30 de junho de 2022.

ABSTRACT

Whenever periods of exception end, questions about how to deal and what to do with the authoritarian experience are posed in society. It was no different with the dictatorship in Brazil. The purpose of this article is to analyze how Law No. 9,140/1995 sought to deal with those who suffered violence during the dictatorship, observing how the military, the *state* and “*mortos e desaparecidos*” and disputed the meanings of these categories. When this legislation emerged, it created a specific group of people affected, eventually forging identities and subjects with specific rights. Therefore, the object of investigation of this text is precisely to understand: who are the “*mortos e desaparecidos*” of the dictatorship? What meanings are produced about them and about the violence of the period? Which people were excluded? This work is an overview of the constructions and clashes between different political actors. To this end, I analyze the debate in Congress up to the establishment of Law No. 9,140/1995, considering the extent to which governments that emerged from redemocratization incorporated the demands of family members and how they built their vision of the affected people. I also try to highlight how the violations of rights were being incorporated by the *state*, not only in the aforementioned legislation, but also through other measures, such as the *Programa Nacional de Direitos Humanos*, in 1995, the classification of torture as a crime through a federal law in 1997 and the creation of the *Comissão de Direitos Humanos e Minorias* of the Chamber of Deputies.

Keywords: Dictatorship in Brazil, Law No. 9,140; *mortos e desaparecidos*

INTRODUÇÃO

O fim da ditadura no Brasil não significou a resolução das questões ligadas àqueles que sofreram com a violência no período. Sempre que períodos de exceção terminam, questões sobre como lidar e o que fazer com a experiência autoritária vivida são colocadas na sociedade. A primeira iniciativa após o fim da ditadura de formulação das chamadas *políticas de memória*¹, voltadas àqueles que sofreram com a violência da ditadura no país, data dos anos 1990. Em virtude da pressão de movimentos de *familiares*, a Lei nº 9.140 foi sancionada em dezembro de 1995, reconhecendo a *morte* e o *desaparecimento* de 136 pessoas, cujos nomes constavam num anexo elaborado a partir do *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos* (ARAÚJO *et al*,

¹ Chamo de “políticas de memória” as ações que procuram construir narrativas a respeito do período em que os militares estiveram à frente do poder no país.

1995). Nele, foram considerados *mortos* pela ditadura os indivíduos que foram acusados ou que tiveram participação

[...] em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidos por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidos, sem que deles haja notícias" (BRASIL, 1995a).

A lei ainda criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), cuja atribuição era proceder ao reconhecimento de pessoas desaparecidas.

Ao criar essa legislação, um grupo específico de *atingidos* foi criado, acabando por forjar identidades e sujeitos de direitos específicos. Diante disso, o objeto de investigação deste texto é justamente compreender: quem são os *mortos e desaparecidos* da ditadura? Quais sentidos são produzidos sobre esses *atingidos* e, consequentemente, sobre a violência do período? Quais pessoas foram excluídas? As pesquisas costumam chamar atenção para as pessoas contempladas pelas regras e leis, não para aqueles que as criam e impõem (BECKER, 2008, p. 167). Aqui, procuro ir além daqueles contemplados pela legislação, além de compreender a ação dos que a empreendem. A intenção não é olhar somente para os que sofreram com a violência da ditadura, mas a forma como foram reconhecidos pelo *estado*². Assim, é preciso considerar o cenário político em que emergiu essa determinada concepção de *atingidos*, considerando os atores sociais envolvidos no processo.

Cabe destacar ainda que a forma como foi organizada a transição política no Brasil a partir da Lei nº 6.683, conhecida como Lei de Anistia, deixou marcas significativas, de modo que nenhuma outra política adotada pelos governos civis desde então deixou de considerar a conciliação proporcionada por ela.

2 Considerando a polissemia que o conceito de “estado” carrega em si (BOURDIEU, 2014), o termo não pode ser dissociado de suas práticas e contextos de disputa, de sua composição tensa e contraditória, que supõe um sistema formado por lei, institucionalidade, atores sociais e instâncias de negociação. O termo “estado” aparece no texto em referência às suas instituições, sua forma de funcionamento e regras, além do seu aspecto ideológico, considerando seu entendimento como o ordenador de uma coletividade. Estado ainda aparece para pensar a União, uma entidade jurídica que se apresenta como entidade responsabilizada e/ou penalizada por não cumprir o que se espera dela.

OS MORTOS E DESAPARECIDOS ENTRE MILITARES, ESTADO E FAMILIARES

Passada a luta pela anistia e pela redemocratização do país, nos anos 1990 o tema que deu contorno às reivindicações sobre a ditadura foram os *mortos e desaparecidos*. A busca por elucidações – por parte de movimentos sociais e *familiares* – se intensificou, e suas demandas foram aos poucos ecoadas pelas medidas adotadas pelo governo. Antes de entrar nessa questão, porém, cabe identificar essas categorias e destacar como foram construídas no espaço público.

Mortos e desaparecidos revelam em si uma dimensão política, burocrática e histórica, não sendo um dado fechado. O reconhecimento desses *mortos e desaparecidos* passou para que instâncias estatais assumissem o papel de agentes na produção de memórias, sendo elas as responsáveis pela construção dos casos enquanto “problemas sociais” (BOURDIEU, 1996, p. 96). Enquanto construção social, o *desaparecido* surge desde o momento do desaparecimento e vai, ao longo do tempo, sendo ressignificado pelos diferentes atores sociais envolvidos no processo, entre eles a administração pública, os movimentos sociais, as Organizações não Governamentais (ONGs), os organismos internacionais, *familiares*, ex-presos e ex-perseguidos políticos, que disputam a construção de direitos e o significado atribuído a eles.

De início, cabe identificar a ideia que a categoria transmite. Catela (2001, p. 209) aponta que há um intervalo entre o desaparecimento do sujeito e sua identificação como *desaparecido*. É justamente nesse tempo que a categoria é elaborada. Ela não marca a passagem do “mundo dos vivos” para o “mundo dos mortos”: o *desaparecido* se torna uma “pessoa liminar” (TURNER, 1974). Não classificado como vivo nem como morto, ele não está em uma posição nem outra, mas num grau intermediário, escapando de classificações que localizam as pessoas em posições determinadas no espaço cultural.

Os *familiares*, enquanto grupo, passaram a existir em consonância com suas narrativas sobre seus entes. A luta se constituiu em torno de laços afetivos que os unem aos *mortos e desaparecidos*. Em outras palavras, os rituais em torno do *desaparecido* procuram transformar a ausência do corpo em um capital de força política e cultural marcado pelo tom de denúncia. O parentesco ofereceu uma forma de compartilhar demandas, representações e identidades. Denominações como viúvas ou órfãos não eram simbolicamente eficazes, pois os colocaria fora do espaço de pertencimento do *familiar do desaparecido*.

Em 1995, uma força-tarefa procurou definir quem eram os *mortos e desaparecidos* da ditadura. O *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos* a partir de 1964 foi lançado, resultado

de um trabalho em conjunto da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e do Instituto de Estudo da Violência do Estado.

Conforme consta na apresentação, escrita por Miguel Arraes de Alencar, governador de Pernambuco na ocasião, o dossiê não foi apenas um ato de denúncia, mas um instrumento de luta por uma nação mais justa. Tal forma de luta não se apresentava como revanche, mas como um passo importante para a construção do país em seu processo de redemocratização. Para tanto, era necessário que as violações ocorridas no período fossem reconhecidas oficialmente (ARAÚJO *et al*, 1995, p. 19).

De antemão, na introdução da obra, um contraponto à memória oficial que prevaleceu no país foi apresentado e legitimado sobretudo pela Lei de Anistia. Fruto da ação de movimentos sociais, que no dia a dia resistem e lutam pela construção de outra forma de percepção do período, a questão dos *mortos e desaparecidos* políticos tornou-se fundamental para que essa construção fosse possível. De acordo com o dossiê, a prioridade do trabalho foi buscar informações a respeito dos *mortos e desaparecidos*, denunciar as práticas de tortura e mostrar à sociedade brasileira a violência cometida pela ditadura (ARAÚJO *et al*, 1995, p. 29).

O documento apresentava como *mortos oficiais* aqueles que o regime militar informou estarem mortos, ainda que o fato fosse atestado mediante versões falseadas, como suicídios, balas perdidas, atropelamentos ou assassinatos por outrem. Os *desaparecidos*, por sua vez, foram apontados como aqueles de que se “tem a certeza da prisão e assassinato pelos órgãos de repressão” (ARAÚJO *et al*, 1995, p. 32). Mesmo os que tiveram os restos mortais encontrados foram incluídos na lista, pois não havia respostas oficiais para os *familiares*. Os *mortos no exílio* foram aqueles que morreram longe do Brasil entre os anos de 1964 e 1979. O dossiê revelou ter excluído os 1.781 camponeses assassinados entre 1964 e 1993, conforme o levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Além deles, dezenas de trabalhadores urbanos e operários foram assassinados; centenas de indígenas brasileiros e pessoas em situação de rua também não foram incluídos na listagem³.

Nessa disputa pela memória e pela justiça em relação aos *mortos e desaparecidos* da ditadura brasileira há um antagonismo entre os *familiares* e o *estado* (AZEVEDO, 2016, p. 25). Os militares, ainda durante a ditadura, buscavam evitar que os casos de violação emergissem no espaço público e negar os episódios de mortes e desaparecimentos, não concedendo nem falseando informações aos *familiares*. Para eles, era importante que essas histórias ficassem

3 De acordo com levantamentos realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST), foram registrados 1.188 assassinatos de trabalhadores de 1964 a 1986 (CARLOS, 2008).

esquecidas. Foi nesse sentido que a transição política do país foi organizada. O objetivo dos militares era de que os atos de violência ocorridos durante a ditadura não gerassem desdobramentos futuros, como investigações e punições (revanchismo). No planejamento do governo, portanto, era essencial que punições aos militares fossem evitadas.

Nos termos em que foi aprovada, a Lei de Anistia permitiu a consolidação desse projeto. A legislação estabeleceu, conforme o artigo 1º, que ela seria concedida “a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometaram crimes políticos ou conexos com estes” (BRASIL, 1979). O texto segue definindo crimes conexos como “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (BRASIL, 1979). Nessa lógica, os inimigos do *estado brasileiro* – considerados *subversivos* — cometaram crimes contra a segurança nacional e estariam “perdoados” pela anistia. Seriam, portanto, *criminosos* que fizeram a sociedade brasileira *vítima* de seus atos *terroristas*. Os militares, por sua vez, estariam em guerra contra esses *terroristas* e, portanto, também deveriam ser *anistiados*. A ênfase no perdão recíproco foi um cuidado tomado pelos militares para evitar que fossem punidos futuramente por suas ações ilegais durante a ditadura (FICO, 2010, p. 321).

Na democracia, essa disputa se manteve. Nos anos 1990, os direitos humanos foram incorporados à política do governo brasileiro durante os mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Um marco foi a participação do país na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, em 1993, que recomendou a elaboração de programas que fomentassem os direitos humanos no país. A partir da conferência, diversas medidas foram colocadas em prática, dentre as quais podemos destacar a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos, em 1995, e a tipificação da tortura como crime por meio da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997⁴. Além dessas medidas, outras iniciativas foram tomadas em relação aos direitos humanos, como a criação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil (COSTA, GONZÁLEZ e COSTA, 2017, p. 3).

4 De acordo com o artigo 1º, foram considerados crimes de tortura os atos responsáveis por “constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental” e aqueles que submetem “alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo” (BRASIL, 1997, p. 6742).

A LEI Nº 9.140/1995 E SEUS ANTECEDENTES

A análise de questões da ditadura a partir do viés do esquecimento estimulado pela anistia prevaleceu até a década de 1990, mas não sem conviver com a pressão exercida sobretudo por movimentos de *familiares de mortos e desaparecidos políticos*. Desde a ditadura, eles procuraram trazer à tona a lógica na qual os *mortos e desaparecidos* saíam da condição de *subversivos* e se tornavam *vítimas* da repressão. Essas diferentes leituras expressam a dicotomia da memória e acabam por criar uma hierarquia entre elas (PORTELLI, 2001, p. 127). A memória dos *familiares* não coincidia com a memória difundida pelo *estado* que aos poucos foi incorporando essas leituras em suas interpretações e construções, fazendo-a parte da memória oficial, como pretendo explorar.

O debate a respeito das *vítimas* da ditadura voltou à tona com a descoberta da Vala Clandestina de Perus⁵. Considerado por Teles (2015, p. 194) um marco fundamental na construção da memória da ditadura no Brasil – tal como a publicação do Brasil Nunca Mais⁶ (BNM) na década anterior –, a descoberta de 1.049 ossadas não identificadas, ao menos seis delas de presos políticos, chamou atenção para a questão. Diante desse caso, a Prefeitura de São Paulo determinou a criação da Comissão Especial de Investigação e Acompanhamento das Ossadas de Perus.

O caso foi adiante pela determinação da prefeita na ocasião, Luiza Erundina (1989-1992), que, após a abertura da vala, apoiou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para examinar a questão. O deputado Nilmário Miranda, do Partido dos Trabalhadores (PT-MG), ex-presos políticos, propôs no Congresso a criação de uma comissão de representação externa da Câmara, com o objetivo de acompanhar as buscas e dar apoio aos *familiares de mortos e desaparecidos*. Na ocasião, a CPI procurou obter informações sobre as relações estabelecidas entre os militares, a polícia e os médicos legistas do Instituto Médico Legal (IML) na ocultação de cadáveres e no falseamento das mortes, o que já era apontado pelo projeto BNM nos anos 1980. Somados a esses dados estavam os depoimentos de funcionários que revelavam existir uma vala no cemitério que não constava em seus registros e plantas. Enquanto o BNM

⁵ O trabalho de Larissa Nadai permite observar os impasses e pormenores da descoberta da vala entre familiares de desaparecidos, movimentos sociais em defesa dos direitos humanos e setores do Estado (NADAI, 2018).

⁶ Lançada em 1985, a pesquisa reuniu mais de 700 cópias de processos políticos que transitaram na Justiça Militar de abril de 1964 a março de 1979, visando a denunciar a condenação do período a partir dos próprios documentos oficiais, que evidenciavam a ilegalidade da repressão do período.

procurou construir sua narrativa com a reunião de fontes documentais oficiais, a CPI fez uso de depoimentos orais de *vítimas*, médicos legistas e militares, reunidos a partir das fontes oficiais de arquivos policiais, do IML-SP e do Serviço Funerário Municipal.

A vala foi aberta no dia 4 de setembro de 1990, e lá foram encontradas 1.049 ossadas de indigentes (BARRERO JUNIOR, 2017, p. 138). Ainda que não tenha sido possível identificar inicialmente se havia ali desaparecidos ou não, tal descoberta alimentou esperanças sobre a localização dos corpos, fazendo com que o processo de luto fosse atualizado novamente entre os *familiares*.

Para muitos *familiares*, não existe um momento concreto que marca que o desaparecido “está morto”, uma vez que não há referências temporais específicas e, como acrescenta Catela, tampouco haverá, já que são raras as situações em que a família tem o esclarecimento total sobre a morte do ente. Na ausência dessa referência, a lembrança da morte não é vivida em uma data específica, e as recordações ocorrem associadas a eventos públicos (CATELA, 2001, p. 214). A descoberta da vala pode ser compreendida como um desses momentos, ao reativar as lutas e dores dos *familiares* e estimular o debate a respeito da ditadura no Brasil. A então prefeita Luiza Erundina destacou que era preciso levar o caso adiante,

[...] dure o tempo que durar, custe o que custar. Isso que é importante e que nos dá vontade e certeza dos resultados desse esforço que não é só do governo municipal, mas é também da sociedade, dos familiares, das entidades que lutam pelos direitos humanos em nossa cidade e em nosso país. (NÚCLEO, 1990, apud BARRERO JUNIOR, 2017, p. 139).

Foram poucas as declarações que partiram da Presidência da República sobre o assunto. O ministro do Exército à época, Carlos Tinoco Ribeiro, optou por não fazer nenhum comentário a respeito. Em entrevista concedida por telefone, anunciou que os militares não pretendiam investigar, tampouco se pronunciar sobre o tema (EXÉRCITO, 1990, p. A9).

O então presidente Fernando Collor (1990-1992) não deu nenhuma declaração oficial a respeito da vala. Porém, após pressão dos *familiares*, autorizou a abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (Dops). A ausência de uma postura oficial do governo Collor permite observar a relação de conciliação de seu governo com os setores que apoiaram a ditadura. Por conta do processo de transição sem rupturas evidentes, setores militares conseguiram assegurar que o passado não seria remexido por completo, garantindo silêncios por parte dos governos civis (TELES, 2015, p. 193). A única declaração a respeito do assunto partiu do ministro da Justiça Bernardo Cabral, que declarou que haveria um pronunciamento oficial se fossem confirmadas as suspeitas de que militantes políticos foram enterrados no local.

A *Folha de S.Paulo* acompanhou os debates em torno das investigações na vala. No dia 11 de setembro de 1990, publicou uma matéria revelando que o governador de São Paulo, Orestes Quércia, indicou o médico legista Fortunato Badan Palhares para conduzir as pesquisas. O diretor-geral do IML, José Antônio de Melo, foi afastado das investigações, em função das acusações de que teria participado da falsificação de laudos sob sua responsabilidade. Em função dessas acusações, os *familiares* e as entidades de direitos humanos defendiam que o trabalho fosse realizado pela Unicamp (QUÉRCIA, 1990, p. A4). Após esses debates, a universidade e a Prefeitura de São Paulo entraram em um acordo, de forma que a instituição se tornou responsável pelas investigações (BARRERO JUNIOR, 2017, p. 143).

Ao longo da década de 1990, foram diversas as reviravoltas no caso da vala, com conquistas e retrocessos para os *familiares*, interferências do Ministério Público Federal (MPF) e transferências das ossadas entre instituições de pesquisa, até chegarem ao *International Commission on Missing Persons* (ICMP). O laboratório, localizado na Bósnia, foi criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e analisou mais de 20 mil identificações de restos mortais (DAL PIVA, 2018). Até fevereiro de 2018, apenas quatro ossadas tinham sido identificadas. Depois do caso da Vala Clandestina de Perus, outras valas foram encontradas, como a do Cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio de Janeiro, e a do Cemitério da Várzea, em Recife. Poucos foram os avanços quanto à questão, porém, em função das dificuldades financeiras e da falta de apoio de órgãos oficiais.

Em 1991, os *familiares* solicitaram ao então presidente Collor que abrisse os arquivos das polícias políticas: os Dops. Esse fato, segundo Teles (2015, p. 205), culminou na criação da CDHM do Congresso Nacional e na promulgação da Lei nº 9.140.

Regras não são feitas automaticamente. Ainda que uma prática possa ser prejudicial num sentido objetivo para o grupo em que ocorre, o dano precisa ser descoberto e mostrado. [...] Para que uma regra seja criada, alguém deve chamar a atenção do público para esse assunto, dar o impulso necessário para que as coisas sejam realizadas e dirigir as energias suscitadas da direção certa. (BECKER, 2008, p. 167).

A descoberta da vala, portanto, pode ser lida sob essa perspectiva. A possibilidade de que houvesse corpos daqueles que fizeram oposição ao regime levou o tema para o espaço público por meio dos movimentos sociais, e se fazia necessária uma resposta oficial a respeito. Teve início, assim, o debate em torno da elaboração da Lei dos Mortos e Desaparecidos, como ficou conhecida a Lei nº 9.140. Para compreender o que foi a lei, não basta analisar os aspectos que ela carrega em si, mas compreender seu *mundo*, a conjuntura na qual ela emergiu. Seu surgimento não foi um movimento automático ou inevitável. Como dito, a descoberta da vala estimulou o

debate. Além disso, os anos 1990 foram marcados por revisões e reflexões da ditadura não só no Brasil, mas também na América Latina. O movimento interno que ocorreu no período estava inserido em um contexto internacional mais amplo⁷.

Em maio de 1994, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro (GTNM-RJ) divulgaram uma carta-compromisso destinada ao governo que assumiria a Presidência no ano seguinte. O documento foi enviado aos candidatos e buscava estabelecer um compromisso de reconhecimento da responsabilidade da União pela prisão, morte, tortura e desaparecimento dos militantes de oposição, além de criar uma comissão que pudesse investigar a violência ocorrida durante a ditadura e estabelecer mecanismos de reparação aos atingidos. A carta-compromisso também pedia que os candidatos garantissem que não indicariam para cargos de confiança pessoas envolvidas com os crimes da ditadura. Também solicitava a abertura dos arquivos da repressão, a anistia plena às *vítimas* da ditadura e a reparação aos familiares (MEZAROBBA, 2007, p. 48).

O jurista Miguel Reale Júnior, representante do candidato Fernando Henrique Cardoso, assinou o documento que garantia seu empenho quanto às reivindicações dos *familiares*. Eleito, Fernando Henrique Cardoso determinou uma política específica para os direitos humanos no país, muito em função da conjuntura internacional e da presença de lideranças reconhecidamente identificadas com os direitos humanos, como os ministros José Gregori e Paulo Sergio Pinheiro⁸.

Nesse cenário, os *familiares* pressionavam o governo Fernando Henrique Cardoso para criar uma comissão da verdade que permitisse a responsabilização dos culpados, o pagamento de indenizações, a garantia de enterros dos militantes e o compromisso no sentido de que ex-agentes da repressão não fossem indicados para cargos de confiança. Os militares, por sua vez, temiam que o passado conflituoso viesse à tona.

No mesmo ano em que Fernando Henrique Cardoso assumiu o poder, a Comissão de Familiares, junto do Instituto de Estudos da Violência do Estado de São Paulo, membros do GTNM/RJ e dos governos de São Paulo e Pernambuco publicaram o *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, um documento com as informações a respeito de 357 mortes e desaparecimentos. Nesse mesmo momento, uma comissão voltada exclusivamente

7 No âmbito da América Latina, talvez o caso argentino seja o mais emblemático no que se refere às políticas de memória em torno da ditadura. Para ampliar o debate, cf. Bauer (2011).

8 Gregori, desde a época da ditadura, atuava no campo da advocacia, defendendo presos políticos e no da política institucional, quando se elegeu deputado estadual em 1982 pelo MDB. Sua atuação fez com que fosse nomeado para a Secretaria Nacional de Direitos Humanos em fevereiro de 1997. Paulo Sergio Pinheiro também se tornou secretário de Estado de Direitos Humanos e, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), integrou o grupo de trabalho que preparou o projeto de lei da CNV.

para questões relacionadas aos direitos humanos, a CDHM, foi criada na Câmara dos Deputados a partir de um projeto de resolução do deputado Nilmário Miranda.

Na intenção de construir e consolidar no país uma política mais preocupada com a questão dos direitos humanos, a ideia da CDHM foi estimulada pela participação do país na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena, em 1993. Na ocasião, a elaboração de programas públicos com o propósito de promover e proteger os direitos humanos foi recomendada aos países presentes.

A CDHM iniciou o seu trabalho com uma audiência pública em que o destaque foi dado à questão dos *mortos e desaparecidos*, com o apoio da Anistia Internacional, da OAB e da Igreja Católica. Na ocasião, o presidente da comissão, Nilmário Miranda, afirmou ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que aguardava a elaboração de um projeto de reparação que reconhecesse a responsabilidade da União. Os *familiares* defendiam que deveria haver uma reformulação na Lei de Anistia, mas Nilmário alegava que esse tipo de ação não cabia, e buscava reparação moral e histórica (MEZAROBBA, 2007, p. 50). Com esse discurso, a intenção era mostrar que a nova legislação não interferiria nos interesses legítimos de alguns setores da sociedade, como os militares, por exemplo.

Ainda assim, setores militares se manifestaram contra a proposta. O ministro do Exército, Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena, disse por meio de uma nota que se opunha a qualquer forma de investigação e atribuição de responsabilidade relacionada às mortes. O general Murilo Neves Tavares da Silva, comandante da 7ª Região Militar do Nordeste, discordava da indenização aos familiares e alegava que era uma atitude revanchista e, por isso, pediu transferência para a reserva. Representante da Marinha, o ministro Mauro César Rodrigues Pereira via problemas na responsabilização pelas mortes, alegando que havia “muito desaparecido vivo” (LEMOS, 2002, p. 298).

A demanda foi encaminhada para o chefe de gabinete de Jobim, José Gregori. No mesmo mês, o país recebeu um documento da *Human Rights Watch Americas*, organização internacional não governamental voltada para a temática dos direitos humanos, que afirmava que era preciso agir com justiça com as *vítimas* do regime; para isso, os criminosos deviam ser responsabilizados, os casos deviam ser investigados e as famílias, indenizadas. Na ocasião, foi publicado na *Folha de S.Paulo* um texto de James Cavallaro, diretor da entidade no Brasil, que argumentou que

[...] ao resolver esses casos, o presidente não está dando um presente às famílias dos mortos e desaparecidos. E resolver implica esclarecer as circunstâncias das mortes, o reconhecimento, pelo Estado, da responsabilidade nessas mortes, a identificação dos culpados e o pagamento de indenização. (CAVALLARO, 1995, n. p.).

Ele alegou que a proposta de reconhecimento sem a investigação das circunstâncias não está de acordo com os preceitos defendidos pelos órgãos internacionais de direitos humanos, que determinam a investigação das violações.

Outro órgão internacional a pressionar o governo de Fernando Henrique Cardoso foi a Anistia Internacional. Ainda durante a ditadura, a organização apresentou o relatório anual de 1971-1972, denunciando violações de direitos humanos como prisões arbitrárias, tortura, execução e desaparecimentos, ocorridos no Brasil desde o estabelecimento do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, até aquele ano. O documento contabilizou, ao todo, 1.081 *vítimas* do regime, sendo 144 *desaparecidos políticos*.

Nos anos 1990, o órgão continuou atento às violações dos direitos que ocorriam no país. O secretário-geral da organização, Pierre Sané, criticou publicamente Fernando Henrique Cardoso em relação à sua postura diante dos *desaparecidos políticos*, afirmando que o presidente não parecia interessado em discutir o tema por considerar o assunto “complicado demais”. Para o dirigente, o governo não pode se dizer preocupado com o tema e não tomar medidas que busquem resolver a situação. Ainda afirmou que não é possível esquecer o problema. A assessoria de imprensa do Planalto reagiu, alegando não acreditar que o secretário-geral teria feito declarações tão levianas. Para o presidente da República, algum problema de tradução deve ter ocorrido (SOUZA, 1995).

Coube ao chefe do gabinete do Ministério da Justiça, José Gregori, elaborar o projeto de lei para que a temática passasse por um amplo debate no Congresso Nacional. O ministro da Justiça, Nelson Jobim, recebeu os integrantes do GTNM e das comissões de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, que apresentaram a carta-compromisso, firmada por Fernando Henrique Cardoso antes de sua eleição. Os *familiares* também entregaram ao ministro uma cópia do dossiê que compreendia desde a Lei de Anistia – contendo informações sobre os *mortos e desaparecidos* levantadas a partir do acesso à documentação do Dops, aberta no começo da década de 1990 – até pesquisas realizadas em diversos IMLs.

Gregori garantiu que faria todos os esforços necessários para que a lei fosse a mais abrangente possível. Afirmou que o dossiê recebido por ele seria tratado como uma espécie de lista oficial para que uma comissão especial fosse criada e novos casos pudessem ser analisados. Os três pontos básicos para a elaboração do projeto de lei foram a responsabilização da União pelas mortes, o reconhecimento oficial dos *mortos e desaparecidos* e o pagamento de indenizações para as famílias.

Na concepção do governo, isso resolveria a questão dos *mortos e desaparecidos* da ditadura, o que ficou claro com a declaração do porta-voz do governo de Fernando Henrique

Cardoso, o embaixador Sérgio Amaral, na semana em que o projeto de lei seria apresentado: “A Lei de Anistia, de um lado, e o tratamento justo para as famílias dos desaparecidos, de outro, restabelecem o equilíbrio e encerram esse período da vida nacional que foi a ditadura” (LEI..., 1995, p. 5.). Assim, o assunto da ditadura seria dado como encerrado. Se no final da década de 1970 os *criminosos* tinham sido *anistiados*, agora os *mortos e desaparecidos* teriam o reconhecimento oficial de suas mortes, e o passado seria resolvido.

Segundo demonstrou Bauer (2011, p. 310), o projeto de lei foi pouco discutido no Legislativo. A proposta foi divulgada em 28 de agosto de 1995, quando a Lei de Anistia completava 16 anos. Em sua ementa, o projeto dispunha

[...] sobre o reconhecimento como mortas de pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências (BRASIL, 1995b).

Acrescentava, ainda, que haveria o pagamento de indenização no “valor único igual a três mil reais, multiplicado pelo número de anos correspondente à expectativa de sobrevida do desaparecido político” (BRASIL, 1995b).

O projeto de lei foi lido no plenário no dia 30 de agosto de 1995 e encaminhado a uma comissão especial, responsável por analisá-lo no mesmo dia. Os debates giraram em torno da exigência de apuração e punição e do revanchismo que isso poderia representar. Numa sessão plenária, no dia 12 de setembro, foi recomendado que a votação ocorresse em caráter de urgência e, no dia seguinte, as emendas foram votadas. O texto foi enviado para o Senado para votação. No dia 19, voltou para a Câmara e foi encaminhado a Fernando Henrique Cardoso para sanção, sendo a Lei nº 9.140 aprovada no dia 4 de dezembro de 1995.

Durante o debate no Legislativo, grande parte dos deputados se manifestou a respeito da urgência com que se buscava votar a proposta. Nilmário Miranda solicitou que a proposta de urgência urgentíssima fosse derrotada para que as emendas pudessem ser votadas com calma, com amplo debate entre os partidos. Gerson Peres, do Partido Progressista Reformador (PPR) do Pará, por sua vez, alegou que seu partido desejava “abreviar esse processo interminável no nosso País”. O deputado continuou: “O nosso partido deseja sepultar, pela anistia, esse problema no Brasil. Votaremos pela urgência. Queremos acabar com isso” (BRASIL, 1995a, p. 21.783). Por uma votação de 331 a 103, o requerimento de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 869/1995 foi aprovado.

No dia seguinte, o debate ocorreu na Câmara. No início da discussão, Nilmário destacou a importância de aprovar aquele projeto que se apresentava. O registro do *Diário do Congresso Nacional* aponta:

Lutando pela aprovação deste projeto, estamos pensando na construção de uma democracia verdadeira, que não aceite mais torturas; execução de pessoas nem desaparecimentos. É um projeto que interessa a toda esta Casa, a todo o País, inclusive à comunidade internacional, porque o desaparecimento de pessoas por motivos políticos tornou-se um câncer na América Latina. (BRASIL, 1995a, p. 22.021)

A questão destacada por grande parte dos congressistas foi a limitação do projeto de lei. Conforme apontou Haroldo Lima, do PCdoB (BA), o projeto tratava de um passo importante para o reconhecimento oficial da violência do período, mas deixava um “vazio”:

Temos de salientar também o vazio que ficará com as pessoas que recebem agora o reconhecimento oficial de que suas famílias foram mortas, mas que não sabem de forma clara e precisa em que circunstâncias. Penso que é um dever do Estado e um direito do cidadão e dos familiares saberem que todos os nomes da lista não morreram por picada de cobra nem escorregaram de um penhasco, mas foram mortos nas câmaras de tortura [...], em tiroteios forjados no meio da rua, em massacres [...]; dirigentes do PCdoB foram mortos na Guerrilha do Araguaia e o projeto não se refere a eles. (BRASIL, 1995a, p. 22.021)

Além dele, outro a se posicionar no mesmo sentido foi Gilney Viana (PT-MT):

Trata-se de um projeto limitado e este é um pequeno passo. No entanto, se o Governo ou o Congresso Nacional fizerem limitações, estarão enganados, porque a luta dos que serão excluídos vai continuar. Não podemos conviver eternamente com as sequelas da ditadura militar. Caso esse projeto não repare totalmente essas sequelas, a luta vai continuar, pois não há condições de as famílias excluídas continuarem sem saber onde estão os corpos, os despojos e em que circunstâncias os combatentes da liberdade foram mortos e desaparecidos. (BRASIL, 1995a, p. 22.022)

A fala dos congressistas já deixava claro o caráter restritivo do projeto de lei que estabelecia apenas como *mortos e desaparecidos* aqueles que morreram nas dependências do *estado brasileiro*, o que viria a ser uma crítica feita também pelos *familiares*. Além disso, a falta de esclarecimento sobre as circunstâncias das mortes era um tópico recorrente na fala dos parlamentares. Só seria possível lidar com as sequelas do passado esclarecendo-as.

Ainda com viés crítico, dessa vez em relação ao período de abrangência da lei, o deputado Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB-SP), se manifestou:

Apoiamos a proposta na medida em que temos a dimensão do seu significado histórico. Poderíamos aqui adotar posição contrária, se levássemos em conta circunstancialmente as limitações e o caráter restritivo do projeto.

[...]

É evidente que para ter o alcance maior no seu sentido de justiça tal projeto deveria ser estendido a todas as vítimas da repressão do regime de violência [...]. As restrições evidenciam as limitações das conquistas e do amadurecimento democrático em nosso País. Demonstra também a resistência das forças reacionárias e conservadoras que não desejam o reencontro definitivo da Nação brasileira com os seus filhos, barbaramente

tombados na resistência contra um regime de ódio e de violência. (BRASIL, 1995a, p. 22.022)

A fala dos deputados, apesar das divergências, apontava para o encaminhamento e a aprovação do projeto de lei. Vale destacar que as divergências dos deputados em relação à legislação estavam de acordo com as determinações do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Desde o Tribunal de Nuremberg, após a Segunda Guerra Mundial, está previsto no sistema interamericano que os envolvidos em violações de direitos humanos devem ser responsabilizados pelos atos (PAYNE, ABRÃO e TORELLY, 2011, p. 22). Além disso, é importante destacar nesse cenário o direito à verdade e à justiça, o que determina que haja investigação, julgamento e punição dos responsáveis pelas violações de direitos (CERVI, 2012, p. 68).

Favorável à forma como o projeto foi apresentado, Arthur Virgílio, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB-AM), argumentou que se tratava do que era viável para a conjuntura da época:

[...] o Governo avançou tudo que lhe foi possível, avançou ao máximo com o dedo pessoal do Presidente da República, que fez incluir no Projeto de Lei a referência aos mortos em delegacias ou assemelhados, pensando em Wladimir Herzog, em Rubens Paiva [...]. Fizemos o projeto dentro da condição do que é ser Governo, o projeto mais avançado, mais abrangente e que revela a nossa preocupação com a reparação que já tardava.

[...]

Pessoalmente, eu queria muito mais [...]. Mas temos absoluta convicção de que fizemos o máximo [...]. Sabemos que foi andado tudo que podia andar, foi feito tudo que deu para fazer. No momento é isso. (BRASIL, 1995a, p. 22.030)

Outro deputado a criticar a delimitação do projeto, embora por outro viés, foi Agnaldo Timóteo, do Partido Progressista Reformador (PPR-RJ). Naquela oportunidade, ele alegou que não se manifestava contra o projeto de lei, mas contra seu caráter unilateral. O deputado defendia que a legislação fosse estendida

[...] aos chefes de família assassinados pelas costas os mesmos direitos; [...] aos gerentes de bancos assassinados em assaltos [...], a soldados ingênuos que prestavam serviço à Pátria e que foram dizimados [...].

[...] àqueles que tenham sido vítimas do terrorismo criminoso e assassino – nem sei se existe terrorismo que não seja criminoso –, terrorismo violentíssimo, que vitimou brasileiros, filhos e netos de brasileiros, os mesmos direitos daqueles que se consideram donos da verdade. (BRASIL, 1995a, p. 22.023)

Há, em sua fala, uma clara equiparação entre a violência praticada pelos militares e pela esquerda armada: a “teoria dos dois demônios”. Segundo essa teoria, todos seriam responsáveis

pela violência do período e, por isso, a Lei de Anistia estabeleceu esquecimento recíproco por meio do silêncio. Assim, não haveria *vítimas*, mas *criminosos*. A partir do Projeto de Lei nº 865/1995, que estabeleceu os mortos e desaparecidos da ditadura, Timóteo entendia também ser necessário trazer à tona aqueles que morreram em função da violência dos que fizeram oposição ao regime.

Ao todo, foram apresentadas nove emendas. Entre elas, constava o acréscimo da expressão “ou em quaisquer outras circunstâncias em decorrência da ação de agentes a serviço do Estado” (BRASIL, 1995c) ao artigo 4º, que previa a criação de uma comissão especial para o reconhecimento de pessoas que

[...] por terem participado, ou por terem sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, tenham falecido, por causas não naturais, em dependências policiais ou assemelhadas. (BRASIL, 1995c)

A essa alteração Nilmário Miranda acrescentou que pessoas reconhecidamente mortas pela ditadura estavam fora da lista, como o estudante Edson Luís de Lima Souto. Conforme argumentou, “ele está fora deste projeto, porque não foi morto em dependência policial. Mas no Calabouço” (BRASIL, 1995b, 22.038). Com a exclusão do estudante, a imagem dos *atingidos* pela ditadura ia sendo construída pelos governantes brasileiros, que consideravam apenas aqueles mortos sob a sua responsabilidade. Apesar da crítica do parlamentar, a emenda foi rejeitada: 245 votos contra 191.

Outras emendas propostas por Nilmário versavam sobre a importância de esclarecer as circunstâncias em que ocorreram *mortes e desaparecimentos* e de que o ônus da prova fosse dividido entre a família da *vítima* e o *estado*, visto que algumas famílias poderiam não ter elementos suficientes para alcançar o reconhecimento do ente como *morto* ou *desaparecido*. Nas palavras do deputado, eram emendas consensuais. No entanto todas as propostas foram negadas, sendo aceita apenas a emenda de redação contendo a correção dos dados dos *desaparecidos* citados no anexo I do projeto de lei.

O documento foi assinado por Fernando Henrique Cardoso na presença do chefe da Casa Militar, o general Alberto Mendes Cardoso. Também participaram da solenidade o ministro da Justiça, Nelson Jobim, o chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, e uma convidada especial do próprio presidente, Eunice Paiva, viúva do ex-deputado Rubens Paiva. A participação de Eunice teve peso simbólico importante. A não definição de sua condição de casada ou viúva representou a situação de muitos brasileiros que perderam seus companheiros. A partir da lei, esse quadro seria alterado, e ela teria sua posição de viúva reconhecida legalmente.

O texto da referida lei, no artigo 1º, reconheceu como *mortos* todos aqueles que participaram ou foram acusados de envolvimento em atividades políticas “no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias” (BRASIL, 1995a). O marco temporal considerado pela legislação foi setembro de 1961, visto que àquela época já ocorreu a ruptura da constitucionalidade brasileira, quando tentaram impedir a posse de João Goulart na Presidência da República, diante da renúncia de Jânio Quadros, fato que instaurou um regime parlamentar no país.

Desde a elaboração do projeto de lei, Jobim anunciou que a intenção do presidente era vetar qualquer iniciativa de revisão da Lei de Anistia (MEZAROBBA, 2007, p. 59). A legislação corroborou essa perspectiva em seu artigo 2º, ao determinar que os efeitos seriam orientados pelo “princípio de reconciliação e de pacificação nacional” (BRASIL, 1995^a), estabelecidos pela lei de 1979.

A Lei nº 9.140 apresentou um anexo com 136 nomes de pessoas reconhecidas como mortas no período. A partir desses nomes, os *familiares* poderiam requerer o atestado de óbito. Para que novos nomes pudessem ser incluídos posteriormente, foi criada a CEMDP⁹, que, funcionando ao lado do Ministério da Justiça, teria a atribuição de reconhecer o desaparecimento de pessoas não mencionadas no anexo I da lei; reconhecer a morte daqueles que vieram a óbito em função de sua militância política entre setembro de 1961 e agosto de 1979; localizar os corpos dos *desaparecidos*, em caso de existência de indícios; e emitir um parecer a respeito das indenizações que surgiram a partir da lei.

As indenizações seriam pagas na seguinte ordem: ao cônjuge, ao companheiro ou companheira – pagamentos definidos pela Lei nº 8.971/1994 –, aos descendentes, aos ascendentes e aos colaterais até o quarto grau. Visando à reparação, as indenizações teriam o valor de R\$ 3 mil, multiplicado pelo número de anos de expectativa de vida, conforme consta no anexo II da lei. O valor, no entanto, não poderia ser inferior a R\$ 100 mil.

Em janeiro de 1996, a CEMDP foi estabelecida. Para exercer sua função, foram escolhidos pelo presidente da República como membros Suzana Keniger Lisbôa, da Comissão

⁹ A CEMDP deveria contar com sete membros escolhidos pela Presidência da República. Quatro deles deveriam sair da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ter vínculos com familiares de mortos e desaparecidos incluídos no anexo, ser membro do Ministério Público Federal e integrante das Forças Armadas. Funcionários públicos poderiam assessorar a comissão, e as Secretarias de Justiça dos estados poderiam auxiliá-la. Instalada a CEMDP, seus trabalhos voltariam à localização dos restos mortais dos desaparecidos, podendo, para isso: solicitar documentos de qualquer órgão público, realizar perícias, colaborar com testemunhas e servir de intermediária diante do Ministério das Relações Exteriores, para obter informações junto a governos e entidades estrangeiras.

Nacional de Familiares; o general Oswaldo Pereira Gomes, representante das Forças Armadas; Paulo Gonet Branco, do Ministério Público Federal; João Grandino Rodas, representante do Itamaraty; o deputado Nilmário Miranda, da CDHM da Câmara Federal; e, por fim, Eunice Paiva, que em abril de 1996 foi substituída pelo advogado Luís Francisco da Silva Carvalho Filho. Para presidir a comissão, foi escolhido o jurista Miguel Reale Júnior.

Os *familiares*, ex-presos políticos, juristas, as entidades e os defensores dos direitos humanos não estavam satisfeitos com a forma como a questão foi tratada pela legislação. Para eles, a lei precisava ser mais ampla, além de propiciar uma investigação profunda das circunstâncias das mortes. Precisava possibilitar a identificação dos responsáveis por sequestros, torturas e mortes e, posteriormente, levar essas questões à Justiça e divulgá-las para a sociedade.

Outro problema para os críticos foi o período de abrangência da lei. Eles defendiam que o prazo não terminasse em 1979, estendendo-se até o fim da ditadura. Além desse ponto, criticavam o fato de o ônus da prova ser de responsabilidade dos parentes, que afirmavam que a Lei de Anistia funcionava como um mecanismo limitador para as investigações. Em âmbito institucional, Nilmário Miranda argumentou que se tratava de uma legislação indenizatória, que precisaria ser aprimorada (BAUER, 2011). José Gregori, responsável pela elaboração da lei, reagia às críticas. Em sua concepção, a Lei nº 9.140 era precisa, e não frouxa ou aberta a situações. Além disso, Gregori considerou que era justo que os herdeiros provassem sua condição para efeito das indenizações (MEZAROBBA, 2007, p. 71).

Embora não tenha determinado a data e o local das mortes, a Lei nº 9.140 acrescentaria no item *causa mortis* uma referência à Lei dos Desaparecidos Políticos do Brasil. Com essa prerrogativa, alguns familiares se sentiram contemplados, visto que houve a possibilidade de reconhecer a morte de parentes. À medida que ocorreu o reconhecimento do *desaparecido* como morto, o que antes era uma *morte inconclusiva* (CATELA, 2001, p. 212) tornou-se finalmente uma morte oficial. Entretanto, muitos *familiares* se recusaram a aceitar essa medida, uma vez que ela não esclarecia as causas da morte (AZEVEDO, 2016, p. 85). A existência da lei e os atestados emitidos a partir dela permitiram a contabilização dos mortos, de modo que papéis e carimbos também permitiram a autenticação da morte. Burocraticamente, isso dava conta da questão para as instâncias estatais, mas nitidamente não era suficiente para os *familiares*.

O estabelecimento da morte coletiva foi entendido como uma forma de “enterrar os casos, sem enterrar os mortos” (AZEVEDO, 2016, p. 88). A crítica dos *familiares* se apresentava em consonância com o debate sobre os direitos humanos no direito internacional, que divergia do tratamento dado pelo país à questão da reparação àqueles que sofreram violações da ditadura. Se em âmbito internacional o direito à verdade é um elemento fundamental para a reparação

das *vítimas*, no Brasil percebe-se uma espécie de *nacionalização dos direitos humanos*, na medida em que buscou uma adaptação desse direito à realidade nacional – a legislação tratou da reparação, mas sem acesso à verdade. Como signatário dos órgãos internacionais de direitos humanos, o país deveria garantir o acesso à verdade àqueles que sofreram violência.

O que então impedia que o Brasil se adequasse aos acordos internacionais? A forma como ocorreu a transição da ditadura para a democracia pode explicar. Não houve grandes rupturas na transição brasileira, resultado da conciliação de interesses entre as elites do país, tanto militares quanto civis (TELES, 2015, p. 193). A “ideologia da reconciliação” desenhou um modelo de transição em que os governos civis se conciliaram com setores da ditadura ao não investir na investigação e no esclarecimento dos crimes. O passado foi deixado no passado, sem que resultasse na abordagem de questões presentes e futuras.

OS ANOS 1990 E OUTRAS MEDIDAS VOLTADAS À TEMÁTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Ao mesmo tempo que a legislação era preparada e aprovada, o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) também era debatido. A ideia de PNDHs surgiu na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, em Viena, no ano de 1993. Na ocasião, foi recomendada a elaboração de programas aos países presentes cujo propósito era promover e proteger os direitos humanos como programa de governo. Nessa proposta, os direitos humanos não eram apenas os direitos civis e políticos, mas também os econômicos, sociais, culturais e coletivos – uma grande novidade para a história do Brasil. Em 1996, o governo de Fernando Henrique Cardoso lançou o PNDH, primeiro documento do tipo na América Latina e terceiro no mundo (PINHEIRO, MESQUITA e NETO, 1997, p. 117). Para que o programa fosse colocado em prática, o ex-presidente criou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), vinculada ao Ministério da Justiça.

O documento reconhecia os direitos de crianças e adolescentes, das mulheres, da população negra, dos povos indígenas, dos estrangeiros, dos refugiados/migrantes brasileiros, de grupos da terceira idade e portadores de deficiência. O foco do PNDH recaiu sobre o combate às injustiças, ao arbítrio e à impunidade daqueles encarregados de aplicar as leis. Os resultados puderam ser vistos no âmbito da segurança pública, com a transferência de julgamentos da Justiça Militar para a Justiça Comum, nos casos de policiais militares acusados de crimes contra

a vida, de tipificação do crime de tortura e criminalização do porte ilegal de armas, entre outros.

No mesmo ano em que a Lei nº 9.140 seria estabelecida, os familiares dos guerrilheiros do Araguaia¹⁰ – representados pelo Centro pela Justiça e o Direito Internacional (Cejil), tendo como copeticionários o GTNM/RJ e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo – entraram com uma ação na Comissão Interamericana de Direitos Humanos¹¹ da Organização dos Estados Americanos (OEA)¹² contra a União. Uma ação civil corria na Justiça Federal desde 1982, cobrando esclarecimentos a respeito do paradeiro e das circunstâncias do desaparecimento, bem como da localização dos corpos, para que fossem entregues aos parentes. Contudo, em virtude da lentidão do processo, os *familiares* entraram com uma ação em âmbito internacional em 1995, exigindo que o *estado* fornecesse informações sobre os restos mortais e a circunstância da morte dos desaparecidos na guerrilha.¹³

SOBRE OS MORTOS E DESAPARECIDOS DA LEI Nº 9.140/1995

Estabelecida a Lei nº 9.140, ficou a questão: quem foram os *mortos e desaparecidos* da ditadura naquela ocasião? Por que uns estiveram inseridos nessa definição enquanto outros ficaram de fora?

Conforme demonstrado, os movimentos dos *familiares* ao lado de grupos e órgãos

10 No decorrer de 1966, os membros do PCdoB organizaram um grupo de resistência à ditadura e escolheram a região próxima ao rio Araguaia, no sul do Pará, para abrigá-lo. A estimativa é de que, até abril de 1972, o grupo contava com 90 membros, entre eles “militantes” e camponeses da própria região. A maior parte dos integrantes vinha da classe média e do movimento estudantil, obrigados a abandonar o curso em função da perseguição ou recém-formados. Diversas operações confidenciais foram realizadas pelas Forças Armadas brasileiras na região entre os anos de 1972 e 1975, com o objetivo de erradicar o movimento de resistência (KRSTICEVIC e AFFONSO, 2011).

11 A comissão é um órgão responsável pela promoção e garantia de direitos humanos no continente americano. Criada em 1959, a CIDH faz parte do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e tem como pilares de seu funcionamento o Sistema de Petição Individual, o monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados-membros, e a atenção a linhas temáticas prioritárias. Com esse trabalho, a comissão visa a dar atenção a grupos historicamente submetidos à discriminação.

12 A OEA é uma organização criada pelos Estados americanos na intenção de manter a paz e a justiça e promover sua solidariedade entre os Estados-membros.

13 O trâmite do caso na Comissão Interamericana de Direitos Humanos levou 13 anos, resultando na responsabilização da União pelas violações de direito ocorridas na região do Araguaia. Diante da não implementação das recomendações, o caso foi levado até a Corte Interamericana de Direitos Humanos, onde em 2010 ficou estabelecido que o país deveria criar uma comissão da verdade capaz de cumprir com as prerrogativas internacionais. Tal fato foi uma das balizas para o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade.

internacionais defensores de direitos humanos lutavam pelos *atingidos* desde a época da ditadura. Após a redemocratização, memória e reparação seriam tratadas oficialmente apenas em meados da década de 1990. Foi com a sanção da lei que a temática dos *mortos e desaparecidos* da ditadura foi inserida no campo burocrático, o que fez com que os sentidos para eles fossem construídos e disputados pelas diversas gestões que compõem o Executivo e o Legislativo brasileiro. Se antes a questão se incluía num âmbito mais íntimo e sentimental e/ou político e militante, a representação do próprio *estado* foi acrescentada, passando a se organizar por meio de leis e posicionamentos oficiais (CATELA, 2001, p. 250). Com a lei de 1995, os múltiplos sentidos foram incorporados pelo *estado*, e as categorias *morto* e *desaparecido* se tornaram indissociáveis, de modo que todos os *desaparecidos* foram considerados *mortos*.

No lugar de uma instituição capaz de gerir e gestar (LIMA, 2002), o *estado* incorporou parte da demanda dos *familiares* utilizando o dossiê elaborado por eles para estabelecer os critérios que demarcariam suas próprias *vítimas* da ditadura. Dos 152 nomes que constavam no dossiê, 136 foram reconhecidos oficialmente, sendo excluídos os brasileiros que desapareceram no exterior (Argentina, Chile e Bolívia) e três pessoas que das quais constavam apenas os codinomes. Eram eles Antônio Alfaiate (PCdoB), Joaquinzão e Pedro Carretel, ambos camponeses, conforme consta no documento. Ao firmar essas determinações – selecionando uns e retirando outros –, a lei forjou um grupo específico de *vítimas* da ditadura, ainda que não fossem nomeados legalmente dessa forma. Dentre os selecionados, a maioria era homens, sendo listadas apenas 17 mulheres. No que se refere à faixa etária, aproximadamente 47% eram jovens com idade entre 21 e 29 anos.

Dos selecionados pela lei, apenas quatro estrangeiros (três argentinos e um italiano) foram incluídos na relação apresentada. Destaco, ainda, que a maioria dos nomes (125) desapareceram entre 1969 e 1974, durante os *anos de chumbo* da ditadura.

Embora a lei tenha apresentado a listagem dos *mortos e desaparecidos*, não apresentou o perfil mais expandido deles. Como foram retiradas do dossiê, porém, é possível analisar o critério adotado pela legislação para determinar o perfil dos *atingidos* a partir desse documento em especial. Salta aos olhos o fato de que 59 dos nomes atuaram na Guerrilha do Araguaia. Outro aspecto relevante diz respeito à organização política desses *atingidos*. A maioria estava envolvida oficialmente em alguma organização política – um total de 130, de fato. Entre essas pessoas, 63 eram membros do PCdoB, partido responsável pela articulação da guerrilha na região do Araguaia.

Vale destacar que esses dados, a partir do dossiê, não se tornam absolutos, pois não é possível identificar a organização política de alguns deles. Quanto à profissão, a maior parte dos

mortos e desaparecidos era estudante. Outros tipos de profissionais se destacam, como advogados e operários.

A Lei nº 9.140 adota um critério bastante específico – e diria até mesmo excludente. Os *atingidos* pela ditadura expressos na legislação são sobretudo homens jovens, estudantes universitários, guerrilheiros e brancos. A lei acabou produzindo uma perspectiva hegemônica a respeito da ditadura, em que o regime se dirigiu com violência àqueles que estavam subvertendo a ordem, sem que a sociedade brasileira como um todo tivesse sido atingida por essa violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Lei de Anistia gestada durante a ditadura, o *estado*, seus atores políticos e *familiares* atuam de modo a dar significado a essas experiências de violência e atribuir um sentido àqueles que a sofreram. A década de 1990 é um marco nesse sentido. O Brasil procurou incorporar a temática dos direitos humanos em suas políticas, estimulando o debate, criando órgãos de governo e dispositivos legais capazes de lidar com a questão. A Lei nº 9.140/1995 está inserida nessa lógica.

A pressão exercida sobretudo pelos *familiares de mortos e desaparecidos* da ditadura fez com que uma posição oficial a respeito do assunto fosse necessária. O tema foi levado ao Congresso durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) para que fosse debatido um projeto de lei que permitisse o reconhecimento das mortes e a reparação aos *familiares*. Por meio da lei, 136 pessoas foram consideradas mortas entre 1961 e 1979. As mortes que ocorreram em confronto ou no exílio, por exemplo, foram desconsideradas. Além disso, foi necessário que as famílias reivindicassem a condição de *morto* de seus entes sem que o *Estado brasileiro* tivesse a responsabilidade de buscar essas informações, apenas julgá-las a partir das provas dos próprios *familiares*.

Aqueles que foram *atingidos* pela ditadura ficaram restritos a um grupo seletivo, sendo em sua maioria homens, jovens, estudantes, membros de organizações políticas de oposição ao regime etc. O *estado*, dessa forma, produziu um sentido específico aos que sofreram na ditadura, incorporando alguns elementos trazidos pelos *familiares*, mas não todos. Essas ausências fizeram com que eles seguissem pressionando por respostas.

Por fim, cabe destacar que o reconhecimento dos *mortos e desaparecidos* foi uma inovação no que se refere à memória da ditadura no país. Se com a Lei de Anistia essas histórias

foram silenciadas, o novo cenário político a partir da Constituição de 1988 permitiu que a violência da ditadura fosse reconhecida e, posteriormente, com a Lei nº 9.140, parte das mortes e desaparecimentos perpetrados pelo regime fosse oficializada.

REFERÊNCIAS

1. ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida *et al.* **Dossiê dos “mortos e desaparecidos” políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
2. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.
3. AZEVEDO, Desirée de Lemos. “**A única luta que se perde é aquela que se abandona**”: etnografia entre “familiares” de “mortos e desaparecidos” políticos no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em 2016) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
4. BARRERO JUNIOR, Roger Camacho. Lágrimas que vertem do solo: lutos e supressões nas disputas da memória em torno de mais uma vala sul-americana (Bairro de Perus, São Paulo, 1990-1993). **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 21, p. 132-154, dez. 2017.
5. BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
6. BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
7. BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 9. ed. Campinas: Papirus, 1996.
8. BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
9. BRASIL. Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997. Define os crimes de tortura e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 08 de abril de 1997, p. 6742. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9455.htm. Acesso em: 15 nov. 2020.
10. BRASIL. Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994. **Diário Oficial da União**:
11. 29 de dezembro de 1994, p. 21041, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8971.htm. Acesso em: 19 jul. 22.
12. BRASIL. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 05 de dezembro de 1995a, p. 19985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9140.htm. Acesso em: 19 jul. 22.
13. BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão: 137. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, ano L, n. 142, p. 21881, 14 set. 1995b. Disponível em: <http://imagem.camara.gov>.

br/Imagen/d/pdf/DCD14SET1995.pdf#page=. Acesso em: 13 ago. 2018.

14. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 869/1995**. Dispõe sobre o reconhecimento como mortas de pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: 29 de agosto de 1995c, p. 20593. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=183709>. Acesso em: 19 jul. 22.
15. CARLOS, Juliana de Oliveira. A anistia e a luta pelos direitos humanos no Brasil. **Cad. AEL**, Campinas, v.13, n. 24/25, p. 173-204, 2008.
16. CATELA, Ludmila. Desaparecidos e direitos humanos. Entre um drama nacional e um dilema universal. In: NOVAES, Regina Reyes; LIMA, Roberto Kant de (Org.). **Antropologia e direitos humanos**. Niterói: EdUFF, 2001. p. 203-266.
17. CAVALLARO, James Louis. Não é presente – é dever. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 10 jul. 1995. Brasil, p. 3.
18. CERVI, Jacson Roberto. O dano e o dever de reparação do Estado por crimes de lesa-humanidade cometidos no período da ditadura militar. In: LEAL, Rogério Gesta (org.). **Verdade, memória e justiça**: um debate necessário. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012. p. 59-79.
19. COSTA, Maxmiler Campos da; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; COSTA, Maíra Pereira. Política de direitos humanos e estrutura institucional no Brasil: vinte anos de avanços e retrocessos. In: Congresso Latinoamericano de Ciência Política: democracias em recessão?, 9., 2017, Montevidéu. **Anais** [...]. Montevidéu: 9 Congresso da ALACIP, 2017. p. 1-20.
20. DAL PIVA, Juliana. Após 27 anos, comissão de “mortos e desaparecidos” identifica ossada da Vala. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 fev. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/apos-27-anos-comissao-de-mortos-desaparecidos-identifica-ossada-da-vala-de-perus-em-sp-22414116>. Acesso em: 13 ago. de 2018.
21. ENTIDADES vão fiscalizar o IML, diz governo. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 set. de 1990. Caderno A, p. 9. Disponível em: <https://bit.ly/3J71Qu5>. Acesso em: 08 ago. 2018.
22. EXÉRCITO não vai investigar o caso. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 8 set. 1990. Política/Exterior, p. A9. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=11080&anchor=4059426&origem=busca&pd=9250541a72448a2568bee-5b3030835af>. Acesso em: 15 nov. 2020.
23. FICO, Carlos. A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília, v. 4, p. 318-333, jul./dez. 2010.
24. IML - INSTITUTO MÉDICO LEGAL. **Programa Lugares da Memória**. São Paulo: Memorial da Resistência de São Paulo, 2015.
25. KRSTICEVIC , Viviana; AFFONSO, Beatriz. A dívida histórica e o Caso Guerrilha do Araguaia na Corte Interamericana de Direitos Humanos impulsionando o direito à verdade e à justiça no Brasil. In: PAYNE, Leigh; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo (org.). **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin America Centre, 2011. p. 344-390.
26. LEI de desaparecidos tem data. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 23

ago. 1995. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_11&pasta=ano%201999&pesq=%22equil%C3%ADbrio%20e%20encerram%20esse%20per%C3%ADodo%22&pagfis=148819. Acesso em: 15 nov. 2020.

27. LEMOS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 287-313, dez. 2002.

28. LÍDERES de FHC duvidam de base governista no Congresso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 mar. 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/3/09/brasil/4.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

29. LIMA, Antônico Carlos de Souza (org.). **Gestar e gerir**: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

30. MEZAROBBA, Glenda. **O preço do esquecimento**: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). 2007. Tese (Doutorado em 2007) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

31. NADAI, Larissa. **Entre pedaços, corpos, técnicas e vestígios**: o Instituto Médico Legal e suas tramas. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

32. PAYNE, Leigh; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Anistia na Era da Responsabilização: contexto global, comparativo e introdução ao caso brasileiro. In: PAYNE, Leigh; ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo (org.). **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, Latin America Centre, 2011. p. 18-31.

33. PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. Programa Nacional de Direitos Humanos, avaliação do primeiro ano e perspectivas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 117-134, 1997.

34. PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civittela Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (org.). **Usos e abusos da história oral**. 1996. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001. p. 103-130.

35. QUÉRCIA afasta diretos do IML da investigação sobre tortura. Folha de S. Paulo, São Paulo, 11 set. 1990. Caderno A, p. 4. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?anchor=4061909&pd=71ebc87ac97e0bce87480267a0ed8bd2>. Acesso em: 13 ago. 2018.

36. SOUZA, Carlos Alberto de. Dirigente mundial da Anistia critica Fernando Henrique Cardoso. **Folha de S. Paulo**, 12 abr. 1995. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=12756&anchor=557444&origem=busca&pd=f2b77d9b41fe-f923130ec3327e4d21a6>. Acesso em: 22 jul. 2018.

37. TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e repressão: locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, v. 96, p. 191-220, 2015.

38. TURNER, Victor. **O processo ritual**: estrutura e antiestrutura. Petrópolis: Vozes, 1974.

Lívia Salgado

Professora da Educação Básica no Sistema Elite de Ensino e no Colégio e Curso PeC. Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2020) e Mestre em Ciências Sociais pela mesma instituição (2015). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3651-3903>. E-mail: liviabsalgado@hotmail.com

Saúde mental, direitos humanos e reparação na justiça de transição brasileira: notas para uma genealogia do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão de Anistia no Rio de Janeiro

Mental health, human rights, and reparation in Brazilian transitional justice: notes for a genealogy of the Clinics of Testimony project of the Amnesty Commission in Rio de Janeiro

Felipe Magaldi

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Trata-se de um estudo sobre a participação do campo psi no desenvolvimento das políticas públicas de reparação referentes à violência cometida pelo Estado brasileiro durante o passado ditatorial (1964-1985). Para tanto, atenta-se às memórias e trajetórias de alguns dos principais atores sociais envolvidos na confluência entre o campo da saúde mental e dos direitos humanos, particularmente na genealogia do primeiro edital do projeto Clínicas do Testemunho da Comissão da Anistia (2013-2015), sobretudo no Rio de Janeiro. O esforço se concentra no período que compreende os meados dos anos 1990, marcado pela atuação dos movimentos sociais e pela gênese das políticas de reparação, até a primeira metade da década de 2010, no bojo da recepção das normativas globais da chamada “justiça de transição”. Para tanto, são acionadas entrevistas, estudo de material documental e revisão bibliográfica. O estudo defende que a noção de reparação psíquica emergiu como efeito e instrumento das disputas pelos sentidos e alcances do Estado, bem como das controvérsias sobre a acepção administrativo-financeira da reparação.

Palavras-chave: Ditadura militar, Saúde mental, Justiça de transição, Reparação.

Recebido em 18 de junho de 2021.

Avaliador A: 15 de julho de 2021.

Avaliador B: 08 de agosto de 2021.

Aceito em 10 de setembro de 2021.

ABSTRACT

This is a study on the participation of the psi field in the development of the public policies for reparation related to the violence committed by the Brazilian State during its dictatorial past (1964-1985). To address the subject, it pays attention to the memories and trajectories of some of the main social actors involved in the confluence between the field of mental health and human rights, particularly in the genealogy of the first notice of the Clinics of Testimony project of the Amnesty Commission (2013-2015), mainly in Rio de Janeiro. The effort focuses the period that comprises the mid-1990s, with the performance of social movements and the genesis of reparation policies, until the first half of the 2010s, during the reception of global norms of so-called transitional justice. For this purpose, interviews, study of documental material and bibliographic review are carried out. The study argues that the notion of psychic reparation emerged as an effect and instrument of disputes over the meanings and scope of the State, as well as of controversies about the administrative-financial meaning of reparation.

Keywords: Military dictatorship, Mental health, Transitional justice, Reparation.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2014, a publicação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) manifestou 29 recomendações a serem seguidas pelo Estado brasileiro, com o objetivo de “prevenir graves violações de direitos humanos, assegurar sua não repetição e promover o aprofundamento do Estado Democrático de Direito” (BRASIL, 2014, p. 964). Entre elas, a Recomendação 15, em particular, expressou o vínculo entre as lutas sociais surgidas como consequência da ditadura militar brasileira (1964-1985), o direito à memória, à verdade e à reparação e os saberes e práticas do campo da saúde. Segundo a diretriz,

[...] as vítimas de graves violações de direitos humanos estão sujeitas a sequelas que demandam atendimento médico e psicossocial contínuo, por meio da rede articulada intersetorialmente e da capacitação dos profissionais de saúde para essa finalidade específica. A administração pública deve garantir a efetividade desse atendimento. (BRASIL, 2014, p. 970).

A menção a tais sequelas no documento em questão não consistiu em um resultado exclusivo dos andamentos da CNV, implicando antes um processo prévio, de mais longa duração e com antecedentes internacionais. Em 2010, por ocasião da condenação do Brasil na Corte

Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”), “tratamento médico e psicológico ou psiquiátrico” (CIDH, 2010, p. 16) já figurava como uma das ordens de reparação às vítimas.

Como parte do cumprimento da sentença, o projeto Clínicas do Testemunho (CT), realizado a partir de 2013 por meio de um edital da Comissão de Anistia (CA) do Ministério da Justiça (MJ), foi pioneiro na implantação de uma política pública de *reparação psíquica* aos atingidos pela violência de Estado durante a ditadura. O projeto possibilitou o atendimento psicoterapêutico individual e coletivo, envolvendo sobreviventes – muitos dos quais haviam experimentado a tortura perpetrada pelas forças armadas e de segurança – e seus familiares. Incluiu também a capacitação de profissionais de saúde mental para atuação nesse âmbito dos direitos humanos.

Embora grupos de atenção médico-psicológica já existissem desde os anos 1990, graças a iniciativas de movimentos sociais como o Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), era a primeira vez que um projeto assim se estabelecia no âmbito estatal. Depois de duas edições, realizadas em quatro estados brasileiros (Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina), o projeto foi interrompido em 2017, já após o *impeachment* que destituiu a presidente Dilma Rousseff e levou Michel Temer ao poder. Seus resultados, porém, ficaram registrados em relatórios e publicações (SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA, 2014 e 2015; BRASIL, 2015; VITAL BRASIL et al., 2015; LOSICER et al., 2015 etc.) e continuam despertando debates.

Em recentes depoimentos, alguns atores sociais do *campo MVJ* (AZEVEDO, 2018) têm frequentemente explicitado como a sedimentação do CT como política pública constituiu um resultado e um instrumento de particulares reflexões críticas sobre a noção de *reparação*. A partir de seu surgimento na cena pública brasileira, em meados dos anos 1990, a reparação fora primordialmente entendida por seu aspecto administrativo-financeiro, isto é, indenizatório (CANO e FERREIRA, 2006; MEZAROBBA, 2007). Isso fora possível graças à atuação de órgãos como a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), que, criada concomitantemente à Lei nº 9.140/1995, contemplou as demandas reparatórias de familiares de mortos e desaparecidos. Posteriormente, a instituição da Comissão da Anistia e da Lei nº 10.559/2002 contemplaram também as demandas reparatórias de perseguidos políticos, novamente através de indenizações. Essas também passaram a ser efetivadas em nível estadual, como no caso das Comissões Estaduais de Reparação (CER). Não obstante, surgiram críticas a propósito da insuficiência dessa modalidade reparatória:

O atendimento clínico às vítimas dos danos produzidos pela violência do Estado

brasileiro é necessário para que se busque a reparação plena. Uma reparação apenas nos campos financeiro e moral deixa uma fissura no campo psicológico que precisa ser estudada e erradicada por meio de uma política pública de qualidade. O Estado tem a obrigação de prestar apoio psicológico aos cidadãos atingidos por graves violações dos direitos humanos. Especialmente quando as próprias instituições do Estado na democracia hoje dependem para a efetividade do direito à memória, à verdade e à reparação do registro do testemunho da vítima. (VITAL BRASIL, FELIPPE e CARDOSO, 2015, p. 6).

Este trabalho procura compreender como se engendrou uma modalidade particular de reparação, consubstanciada na categoria *reparação psíquica*, na confluência entre os campos da saúde mental e dos direitos humanos do Brasil pós-ditatorial. Trata-se de um estudo sobre o reconhecimento estatal da violência ditatorial enquanto acontecimento traumático e da instauração de intervenções clínicas como política pública. O trabalho aponta para as disputas pelos sentidos do dinheiro e do Estado como o duplo vetor de transformação da noção de reparação nesse processo, comumente referido pelos atores do campo MVJ como *justiça de transição*.

O esforço atenta sobretudo ao período que compreende meados dos anos 1990, marcado pela atuação dos movimentos sociais e pela gênese das políticas de reparação, até meados da década de 2010, momento de surgimento do CT, na versão de seu primeiro edital (2013-2015), assunto principal do trabalho. Os fios condutores da análise são as trajetórias de alguns dos principais líderes e protagonistas desse processo. Trata-se aqui de reconstituir as mediações sociais que possibilitaram a incorporação das *expertises* psi, sem recorrer a contextos abstratos ou à suposta condição excepcional dos atores envolvidos (VECCHIOLI, 2019). O material utilizado para essa tarefa consiste em entrevistas feitas pelo pesquisador ou por terceiros; estudo de material documental, como manifestos e relatórios; e revisão bibliográfica. Entende-se que esses materiais, enquanto artefatos etnográficos, são ao mesmo tempo produtos e produtores do campo em questão.

Embora a escrita deste trabalho seja individual e reserve tão somente ao autor seus possíveis equívocos, a pesquisa foi realizada durante atividades coletivas levadas a cabo desde 2019 pelo Núcleo de Memória e Direitos Humanos¹, logo incorporado à Comissão da Memória e da Verdade – CMV/UFRJ, que envolveram ciclos de palestras, eventos, exposições e cursos regulares, bem como a organização de livros e entrevistas². A equipe tem se voltado a compreender

¹ Núcleo cadastrado no CNPq, coordenado por José Sergio Leite Lopes e integrado por Luciana Lombardo, Lucas Pedretti e Virna Plastino, além do autor. Agradeço muito a cada um deles pelas oportunidades que possibilitaram este artigo.

² Até o presente momento, foram realizadas dez entrevistas pela equipe do núcleo no prédio do CBAE-UFRJ,

como as categorias de memória, verdade, justiça e reparação vêm sendo construídas e disputadas na relação entre movimentos sociais e agentes estatais que lidam com as consequências da ditadura militar no Brasil. Esse foco condicionou a ênfase, conferida neste artigo, aos atores sociais envolvidos com as políticas públicas engendradas no contexto de recepção da gramática justransicional no país. A interlocução mais prolongada se deu com a coordenadora da primeira edição do projeto CT no Rio de Janeiro, tanto por conta de sua liderança na área quanto por sua generosidade intelectual. Os outros atores referenciados foram entrevistados pela equipe ou participaram de eventos da CMV. Por conta da filiação institucional do autor, da origem dos interlocutores e dos limites do artigo, o trabalho tem como recorte principal a experiência do Rio de Janeiro, o que deve ser ampliado em estudos futuros.

A perspectiva adotada aqui não é de ordem normativa – “como deve ser a reparação?” – mas antropológica, isto é, atenta às dinâmicas e significações protagonizadas pelos próprios atores sociais. Trata-se de indagar como – e até que ponto – os conjuntos sociais podem se reconstituir, uma vez fraturados, evocando o problema clássico da reprodução e da mudança social (VISACOVSKY, 2011). Se na doutrina jurídica clássica a “reparação” se concebe como a volta ao estado anterior a um dano causado, compreendendo a investigação de um crime, o castigo aos culpáveis e a compensação pecuniária, a reparação aparece aqui como um campo semântico aberto a múltiplas configurações, nem sempre consensuais (TELLO, 2022).

O presente trabalho dá continuidade aos incipientes estudos antropológicos sobre as memórias das ditaduras militares sul-americanas feitos no Brasil (CATELA, 2001; AYDOS e FIGUEIREDO, 2013; SARTI, 2014, 2019 e 2020; ROSITO e DAMO, 2014; AZEVEDO, 2018; SANJURJO, 2018; VECCHIOLI, 2019 etc.), que tratam de questionar as categorias universais dos direitos humanos e compreender as dinâmicas sociais específicas da construção das demandas do campo MVJ. Aqui, a contribuição original reside na articulação entre os campos da saúde mental e dos direitos humanos, tema menos abordado nos estudos prévios. Os poucos trabalhos já disponíveis sobre o tema são internos ao campo psi ou aos próprios integrantes do projeto CT. Dispõem-se, portanto, a abordar a pertinência da metodologia clínica, mais que realizar uma análise antropológica (INDURSKY e CONTE, 2017; INDURSKY e MAYORCA, 2019, entre outros). A dissertação prévia de Corsini (2018), feita no âmbito da memória social, é uma exceção nesse sentido e apresenta uma pesquisa sócio-histórica com foco no projeto piloto do CT durante a vigência do 1º Edital.

sendo duas delas acionadas neste artigo. As entrevistas foram integradas ao Acervo da CMV/UFRJ.

REPARAÇÕES REPARADAS

No cenário posterior à Segunda Guerra Mundial e ao julgamento dos crimes contra a humanidade nos Tribunais de Nuremberg (1945-1946), os direitos humanos começaram a se constituir como problema social e agenda política das pretensas nações democráticas. Abriu-se caminho para o surgimento de uma série de estratégias, judiciais ou não, desenvolvidas para lidar com as consequências de governos autoritários ou conflitos armados, tendo em vista o reestabelecimento da paz. Sobretudo a partir da década de 1970, a derrocada das utopias socialistas e a redemocratização de diferentes países egressos de regimes autoritários em escala global (MOYN, 2010) ofereceriam o contexto para que tais medidas fossem posteriormente incorporadas na caixa de ferramentas da chamada *justiça de transição* (TEITEL, 2003).

Além do direito à justiça, à verdade, à memória e à reforma institucional, o direito à reparação se consolidou como uma das principais diretrizes desse campo. As primeiras reparações em massa datam especificamente da Alemanha pós-guerra, sendo outorgadas às vítimas do nazifascismo. Ganharam forma em pensões por morte, compensação por danos físicos e psicológicos, indenizações por perda de liberdade, danos patrimoniais, prejuízos profissionais e econômicos. Nesse processo fundacional, abriu-se o caminho para que a reparação – que até então distribuía responsabilidades entre nações em conflito, vitoriosas ou derrotadas – passasse a ser inscrita no nível interno dos Estados e particularmente nas políticas orientadas ao passado (TORPEY, 2006). O direito à reparação foi incorporado também pela legislação internacional, englobando diversas modalidades: materiais (como as indenizações) ou simbólicas (como o pedido de perdão por parte dos responsáveis), além de individuais (envolvendo sobreviventes e familiares) ou coletivas (destinadas a grupos sociais ou étnicos) (DE GREIFF, 2006).

A recepção da gramática da justiça de transição e das políticas de reparação na América Latina costuma ser atribuída, conjuntamente ao Leste Europeu, no último quartel do século XX. Foi quando os países do Cone Sul, em particular, saíram de seus últimos regimes ditoriais, na esteira da chamada terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1994). Porém, como sugere Jelin (2017), esse processo não ocorreu de forma imediata nem foi automaticamente decorrente da saída do Cone Sul dos contextos ditoriais e da expansão do direito internacional e dos direitos humanos. Antes constituiu o produto de condições concretas de possibilidades, as quais envolveram distintas experiências de engajamento e cooperação. No Brasil, essas experiências encontraram espaço de reprodução como política pública principalmente a partir dos anos 1990 e da década de 2000, num contexto marcado pela impunidade (TELES e

QUINALHA, 2020).

Mezarobba (2007), sem sucumbir a uma visão evolutiva dos fatos, comprehende as disputas e ressignificações que constituíram os antecedentes desse processo no caso brasileiro através de três marcos jurídico-políticos. O primeiro deles, a Lei nº 6.683/1979, mais conhecida como Lei de Anistia, foi promulgada ainda durante o período ditatorial. Embora a legislação tenha contemplado perseguidos “políticos”, como pessoas cassadas, banidas, presas e exiladas, representando uma conquista democrática, também abriu o caminho interpretativo para a impunidade dos integrantes do aparato da repressão, anistiando “ambos os lados” (TELES, 2010). Tratou-se, assim, de um modelo de uma conciliação pragmática, consubstanciado na ideia de “crimes políticos e conexos”.

Porém a resposta do Estado viria somente uma década depois, já no bojo das cobranças dos movimentos sociais surgidos como consequência da ditadura. Em 1995, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003/PSDB), ele mesmo um ex-exilado, foi sancionado um segundo marco, a Lei nº 9.140, que reconheceu pela primeira vez as violações em nome do Estado brasileiro. A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) foi então criada para receber os requerimentos dos atestados de óbitos, das indenizações e das denúncias de outras mortes ocorridas por “motivação política”. Não obstante, superpondo-se à possibilidade de reparação econômica, novas reclamações foram manifestadas pelas vítimas: relacionavam-se à permanência da gramática da conciliação e da pacificação nacional, presente na Lei da Anistia; à desobrigação do Estado com respeito à identificação, à responsabilização dos envolvidos nas práticas repressivas e ao exame das circunstâncias das mortes. Ademais, o ônus da prova foi deixado aos parentes.

Na década de 2000, foram os perseguidos políticos e sobreviventes que entraram em cena, sendo contemplados novamente como o aspecto monetário da reparação. Com a Medida Provisória nº 2.151 (2001), a entrada em vigor da Lei nº 10.599 (2002) e a consequente instalação da Comissão de Anistia no Ministério da Justiça, contemplaram-se as perdas dos que foram impedidos de exercer suas atividades – sobretudo os que perderam emprego e/ou experimentaram impossibilidade de realização laboral. Nesse terceiro marco, a reparação, mais uma vez, foi de ordem econômica, paga em prestação única ou mensal. Assim, da conciliação pragmática, passou-se ao reconhecimento do Estado por meio da compensação financeira. As queixas permaneceram: medidas relativas à identificação, ao processamento e à punição de violadores permaneceram ausentes; o acesso aos arquivos militares tampouco foi concedido.

Esse estado gerou uma série de controvérsias internas e externas aos anistiados. Por um lado, difundiu-se a insatisfação com o viés trabalhista da reparação, centrado unicamente no

aspecto financeiro. Como apontaria posteriormente o jornalista, ex-presidiário político e ministro dos Direitos Humanos entre 2005 e 2010, Paulo Vanucchi, “isso poderia ser interpretado como uma espécie de ‘cal a boca’, ‘pare com a denúncia e libere uma quantia que vai ser importante para a sua vida’” (VANUCCHI, 2018, p. 143). Por outro lado, houve polêmica também da parte de forças conservadoras, que trataram de desqualificar o dispêndio de dinheiro público para tais fins. Montantes elevados despertaram estigmas que persistem até hoje na imprensa brasileira, como o de que a indenização seja uma espécie de “bolsa ditadura” (AZEVEDO, 2010).

Como aponta Bauer (2014), não houve nenhuma menção à questão dos mortos e desaparecidos da ditadura no primeiro plano de governo de Lula (2003-2006/PT), apesar da existência da CEMDP e da Comissão da Anistia. As ideologias da conciliação, da protelação e da privatização da memória permaneceram durante boa parte de sua gestão, que preferiu se ater à narrativa heroica e à simples manutenção das indenizações, em detrimento das medidas de memória, verdade e justiça. Porém, mais proximamente à segunda gestão lulista (2007-2011), ocorreram mudanças importantes nos órgãos estatais destinados a levar a cabo as medidas de reparação, com a entrada de novos atores sociais.

Paulo Vanucchi havia então assumido a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (2005-2010). Vanucchi fora um jornalista, militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e presidiário político durante a ditadura. Durante a redemocratização, foi assessor de diversas organizações sindicais e eclesiás, incluindo o nascente Partido dos Trabalhadores (PT). Em entrevista concedida ao Núcleo de Memória e Direitos Humanos, atualmente vinculado à CMV, ele conta que no início relutou em assumir o cargo, por razões vocacionais e familiares. Com a saída do ex-ministro Nilmário Miranda, porém – decorrente de uma candidatura ao governo do estado de Minas Gerais e da presidência estadual do partido –, abriu-se a brecha para seu nome, com a insistência de Lula. Segundo Vanucchi, era verdade que Lula tinha uma questão “ziguezagueante” em relação à questão dos mortos e desaparecidos. Mas naquele momento a contingência dos acontecimentos teve o efeito de enfatizar sua própria missão como militante: “era como se eu não tivesse como dizer ‘não’ por causa da minha história de vida” (VANUCCHI, 2019, p. 6). Vanucchi, além de ex-presidiário político, já havia trabalhado na elaboração de *Brasil: nunca mais* na década de 1980. Em 2007, com sua articulação, foi lançado o livro-relatório *Direito à memória e à verdade*, como resultado dos 12 anos de atuação da CEMDP.

Dessa vez com a chancela estatal, o novo relatório foi novamente criticado por ter sido marcado pela falta de acesso aos arquivos militares, pela permanência da gramática da conciliação e mesmo pela presença de um integrante das Forças Armadas em sua composição. Contudo,

contribuiu para o esclarecimento das circunstâncias de mortes e desaparições, desmontando versões falsas do oficialismo militar e apontando para responsabilidade das mortes. Trata-se do primeiro documento oficial do Estado brasileiro a reconhecer as violações ocorridas durante a ditadura, expondo as narrativas testemunhais das vítimas.

Outra mudança importante foi a entrada do então jurista e professor universitário Paulo Abrão na presidência da Comissão da Anistia (2007-2016) do MJ, então gerido por Tarso Genro (2007-2010/PT). Como pontuou Hollanda (2019), à época o MJ buscava um especialista em direitos humanos comprometido com a remodelação daquela burocrática comissão, conhecida na cena pública pelos altos valores de indenização concedidos a perseguidos pela ditadura e pela baixa transparência. Com a indicação de um ex-aluno, iniciou-se a gestão do então jovem professor de direito – que, por sua idade, diferente de Vanucchi, não era originário da “geração” das lutas contra a ditadura. Por outro lado, ele se destacava pelo interesse no direito internacional dos direitos humanos (CORSINI, 2018). Promoveu, assim, uma inflexão do tema da anistia, antes circunscrito a familiares e ex-presos políticos. Nas palavras do próprio Abrão, a partir de 2007, “a Comissão de Anistia empreende uma particular virada hermenêutica” (ABRÃO e TORELLY, 2015, p. 30). Essa mudança diz respeito a uma sucessão de projetos no âmbito da CA, dedicada aos aspectos educativos, simbólicos, morais – e, entre esses, psicológicos – da memória, da verdade e da reparação. Tratava-se aqui de uma particular recepção da gramática justransicional, que buscava reequilibrar os aspectos materiais e simbólicos da reparação.

Foram exemplos o projeto Caravanas da Anistia (2008), que consistiu em sessões públicas itinerantes de apreciação de requerimentos de anistia em todo o território brasileiro, seguidas de atividades pedagógicas e culturais (ROSITO e DAMO, 2014). Segundo Abrão, nesse processo, a ação estatal de reconhecimento revelaria o protagonismo da *reparação* articulada à memória. Essa argumentação ganharia difusão em outros projetos. O objetivo do Marcas de Memória (2008), por exemplo, era resgatar a memória das vítimas do período ditatorial pela construção de acervos de fontes orais e audiovisuais; além do projeto, destaque-se o já citado Clínicas do Testemunho (2013-2016), foco deste trabalho. Em todos esses casos, tratava-se de dar lugar à expressão testemunhal no âmbito do Estado.

Ainda no bojo desse processo, vale destacar que em 2008 a CA realizou uma Audiência Pública no MJ, apoiada por diversas entidades de direitos humanos, a fim de questionar o alcance e a interpretação da Lei de Anistia de 1979 como regra de impunidade. Segundo o jurista, embora essa revisão não tenha se contemplado³, a partir do trabalho das comissões

³ Em 2010, o Supremo Tribunal Federal manteve o entendimento estabelecido sobre a Lei de Anistia. Esses fatos

de reparação em meados dos anos 1990 e das ações políticas de promoção da memória e da verdade empreendidas desde a virada hermenêutica, conseguiu-se ampliar o leque de atores sociais mobilizados para a agenda, incluindo não somente familiares de mortos e desaparecidos e presos e perseguidos políticos, mas também trabalhadores civis, segmentos militares e entidades de direitos humanos. Na esteira desse processo, em 2009 o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNH-3) incluía as pautas de memória, verdade e justiça e sugeria a criação de uma Comissão Nacional da Verdade (2012-2014).

DA CONSTRUÇÃO SOCIAL DA VÍTIMA À ATENÇÃO MÉDICO-PSICOLÓGICA

Dentro do fenômeno global de difusão da gramática dos direitos humanos, destacou-se, sobretudo a partir de meados da década de 1970, uma renovação da retórica humanitária para lidar com a desigualdade. A categoria *trauma* passou a adquirir um valor central nas políticas de acompanhamento e reconhecimento de diversos tipos de violência, contando com a progressiva participação de psiquiatras, psicólogos e psicanalistas nos processos de gestão do sofrimento.

Esses processos globais têm sido enxergados através de uma perspectiva crítica do ponto de vista das ciências sociais. Para Didier Fassin (1999), a *patetização* da política pode ceder espaço para a expressão do sofrimento como princípio explicativo, em detrimento das desigualdades, levando a processos de homogeneização e despolitização das experiências. Para Veena Das (2008), o modelo do trauma legado a partir dos estudos sobre o Holocausto (CARUTH, 1996; FELMAN, 2014; entre outros) não pode ser simplesmente transportado para contextos com diferentes padrões de socialidade.

Cabe, assim, entender as especificidades desse fenômeno no caso da justiça de transição brasileira, sem reduzi-la às análises pré-estabelecidas. Assim como a definição de *violência* é contextual e relacional (WIEWIORKA, 2006), a categoria analítica de *vítima* pode ser entendida como uma noção de pessoa através da qual se confere reconhecimento social ao sofrimento, circunscrevendo-o e legitimando-o como fundamento de demandas sociais e políticas de

impediram que as condenações do Brasil na Corte Internacional de Direitos Humanos – no caso Júlia Gomes Lund e outros *vs.* Brasil (caso Araguaia) (2010) e no caso Vladimir Herzog (2018) – tivessem consequências penais (ABRÃO e TORELLY, 2012). No momento de escrita desse artigo, a campanha #ReinterpretaSTF defende uma nova tentativa de revisão da Lei.

reparação (SARTI, 2011). Pergunta-se, então, como as dinâmicas particulares de construção social da vítima engendradas como consequência da ditadura brasileira se vincularam a uma gramática própria, caracterizada por uma representação traumática e pela posterior noção de reparação psíquica, sem que isso implique necessariamente um esvaziamento do sentido político da luta ou um transplante apressado de um tropo estrangeiro. Trata-se, assim, de acompanhar os desdobramentos de um conjunto de narrativas sobre os modos de entender, reconhecer e manejar o sofrimento, na tensão entre movimentos sociais, especialistas científicos e agentes estatais.

Como apontam Aydos e Figueiredo (2013), experiências como as da tortura e da prisão política não encontraram repercussão imediata durante a ditadura, tendo em vista o microcosmo fechado das organizações de resistência, a perseguição acirrada e as campanhas midiáticas pejorativas. Tampouco se pode falar em uma construção subjetiva propriamente correspondente à noção de vítima, na medida em que a situação limite era frequentemente entendida como parte do itinerário militante, ensejando uma evidente contradição entre a narrativa heroica e qualquer tipo de vitimização (SARTI, 2019).

Porém, por volta da segunda metade da década de 1970, a denúncia internacional protagonizada pelos exilados, principalmente junto às democracias europeias, constituiu uma abertura para a deflagração das violações (ROLLEMBERG, 1999). Além disso, a experiência de familiares – principalmente mães – na busca de seus filhos desaparecidos também abriu caminho para a expressão pública do sofrimento, evidenciando um importante atravessamento de gênero na renovação da linguagem política (TELES, 2005). Na esfera pública, a figura da “vítima da ditadura” se esboçava então na alteridade entre os que permaneceram na vida legalizada e os que tiveram perdas e dores “por razões políticas”, dentro de um enquadramento (BUTLER, 2009) frequentemente definido pelos protagonistas da luta armada pertencentes às camadas médias urbanas.

A partir da década de 1980, já posteriormente à anistia, à soltura dos presos políticos e ao retorno dos exilados, o problema da reconstrução do mundo após as privações e perseguições ganhou um lugar mais importante (GRECO, 2003). O relatório *Brasil: nunca mais* trouxe os relatos das torturas, inscrevendo textualmente danos físicos, psicológicos e morais. O ponto de vista dos próprios protagonistas se delineava na nascente bibliografia de resistência (SELIGMANN-SILVA, 2003).

Ao mesmo tempo, o acento inicial nos ideais revolucionários era paulatinamente transmutado na direção da gramática dos direitos humanos. O dano infligido deixava de ser visto como a condição necessária de uma tarefa política para se tornar a própria razão da atuação

dos movimentos sociais. Esses, ao mesmo tempo que reivindicavam respostas dos responsáveis pela violência ditatorial, criavam inéditos dispositivos de acolhimento aos sobreviventes.

Data dos anos 1990 o surgimento de iniciativas de atenção médico-psicológica protagonizada por organismos de direitos humanos, como o Grupo Tortura Nunca Mais, fundado inicialmente no Rio de Janeiro em 1985. Entre seus propósitos, estiveram o esclarecimento das circunstâncias das violações, o apontamento de responsabilidades, o acionamento da memória histórica do período contra o esquecimento e o silêncio e a luta contra a permanência dos perpetradores em cargos públicos. Tratou-se de uma iniciativa de ex-presas e ex-presos políticos que viveram a situação de tortura durante o regime militar, além de familiares de mortos e desaparecidos.

Conforme narrado na página virtual de memorial do GTNM⁴, quatro anos depois de sua criação, em 1989, a diretoria percebeu a necessidade de promover *assistência clínico-jurídica* gratuita aos atingidos pelos crimes da ditadura. Destaca-se que, à época, não havia nenhuma política de assistência por parte do Estado. Em 1992, houve um primeiro subsídio advindo do Fundo Voluntário das Nações Unidas para as Vítimas de Tortura. Iniciou-se, então, uma outra frente inédita de trabalho do GTNM/RJ: a Equipe Clínica Tortura Nunca Mais. Subsequentemente, o núcleo foi possibilitado graças ao apoio financeiro e/ou à captação de recursos de variadas entidades internacionais: Comunidade Europeia, Anistia Internacional Sueca, Fundação OAK e *International Rehabilitation Council For Torture Victims* (IRCT), entre outras. Foram 23 anos de assistência clínico-médico-psicológica e de reabilitação física, completados por 14 anos de apoio jurídico de maneira ininterrupta. Segundo dados do grupo, cerca de 1.200 pessoas foram atendidas, em sua maioria atingidas durante a ditadura. Posteriormente a assistência também se estendeu para a violência do Estado democrático, dada a observação de sua continuidade e seus crescentes índices, sobretudo nas favelas e periferias. Nota-se, aqui, uma incipiente tentativa de alargar o enquadramento pré-estabelecido e tensionar o binômio ditadura/democracia.

O projeto foi oferecido por profissionais psi que também eram militantes, muitos dos quais haviam vivido na pele as marcas da repressão, tais como a prisão e a tortura. É o caso da psicóloga Cecília Coimbra, que fazia a mediação entre a diretoria do GNTM e a equipe clínica (COIMBRA, 2002). Como sugere Vecchioli (2019), ter passado por essas experiências limites também pode ser um importante capital social e simbólico na conformação das *expertises*. Como

⁴ GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. Quem somos. Projeto Clínico, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/projeto-clinica/> Acesso em: 11 jul. 2022.

também apontado por Zenobi (2020) a propósito de interseção entre saúde mental e direitos humanos na Argentina pós-ditatorial, estabelece-se aqui um vínculo entre os modos de entender o trauma e o compromisso político dos profissionais psi. Esses fatos marcam diferenças com as políticas globais de sofrimento mencionadas no início desta seção, as quais, como visto, podem ser frequentemente marcadas pela despolitização e pela reafirmação da condição de vítima (FASSIN e RECHTMAN, 2009).

Essa mútua constituição entre clínica e política também se verifica na gramática terapêutica desenvolvida para lidar com a violência (RAUTER et al., 2002). A categoria *atingido*, por exemplo, foi acionada pelo GTNM no sentido de reconhecer o sofrimento sem naturalizar a figura da vítima nem esvaziar sua luta. Portanto, quando se fala em vítima, aqui, trata-se de um termo analítico, não de uma expressão nativa. Ademais, a própria ideia de *trauma* como algo relativo a um “pensamento reducionista do eu” (COIMBRA e ABREU, 2018, p. 105) foi questionada pelo grupo com base na reflexão de autores como Foucault, Deleuze e Guattari.

Destaque-se também que a equipe clínica foi integrada majoritariamente por mulheres, sugerindo a imbricação não somente entre gênero e saberes psi a partir do surgimento da carreira de psicologia e da feminização do cuidado (RUSSO, 2002), mas também, novamente, entre a participação feminina e a construção da memória da ditadura brasileira, na contramão da hegemonia masculina, seja da parte de militantes ou militares (TELES, 2015).

Apesar de seus subsídios internacionais e da articulação universitária – com destaque para a Universidade Federal Fluminense (UFF), onde algumas integrantes trabalham como docentes no departamento de psicologia – o GTNM manteve como valores máximos a *autonomia* e a *independência* em relação a partidos políticos e outras organizações da sociedade, “especialmente as vinculadas às diferentes instâncias governamentais” (GTNM, 2014, n.p), não recebendo qualquer subsídio advindo deles. Eis o ponto nevrálgico de uma tensão surgida no interior do grupo entre, por um lado, uma certa recusa em relação ao Estado e, por outro, a necessidade de luta por uma política pública de atenção psicossocial aos atingidos. Tensão essa que, como veremos, se articula aos sentidos da própria possibilidade de *reparação psíquica* e pode assumir variações múltiplas.

A posição do GTNM aparece com destaque num manifesto referente à desativação do projeto clínico (2014). Segundo o conteúdo, “governos civis pós-ditadura fortalecem o capitalismo e gerem o capitalismo neoliberal, promovendo acordo políticos que vêm capturando muitos movimentos sociais” (GTNM, 2014, n.p). Seria o caso do Brasil, em que as forças econômicas e militares que implantaram o golpe permanecem presentes em cargos públicos. Fazendo menção à condenação na CIDH em 2010, menciona-se a imposição de uma Comissão

Nacional da Verdade, qualificando-a como “extremamente perversa e limitada, que caminha, muito lentamente, no levantamento de alguns fatos” (IBID., n.p.). A análise crítica se detém ainda no sigilo e no silenciamento quanto aos procedimentos da comissão; na oficialização de fatos já pesquisados pelos movimentos, sem apoio governamental; e na indisponibilidade dos arquivos militares.

Nesse contexto, diante da ausência de justiça e da continuidade da violência de Estado dirigida à população pobre, negra, favelada e a ativistas de direitos humanos e militantes, o processo de *reparação* seria “atrasado e insuficiente”, especialmente se comparado a outros países latino-americanos. Esses fatos fariam crer que “não há uma vontade política do Estado brasileiro de repensar de forma coerente o terror do Estado a que nós, brasileiros, fomos submetidos, ao longo da ditadura” (IBID., n.p.). Por fim, faz-se menção à manutenção da interpretação da Lei de Anistia, o que leva a um esquecimento, a um silêncio e a uma conciliação com os agentes do terror de Estado. Esse cenário, conjugado à escassez dos fundos internacionais e do aumento de exigências burocráticas, teria levado à desaceleração do projeto clínico, finalizado em 2014.

Vê-se, aqui, que a recusa ao Estado se fundamenta em uma certa percepção negativa de seus rumos na política brasileira durante a era de governos ditos progressistas. Porém, como o próprio conteúdo demonstra, a decisão não foi isenta de olhares divergentes.

Muitos debates internos ocorreram, especialmente ao longo dos anos de 2010, 2011 e 2012, no sentido da aceitação ou não de financiamentos governamentais para a continuidade do atendimento clínico-jurídico. O GTNM-RJ manteve a posição de não aceitar qualquer apoio financeiro por parte do governo [...]. Temos, portanto, uma posição crítica, autônoma e divergente a todos os diferentes governos pós-ditadura e às suas propostas de cooptação de entidades e movimentos sociais em relação à luta por memória, verdade e justiça. (GTNM, 2014, n. p.).

Como destacou Azevedo (2018), o antagonismo entre o Estado e os movimentos sociais, sobretudo os compostos por familiares, é uma marca do campo MVJ. No entanto, se pensado etnograficamente, não se trata de uma contraposição rígida, mas sim relacional e situacional, atualizada constantemente no cotidiano através de cobranças, críticas e queixas. Na forma de classificações e acusações – como a de *cooptação*, que aparece no trecho supracitado – a figura do Estado pode dizer respeito tanto aos agentes repressivos da ditadura quanto a operadores institucionais que, em “democracia”, articulam políticas de memória, verdade e justiça. Esses operadores – como, posteriormente, seria o caso da CA e da CNV –, por sua vez, podem tratar de matizar essa identificação. À representação Estado, entendido comumente como dado da experiência comum (BOURDIEU, 2014) ou entidade coisificada de onde emana o poder (ABRAMS, 2006), se contrasta uma multiplicidade de sentidos ou *efeitos de Estado*, instabilizando as próprias fronteiras com a dita sociedade (MITCHELL, 2006).

REPARAÇÕES ATRAVÉS DO ESTADO

Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Núcleo de Memória e Direitos Humanos da CMV/UFRJ a partir de 2019, deparamos constantemente com parte dessas perspectivas divergentes, na medida em que buscamos a interlocução nas memórias daqueles que articularam os movimentos sociais às políticas estatais no contexto recente de reformulações da CA e da CNV. Em entrevista realizada em duas partes com a psicóloga clínico-institucional Vera Vital Brasil (2019a; 2019b), ex-participante da equipe clínica do GTNM-RJ e, subsequentemente, principal articuladora do primeiro edital do projeto Clínicas do Testemunho no Rio de Janeiro, essa questão apareceu com destaque. Isto, sobretudo, no que diz respeito à genealogia de um saber (FOUCAULT, 1986) sobre as particularidades da violência de Estado diante da violência mais ampla.

Vera foi estudante de farmácia da UFRJ no final dos anos 60, quando atuava no movimento estudantil. Em dezembro de 1969, foi presa e torturada nas dependências do DOI-CODI, no Rio de Janeiro, onde permaneceu três meses. Exilou-se no Chile e retornou ao Brasil em 1976, quando começou a cursar psicologia. Na década de 1980, integrou ativamente os movimentos sociais surgidos como consequência da ditadura. Segundo as entrevistas, gentilmente concedidas à equipe do núcleo no edifício do CBAE-UFRJ, no trabalho inicial da equipe clínica do GTNM-RJ, as leituras eram variadas: deleuziana, foucaultiana, análise institucional, grupalista, com influência dos psicanalistas argentinos exilados durante a ditadura, e da experiência do Instituto Brasileiro de Psicanálise, Grupos e Instituições (Ibrapsi) – o qual, a partir de 1978, liderou as discussões sobre a crítica da psiquiatria biomédica e da psicanálise hegemônicas (COIMBRA, 1995).

A partir dessa experiência, chamava-lhe a atenção que, entre as pessoas atendidas, nem sempre havia uma conexão entre o sofrimento atual e as situações limites, como tortura, encarceramento, demissões e dificuldade de retomar às atividades vitais após a anistia. Ficava patente a ausência de um suporte público para a memória da ditadura no Brasil. A partir dessas experiências, na já citada articulação com a UFF, a equipe começou uma pesquisa sobre a percepção dos profissionais psi da violência de Estado. Concluíram que faltava um reconhecimento das especificidades do tratamento médico-psicológico em casos em que o crime é cometido pelos agentes do Estado e que seriam necessários dispositivos de capacitação no tema da violência de Estado na rede pública de saúde.

Apesar dessas experiências de articulação, Vital Brasil destaca a impossibilidade de

reparar sem o reconhecimento público do ocorrido:

Reparação era uma palavra que não atravessava os trabalhos [do GTNM]. Primeiro porque reparação está ligada a quem cometeu o crime – o Estado –, e aí não se pode pensar em reparação dos crimes de Estado se não for feita uma reparação pelo Estado. (VITAL BRASIL, 2019a, p. 21).

Para ela, embora o grupo sempre tenha se preocupado com a justiça, a verdade e a memória, a questão da reparação acabava sendo mal interpretada ou ganhando forma por meio de métodos equivocados. Como exemplo, evoca a sugestão, da parte de setores da diretoria da organização, de depositar flores no local de última vista de um filho desaparecido. Conclui: “[...] isso, a meu ver, conceitualmente não é reparação. É memória, não reparação” (IBID., p. 21), já que o ato não teria a chancela pública.

Contudo a simples presença dessa legitimação pública na figura do Estado tampouco seria suficiente, por si própria, para reformular a noção de reparação. A partir de sucessivas experiências que inevitavelmente colocariam em cena os movimentos sociais e as instâncias estatais, esse aspecto de insuficiência entrou em cenário com clareza, deixando em evidência a já referida multiplicidade da trama institucional reconhecida como “Estado”.

Destaque-se o papel das comissões estaduais de reparação (CER), que foram gestadas em diferentes estados do país a partir do início da década de 2000, previamente à instalação da CA no MJ. No caso do Rio de Janeiro, a CER foi criada em 2001 (Lei nº 3.744, com vigência prevista de 24 meses). Segundo Vital Brasil, a existência da CER-RJ foi problemática pelos seguintes fatores: lentidão, desorganização, exigência de ônus da prova às vítimas e triagem de processos, em que figuras mais conhecidas acabavam “passando na frente”. Após variados protestos em frente à sede do governo, o Palácio Guanabara, conseguiu-se uma segunda edição para avaliar os casos remanescentes. De todo modo, apesar desses avanços pontuais, havia, de modo geral, uma reprodução do mesmo problema identificado nas comissões de reparação nacionais: o privilégio da indenização. “Não se falava em memória, não se falava em testemunho, não se falava nada. Era reparação econômica” (VITAL BRASIL, 2019a, p. 23).

Enquanto antes tratava-se do problema da *memória sem reparação*, aqui se observa a *reparação sem memória* – ambas igualmente problemáticas. Enquanto a primeira designava a necessidade de reconhecimento estatal, a segunda deixava claro que não era qualquer ato do Estado que seria legitimado como reparatório. Do ponto de vista da crítica às indenizações, vê-se aqui o engendramento de uma noção de pessoa refratária à quantificação da vida. Dita tensão, pontuada por Aydos e Figueiredo (2013) como dicotomia frequentemente excludente entre dinheiro e direitos humanos, aparece aqui mais nos termos da crítica à *exclusividade*

da indenização. Tendo como protagonistas militantes de esquerda, tradicionalmente críticos do capitalismo e pertencentes aos segmentos letrados urbanos, pode-se entender a percepção segundo a qual a subjetividade – em particular a subjetividade dolente – não é traduzível em razão monetária, tradução essa associada à dimensão profana (SIMMEL, 1998). Como demonstram recentes pesquisas (LACERDA, 2020), distinta é essa relação em contextos de violência em que os atores provêm de camadas baixas, sem *background* de militância. A indenização se afigura, ali, acima de tudo como possibilidade de iniciar a luta.

Nesse processo de incipiente integração entre reparação e memória, a posição do GTNM não foi totalmente refratária, como seria, mais tarde, nos desdobramentos da CA e da CNV. Na ocasião, o grupo chegou a participar como consultor da sociedade civil, deixando evidente que poderia haver, aqui e ali, brechas no Estado e em suas possibilidades. Segundo Vital Brasil, naquele momento, as reuniões do GTNM ficavam cada vez mais testemunhais: mais pessoas começavam a falar, às vezes sobrepondo-se aos pleitos burocráticos, mostrando como a busca das vítimas extrapolava a indenização e intensificando os debates sobre a relação com a escuta psicológica.

Paralelamente, destacou-se a experiência do Fórum de Reparação e Memória do Rio de Janeiro, que envolveu marinheiros, operários navais e membros da Associação Nacional dos Anistiados Políticos, Aposentados e Pensionistas (Anapap). Inicialmente realizado na sede do GTNM, os encontros passaram a ocorrer na sede da Associação dos Marinheiros, por conta da facilidade de acesso. O fórum foi um movimento não-institucional que convergia pessoas que haviam sido atingidas em 1968, uma rede de anistiados e anistiadas que participavam das lutas pela anistia em Brasília. Não se tratava de uma divergência do GTNM: membros participavam de ambas as atividades. Porém a menção é importante na medida em que, em sua designação, é destacada justamente a articulação entre reparação e memória:

[...] a gente [da equipe clínica do GTNM] não podia se dizer marinheiro, a gente não podia se dizer metalúrgico, então ficou essa designação: fórum de reparação. E a gente incluiu “memória do Rio de Janeiro”. Por quê? Porque para nós a memória já era um componente fundamental. (VITAL BRASIL, 2019a p. 30).

Mais uma vez, a *reparação com memória* deslocava a ênfase excessiva nas compensações econômicas, eixo das reparações nacionais e estaduais.

Outra experiência prévia de destaque para a reformulação da reparação no campo da clínica foi a articulação internacional com outras equipes latino-americanas de saúde mental. Como lembra a entrevistada, a partir de 1999, em Montevideo, foi criada a Rede Latino-Americana e do Caribe de Saúde Mental e Direitos Humanos. Através da rede, conseguiram

financiar projetos conjuntos de atenção clínica e capacitação, com apoio da Comissão Europeia. Destacou-se também o papel do Rehabilitation Council for Torture Victims (RCT), sediado na Dinamarca, posteriormente International Rehabilitation Council for Torture Victims (IRCT), no auxílio com a captação de recursos. Segundo Vital Brasil, o papel dessas instituições foi importante não só pelo financiamento dos projetos, mas também pela confirmação de uma perspectiva clínica crítica politizada, que, como já pontuado, seria uma especificidade latino-americana. Segundo a psicóloga, “era uma descrição médica, biológica, sabe [do IRCT]? E a gente tinha uma outra visão, uma visão mais social, muito mais política da questão do trabalho clínico” (VITAL BRASIL, 2019a, p. 25). Mais uma vez fica evidente a mútua constituição entre clínica e política – e não a simples transposição das políticas do trauma internacionais em nível regional. Em reação ao olhar biomédico *strictu sensu*, numa época de explosão de redes no mundo, as equipes latino-americanas se reuniram, contribuindo para uma maior aproximação do Brasil com seus vizinhos. Nos últimos anos, porém, o papel das instituições de fomento foi perdendo destaque com a guinada à direita de países europeus e com o foco de recursos para outras questões, como as relacionadas a refugiados e migrações internacionais.

A combinação inarredável entre essas questões – necessidade de reconhecimento estatal da reparação; necessidade de que a reparação seja não somente econômica; necessidade de que a clínica seja também política – encontrou somente a partir de 2007 um terreno mais fértil de difusão. A partir dessa época, Paulo Vanucchi, que já estava na Secretaria Especial de Direitos Humanos, se aproximou do GTNM, entre outras organizações da sociedade civil, para consultar sobre suas prioridades e demandas, gerando debates no grupo. Porém nem todos do grupo foram receptivos. A despeito de Vanucchi ser ele mesmo um ex-preso político e um dos protagonistas de *Brasil: nunca mais*, naquele caso ele encarnava mais o Estado que um companheiro de luta.

Em 2009, com o término do financiamento internacional e o agravamento das divergências em relação às aproximações do MDH, a equipe clínica começou a se desmantelar. Fecharam-se os trabalhos com os últimos pacientes, alguns dos quais continuaram a ser atendidos mesmo sem recursos, na base do voluntarismo. Dessa trajetória, Vital Brasil destaca o mérito da equipe clínica, com a irradiação das questões concernentes à violência de Estado para o Conselho Federal de Psicologia e a capacitação de profissionais.

Concomitantemente, algumas brechas começam a se abrir. Em abril de 2010, um seminário prévio à articulação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) (Lei nº 12.847/2013) foi realizado pela Secretaria de Direitos Humanos, presidida por Vanucchi e coordenada por “Dodora” [Maria Auxiliadora] Arantes, também ex-presa política, articulada a um seminário nacional. Na ocasião, as principais lideranças do GTNM se

recusaram a participar do evento. Outras profissionais aceitaram, como Vera Vital Brasil e, a esta altura, Tania Kolker, médica psicanalista que fazia parte do GTNM e posteriormente seria a coordenadora da segunda edição do CT/RJ. O seminário contou também com a participação de Paulo Abrão, que fez uma fala sobre a tentativa de revisão da Lei de Anistia. No contexto de dissolução da equipe clínica, as divergências do grupo foram se aprofundando, pois era inviável usar a insígnia do GTNM, considerando o voto da diretoria, a despeito das trajetórias das profissionais, que começaram a se representar cada vez mais independentemente.

Desse período, Vital Brasil destaca uma viagem feita à Argentina para um evento organizado pelo *Equipo Argentino de Trabajo e Investigación Psicosocial* (Eatip), em um novo movimento de articulação regional. Similarmente ao GTNM, o Eatip tinha uma postura refratária em relação ao Estado. Porém o evento acabou contando com a participação de profissionais que trabalhavam com políticas públicas de atenção psicossocial às vítimas, já consolidadas naquele país. Era o caso da psicanalista Fabiana Rousseaux, que à época dirigia o *Centro de Asistencia a Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos Dr. Fernando Ulloa*, órgão ligado a uma política pública pionera na área. O centro surgira no bojo do debate sobre as consequências do terrorismo de Estado à saúde mental, atendendo às necessidades psicológicas surgidas com a reabertura dos processos judiciais referentes aos perpetradores da última ditadura argentina na década de 2000 e o estabelecimento de medidas inéditas de memória, verdade e justiça (DUHALDE e ROUSSEAU, 2018). As *reparações*, presentes na forma de indenizações desde a década de 1990 (TELLO, 2001), começaram a adquirir outros significados, aproximando o direito penal da clínica psicanalítica por meio da exposição testemunhal das vítimas.

A partir de interlocuções como essas, fortaleceu-se a ideia de provocar o Estado, principalmente quanto à questão da escuta psicológica, ainda que não houvesse avanços na dimensão judicial, no caso brasileiro (VITAL BRASIL, ROUSSEAU e CONTE, 2019). Desse período, Vital Brasil destaca a coincidência de sua participação em vários seminários com Paulo Abrão, quando a CNV já era acenada no horizonte. Sobre um desses, o Seminário Internacional sobre Comissões da Verdade, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ, já em 2011, diz: “Aí olha a coincidência: eu falo e cobro do representante do Estado que estava do meu lado a reparação” (VITAL BRASIL, 2019a, p. 37). Naquele momento, a sentença da CIDH, citada no início desse artigo, também já cobrava do Estado brasileiro o atendimento clínico para as vítimas. A cobrança foi recebida positivamente pelo jurista, que incentivou a escrita de um projeto sobre reparação psíquica.

Nessa época, o Instituto de Estudos da Religião (Iser) passou a oferecer a sede física para abrigar debates semanais sobre as expectativas da CNV, no fórum batizado de Coletivo RJ

Memória, Verdade e Justiça (2011), composto por várias entidades da sociedade civil. Segundo Vital Brasil, “muita gente chegava e queria falar o que tinha acontecido com eles” (VITAL BRASIL, 2019a, p. 38). Foi então que membros do Fórum de Reparação e Memória tiveram a ideia de criar um dispositivo de escuta das testemunhas, acionado uma vez por mês. A eles logo se somaram membros remanescentes da equipe clínica que, por conta de suas trajetórias, já tinham lidado com a questão do testemunho. A partir dessa experiência, tornou-se imperativa a cobrança do Estado por um dispositivo de criação e atenção clínica.

Como propôs Pollak, para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta (POLLAK, 1989). O testemunho, portanto, surge na encruzilhada entre a vontade de falar das pessoas e os contextos de enunciação mais gerais, não se resumindo nem a uma vontade individual, nem a uma exigência social (POLLAK, 2006). No caso da memória da ditadura brasileira, vê-se que a confluência regular entre profissionais da saúde mental e dos direitos humanos foi possibilitando o surgimento de uma conjuntura particular, em que o testemunho foi associado à reparação psíquica como dever de Estado, como parte mais ampla das reparações simbólicas.

A questão apareceu já no Seminário da Rede Latino-Americana Memória Verdade e Justiça, realizado em Porto Alegre, em 2012. Na sequência, um último encontro, realizado, na PUC-Rio, com mediação de Paulo Abrão, da Comissão da Anistia, e outros colegas psi sul-americanos, foi essencial para a criação do edital público, no qual o projeto Clínicas do Testemunho se instalou, primeiramente em 2013.

O primeiro edital (2013-2015) continha os eixos pré-existentes da atenção clínica e da capacitação de profissionais, mas acrescentava a elaboração de insumos para a criação de uma política pública de caráter nacional. Quatro projetos foram aprovados, referentes a diferentes instituições e estados. Foram eles: Sigmund Freud Associação Psicanalítica, em Porto Alegre/RS; Instituto Projetos Terapêuticos e Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo/SP; e Instituto Projetos Terapêuticos, na capital do RJ⁵. A experiência do Rio de Janeiro, em particular, era conhecida pelo acúmulo de conhecimento a partir da equipe clínica do GTNM. Vital Brasil chama atenção para a mudança de tom dos testemunhos nessa nova configuração, que se dava já no bojo da CNV e da proximidade dos 50 anos do golpe (2014). “Eu estou aqui porque vivi isso, e isso na época da ditadura. A referência já era outra. Já era de testemunhar acerca do que

5 O segundo edital, por sua vez, foi vigente entre 2016 e 2017 e contou com as seguintes instituições: Instituto de Estudos da Religião - Iser (Rio de Janeiro); Instituto Sedes Sapientiae (São Paulo); Instituto de Estudos da Religião - Iser (São Paulo); Instituto APPoa - Clínica, Intervenção e Pesquisa em Psicanálise (Rio Grande do Sul); Instituto APPoa – Clínica, Intervenção e Pesquisa em Psicanálise (Santa Catarina).

tinham passado" (VITAL BRASIL, 2019a, p. 40).

A primeira edição do Clínicas do Testemunho (2013-2015), coordenada por Vera Vital Brasil, contou com sete membros permanentes e atendeu 135 pessoas, entre afetados diretos e indiretos da ditadura. Em sua equipe, todos se envolveram com o trabalho clínico, a maioria com psicanálise ou análise institucional, mas também psiquiatria e terapias corporais. A oferta foi tanto de escuta grupal quanto de atendimento individual. No caso dos trabalhos grupais, enfatizou-se o *testemunho* como método de desprivatização da dor e de construção coletiva de um tecido de memória capaz de dar sentido a uma experiência silenciada por tantos anos pelo Estado brasileiro. A própria condição de *testemunha* foi, assim, encarada como uma superação da condição de vítima (KOLKER, 2015). Os pacientes da clínica chegavam tanto através da divulgação do projeto, lançado na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), quanto a partir da convocatória de redes individuais e coletivas. O primeiro acolhimento era sempre grupal e buscava indagar os sentidos da presença dos pacientes.

Destacaram-se a procura de militares perseguidos e de filhos e netos, que criaram o coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça a partir do trabalho clínico voltado à questão do trauma transgeracional. O trabalho, vale destacar, também se articulou à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro (CEV-Rio) no Grupo de Trabalho Testemunhos da Verdade, fazendo acompanhamento de testemunhas e assessores. Também houve uma tentativa de articulação com a CNV, com recepção no GT de mulheres testemunhas, pontualmente no Rio de Janeiro. Sobre essa articulação, Vital Brasil diz o seguinte: "[...] que aquele Estado que violou, que produziu tantos efeitos danosos nas vidas daquelas pessoas, pudesse acolher, escutar e reconhecer esse dano foi uma ação reparadora importante" (VITAL BRASIL, 2019b, p. 28). Por outro lado, também afirma: "Nosso vínculo foi um vínculo pontual, nós não somos do Estado, foi uma parceria" (IBID., 12), mostrando a instabilidade dessas associações.

Ao final da entrevista, indaguei a ela sobre como pensar a questão no contexto atual, marcado pelo bolsonarismo. Não seria possível pensar em uma reparação para além daquela realizada por meio do Estado? Ao que ela respondeu: "Sim. Agora estamos contra essa gestão de Estado" (IBID., n.p). Trata-se, assim, mais de uma posição em um jogo de relações do que uma definição estática do "Estado".

REPARAÇÕES EM REPARAÇÃO

Neste trabalho, busquei acompanhar algumas memórias e itinerários militantes de parte dos principais grupos e atores sociais comprometidos com o estabelecimento de uma política pública de *reparação psíquica* aos atingidos pela violência de Estado durante a ditadura brasileira. Ao acompanhar os trânsitos desses personagens, ficou claro como a genealogia do projeto Clínicas do Testemunho se desenvolveu a partir de articulações tanto nacionais quanto internacionais, da interseção com equipes de saúde mental e operadores institucionais e do direito que passam a incorporar as instâncias estatais, marcadamente a partir de 2007.

Procurei mostrar como esse acontecimento teve antecedentes em um duplo vetor: por um lado, disputas no seio de movimentos sociais a propósito das possibilidades diferenciais e situacionais de articulação com o Estado; por outro, já no âmbito das políticas públicas, uma crítica à acepção exclusivamente financeira da reparação, na direção de uma conceituação de reparação simbólica ou integral, que engloba a reparação psíquica.

Nesse processo vê-se uma imbricação entre os campos da saúde mental e dos direitos humanos que não se resume a uma simples *psicologização* da política, constituindo antes uma mútua implicação entre política e clínica. Na figura do *testemunho* realizado em uma instância reconhecida como estatal, concebem-se a própria expressão e o reconhecimento do sofrimento enquanto política. Definem-se, assim, os termos da *ação política* à luz dos próprios atores sociais (NUAP, 1998), na articulação entre *memória* e *reparação*.

Os desafios deixados por essas reformulações da noção de reparação, que têm ocupado a própria produção intelectual dos atores mencionados aqui após o segundo edital do CT, dizem respeito principalmente às possibilidades de *reparação psíquica* diante da violência de Estado atual – que ganha forma no genocídio da população negra e pobre, principalmente nas favelas – e à reparação a sujeitos coletivos atingidos pela violência do Estado durante a ditadura (KOLKER, 2016; FRANCOSO, 2018; SANTOS et al., 2018). A questão das tensões do binômio ditadura/democracia – que, como vimos, já estava presente desde os primeiros trabalhos do GTNM – tem encontrado interesse renovado nos coletivos surgidos na esteira do CT, como o Centro de Estudos em Reparação Psíquica, voltado ao enfrentamento da violência de Estado através da capacitação de profissionais no Sistema Único de Saúde (SUS). Como acolher grupos sociais marginalizados desde os tempos coloniais, cujas violações nem sempre entraram na categoria das “razões políticas” para aceder a alguma forma de reparação?

Pode ser que o alargamento da noção de *reparação* descrito neste trabalho demande

também a continuação do debate sobre os processos de construção social da vítima da ditadura, fortalecendo a inclusão de sujeitos coletivos (tais como camponeses e povos indígenas, além dos outros grupos já citados) nas políticas reparatórias. Essas questões, trabalhadas marginalmente na CNV – questões que apareceram com mais destaque nas comissões estaduais, mais próximas à verdade das vítimas (HOLLANDA, 2018) – possivelmente estarão na pauta de uma próxima irrupção da memória.

REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. In: SHARMA, Aradhana and GUPTA, Akhil. **The anthropology of the state**: a reader. Malden, MA: BLACKWELL, 2006.
2. ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo. Mutações do conceito de anistia na justiça de transição brasileira: a terceira fase da luta pela anistia. In: Prittewitz, Cornelius et al. (org.). **Justiça de transição**: análises comparadas Brasil-Alemanha. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia, 2015.
3. AYDOS, Valéria; FIGUEIREDO, César Alessandro. A construção social das vítimas da ditadura militar e sua ressignificação política. **Interseções**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 2, p. 392-314, dez. 2013.
4. AZEVEDO, Desirée. **Ausências incorporadas**: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.
5. AZEVEDO, Reinaldo. A empulhação da bolsa-ditadura. **Revista VEJA**, 2 ago 2010. Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/a-empulhacao-da-bolsa-ditadura/>. Acesso em: 14 jul. 2022.
6. BAUER, Caroline Silveira. **Brasil e Argentina**: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória. Porto Alegre: Medianiz, 2014.
7. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
8. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório/Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.
9. BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório Final do Instituto Projetos Terapêuticos do Rio de Janeiro**. Brasília: Projeto Clínicas do Testemunho, Comissão da Anistia, 2015.
10. BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos

e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória**: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos. 2007.

11. BUTLER, Judith. **Marcos de guerra. Las vidas lloradas**. Buenos Aires: Paidós, 2009.
12. CANO, Ignacio; FERREIRA, Patrícia Salvão. The reparations program in Brazil. In: DE GREIFF, Pablo (org.). **The handbook of reparations**. Oxford & New York: Oxford University Press, 2006.
13. CARUTH, Cathy. **Unclaimed Experience**: Trauma, Narrative, and History. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1996
14. CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-limite e memória**: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2001.
15. COIMBRA, Cecília Bouças. **Guardiães da Ordem**: uma viagem pelas práticas psi no 'Brasil' do milagre. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1995.
16. COIMBRA, Cecília Bouças. Direitos Humanos no Brasil e o Grupo Tortura Nunca Mais/ RJ. In: RAUTER, Cristina.; PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides (orgs.). **Clínica e política**. Rio de Janeiro: Ed. Te Cora, 2002. p. 15-24.
17. COIMBRA, Cecília Bouças; ABREU, Ana Monteiro. Problematizando a Experiência Clínicopolítica da Equipe Clínico-Grupal Tortura Nunca Mais. **Transversos: Revista de História**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 91-109, abr. 2018.
18. CORSINI, Cristiana Figueiredo. **As Clínicas do Testemunho em interface com o trauma, a memória e a reparação simbólica**. 2018. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
19. CIDH - Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Caso Gomes Lund e Outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil**. 2010.
20. DE GREIFF, Pablo (org.). **The handbook of reparations**. Oxford & New York: Oxford University Press, 2006.
21. DUHALDE, Eduardo Luis; ROUSSEAU, Fabiana. **El ex detenido-desaparecido como testigo de los juicios por los crímenes de lesa humanidad**. Buenos Aires: Punto Crítico, 2018.
22. FASSIN, Didier. La patetización del mundo. Ensayo de antropología política del sufrimiento. In: VIGOYA, Mara Viveros; ARIZA, Gloria Garay (org.). **Cuerpo, diferencias y desigualdades**. Colombia: Centro de Estudios Sociales, 1999. p. 31-41.
23. FASSIN, Didier; RECHTMAN, Richard. **The empire of trauma**: an inquiry into the condition of victimhood. Princeton: Princeton University Press, 2009.

24. FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. São Paulo: Edipro, 2014

25. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

26. FRANÇOSO, Olívia Morgado (org.). **Clínica Política. A experiência do Centro de Estudos em Reparação Psíquica Iá em Acari**. 1 ed. Rio de Janeiro: Equipe Clínico Político, Instituto de Estudos da Religião (Iser), 2018.

27. GRECO, Heloisa. **Dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

28. GREIFF, Pablo de. Justice and reparations. In: GREIFF, Pablo de (ed.). **The Handbook of reparations**. Nova York: Oxford/ICTJ, 2006. p. 455-456.

29. GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. Quem somos. **Projeto Clínico**, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <https://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/projeto-clinica/>. Acesso em: 11 jul. 2022.

30. HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos humanos e democracia: a experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, p. 1-18, 2018.

31. HOLLANDA, Cristina Buarque de. Justiça de transição, experiências autoritárias e democracia – Entrevista com Paulo Abrão. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 45, n. 3, p. 76-89, 2019.

32. HUNTINGTON, Samuel. **A terceira onda: democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

33. INDURSKY, Alexei Conte; CONTE, Bárbara de Souza. Reparação psíquica e testemunho. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 37, n. spe, p. 149-160, 2017.

34. INDURSKY, Alexei Conte; MAYORCA, Daniela Sevgnani. Clínicas do Testemunho: a política de reparação psíquica no Brasil. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 5, n. 1, p. 163-178, 2019.

35. JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado. Cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2017.

36. KOLKER, Tania. Notas sobre o papel do testemunho e do dispositivo clínico-político no processo de reparação dos afetados pela violência de Estado. In: VITAL BRASIL, Vera *et al* (org.). **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica**: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão da Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015. p. 57-64.

37. KOLKER, Tania. Políticas públicas de reparação psíquica por graves violações de direitos humanos – o Projeto Clínicas do Testemunho e os desafios do contexto atual.

In: WESTHROP, Amy Jo; GARRIDO, Ayra Guedes; GENOVEZ, Carolina Parreira; SANTOS, Shana Marques Prado dos (orgs.). As recomendações da Comissão Nacional da Verdade: balanços sobre a sua implementação dois anos depois. Rio de Janeiro: ISER, 2016. p. 177-183.

38. LACERDA, Paula. As indenizações como política de direitos humanos e de justiça social no Brasil contemporâneo. **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 48, p. 246-275, 1 sem. 2020.

39. LOSICER, Eduardo; MOURÃO, Jane Calhau; KOLKER, Tania. **Ocupa clínicas do testemunho**: a construção coletiva de uma política pública de reparação psíquica. Projeto Clínicas do Testemunho do Rio de Janeiro. Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2015.

40. MEZAROBBA, Glenda. **O preço do esquecimento**: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

41. MITCHELL, Timothy. Society, economy, and the State effect. Aradhana GUPTA, Akhil. **The anthropology of the state**: a reader. Malden: BLACKWELL, 2006.

42. MOYN, Samuel. **The last utopia**: human rights in history. Cambridge: Belknap Press of Harvard University Press, 2010

43. NuAP – Núcleo de Antropologia Política. Uma antropologia da política: rituais, representações e violência. *In: PALMEIRA, Moacir (org.). Cadernos do NuAP*, 1. Rio de Janeiro: NAU editora, 1998.

44. POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

45. POLLAK, Michael, **Memoria, olvido y silencio. La producción social de identidades frente a situaciones límite**. La Plata: Al Margen, 2006.

46. RAUTER, Cristina; BARROS, Regina Benevides; PASSOS, Eduardo. **Clínica e Política – subjetividade e violação dos direitos humanos, RJ**. Rio de Janeiro: Ed. Te Corá; GTNM RJ, 2002.

47. ROLLEMBERG, Denise. **Exílio**: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999.

48. ROSITO, João Baptista Alvares; DAMO, Arlei Sander. A reparação por perseguição política e os relatos de violência nas Caravanas da Anistia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 181-212, jul./dez. 2014.

49. RUSSO, Jane. **O mundo psi no Brasil**. Coleção Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

50. SANJURJO, Liliana. **Sangue, identidade e verdade**: memórias sobre o passado

ditatorial na Argentina. São Carlos: EdUFSCAR, 2018.

51. SANTOS, Shana Marques Prados dos et al. **Reparação como política**: reflexões sobre as respostas à violência de Estado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ISER, 2018.

52. SARTI, Cynthia. A vítima como figura contemporânea. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 51-61, 2011.

53. SARTI, Cynthia. A construção de figuras da violência: a vítima, a testemunha. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, p. 77-105, 2014.

54. SARTI, Cynthia. Enunciação da tortura: memórias da ditadura brasileira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, p. 505-529, 2019.

55. SARTI, Cynthia. Rastros da violência: a testemunha. **Revista Sociologia e Antropologia**, v. 10, p. 1023-1042, 2020.

56. SANJURJO, Liliana. **Sangue, identidade e verdade**: memórias sobre o passado ditatorial na Argentina. São Carlos: EdUFSCAR, 2018.

57. SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (org.). **Clínicas do testemunho: reparação psíquica e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

58. SIGMUND FREUD ASSOCIAÇÃO PSICANALÍTICA (org.). **Os arquivos de vó Alda**. Porto Alegre: Criação Humana, 2015.

59. SELLIGMAN-SILVA, Márcio. **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp. 2003.

60. SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, Jessé; OËLZE, Berthold (orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. p. 23-40.

61. TEITEL, Ruti. Transitional Justice Genealogy. **Harvard Human Rights Journal**, v. 16, p. 69–94, 2003.

62. TELES, Maria Amélia de Almeida. A construção da memória e da verdade numa perspectiva de gênero. **Revista Direito GV**, n. 11, v. 2), jul-dez, p. 505-522, 2015.

63. TELES, Janaína de Almeida. **Os herdeiros da memória**: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos por ‘verdade e justiça’ no Brasil. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

64. TELES, Edson. Entre justiça e violência: estado de exceção nas democracias do Brasil e da África do Sul. In: SAFATLE, Vladimir; TELES, Edson (org.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 299-318.

65. TELES, Edson; QUINALHA, Renan. **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade

ao bolsonarismo. SP: Autonomia Literária, 2020.

66. TELLO, Mariana. La fuerza de la cosa dada: derechos humanos, política y moral en las “indemnizaciones” a las víctimas del terrorismo de Estado en Argentina. In: KANT DE LIMA, Roberto (org.). **Antropología e direitos Humanos 2** - Prêmio ABA/FORD. Niterói: EdUFF, 2001, p. 37-75.

67. TELLO, Mariana. Testemunho, escuta e reparação. Algumas reflexões a partir do trabalho com sobreviventes de centros clandestinos de detenção em Córdoba, Argentina. In: LEITE LOPES, José Sérgio; MAGALDI, Felipe; LOMBARDO, Luciana; PEDRETTI, Lucas; PLASTINO, Virna (orgs.). **Memória, movimentos sociais e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2022. No prelo.

68. TORPEY, John. **Making whole what has been smashed**: on reparations politics. Cambridge: Harvard University, 2006.

69. VANUCCHI, Paulo. Entrevista concedida a Shana Marques Prados dos Santos. In: SANTOS, Shana Marques Prados dos Santos et al. (org.). **Reparação como política**: reflexões sobre as respostas à violência de Estado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iser, 2018.

70. VANNUCHI, Paulo. Entrevista concedida a Luciana Lombardo, Lucas Pedretti, Dulce Pandolfi e José Sérgio Leite Lopes. **Acervo da Comissão da Memória e da Verdade da UFRJ**. Rio de Janeiro, 11 de julho de 2019.

71. VECCHIOLI, Virginia. Uma história social da expertise em direitos humanos: trajetórias transnacionais dos profissionais do direito na Argentina. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 17-28, jan./abr. 2019.

72. VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, v. 51, p. e175101-e175101, 2017.

73. VISACOVSKY, Sergio E. (org.) **Estados críticos. La experiencia social de la calamidad**. La Plata: Ediciones Al Margen, 2011.

74. VITAL BRASIL, Vera. **Entrevista concedida ao Núcleo de Memória e Direitos Humanos**. Comissão da Memória e da Verdade – CMV-UFRJ. Rio de Janeiro: CBAE/UFRJ, 2019.

75. VITAL BRASIL, Vera. Vera Vital Brasil. Entrevista concedida a Luciana Lombardo, Virna Plastino, Felipe Magaldi e José Sérgio Leite Lopes. **Acervo da Comissão da Memória e Verdade da UFRJ**. Rio de Janeiro, 31 de maio de 2019a.

76. VITAL BRASIL, Vera. Entrevista concedida a Virna Plastino e Felipe Magaldi. **Acervo da Comissão da Memória e Verdade da UFRJ**. Rio de Janeiro, 27 de junho de 2019b.

77. VITAL BRASIL, Vera; FELIPPE, Marilia; CARDOSO, Cristiane. **Uma perspectiva clínico-política na reparação simbólica**: Clínica do Testemunho do Rio de Janeiro.

Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Rio de Janeiro: Instituto Projetos Terapêuticos, 2015.

78. VITAL BRASIL, Vera; ROUSSEAU, Fabiana; CONTE, Bárbara. Reparación simbólica en América Latina como Política de Estado. La experiencia de asistencia a víctimas en Brasil y la Argentina. **Clepsidra. Revista Interdisciplinaria de Estudios sobre Memoria**, v. 6, n. 12, p. 90-107, 2019.
79. WIEVIORKA, Michel. Violência hoje. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 1.147-1.153, 2006.
80. ZENOBI, Diego. Salud mental y derechos humanos: del terrorismo de Estado al incendio de Cromañón. In: EPELE, Maria. **Políticas terapéuticas y economías de sufrimiento: perspectivas y debates contemporáneos sobre las tecnologías psi**. Buenos Aires: IIGG/CLACSO, 2020.

Felipe Magaldi

Pós-doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Antropologia Social pela mesma instituição. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1905-5365>. E-mail: femagaldi@gmail.com

Políticas de memória e práticas forenses: desaparecimento, desigualdades e produção da verdade na Argentina e Brasil

Politics of memory and forensic practices: disappearance, inequalities, and the production of truth in Argentina and Brazil

Desirée Azevedo

Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

Liliana Sanjurjo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Neste artigo, colocamos em perspectiva comparativa as iniciativas de busca e identificação de pessoas desaparecidas empreendidas no Brasil e na Argentina como parte das políticas transicionais voltadas às vítimas das ditaduras vigentes nesses países entre as décadas de 1960 e 1980. A análise recai sobre os trabalhos do *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF) e do *Grupo de Trabalho Perus* (GTP) no Brasil, com foco nos dados produzidos pelas respectivas equipes em pesquisas realizadas em duas localidades específicas: o cemitério de Avellaneda, na província de Buenos Aires, e o cemitério de Perus, na cidade de São Paulo. O objetivo é problematizar a transição ditadura/democracia a partir da produção forense de evidências sobre a repressão e suas vítimas, iluminando processos sociais que levam à atribuição desigual de relevância aos mortos e seus corpos.

Palavras-chave: Desaparecimento, Identificação, Violência, Direitos humanos, Transição política.

Recebido em 21 de fevereiro de 2022.

Avaliador A: 25 de abril de 2022.

Avaliador B: 16 de maio de 2022.

Aceito em 30 de junho de 2022.

ABSTRACT

In this article, we compare the search and identification initiatives related to missing persons undertaken in Brazil and Argentina as part of the transitional policies for the victims of the dictatorships that ruled these countries between the 1960s and 1980s. The focus of the analysis is on the work of the *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF) and the *Grupo de Trabalho Perus* (GTP), with attention to the data produced by the respective teams in researches conducted at two specific locations: the Avellaneda cemetery in the Province of Buenos Aires, and the Perus cemetery in the city of São Paulo. The goal is to problematize the dictatorship/democracy transition based on the forensic production of evidence about repression and its victims, illuminating social processes that lead to the unequal attribution of relevance to the dead and their bodies.

Keywords: Disappearance, Identification, Violence, Human rights, Political transition.

INTRODUÇÃO

A análise que apresentamos neste artigo resulta de trajetória reflexiva que temos construído juntas há alguns anos, comparando dados e compartilhando inquietações suscitadas por pesquisas etnográficas desenvolvidas por cada uma de nós¹. Apreciamos discutir especialmente as pesquisas que nos permitem refletir sobre a construção pública do tema do desaparecimento durante os processos de transição política que colocaram fim às ditaduras no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1976-1983), em face do protagonismo dos movimentos de familiares de *desaparecidos políticos*, por um lado, e de *detenidos-desaparecidos*, por outro².

1 Nos baseamos em dados produzidos nos seguintes projetos de pesquisa: “Os mortos não pesam todos o mesmo. Uma reflexão sobre a atribuição de identidade política às ossadas da Vala de Perus”, Processo Fapesp nº 2016/15525-0, realizado junto ao PPGCS/Unifesp; “A única luta que se perde é aquela que se abandona. Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil”, Processo Fapesp nº 2012/15601-7, realizado junto ao PPGAS/Unicamp; “Memória, nação e identidade política: uma etnografia das organizações de direitos humanos formadas por familiares de desaparecidos da ditadura militar”, Processo Fapesp nº 2008/50297, realizado junto ao PPGAS/Unicamp; “Sobre lutos e lutas, afetos e políticas: movimentos de familiares de vítimas da violência institucional”, que ganhou a bolsa PNPD/Capes e foi realizado junto ao PPCIS/UERJ.

2 Nos referimos a *movimentos de familiares de desaparecidos* como coletivos constituídos por pessoas que atuam apresentando demandas públicas de reconhecimento às instituições do Estado e/ou internacionais a partir da afirmação de seus laços de parentesco com pessoas vitimadas pela repressão ditatorial. Sobre a categoria *detenido-*

Na presente oportunidade, colocamos em perspectiva as iniciativas de busca e identificação de pessoas desaparecidas empreendidas em ambos os países como parte das políticas de Memória, Verdade, Justiça voltadas ao passado autoritário recente.

Na Argentina, a constituição de tais políticas remonta ao período de redemocratização do país, com a eleição em 1983 do presidente Raúl Alfonsín e a subsequente instalação de uma comissão para investigar a verdade sobre os desaparecidos como o principal instrumento da transição política. A *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Conadep) documentou, por meio do *Informe Nunca Más*, quase 9 mil casos de desaparecimentos durante a repressão, trabalho realizado em colaboração com o movimento de direitos humanos, que disponibilizou denúncias e casos sistematizados ao longo dos anos ditoriais³. Fruto de uma demanda da própria comissão e da organização *Abuelas de Plaza de Mayo (Abuelas)*, seria criado, em 1984, o *Equipo Argentino de Antropología Forense* (EAAF), que lança mão das ciências forenses para buscar e identificar os desaparecidos. Desde então, uma expertise foi desenvolvida pela equipe, que vem atuando e sendo convocada como peritos por tribunais civis, como no Julgamento das Juntas (1985), em processos contra oficiais de alta patente, ocorridos entre 1985 e 1987, e em causas judiciais reabertas após a anulação das leis de anistia em 2005⁴.

A consolidação do entendimento do desaparecimento forçado como forma de aniquilamento radical (CALVEIRO, 2005), resultante desse processo, permitiu estabelecê-lo como crime e acontecimento político central da nação argentina, abrindo espaço para a criação de uma lei específica que reconhece a figura de *ausente por desaparecimento forçado* e direitos de reparação⁵. Mas os impactos desse processo não se restringiram às fronteiras do país. Tais

desaparecido, ver Catela (2001) e Sanjurjo (2018); sobre *desaparecidos políticos*, ver Azevedo (2018). Ao longo do texto, os destaques em itálico se referem a categorias sociais e nomes de organizações/movimentos.

3 Cifra posteriormente atualizada. Em 2009, a listagem oficial indicava 9.334 pessoas reconhecidas pelo Estado como desaparecidas pela repressão ditatorial. Ver Conadep (2009).

4 Os comandantes das Juntas Militares foram condenados por tribunal civil em 1985, mas anistias – *Ley de Punto Final* (1986) e *Ley de Obediencia Debida* (1987) – foram decretadas ainda durante a presidência de Raúl Alfonsín (1983-1989), em um contexto de pressão de setores das forças armadas e de segurança contra possíveis sanções penais. Em 1989, o ex-presidente Carlos Menem concedeu um indulto aos oficiais condenados e, em 1990, estendeu os indultos às autoridades militares que haviam sido condenadas no Julgamento das Juntas. Em 2005, a Corte Suprema anulou as anistias, alegando sua incompatibilidade com a Constituição Nacional e com as obrigações internacionais assumidas pelo Estado em matéria de direitos humanos, também reiterando a preeminência das normativas internacionais sobre as leis nacionais. Sobre a luta jurídica do movimento de familiares, ver Sanjurjo (2016).

5 Desde o princípio, o movimento de familiares recusou-se a aceitar mecanismos legais que assimilassem os desaparecidos a outras figuras com estatuto jurídico já reconhecido, a exemplo de *ausente por presunción de fallecimiento* (Lei nº 14.394/1979), lei que a própria ditadura criara para solucionar entraves legais enfrentados por familiares. A demanda não se dirigia ao reconhecimento oficial da morte, mas ao *desaparecimento forçado*

medidas fariam da experiência um modelo frente aos demais processos de transição política na América Latina nos momentos finais da Guerra Fria. Em escala global, ela seria tomada como base empírica para a formulação da categoria jurídica do *desaparecimento forçado*⁶, bem como informaria a elaboração das teorias da chamada Justiça de Transição⁷.

Já no Brasil, a Lei da Anistia, sancionada seis anos antes dos militares deixarem o poder, é a marca de um processo transicional controlado pela própria ditadura e ainda hoje observado por sua inadequação aos padrões humanitários que vieram sendo normatizados no cenário internacional ao longo dos anos⁸. Diante desses padrões, destaca-se o aspecto “inconcluso” da transição política brasileira, incapaz de oferecer reconhecimento adequado às violações humanitárias praticadas pelo regime autoritário. Essa inadequação se expressaria dramaticamente no tratamento dispensado ao problema da transição incompleta entre a vida e a morteposta pelo desaparecimento (CATELA, 2001). Reconhecido uma década após o

(CATELA, 2001), uma figura mais consonante a sua definição social. Em 1994, foi sancionada a lei que criou a figura *ausente por desaparición forzada* (Lei No. 24.411), que indeniza familiares de pessoas “que se encuentran en situación de desaparición forzada” e para falecidos “como consecuencia del accionar de las Fuerzas Armadas, de seguridad o de cualquier grupo paramilitar con anterioridad al 10/12/83”. Outras leis foram criadas para reparar as *vítimas e familiares das vítimas do terrorismo de Estado*, como seriam então definidos: Lei nº 24.043 (1992), que indeniza pessoas detidas ilegalmente; Lei nº 25.914 (2004), que indeniza filhos de desaparecidos *apropiados* (“hijos nacidos durante la privación de la libertad de sus madres y/o desaparecidos por razones políticas”). Com isso, como analisa Vecchioli (2001), o Estado reconhecia não apenas a condição (e a existência social) dos *detenidos-desaparecidos*, mas também das vítimas e dos familiares, para além do contexto que os originou (o *terrorismo de Estado*), criando uma taxonomia jurídica que definiu os critérios para o reconhecimento de direitos de reparação.

6 Várias estratégias foram empreendidas pelos movimentos de familiares argentinos no campo do direito internacional. De início bem movimentadas pelas organizações reunidas na *Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos* (Fedefam) em busca da inscrição jurídica do desaparecimento como crime de lesa humanidade, seus esforços se concretizariam primeiro em dimensões regionais, no âmbito da *Organização dos Estados Americanos* (OEA), depois em dimensões globais, na *Organização das Nações Unidas* (ONU), através da Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados (2010). A centralidade da experiência argentina na elaboração da categoria jurídica é analisada em Gatti (2017).

7 Justiça de Transição é o nome atribuído ao ramo no interior do campo internacional dos Direitos Humanos dedicado à elaboração de soluções globais para processos de transição política ou pacificação. Altamente normatizado, ele define quatro obrigações gerais do Estado em contextos assim caracterizados: 1) investigar, processar e punir; 2) revelar a verdade; 3) oferecer medidas de reparação; 4) afastar agentes responsáveis por violações de posições de autoridade. Para uma análise da relevância da experiência argentina para a formulação desses padrões globais, ver Hayner (2011).

8 A Lei da Anistia (Lei nº 6.683/79) foi elaborada sob a responsabilidade do ditador João Figueiredo e aprovada pelo Congresso Nacional em 1979. Ao perdoar genericamente “crimes políticos e conexos”, foi aplicada a todos os agentes do regime, inclusive torturadores, mas beneficiava apenas uma parcela de perseguidos políticos, já que não se aplicaria a “condenados por crimes de sangue”. Ela surgiu dissociada de um processo de reconhecimento e reparação das violências cometidas, sendo mobilizada também para pregar o esquecimento com base na ideia de equivalência entre as partes “em conflito” e os crimes por elas cometidos. Ela segue sendo judicialmente validada, apesar de sua incompatibilidade com a Constituição de 1988 e com os tratados internacionais assinados pelo Brasil.

fim do regime por meio da categoria *desaparecimento político*, o fenômeno foi tratado como problema de ordem civil e individual, a ser reparado exclusivamente por meio de indenização pecuniária⁹. Foi somente após a instauração da *Comissão Nacional da Verdade* (CNV), em 2011, considerada uma experiência “tardia”, que surgiram as condições para a criação, também com “atraso”, do *Grupo de Trabalho Perus* (GTP), equipe forense constituída como uma aposta no desenvolvimento de uma tecnologia nacional para gestão de remanescentes de desaparecidos nos marcos da Justiça de Transição. Sobre ambos os instrumentos humanitários depositavam-se grandes esperanças de que o Brasil finalmente se tornaria capaz de superar as “heranças do passado ditatorial” (AZEVEDO, 2018 e 2019).

Em escala global, a ascensão do tema da busca e da identificação de desaparecidos no campo humanitário derivou justamente da progressiva conexão, hoje já estabelecida, entre o *desaparecimento forçado* e as ciências/técnicas forenses. Nos últimos anos, pesquisas desenvolvidas em contextos variados produziram um quadro empírico global sobre a crescente relevância do fazer forense entre as medidas prescritas pelo modelo da justiça transicional¹⁰. Seja localizando, exumando e identificando remanescentes humanos, seja, em sentido mais amplo, rastreando e mapeando ruínas e outros tipos de marcas e vestígios materiais que comprovem graves violações aos direitos humanos (WEIZMAN, 2017). A recorrente denominação de tal movimento como um *giro forense (forensic turn)* assinala os impactos do desenvolvimento acentuado de um “ramo científico” no interior do campo (e da razão) humanitária (FASSIN, 2012), caracterizando-o em termos da mudança de paradigma nas formas de produção de conhecimento, reconhecimento e reparação de violações sistemáticas aos direitos humanos (até então ancoradas em fontes testemunhais). Tanto a literatura transicional voltada para o desenvolvimento de protocolos ou de “melhores práticas” em direitos humanos quanto a literatura antropológica e sociológica atenta ao tema têm usado a denominação *humanitarismo forense* (MOON, 2014) para se referir ao circuito que se desenha em torno da elaboração de saberes forenses como ferramenta humanitária, produzindo técnicas, práticas e formas de transferência de conhecimentos cada vez mais normatizadas e prescritivas que atravessam fronteiras, produzindo padrões globalizados de compreensão e intervenção nos mais variados cenários.

9 A Lei nº 9.140, de 1995, deu ao *desaparecimento político* estatuto jurídico, criando a *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (CEMDP) como órgão federal responsável por reconhecer, individualmente, casos em que o requerimento e a comprovação da situação de desaparecido por “razões políticas” caberia à família (AZEVEDO, 2018).

10 Ver, por exemplo, Anstett e Dreyfus (2015); Dziuban (2017); Ferrández (2014); Ferrández e Robben (2015); Gatti (2017); Robledo e Castillo (2019); Rojas-Perez (2017); Rosenblatt (2015); e Stepputat (2014).

Ao longo das últimas décadas, as investigações forenses foram se tornando a resposta padrão na lida de casos de *desaparecimento forçado*, fossas coletivas, *genocídio* e outras formas de violência política, incidindo em (e sendo forjadas a partir de) experiências como as das ditaduras militares do Cone Sul da América Latina (Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai), guerras civis e situações de conflito armado (Colômbia, El Salvador, Espanha, Guatemala, México, Peru) e massacres massivos (Ruanda e antiga Iugoslávia), entre outros. A busca por lugares de sepultamento coletivo e a aplicação forense de práticas antropológicas, arqueológicas, genéticas e arquitetônicas – através do uso de novas tecnologias, por exemplo – passaram a desempenhar um papel central nos processos de transformação de paisagens bélicas (ROBLEDO, 2019) em cenas de crimes (DZIUBAN, 2017). Cenário no qual o EAAF é considerado a equipe prototípica do *humanitarismo forense* e fundadora de uma de suas principais “escolas”, a chamada Antropologia Forense Latino-americana (LEVIN, 2015; MOON, 2014).

Não obstante, a construção de uma história uníssona desse processo tem implicado a homogeneização de diferentes experiências, reduzindo suas complexidades processuais (ROSENBLATT, 2015) a partir de uma perspectiva triunfalista (ANSTETT e DREYFUS, 2015) que valida o desembarque do *humanitarismo forense* em qualquer cenário pela atribuição de sua suposta capacidade de revelar a verdade e oferecer limites ao exercício do poder estatal, sem nunca se confundir com ele (MOON, 2014). Desse ponto de vista, nos somamos a autores que vêm problematizando esse debate por fora dos termos transicionais para pensar questões como: seus efeitos coloniais sobre epistemologias, moralidades e formas periféricas de se relacionar com a verdade, a morte e os mortos (ROJAS-PEREZ, 2017); a expertise de familiares de vítimas nas experiências práticas de busca e denúncia (FARIAS, 2020; ROBLEDO, 2019); a confluência do humanitarismo com disputas políticas, tecnologias de governo, narrativas nacionalistas (ROUSSEAU, 2015) e mecanismos de distribuição desigual da cidadania (AZEVEDO, 2019; FONSECA, 2011); as relações locais entre ciência, religiosidades, parentesco, direito, política e os processos de inscrição da verdade (FERRÁNDIZ, 2014; ROJAS-PEREZ, 2017; SANJURJO, 2018); as disputas pela aceitação política e legal das evidências forenses (FONSECA, 2010; MEDEIROS, 2018; SANJURJO, 2018); os conflitos pelo monopólio do conhecimento (WEIZMAN, 2017); e as estratégias forenses e seus impactos legais e afetivos sobre familiares de vítimas (CLAVERIE, 2011).

Em diálogo com tais perspectivas críticas, neste texto propomos uma análise comparativa entre os trabalhos de identificação de pessoas desaparecidas desenvolvidos pelo EAAF e pelo GTP em duas localidades específicas: o cemitério de Avellaneda, localizado na província de Buenos Aires; e o cemitério de Perus, situado na cidade de São Paulo. Conforme exposto até

aqui, não estamos diante de duas experiências iguais em valoração, mas hierarquizadas no campo humanitário. Nossa objetivo é lançar um olhar distinto para essa recorrente comparação, suspendendo seus pressupostos para deslocar a transição ditadura/democracia do lugar de explicação *a priori* para o lugar de problema a ser entendido. Ao refletir sobre a produção forense de cada equipe, nossa intenção é iluminar processos sociais que levam à atribuição desigual de relevância aos mortos e seus corpos nos referidos contextos.

Além de evidenciar o processo de produção de materialidade pelas equipes no decorrer dos trabalhos de identificação, buscamos contextualizar a relação entre essa produção e a formulação das categorias *detenido-desaparecido* e *desaparecido político*. Indagamos sobre desigualdades e outras dinâmicas sociais que atravessam os processos de reconhecimento e de produção de memórias e da verdade sobre a violência institucional, destacando formas de administração, classificação e inscrição social dos mortos e seus corpos assimiladas como pressupostos pelo fazer forense. Em suma, argumentamos que, apesar dos desaparecimentos perpetrados pelas ditaduras no Brasil e na Argentina compartilharem um contexto geopolítico, a desigualdade social, problema estrutural e de longa duração, permeia os processos de construção de diferentes mecanismos de reconhecimento e de respostas institucionais ao fenômeno em cada um dos países.

A reflexão está organizada em três partes, além desta introdução. Nas duas primeiras apresentamos e contextualizamos os casos dos cemitérios Avellaneda e Perus – escolhidos como foco da análise pela relevância social e política que adquiriram, respectivamente, na Argentina e no Brasil –, para então refletir como as desigualdades sociais constitutivas de cada um dos países são traduzidas em distintas economias políticas de busca e identificação de pessoas desaparecidas, que transcendem a questão da técnica e do protocolo. Tomamos como ponto de partida a análise do perfil de pessoas sepultadas como *desconhecidos* ou *NN* nesses cemitérios durante a repressão ditatorial para refletir como as políticas de identificação se desenham em um espaço de tensão entre a morte – ou a vida política dos mortos (VERDERY, 1999) – e a localização desigual dessas vidas em relação à comunidade nacional, família, Estado/burocracia e ciência, ao passo que suscitam novas leituras sobre o que se convencionou chamar de processo de transição democrática.¹¹

11 A Sigla *NN* (“nenhum nome” ou “sem nome conhecido”) é o termo técnico utilizado em registros de inumação na Argentina para designar aqueles que no Brasil são classificados como *desconhecidos*: pessoas sepultadas a partir de sua identificação por órgãos estatais como *não identificadas* ou *não reclamadas*. Neste último caso, o nome próprio consta no registro, mas o sepultamento é feito (nos mesmos locais e moldes dos *não identificados*) pelos órgãos públicos quando do não comparecimento da família.

CEMITÉRIO DE AVELLANEDA, PROVÍNCIA DE BUENOS AIRES (ARGENTINA)¹²

Eu me reúno com os antropólogos, que me informam que o meu filho estava enterrado como NN em um cemitério de General Villegas, na província de Buenos Aires. Até então, eu não sabia nada. E, bom, a recuperação do corpo foi algo muito duro porque levaram um garoto de 17 anos com uma alegria de vida, muito solidário, como era praticamente toda essa juventude [...]. Em maio de 1989, recuperamos os restos do nosso filho e, entre aspas, foi um grande alívio. Porque, com a minha esposa, estávamos ficando loucos, pensando se ele estaria vivo, onde estaria, se tinha ficado louco. Sabe? Pensando em como estaria vivendo. Toda essa questão, toda essa tortura que tem um pai e uma mãe que não sabe o que aconteceu com seus filhos. Foi duríssimo porque presenciamos a exumação no cemitério e o translado dos restos. E, bom, pelo menos temos, no cemitério, o lugar onde ele está. No cemitério de Flores temos um lugar onde levar uma flor. Pelo menos não temos a ilusão de que ele possa estar vivo¹³.

Depois de um ano que eu tinha sido encontrado, no final de 1996, uma mulher faz uma denúncia de que no cemitério de Escobar havia corpos de desaparecidos. E ela marca o lugar e diz que havia quatro corpos ali. Então, o juiz manda fazer uma exumação e aparecem quatro corpos. Um deles tinha uma prótese no fêmur. Porque minha mãe e meu pai tinham sofrido um acidente de moto. Então colocaram uma prótese no meu pai [...] quando aparece esse corpo, com isso o EAAF sabia que era o meu pai. E depois, bom, foi feita a restituição do corpo, nos entregaram. Também foi um momento muito intenso porque nos acompanharam todas as organizações (de familiares). Foi realizada uma cerimônia e o colocamos em um lugar que a minha avó tinha no cemitério de Flores. Eu me lembro que Hijos fez um folheto e colocou uma frase super linda, que dizia que ele era o pai de todos. Para mim, isso foi muito lindo.¹⁴

Acima estão os testemunhos de Julio e Manuel, um pai e um filho de desaparecidos. Norberto Morresi, filho de Julio, foi sequestrado em abril de 1976, aos 17 anos de idade. Em 1989, o EAAF localizou e identificou seus remanescentes ósseos, que haviam sido inumados como NN em um cemitério da Província de Buenos Aires. Para Julio, a restituição dos restos de Norberto foi reparadora, por colocar um ponto final em décadas de busca e por permitir tanto saber a verdade sobre o destino de Norberto quanto realizar um ritual apropriado de luto

12 As informações sistematizadas nesta seção estão baseadas nos dados disponibilizados pelo EAAF, em especial em seus relatórios anuais (EAAF, 2002; 2006; 2008), e em pesquisa etnográfica e documental realizada em Buenos Aires entre 2007 e 2011.

13 Depoimento de Julio Morresi, integrante de *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas*. A entrevista foi realizada em setembro de 2009, na sede da organização em Buenos Aires. Julio faleceu em 2016, aos 85 anos de idade.

14 Memoria Abierta, *Testemunho de Manuel Gonçalves Granada*, Buenos Aires, 2005. Manuel integra as organizações HIJOS e Abuelas de Plaza de Mayo.

e despedida diante da morte, dando-lhe uma sepultura digna.

Já os pais de Manuel, Gastón José Gonçalves e Ana María del Carmen Granada, militantes da organização *Montoneros*, foram desaparecidos em março e novembro de 1976, respectivamente. Quando sua mãe foi sequestrada, Manuel tinha cinco meses de vida, sendo então abandonado em um hospital e entregue para adoção. Em 1995, fruto de uma investigação das *Abuelas de Plaza de Mayo* junto ao EAAF, Manuel foi localizado e pôde se reencontrar com sua família biológica, confirmando sua identidade em 1997 por meio de uma análise genética. Os remanescentes ósseos de sua mãe, que estavam em um ossuário público do cemitério de San Nicolás, na província de Buenos Aires, foram identificados pelo EAAF nesse mesmo ano, através do cruzamento de suas impressões digitais. No ano seguinte, em 1996, o corpo de seu pai, que havia sido inumado como *NN* em outro cemitério da província de Buenos Aires, seria identificado e restituído à família pelo EAAF. Para Manuel, na companhia do *movimento de familiares*, o ritual de (re)sepultamento de seu pai tornou-se um importante momento de homenagem tanto aos desaparecidos quanto à luta das *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo*.

Foram quatro pessoas desaparecidas, três mortas e uma viva, localizadas e identificadas, através do trabalho do EAAF em conjunto com as organizações de familiares, uma década depois da formação da equipe forense. Desde então, esse trabalho ganhou relevância por sua importância para a determinação de data e causa da morte, a confirmação de gravidez e nascimentos (informações-chave para a busca de *Abuelas* por seus netos *apropriados*¹⁵), a comprovação de desaparecimentos e a produção de evidências materiais/forenses de crimes da ditadura. O processo de identificação converteu-se, ao longo dos anos, num instrumento de Memória, Verdade e Justiça, já que, para muitos familiares, o trabalho de memória não persegue apenas um objetivo imaterial (perpetuar a história e os ideais políticos dos tombados), estando também vinculado a um registro material, a uma biografia póstuma do desaparecido, à sua trajetória *post-mortem*, que pode ser recuperada através da busca do corpo. Trata-se de uma história que não termina no dia de seu sequestro, é constituída também por um relato póstumo: saber como a pessoa morreu, em que centro clandestino foi vista, seu local de inumação, exumação etc. São biografias que vêm sendo reconstruídas e inscritas como verdade estatal desde o relatório da Conadep.

Conforme já mencionado, a Conadep assumiu um papel pioneiro na elaboração

15 Como os *detenidos-desaparecidos*, a *apropriação* emerge como categoria para denunciar o desaparecimento forçado de pessoas; nesse caso, de um grupo de aproximadamente 500 crianças, filhas e filhos de desaparecidos sequestrados e adotados ilegalmente durante a ditadura. Até junho de 2022, a organização *Abuelas* havia esclarecido 130 casos de *apropriações*.

de padrões de reconhecimento para o problema do desaparecimento na Argentina. Assim, a princípio, o trabalho do EAAF pautou-se nas informações levantadas pela comissão, que documentou majoritariamente desaparecimentos sucedidos em contextos urbanos entre 1976 e 1978, quando as forças militares e de segurança teriam agido a partir de um mesmo *modus operandi*: sequestro, passagem dos presos por um ou mais centros clandestinos de detenção, tortura, execução e descarte clandestino do corpo.

A Conadep também apontou que, dentre os principais métodos empregados para o ocultamento das vítimas, figurava em primeiro lugar o descarte de corpos em rios e mares de aviões militares, seguido do sepultamento em fossas clandestinas e da inumação como *NN* em covas individuais ou coletivas em cemitérios municipais. Embora o EAAF tenha identificado desaparecidos que foram jogados ao mar de aviões da Marinha, tais casos constituem exceções¹⁶. As investigações do EAAF centraram-se principalmente na recuperação e na identificação de remanescentes depositados em cemitérios. Até o momento, a maior parte do trabalho arqueológico e de exumação do EAAF foi realizado em cemitérios da capital Buenos Aires, da província de Buenos Aires e da cidade de Córdoba e seu entorno. Juntas, as duas regiões correspondem a aproximadamente 75% e 80% da área onde se produziram os desaparecimentos – a capital e a província de Buenos Aires somam cerca de 70% do total de desaparecimentos documentados pela Conadep, cujo relatório foi elaborado sobretudo a partir de testemunhos de familiares de desaparecidos e de sobreviventes do cárcere, também incluindo depoimentos de trabalhadores de cemitérios ou de pessoas que residiam próximas aos cemitérios ou centros clandestinos de detenção. Foi, portanto, com base nessas denúncias e testemunhos, e a partir de uma demanda do procurador federal que atuara no julgamento das Juntas militares, que o EAAF iniciou, em 1986, a investigação no cemitério municipal de Avellaneda, cidade localizada numa área densamente populosa da província de Buenos Aires.

O EAAF conclui que, durante a ditadura, especialmente entre 1976 e 1978, período mais atroz da repressão, parte do cemitério de Avellaneda (o setor 134) foi usado não só como lugar de inumação de pessoas classificadas como *NN* (ou *indigentes*, em versão pejorativa), como era habitual, mas também de pessoas sequestradas, torturadas e executadas ilegalmente. Os funcionários do cemitério e, por vezes, a própria polícia eram responsáveis por cavar as fossas,

16 Trata-se de casos em que os corpos, em data próxima à morte, foram levados às praias pelas correntes marítimas e, em seguida, inumados como *NN* em cemitérios locais. O caso mais notório envolveu a identificação, no início dos anos 2000, das mães da Praça de Maio Azucena Villaflor, Esther Careaga e María Ponce e das freiras francesas Alice Domon e Leónie Duquet, sequestradas e desaparecidas em dezembro de 1977. Jogadas ao mar de aviões da Marinha, seus corpos apareceram nas praias da cidade de General Lavalle, de onde foram resgatados e inumados como *NN* no cemitério da localidade.

operando a partir de um necrotério bastante rudimentar dentro desse setor. Situado na parte de trás do local, o setor 134 ficava entre a seção principal do cemitério e uma rua da cidade, separado por um muro de 2 metros de altura, construído após o golpe de Estado, que contava com um pequeno portão de acesso e com um portão grande o suficiente para a entrada de veículos. Embora os muros altos e os portões de metal pesado pretendessem ocultar os sepultamentos clandestinos, nas proximidades do cemitério, vizinhos e transeuntes testemunharam, nos três primeiros anos da ditadura, caminhões militares e veículos policiais entrando, dia e noite, com regularidade no local.

A Antropologia Forense Latino-americana, abordagem desenvolvida pelo EAAF, é composta por etapas informadas pela incidência de diferentes áreas do conhecimento (em especial a arqueologia, a bioantropologia e a genética), às quais se somam: a pesquisa preliminar e *ante-mortem* (que utiliza métodos historiográficos para compreender o contexto, o perfil biológico e a trajetória/identidade social dos buscados), seguidas pela fase arqueológica (de exumação) e a fase *post-mortem* (análise laboratorial bioantropológica e genética dos remanescentes). A identificação resulta da comparação entre os dados obtidos sobre a pessoa buscada e os remanescentes ósseos analisados. Toda uma fase inicial, portanto, consiste na reconstrução histórica dos casos a partir de entrevistas com amigos, vizinhos, familiares e companheiros de militância de desaparecidos, membros de organizações sociais e políticas e sobreviventes de centros clandestinos de detenção, além da análise documental de registros de cemitérios, registros de nascimento, arquivos judiciais, policiais e militares e notícias de jornais (que reportavam “mortes em confronto” e “abates” de “delinquentes subversivos”, hoje sabidamente simuladas), entre outras fontes.

Essa etapa da pesquisa permitiu investigar a máquina burocrático administrativa da repressão através dos registros que ela própria produziu. De modo geral, após o sequestro, a passagem por um centro clandestino, a tortura, a execução e “aparecimento” do corpo em lugares públicos, as autoridades adotavam um procedimento padrão, produzindo documentação estatal relevante para o trabalho investigativo do EAAF: a polícia, as vezes acompanhada de um oficial de Justiça, realizava a descrição por escrito do encontro do cadáver, fazia registros fotográficos e colhia as impressões digitais. Realizava também a autópsia ou o exame externo do corpo e emitia o atestado de óbito, a inscrição no registro civil local e o registro de inumação. No caso de Avellaneda, a maior parte dos corpos sepultados no setor 134 receberam registro de inumação como *NN*.

Um estudo estatístico conduzido em 1984 por Snow e Bihurriet (1992) também aportou informação relevante. Baseando-se em registros oficiais e na documentação de cemitérios, o

estudo analisou a informação demográfica disponível sobre sepultamentos *NN* em cemitérios municipais da província de Buenos Aires entre 1970 e 1984, abarcando, portanto, tanto anos “normais” quanto ditoriais. O estudo concluiu que em vários cemitérios, situados nas áreas mais afetadas pela repressão, houvera um aumento anual estatisticamente significativo do número de enterros *NN*, em comparação com os anos anteriores. Demonstrou ainda uma mudança relevante no perfil biológico e traumático da população *NN* durante a ditadura, que diferia das características habituais dessa população antes de 1976, ano do golpe militar: em sua maioria, pessoas mais velhas (acima de 50 anos) do sexo masculino, cujas mortes obedeciam a causas “naturais”, tais como negligência e idade avançada, por vezes, mal nutrição e, frequentemente, uso abusivo de álcool. Os corpos eram geralmente trazidos por hospitais, sanatórios, bombeiros e eventualmente pela polícia.

Em contraposição, a nova população *NN* estava constituída majoritariamente por adultos jovens (de entre 20 e 35 anos de idade), com um incremento importante de pessoas do sexo feminino (aproximadamente 30% dos *NN*), inumados principalmente durante os primeiros anos do governo militar (1976-1978), cujas mortes se ligavam a uma causa violenta – trauma ósseo *peri-mortem*, em geral, disparos por armas de fogo – ou duvidosa. Os corpos eram levados aos cemitérios em grupos (e não mais individualmente) por policiais ou militares. Esse era o perfil dos desaparecidos registrados pela Conadep: 80% dos desaparecimentos ocorreram entre 1976 e 1977; dos quase 10 mil desaparecidos, 30% eram mulheres; 70% das vítimas tinham entre 21 e 35 anos de idade no momento do sequestro.

As pesquisas do EAAF sobre Avellaneda se centraram então em documentos do cemitério, atestados de óbito e registros de inumação, segundo os quais 220 pessoas haviam sido oficialmente inumadas como *NN* no setor 134 durante a ditadura. Desse total, 160 indivíduos eram pessoas jovens, mortas por perfuração de armas de fogo (PAF) e trazidas ao cemitério por membros das forças policiais ou militares. Os sepultamentos concentravam-se em dois anos, 1976 e 1977, o auge da repressão. Considerando que o novo perfil diferia do padrão *NN* até então, concluiu-se que 60% dos corpos inumados nesse período correspondiam, em alta porcentagem de probabilidade, a pessoas desaparecidas pela repressão.

A partir daí iniciou-se o trabalho arqueológico e de exumação no setor 134 do cemitério, realizado entre 1988 e 1992. As escavações permitiram a recuperação dos remanescentes ósseos de 336 pessoas, 116 a mais do que indicavam os documentos do cemitério. Ao contrário do procedimento padrão adotado em anos anteriores ao golpe militar, a equipe do EAAF observou que funcionários do cemitério haviam feito poucas tentativas de identificação dos corpos. Além disso, verificaram que, enquanto os corpos correspondentes ao perfil “habitual” dos *NN*

em anos “normais” possuíam vestimentas, os indivíduos que compunham o novo perfil *NN* em anos ditoriais haviam sido sepultados, em sua maioria, nus, desprovidos de pertences pessoais (apenas 30% dos corpos no setor 134 apresentavam vestimentas remanescentes) e sem a observação de nenhuma tradição cultural ou prática religiosa (eram jogados uns sobre os outros em fossas coletivas).

Porestarem em um número menor e, portanto, pela maior possibilidade de reconhecimento, o EAAF iniciou em 2003 o projeto de identificação de 51 mulheres exumadas do setor 134 do cemitério de Avellaneda, das quais nove foram identificadas entre 2003 e 2004 através de métodos históricos e bioantropológicos e de análise genética realizada pelo laboratório argentino LIDMO. Como resultado da pesquisa documental, também foi possível determinar a identidade de desaparecidos sepultados em Avellaneda, embora, em muitos casos, ainda não tenha sido possível associar o corpo a um nome.

CEMITÉRIO DE PERUS, SÃO PAULO (BRASIL)¹⁷

Os dois funcionários, apesar da deferência com que nos tratavam, transpareciam certo escárnio no olhar. Uma estupefação indisfarçável. Uma coisa lhes era certa, o que queríamos era impossível. Eles transpareciam isso em uma conversa lacônica e desesperançosa, mais que isso, desmotivadora, embora não dissessem abertamente. A conversa se construía de maneira a nos desestimular, sem dizer que é impossível ou que não procurariam, mas demonstrando não crer no sucesso da empreitada. Desistam. Era o que diziam nas entrelinhas.

Primeiro, custaram a entender a questão da ossada. Depois, explicaram que não sabiam, mas podiam olhar no arquivo, onde estaria a ata de recebimento, mas não a informação de onde ela está. Mas ela só poderia estar em um dos dois ossários. Se tivesse no de lá, “já era”, porque são “montanhas de ossos”, mais de 13 mil. Se estivesse no de cá, dava até pra procurar, mas ia depender de ter alguma marcação do IML e que a ação do tempo não a tivesse degradado. Eles nos contavam, assim, que Perus construiu 2 novas valas comuns. Uma delas no momento da abertura da clandestina. Registradas? Sim, mas pouco importa, porque, uma vez entrando lá, as ossadas rapidamente se tornam irrecuperáveis.

A segunda questão era a da quadra. E o que vem é igualmente perturbador. Novamente, eles não sabem sobre a numeração antiga, aquela que temos como referência no livro do próprio cemitério, pois ela se perdeu com a mudança na organização interna das quadras. Eles não confiam no mapa que temos conosco e também não confiam na memória do mais antigo funcionário. Era preciso saber as ruas e o sentido em que elas

17 As informações sistematizadas nesta seção foram produzidas a partir de pesquisa etnográfica e documental realizada junto ao GTP, entre 2017 e 2019, com autorização do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense, do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo e dos comitês científico e gestor do GTP. Para uma análise mais global do processo de identificação desenvolvido pela equipe, ver Azevedo (2019).

começam a ser contadas. Assim como as sepulturas, considerando ainda que elas se dividem em direita e esquerda. Mas a partir de qual referência? Para os funcionários, essa é uma informação perdida. Quando chegamos na quadra 2, o cenário era de desolação. Devido ao processo judicial, ela foi interditada para enterros novos e não foi mais cuidada. O mato cresceu e não conseguíamos ver as ruas, muito menos as sepulturas. Toda a quadra se transformou em uma vala comum. [...]Estávamos ali, a presidente de uma comissão de Estado, um perito da polícia civil e uma porção de cientistas zanzando por um cemitério sem métodos e sem pistas, atrás de sepulturas não marcadas, onde jazem corpos abandonados. E os funcionários certamente se perguntando por que os queremos¹⁸.

Em agosto de 2017, integrantes do *Grupo de Trabalho Perus* (GTP) realizaram uma visita técnica (a última, até o momento) ao Cemitério Municipal Dom Bosco, localizado em Perus, um dos humildes distritos que demarcam a noroeste os limites municipais de São Paulo. Nos anos anteriores, pesquisadores vinculados à fase preliminar e *ante-mortem* dos trabalhos de identificação frequentaram o setor administrativo da necrópole. Examinando livros de registro de entrada e outras documentações relativas aos sepultamentos, eles buscavam informações sobre os remanescentes ósseos encontrados naquela que é considerada a mais importante das valas comuns associadas à ditadura, a Vala de Perus, e sobre a população de *desconhecidos* inumados durante aquele período. Após meses de trabalho, informações relevantes foram reunidas, subsidiando a busca pelos *desaparecidos políticos*. Se tais conhecimentos não puderam auxiliar mais os trabalhos da equipe é porque, entre os registros inscritos nos livros e os corpos depositados nas camadas esquadrinhadas de terra alaranjada do cemitério, existem clivagens feitas pelo abandono e trabalhadas pelo tempo. Em 2017, o GTP tentava, mais uma vez, resgatar os últimos *desaparecidos políticos* remanescentes em Perus. A cada retorno, encontra apenas novas camadas de ocultação. Os *políticos* seguem perdidos entre as valas que, embora tratadas no minúsculo, se ampliam em Perus, recebendo ordinariamente corpos sem nenhum valor.

À luz do que observamos sobre o caso argentino, cabe perguntar, no caso brasileiro: de que abandono estamos falando? Como as histórias desses corpos se cruzam e onde elas se separam?

Foi no ano de 1971, durante o auge da repressão ditatorial, que se deu a inauguração do cemitério. Embora suprisse uma demanda popular na região, onde não havia necrópole, sua construção também visava a atender à necessidade da própria municipalidade de novos espaços para sepultar *desconhecidos* (SÃO PAULO, 1990). Assim como na Argentina, no Brasil a estrutura burocrática voltada ao enterro de mortos presumidamente sem nome e/ou família em cemitérios públicos foi aproveitada para o descarte de opositores políticos (SÃO PAULO,

18 Notas extraídas do caderno de campo 2, Visita ao Cemitério de Perus, 10 de agosto de 2017.

1990; ALMEIDA et al., 2009). Principal órgão dessa estrutura, o Instituto Médico Legal (IML) produziu, junto com os cemitérios, uma vasta documentação sobre os assassinatos e os corpos que sepultava anonimamente, entre laudos, atestados, fotografias, impressões digitais e registros de sepultamento. Através dessa documentação, pessoas assassinadas por órgãos de segurança eram conduzidas aos IML, onde eram classificadas como *desconhecidos* através de diferentes mecanismos (legais e ilegais) e sepultadas sem o conhecimento de seus familiares (ALMEIDA et al., 2009).

Por meio de buscas, diversas famílias chegaram a consultar esses documentos, nos quais puderam descobrir, por exemplo, o primeiro sepultamento de um opositor do regime no cemitério de Perus, que ocorreu um mês após sua inauguração. Meses depois desse primeiro sepultamento, uma família localizaria e recuperaria um militante desaparecido em Perus, apenas 11 dias após ele ter sido inumado com nome falso. Mas seria preciso alguns anos para que a coletivização dessas buscas realizadas separadamente pelas famílias, em meio às quais se estruturou o *movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos*, permitisse uma compreensão mais global de que o sepultamento público estava sendo utilizado para ocultar os corpos de opositores e que os cemitérios públicos eram a principal via mobilizada para operar o fenômeno que o movimento começaria a denunciar como *desaparecimento político* (AZEVEDO, 2018).

A publicização das descobertas dos familiares organizados começou pela denúncia feita durante um momento marcante na história da transição política brasileira: a sessão que votou a Lei da Anistia no Congresso Nacional, em 1979, momento em que os familiares marcaram sua entrada na cena pública anunciando a localização, justamente em Perus, de dois opositores declarados “foragidos” pelo regime. Desde então, o rechaço público à lógica conciliatória imposta, através da Lei da Anistia, como condição para o fim do autoritarismo tornou-se a marca da atuação do movimento de familiares, embora nem sempre tenha sido corroborado pelo conjunto dos setores outrora perseguidos ou pela sociedade de forma mais ampla.

O problema das violências cometidas pela ditadura contra extensos setores da população brasileira, embora não seja uma realidade propriamente desconhecida por essa população, não encontrou espaço público durante o processo de transição para que fosse reconhecido como violação de direitos humanos¹⁹. Em vez disso, prosperou a noção de *violência política*, mobilizada pelos movimentos de resistência e aproveitada na Lei da Anistia como dispositivo de equiparação entre os “dois lados” de uma guerra. A acomodação jurídica, social e política da

19 Sobre este processo, ver Greco (2003).

anistia e, consequentemente, da lógica bipolar da Guerra Fria foi transposta, por meio da *anistia* e da *violência política*, para o ordenamento democrático posto pela Constituição de 1988, não só levando à exclusão da possibilidade de punição dos perpetradores. Muito além da letra da lei, tal transposição inibiu processos de investigação e, portanto, de (re)conhecimento social da *violência de Estado*.

Confrontando esse cenário, as investigações levadas adiante isoladamente pelo movimento de familiares lançaram luz sobre o cemitério de Perus como o cemitério brasileiro onde mais se encontraram militantes buscados como desaparecidos. Realizando por conta própria aquilo que o EAAF viria a chamar de pesquisa preliminar, os familiares encontraram nos livros de registro de sepultamento de Perus os nomes próprios ou os nomes clandestinos de 28 militantes, a maioria deles nas quadras 1 e 2, reservadas ao enterramento de *desconhecidos* (ALMEIDA et al., 2009). Durante as pesquisas, os familiares notaram que seis desses 28 registros não traziam informações sobre o paradeiro dos corpos no interior do cemitério, após uma grande exumação administrativa realizada nessas quadras, ocorrida entre os anos de 1975 e 1976. Mas eles não eram os únicos. A existência de quase 2 mil nomes nessa mesma situação sugeria a existência de uma vala secundária clandestina, onde teriam sido reinumados os remanescentes exumados coletivamente.

A Vala de Perus se tornaria conhecida publicamente apenas em 1990, ano em que pôde ser denunciada e exumada com o apoio da Prefeitura de São Paulo, decisivo naquele contexto. Trazidos à superfície, os corpos se convertiam em provas materiais de crimes que seguiam sendo negados pelo Estado, mas também criavam esperanças de localização de militantes que pudessem ter sido enterrados como *desconhecidos* sem nenhum nome (*não identificados*). Primeiro ato tomado por um órgão da administração pública do país visando a assumir responsabilidades pelas violências passadas, a exumação da Vala de Perus abriu caminho para o reconhecimento político e jurídico (em 1995) do *desaparecimento político* ao provocar a abertura dos arquivos do IML aos familiares, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) em âmbito municipal para apurar a participação do serviço funerário na estrutura repressiva e a primeira iniciativa de identificação dos remanescentes.

Exumados pelos próprios trabalhadores do cemitério sem técnicas arqueológicas, os remanescentes foram analisados no Departamento de Medicina Legal e Ética da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) após uma série de negociações para que o IML, órgão investigado pela CPI como partícipe dos crimes, fosse afastado da empreitada, apesar de ter a prerrogativa legal de periciar os corpos. Convocado pelo *movimento de familiares*, o EAAF, que então despontava no cenário regional, presenciou aquele momento, representado pelos

antropólogos forenses Clyde Snow e Luis Fondevila. Todavia eles não foram autorizados pelos legistas brasileiros a acompanhar o processo.

Chama atenção, observando comparativamente à *expertise* então já acumulada pela equipe argentina, que as investigações tenham transcorrido de maneira apartada. Isto é, de um lado, houve a tentativa da CPI de entender – por meio de documentos do cemitério e especialmente de testemunhos de atores sociais envolvidos com a resistência ou a repressão política, além da documentação já explorada pelo *movimento de familiares*²⁰ – a relação entre Perus, a burocracia funerária e o desaparecimento de atores sociais que vinham sendo buscados pelo movimento por serem reconhecidos como militantes políticos desaparecidos. De outro lado, houve tentativas dos médico-legistas de localizar, em meio a um total de 1.049 sacos funerários com remanescentes ósseos (provenientes da vala e de algumas covas individuais), esses militantes, partindo exclusivamente da documentação entregue por suas famílias. Dessa investigação resultaram cinco identificações pela Unicamp (duas entre os remanescentes da vala e três de covas individuais) e o relatório no qual a CPI da Vala de Perus atribui tanto a inauguração do cemitério quanto a criação clandestina da vala à intenção ditatorial de ocultar execuções de opositores políticos. Importa notar que nenhum estudo quantitativo ou estatístico que permitisse apreender o perfil populacional da vala ou do cemitério foi realizado. Ao lado da restrita noção de *violência política* empregada durante todo o empreendimento, a ausência de tais estudos deu nítidos e rígidos limites àquelas investigações pioneiras. Em 1995, as análises dos remanescentes seriam abandonadas inconclusas pela Unicamp.

Quase 20 anos depois, em 2014, o trabalho é retomado pelo GTP, cuja criação desdobrou-se da CNV e da momentânea ascensão da pauta Memória, Verdade e Justiça no campo humanitário brasileiro²¹. Os 20 anos passados sem nenhuma outra experiência sistemática ou consistente de identificação desses remanescentes foram determinantes para que o GTP fosse constituído em meio a uma forte percepção de defasagem na política de busca e identificação de desaparecidos no Brasil, o que colocou em seu horizonte a busca por padrões internacionais. Em diálogo estreito com o EAAF e o *Equipo Peruano de Antropología Forense* (EPAF), o processo de identificação concebido para o GTP se inspiraria na abordagem desenvolvida pela Antropologia Forense Latino-Americana (AZEVEDO, 2019). Foi através da pesquisa preliminar que o GTP

20 Os testemunhos foram centrais para a CPI, que inquiriu 82 pessoas, entre funcionários do cemitério, do serviço municipal, do IML e da polícia política, militares, sobreviventes e familiares de vítimas, além de um ex-prefeito e dois ex-governadores.

21 Sobre esse processo ver: Azevedo (2018); Hollanda (2018). Sobre a atual retração da pauta, ver: Azevedo e Sanjurjo (2020).

produziu os já mencionados dados sobre a vala e o sepultamento de desconhecidos no cemitério de Perus, através de uma pesquisa de fôlego feita pela equipe *ante-mortem* junto aos documentos do próprio cemitério e do IML.²²

A despeito da riqueza desse material e ao contrário dos estudos estruturados dos quais pudemos nos servir no caso argentino, até o momento os dados coligidos não renderam análises mais consistentes sobre o perfil antropológico da vala ou dos *desconhecidos* enterrados em Perus. Foi por essa a razão que nos baseamos em dados etnográficos, produzidos a partir de uma análise qualitativa da documentação produzida pela equipe. Em parte, podemos atribuir essa ausência de estudos populacionais à manutenção, por parte do GTP, do mesmo objetivo anteriormente perseguido na Unicamp, qual seja, escrutinar o conjunto ósseo sob sua custódia para dele destacar alguns corpos aos quais deve atribuir identidade política. Daí que, diante de um conjunto de 1.049 caixas com remanescentes ósseos, seu universo de busca reúna apenas 41 nomes.

Ocorre que um dos desafios mais importantes para realizar tal seleção, frequentemente referido pela equipe em seu cotidiano de trabalho, seria a compatibilidade observada entre o perfil biológico dos militantes buscados e o perfil biológico mais geral dos inumados na vala em termos de sexo (masculino) e idade (jovem adulto). Por outro lado, a despeito da morte violenta dos militantes, um número ínfimo dos remanescentes em análise apresenta lesões traumáticas compatíveis com arma de fogo e, de maneira mais geral, os casos em que lesões traumáticas aparecem conclusivamente associadas à causa da morte são minoritários no universo total de corpos analisados. Não é possível, portanto, observar a mesma predominância de casos evidentes de violência letal observada pela EAAF no cemitério de Avellaneda.

Esse fato pode estar relacionado a uma importante descoberta feita pela equipe *ante-mortem* do GTP. Dentre os 1.942 nomes localizados nos registros do cemitério sem local de reinumação, 1.410 haviam sido sepultados pelas próprias famílias moradoras da região e apenas 532 eram *desconhecidos*. Essa descoberta, cabe notar, não alterou o universo de busca da equipe (GTP, 2017).

Em contrapartida, os dados coletados pela equipe *ante-mortem* no livro de sepultamentos, também ainda carentes de organização e análise, sugerem que o total de 5.339 *desconhecidos* enterrados em Perus entre 1971 e 1979 apresentam o mesmo perfil (masculino e adulto jovem) predominante na vala. Porém três dados sobre esses *desconhecidos* chamam atenção: as mortes violentas representam quase metade do total, tendo a maioria delas ocorrido em via pública;

22 Sistematizações dessa pesquisa podem ser encontradas em: GTP (2017) e Hattori et al. (2015).

o número de mortos com menos de 1 ano de idade ultrapassa os mortos com mais de 50 anos; por último, há um alto número (o segundo maior) de mortes associadas a doenças infecciosas²³. Em suma, ainda que não tenhamos dados populacionais mais completos sobre os cemitérios públicos paulistas que permitam concluir algo sobre os impactos da ditadura na quantidade de sepultamentos de *desconhecidos* e o perfil dessa população, os dados disponíveis sobre Perus (ainda que referentes apenas ao período ditatorial, quando o cemitério foi inaugurado) sugerem que o perfil de pessoas enterradas como *desconhecidos* é mais jovem e mais atingido pela violência e pela pobreza do que pelo abandono familiar de idosos e doenças associadas à velhice, conforme o perfil dos *NN* argentinos no período anterior ao golpe militar. Já a diferença entre o perfil de causas de morte das pessoas sepultadas na vala e o dos *desconhecidos* desafia as narrativas tanto sobre a motivação para a criação da vala quanto a respeito do perfil das vítimas da ditadura.

DESAPARECIMENTO, DESIGUALDADES E INSCRIÇÃO POLÍTICA DA VERDADE

Procuramos até aqui perspectivar o trabalho forense de busca e identificação realizado pelo EAAF e pelo GTP nos cemitérios públicos utilizados para operar *desaparecimentos forçados* em seus respectivos países de origem. A intenção foi analisar em que medida os distintos processos de transição política experimentados nesses países, assim como as diferenças nas políticas estatais implementadas para reconhecer as vítimas e reparar e punir violações aos direitos humanos, incidiram não só nas formas de produção de materialidades sobre os desaparecidos e a repressão ditatorial, mas também no alcance e na relevância que essas formas adquiriram no debate público nacional a respeito do passado ditatorial e na própria categorização jurídica e política do desaparecimento forçado.

23 Essas estimativas gerais foram levantadas durante a pesquisa de campo a partir dos dados tabelados pela equipe *ante-mortem* no intuito de levantar perguntas, não de fornecer respostas, uma vez que, conforme mencionado, os dados brutos carecem de organização e classificação mais precisas para que se realize qualquer estudo estatístico seguro. No nosso entendimento, caberia ao próprio GTP realizar esse estudo. Para os efeitos dessa análise, foram consideradas mortes violentas todas as entradas relacionadas a traumatismos, lesões e hemorragias traumáticas, PAF, choque hemorrágico, ferimentos contundentes variados, politraumatismo, queimadura, carbonização, abortos, asfixia mecânica, afogamento e anemia traumática. Entre as doenças infecciosas figuram tuberculose, toxemia, pneumonia, meningite e broncopneumonia. Há ainda doenças relacionadas à pobreza extrema, ao alcoolismo, a problemas cardíacos e à velhice.

Além disso, ao alinhavar os termos de nossa comparação, insinuamos que as desigualdades sociais constitutivas de cada país atravessam os processos de inscrição política da verdade sobre os desaparecimentos, os mortos e a violência. Com isso queremos argumentar que, no plano local, desigualdades sociais produziram distintas economias políticas de busca e identificação de pessoas desaparecidas, que se desenharam em um espaço de tensão entre a morte e a localização desigual dessas vidas em relação às dimensões da comunidade nacional, da família, do Estado, da burocracia e da ciência.

Quando buscamos explorar, através da comparação, os sentidos políticos, sociais, jurídicos e mnemônicos do desaparecimento em seus contextos empíricos, partimos da premissa de que não existe desaparecimento fora do campo social que lhe dá existência (VECCHIOLI, 2001). Entendemos que as diferenças entre o *desaparecido político* brasileiro e o *detenido-desaparecido* argentino, bem como as diferenças de ambos em relação à categoria jurídica *desaparecimento forçado*, definida em convenções internacionais, estão relacionadas às maneiras distintas como se estabeleceu, em cada país, o processo de construção indissociável dos desaparecidos e de seus familiares como atores políticos na cena pública. Por conseguinte, o processo global de *giro forense* tem impactos locais bastante diversos, uma vez que, para colocar em relevo as políticas, situações e dinâmicas sociais locais a partir das quais as materialidades e as evidências podem (ou não) ganhar existência e sentido social, o fazer forense se insere posicionalmente em relação a um complexo campo social, que inclui organizações e movimentos sociais, instituições e agentes estatais.

Como discutido, na Argentina a transição política foi marcada pelas mobilizações públicas massivas em torno a questão dos *detenidos-desaparecidos*, que foram seguidas pela imediata instauração da Conadep e pela condenação penal dos comandantes das Juntas Militares por tribunais civis. Não sem polêmicas, essas medidas institucionais repercutiram socialmente, gerando novas denúncias, ampliando o conhecimento público sobre os desaparecimentos e contribuindo para legitimar os testemunhos de sobreviventes e familiares de desaparecidos como portadores da verdade sobre a repressão. Ao mesmo tempo, as iniciativas de busca e identificação de crianças e adultos desaparecidos, impulsionadas pelas *Madres e Abuelas de Plaza de Mayo* e o EAAF, deram lugar à produção de saberes e materialidades sobre a repressão e os *detenidos-desaparecidos*, a partir das quais pessoas, corpos, lugares e objetos recuperados e *restituídos* tornaram-se instrumentos para reparar e revelar a verdade, sustentando práticas políticas, afetivas, jurídicas e mnemônicas incluindo o próprio processo de constituição do *detenido-desaparecido* e, em outra escala, do *desaparecimento forçado* como categoria de referência no campo humanitário global.

O entendimento do *desaparecimento forçado* como forma de aniquilamento radical (CALVEIRO, 2005), morte inconclusa (CATELA, 2001) e destituída de identidade (CRENZEL, 2008) permitiu estabelecê-lo como um fenômeno de natureza distinta do homicídio e mesmo da morte em si, pelos efeitos e implicações sociais particulares que apresenta. Diferentemente de outros fenômenos, o desaparecimento passaria a ser produzido como a subtração de um saber sobre a ausência e o ausente (MUÑOZ e PÉREZ, 2005), compreendendo-se que a intenção dessa prática repressiva foi eliminar, do ponto de vista material, rastros, vestígios, corpo, lugar de sepultura, em suma, as marcas materiais daquela existência. Já do ponto de vista simbólico, presume-se que o seu objetivo foi apagar a descendência, os laços sociais, a cultura, a identidade (pessoal, familiar e política), ou seja, a memória histórica daquela existência. Daí a centralidade das estratégias de produção de materialidades e de práticas incessantes de memória, entre as quais incluem-se as metodologias e técnicas de exumação e identificação de pessoas em situações de violação de direitos humanos desenvolvidas pelo EAAF.

Nesse contexto, ancorado na narrativa humanitária, o desaparecimento foi construído como uma violência que atingiu extensivamente a sociedade argentina (por meio da figura englobante do “inimigo/delinquente subversivo”), expressa na consigna “30 mil *detenidos-desaparecidos*”, uma projeção a partir dos casos registrados pela Conadep convertida em símbolo da repressão ditatorial. Além disso, ainda que o conjunto do movimento de familiares reivindique o reconhecimento da repressão ditatorial como uma violência e um genocídio cometido por razões políticas, tal reivindicação se dirige a argumentar, em sentido humanitário, que não é a natureza da vítima que define esses ou outros crimes de lesa humanidade, mas o próprio ato de violência em si. Corroborando esse entendimento, a lei que criou em 1994 a figura de *ausente por desaparición forzada* foi definida em sentido amplo, reconhecendo como vítimas todas as pessoas mortas e desaparecidas por consequência da ação das Forças Armadas, das forças de segurança ou de qualquer grupo paramilitar até o último dia do governo ditatorial (10 de dezembro de 1983). Isso também se refletiu em atenção analítica e preocupação política com os cemitérios.

Sobre o caso brasileiro, já foi afirmado anteriormente que a manutenção, sob um regime democrático, de uma matriz interpretativa atrelada à ordem bipolar da Guerra Fria, por meio da noção de *violência política*, permitiu que as violações do passado ficassem excluídas da regulamentação humanitária até a última versão do Plano Nacional de Direitos Humanos (2010). O reconhecimento das vítimas de *violência política*, a partir dos anos 1990, seria formulado nos marcos do direito civil, garantindo reparações pecuniárias individuais para os brasileiros que, se percebendo como perseguidos por sua atuação política, se apresentassem como requerentes

ao Estado e conseguissem a comprovação de que fazem jus ao direito.

Como exemplifica a própria Lei de Mortos e Desaparecidos Políticos (1995), há nesta forma de reconhecimento uma disposição para acomodar (alguns) direitos (para certos sujeitos) à validade de uma *anistia* que não reconhece a noção de *violência de Estado*. Foi à luz da categoria forjada pela luta do movimento de familiares, bem como de suas listas de opositores desaparecidos, que a lei definiu como mortos os militantes presos por agentes do Estado entre 1961 e 1988 e, desde então, desaparecidos. A restrição a um período histórico e a um conjunto de atores sociais específicos, além da equiparação entre desaparecidos e mortos, são três pontos que distinguem o *desaparecido político* tanto do *detenido-desaparecido* quanto da categoria internacional *desaparecimento forçado*. Diante de tal definição, as famílias, com o apoio fundamental do movimento de familiares, precisaram requerer individualmente o reconhecimento, o que resultou numa associação estrita entre o fenômeno e os casos reconhecidos pelo movimento, sem projeções nem estimativas que tenham em vista o caráter de aniquilamento radical de pessoas como mecanismo repressivo extensivo.

Com isso, chamamos atenção para o quanto a conversão do fenômeno social em categoria jurídica no Brasil foi atrelada à atuação do movimento de familiares e, portanto, restrita aos limites de seu universo político, social e mnemônico, bem como de suas capacidades de atuação. Forjado nas lutas que atravessaram o processo de transição política, o movimento nasce no seio de uma esquerda urbana organizada e pertencente às camadas trabalhadoras médias. É a partir desse lugar social que seus militantes fazem esforços solitários para produzir um saber sobre e uma materialidade para o desaparecimento. Ao associar a natureza da violência à natureza das vítimas buscadas pelo movimento, a institucionalização do *desaparecimento político* no Brasil exclui grande parcela da população brasileira violentada pela ditadura. Ao incidir sobre as investigações forenses aplicadas aos direitos humanos desenvolvidas no país, o foco nas vidas reconhecidas como políticas deixa restar sem materialidade e sem lugar nas narrativas públicas as violências que resultam em mortes consideradas “comuns”. Aquelas que colocam fim a vidas consideradas sem valor e em torno das quais regimes *indigentes* de gestão seguem sendo ordinariamente operados nos cemitérios públicos brasileiros (AZEVEDO, 2018).

A combinação entre os campos humanitário e forense operou uma transformação na atuação dos especialistas e na aplicação das técnicas forenses, historicamente associadas ao abuso arqueológico-científico cometido em nome da ciência no contexto da colonização e do extermínio de populações nativas (PLATT, 2015) e, especialmente no caso da genética, ao racismo, à violação de direitos reprodutivos e ao genocídio perpetrado a favor da eugenia (PENCHASZADEH, 2008). Se as ciências forenses foram engendradas como um saber a

serviço da Lei e do Estado e, portanto, articuladas a formas de governo e controle de populações (WEIZMAN, 2017), a crescente articulação entre humanitário e forense aponta para a potencialidade de seu uso para confrontar e reparar violações de direitos humanos, lutar por Justiça, podendo inclusive converter-se num instrumento crítico para a afirmação da Verdade (SANJURJO, 2018). O que é potencialidade, porém, não pode ser tomado como algo garantido ou *a priori*.

Decorrente das demandas de coletivos de familiares de vítimas, a aposta em investigações forenses independentes para a produção de *contralaudos* dirige-se a questionar documentos emitidos por agentes e agências estatais (comumente implicados diretamente nas violações) e sobretudo a desafiar “sigilos/segredos de Estado/militares” e seu monopólio sobre a verdade, os mortos e seus corpos. Contudo, como buscamos demonstrar, as experiências locais de busca e identificação de desaparecidos em diferentes lugares da América Latina têm demonstrado que o alcance e as possibilidades de formação e atuação de equipes forenses independentes são atravessados por desigualdades e outras dinâmicas sociais que transcendem a questão da técnica e do protocolo, assim como as melhores aspirações humanitárias.

Na Argentina, o apoio institucional foi fundamental para a formação e a atuação do EAAF, bem como para a validação de suas identificações e seus achados científicos como provas em âmbito judicial, seja em causas que investigam violações cometidas durante a ditadura, seja, mais recentemente, em processos que envolvem “criminalidade comum”. Sobretudo as investigações realizadas pelo EAAF em províncias do interior do país, a partir dos anos 2000, têm sido impulsionadas não só por familiares de vítimas, mas também por promotores e juízes dessas localidades. Nesse processo, não menos importante foi a facilitação e/ou a permissão de acesso à documentação estatal. No caso do cemitério de Avellaneda, o EAAF pôde negociar em 1997 o acesso aos arquivos da Polícia Federal e da Polícia da Província de Buenos Aires, que estavam sob a guarda dos governos federal e provincial. Além disso, desde o ano 2000, após ser designado como *testemunha de conceito*²⁴ num processo judicial para investigar o cemitério de Avellaneda, o EAAF passou a ter a custódia legal dos remanescentes ósseos recuperados no cemitério.

Em parte, o maior apoio institucional e um maior reconhecimento social das iniciativas de Memória, Verdade e Justiça na Argentina podem ser associados ao fato de o país ter se constituído – quando comparado ao Brasil, especificamente no período ditatorial em questão

²⁴ Testemunhas convocados pela sua *expertise*, pelo reconhecimento e pela autoridade que possuem em um campo de saber específico.

– como uma sociedade relativamente menos desigual, constituída por camadas médias mais extensas, majoritariamente urbanas, com população territorialmente concentrada na província de Buenos Aires. Isso não apenas permitiu que amplos setores da sociedade se identificassem com as narrativas públicas sobre uma repressão ditatorial voltada para a oposição política organizada tradicional (sindicatos, movimento estudantil, partidos políticos e organizações insurgentes), mas também que certas marcações históricas e transicionais (ditadura/democracia) adquirissem sentido e relevância social. A violência e o tratamento indigno dos mortos são experimentados e recordados, de maneira mais homogênea, como práticas associadas a um regime excepcional que foi deixado no passado. Ainda assim, desigualdades raciais, sociais e regionais não deixam de atravessar as experiências locais de busca e identificação de desaparecidos, limitando o alcance da atuação do EAAF e das políticas de memórias e de direitos humanos. Foi assim que a narrativa humanitária permitiu que a repressão fosse abordada de uma forma convergente com as narrativas da nação argentina como um país branco.

Desde sua criação, o EAAF recuperou mais de 1.400 corpos e identificou 765 desaparecidos, a maioria da região da capital e da província de Buenos Aires, dos quais 150 estavam no cemitério de Avellaneda. Embora o foco das buscas se justifique pela distribuição desigual tanto dos desaparecimentos documentados pela Conadep quanto da população no território nacional (em ambos os casos concentrados na capital e na província de Buenos Aires), é preciso considerar em que medida a proximidade com o poder político e econômico da nação incidiu na produção de saberes sobre a repressão e no registro de um maior número de desaparecidos nessas localidades. Segundo membros da EAAF, quando foi lançada a *Iniciativa Latino-Americana para a Identificação de Desaparecidos* em 2007, a partir de um acordo com a Secretaria de Direitos Humanos da Nação, foi observado como em localidades menores, situadas no interior do país, sobreviventes e familiares de vítimas ainda demonstravam receio e desconfiança de se aproximar de agências do Estado para apresentar novas denúncias ou doar amostras de sangue para possíveis identificações.

Nesse cenário, reconhecer remanescentes ósseos que possivelmente pertencem a desaparecidos pela repressão ditatorial não tem sido o maior desafio na Argentina, devido aos procedimentos de rotina utilizados pelas forças de repressão e pela diferença de perfis entre a população NN “habitual” e aquela constituída por *detenidos-desaparecidos*. A maior dificuldade reside em determinar quais restos correspondem a determinada pessoa desaparecida, tanto pela similaridade do perfil biológico e traumático das vítimas buscadas quanto pela complexidade do sistema repressivo, que contou com mais de 350 centros clandestinos de detenção em todo o território nacional. Ao mesmo tempo, desde a década de 2000, essa acomodação do fazer

forense tem sido confrontada por debates que colocam em questão a própria ideia de comunidade nacional, na busca por afirmar uma ideia de nação argentina mais multiétnica e multiracial e abrir espaço para o debate público sobre racismo e desigualdades raciais, até então ausente das políticas de direitos humanos, de memória e do próprio trabalho de identificação realizado pelo EAAF no país.

No caso de Perus, o trabalho de identificação foi dificultado historicamente não apenas pela falta de apoio institucional, mas, já no contexto do GTP, também pela similaridade entre os perfis biológicos dos desaparecidos políticos procurados e o conjunto dos remanescentes exumados da vala: jovens do sexo masculino. A maior diferença pode estar no perfil étnico-racial. Segundo a documentação estatal das mortes, mais da metade dos *desconhecidos* sepultados em Perus seriam pessoas negras (pretas e pardas). Entretanto nenhuma iniciativa institucional ou do movimento de familiares realizou qualquer levantamento sobre a ancestralidade dos *desaparecidos políticos*. Assim como ocorre com o EAAF, o próprio GTP, que, no que se refere a seu universo de busca, não incluiu esse dado em seus levantamentos sobre os buscados, assim como não aferiu a ancestralidade dos remanescentes da vala analisados, impossibilitando, portanto, uma compreensão desses perfis e suas eventuais diferenças.

Comparando os dados levantados pelas equipes forenses sobre os perfis de *desconhecidos* inumados nos cemitérios de Avellaneda e Perus, também é possível aferir que, no caso argentino, houve uma nítida mudança na população usualmente sepultada de maneira anônima após o golpe de Estado. Majoritariamente composta por pessoas mais velhas do sexo masculino mortas por causas naturais e vindas de hospitais e serviços públicos até 1976, a nova população *NN*, além de mais numerosa, passou a ser constituída por pessoas jovens, mortas por causas violentas e trazidas pelas forças militares e de segurança, evidenciando um aumento e uma mudança no emprego da violência institucional durante os anos ditoriais.

Em contraposição, no cemitério de Perus, a maioria dos *desconhecidos* inumados eram jovens do sexo masculino trazidos pelos IML e mortos principalmente em decorrência de violência, mas também de situação de pobreza, evidenciando o emprego amplo e difuso da violência institucional que associa repressão e abandono, impactando (provavelmente muito antes do golpe de Estado) amplos setores da população. Por outro lado, se estiver correta a relação estabelecida entre a ausência de registros de reinumação e a criação da vala, então a maioria de remanescentes transferidos para ela tiveram um sepultamento privado. Isso nos permite sugerir que Perus (ou a Vala de Perus) tem sua razão de existir como destino dos pobres, fossem eles *desconhecidos* ou sepultados por suas famílias. Parte de uma engrenagem que se reproduz como *sepultamento indígena* (AZEVEDO, 2021) para vidas sem valor,

independente do regime político-institucional²⁵. Os *desaparecidos políticos* ali chegaram como resultado de um alargamento da margem do controle social, quando também os militantes e opositores políticos do regime foram enquadrados no perfil de pessoas descartáveis e enterradas anonimamente em cemitérios públicos do país. Aquelas para as quais existe um conjunto de serviços públicos que, como a identificação, são voltados tanto para o controle social, quanto para o descarte indigente (FERREIRA, 2009).

No que se refere especialmente às desigualdades e precariedades que atingem e limitam as possibilidades de vida – e em comparação com o perfil de pessoas mais velhas dos *NN* “habituais” de Avellaneda –, é significativo o número de recém-nascidos, natimortos e crianças enterradas como *desconhecidas* no cemitério de Perus (maior do que o número de adultos com mais de 50 anos). Dentre as crianças e jovens adultos inumados como *desconhecidos*, é também relevante o número de mortos em decorrência de subnutrição e doenças infecciosas, demonstrando como a pobreza e a desigualdade no acesso à saúde, moradia e serviços públicos impactaram diferencialmente as populações argentinas e brasileiras no período que abrange os governos militares.

Assim, enquanto na Argentina uma narrativa nacional resulta de certa convergência entre narrativas populares, de Estado e da esquerda organizada que, sob a linguagem humanitária, identificam a violência ditatorial como um momento de excepcionalidade; no Brasil observa-se uma ruptura entre estas mesmas matrizes narrativas a partir do emprego da linguagem da *violência política* pela esquerda organizada e o Estado, conformando distintas gramáticas e chaves de abordagens para entender o período. Assim, é justamente a linguagem da *violência*

25 Ao falar de associação entre repressão e abandono não nos filiamos às proposições de Gatti (2017) em direção a um conceito científico de desaparecimento. Elaborado para pensar a transnacionalização do *desaparecimento forçado*, tal quadro chama atenção para o processo histórico de origem na migração do *detido-desaparecido* para a escala global (na qual aquele se tornaria o *desaparecido originário*). Seria um problema analítico o fato dessa circulação global e histórica produzir apropriações que expandem os usos e sentidos originais associados ao autoritarismo até abranger situações de populações invisibilizadas por práticas de abandono e descuido em sociedades neoliberais. Diante deste incômodo, é proposta a categoria *desaparecimento social* para pensar os últimos casos. Acreditamos que se, por um lado, tal exercício analítico ilumina a processualidade e a potência criativa da categoria, por outro, a transposição da sua história social para um quadro conceitual privilegia a visão panorâmica sobre a contextual, desvalorizando, como pergunta sociológica, o problema de saber como as atualizações do desaparecimento (seja como mecanismo repressivo, seja como mecanismo de gestão da precariedade, seja como categoria de nomeação) ocorrem empiricamente. Ademais, tal desequilíbrio para o panorâmico não ajuda a pensar as convergências estruturais entre diferentes práticas de desaparecimento, na medida em que nos conduz a um esquema analítico que toma por correspondentes processos que se desenrolam em diferentes escalas. Em outras palavras, é justamente porque não se excluem que as práticas de repressão e as práticas de abandono podem não somente se complementar como se produzir mutuamente em regimes autoritários ou neoliberais. Além disso, a diferenciação entre *desaparecimento forçado* e *desaparecimento social* toma por base dois critérios que rejeitamos: a natureza das vítimas e a existência de uma separação nítida entre regimes autoritários e regimes liberais. Para um desenvolvimento destas críticas, ver Azevedo (2021).

política que converge para a narrativa de autoidentificação do país como nação branca, excluindo as experiências violentas de inúmeros setores da população. Nesse sentido, mesmo a emergência de discussões sobre o racismo institucional na Ditadura, classificando a “democracia racial” como mito e ideologia de Estado, não se refletiram em críticas sobre o quanto a associação exclusiva entre o político (resistência política, luta política ou apenas repressão política) e o universo das esquerdas urbanas partidárias é um produto do racismo estrutural.

Assim, gostaríamos de finalizar salientando como o processo de transição política brasileira foi e continua atravessado por um reconhecimento desigual das vítimas de violências passadas e presentes. Indígenas, camponeses, negros e pobres urbanos não apenas reivindicam sua inclusão nesse relato e seu reconhecimento como vítimas – *mortos e desaparecidos políticos* – da repressão ditatorial, mas também disputam os sentidos atribuídos à presente forma democrática, colocando sob questionamento a vigência dos direitos garantidos pela Constituição de 1988. Movimentos negros e coletivos de familiares de vítimas da violência policial em periferias urbanas reiteradamente denunciam que “a ditadura para os pobres nunca acabou”; tortura, execuções ilegais e *desaparecimento forçado* são práticas de longa duração em sua história social. As crescentes taxas de encarceramento e mortes resultantes de intervenção policial, que atingem quase exclusivamente os jovens negros e pobres, evidenciam o impacto desigual da *violência de Estado* segundo clivagens de classe, gênero, raça e lugar de moradia. Motivo pelo qual, para estes amplos setores da sociedade brasileira que vivem à beirada das valas comuns, certas marcações históricas e narrativas transicionais sejam desprovidas de sentido social.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Criméia *et al.* **Dossiê Ditadura**: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)/Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.
2. ANSTETT, Élisabeth; DREYFUS, Jean-Marc. Introduction: why exhume? Why identify? In: ANSTETT, Élisabeth; DREYFUS, Jean-Marc (ed.). **Human remains and identification. Mass violence, genocide, and the “forensic turn”**. Manchester: Manchester University Press, 2015. p. 1-13.
3. AZEVEDO, Desirée. **Ausências incorporadas**: etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. São Paulo: Editora Unifesp, 2018.

4. AZEVEDO, Desirée. Os mortos não pesam todos o mesmo. Uma reflexão sobre atribuição de identidade política às ossadas da Vala de Perus. **Papeles del CEIC**, Bizkaia, v. 2019-2, p. 218, 2019. Disponível em: <https://ojs.ehu.eus/index.php/papelesCEIC/article/view/20389>. Acesso em: 27 jul. 2022.
5. AZEVEDO, Desirée. Configuraciones de la desaparición como gestión de cuerpos sospechosos. In: CASADO-NEIRA, Davi *et al.* **La desaparición social**: límites y posibilidades de una herramienta para entender vidas que no cuentan. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2021. p. 69-82.
6. AZEVEDO, Desirée; SANJURJO, Liliana. “On silenced memories: Dictatorship and democracy in question”. Hot Spots, **Fieldsights**, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/on-silenced-memories-dictatorship-and-democracy-in-question>. Acesso em: 27 jul. 2022.
7. CALVEIRO, Pilar. Memorias virósicas. Poder concentracionario y desaparición en Argentina. In: GIÚDICE, Alicia (comp.). **Psicoanálisis**: restitución, apropiación, filiación. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2005. p. 139-160.
8. CATELA, Ludmila da Silva. **No habrá flores en la tumba del pasado**: la experiencia de reconstrucción de los familiares de desaparecidos. La Plata: Ediciones Al Margen, 2001.
9. CLAVERIE, Elisabeth. Réapparaître: retrouver les corps des personnes disparues pendant la guerre en Bosnie. **Raisons Politiques**, Paris, 2011 v. 41, p. 13-31.
10. CONADEP - Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas. **Nunca más. Informe de la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas**. Buenos Aires: Eudeba, 2009.
11. CRENZEL, Emilio. **La historia política del Nunca Más. La memoria de los desaparecidos en la Argentina**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2008.
12. DZIUBAN, Zuzanna (ed.). **Mapping the forensic turn. Engagements with materialities of mass death in Holocaust Studies and beyond**. Wien: New Academic Press, 2017.
13. EAAF – Equipo Argentino de Antropología Forense. **Annual Report 2002**. Buenos Aires, Nova York: EAAF, 2002.
14. EAAF – Equipo Argentino de Antropología Forense. **Annual Report 2006**. Buenos Aires, Nova York: EAAF, 2006.
15. EAAF – Equipo Argentino de Antropología Forense. **Iniciativa Latinoamericana para la Identificación de Desaparecidos. Genética y Derechos Humanos – Sección Argentina (Informe Inicial)**. Buenos Aires, Nova York: EAAF, 2008.
16. FARIA, Juliana. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.

17. FASSIN, Didier. **Humanitarian reason**. Berkeley: University of California Press, 2012.
18. FERRÁNDIZ, Francisco. *El pasado bajo tierra: exhumaciones contemporáneas de la Guerra Civil*. Madrid: Anthropos, 2014.
19. FERRÁNDIZ, Francisco; ROBBEN, Antonius (ed.). **Necropolitics**: mass graves and exhumations in the age of human rights. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.
20. FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. **Dos autos da cova rasa**: a identificação de corpos não-identificados no Instituto Médico Legal do Rio de Janeiro, 1942-1960. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.
21. FONSECA, Claudia. Direito às origens: segredo e desigualdade no controle de informações sobre a identidade pessoal. **Revista de Antropologia da USP, São Paulo**, v. 53, n. 2, jul./dez., p. 493-526, 2010.
22. FONSECA, Claudia. Tecnologias de governo, família e humanitarismo em um mundo globalizado. **BIB**, São Paulo, v. 72, p. 7-40, 2011.
23. GATTI, Gabriel. **Desapariciones**: usos locales, circulaciones globales. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2017.
24. GRECO, Heloísa. **As dimensões fundacionais da luta pela anistia**. 2003. Tese (Doutorado em História), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.
25. GTP – Grupo De Trabalho Perus. **Relatório da pesquisa preliminar e ante mortem**. Produto 6 do Edital 002/2015 (Documento técnico contendo análise final sobre o trabalho *ante mortem* realizado). São Paulo: GTP, 2017.
26. HATTORI, Márcia; SOUZA, Rafael de Abreu e; TAUHYL, Ana Paula Moreli; ALBERTO, Luana Antoneto. **O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer**: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. Mimeografado, 2015.
27. HAYNER, Priscilla. **Unspeakable truths**. New York; London: Routledge, 2011.
28. HOLLANDA, Cristina Buarque de. Direitos humanos e democracia. A experiência das comissões da verdade no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo** v. 33, n. 96, p. 1-17, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/8PRcJPCwcY9VRRXbxMSkTzy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.
29. LEVIN, Luciano. Cuando la periferia se vuelve centro. La antropología forense en la Argentina: un caso de producción de conocimiento científico socialmente relevante. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, v. 42, p. 35-54, 2015. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?pid=S1850-275X2015000200003&script=sci_arttext&tlang=en. Acesso em 27 jul. 22.

30. MEDEIROS, Flávia. **“Linhas de investigação”**: uma etnografia das técnicas e moralidades numa divisão de homicídios da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

31. MOON, Claire. Human rights, human remains: forensic humanitarianism and the human rights of the dead. **International Social Science Journal**, Londres, v. 65, mar./jun., p. 49-63, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/issj.12071>. Acesso em: 27 jul. 22.

32. MUÑOZ, Mónica; PÉREZ, Mariana. Reconstrucción de la identidad de los desaparecidos, archivo biográfico familiar de Abuelas de Plaza de Mayo. *In: GIÚDICE, Alicia (comp.). Psicoanálisis: restitución, apropiación, filiación.* Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2005. p. 29-42.

33. PENCHASZADEH, Víctor. Prólogo. *In: Abuelas de Plaza de Mayo* (ed.). **Las abuelas y la genética**: el aporte de la ciencia en la búsqueda de los chicos desaparecidos. Buenos Aires: Abuelas de Plaza de Mayo, 2008.

34. PLATT, Tony. Bitter legacies: a war of extermination, grave looting, and culture wars in the American West. *In: ANSTETT, Élisabeth; DREYFUS, Jean-Marc (ed.). Human Remains and identification. Mass violence, genocide, and the “forensic turn”.* Manchester: Manchester University Press, 2015. p. 14-33.

35. ROBLEDO, Carolina Robledo. Peinar la historia a contrapelo: reflexiones en torno a la búsqueda y exhumación de fosas comunes en México. **Encartes Antropológicos**, Ciudad de Mexico, v. 2, n. 3, p. 13-42, 2019.

36. ROBLEDO, Carolina Robledo; CASTILLO, Rosalva Aída Hernández (org.). Dossiê Antropologia Social e Ciências Forenses. **ABYA-YALA: revista sobre acesso a justiça e direitos nas Américas Brasília**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 1-188, jan./mai. 2019. Disponível em: <https://encartes.mx/exhumacion-fosas-comunes-mexico/>. Acesso em 27 jul. 22.

37. ROJAS-PEREZ, Isaias. **Mourning remains**. State atrocity, exhumations, and governing the disappeared in Peru’s postwar Andes. Stanford: Stanford University Press, 2017.

38. ROSENBLATT, Adam. **Digging for the disappeared**. Forensic science after atrocity. Stanford: Stanford University Press, 2015.

39. ROUSSEAU, Nicky. Identification, politics, disciplines: missing persons and colonial skeletons in South Africa. *In: ANSTETT, Élisabeth; DREYFUS, Jean-Marc (ed.). Human Remains and identification. Mass violence, genocide, and the “forensic turn”.* Manchester: Manchester University Press, 2015. p. 175-202.

40. SANJURJO, Liliana. Los juzga un tribunal, los condenamos todos: dos conflitos pelas memórias, moralidades e verdade nos tribunais argentinos. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 799-830, 2016.

41. SANJURJO, Liliana. **Sangue, identidade e verdade**: memórias sobre o passado

ditatorial na Argentina. São Carlos: EdUFSCar, 2018.

42. SÃO PAULO. Câmara Municipal. **Onde estão? Relatório da CPI Perus–Desaparecidos Políticos**. São Paulo: Câmara dos Deputados, 1990.

43. SNOW, Clyde Collins; BIHURRIET, Maria Julia. An epidemiology of homicide: ningún nombre burials in the Province of Buenos Aires from 1970 to 1984. *In: JABINE, Thomas; CLAUDE, Richard. (ed.) Human rights and statistics: Getting the record straight*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1992. p. 328–363.

44. STEPPUTAT, Finn. Introduction. *In: Stepputat, Finn (ed.) Governing the dead. Sovereignty and the politics of dead bodies*. Manchester: Manchester University Press, 2014. p. 3-10.

45. VECCHIOLI, Virginia. Políticas de la memoria y formas de clasificación social. ¿Quiénes son las víctimas del terrorismo de Estado en la Argentina? *In: GROOPPO, Bruno; FLIER, Patricia (comp.). La imposibilidad del olvido: recorridos de la memoria en Argentina, Chile y Uruguay*. La Plata: Ediciones Al Margen, 2001. p. 83-102.

46. VERDERY, Katherine. **The political live of dead bodies**. Nova York: Columbia University Press, 1999.

47. WEIZMAN, Eyal. **Forensic architecture**: Violence at the threshold detectability. Nova York: Zone Books, 2017.

Desirée Azevedo

Doutora (2016) e Mestre (2011) em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0266-6258>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: desireelazevedo@gmail.com

Liliana Sanjurjo

Doutora (2013) e Mestre (2007) em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/ 0000-0003-2334-3658>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: lilisanj@yahoo.com.br

Duas vezes Jorge: o silenciamento como permanência do autoritarismo na República Dominicana¹

Twice Jorge: silencing as the permanence of the authoritarianism in the Dominican Republic

Victor Miguel Castillo de Macedo

Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil

RESUMO

Neste artigo analiso a ausência de transição política na República Dominicana da década de 1960 através de fragmentos da vida de um revolucionário e seu filho. Este é um desdobramento de minha tese sobre ex-combatentes da Revolução de Abril de 1965 em Santo Domingo, capital do país. Durante a pesquisa de campo, conheci pessoalmente o senhor que era um pré-adolescente quando foi preso em 1967 pelo serviço secreto do governo de Joaquín Balaguer (1966-1978). A história, comentada nos jornais da época, levanta um problema quanto ao entendimento atual do que foi a revolução: se para muitos dos ex-combatentes foi bem-sucedida e hoje é reconhecida pelo governo dominicano como uma efeméride pátria, parte de seus efeitos foram silenciados. A transição democrática esperada pelos revolucionários se transformou em 12 anos de tirania, mesmo tendo sido chancelada pelo voto popular. O caso traz a chave temporal dos efeitos estendidos do pós-revolução de 1965, o retorno do autoritarismo e sua diluição num regime supostamente democrático. Meu objetivo é demonstrar que nas trajetórias desses revolucionários se encontram fragmentos e enredos que permitem um entendimento das permanências do autoritarismo na República Dominicana.

Palavras-chave: Silêncio, Reparação, Autoritarismo, Transição política, República Dominicana.

¹ Este texto é uma versão com algumas modificações da reflexão apresentada primeiramente no GT “80 Transições Democráticas e Controle Social: repensando marcações temporais”, da 32^a Reunião Brasileira de Antropologia. Parte desta reflexão também compôs o quarto capítulo de minha tese de doutorado (CASTILLO DE MACEDO, 2021a). Vale frisar, no entanto, que apesar de semelhante pelos materiais que se utiliza, o texto tem direcionamentos distintos em seu objetivo e suas conclusões. A pesquisa que permitiu esse texto recebeu apoio do Projeto de Pesquisa de Bancada coordenado por Olivia Gomes da Cunha, com apoio da FAPERJ (CNE2018-E-26/202.758/2018) e do CNPq (EU-439103/2018-5). Durante a escrita recebi apoio da bolsa de pós-doutorado FAPESP (processo 2021/05444-0) com a supervisão de João Felipe Gonçalves. Aproveito para agradecer os excelentes pareceres da Revista Antropolítica, que permitiram o rearranjo do texto.

Recebido em 11 de fevereiro de 2022.

Avaliador A: 28 de abril de 2022.

Avaliador B: 25 de maio de 2022.

Aceito em 30 de junho de 2022.

ABSTRACT

In this article I analyze the absence of political transition in the Dominican Republic from the 1960's from the fragments of the life of a revolutionary and his son. This is a development of my PhD dissertation about former combatants of the 1965 April Revolution, in Santo Domingo, the Dominican capital. During the fieldwork I met the man who was a teenager when he was arrested by Joaquín Balaguer government's (1966-1978) secret service in 1967. The story, addressed by the newspapers of that time, brings about a problem to the contemporary understanding of the revolution: while for many of the former combatants it was a successful endeavor, also recognized by the current government as a national event, part of this history remains silenced. The democratic transition expected by the revolutionaries turned into 12 years of tyranny, although it was endorsed by popular vote. The case presents the temporal key of the extended effects of the aftermath of the 1965 revolution, the authoritarian comeback, and its dissolution towards a supposedly democratic regime. I aim to demonstrate that in the stories of these elders one can find many common fragments and plots that allow an understanding of the permanencies of the authoritarianism in the Dominican Republic.

Keywords: Silence, Redress, Authoritarianism, Political transition, Dominican Republic.

INTRODUÇÃO

“Tristeza não tem fim, felicidade sim...”. Eu acabara de conhecer Jorge Puello Soriano. Ao ouvi-lo cantar esse trecho da canção *A felicidade*, de Vinícius de Moraes e Tom Jobim, uma das músicas brasileiras que conheceu durante o exílio na Itália nos anos 1970, senti saudades de casa. Estábamos separados pelas grades de ferro da *Fundación de Solidaridad con los Héroes de Abril* (Fusha), em Santo Domingo, na República Dominicana. Aguardávamos a volta do presidente da fundação, Tirso Medrano, que havia saído para fazer um pagamento no banco com a chave da grade que nos separava. A voz marcante e bem ritmada do poeta, músico e dançarino foi uma surpresa agradável. Naquele momento, sem saber, eu ouvia a voz de uma das pessoas que sofreram diretamente com as consequências da revolução dominicana de abril de 1965.

*

O presente trabalho analisa fragmentos da vida de Jorge Antonio Puello Soriano (Don Jorge ou Jorgito), a pessoa mais jovem a ser torturada pelo governo dominicano nos anos 1960, e seu pai, Jorge Puello Soriano, El Men, revolucionário de 1965, como índices da ausência de transição política dominicana. Conheci Don Jorge durante a pesquisa de campo com ex-combatentes da revolução de abril de 1965 em Santo Domingo (capital da República Dominicana). Na pesquisa acompanhei o dia a dia da Fusha e sua luta pelo reconhecimento e pela reparação das condições de vida dos ex-combatentes idosos. Don Jorge era uma criança de 14 anos na primeira vez que foi preso pelas forças paramilitares do governo de Joaquín Balaguer (1966-1978) e tinha 15 ao ser torturado pela primeira vez. Sua história, comentada nos jornais da época, levanta um problema para o entendimento atual do que foi a revolução: há um enorme silêncio a respeito de diversas violências estatais e paraestatais que decorreram dos conflitos da revolução.

Para explicar como a Revolução de Abril de 1965 se articula a uma linha temporal marcada por lutas contra o autoritarismo e a opressão na República Dominicana, retomo parte da trajetória do pai de Don Jorge. Apesar do nome homônimo, Jorge Puello, seu pai, é conhecido pelos ex-combatentes como El Men, devido à sua bravura na luta revolucionária (alcunha que poderia ser traduzida como “o cara”; no entanto manterei o uso do apelido em espanhol, para evitar a confusão com o filho). Através dos percursos de El Men e seu filho, quero explicitar a articulação entre o fim da ditadura de Rafael Leónidas Trujillo (1930-1961), a revolução de 1965 e os 12 anos da ditadura de Balaguer (antigo braço direito de Trujillo) iniciada em 1966.

Ao passar da história do pai para o envolvimento do filho, acompanho também as articulações e movimentações das organizações da esquerda dominicana no período autoritário. As várias prisões que culminaram no exílio de El Men para a Europa, primeiramente na França e em seguida na Itália, são descritas de acordo com o nível de detalhe que pude captar em nossa conversa, via ligação de WhatsApp, uma vez que não pude voltar a campo, devido à pandemia de Covid-19. Apesar da condição adversa em que ocorreu o diálogo, sigo a indicação de Sidney Mintz, quando comenta que “o empreendimento etnográfico deve voltar-se para algum objetivo relacional” (MINTZ, 1984, p. 49). Ele segue explicando que fatos “dificilmente” existem sem relações. Com isso, o antropólogo quer dizer, ao defender o método de “história de vida”, que não só o acesso a determinados acontecimentos e sua narrativa ocorrem em campo; seu entendimento e possível enquadramento se dão por causa das relações construídas na pesquisa. Ainda que aqui não pretenda replicar uma análise de “história de vida”, esse apontamento metodológico ajuda a conectar diferentes períodos dominicanos. O que é exposto neste texto é um olhar sobre “aquilo que ficou do que foi vivido”, como propõe Cynthia Sarti (2019, p. 507).

O caso de Don Jorge é exemplar, porque procurei conviver com ele antes de apressar a conversa sobre seus itinerários. Só assim pude entender que, por suas relações, sua trajetória e a abominável violência que sofreu, sua história contém elementos comuns à experiência de muitos ex-combatentes e/ou pessoas ligadas à resistência democrática na República Dominicana. É por isso que a narração de sua trajetória expõe certa conformidade com a herança dos 12 anos de *autoritarismo* que se instalaram à medida que o tempo passou. Aqui dialogo também com as circunstâncias propostas por Christian Krohn-Hansen (2009, p. 5) para evitar a reprodução de análises clássicas sobre o autoritarismo: primeiro, não é um homem que detém todo o poder; segundo, a análise do regime deve se basear em dinâmicas do cotidiano; terceiro, Estados autoritários devem ser vistos como conjuntos de práticas culturais. O autoritarismo aparece, portanto, também como efeito de um conjunto de relações.

O silenciamento, tanto em termos práticos (em nome da ordem) quanto no sentido analítico de dispositivos de saber-poder, como descrito no primeiro capítulo da obra de Michel-Rolph Trouillot (1995, p. 26-29), pode ser um meio para compreender as maquinações autoritárias. Meu objetivo é demonstrar a forma como o silenciamento dessas histórias fabrica uma realidade comum a muitos dominicanos e dominicanas. Um lugar onde não houve tribunais nem comissões para a busca de verdade, justiça e memória pede que escutemos seus sobreviventes a partir dos quadros que eles nos oferecem.

Antes de passar às histórias do grande combatente El Men, quero fazer um comentário sobre a República Dominicana e a ausência de transições políticas *de facto*.

EBULIÇÕES/EFERVESCÊNCIAS DOMINICANAS

A Revolução de Abril de 1965 é um evento crítico no sentido explorado por Veena Das (1995, p. 6). Seus efeitos são multiplicidades espalhadas por passados e futuros, alcançando não só a paisagem de ruínas da cidade de Santo Domingo, mas também os bairros de Nova York (caso do predominantemente dominicano Washington Heights) e os silêncios da assombrosa história recente da ditadura brasileira². A título de aproximação, vale a pena perpassar por alguns

2 A presença de dominicanos em Nova York foi analisada pelo sociólogo Jesse Hoffnug-Garskoff (2013). O aumento de pedidos de visto no pós-revolução é um ponto que não abordarei neste texto. O papel do Brasil na Revolução de Abril de 1965, apoiando o exército estadunidense, foi observado por Thomas Skidmore (1982, p. 397) como uma prova das relações entre militares dos dois países. Carlos Fico também tece alguns comentários (2008, p. 34 e 155-166), mas é no pequeno livro de Raimundo Caruso que se encontra uma análise mais detida de

acontecimentos e dados, para informar olhares brasileiros sobre as questões a serem tratadas.

A República Dominicana divide uma ilha com o Haiti. Foi na porção de terra que tem Cuba a noroeste, Porto Rico a sudeste e Jamaica à leste que se consolidaram as primeiras instâncias/instituições coloniais/colonizadoras do hemisfério, tais como a cidade no modelo de tabuleiro, a catedral e a universidade, entre outras. O nome da ilha – para alguns, Hispaniola ou Quisqueya; para outros, Ayti – é objeto de controvérsias o suficiente para compreendermos que se trata de um território marcado por convulsões sociais³.

Na região de Santo Domingo, hoje a capital da República Dominicana, em 1521, houve a primeira revolta de escravizados africanos na ilha (ACEVEDO, 2019). Praticamente três séculos depois, em 1804, a República do Haiti foi criada, com a libertação de todos os escravizados da ilha. Em 1822, o domínio haitiano expande-se ao lado do território que pertencia à Espanha. Essa ocupação permanece até 27 de fevereiro de 1844, data que marca a independência comemorada pelos dominicanos. Em 1861, parte da elite que restou do país articula o retorno do jugo espanhol, que durou até 1865. É o ano do fim da chamada Guerra de Restauração, quando os dominicanos conseguiram se livrar do domínio espanhol. Para recobrar as demandas econômicas de tantos anos em estado de guerra, produtores de tabaco e cana-de-açúcar do país recorrem ao pujante vizinho do norte – os Estados Unidos, nas últimas décadas do século XIX.

Desde o início dessas relações, o interesse maior dos estadunidenses era anexar a ilha toda a seu império. Diversas justificativas eram mobilizadas, mas a tratativa não chegou a se concretizar. Não foi necessário. Devido aos créditos oferecidos aos produtores dominicanos, que não puderam dar conta das dívidas acumuladas, o governo dos Estados Unidos negociou o controle alfandegário dominicano com os governos da virada do século. Essa situação se arrasta até 1916. Naquele ano, os Estados Unidos, em nome dessas mesmas dívidas acumuladas, ocupam o território dominicano, obtendo o controle total do país. O mesmo ocorre com o vizinho Haiti, um ano antes. A ocupação se estende até 1924, quando muitas empresas estadunidenses se consolidam na produção de açúcar e a fronteira com o Haiti é delimitada e controlada pelos militares imperialistas. Nessa época, muitos dominicanos se formavam nas academias militares dos norte-americanos. Um deles foi Rafael Leónidas Trujillo – o ditador subiu ao poder em 1930 e, com o apoio dos Estados Unidos e da Igreja Católica, se tornou um dos ditadores mais violentos e poderosos de todo o hemisfério. Por meio de um Estado autoritário, empreendeu

Florestan Fernandes (1988), entre outras entrevistas e textos.

3 Para um trabalho que explora as fundações do antagonismo e as solidariedades entre dominicanos e haitianos, ver a obra de Ann Eller (2016, p. 238) *We dream together*.

uma série de reformas econômicas e de infraestrutura para modernizar a economia dominicana. O crescimento econômico que gerou também foi lucrativo para sua família, que passou a ser a principal acionista de todas as empresas estatais e a maior detentora de terras do país.

Christian Krohn-Hansen (1997), inspirado por Maurice Bloch, faz uma leitura a respeito do simbolismo de violência que contém esse emaranhado de agenciamentos sob a alcunha de Estado no caso dominicano: sua origem, para o autor, estaria no massacre de mais de 30 mil haitianos na fronteira do país com o Haiti em 1937. Como um sacrifício inaugural do Estado enquanto detentor do monopólio da violência, o episódio legitima um tipo de poder que, segundo a leitura de Krohn-Hansen, se reproduz de diversas outras formas na vida dominicana até hoje. Talvez o rito do massacre tenha performado o caráter racializado do Estado dominicano. No entanto, essa relação não se resume aos termos Haiti-República Dominicana; contém também os Estados Unidos como outro ponto de apoio.

Somente em 1961 o ditador foi assassinado ou “ajusticiado”, como dizem os dominicanos progressistas. Boa parte do aparato estatal autoritário que ele criou se manteve, bem como o cultivo de um nacionalismo anti-haitianista/racista e uma aversão anticomunista. O país conheceu suas primeiras eleições democráticas em 1962, quando foi eleito Juan Bosch, intelectual opositor do antigo regime de Trujillo. A Constituição aprovada pelo governo Bosch tinha como um de seus diferenciais a separação entre Estado e Igreja. Seu governo propôs também uma série de reformas para dirimir os abismos sociais do país. Iniciado em janeiro de 1963, não passou do mês de setembro.

Bosch foi deposto por uma articulação entre militares e grupos da oligarquia dominicana, inclusive alguns que concorreram contra ele nas eleições de 1962. Em seu lugar, foi posto um triunvirato formado por notáveis da sociedade que não durou até o ano de 1964 e foi dissolvido num Conselho de Estado. O conselho era encabeçado por Donald Reid Cabral, jovem empresário e membro da oligarquia. Seu breve comando foi marcado por muitas greves e pela crise econômica, devido à seca nos campos de cana-de-açúcar. Muitas articulações foram feitas para derrubar o Conselho de Estado. Foi necessária uma revolta entre soldados, tenentes, sargentos e outros membros do baixo escalão do exército dominicano, em 24 de abril de 1965, para que as tensões escalassem ao combate franco.

Naquele dia, no programa de rádio de destaque nacional de José Francisco Peña Gómez, ouviu-se a convocação do povo às ruas em apoio ao grupo de militares. A consignação do grupo era o retorno à Constituição de 1963 e a volta de Juan Bosch à Presidência. Começando no sábado na hora do almoço, a rebelião reuniu populares e grupos de esquerda favoráveis à causa. As primeiras batalhas serviram para impedir que as tropas leais ao governo oligárquico

entrasssem na capital. O palácio da Presidência foi ocupado e todo o centro da cidade de Santo Domingo já pertencia aos rebeldes. Em meio a esses combates, o nome de Francisco Alberto Caamaño, um jovem militar de uma família próxima ao ex-ditador, se destacou como uma liderança importante.

Foi acordado que, enquanto Bosch não voltasse, Caamaño seria o novo presidente do país e líder da revolução. Na quarta-feira da semana seguinte (28 de abril), os primeiros soldados estadunidenses desembarcavam no país em nome da segurança de seus cidadãos. Caamaño e seus companheiros do “comitê de *transição*” – primeiro nome do governo revolucionário, uma vez que no início imaginavam que a revolta não duraria mais que alguns dias – haviam pedido apoio ao embaixador dos Estados Unidos. Entretanto o retorno de Bosch poderia significar “uma nova Cuba” no Caribe. A luta perdurou até setembro de 1965. Em torno de 30 mil soldados estadunidenses foram mobilizados. Além dos EUA, governos alinhados ao imperialismo como Brasil, Honduras, Paraguai, Nicarágua e Costa Rica enviaram contingentes menores para formar a Força Interamericana de Paz (FIP). Do Brasil partiram 1.300 soldados – o segundo maior contingente enviado ao país⁴. Ambos os lados tiveram muitas baixas, mas os revolucionários se viram numa situação mais fragilizada pela falta de recursos, treinamento e poderio militar. Em setembro foi assinado um acordo que determinou novas eleições em 1966, além da anistia aos revolucionários.

Minha pesquisa investigou a fabricação da noção de *ex-combatentes* enquanto parte dos efeitos da revolução, no contexto da *Fundación de Solidaridad con los Héroes de Abril* (Fusha). A fundação trabalha com a produção de relatos a respeito dos civis ex-combatentes dos bairros operários do período da revolução. Apesar de seus membros serem respeitados por outras organizações e pesquisadores da revolução, suas condições são precárias e a Fusha só foi reconhecida pelo governo dominicano no ano de 2021.

O acontecimento fundante desses agenciamentos (a revolução) é tomado aqui como uma tragédia, no sentido que o antropólogo jamaicano David Scott atribui à Revolução de Granada, em que “a ação trágica costura preocupações com o tempo da reparação justa” (SCOTT, 2014, p. 28). Scott inspira-se nos debates desenvolvidos pela filosofia ocidental e pela teoria política contemporânea a respeito da irredutibilidade da história ao tempo (vice-versa) para expressar a necessidade de compreender questões que envolvem traumas, memória e justiça como partes de uma crise de tempo e experiência temporal (SCOTT, 2014, p. 22)⁵. No caso da ilha caribenha de

⁴ Honduras enviou 250 soldados, Paraguai, 178, Nicarágua, 159, e Costa Rica, 21 policiais. O menor contingente foi enviado por El Salvador, com apenas três militares.

⁵ A reflexão do livro de David Scott se aproxima dos temas tratados aqui; é difícil definir somente um ponto de

Granada, Scott descreve a tragédia dos desentendimentos internos de uma revolução socialista que termina com uma invasão comandada pelas tropas de Ronald Reagan. Sua leitura é também informada pela análise que fez em sua obra anterior, dedicada ao clássico *Os jacobinos negros*, de C. L. R. James, a respeito da Revolução Haitiana (SCOTT, 2004) – inspira-se, ainda, nas tragédias gregas, sobretudo nas mudanças da segunda edição dessa obra clássica.

Quanto à ideia de transição, Scott questiona o “autoentendimento ideológico da justiça transicional e sua relação com as circunstâncias numa ordem global liberalizante” (SCOTT, 2014, p. 135, tradução nossa). Ao observar o fim da revolução socialista iniciada em 1979 na ilha de Granada, Scott explora as sequências de fatos que levaram à morte de Maurice Bishop, líder do *New Jewel Movement* (NJM), em 1983. Em seguida, o exército norte-americano invadiu a ilha para controlar os conflitos entre civis e membros das diferentes linhas do movimento libertador. Além de dissolver e controlar o governo, os estadunidenses atribuíram o mando dos crimes políticos a um grupo de 17 ex-dirigentes do NJM. Condenados à época, hoje estão soltos, após as revisões das condenações.

David Scott procurou problematizar as dimensões morais do que foi tomado como um caso de justiça transicional ou de transição bem-sucedido. Classificado como uma “transição política liberalizante”, o caso de Granada é um dos primeiros experimentos dessa engenharia política de transformação de regimes “iliberais”. Aqui ele é tomado como referencial por sua proximidade temporal e geográfica com a República Dominicana. Do mesmo modo, o incômodo com a ideia de transição na crítica de Scott a autoras como Ruti Teitel, uma das criadoras da noção de “justiça de transição”, por conta da forma espetacularizada do julgamento dos “17 de Granada”, é algo que pretendo conservar como pano de fundo. Scott critica a defesa irrefletida do liberalismo como universal civilizacional. E argumenta que a aparente incapacidade de aplicar os critérios da justiça de transição a regimes supostamente democráticos como o dos Estados Unidos (marcado por políticas do mal como torturas e genocídios) expõe a arbitrariedade dessas leituras.

No contexto discreto dessa reflexão, as experiências de Don Jorge Puello Soriano são trazidas de modo a oferecer uma perspectiva crítica a respeito do caso dominicano, em que os seus algozes não experimentaram nenhum tipo de responsabilização por seus atos. Nem a

conexão. Para evitar uma exposição pormenorizada das questões locais ou teorias que o autor trata, portanto, indico que minha inspiração reside na constatação nada ingênuas de que tragédias são o resultado de uma pluralidade de ações concatenadas. Da colisão de tais ações, surgem suas justificações e seus efeitos (SCOTT, 2014, p. 22, tradução nossa). Aquilo que Scott chama de “presságios de adversidade” em sua análise da derrocada da Revolução de Granada comportaria um trabalho da significação dos fatos e de modulação semântica que se aproxima das formas de silenciamentos descritas por Trouillot (1995).

violência da revolução de 1965, nem o período de 12 anos de autoritarismo de Joaquín Balaguer foram submetidos à comissões de verdade, memória e justiça. A transição, para David Scott, bem como sua ausência na República Dominicana, ressoa à perspectiva de Michel-Rolph Trouillot diante de palavras como “democracia ou progresso”, que ele chama de “ficções universais do Atlântico Norte” (TROUILLOT, 2003, p. 35). Tais palavras dizem muito mais sobre experiências locais ou particulares. A forma como esses termos e expressões nos afetam está ligada aos processos que Trouillot chama de “geografia da administração” e “geografia da imaginação” (TROUILLOT, 2003, p. 38). Ambas, entrelaçadas em seu funcionamento, fabricam a distribuição espacial de uma administração da imaginação que nos impede de provincializar experiências e palavras (vide “transição”, “democracia”, “liberalismo”)⁶. Isso sem mencionar as situações em que pedidos coletivos de desculpa histórica performados por Estados terminam por produzir uma espécie de “ritual abortivo” (TROUILLOT, 2021), tão comum nas últimas décadas do século XX e no início do XXI (AHMED, 2005).

No caso dominicano, experimentos políticos que não tem o liberalismo nem os Estados Unidos como medida para existir tendem a ser silenciados. Meu esforço é apontar para essa prática de silenciamento como parte da longa história autoritária dominicana. Para entender como Don Jorge se envolve nos movimentos políticos da época, mesmo tão jovem, portanto, vale a pena retornar às redes de relações de seu pai, El Men.

EL MEN, UM HERÓI DA REVOLUÇÃO

Na conversa que tivemos via WhatsApp, Don Jorge não trouxe muitos elementos para um relato substancial sobre seu pai. Por isso utilizarei algumas das histórias que estão nos relatos que Tirso Medrano, presidente da Fusha, fez a partir de sua entrevista com El Men. Como figura que é parte do panteão dos heróis revolucionários de 1965, ele foi entrevistado muitas vezes. Por isso, já há um corpo de informações conhecidas sobre ele.

Jorge Puello Soriano (pai) nasceu em 1925. Durante a ditadura de Trujillo, trabalhava na principal fábrica de sapatos da capital, uma das mais antigas no setor industrial da República

⁶ Aqui me inspiro na discussão empreendida pelas organizadoras da coletânea “Trouillot Remixed”, intitulada “Overture” (2021). Elas relacionam diretamente a ideia de “provincializar a Europa”, do historiador Dipesh Chakrabarty (2000), com o que Michel-Rolph Trouillot fez ao longo de sua obra. O uso do termo é próximo do que propõe o historiador: tomar determinada experiência histórica (do Atlântico Norte) pela sua especificidade e estranhar a sua centralidade para a interpretação e entendimento de acontecimentos em outros lugares.

Dominicana. Jorgito complementava a renda com trabalhos como sapateiro que realizava em casa e desde a infância começou a se vincular a movimentos políticos contrários à ditadura. Como disse meu interlocutor: “era um homem alto, forte e musculoso – de personalidade forte”. Através de alguns conhecidos como Andrés Ramos Guerrero, que lutou com Fidel Castro em Cuba, se conectou aos grupos socialistas do Caribe. Após a morte do ditador Trujillo, El Men decide se filiar ao *Movimento Popular Dominicano* (MPD), um partido de denominação marxista-leninista criado em Cuba em 1956. Em 1962, ele vai a Cuba para receber treinamento militar. No ano seguinte, apesar de fazer parte de um grupo crítico ao governo liberal de Juan Bosch, El Men, junto com o MPD, se opõe ao golpe de Estado sofrido pelo primeiro presidente eleito no pós-ditadura.

Nessa época, Don Jorge foi se envolvendo com diversas ações do meio de atuação de seu pai: acompanhava reuniões e levava os coturnos feitos por seu pai para costurá-los, antes do envio aos combatentes. El Men foi preso em 1963 por apoiar as guerrilhas que se formaram em oposição ao governo golpista. A principal delas foi o *Movimiento Revolucionario 14 de Junio*, que teve parte de seus guerrilheiros mortos nas montanhas. Esse movimento era composto em sua maioria por jovens de classe média e média alta que fizeram parte da oposição ao ditador Trujillo. O líder, Manolo Tavárez Justo, foi um dos mortos na ação ocorrida em 1963. Ficou conhecido primeiramente por perder sua esposa, Minerva Mirabal, assassinada pelo ditador junto com suas irmãs⁷. Depois da queda de Trujillo, Tavárez Justo se projetou como uma das grandes lideranças do país. Após a morte do líder do *14 de Junio*, a perseguição aos simpatizantes se tornou mais intensa. Don Jorge contou que as primeiras manifestações de que participou foram nesse período. Foi seguindo o movimento pela anistia aos presos políticos que seu envolvimento começou a ganhar contornos mais significativos: passou a prestar mais atenção aos conceitos que permeavam os debates da esquerda dominicana.

El Men foi solto em 1964 e voltou às atividades de mobilização contra o governo do Conselho de Estado. Como afirmei anteriormente, eram muitos os planos para derrubar o governo encabeçado por Donald Reid Cabral. Ainda assim, o estouro da revolução pegou muitos grupos de surpresa. Tirso Medrano relatou a maneira como El Men soube da revolução de 1965:

Estando no pátio da minha casa, por volta das três da tarde, chegaram Marcos Santana

7 A história das irmãs Mirabal repercutiu de tal forma que foi um dos principais fatores que levaram à derrocada do ditador Trujillo. O 25 de novembro de 1960 em que elas foram mortas serviu de referência para a definição do Dia Internacional do Combate à Violência Contra a Mulher. Para uma versão ficcional da história delas, ver Júlia Alvarez (2001).

e Teresa Rojas para me dizer que Peña Gómez estava exortando o povo a se lançar às ruas. Eu era membro do comitê central do MPD, e fui imediatamente à escola Arzobispo Valera, onde começamos a nos reunir Maximiliano Gómez (El Moreno), Otto Morales, Prim Montás, Baldemiro Santana, Pablo Robles, Pachiro e outros membros mais cujo nome não me lembro agora [...], mas eu ainda não tinha armas. No dia 26 de abril, estando na rua Benigno Del Castillo, esquina com Salcedo, vejo que vem um guarda que se via cansado e disse a mim mesmo “esse é o meu fuzil”. Me aproximei dele e disse “irmão, vem cá, você está cansado!” e fiz ele se sentar num *colmado* [boteco/mercearia]. Ofereci um refresco e aí lhe tirei a metralhadora San Cristóbal. Essa foi minha primeira arma. (MEDRANO, 2016).

Os revolucionários se organizaram em grupos chamados *comandos*. Eram agrupamentos quase segmentares, seguindo a lógica das relações interpessoais dos combatentes (grupos familiares, vizinhos, amigos de bairro) e/ou formatos de agregados institucionalizados (partidos, sindicatos, agrupamentos militares). O que importa para a discussão é o diferencial das posições internas nos comandos. Ser o comandante não só oferecia reputação, também colocando à prova a capacidade de liderar combatentes mal treinados, com armas e munições limitadas, diante de boa parte do exército dominicano, das tropas estadunidenses e de alguns destacamentos de outros países latinos (como o Brasil).

El Men foi o *comandante* do “comando do MPD”. Ao longo das batalhas, se firmou como um líder e combatente de respeito. Uma das histórias que contou a Tirso Medrano e Don Jorge também mencionou em nossa conversa ocorreu no dia 6 de maio de 1965, quando um grupo de soldados ianques, com um comboio blindado e um jipe, avançaram sobre a zona constitucionalista (título do território dos rebeldes, uma vez que defendiam a Constituição de 1963). A ordem do líder da revolução, Francisco Caamaño, era abater qualquer estadunidense que entrasse nos perímetros dos revolucionários. El Men habilmente enviou dois motoqueiros para averiguar a situação, descobrir o número de homens e o tipo de armas que levavam. Segundo conta, eram mais ou menos sete soldados, bem armados com metralhadoras calibre 50, um canhão 105 mm no Jipe e fuzis AR-15. O comando do MPD incluía 16 homens com metralhadoras Thompson, San Cristóbal, revólveres Enriquillo e fuzis Mauser.

Apesar da diferença numérica, aspectos relacionados às armas, aos equipamentos e à preparação exigiam cuidado no ataque (como disse o comandante, foi uma briga nas sombras). A guerra de guerrilha se caracteriza por essas táticas de provação e emboscada para o aniquilamento. O ataque foi rápido; durou menos de 20 minutos, mas foi o suficiente para matar três soldados invasores. Como não houve baixas da parte do comando do MPD, o então presidente Caamaño condecorou El Men por sua astúcia e sua tática. Esse ataque também foi descrito no livro do jornalista Tad Szulc, correspondente do *The New York Times* na época (SZULC, 2015, p. 194).

Ainda na revolução, ele foi convocado a levar a luta para o interior do país. Além de chegar com alguma dificuldade à segunda maior cidade dominicana, Santiago de los Caballeros, foi preso junto com seus companheiros e levado por avião até a base onde estavam os estadunidenses. Lá testemunhou o enorme contingente mobilizado para derrubar o esforço revolucionário: de lá partiam de 20 a 30 helicópteros por dia. Após a revolução, a luta continuou para El Men.

Talvez seja possível dizer que a situação piorou nos anos seguintes. O melhor resumo vem do próprio El Men, quando conta a Tirso Medrano que, depois de 1965, “passava mais tempo preso do que solto”. De tantos golpes que recebeu, terminou a vida cego. Na entrevista ele afirma perdoar a todos os seus detratores em nome do objetivo final de suas lutas, a “torre universal do socialismo”. No livro *De la calle a los estrados por justicia y libertad* (2008), o advogado que defendeu El Men ao longo dos anos Balaguer, Ramón Antonio (Negro) Veras, relata que o ex-combatente foi submetido a todo tipo de humilhação. Chegou a ficar três meses sem ver o sol e recebia alimentos uma vez ao dia. Além das torturas, teve o tempo na sua prisão prorrogado, com a postergação dos julgamentos.

No dia 3 de setembro de 1965, o coronel Caamaño resumiu bem o resultado imediato da revolução em seu último discurso como presidente: “Porque o povo me deu o poder, ao povo venho devolver o que lhe pertence. Não pudemos vencer, tampouco pudemos ser vencidos”. Não pôde permanecer no país, no entanto. Foi “enviado” como embaixador para Londres. As eleições em 1966 foram marcadas pela violência dos grupos articulados com Joaquín Balaguer. Juan Bosch se candidatou novamente, mas, devido às ameaças constantes, decidiu fazer a campanha pelo rádio de sua casa. O resultado foi a eleição de Balaguer e a readequação das estruturas estatais a uma lógica a que já estavam acostumadas.

Como fora o braço direito do ditador Trujillo, Balaguer pôde dar continuidade ao projeto fundado por seu mentor⁸. O uso da força foi realocado para um espaço narrativo tanto mais tecnocrático quanto mais romântico. Balaguer não se preocupava em atuar uma performance de dominância, no sentido de um poder masculino. Ele era a vítima de suas vítimas. Era uma relação esquizoide que fabricou traumas, tragédias e mortos sob um véu de docilidade (retornarei a esse ponto). Trujillo, por sua vez, não demonstrava passividade ou reatividade nesses casos. Era o varão da nação, segundo Lauren Derby (2009).

8 Em minha pesquisa de doutorado, concordo com a análise de Christian Krohn-Hansen sobre esse período conhecido na República Dominicana como “trujillismo sem Trujillo” (KROHN-HANSEN, 2009, p. 2). Apesar de o livro em que escreve sobre essas ligações ter argumentos próximos aos meus, objeto que sua abordagem de uma localidade mais próxima à fronteira sudoeste com o Haiti demandaria questões que fogem ao escopo deste texto. As realidades descritas nesta reflexão pertencem ao contexto da capital, um contexto, portanto, mais urbano.

Na entrevista concedida à Tirso Medrano, El Men, já com 91 anos, pouco tempo antes de seu falecimento, procurou evitar o rancor. Ressaltou o respeito, o reconhecimento de seus inimigos e até de alguns carcereiros entre as muitas histórias contadas. Apesar das entrevistas, dos livros e das comemorações em seu nome, parece que sua trajetória de lutas terminou por ocultar as violências sofridas por seu filho Jorgito.

Em uma matéria publicada no periódico *Acento* de 14 de abril de 2016, que acompanha a foto exposta abaixo, a história de Don Jorge é apresentada a partir do mesmo título dos jornais da época de sua primeira prisão: “O anjinho negro: o menino que foi preso político nos doze anos de Balaguer” (RAMOS, 2016, on-line, tradução nossa). O texto escrito pelo historiador Alejandro Paulino Ramos oferece um exemplo dos efeitos de ocultamento que as ações de Jorgito sofreram. Apesar de falar sobre ele, o texto traz El Men como o grande sujeito de toda a trama de acontecimentos. Para complementar as informações, o historiador se baseou numa entrevista feita pelo Departamento de História Oral do *Archivo General de la Nación* (AGN) em 2015.

Figura 1. El Men numa entrevista, alguns anos antes de seu falecimento



Fonte: site *Acento* (2016).

A ausência de Jorge Puello filho, o sujeito do tema da matéria, seja na ausência de imagens, seja na falta de indicações a respeito de sua vida contemporânea, opera como a consolidação de seu lugar na página de um arquivo ausente. Trouillot comenta que “presenças e ausências corporificadas nas fontes (artefatos e corpos que transformam o evento em um fato) ou arquivos (fatos coletados, tematizados e processados como documentos e monumentos)

não são neutros nem naturais" (TROUILLOT, 1995, p. 48, tradução nossa). O silêncio como processo "ativo e transitivo"⁹, nesse caso, cala sobre a trajetória posterior à primeira prisão de Don Jorge.

A única foto contemporânea da matéria é a de El Men, já com idade avançada. Dirijo minha atenção à voz de Don Jorge a seguir, para compreender as formações do silenciamento em sua experiência.

EL ANGELITO NEGRO

A conversa que tivemos ocorreu depois que voltei ao Brasil. O contato foi facilitado pelo vizinho de Don Jorge (o venezuelano Jesús, que emprestou seu celular para a nossa conversa). Através de uma ligação, ele respondeu durante mais ou menos duas horas a algumas provocações e perguntas. Pedi, de início, que me contasse sobre seu pai e a relação com a militância que herdou dele. Não demorou muito para que contasse alguns de seus sonhos, as lutas que enfrentou e as mudanças de perspectiva que vivenciou a partir do exílio. O enredo de sua narrativa sobre si parece ter sido organizado intencionalmente em três momentos: no primeiro, se envolve com as atividades revolucionárias; no segundo, expande suas visões de mundo, movido pela experiência do exílio; no último, vive a melancolia dos últimos anos de volta à terra natal.

Na introdução, mencionei que, nascido em 1951, um Don Jorge pré-adolescente já participava com seu pai das movimentações políticas que seguiram à morte do ditador Trujillo. Quando estourou a revolução, quis continuar ativo, mas seu pai não permitiu, mesmo que fosse para buscar armas ou ajudar a roubá-las de membros do Estado dominicano. Por isso, quando o conflito aberto de 1965 cessou, Jorgito se envolveu de maneira mais direta com os movimentos estudantis e a organização de células do MPD nas escolas públicas.

Ele descobriu, porém, que suas atividades vinham sendo monitoradas. Em 1967, seu

⁹ Trouillot estabelece quatro momentos em que os silêncios operam na produção histórica: na criação do fato (elaboração de fontes); na composição do fato (elaboração de arquivos); na recuperação dos fatos (elaboração de narrativas); e na significância retroativa, a elaboração da história em última instância (TROUILLOT, 1995, p. 61). Ele chega a essas sínteses depois de propor uma teoria da narrativa histórica que compreenda processo e narrativa. Nos materiais produzidos com Jorgito, o filho, há tanto os momentos de elaboração das fontes como sua significância retroativa. Ou seja, não pude acompanhar diretamente a elaboração dos arquivos nem a recuperação dos fatos em narrativas.

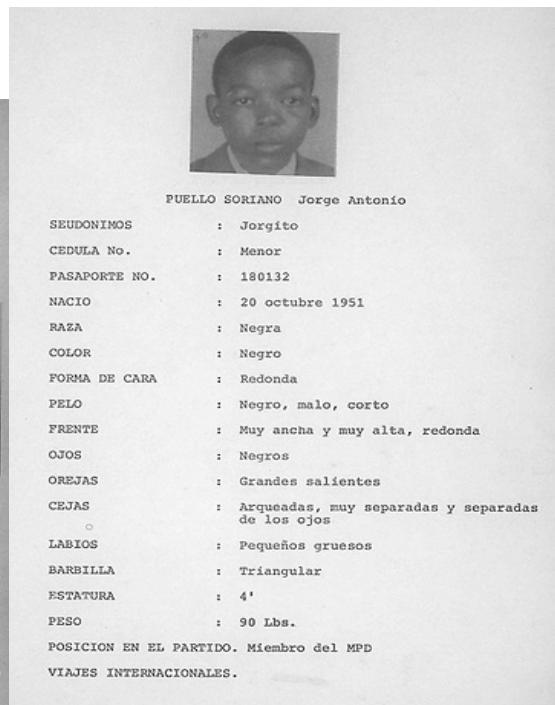
pai decide tirá-lo do país, para que continuasse seus estudos em Cuba. Eles organizaram em segredo uma viagem rumo à França, de onde tomariam o voo para Cuba. No entanto, quando arrumavam as malas para partir, um espião da inteligência do governo os seguiu e alertou as autoridades. Don Jorge foi retirado de dentro do avião com outros dois revolucionários adultos, companheiros de seu pai. Sua mãe, que desconhecia os planos, descobriu pela rádio que o filho fora preso.

Em sua bagagem havia documentos sobre a esquerda dominicana, a ser entregues a membros de organizações socialistas e comunistas europeias. Foram utilizados por Balaguer para denunciar o MPD e outras organizações de ferir a soberania nacional. Em fevereiro de 1967, o então presidente fez uma declaração em que acusava os membros do partido de aliciarem jovens como o “*Angelito Negro*”. Ao me contar da repercussão nacional de sua prisão, Don Jorge explica que foi um acontecimento *apoteótico* em sua vida. Para ele, Balaguer, com sua habilidade de comunicador e intelectual, se utilizou do eufemismo “*angelito*” para expressar o que na verdade queria dizer: “*diablito*” (diabinho)¹⁰. A pretensão de suavizar as acusações voltadas ao menino foi bem-sucedida – o que preocupava eram os “comunistas maus”, aliciadores de crianças; nesse meio, o presidente autoritário seria a vítima.

Essa história é recuperada no texto de Alejandro Paulino Ramos. Aliás, consolida-se nessa recuperação um certo congelamento da primeira prisão de Don Jorge no conjunto de eventos dessa época, um confortável lugar no passado que parece não incomodar o presente. Diferentemente da imagem trazida acima, do velho revolucionário El Men ativo, mesmo cego, Jorgito parece ter se tornado um tema do passado. Algo do uso dessas imagens parece reiterar aquilo que os próprios apelidos indicam: El Men, “o cara” ou “o homem” ainda passível de representação; por outro lado, Jorgito, um pequeno anjo negro quando foi preso, surge como um quadro do passado, irrelevante para o presente. Do mesmo modo, os opositores da atuação de cada um deles indicam tipos distintos de disposição corporal: El Men contra Trujillo (uma disputa masculinizada, de varões); e Jorgito contra Balaguer (ambos menos vigorosos que seus antecessores, supostas “vítimas do comunismo” na época do embate).

10 Na conversa, ele mencionou outras situações em que sua habilidade com as palavras mobilizou justificativas para o uso da força para manter a ordem: a morte de Francisco Caamaño em 1973, também nas montanhas, reunindo guerrilheiros para derrubar o regime, quando o ditador disse que “não havia prisão grande o suficiente para recebê-lo”; e o assassinato do líder estudantil universitário Orlando Martinez, cujos artigos jornalísticos “não o deixavam trabalhar”.

Figuras 2 e 3 – Capa do jornal *El Nacional* após a primeira libertação de Jorgito (1967); ficha da detenção de Jorge Puello (2016)



Fonte: site *Acento* (2016).

A imprensa da época se surpreendeu com a capacidade do pequeno Jorgito de mobilizar conceitos marxistas como a dialética para justificar seu envolvimento nas atividades do MPD. No mesmo ano, Jorge Puello voltou a ser preso e passou a ser torturado “por até 4 horas, com golpes na cabeça”, como me disse. Dos 15 aos 18 anos, foi preso diversas vezes, e na maioria das vezes quem o torturava era o chefe do serviço secreto. Esses detalhes, ausentes da matéria do site *Acento*, reiteram a continuidade da violência dos anos de Trujillo no período Balaguer – uma violência especialmente direcionada a corpos negros.

À medida que as detenções ocorriam, como Don Jorge também me descreveu, maior era sua ligação com as discussões da esquerda dominicana naquele período. Para ele, o principal intelectual operário que se produziu dentro das estruturas do MPD foi Maximiliano Gómez El Moreno, “*obrero, negro y muy humilde*”, conforme me descreveu. As ideias de El Moreno, que defendiam a nacionalização das problemáticas marxistas para o contexto dominicano, foram a maior inspiração de Jorge em seus anos de formação. Após a morte de Che Guevara em 1967, a tática dos focos revolucionários já não bastava, segundo o pensador. Era necessário forjar alianças estratégicas com outros setores para derrubar o ditador, ultrapassando as querelas entre

maoístas e leninistas. Sua tese era de que o país vivia em um “subdesenvolvimento econômico híbrido”, formado pelo capitalismo desenvolvido, o protocapitalismo e o semifeudalismo. As críticas ao que El Moreno chamou de colonialismo ideológico da esquerda dominicana chegaram à “alma e ao coração”, me disse Jorge Puello. Inspirado por essas ideias, ele continuou trabalhando para o MPD, ao longo da segunda metade da década de 1960, organizando a *Unión de Estudiantes Revolucionários* (UER).

Em 1969, esteve encarcerado na famosa La Victoria, prisão criada por Trujillo onde também estava El Moreno. Nessa ocasião, os membros do partido sabiam que a prisão do líder era uma estratégia do regime balaguerista para matá-lo. Em resposta, sequestraram o embaixador estadunidense Joseph Crowley, demandando que os membros do partido presos fossem enviados a Cuba. Antes que as negociações terminassem, Jorge conseguiu um *habeas corpus*.

Uma vez fora da cadeia, ele tentou articular um grupo paramilitar. Seu pai, que estava no interior, mobilizando e organizando grupos sindicais no norte do país, onde se produz tabaco, mandou buscar Jorge, para que se escondesse por um tempo fora da capital. O início dos anos 1970 foi marcado por uma escalada da violência do regime de Balaguer, e a resposta de seus opositores também mudou de tom. Em 1973, com a morte de Caamaño, houve muitas divisões no MPD. Em sua última prisão, nesse mesmo ano, Don Jorge foi deportado para a França. Um novo horizonte de expectativas começara a se desenhar a partir dessa mudança em sua trajetória.

Meu interlocutor foi para a França com três ou quatro companheiros. Como o partido estava mais organizado na Itália, eles foram para lá depois de três meses. Como delegado, ele participava da estrutura internacional do partido e enviava informes para o MPD na República Dominicana. Ele não detalhou sua saída dos quadros do partido. Somente explicou que já não via mais sentido na militância longe do país e que havia passado muitos anos discutindo as mesmas ideias.

Nessa época, se vinculou à contracultura italiana e acompanhou a chegada das ideias do guru Osho no país, sem se engajar na organização destes movimentos. Envolveu-se com expressões artísticas como o teatro e a música. Andava sempre com um bongô, o que o levou a ser convidado para participar de um grupo de salsa, a convite do equatoriano Juan Lopez, que conheceu numa festa. No grupo, cantava e dançava. Juntos fizeram apresentações em diversos lugares da Itália e da Europa. Com a popularidade, também conseguiu trabalhos como professor de salsa. Disse-me que, por ser negro, chamavam-no para muitos trabalhos – para além desses, se sustentava como cozinheiro, lavador de carros, professor de espanhol e atendente de livraria. Entre essas diversas atuações, chegou a aparecer na televisão na época em que vivia na região

de Milão.

No início dos anos 1980, foi da Itália para o México e se apaixonou pelo país e sua cultura indígena. Foi quando, conforme me disse, o “bichinho da viagem” o picou. Foi para Guatemala, onde conheceu argentinos com os quais montou um grupo musical. Com eles foi até Honduras; de lá, partiu sozinho para a Nicarágua, descendo até o Panamá, passando pela Costa Rica. Do Panamá, voltou brevemente para a República Dominicana, em 1981, nessa época governada por António Guzmán Fernandez, do Partido Revolucionário Dominicano (PRD), primeiro partido de Juan Bosch. Foi o primeiro governo eleito depois do domínio de Balaguer, que saiu como se os 12 anos no poder tivessem sido legítimos. Naquele momento, a economia dominicana já estava completamente comprometida com o capital de empresas multinacionais. A tentativa balaguerista de fortalecer a burguesia industrial nacional – que o sociólogo Wilfredo Lozano (2018) chamou de “reformismo dependente” – terminou por vincular forças econômicas estrangeiras à burguesia financeira.

Como muitos dominicanos nesse período, Don Jorge foi a Nova Iorque, após conseguir o visto que lhe havia sido negado enquanto estava no México. Ao passar o final de 1981 nos Estados Unidos, desistiu de morar lá por causa do frio. Em 1982, voltou ao México, onde morou por três anos, quando lhe saiu a “veia de compositor e pintor”. Em 1985, voltou a seu país de origem e lá permaneceu até março de 1987. Joaquín Balaguer havia retornado ao poder após o desastroso governo de Salvador Jorge Blanco (que sucedeu a Guzmán e era do PRD). Nesse período culminaram os efeitos das políticas urbanas iniciadas no final dos anos 1960, com crise econômica e de abastecimento nas grandes cidades dominicanas. De 23 a 26 de abril de 1984, uma revolta tomou conta da população da periferia da cidade de Santo Domingo, no que talvez tenha sido a maior manifestação de insatisfação política das últimas décadas do século XX no país.

Um amigo porto-riquenho de Jorge Puello o convidou para tocar em Toulouse, na França. Como a passagem estava paga, decidiu ir. Não foi uma boa viagem, no entanto. De lá ele foi para a Espanha, voltou a Itália e se estabeleceu por um tempo na ilha de Sardenha. Trabalhou como músico e professor de dança. Tentou voltar ao México em 1991, mas só pôde visitar o país por alguns meses, por não conseguir o visto de permanência. Retornou à República Dominicana no mesmo ano, passando antes pela Europa. Ficou lá até novembro de 1992, quando um amigo conseguiu o contato para a residência no México. Porém, conforme me disse, “já não era a mesma coisa”. Com a crise da produção da tequila e o levante zapatista em 1994, o clima do país estava muito tensionado. Dessa vez, voltou para ficar 23 anos na terra de seu pai.

Quando lhe perguntei em que situação havia conhecido Tirso (o presidente da Fusha),

me respondeu que o conheceu provavelmente em 1985. Foi durante algum evento promovido por ONGs, como o *Octubre Mulato* (outubro mulato). O presidente da fundação era então somente um poeta e participava dos eventos como declamador. Conheceu-o, pois, “coincidiam em lugares”. Demoraram alguns anos até que se aproximassem e compartilhassem o interesse comum nos eventos da revolução de 1965.

Em nossa conversa, a volta à República Dominicana souu como um momento menor. Dentre as tantas coisas extraordinárias que haviam acontecido à Jorge Puello, aquela parecia a menos interessante. Voltou ao país ainda governado pelo homem que causou seu exílio, Joaquín Balaguer, cego, já com 90 anos (ironicamente, situação similar à de seu pai nessa idade, anos depois). A passagem dos anos 1990 para a década de 2000 só é mencionada por Don Jorge como o momento em que buscou o Estado dominicano para conseguir apoio para seus projetos artísticos (enviou currículo e propostas). Foi estranho voltar como um desconhecido a um país que começara a sentir os efeitos das reformas neoliberais e seus ajustes estruturais, impostos pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Parecia que já não havia mais lugar para os sonhos de uma sociedade mais justa.

A relação com Tirso se fortaleceu de 2015 em diante, conforme me explicou. Isso coincidiu com a criação da fundação, com as buscas por ex-combatentes da revolução e a entrevista com El Men. Mas, diferentemente dos órgãos estatais de produção de arquivos como o AGN, Tirso projetou a possibilidade de reparações e financiamentos do governo para o projeto da fundação. Don Jorge, apesar de não ter lutado nas linhas de frente da revolução, recebeu um certificado de Herói, como tantos outros combatentes. Desse modo, o presidente da Fusha operou uma importante extensão dos significados da Revolução de Abril de 1965.

Se a vida de Jorge Puello, tomada como um ato sacrificial em nome da criação de condições de vida mais justas no país, podia ser compreendida como a trajetória de um herói, então o próprio sentido da revolução se estendera. Mas outras permanências também ficam mais aparentes. O que se passa de um ano ao outro (de 1965 a 1966), não é a instauração de um novo regime. O Estado dominicano teve sua lógica autoritária suspensa por alguns meses em 1963. Com Balaguer, o argumento foi mantido para o uso da violência: a preocupação com a manutenção da ordem e do progresso. A articulação com a oligarquia, tática para evitar golpes de Estado, foi restabelecida, e os setores da burguesia e do exército foram fundamentais para a manutenção de Balaguer no poder (LOZANO, 2018).

O que foi alterado no estado de espírito daqueles que sofreram com o fim da revolução foi a necessidade de continuar a luta através de articulações e movimentos organizados. Assim, parece que a extensão operada por Tirso com o trabalho da Fusha ata laços que pareciam

desfeitos, os elos entre a revolução e a luta para derrubar o regime autoritário de Balaguer. E ele faz isso quando dá espaço a Jorge Puello para contar sua história e ser visto como herói (já conhecido, porém esquecido).

A socióloga Laura Faxas (2007) desenvolveu uma análise conjuntural desse contexto, considerando as linhas de permanências dos anos 1960 aos anos 1990. Para ela (FAXAS, 2007, p. 159), a derrocada da revolta popular de 1984 significou a morte do que chamou de “mito populista” dominicano. O retorno de Balaguer em 1986 o manteve no poder até 1996. Para tanto, foi necessário fraudar as eleições de 1990, quando José Francisco Peña Gómez, candidato do PRD (o mesmo que fez o chamamento via rádio para a revolução), era considerado o favorito. Nessas eleições, também era candidato Juan Bosch, pelo partido que criou em 1973, o *Partido de la Liberación Dominicana* (PLD), que fez eco às acusações da fraude de Balaguer.

Era um momento em que as organizações da sociedade civil estavam mais bem organizadas e menos suscetíveis aos arroubos autoritários, situação também causada pela perda de força organizativa dos setores militares e da fraca articulação com a classe política. O PLD, que teve quadros de centro-esquerda durante sua formação, herdou, num primeiro momento, a desconfiança de Bosch do imperialismo norte-americano. No pleito de 1994, Peña Gomez quase foi eleito. Balaguer venceu pela terceira vez seguida, o que gerou uma enorme crise política, cuja resposta foi um acordo que estabeleceu a necessidade de uma reforma eleitoral e um mandato de dois anos (para o candidato supostamente eleito). As eleições de 1996 foram as primeiras que tiveram segundo turno e não incluíram o direito à reeleição. Peña Gomez concorreu no segundo turno contra o candidato do PLD, o jovem intelectual Leonel Fernandez. Ele foi eleito com a articulação e o apoio de Balaguer, que iniciou o novo ciclo da economia política dominicana mantendo seu protagonismo: encerrando o período que ele próprio criou, deixou como legado o cinismo clientelista da classe política e o neoliberalismo como modelo econômico¹¹.

Fernandez e o PLD dominaram a vida política institucional nas décadas seguintes, até as eleições de 2021. Seu sucessor nesse período, Danilo Medina, do mesmo partido, foi o responsável pelas celebrações vultosas à memória da revolução no cinquentenário de 2015.

11 Há que se dizer também que esse projeto inclui a manutenção de brancos na cadeira presidencial. Fernandez não é um homem branco, mas os acenos que fez a Washington antes da eleição e o fato de ter um diploma universitário o colocavam num lugar objetivamente branco na sociedade dominicana. Ademais, ganhar de José Francisco Peña Gómez – o único candidato negro dos últimos 50 anos a ter reais chances de vitória – é um ponto relevante. O parentesco haitiano de Peña Gomez foi sempre tomado como sua maior debilidade eleitoral. O sociólogo Franklin Franco observa comparativamente, em entrevista de 1979, que tanto Bosch quanto Balaguer vinham de famílias estrangeiras (FRANCO PICHARDO, 2003, p. 131), portanto ser negro de origem haitiana era um impedimento para Peña Gómez.

Não é preciso repetir que muitos dos ex-combatentes da periferia não foram lembrados.

Na perspectiva de Don Jorge, sua relação com a fundação quando conversamos em 2020 estava “um pouco fria”. Não é surpreendente que as condições que se desenharam nos anos da pandemia tenham afetado de maneira aguda a estrutura da fundação, que já era precária. As atividades dessa organização funcionam através de doações. As reparações mínimas que operam advêm de pequenos gestos como a entrega de cestas de Natal no fim do ano, o pagamento de remédios, a impressão dos certificados de heróis e a divulgação das histórias nas redes sociais. Entre os futuros sonhados do passado, a inconstância que impedia a adaptação a novos lugares e as melancolias da volta ao seu país, esse projeto de reparação¹² também pode frustrar as expectativas do antigo militante do MPD. E, ainda assim, é nas páginas da rede social da fundação que sua imagem circula (ver abaixo) – entre os “relatos de heróis anônimos” da Revolução de Abril de 1965. Essa forma de herói que habita os oxímoros do poeta Tirso Medrano carrega outras versões possíveis do que foi o tempo de Balaguer e de suas silenciosas permanências.

Figura 4. Don Jorge, como membro da fundação, circulando em relato e imagem pelas redes (tanto na página “Fundación”, como na página “Relatos”)



Fonte: Fushá (2020).

¹² Da forma como a comprehendo, a relação da Fushá com o Estado carrega diversos tipos de ambiguidade. É um agrupamento que passou a ser reconhecido pelo Ministério da Cultura como fundação no final de 2021, entrando no orçamento geral da pasta para o ano seguinte. Em 2022, Tirso Medrano tem organizado tertúlias para divulgar as histórias de ex-combatentes, contadas por eles próprios.

SILENCIAMENTOS E A TRANSIÇÃO INACABADA: À GUIA DE CONCLUSÃO

*La libertad como un antiguo espejo
roto en la luz, se multiplica más,
y cada vez que un trozo da un reflejo
el tiempo nuevo le repite al viejo:
Ni un paso atrás.*
Pedro Mir, *Ni un paso atrás* (1995)

Na recuperação da história de Don Jorge por Alejandro Paulino Ramos feita em 2016, o historiador se utiliza do material gravado pelo AGN que faz parte de um projeto de história oral. Durante minha pesquisa em 2019, contatei os pesquisadores que estiveram à frente desse projeto, chamado Vozes de Abril. Apesar de as entrevistas serem bem-feitas e tratarem de questões pertinentes, muitos de seus entrevistados que conheci em campo sentiam que aquele esforço havia sido em vão. Não são arquivos de fácil acesso e não levaram a uma mobilização pelo reconhecimento nem pela reparação das violências sofridas. Terminam, portanto, por contribuir para a manutenção de silêncios.

As histórias de El Men também suscitam questões, quando confrontadas com a trajetória de seu filho no artigo escrito por Ramos. Ele certamente teve seu reconhecimento em vida, ao contrário do que ocorreu com o filho, até ser interpelado pelos membros da Fusha. Parece-me que essas histórias evidenciam a consolidação de um herói, no sentido reservado aos grandes homens da República Dominicana¹³. Ademais, o fato de ser um homem negro fica praticamente em segundo plano nos relatos sobre ele – talvez não chegue a ser um caso tão acintoso de branqueamento como o descrito por Ramírez (2018) a respeito da poetisa dominicana do século XIX, Salomé Ureña. Mas certamente há algo que o diminui da mesma maneira que diminui Maximiliano Gómez – descrito por Jorgito como “negro, operário e humilde” – diante de outros nomes como Caamaño e Bosch (ambos brancos). É como se fossem personagens coadjuvantes da luta contra o autoritarismo de Balaguer nos anos 1970.

Diante desse quadro mais amplo de silenciamento, vale a pena retornar à questão das

13 Nesse aspecto, a reflexão de Dixa Ramírez (2018) oferece uma análise da lógica dos “grandes homens” na República Dominicana no terceiro capítulo do livro *Colonial phantoms*, especialmente a dos homens brancos, como Bosch e Caamaño. Não me parece uma coincidência ela ter focado, entre outras coisas, no monumento *Faro a Colón*, em homenagem a Cristóvão Colombo, que fez parte das grandes obras do projeto urbano-cultural de Balaguer.

torturas sofridas por Don Jorge em sua adolescência. Sua capacidade de enunciá-las, ainda que sem detalhes, é enquadrada por motivações maiores que seu próprio corpo negro (SARTI, 2019) como parte da luta pelo socialismo. Se sua prisão tivesse ocorrido secretamente ou se não tivesse deixado nenhum registro, a posição de desamparo em que ele se encontra hoje talvez fosse concebível. No entanto, suas primeiras detenções foram noticiadas em cadeia nacional. Com o passaporte dele em mãos, Balaguer justificou-se num pronunciamento para todo o país, culpando-o como “futuro arquiteto do comunismo”, de novo se construindo como vítima ou possível alvo. Apesar disso, era Balaguer que atuava como arquiteto do futuro neoliberalismo dominicano, levando consigo o projeto de branqueamento do ditador Rafael Trujillo.

Trabalhei com mais detalhe a passagem para o período do PLD no poder em outra discussão (CASTILLO DE MACEDO, 2021b), em que expus como Balaguer encerra o governo de 12 anos procurando estimular a substituição de importações. Esse movimento leva ao fortalecimento das grandes multinacionais no território dominicano. Quando volta em 1986, eleito por um conchavo de setores do catolicismo internacional, convida para ocuparem pastas de seu governo diversos nomes da contrarrevolução de 1965 (Donald Reid Cabral e os militares António Imbert e Elías Wessin y Wessin). Independentemente da permanência dos mesmos homens brancos no poder – Joaquín Balaguer fica no cargo até 1996 –, a década de 2000 consolida a privatização da previdência social e o estabelecimento da capitalização individual como regra para a aposentadoria. A derrota revolucionária de 1965 parece ter sido a primeira de uma série distribuída na segunda metade do século XX. Essas derrotas culminam na ausência de reparação e assistência social para ex-combatentes idosos.

Ao longo do artigo, procurei apresentar fragmentos das vidas de El Men e Jorgito como fontes de reflexão sobre processos de silenciamento como ausência de transição política no caso dominicano. Partindo de um sobrevoo por acontecimentos daquilo que se comprehende como história dominicana, procurei localizar os leitores. Um aspecto comum a diversas experiências de outros países caribenhos e latino-americanos é a interferência de forças estrangeiras, coloniais ou imperialistas em assuntos nacionais. O golpe brasileiro de 1964, por exemplo, também está relacionado ao medo americano de uma “nova Cuba” – depois, é o Exército brasileiro que auxilia a invasão estadunidense na República Dominicana.

As especificidades se desenham nas personagens e nos efeitos que têm na vida dos diferentes estratos da população. Assumi os perigos do reducionismo em minha descrição para ressaltar o caráter violento que permanece no cotidiano dominicano entre um ditador e outro, de Trujillo a Balaguer. Busquei destacar especialmente como duas gerações de uma família, pai e filho, são submetidas ao mesmo tipo de violência, embora em diferentes graus, ao longo das

transformações institucionais que afetaram o país num curto espaço de tempo. Em contrapartida, ambos são construídos nas narrativas da fundação como heróis, apesar dos itinerários distintos.

A relação entre eles, trazida pela leitura de Don Jorge, não deixa de ter seus conflitos, apesar do engajamento político em comum – El Men evitou que Jorgito se radicalizasse e pegasse em armas e desde sua juventude articulou planos para tirá-lo do país. A própria condição de nosso contato, no âmbito da fundação, talvez não lhe permitisse falar mais sobre suas discordâncias com o pai. Afinal, ele era um herói da revolução.

Exceto pelas evidentes características específicas aos heroísmos revolucionários, este texto poderia ter descrito histórias de um pai e um filho colombianos, brasileiros ou haitianos. A sensação de que a democracia idealizada não se concretizará é constante para as populações negras dos países latino-americanos e caribenhos. Talvez palavras como “silenciamento”, a que o haitiano Trouillot (1995) deu tanta ênfase em sua obra mais conhecida – possam compor novas gramáticas e práticas de pesquisa para pensar “transições políticas” periféricas.

*

Meu convívio com Jorge Puello segue através de nossas redes sociais. Vi-o passar por momentos difíceis durante o primeiro ano da pandemia de Covid-19 em 2020. No entanto, parece que no segundo ano, após as primeiras doses das vacinas distribuídas na República Dominicana, o filho do grande El Men se reinventou. Numa postagem do dia 4 de abril de 2021, em uma de suas redes, uma foto o mostrava conduzindo, segundo a descrição, uma aula de dança e consciência rítmica para um grupo de crianças do bairro periférico de Villa Mella. Ao longo do ano, outras fotos dessas novas danças foram aparecendo. Por enquanto, parece que seus passos encontraram novos ritmos e outras formas para seguir resistindo.

REFERÊNCIAS

1. ACEVEDO, Anthony Stevens. **The Santo Domingo slave revolt of 1521 and the Slave Laws of 1522**: black slavery and black resistance in the early colonial Americas. New York: CUNY Dominican Studies Institute – Research Monograph, 2019.

2. AHMED, Sara. The politics of bad feeling. **Australian Critical Race and Whiteness Studies Association Journal**, Melbourne, v. 1, p. 72-85, 2005.
3. ALVAREZ, Julia. **No tempo das borboletas**. São Paulo: Editora Rocco, 2001.
4. BONILLA, Yarimar; BECKETT, Greg; FERNANDO, Mayanthi. Overture. Trouillot Remixed. In: **Trouillot remixed**. The Michel-Rolph Trouillot reader. Durham: Duke University Press, 2021. p. 14-49.
5. CARUSO, Raimundo. **A invasão brasileira de 1965 e a guerra de Santo Domingo**. São Paulo: Ícone, 1988.
6. CASTILLO DE MACEDO, Victor Miguel. **As multiplicidades dos Héroes de Abril: tempos, historicidades e modos de fazer ex-combatentes da Revolução de 1965 na República Dominicana**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021a.
7. CASTILLO DE MACEDO, Victor Miguel. Dom e reparação no capitalismo tardio da República Dominicana. In: 45º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduações em Ciências Sociais. **Anais** [...]. On-line, ANPOCS, 2021b. p.1-25.
8. CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe**: postcolonial thought and historical difference. New Jersey: Princeton University Press, 2000.
9. DAS, Veena. **Critical events**: An anthropological perspective on contemporary India. Dehli: Oxford University, 1995.
10. DERBY, Lauren (Robin). **The dictator's seduction**: Politics and popular imagination in the era of Trujillo. Durham: Duke University Press, 2009.
11. ELLER, Anne. **We dream together**: Dominican independence, Haiti and the fight for Caribbean freedom. Durham: Duke University Press, 2016.
12. FAXAS, Laura. **El mito roto: sistema político y movimiento popular en la República Dominicana 1961-1990**. México D.F.: Siglo XXI: Fundación Global Democracia y Desarrollo: Flacso República Dominicana, 2007.
13. FICO, Carlos. **O grande irmão**: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
14. FRANCO PICHARDO, Franklin. **Sobre racismo y antihaitianismo (y otros ensayos)**. Sociedad Editorial Dominicana: Santo Domingo, 2003.
15. HOFFNUNG-GARSKOF, Jesse. **Historia de dos ciudades**. Santo Domingo y Nueva York después de 1950. Santo Domingo: Academia Dominicana de la Historia, 2013.
16. KROHN-HANSEN, Christian. Construction of Dominican State power and symbolisms

of violence. **Ethnos: Journal of Anthropology**, v. 62, n. 3/4, p. 49-78, 1997.

17. KROHN-HANSEN, Christian. **Political authoritarianism in the Dominican Republic**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

18. LOZANO, Wilfredo. El Gobierno de los Doce Años: 1966-1978. Entre el autoritarismo y la reforma conservadora. In: **Historia General del Pueblo Dominicano**. Santo Domingo: Academia de la Historia Dominicana, 2018. t. 6. p. 187-276.

19. MEDRANO, Tirso. Relato de Jorge Puello Soriano (El Men). Santo Domingo, 18 de maio de 2016. **Fundacion de solidaridad com los heroes de abril 1965**. (Página do Facebook). Disponível em: <https://bit.ly/3PtXEqD>. Acesso em: 28 de mai. 2019.

20. MINTZ, Sidney. Encontrando Tasso, me descobrindo. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 45-59, 1984.

21. RAMÍREZ, Dixa. **Colonial phantoms**. Belonging and refusal in the Dominican Americas, from the 19th Century to the Present. New York: New York University Press, 2018.

22. RAMOS, Alejandro Paulino. El Angelito Negro: el niño que fue preso político en los doce años de Balaguer. **Acento**, Santo Domingo, 12 de abril de 2016. Disponível em: <https://acento.com.do/politica/angelito-negro-nino-fue-preso-politico-los-doce-anos-balaguer-8339402.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

23. SARTI, Cynthia. Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, 2019. p. 505-529.

24. SCOTT, David. **Conscripts of modernity**. The tragedy of colonial enlightenment. Durham: Duke University Press, 2004.

25. SCOTT, David. **Omens of adversity**. Tragedy, time, memory, justice. Durham: Duke University Press, 2014.

26. SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

27. SZULC, Tad. **Diario de la Guerra de Abril**. Santo Domingo: Academia de la Historia, 2015.

28. TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the past**: power and the production of history. Boston: Beacon Press, 1995.

29. TROUILLOT, Michel-Rolph. North Atlantic fictions: global transformations, 1492-1945. In: **Global transformations: Anthropology and the modern world**. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p.29-47.

30. TROUILLOT, Michel-Rolph. Abortive rituals: Historical apologies in the global era. In: BONILLA, Yarimar; BECKETT, Greg; FERNANDO, Mayanthi (eds.). **Trouillot**

remixed. The Michel-Rolph Trouillot reader. Durham: Duke University Press, 2021. p.386-406.

31. VERAS, Ramon Antonio. **De la calle a los estrados por justicia y libertad.** Santo Domingo: Archivo General de la Nación, 2008.

Victor Miguel Castillo de Macedo

Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador de Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6923-0734>. E-mail: victormcmacedo2@gmail.com

ARTIGOS

Expressões de reciprocidades em hortas urbanas familiares e comunitárias do sudoeste de Bogotá, Colômbia

Expressions of reciprocity in familiar and community urban gardens in southwest Bogotá, Colombia

Michael Cruz Roa

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Valdir Frigo Denardin

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

Mayra Taiza Sulzbach

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil

RESUMO

A reciprocidade, princípio econômico orientado à manutenção de vínculos sociais, é objetivo de investigação nesta pesquisa, a partir de agricultores(as) urbanos(as) de hortas familiares e comunitárias na periferia do sudoeste de Bogotá – Colômbia. A cidade tem vivido um processo de urbanização intensificado desde metade do século XX pela migração de agricultores e vítimas do conflito armado do país. Em Bogotá, a agricultura urbana (AU), expressa em hortas urbanas, vem estabelecendo vínculos sociais, observados por meio da metodologia da história oral. Em entrevistas com 20 participantes de seis hortas familiares e seis comunitárias, acompanhadas de observação participante, coletaram-se relatos sobre os cultivos e a reciprocidade, analisados por conteúdo na modalidade temática. Entre os achados destacam-se a ajuda mútua, a transmissão de saberes, a guarda de sementes, a repartição dos cultivos e a recuperação socioambiental de espaços urbanos como expressões de reciprocidade pela AU.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Territorialidade, Reciprocidade, Migração rural-urbana.

Recebido em 15 de janeiro de 2021.

Avaliador A: 02 de fevereiro de 2021.

Avaliador B: 14 de fevereiro de 2021.

Aceito em 19 de março de 2021.

ABSTRACT

Reciprocity, an economic principle that seeks to maintain social bonds, is the objective of this research, which worked with farmers in family and community urban gardens in the southwestern periphery of Bogotá. The city has experienced an intensified urbanization process since the middle of the 20th century by the migration of farmers and victims of the Colombia's armed conflict. In Bogotá, urban agriculture (AU), and its expression in urban gardens, has restored social bonds, as identified with the oral history methodology. The interviews were made with 20 farmers from six family and six community urban gardens, and accompanied by participant observation. With these ones were possible to collect stories about the crops and reciprocity, analyzed by content in thematic modality. Among the findings were identified as presence of reciprocity in the AU the mutual aid, the transmission of knowledge, the rescue of seeds, the sharing of collections and the socio-environmental recovery.

Keywords: Urban agriculture, Territoriality, Reciprocity, Rural-urban migration.

INTRODUÇÃO

A urbanização, como processo dinamizador das cidades, trouxe vários desafios para os países em desenvolvimento, referindo-se à qualidade e condições de vida humana (MENDONÇA, 2004). Entre esses estão: a ocupação das chamadas cidades informais em paralelo às cidades formais com alta concentração de população; a provisão de alimentos para os habitantes; e o uso de recursos naturais. Desafios esses presentes no crescimento acelerado de Bogotá, capital da Colômbia, que exibe no seu histórico de gestão da cidade a falta de respostas (TORRES, 2009).

Na cidade vivem 7.412.566 habitantes, o que corresponde a 15,3% da população da Colômbia, que em 2018 era de 48.258.494 (DANE, 2018). Bogotá fica no centro do país, sobre a cordilheira Oriental – uma divisão da dos Andes –, e ocupa 163.635 hectares (ha) de extensão, dos quais 23,2% são classificados como urbano, 74,9% rural e os 1,9% restantes para a expansão de projetos urbanísticos (SDP, 2020).

Apesar da pequena proporção da área urbana, 99,7% da população mora nessa (DANE, 2018), em decorrência de diferentes momentos de migração da população rural do país. O primeiro data da década de 1920, quando as pessoas eram atraídas a Bogotá pelo emprego na

indústria (ARIAS, 2017). Naquele período seu ambiente urbano era descrito como carente de higienização, mas com uma forma de vida inovadora, diferente da do campo (ARIAS, 2017).

Entre 1946-1958, período da história da Colômbia conhecido como *La Violencia* (CABALLERO, 2016), a migração massiva de colombianos(as) de outras regiões trouxe mudanças aceleradas à urbanização da cidade, ampliando rapidamente os seus limites territoriais. A população do meio rural deslocava-se à procura de segurança, devido ao conflito entre membros dos partidos hegemônicos: o Conservador e o Liberal, levando cidadãos a confrontos armados (*ibid.*).

Para pacificar o conflito, representantes dos dois partidos hegemônicos realizaram um acordo de divisão do poder, alternando entre eles os períodos de governo a cada quatro anos. O processo ficou conhecido como Frente Nacional e ocorreu entre 1958 e 1974, descrito como um pacto oligárquico que deixou de fora a participação política de grupos comunistas e outros de extrema esquerda, que depois formaram e participaram das guerrilhas (ARIAS, 2017).

Em resposta à luta armada guerrilheira, surgiram grupos de milícias armadas – grupos paramilitares –, que defendiam os interesses das elites econômicas do país e também procuravam acabar com qualquer manifestação do comunismo na Colômbia (GMH, 2015).

No contexto do conflito armado, as pessoas foram expulsas do meio rural e migraram para diferentes cidades do país. Em Bogotá, os períodos de ocupação mais intensos ocorreram nas décadas de 1940 (período de *La Violencia*), 1960 (surgimento das guerrilhas) e 1990 (intensificação do paramilitarismo e o narcotráfico) (TORRES, 2009).

A população migrante ocupou principalmente as regiões Sudeste, Sudoeste, Noroeste e a borda dos *Cerros Orientales* – uma cadeia de montanhas que faz parte da cordilheira Oriental –, gerando bairros informais (não reconhecidos pelo governo) nas margens da cidade, consideradas periferias urbanas (TORRES, 2009). Os bairros informais surgiram em áreas não adequadas, porque os solos apresentam risco de deslizamentos ou de enchentes, por ficarem à beira de rios. Pela falta de planejamento urbano, ficaram desprovidos de parques, vias para o transporte público, entre outros serviços para garantirem qualidade de vida (TORRES, 2009).

Essas situações foram vivenciadas em três distritos que ficam na região sudoeste de Bogotá: Tunjuelito, Ciudad Bolívar e Bosa, mas cada um desses com processos de ocupação do território específicos: Tunjuelito era uma fazenda que ficava ao lado do rio do mesmo nome. O terreno era de Pedro Nel Uribe e foi adquirida por Jorge Zamora, que o desmembrou em lotes menores num processo de urbanização, em 1947 (SDP, 2009). Os primeiros moradores foram artesãos dedicados à exploração das pedreiras locais, de baixa e média renda. Em 1972 foi reconhecido como distrito nº 6 de Bogotá (SDP, 2009) e em 2018 estimavam-se 164.952

habitantes (SDP, 2020).

Ciudad Bolívar tem relevo montanhoso e sua extensão é de 12.999 hectares (ha) – 3.391 ha urbano e 9.608 ha rural – (SDP, 2009a). Sua ocupação foi registrada em duas etapas: nos anos 1940, deveu-se à população que migrou do meio rural e instalou-se nas partes baixas e meias das montanhas, criando bairros informais (SDP, 2009a). A segunda foi depois de 1980, quando a população ocupou as zonas mais altas do relevo. Ciudad Bolívar foi declarado distrito nº 19 de Bogotá em 1983 (*ibid.*). Em 2018 era habitado por 584.655 pessoas (SDP, 2020).

Bosa, por sua vez, era um povoado de comunidade indígena Muisca, dedicado ao cultivo e à pecuária nas proximidades do rio Bogotá (limite oeste), até a chegada dos espanhóis, quando os indígenas foram submetidos a uma nova organização política, social e econômica (SDP, 2009b). Bosa foi nomeado distrito nº 7 de Bogotá em 1972. Em 2018 habitavam 669.878 pessoas (SDP, 2020).

Nesses distritos, as dinâmicas humanas estão relacionadas à agricultura urbana (AU), segundo Rodríguez (2017), dado que essa é caracterizada como prática agrícola localizada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) de uma cidade, na qual: “[se] semeia, [se] processa e [se] distribui uma diversidade de alimentos e produtos não-alimentares, (re)usando amplamente recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados na área urbana e retribuindo-os amplamente nela” (SMIT; RATTA; NASR, 1996, p. 3, tradução nossa).

Para Mougeot (2000), a prática da AU ao menor tamanho e mais dispersa que nas áreas rurais é uma adaptação de agricultores(as) urbanos(as), permitindo-lhes a “integração ao sistema econômico e ecológico urbano (ecossistema urbano)” (*ibid.* p. 10). Os agricultores(as) urbanos(as), assim, suplementam a provisão de alimentos para residentes das cidades, que é garantida pela agricultura periurbana (AUP) e pela rural (AR) (SMIT; RATTA; NASR, 1996; MOUGEOT, 2000).

O cultivo urbano pode ser feito em zonas moles (jardins ou quintais) ou em zonas duras (terraços ou pátios), segundo o *Jardín Botánico de Bogotá José Celestino Mutis* (JBB, 2010), entidade que promove a AU na cidade. Sem importar o tipo de zona, utiliza:

O potencial local como a força de trabalho, a área disponível, a água da chuva, os resíduos sólidos, articulando conhecimentos técnicos e saberes tradicionais, com o fim de promover a sustentabilidade ambiental e gerar produtos alimentícios limpos para autoconsumo ou comercialização, fortalecendo o tecido social. (JBB, 2010, p. 8, tradução nossa).

Com tais características, a AU parece estar pautada em relações de reciprocidade. Nesse sentido, o objetivo do artigo é relatar as expressões de reciprocidade observadas em seis hortas familiares e seis comunitárias do sudoeste de Bogotá.

PRINCÍPIO DE RECIPROCIDADE

A teoria da reciprocidade tem bases na Antropologia, na qual corresponde “a um ato reflexivo entre sujeitos, a uma relação intersubjetiva, e não somente a uma simples permuta de bens ou de objetos” (SABOURIN, 2011, p. 21). Na Sociologia, ela é “o fundamento das relações sociais”, “uma norma social universal” a ser seguida (*ibid*, p. 21). Sabourin (2011) e Temple (2003), baseados em Mauss (2001 [1950]), se propõem a compreender a reciprocidade a partir da dádiva, que para Mauss era o princípio estruturante das sociedades humanas.

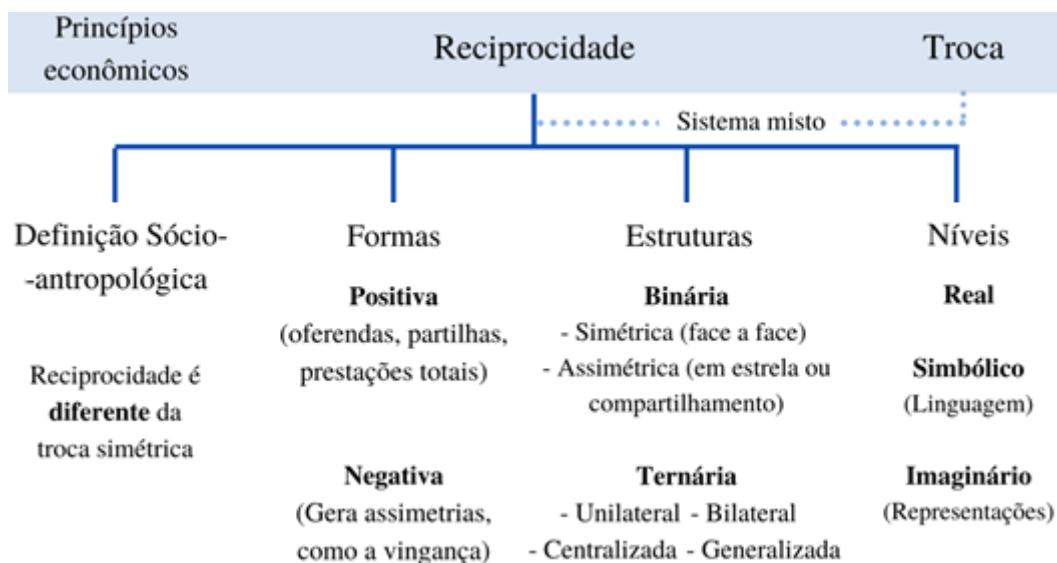
A dádiva exige o reconhecimento desinteressado do outro. Segundo Temple (2003, p. 22, tradução nossa), Mauss estabeleceu “a distinção entre intercâmbio comercial, interessado, e o sistema de dádiva, baseado na nobreza e na honra [...] o desinteresse do doador é condição de seu prestígio”. Temple (2003) explica que a dádiva sempre volta, ou seja, é recíproca e circula sob a lógica de um motor que Mauss (2001 [1950]) nomeou de *mana* – termo polinésio. Para Temple (2003, p. 135), a devolutiva da dádiva corresponde a um laço espiritual da coisa dada: “o prestígio não corresponde ao ego do doador, mas ao ser ao qual ele aspira”. Segundo Temple (1997 *apud* SABOURIN, 2011, p. 43), na relação de reciprocidade é produzido um sentimento “que se transforma em valor espiritual ou ético: amizade, confiança, justiça, responsabilidade”.

Considerando Temple (2003), Sabourin (2011) elenca quatro componentes da teoria da reciprocidade. O primeiro é sua definição socioantropológica, que difere reciprocidade, podendo ser assimétrica, da troca de objetos, que busca ser simétrica (SABOURIN, 2011). O segundo são as formas da reciprocidade: positiva (oferendas) ou negativa (vingança). O terceiro tem a ver com as estruturas das relações de reciprocidade (SABOURIN, 2011), que Temple (2009) as classifica em dois grupos: binária e ternária.

O grupo da reciprocidade binária (dividido) em dois: o cara a cara (frente a frente) e a partilha. Por ternária, entende-se uma relação na qual você atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo, você está sujeito à ação de um outro parceiro. A cadeia é contínua e se fecha numa rede ou num círculo. Pode ser linear, ou quando um só parceiro serve de intermediário para todos os outros, em forma de estrela. (TEMPLE, 2009, p. 3).

Sabourin (2011) argumenta que a reciprocidade nem sempre é simétrica como acontece na estrutura ternária, que traz um terceiro incluído. Como último componente da teoria da reciprocidade estão os níveis em que esta se sustenta: “o real, o simbólico (a linguagem) e o imaginário (as representações)” (SABOURIN, 2011, p. 23). Os quatro componentes estão sintetizados na Figura 1.

Figura 1. Teoria da Reciprocidade



Fonte: Elaboração a partir de Sabourin (2011).

Segundo Sabourin (2011a, p. 36), as expressões de reciprocidade estão presentes nas relações de *ajuda mútua*, na qual “horas e dias não são contabilizados; a importância da relação humana prevalece sobre o valor da prestação material”; no *compartilhamento de recursos*, que contribui “para produzir sentimentos de pertencimento, mas também de confiança e respeito” (*ibid.*, p. 38); e na *transmissão ou partilha de saberes*, que permite “construir uma força do fazer e de abertura ao outro” (SABOURIN, 2011a, p. 39).

Na qualidade de princípios econômicos, Sabourin (2011) argumenta que a reciprocidade e a troca (mercado) podem constituir um sistema misto (Figura 1), já que não existe um único mercado: existem diferentes mercados e nem todos estão orientados à concorrência, ao ganho individual e à propensão para barganhar. Alguns mercados se constituem a partir da preocupação pela subsistência do outro. Uma definição de mercado distinta da de Polanyi (2016), que tem a troca como o princípio da economia de mercado.

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa se constitui numa abordagem qualitativa (MINAYO, 2009, p. 21) ao trabalhar “com o universo dos significados [...] das crenças, dos valores e das atitudes”. Buscou a

compreensão de fatos sociais, pois cada fato tem um sentido concreto (GOLDENBERG, 2004). A pesquisa também se enquadra como estudo de caso, já que permite abordar um fenômeno contemporâneo no seu contexto real (YIN, 2005).

O estudo de caso apoiou-se no método da história oral, dado que “cada indivíduo é uma síntese individualizada e ativa de uma sociedade, uma reapropriação singular do universo social e histórico que o envolve” (GOLDENBERG, 2004, p 36). Por meio da narração de histórias, os indivíduos dão sentido a suas experiências e revelam significados de suas vidas e de suas comunidades (GIBBS, 2012). A história oral, como método, valida o testemunho oral como fonte, seja por seu valor informativo ou simbólico, para abordar o tempo presente, incluindo elementos da subjetividade, das emoções e do cotidiano (FERREIRA; AMADO, 2006). Para tal, fez-se uso da entrevista focada, que, mesmo sendo uma conversação espontânea, segue um “conjunto de perguntas que se originam do protocolo de estudo de caso” (ANGROSINO, 2009, p. 118).

Apoiou-se também na etnografia, que permite descrever um grupo humano, “suas instituições, seus comportamentos, interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p. 31). Da etnografia, foi utilizada a observação participante, na qual o pesquisador assume “uma variedade de papéis [...] e pode participar dos eventos que estão sendo estudados” (YIN, 2005, p. 121). O registro das observações foi feita por meio do diário de campo. Para Triviños (1987), as anotações de campo, de natureza descritiva, auxiliam o pesquisador a melhor descrever o ambiente sociocultural, econômico e ambiental vivenciado pelos entrevistados.

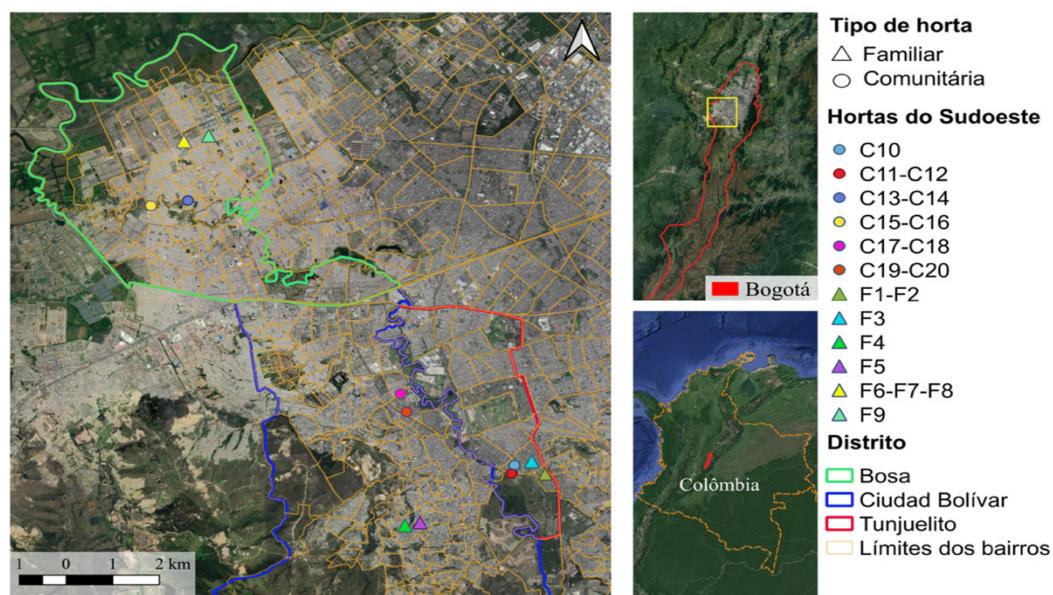
A amostragem partiu do Registro de Visitas Técnicas da *Oficina de Agricultura Urbana del Jardín Botánico de Bogotá* (doravante JBB), instituição que promove a agricultura urbana na cidade. Entre janeiro e agosto de 2019, o documento informava que os funcionários do JBB haviam apoiado com capacitações e insumos para plantio 447 hortas, classificadas como escolar (114), institucional (102), comunitária (131) e familiar (100). Os registros desses contemplavam os 19 distritos urbanos da cidade.

A triagem para a seleção dos locais e sujeitos que contribuiriam com a pesquisa foi definida a partir de critérios operacionais (YIN, 2005). Em ordem de atendimento, foram: hortas urbanas que fossem familiar ou comunitária, que por pressuposto sua organização social era autogestionária, ou seja, possível de observar expressões de reciprocidades. Como região da pesquisa, foi escolhido o sudoeste de Bogotá, conformada pelos distritos Ciudad Bolívar, Tunjuelito e Bosa, que recebeu parte significativa da população que migrou do meio rural no século XX (TORRES, 2009). No sudoeste de Bogotá vive 20,5% da população urbana da

cidade (SDP, 2020), principalmente de baixa e média renda, contemplando 17 hortas urbanas familiares e 28 comunitárias mapeadas pelo JBB.

Por amostragem aleatória (MARCONI; LAKATOS, 2006), escolheram-se 12 hortas, quatro em cada distrito, seis são familiares – cujos(as) participantes foram indicados com a letra F – e seis comunitárias – indicados com a letra C – onde ocorreram as observações participantes e foram entrevistados 20 agricultores urbanos – 13 mulheres e sete homens –, indicados com número sequencial. Foram realizadas três entrevistas e três observações participantes em cada horta. O trabalho de campo desenvolveu-se entre dezembro de 2019 e março de 2020, sem ser afetado pela pandemia do Covid-19. A localização das hortas consta no mapa da Figura 2.

Figura 2. Localização da Pesquisa



Fonte: Imagem Google Satellite (2020).

As entrevistas foram gravadas (com autorização) e posteriormente analisadas pelo conteúdo (BARDIN, 1977), na modalidade temática (RIESSMAN, 2005). Operacionalmente, os conteúdos das narrações foram agrupados em dois conceitos: agricultura urbana e reciprocidade (expressões que indicassem).

O processo de descrição, análise e interpretação (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998) ocorreu por meio de uma planilha. Primeiro, foram classificados os trechos das entrevistas e dos diários de campo a partir dos dois conceitos. Na sequência, a análise levou em conta para a

agricultura urbana as características do cultivo, a trajetória dos agricultores e a interação desses com os recursos apropriados no ecossistema urbano. Para as expressões de reciprocidade, interpretou-se a partir das formas, estruturas e níveis, conforme classificação de Sabourin (2011).

DESCRIÇÃO DOS ACHADOS

Dos(as) entrevistados(as) abordados(as), 14 migraram do meio rural para Bogotá entre 1980 e 2001, quatro pertenciam à comunidade indígena Muisca do distrito Bosa e dois (C11 e F8) nasceram na cidade, mas seus pais vieram do meio rural (Quadro 1).

Quadro 1. Caracterização dos(as) Entrevistados(as)

Entrevistado(a)	Gênero	Idade	Ocupação	Motivo da migração
F1	Mulher	70 anos	Aposentada	Conflito de terras com a família
F2	Homem	80 anos	Aposentado	
F3	Mulher	64 anos	Cuidados com a família	Estudo
F4	Mulher	74 anos	Aposentada	Violência doméstica
F5	Mulher	70 anos	Liderança ambiental	Estudo
F6	Mulher	57 anos	Cuidados com a família	Emprego
F7	Homem	--	Aposentado	Emprego
F8	Homem	28 anos	Autônomo	Nasceu na cidade
F9	Mulher	49 anos	Autônoma	Violência doméstica
C10	Mulher	47 anos	Liderança ambiental	Emprego
C11	Mulher	66 anos	Aposentada	Violência doméstica
C12	Mulher	46 anos	Autônoma	Nasceu na cidade
C13	Mulher	50 anos	<i>Sabedora</i> indígena	Comunidade indígena
C14	Homem	60 anos	Autônomo	Comunidade indígena
C15	Mulher	55 anos	Cuidados com a família	Comunidade indígena
C16	Mulher	58 anos	Autônoma	Comunidade indígena
C17	Homem	60 anos	Autônomo	Emprego
C18	Homem	88 anos	Aposentado	Emprego

C19	Homem	65 anos	Autônomo	Vítimas do conflito armado
C20	Mulher	65 anos	Cuidados com a família	

Fonte: Elaboração própria (2020).

Com apoio do *Jardín Botánico de Bogotá* (JBB), instalaram as suas hortas, motivados pela recuperação socioambiental de terrenos dos bairros que estavam sendo convertidos em lixões ou eram percebidos como inseguros. Também pela segurança alimentar e a soberania alimentar¹.

Em todas as hortas a produção é orgânica reusa resíduos orgânicos para realizar compostagem, que melhora as condições da terra para o cultivo, bem como evita o uso de agentes patógenos e sustâncias químicas (JBB, 2010).

CONTEXTUALIZANDO AS HORTAS URBANAS FAMILIARES

Seis mulheres e três homens cultivavam nas hortas familiares, que estavam situadas no interior das casas (pátios ou terraços) e em terreno público (uma). Para irrigação, em todas faziam uso de água da chuva e em temporada seca, água da torneira. Em cinco hortas os(as) participantes geravam as sementes nos próprios cultivos e as partilhavam com outros agricultores(as) urbanos(as).

As narrativas dos(as) entrevistados(as) do bairro Tunjuelito (distrito Tunjuelito) variavam tal como a trajetória e acesso aos recursos para o cultivo. A entrevistada F1 (70 anos) e seu esposo F2 (80 anos) nasceram na área rural de Bogotá e migraram para Tunjuelito há 46 anos. Instalaram sua horta no pátio da casa, há 15 anos, com sementes entregues pelo JBB. Os alimentos são para autoconsumo, vende-se o excedente:

Foi um processo lento. Fomos fazendo os canteiros de cultivo e quando o *Jardín Botánico* nos ensinou fazer a compostagem, os ampliamos. Precisávamos adubo porque o solo é de cimento. Também temos galinhas para consumir os ovos em casa, não para os vender. (Entrevistada F1).

No mesmo bairro mora F3, mulher de 64 anos, que nasceu no meio rural e migrou para a Capital aos 13 anos. Começou sua horta em 2007, quando foi convidada pela agricultora

¹ Segurança alimentar é relacionada ao acesso, uso e garantia de alimentos (KORTH *et al.*, 2014). Soberania faz referência à autonomia nos cultivos e à livre circulação de sementes crioulas. (CAMPOS, 2015)

comunitária C10 para uma das capacitações sobre agricultura urbana oferecida pelo JBB. Na época da entrevista, cultivava hortaliças, frutas e legumes orgânicos em recipientes plásticos ou de metal, para autoconsumo.

No bairro El Regalo (distrito Bosa), na borda do sudoeste da cidade, próximo ao rio Bogotá – um dos mais poluídos do país –, moram a entrevistada F6, seu esposo F7, vindos da área rural para a Capital, e seu filho F8. Chegaram em 1980, quando a área ainda era rural. Desde 2008, cultivam hortaliças e tubérculos orgânicos para autoconsumo e plantas decorativas para vender. Sobre o cultivo, o entrevistado F8 comentou:

Sempre tivemos plantas, mas desde que o meu pai se aposentou pensamos a horta como um projeto para ocupar o seu tempo livre. Uma parte é de hortaliças para nossa alimentação e na produção reusamos resíduos orgânicos da casa, assim deixamos de produzir lixo.

A uma rua deles mora F9 (49 anos), líder ambiental da rede de agricultoras urbanas de El Regalo. Ela nasceu no departamento Santander (nordeste da Colômbia) e migrou para Bogotá aos 14 anos. Há 32 anos chegou em El Regalo e há 25 anos criou sua horta orgânica para autoconsumo. Processa algumas plantas para fazer shampoo e pomadas que são vendidos. Com a rede de agricultoras participa de um banco de mudas que fica em sua casa e de um banco de sementes crioulas que fica na casa de uma vizinha. Assim partilham mudas e sementes com outras agricultoras urbanas:

O banco nasceu para evitar o consumo de alimentos transgênicos, assim produzimos os nossos, orgânicos. Eudócea (vizinha) rotula as sementes que colhe, as guarda em potes e depois as distribuímos. Eu tenho o banco de mudas, com 2.000 dessas, que distribuímos mensalmente. (Entrevistada F9)

Em um dos morros do distrito Ciudad Bolívar fica o bairro *Nueva Colombia*, com escassas áreas verdes e com aglomerações subnormais. Pelo bairro passa o riacho *Limas (brazo derecho)*, afetado pelo depósito de lixo. Neste bairro mora a agricultora urbana F4 (74 anos), que nasceu no departamento Tolima (centro-oeste da Colômbia) e em 1984 migrou para Bogotá. Em 1990 chegou ao bairro (nessa época irregular) e em 2010 criou a sua horta no pátio da casa, onde a vizinhança jogava lixo. O cultivo orgânico é para autoconsumo e quando tem excedentes os vende.

Próximo da sua casa, à beira do riacho *Limas (brazo derecho)*, está a horta de F5 (70 anos). Ela nasceu no departamento Boyacá (centro da Colômbia) e migrou para Bogotá aos 10 anos. Em 1980 chegou a *Nueva Colombia* e em 2006 instalou a horta num espaço público com autorização da *Empresa de Acueducto de Bogotá*, para recuperá-lo ambientalmente, pois era

usado como depósito “ilegal” de lixo. Para a instalação recebeu terra (composto), sementes e capacitações do JBB e depois gerou as suas próprias, assim como mudas que compartilha com outros(as) agricultores(as) urbanos(as). O cultivo é para autoconsumo, o excedente é vendido à vizinhança para manter a horta. Recebe resíduos orgânicos da vizinhança para seu minhocultivo.

Figura 3. Hortas de F1 (Tunjuelito), F6 (Bosa) e F5 (Ciudad Bolívar)



Fonte: Acervo pessoal (2020).

CONTEXTUALIZANDO AS HORTAS URBANAS COMUNITÁRIAS

Das seis hortas comunitárias participaram nas entrevistas oito mulheres e três homens. Quatro dos terrenos nos que cultivam são públicos (dois no distrito Ciudad Bolívar e dois em Tunjuelito). Nestes os(as) entrevistados(as) instalaram as hortas após negociações com instituições do governo da cidade como: *Empresa de Acueducto de Bogotá*, *Defensoría del Espacio Público*, entre outras. Os outros dois terrenos são propriedade das entrevistadas C13 e C15 (distrito Bosa), localizados às margens do rio Tunjuelito – com alta carga de poluição –, onde cultiva a comunidade indígena Muisca. Nestas duas hortas, a água para irrigação é da torneira, enquanto nas outras quatro hortas dependem da água da chuva, e só em temporada de seca usam a água da torneira.

As duas hortas comunitárias do distrito Tunjuelito são mantidas pelo grupo de agricultoras “Jardineando Ando”: uma no bairro 14 de Mayo, que fica do lado do riacho Chigüaza; e a outra no bairro Tunjuelito, ao lado do salão comunitário. Os dois espaços eram terrenos abandonados, onde a vizinhança jogava lixo e eram percebidos como locais de roubos. O grupo “Jardineando

Ando” organizou-se para cultivar hortaliças e tubérculos orgânicos, que são distribuídos entre as agricultoras participantes em quantidades iguais.

O Grupo é liderado por C10 (mulher de 47 anos), que nasceu no departamento Nariño (sul da Colômbia) e chegou a Bogotá em 1997. Desde 2005 é líder ambiental e comunitária em Tunjuelito, promovendo a partilha de sementes, mudas e saberes:

Em cada horta que visito eu peço sementes e trago para as nossas hortas. As agricultoras as doam, porque sabem que eu trago essas sementes para as multiplicar. Até me chamam quando têm mudas a mais. Também, quando recebo sementes do *Jardín Botânico*, as levo para as escolas onde cultivamos. (Entrevistada C10).

Também participam do Grupo C11 (66 anos), que migrou do departamento Tolima à Capital aos 17 anos, e C12 (46 anos), nascida em Bogotá e filha de agricultores que migraram a Bogotá. Como participantes de “Jardineando Ando” apoiam outras hortas no distrito e outras agricultoras de Bogotá na recuperação de terrenos abandonados, partilhando saberes e técnicas de cultivo, como descreve a entrevistada C12:

Eu destaco o aprendizado obtido. Um dia estávamos transplantando umas mudas e uma senhora pegou uma, a cortou e a cuspiu. Eu perguntei para ela por que fazia isso e ela respondeu que assim a planta crescia melhor. Eu fiquei surpresa. Imagino que isso ela aprendeu de alguém e assim ela o ensina. As suas plantas crescem, sim.

As duas hortas comunitárias de Ciudad Bolívar ficam na parte baixa do distrito. Uma delas é cultivada pela *Asociación de Agricultores de Guatiquía* (Asograng), no bairro Guatiquía, criada em 2006 por um grupo de vizinhos para recuperar um terreno público que ficava sob torres de energia. Era utilizado como depósito de lixo e referenciado como inseguro. Esse terreno foi transformado numa sala de aula ambiental. A produção orgânica é distribuída entre os oito associados(as) para consumo, mas para manter a horta vendem o excedente, principalmente de quinoa e amaranto.

Em Asograng, participou da entrevista o presidente da horta, C17 (60 anos), que migrou do departamento Boyacá para Bogotá por emprego, e referiu-se à importância da horta para resolução de problemas de vizinhança:

Os vizinhos têm a horta como um espaço que os ajuda a solucionar problemas. Se têm móveis velhos, os trazem para nós ou se têm madeira, a usamos para fazer uma cerca. Às vezes fazemos um almoço comunitário ou uma chicha², que compartilhamos com eles. Quando há muita produção, vêm e nos compram a colheita ou compram adubo (composto) para seus jardins. (Entrevistado C17).

2 Bebida tradicional à base de milho.

A horta comunitária “Sembrando con esfuerzo”, no bairro Arborizadora Baja (Ciudad Bolívar), fica junto a um prédio construído pelo governo da cidade para a população vítima do conflito armado. A horta foi criada em 2018 num local onde ocorriam furtos e consumo de substâncias psicoativas. A terra (composto) para plantar foi trazida por gestão da comunidade (ajuda mútua) e as sementes foram doadas por entidades, como a *Secretaría Distrital de Cultura*, a *Alta Consejería para las Víctimas de Bogotá* e o JBB. C19 e C20 (os dois com 65 anos), entrevistados na horta “Sembrando con esfuerzo”, são um casal que foi deslocado do departamento de Santander (nordeste da Colômbia) para Bogotá em 2001, em decorrência do conflito armado. Eles foram nomeados administradores da horta, em contrapartida mantêm o espaço verde para seus vizinhos. As coletas são para o autoconsumo e o pouco que excede é vendido para a vizinhança.

No distrito Bosa, situa-se a horta da Entrevistada C13 (50 anos), uma das oito *sabedoras*³ do *Cabildo Indígena Muisca*. Em 2017, C13 dispôs seu terreno, ao lado do rio Tunjuelito – classificado como de alto risco, por ameaça de enchente –, para o cultivo comunitário. A partir da horta, C13 procura resgatar práticas ancestrais da comunidade Muisca, que não dispõe de terrenos próprios para semear. Para a instalação da horta, uma parte da terra (composto) foi doada pelo JBB e outra adquirida por C13. As primeiras sementes também foram doadas pelo JBB, depois foram coletadas do cultivo ou conseguidas por intercâmbio com agricultores(as) indígenas. A comunidade semeia seguindo o calendário Muisca:

De 1º de janeiro ao 1º de fevereiro se limpa e se aduba a terra. Dia 2 de fevereiro a comunidade se reúne, compartilha alimento e o *Cabildo* abençoa as sementes, assim essas ficam prontas. A gente espera para semear essas sementes no dia 21 de março, que é ano novo Muisca. Até o 1º de dezembro vai se coletando e a partir desse dia a terra entra em descanso: esse período é chamado por nós como o tempo sem tempo. (Entrevistada C13).

C15 (55 anos), da comunidade indígena Muisca, nasceu em Bosa. Sua horta, instalada em 2018 com a ajuda de sua cunhada, C16 (58 anos), fica no bairro San Bernardino, ao lado do rio Tunjuelito. Do cultivo participam nove famílias indígenas, inclusive crianças, facilitando a transmissão de saberes entre os(as) agricultores(as) e deles(as) aos seus filhos. A coleta é partilhada, mas a maior parte é vendida para a manutenção da horta.

³ Os(as) oito *sabedores(as)* conservam e transmitem os saberes ancestrais da comunidade Muisca de Bosa. Se reúnem no *Cusmuy*, “que é o centro dos saberes, a nossa casa ancestral”. (Entrevistada C13).

Figura 4. Hortas comunitárias C13 (Bosa), C10 (Tunjuelito) e C17 (Ciudad Bolívar)



Fonte: Acervo pessoal (2020).

AGRICULTURA URBANA E A RECIPROCIDADE

As principais características da agricultura urbana (AU) apresentadas por Mougeot (2000) dialogam com a reciprocidade: o uso de recursos locais, a interação de quem desenvolve a prática e esses recursos, e a retribuição ao ecossistema urbano.

Sobre o uso dos recursos para o fortalecimento do tecido social, o *Jardín Botánico de Bogotá* (JBB, 2010) especifica que esses devem ser locais (força de trabalho, técnicas e saberes tradicionais) ou naturais (água chuva, terra etc.). Nas hortas urbanas, os(as) entrevistados(as) fazem uso dos recursos locais e naturais do ecossistema urbano, eles são auxiliados pelo JBB.

Nas seis hortas familiares, a terra (composto) que proporcionou seu início foi fornecida pelo JBB e, em alguns casos, complementada pelos(as) entrevistados(as). Em todas, a compostagem é feita com os resíduos de alimentos vindos das famílias dos entrevistados, mas em quatro delas (F4, F5, F1-F2 e F6-F7-F8) também vêm da vizinhança:

Nós recebemos os resíduos orgânicos de duas vizinhas. Para elas e para o meio ambiente é positivo, porque esses resíduos não vão para a lixeira. Esses são usados para a nossa compostagem e assim se deixa de produzir tanto lixo. Além disso coletamos cascas de ovos, que colocamos na terra para ela não ficar compacta. (Entrevistada F1)

Nas seis hortas comunitárias, o JBB também forneceu terra (composto) para seu início, dado que no ambiente urbano o acesso é restrito. Pela extensão dessas, maiores que as hortas familiares, os(as) entrevistados(as) tiveram que comprar mais. Para adubação, as hortas comunitárias usam a compostagem de resíduos orgânicos da vizinhança. Nas duas hortas

comunitárias de Tunjuelito também utilizavam a compostagem de restos de vegetais coletados no mercado de hortifrúti e de cinzas de churrasqueiras obtidas nos restaurantes do bairro. Na horta que participam C17 e C18, foram instalados baldes nos acessos do terreno para que a vizinhança pudesse depositar os resíduos de vegetais para o uso no minhocultivo.

A prática dos agricultores urbanos, segundo Mougeot (2000), tem se demostrado uma forma conveniente de “administrar espaços abertos, reduzir o descarte e o tratamento dos resíduos urbanos, gerar renda suplementar e proporcionar emprego direto ou não [...]” (p. 25, tradução nossa). Essa situação foi evidenciada nas hortas urbanas pesquisadas no sudoeste de Bogotá, como também já havia sido evidenciada por Vargas e Ruiz (2015), que demostraram como a articulação dos habitantes permitiu a recuperação ambiental de terrenos para cultivar nos morros do sul de Bogotá.

Também dialoga com pesquisas feitas no Brasil, como a desenvolvida por Abreu (2013) que descreveu a gestão comunitária de resíduos orgânicos na cidade de Florianópolis para produção de composto, conhecida como Revolução dos Baldinhos, articulando 200 famílias e nove escolas do bairro Monte Cristo.

Smit, Ratta e Nasr (1996) argumentam que os produtos dos(as) agricultores(as) urbanos(as) retribuem ao local onde foi desenvolvida a AU, dado que utilizam recursos materiais e imateriais do local. A coleta de sementes e sua partilha entre as hortas urbanas é uma forma de retribuição, como acontece em cinco das seis hortas familiares, e nas seis hortas comunitárias. As hortas comunitárias que participam C13-C14 e C17-C18 vão além, resgatam sementes crioulas: milho de cores, na primeira e quinoa, na segunda.

Vale destacar que, tanto nas hortas familiares quanto nas comunitárias, os(as) entrevistados(as) cultivam para garantir a segurança alimentar – disponibilidade, acesso e uso dos alimentos – conforme Korth *et al.* (2014), ou ainda, a soberania alimentar, ao promoverem a coleta e a livre circulação de sementes, gerando autonomia aos cultivos (CAMPOS, 2015), como relatou a entrevistada C13:

O nosso papel como produtor de orgânicos é que a semente não seja comprada, mas sim obtida por intercâmbios. Quando a gente começa a semear, a primeira semente se pode comprar, mas as seguintes devem ser coletadas. Não é possível ficar comprando elas. O que acontece, por exemplo, com as multinacionais: nos vendem as sementes, mas elas ficam condicionadas à compra de pacotes de químicos para crescerem. Como produtores orgânicos temos essa missão: resgatar as sementes.

Os(as) entrevistados(as), com apoio do JBB, ao criarem as hortas urbanas, se transformam em agricultores(as) urbanos(as) e promovem reciprocidades: usar recursos locais, promover interação entre os que desenvolvem a prática e os recursos, para retribuir ao ecossistema urbano.

EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADE NAS HORTAS FAMILIARES

Polanyi (2016, p. 117), que também discute reciprocidade e troca como princípios econômicos, apresenta outro princípio: o da administração doméstica. A administração doméstica (autarquia) se fundamenta em “produzir e armazenar tendo em vista a satisfação das necessidades dos membros do grupo”. Este é um princípio identificado nas hortas familiares, dado que a colheita de alimentos orgânicos é compartilhada com filhos e netos, colaborando igualmente para a manutenção das relações familiares. Observou-se que as partilhas não eram quantificadas pelos(as) agricultores(as) urbanos(as), importante era a partilha nas reuniões familiares:

Quando meus filhos me visitam, eu cozinho com a colheita da horta. Por exemplo, eu pego frutas e faço os sucos que eles gostam. (Entrevistada F1)
 Meus filhos ficavam contentes quando eu lhes levava colheita da horta. Ao meu filho que não mora mais comigo, eu levei coentro, alface, espinafre... Ele percebia que eu estava semeando alimentos saudáveis. (Entrevistada F4)

A autarquia é um princípio econômico que dialoga com o da reciprocidade, caracterizado pelo compartilhamento das coletas com a vizinhança, ação que Sabourin (2011) classificaria como: expressão de estrutura binária e de forma positiva (partilha) da reciprocidade, conforme relato da Entrevistada F3:

Às vezes eu dou parte da colheita para meu filho e a sua família, ou levo para uma amiga minha. Ela tem uma neta que gosta de comer batata com salsinha, então eu dou para ela quanto tenho bastante. Ela os recebe porque a produção é limpa, sem químicos.

Outra expressão da reciprocidade observada nas seis hortas familiares foi a partilha de mudas e de sementes entre os(as) agricultores(as) urbanos(as). Sabourin (2011, p. 53) a classificaria como binária, pois ela “dá lugar ao sentimento de participação e, eventualmente, de confiança”. Os(as) entrevistados(as) confiam que as mudas e sementes que recebem são orgânicas, baseados na trajetória dos outros agricultores urbanos.

O último intercâmbio que fiz foi num evento do *Jardín Botânico* onde nos convidaram como comunidade indígena; aí levaram vários outros agricultores da cidade. Eu levei sementes de acelga e as intercambiei por sementes de milho, cenoura e ervilha. A gente as traz e as reproduz para voltar a intercambiar. A semente que se intercambia deve ser da nova colheita, para que seja orgânica, ou seja, limpa. (Entrevistada C13).

A reciprocidade também é expressa em cinco hortas familiares por meio da coleta de resíduos (vegetais) dos vizinhos para a compostagem. Esses resíduos ajudam a manutenção das hortas, por gerar obrigação moral para a retribuição com os produtos derivados desta. Essa prática (dar-receber-retribuir) é uma dádiva, que segundo Temple (2003) aciona valores, tal como laços espirituais.

A doação dos resíduos orgânicos pelos vizinhos pode ser interpretada como reciprocidade de estrutura binária simétrica (face a face) que não leva “a nenhuma forma de dominação e, portanto, não aparece em nenhuma relação de poder” (TEMPLE, 2009, p. 5). Esta atitude fortalece os vínculos com a vizinhança, promove a interação e o diálogo, e produz “a consciência do sentimento de amizade” (SABOURIN, 2011, p. 53). O relato da Entrevistada F5 demonstra a interação:

Eu faço compostagem com os resíduos orgânicos que as vizinhas do bairro me trazem, porque sabem que eu preciso para o minhocultivo. Elas também me pedem ajuda para transplantar árvores no bairro ou, se a comunidade precisar mudas, eu doo da minha horta.

A literatura relata a existência de reciprocidade ternária, que é a “relação na qual você atua sobre um parceiro e, ao mesmo tempo, você está sujeito à ação de um outro parceiro” (TEMPLE, 2009, p. 3). Essa expressão foi identificada na pesquisa por meio da doação de alimentos para vizinhos (F3 e F4) ou de árvores e mudas para começar novas hortas (F5 e F9), atitude que gera reciprocidade ambiental:

Eu cultivei alho-poró e não acredito na quantidade que colhi. Então eu fui para Bosa, onde mora a minha irmã, e levei para ela. Peguei um pouco para mim e o restante dei para uma vizinha. (Entrevistada F4)

Se eu posso apoiar outras hortas com mudas, eu as doo. O único que peço é uma carta na qual a pessoa indica que eu doe, para deixar no meu arquivo. A minha intenção é que as hortas continuem crescendo e, tomara, se tornem autossuficientes, para a comunidade se beneficiar de alimentos orgânicos. Também para as plantas melhorarem o ambiente. (Entrevistada F5).

As reciprocidades, segundo Sabourin (2011), não se limitam às doações de bens ou materiais, elas podem ser imateriais, tal como a transmissão de saberes, uma expressão de reciprocidade ternária unilateral, tal como a que ocorre de geração em geração. Nas hortas dos(as) agricultores(as) urbanos(as) F5, F9 e F6-F7-F8, a transmissão de saberes se faz por meio da educação ambiental com alunos das escolas dos respectivos bairros, para replicar iniciativas ambientais que tragam benefícios ecossistêmicos. No caso das agricultoras urbanas F3 e F4, a transmissão de saberes é feita na família, para suas netas.

Como se observou em cinco das seis hortas familiares, a produção é para autoconsumo dos(as) agricultores(as), mas quando há excedente esse é doado ou vendido. Estas ocorrências demonstram que as hortas urbanas baseiam-se em sistemas mistos, quer dizer, coexistem três princípios econômicos: o da autarquia, o da reciprocidade e o da troca. Sabourin (2011a), ao observar a reciprocidade que permeia algumas trocas argumenta que podem coexistir seja de forma antagônica ou complementar. No caso das hortas abordadas, identificou-se que ocorre de forma complementar.

EXPRESSÕES DE RECIPROCIDADE NAS HORTAS COMUNITÁRIAS

O princípio de autarquia (autossuficiência) também se manifesta nas hortas comunitárias e dialoga com o princípio da reciprocidade. No distrito Tunjuelito, as hortas são destinadas exclusivamente para o autoconsumo, mas expressam reciprocidade positiva, enquanto “tende a estabelecer um laço social [...] uma inclusão do outro” (SABOURIN, 2011, p. 49):

Nós consumimos o que colhemos. Por exemplo, C10 deu-me acelgas e eu levei para a minha irmã. Ela perguntou onde eu tinha comprado e falei que essas eram boas, porque eram sem químicos. Assim é como fazemos intercâmbios gratuitos entre nós. Se eu precisar de terra para cultivar, eu trago das hortas, porque também tenho uma horta na minha casa. (Entrevistada C11).

Nas hortas de Bosa e Ciudad Bolívar, além do autoconsumo a produção se destina à venda para manter o cultivo das hortas, o que constitui um sistema misto, referenciado por Sabourin (2011a), pela coexistência complementar entre troca e autossuficiência.

A reciprocidade nas hortas comunitárias se manifesta pela distribuição das coletas entre os participantes. Nas duas hortas do distrito Tunjuelito e na horta de C13 de Bosa, a reciprocidade pode ser classificada como ternária bilateral: quem participa do cultivo recebe da colheita. Essa ação produz valores de amizade e de responsabilidade:

A colheita é dividida em partes iguais entre as pessoas que ajudaram. Essa é a retribuição pelo apoio na horta. Se elas precisam terra para cultivar nas suas casas também podem pegar. Procuramos que as mulheres garantam a sua soberania alimentar e levem alimentos para suas famílias. (Entrevistada C10).

Nos casos das hortas onde participam C15 e C16 (Bosa) e C17 e C18 (Ciudad Bolívar), a estrutura é ternária centralizada, dado que C15 e C17 se encarregam da distribuição das coletas:

“Quando tem colheita, os associados recebem uma cesta de alimentos a cada 15 dias ou a cada mês. A gente pergunta para eles o que desejam levar: alface, espinafre [...] O excedente é vendido para a vizinhança” (Entrevistado C17).

A reciprocidade ternária apresenta-se na pesquisa de várias formas, destaca-se a derivada da recuperação de terrenos que estavam sendo afetados com acumulação de lixo, furtos ou uso de drogas, como nas hortas onde participam C10, C11 e C12 (Tunjuelito) e C17, C18, C19 e C20 (Ciudad Bolívar). A AU veio a beneficiar todos os moradores nos seus respectivos bairros – reciprocidade socioambiental:

Eu me dei conta que em Bogotá eu tenho tudo, então as hortas são como um trabalho de retribuição por tudo o que Bogotá tem me dado [...] Tem pessoas que dizem que eu sou boba por ajudar em outras hortas. Boba seria se eu ficasse em casa dormindo, tendo tanto para se fazer. (Entrevistada C10).

Nas hortas de C13 e C15, que emprestam os seus terrenos para que a comunidade indígena os cultive, alguns dos produtos são entregues ao *Cabildo Indígena*, isso gera reciprocidade social, complementada pela ambiental:

É importante, porque a gente cultiva sem químicos, limpo, para o próprio consumo. Elas (agricultoras), quando veem que o alimento está saindo, ficam contentes. Também quando fazermos a assembleia no *Cabildo Indígena*, o milho para fazer a *chicha* (bebida tradicional) ou as *arepas* (pão de milho) vem das hortas comunitárias. (Entrevistada C15).

As reciprocidades simétricas, que decorrem da ajuda mútua e são características de práticas de sociedades rurais (SABOURIN, 2011a), também foram observadas na agricultura urbana, especificamente nas hortas comunitárias pela “partilha dos esforços entre pares” (SABOURIN, 2011, p. 117). Nas hortas de C13 e C15, as famílias indígenas Muiscas participam pelo menos uma vez na semana dos cultivos. Na horta Asograng, onde participam C17 e C18, recebem o apoio voluntário de estudantes de faculdades e da vizinhança no cultivo.

Durante o cultivo, os(as) voluntários(as) doam tempo e recebem saberes sobre práticas agrícolas (valores imateriais) como retribuição dos(as) agricultores(as) urbanos(as), expressando níveis imaginários de reciprocidade, como relata C15: “(O saber) é importante, porque ajuda a não acabar a tradição de semear (na comunidade indígena). Por exemplo, aqui as crianças vêm e ajudam a plantar. Aí explicamos para eles por que e assim eles crescem com a ideia de ter uma porção de terra para cultivar”.

Uma observação comum em quatro hortas familiares e três comunitárias foi a criação de uma reciprocidade, não mencionada pela literatura, a socioambiental, dado que por meio dela

os(as) agricultores(as) urbanos(as) beneficiam demais moradores(as) da cidade, seja reduzindo lixo e resíduos, seja produzindo alimentos sem químicos, entre outros:

Há pessoas que dão importância ao dinheiro, mas nós damos essa importância para a compostagem que fazemos. Por isso, quando pegamos os resíduos e os transformamos (em adubo) fazemos a diferença. (Entrevistada F9)

Eu sinto grande satisfação de contribuir com o meio ambiente e de produzir alimentos, ao procurar alternativas alimentares. Também estamos contribuindo para redução do uso de químicos nos alimentos que comemos. (Entrevistado C17)

As expressões de reciprocidade, decorrentes das hortas urbanas, sejam elas familiares ou comunitárias, são positivas tanto para os agricultores(as) urbanos(as), como para a população dos bairros onde estão inseridos(as). Essas reciprocidades diferem das relações de troca (mercado), na qual o ganho individual impera (POLANYI, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível apreciar que, na prática de AU, por meio das hortas urbanas, se reúnem agricultores(as) urbanos(as) sob o princípio da reciprocidade, esse é expresso pelas relações entre os(as) agricultores(as), entre esses(as) e seus familiares, sua vizinhança e instituições locais.

Diferentes reciprocidades foram observadas, as quais variam do nível real (material), envoltos nos alimentos e nos resíduos orgânicos, ao no nível imaginário (simbólico), envolto nos atos de cultivar, coletar, partilhar e transmitir saberes. As expressões de reciprocidade se mostram positivas, coexistindo de maneira complementar e até subsistindo os demais princípios econômicos observados (autarquia e troca).

As hortas urbanas de Bogotá, investigadas como categoria de AU, iniciaram por motivações dos(as) entrevistados(as) de cultivar para o autoconsumo nas famílias (princípio da autarquia), com apoio do JBB. Porém, no decorrer do tempo, a troca monetária se manifestou em nove das doze hortas, com a venda de parte da colheita para a manutenção dos cultivos. Mesmo considerando explícito o princípio da troca, este se apresenta como complementar, não é o principal objetivo das hortas, como observado em nove das 12 hortas visitadas, evidenciando um sistema misto.

As reciprocidades positivas (dádivas), de estrutura ternária, nas hortas urbanas transbordam do social para o ambiental, do dar-receber-retribuir para além dos envolvidos,

do real ao imaginário. Os(as) agricultores(as) urbanos(as) acreditam estar retribuindo para Bogotá benefícios sociais, inviabilizando roubos e o uso de drogas nos terrenos onde cultivam alimentos, bem como benefícios ambientais, reduzindo lixões por meio de áreas cultivadas sem uso de químicos.

A maior parte dos(as) agricultores(as) urbanos(as) partilha sementes, mudas e saberes, com a intenção de promover mais hortas. Por vezes, recebem mudas e sementes de variedades que não possuíam. Esse processo dar-receber-retribuir demonstra que a reciprocidade fala mais alto que a troca, pois se objetivassem o mercado não partilhariam as sementes, tampouco incentivariam a entrada de um número maior de agricultores(as) urbanos(as).

Nesta prática, contempla-se a ajuda mútua, expressa em dois momentos: no cultivo voluntário das hortas comunitárias e na doação de resíduos orgânicos pela vizinhança para a compostagem. Essas ações promovem o fortalecimento do tecido social, bem como o uso não exacerbado da natureza.

A transmissão de saberes, que é de suma importância para a soberania alimentar, ocorre nas hortas familiares de geração em geração (avós para netos e pais para filhos) e com os(as) vizinhos(as). Nas hortas comunitárias, a transmissão ocorre pela educação ambiental promovida pelos(as) agricultores(as) urbanos(as) para estudantes e vizinhança. Assim como os(as) entrevistados(as) transmitem saberes, eles também receberam saberes no decorrer de sua prática, seja de seus pais e avós no meio rural, ou do *Jardín Botânico de Bogotá*, que os(as) auxiliou na instalação de suas hortas familiares ou comunitárias.

REFERÊNCIAS

1. ABREU, Marcos. **Gestão comunitária de resíduos orgânicos**: o caso do Projeto Revolução dos Baldinhos (PRB), Capital Social e Agricultura Urbana. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107404>. Acesso em: 03 jan. 2021.
2. ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.
3. ARIAS, Ricardo. **Historia de Colombia contemporánea (1920-2010)**. Bogotá: Ministerio de Cultura — Biblioteca Nacional de Colombia, 2017.
4. BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

5. CABALLERO, Antonio. **Historia de Colombia y sus oligarquías (1498-2017)**. Bogotá: Biblioteca Nacional de Colombia, 2016. Disponível em: <https://bibliotecanacional.gov.co/es-co/proyectos-digitales/historia-de-colombia/libro/index.html>. Acesso em: 06 abr. 2019.
6. CAMPOS, Carolina. **Empoderamiento campesino y soberanía alimentaria en Colombia**: la defensa de las semillas y los mercados campesinos. 2015. 59 f. Dissertação (Maestría en Estudios Latinoamericanos) — Universidad de Leiden, Leiden, 2015. Disponível em: <https://studenttheses.universiteitleiden.nl/handle/1887/32054>. Acesso em: 15 set. 2019.
7. DANE (DEPARTAMENTO NACIONAL DE ESTADÍSTICAS). **Censo nacional de población y viviendas 2018**. Bogotá: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://sitios.dane.gov.co/cnpv/#!/>. Acesso em: 22 jul. 2019.
8. FERREIRA, Marieta; AMADO, Janaína (coord.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
9. GIBBS, Graham. **El análisis de datos cualitativos en investigación cualitativa**. Madrid: Ediciones Morata, 2012.
10. GMH (GRUPO DE MEMORIA HISTÓRICA). **¡Basta ya! Colombia: memorias de guerra y dignidad**. Bogotá: Imprenta Nacional, 2013.
11. GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
12. JBB (JARDÍN BOTÁNICO DE BOGOTÁ). **Cartilla de agricultura urbana**. Bogotá: Imprenta Distrital, 2010. Disponível em: http://www.jbb.gov.co/documentos/tecnica/2018/Agricultura_urbana2010.pdf. Acesso em: 27 nov. 2019.
13. KORTH, Marcel *et al.* What are the impacts of urban agriculture programs on food security in low and middle-income countries: a systematic review. **Environmental Evidence**, v. 3, n. 21, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/2047-2382-3-21>. Acesso em: 21 ago. 2019.
14. MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
15. MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001 [1950].
16. MENDONÇA, Fernando. Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba. **Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, Curitiba, PR, v. 1, p. 139-48, jul./dez. 2004.
17. MINAYO, Maria Cecília (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
18. MOUGEOT, Luc. **Urban agriculture**: definition, presence, potentials and risks, and

policy challenges. Ottawa: International Development Research Centre (IDRC), 2000.

19. POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e económicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70, 2016. Ebook. Disponível em: <http://lelivros.love/book/baixar-livro-a-grande-transformacao>. Acesso em: 1 jun. 2019.

20. QUVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc. **Manual de investigação em Ciências Sociais**. 2. ed. Lisboa: Trajectos, 1998.

21. RIESSMAN, Catherine. **Narrative analysis**: narrative, memory & everyday life. Huddersfield: University of Huddersfield, 2005. p. 17. Disponível em: <http://eprints.hud.ac.uk/id/eprint/4920/2/>. Acesso em: 15 maio 2020.

22. RODRÍGUEZ, Diego. **Agricultura urbana en Bogotá**: aporte para el cambio cultural. 2017. 165 f. Dissertação (Maestría en Medio Ambiente y Desarrollo) — Universidad Nacional de Colombia, Bogotá, 2017. Disponível em: <https://docplayer.es/57533565-Agricultura-urbana-en-bogota-aporte-para-el-cambio-cultural-diego-ricardo-rodriguez-pava.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

23. SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações campesinas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011.

24. SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, RS, v. 27, n. 13, p. 24-51, maio/ago. 2011a.

25. SDP (SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN). **Conociendo la localidad de Tunjuelito**: diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP, 2009. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/06%20Localidad%20de%20Tunjuelito.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

26. SDP (SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN). **Conociendo la localidad de ciudad Bolívar**: diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP. 2009a. Disponível em: <http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/documentos/19%20Localidad%20de%20Ciudad%20Bol%C3%ADvar.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

27. SDP (SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN). **Conociendo la localidad de Bosa**: diagnóstico de los aspectos físicos, demográficos y socioeconómicos. Bogotá: SDP, 2009b. Disponível em: <http://sdp.gov.co/sites/files/documentos/Bosa.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

28. SDP (SECRETARÍA DISTRITAL DE PLANEACIÓN). **Proceso de revisión del Plan de Ordenamiento Territorial de Bogotá D.C.** Bogotá: [s.n.], 2020. Disponível em: http://www.sdp.gov.co/sites/default/files/tomo_3._poblacion-mot_pot_2020.pdf. Acesso em: 7 out. 2020.

29. SMIT, Jac; RATTA, Annu; NASR, Joe. **Urban agriculture**: food, jobs and sustainable cities. New York: United Nations Development Program (UNDP), 1996.

30. TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. As origens antropológicas da reciprocidade. **Jornal de Mauss Iberolatinoamericano**, 2009. Disponível em: <http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?>. Acesso em: 27 nov. 2019.

31. TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La reciprocidad y el nacimiento de los valores humanos**. La Paz: Padep, 2003. t. I.

32. TORRES, Carlos. (comp.). **Ciudad informal colombiana**: barrios construidos por la gente. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2009.

33. TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

34. VARGAS, Diana; RUIZ Juan. Resiliencia y organización comunitaria: el caso de la red de huertas en los Altos de la Estancia, en la localidad de Ciudad Bolívar en Bogotá. **Ciudad paz-ando**, Bogotá, v. 8, n. 2, p. 65-85, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.14483/udistrital.jour.cpaz.2015.2.a04>. Acesso em: 20 jun. 2019.

35. YIN, Robert. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

Michael Cruz Roa

Comunicador Social e Jornalista pela Universidad Santo Tomás (2015). Mestre do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná. Especialista em Análise de Políticas Públicas pela Universidad Nacional de Colombia (2018). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6146-9863>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, pesquisa empírica, análise de dados e redação. E-mail: michael.ufpr@gmail.com

Valdir Frigo Denardin

Economista. Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável da Universidade Federal do Paraná, Docente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da mesma instituição. Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8074-6544>. Colaboração: Redação e revisão. E-mail: valdirfd@yahoo.com.br

Mayra Taiza Sulzbach

Docente do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável e no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Doutorado em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (2005). Doutorado sanduíche em Economia das Organizações pelo Centre d'Analyse Théorique des Organisations et des Marchés — Université Paris 1 (Pantheon-Sorbonne) (2004) — e Pós-Doutorado em Sociologia Econômica no Laboratoire Interdisciplinaire de Sociologie Économique junto ao com o Conservatoire National des Arts et Métiers (Paris III) (2016). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5550-5055>. Colaboração: Redação e revisão. E-mail: mayrasulzbach@yahoo.com.br

A gestão da vulnerabilidade social entre moradores de uma ocupação na região central do Rio de Janeiro: entre morar e resistir

The management of social vulnerability among informal residents of an occupation in the central region of Rio de Janeiro: between living and resisting

Michelle Lima Domingues

Departamento de Ciências Humanas, Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior, Universidade Federal Fluminense, Santo Antônio de Pádua, Rio de Janeiro, Brasil

Priscila Tavares dos Santos

Centro Universitário Unifacvest, Lages, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

O artigo tem como objeto de reflexão processos de produção de vulnerabilidade social que se associam à privação de recursos e se vinculam a direitos fundamentais negados historicamente pelo Estado a um grupo de famílias trabalhadoras que, por iniciativa autônoma, ocuparam um prédio nas proximidades da Central do Brasil, região central do Rio de Janeiro. Considerando as informações coligidas a partir de pesquisa etnográfica, destacamos as condições de vulnerabilidade social em que se encontram essas famílias em sua relação de espera e luta pelo direito à moradia do imóvel que ocupam informal e consentidamente desde 2003. Buscamos refletir ainda sobre o agravamento das condições de vulnerabilidade sob as quais vivem as famílias do Predinho pela imposição do isolamento social no contexto da pandemia da Covid-19 e para cujo enfrentamento são articuladas redes de assistência social mediadas por redes de solidariedade entre essas famílias. Destacamos também que neste processo de mediação figuram como articuladoras exemplares algumas moradoras do Predinho.

Palavras-chave: Vulnerabilidade social, Moradia Popular, Redes de Solidariedade, Luta por Direitos, Pandemia da Covid-19.

Recebido em 16 de janeiro de 2021.

Avaliador A: 25 de janeiro de 2021.

Avaliador B: 15 de fevereiro de 2021.

ACEITO em 11 de março de 2021.

ABSTRACT

The article take as object of reflection the understanding of the production processes of deprivation of resources, associated with fundamental rights, managed by the state to a group of working families that, by autonomous initiative, occupied a building in the facilities of Central do Brasil, central region from Rio de Janeiro. Considering the collected information from the ethnographic research, we highlight the conditions of social vulnerability in which these families are in their waiting and fighting relationship for the recognition of the housing's right of the property they have occupied since 2003. We also seek to reflect on the worsening of such conditions of vulnerability due to the imposition of social isolation in the context of the Covid-19 pandemic and for whose confrontation social assistance networks mediated by solidarity networks between these families are articulated. We also point out in this mediation process that some residents of the property called Predinho are exemplary articulators.

Keywords: Social Vulnerability, Popular Housing, Solidarity Networks, Fight for Rights, Covid-19 Pandemic.

INTRODUÇÃO

Neste texto, tomamos como objeto de reflexão processos de produção de vulnerabilidade social que se associam à privação de recursos e se vinculam a direitos fundamentais negados historicamente pelo Estado a um grupo de famílias trabalhadoras que, por iniciativa autônoma, ocuparam um prédio que atendia ao serviço hoteleiro nas proximidades da Central do Brasil. Para efeitos desta análise, referimo-nos ao Estado (THELEN *et al.*, 2014) a partir das representações sociais que os nossos interlocutores mencionaram ao refletirem sobre as condições de demanda por direitos fundamentais (como o de moradia, saúde, educação, assistência social e previdenciária) com base nas relações cotidianas por eles elaboradas para gerirem recursos materiais insuficientes e até mesmo ausentes para a maioria das famílias, muitos dos quais são essenciais a sua sobrevivência.

Considerando as informações coligidas a partir de pesquisa etnográfica desde 2017, destacamos o agravamento da situação de precarização dessas famílias pela imposição da

medida de isolamento social no contexto da pandemia da Covid-19¹, momente a interdição da mobilidade. O caso etnográfico em tela compõe uma das experiências coletivas de luta pela moradia popular incorporadas no projeto de pesquisa intitulado *Helping the Poor Stay Put: Affordable Housing and Non-Peripheralization in Rio de Janeiro, Brazil*, em andamento desde 2016.²

Neste texto, priorizamos analisar as inúmeras situações de sofrimento vividas por essas famílias por meio da exposição ao cenário da pandemia que se somam ao dilema da morosidade do processo de demanda judicial pelo direito à moradia do imóvel que ocupam desde 2003. Almejamos demonstrar que as situações de insegurança e múltiplos processos de vulnerabilização, diariamente administrados por essas famílias, são então redimensionados pela trágica vivência do isolamento social. Só foi possível apreender os fluxos de ações na constituição de redes de solidariedade e de afeto que demonstramos neste texto porque valemos de perspectiva processualista e análise interpretativa para apreensão de dados.

As moradias populares localizadas na região portuária do Rio de Janeiro correspondem a uma forma de resistência ao processo de revitalização e requalificação urbana desta região, em curso desde 2009 – nomeado Projeto Porto Maravilha – e implementado pelo alinhamento político entre as esferas do governo federal e municipal que veio a concretizar a Operação Urbana Consorciada representada pelo Consórcio Porto Novo. Werneck (2016) menciona que o projeto não previu o esvaziamento populacional decorrente das intervenções urbanas, os processos de remoção de famílias de sem teto que ocupavam imóveis ociosos na região e a existência dos cortiços como alternativa habitacional tradicional da região. Além disso, a construção de habitações previstas como contrapartida social ao projeto não se realizou, carecendo de estudo fidedigno às demandas por moradia e à estrutura fundiária nesta área, permanecendo os setores dotados de potencial construtivo reservados aos interesses do mercado.

Os moradores por nós valorizados que resistem a este processo buscam condições relativamente favoráveis de moradia, em condições dignas e sustentáveis, que viabilize o acesso aos serviços urbanos centrais e ao mercado de trabalho. Deste modo, os projetos de moradia que acompanhamos, por intermédio de projeto de pesquisa mencionado, correspondem a modelos

1 Segundo dados do Ministério da Saúde (2020), a pandemia da Covid-19, provocada em decorrência do coronavírus, correspondeu a uma crise de proporções mundiais cujos efeitos mais comumente relatados estão relacionados a infecções respiratórias e intestinais, especialmente em pacientes com comorbidades e idosos.

2 O projeto de pesquisa é coordenado pelo antropólogo John Burdick, da Maxwell School da Universidade de Syracuse (EUA), e conta com uma equipe multidisciplinar de pesquisadores do Brasil, dos Estados Unidos e da Inglaterra. O projeto conta com financiamentos da National Science Foundation (NSF) dos Estados Unidos e do Economic & Social Research Council (ESRC) do Reino Unido.

diferenciados de moradias populares organizadas como forma de resistência à política de urbanização implementada na cidade do Rio de Janeiro no início dos anos 2000.

Durante uma das etapas de pesquisa, optamos pelo exercício da observação participante para realização de trabalho de campo etnográfico, a partir do qual pudemos observar diferentes arranjos espaciais elaborados pelos moradores do prédio e seus efeitos sobre projetos de reprodução social³ das famílias residentes nas instalações do então desativado Hotel Bandeirantes, cuja alcunha “Predinho”, atribuída pelos moradores, é de reconhecimento público pela vizinhança do imóvel e pela população das imediações da Central do Brasil.

Entretanto, com os limites impostos pela pandemia da Covid-19 para a continuidade do trabalho de campo – iniciado segundo os preceitos de Malinowski (1998) –, utilizamos mídias sociais (WhatsApp e Facebook), Internet e telefone, contando com as relações de proximidade já estabelecidas com as famílias. Outras técnicas de pesquisa foram acionadas para manutenção do contato com as famílias de moradores, mas que não colocassem em risco de contágio nossos interlocutores e os pesquisadores.⁴ A centralidade da etnografia como método de pesquisa cedeu espaço para outras ferramentas técnicas e éticas como meios de repensar e reelaborar nossas práticas de pesquisa (CAMPOS, 2020).

O Predinho corresponde a um conjunto de 41 unidades habitacionais que constituíam a estrutura quarto-e-banheiro adaptadas à fixação de moradia permanente. 26% das famílias moradoras são compostas por mulheres com filhos com idade entre 0 e 18 anos (16 meninas e 14 meninos). O número de unidades habitacionais constituídas por casal (seja por vínculo matrimonial ou união estável) é de apenas 20% do total; 34% são de moradias individuais (das quais 19% é de mulheres). Em decorrência das condições desfavoráveis de moradia, as famílias de idosos que puderam contar com o apoio de familiares migraram temporariamente para garantirem o isolamento social.

As unidades habitacionais são distintas quanto ao espaço ocupado, já que as famílias que chegaram no momento da *ocupação* do prédio⁵, ao longo do período de permanência e diante

3 Adotamos a definição proposta por Bourdieu (2011) para compreender a elaboração de projetos de reprodução social pelas famílias de moradores do Predinho, mediante a incorporação de recursos situacionalmente utilizados para a gestão produtiva do espaço de moradia.

4 As contribuições de pesquisadores das ciências sociais acerca dos efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o trabalho de campo etnográfico foram publicadas em inúmeros periódicos. Para construção deste texto, valemos-nos daquelas publicadas na Revista Cadernos de Campo, da Universidade de São Paulo, em cujo volume 29 (suplemento) publicamos um artigo.

5 O uso do termo *ocupação* em itálico é utilizado para distinguir do sentido atribuído pela imprensa e pelos representantes governamentais, quase sempre pautado na criminalização do movimento de luta pelo direito à moradia. Em análise realizada por Filadelfo (2014), a opção pelo uso do termo, contrastivamente à invasão, se

das desistências por parte daqueles que puderam investir em outras condições de moradia, foram beneficiadas com duas unidades contíguas. Assim, algumas famílias contam com um espaço maior para residência, especialmente aquelas que, desde a *ocupação*, já tinham filhos e, portanto, foram reconhecidas como merecedoras de tal privilégio comparativamente aos demais ocupantes.

No caso analisado por Filadelfo (2014) junto a moradores de um projeto de moradia popular articulado pelo Movimento Sem-Teto do Centro, em São Paulo, o morador para ser aceito na ocupação deveria corresponder ao sistema de normatização publicizado em cartazes afixados na entrada do imóvel. No caso do Predinho, este sistema moral é operado mediante o reconhecimento público da condição de necessitado ou merecedor, situação não reconhecida de forma objetiva e traduzida em termos e documentos normativos, como regimentos internos, por exemplo, mas sujeita a apreciações e deliberações situacionais.

No Predinho, as unidades estão distribuídas de modo desigual entre os dois andares do prédio organizado internamente por dois longos e estreitos corredores por andar. Apenas os corredores situados à direita de quem entra no imóvel têm janelas, que também são utilizadas para pendurar varais e dispor alguns vasos de plantas. Ao final de cada corredor foram mantidos espaços para uso coletivo, especialmente colocação de varais para secagem de roupas, armazenar bicicletas e alguns brinquedos.⁶

A despeito do estado de degradação externo do imóvel, tombado pelo patrimônio histórico municipal, corredores e áreas de uso coletivo são cuidados por uma das moradoras responsável pela limpeza diária, que traz o perfume característico do imóvel. Inúmeros outros investimentos vêm sendo realizados pelos moradores para ressignificarem o espaço, como foi o caso da recuperação de parte do telhado que ameaçava desabar, da pintura das áreas internas, iluminação e abastecimento de água nas unidades. Em datas comemorativas, as famílias se organizam na decoração dos corredores e, nessas ocasiões, preparam lanches especiais para as crianças como forma de cuidado e gesto de demonstração de carinho. Segundo avaliação compartilhada pelos interlocutores, “muitas vivem abandonadas pelos pais”.

O imóvel, utilizado como uma das unidades da rede de hotéis Hotel Bandeirantes, foi construído durante meados da década de 1970, como parte das ações do projeto desenvolvimentista projetado para a cidade do Rio de Janeiro, em especial para atendimento

justifica pelo modo como as lideranças do movimento social por ele estudado legitimam suas práticas de ocupação de propriedades que não cumprem a função social.

6 Essa arquitetura predial também foi relatada por Paterniani (2013) no trabalho etnográfico realizado na ocupação Mauá, na região central da cidade de São Paulo.

ao mercado consumidor associado ao turismo em expansão. Durante a década de 1990, a ampliação da rede buscou atendimento, captação e hospedagem de turistas estrangeiros e de grandes empresários que, migrando de outros estados do país, usufruíam das instalações de suas dependências nas proximidades da região central da cidade.

Ainda entre 1980 e início de 1990, a região perde prestígio e o Hotel Bandeirantes deixa de atender aos interesses da elite nacional. Jornais da época noticiavam acontecimentos que podem ser considerados preponderantes para o afastamento da elite consumidora das dependências do hotel, como aqueles decorrentes de uma possível associação com eventos criminosos. Estes episódios considerados de crise colocaram em suspeição a capacidade de atendimento às exigências de oferta de instalações adequadas aos hóspedes da classe média, o que levou à interdição do Hotel Bandeirantes em 1988. Desde então o prédio tem sofrido os efeitos da degradação provocada pela desvalorização da região central como polo de consumo do turismo cultural e, por outro lado, de ascensão enquanto zona de expansão comercial.

Desde a ocupação do prédio pelas famílias, em 2003, os moradores que permaneceram no imóvel vêm investindo, com recursos próprios e doações esporádicas, na melhoria das condições de habitação. Em 2007, como procedimento emblemático de luta para assegurarem o direito à moradia e pela mediação da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro, elas investiram na judicialização da demanda pelo reconhecimento do trabalho de ressignificação do espaço. Desde então as famílias aguardam pelo documento de concessão de usucapião do imóvel ocupado.

As tratativas para encaminhamento da demanda do direito à moradia, que se prolongam no tempo, reproduzem a situação de instabilidade das famílias que, com recursos próprios e como expressão de um desejo coletivo autônomo, realizam inúmeros investimentos na melhoria do espaço que expressam pelo termo “moradia digna”, que, segundo os interlocutores, pode ser definida como o acesso à casa e também aos recursos e serviços públicos disponíveis em espaços centrais da cidade. Deste modo, no processo de espera pela legitimidade da moradia que demandam, investem na produção simbólica e material da moradia buscando assegurar o seu reconhecimento legal e reverter o sentido negativo a elas atribuído pelo termo “ocupação”.

O uso do termo “moradia digna” também é carregado de sentidos, tal como demonstrou Paterniani (2013) que, tendo investido na compreensão da extensão dos deslocamentos da relação entre os movimentos de luta por moradia e os representantes da administração municipal em São Paulo, chamou atenção para os investimentos realizados pelos moradores da ocupação Mauá na luta pelo acesso ao “direito à moradia digna para pessoas de baixa renda”, caracterizadas, neste contexto, por famílias cuja renda mensal é entre zero e três salários mínimos (PATERNIANI,

2013, p. 3).

A expressão “luta por moradia digna” é igualmente valorizada dentre os moradores de um projeto de moradia organizado pelo Movimento Sem-Teto do centro de São Paulo, situado na mesma localidade analisada por Paterniani (2013), que foi objeto também de investimento etnográfico por Filadelfo (2014). Segundo ele, o termo “denota o caráter conflituoso, atribulado e difícil de obtenção da casa própria”, sendo acionada pelos seus interlocutores em contextos coletivos e organizados e que buscam legitimar a luta pelo direito à moradia (FILADEF, 2014, p. 150).

Chamamos atenção neste texto para a moradia como importante espaço social de resistência destas famílias e *locus* de narrativas das mulheres entrevistadas acerca desta resistência antes e no contexto da pandemia provocada pelo coronavírus. Tomamos estas narrativas como ferramenta para a compreensão de suas representações acerca das condições de vulnerabilidade social vividas pelo coletivo de moradores do Predinho, a exemplo, entre outras situações sociais vividas, dos investimentos familiares para recuperação do telhado do imóvel que desabou e para o restabelecimento do abastecimento de água e de energia elétrica, recorrentemente interrompidos.

Deste modo, procurando compreender os sentidos das representações e práticas sociais desses moradores na construção de um projeto autônomo de “moradia digna”, deparamo-nos com situações sociais enfrentadas por eles que aprofundam as dificuldades no enfrentamento da crise gerada pela pandemia da Covid-19, especialmente a partir da imposição do isolamento social como única alternativa viável de controle da expansão do vírus.⁷ Assim, pretendemos salientar uma abordagem relacional das práticas de Estado e das representações sobre ele, tal como valorizado por Thelen (2014), destacando as moralidades em jogo neste contexto de relações entre as instituições e as famílias que pleiteiam o direito à moradia.

Colocamo-nos sensíveis às angústias vividas por aqueles que sofrem os efeitos perversos de uma conjuntura de forte recuo do Estado na oferta e manutenção de políticas sociais e na ampliação de direitos. As famílias de moradores do Predinho recorrem a redes de solidariedade e ajuda mútua intervicinais, princípios tradicionalmente articulados pelas classes trabalhadoras que se atualizam como forma de viabilizar o acesso a recursos materiais, privados ou públicos,

7 A política de isolamento social foi operacionalizada no estado do Rio de Janeiro a partir da publicação do Decreto nº 47.006, de 27 de março de 2020, que impôs, como parte das medidas de enfrentamento da propagação do coronavírus, a suspensão do funcionamento de bares, restaurantes, lanchonetes, centros comerciais, escolas e universidades, além de restrições ao sistema ferroviário e de transportes intermunicipais. Tais medidas se prolongaram até junho de 2020, quando se iniciou o processo de flexibilização do isolamento.

como sinaliza Domingues (2011).⁸

REDES DE ENFRENTAMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL

Desde a “ocupação” do imóvel, as famílias passaram a valorizar processos de gestão autônoma do espaço a partir da constituição de relações de solidariedade e reciprocidade como forma de enfrentamento de inúmeros constrangimentos impostos pela ausência de políticas públicas que assegurem o direito à moradia, direito fundamental à reprodução social dessas famílias. Para a superação dos entraves no acesso ao prédio, foi fundamental o papel de liderança desempenhado pelas mulheres, especialmente na constituição de espaços de mobilização que, ao acionarem redes de relações sociais, têm assegurado às famílias um conjunto de recursos escassos pela confluência de interesses situacionalmente valorizados.

A construção dessas redes de solidariedade pelas mulheres pressupõe a transferência de recursos e revelam especificidades das práticas sociais dessas famílias ou das condições de vida dos chamados “ocupantes” de imóveis urbanos. O termo “ocupação”, tal como utilizado pelas entrevistadas, evoca a ilegalidade da condição de moradia perpetuada pela negativa do Estado em assegurar este direito às famílias residentes nestes espaços recorrentemente ocupados por segmentos populacionais drasticamente atingidos pelos efeitos das desigualdades sociais. Ser “ocupante”, neste sentido, é ser um morador que, valendo-se da delonga processual, permanece na ilegalidade.

Neves (2011) realizou um investimento para compreensão dos efeitos dos extremos índices de desigualdades socioeconômicas e os modos de enfrentamento político daqueles que vivem em situações miseráveis de vida a partir da posição da mulher que, segundo mencionou, tem papel central na elaboração de projetos de reprodução social. A dimensão socialmente construtiva das diferenciações e hierarquias informadas pelas percepções de gênero se contrapõe às apressadas e naturalizadas atribuições de sentidos com base nas diferenças biológicas entre os性os, advertiram em análise mais recente as autoras Neves e Medeiros (2013). Neste estudo, adverte-se ainda sobre as injustiças perpetradas contra as mulheres que acolhem, inclusive, as contribuições de Bourdieu (2007) sobre a dominação masculina.

⁸ Conferir, por exemplo, Domingues (2011), a respeito dos investimentos na construção do “cidadão” por meio de açãoamento destas redes em projetos de moradia popular.

As relações estabelecidas no espaço público legitimam a posição assumida emblematicamente pelas mulheres neste campo que agrega os moradores em um só coletivo: o de ocupantes. Como afirmou Eliane, uma das entrevistadas: “Nós somos ocupantes, para o governador, né? Mas nós aqui somos moradores. Estamos aqui há muito tempo e eles [os representantes do poder público] não dão apoio nenhum para a gente”. Pelo contrário, os moradores relataram o abuso da força policial com a qual eram recorrentemente desrespeitados e violentados. Por outro lado, a utilização da categoria “cedido” revela a apropriação simbólica negativa do termo “ocupação”. Seguem as representações de uma das entrevistadas sobre o “documento” valorizado como forma de comprovação da propriedade do imóvel e sua ausência como entrave para acesso a serviços e recursos:

Eu moro aqui, eu cuido daqui, mas não é meu. Como é que eu vou comprovar que é meu?! Cadê o seu comprovante? Prove que é seu! E eu vou comprovar com o que? [...] Não temos um comprovante que é nosso. Na Defensoria, ela própria [a defensora] veio aqui e falou que era nosso, que nós tinha ganhado. Um ano de espera que ela veio aqui e só falou. Não deu nada pra gente. Não deu um documento. Eu tenho um comprovante de endereço para correio, carta. Recebo correspondência das pessoas aqui e eu que assino. Eu e José que recebemos e distribuímos para as pessoas aqui. Tipo assim: eu fui entregar a bolsa de estudos do Fernando na escola, eu tenho que ir na Associação de Moradores da Providência, pagar e eles dão um comprovante de residência no seu nome. Mas tem que pagar! Aí no comprovante vem o nome, RG, o documento que você levar... Eles fazem no computador. É só eles que dão. Mas quem não tem uma conta, não tem comprovante. Eu paguei lá a Associação, então tenho esse comprovante que eu usei. Então eu agora uso a conta mesmo. Nos anos anteriores, quando eu botava prédio cedido, eu tinha que botar à mão, a punho o porquê eu morava em prédio cedido. Todo ano era a mesma coisa. (Maria).

Neste contexto, a controvérsia narrada pela entrevistada em torno da categoria “cedido” versus o reconhecimento da moradia pela comprovação da propriedade do imóvel corresponde a tentativas de requalificação da condição de moradores ilegais. Coletivamente se busca resolver o impasse e usufruir da legitimidade de “ser morador” pelo litígio que reverbera a ausência de elaboração de políticas públicas para a população sem teto (NEVES, 2011).

O papel de lideranças locais produz efeitos classificatórios a partir da noção de merecimento como noção associada a investimentos individuais na luta pela construção do espaço coletivo de moradia, tal como uma confluência de forças que permite ao ocupante tornar-se merecedor de um apartamento e, por consequência, ser reconhecido como morador legítimo. Neste contexto, ser “merecedor” é ter experimentado uma vida de instabilidade, por vezes sob ameaças de violência, condições em que os sujeitos devem demonstrar o desejo de superar.

Moraes (2020), em análise sobre as condições de vida-ocupação experimentadas por famílias reconhecidas como “sem-teto”, mediante a realização de trabalho etnográfico em

ocupações em espaços baldios situadas na região central de São Paulo, destacou que este período de luta para acesso à ocupação se distingue da luta como “tomada de consciência” e se aproxima de uma luta como movimento em busca dos sentidos de habitar que mobiliza uma “nova trama relacional, imprevisível e provisória” (MORAES, 2020, p. 20).

Fernandes (2014), por análise dos sentidos construídos por famílias de ocupantes de um imóvel na região central do Rio de Janeiro durante os percursos instáveis de experiência de moradia na cidade empreendidos por elas, traz também a contribuição da ideia de “arte de contornamento” das situações de precariedade, incerteza e provisoriação a que estas famílias estão submetidas. De forma comparativa à experiência etnográfica que aqui apresentamos, sem desqualificar o investimento político-pedagógico de mediadores fundamentais neste campo sobre o conceito de “direito a uma moradia digna”, valemo-nos das contribuições da autora acerca de “uma positivação dos modos de circular e de se deslocar na cidade” que considera: a “questão de luta por moradia” e “as (várias) modalidades criadas por ocupantes e ocupações como forma de contornar as situações de usurpação, os mecanismos de controle e os enquadramentos identitários, operantes nesse contexto” (FERNANDES, 2014, p. 321–325). Em geral, tais enquadramentos são desqualificantes e pressupõem a posição de instabilidade, inclusive emocional, a que esta população mais pobre está cotidianamente submetida.

Esta percepção se aproxima da narrativa de Carla (40 anos) acerca de sua condição social marcada por dificuldades de reprodução familiar. Mencionou à moradora Maria: “Estou desempregada e com um bebê, estou necessitada de um lugar para morar, porque não tenho como pagar e nem para onde ir”. Comentou ainda que era recorrente a identificação entre as moradoras de uma trajetória de sofrimento provocada pelo desemprego e pela ausência do marido, mesmo que por motivos diversos. O merecimento seria assim a contrapartida de uma trajetória de necessidades e privações, bem como o símbolo moral de recompensa pela situação de abandono a que estão sujeitas estas famílias pela omissão do Estado.

As condições de vulnerabilidade parecem predizer dificuldades enfrentadas que estariam acima de suas capacidades de superação, sobretudo quando envolve “o sustento” dos filhos, situação que legitima moralmente a condição de família merecedora da ajuda. A lógica do merecimento exige ainda a demonstração de “humildade” no ato de pedir e deve estar associada ao reconhecimento público para viabilizar o acesso a recursos. Como afirmou Carla: “Para ganhar o que pede, é preciso ter humildade”.

Na articulação desta rede de trocas materiais e simbólicas, que incorpora também afetos e sentimentos, as mulheres entendem a importância da “humildade” e a explicitação do desejo de autonomia como forma de construção do merecimento do auxílio que deve, neste

contexto, ser entendido sempre como provisório, como aponta Neves (2011); ainda que, de fato, esta seja a forma regular de gestão da vida familiar e comunitária. Segundo a autora, para compreender os efeitos dos extremos índices de desigualdades socioeconômicas e os modos de enfrentamento político daqueles que vivem em situações miseráveis de vida, deve-se investir no estudo da constituição dessas famílias. Por este exercício, destacou-se a centralidade da posição da mulher, mãe ou esposa na elaboração de projetos de reprodução social.⁹

Neste sentido, podemos entender a intervenção de associações e organizações de prestação de serviços assistenciais, acionados sobremaneira no contexto da pandemia pelas lideranças no Predinho, como composição complementar à rede de entreajuda estabelecida entre os moradores, sobretudo entre as mulheres, e como tal exemplar do que Didier Fassin (2015) tem nomeado de gestão da precariedade.

Os princípios que tangenciam a luta pela moradia e fornecem o alicerce moral para a gestão da precariedade pela articulação da rede de sociabilidade que extrapola o núcleo familiar, fornecem a essa rede a similaridade das relações familiares, de modo a operar “como se fosse” uma família e deste modo assegurar a sobrevivência dos moradores que vivem em frequentes condições de instabilidade financeira. Como relatou Aline: “Eles aqui são minha família. Aqui eu me sinto em família. Se eu preciso de qualquer coisa, eu vou ali na fulana, vou na beltrana e peço”.

Os recursos priorizados nessa rede de ajuda mútua são os produtos alimentícios que garantem o fundamental para o “sustento” dos filhos. Assim esclarece Maria: “Fome a gente não passa. E é isso que a gente precisa. Quando precisa de uma comida, vai lá e pede”. A vizinha Lúcia confirma a importância desta rede de assistência para o que entende como “alimento básico”, categoria que contempla alimentos como arroz, feijão, macarrão, óleo, café e açúcar.

Além dos arranjos diários para obter o acesso à alimentação básica, há preocupação especial com as crianças, configurando arranjos de cuidados tradicionalmente exercidos pelas mulheres dentro do universo doméstico, como demonstrou Sarti (1996). Este é o caso de Maria, reconhecida como “madrinha das crianças” do Predinho, cuja dedicação a elas incluem a alimentação e o asseio, bem como levá-las e buscá-las na escola. Tais cuidados, tradicionais em redes de circulação de crianças de segmentos de trabalhadores pobres, estudadas por Fonseca

9 Inúmeros foram os investimentos realizados por Neves para compreensão dos fatores que influenciam na constituição da condição de existência de famílias em situação de vulnerabilidade social, dos quais destaco: “As idosas provedoras e o enraizamento familiar”. In: *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006, p. 359–79; além de “A trajetória da população de rua e suas estratégias de sobrevivência”. In: SEMINÁRIO DE POPULAÇÃO DE RUA, 1., 1995, São Paulo. *População de Rua Brasil e Canadá*. São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 61–70.

(2006), viabilizam que as mães possam constituir vínculo de trabalho, mesmo que informal, dado o baixo nível de formação profissional dessas mulheres.

No contexto da pandemia da Covid-19, tornou-se ainda mais evidente a ausência do Estado no atendimento e na garantia a estes serviços básicos e fundamentais à vida desses moradores da periferia do Rio de Janeiro. As redes de relações sociais constituídas pelos moradores do Predinho com agentes institucionais de organizações não governamentais, projetos sociais e associação de moradores têm viabilizado o acesso a recursos básicos prioritários à alimentação, como é o caso do “arroz-e-feijão, que não têm faltado”, como afirmou Lúcia. Tomando como foco a elaboração de projetos de reprodução social mediante acesso a recursos situacionalmente disponibilizados a famílias de agricultores, Santos (2015) chamou atenção para a diversidade de possibilidades de constituição desses projetos, muitas vezes a partir de investimentos individuais que asseguram a sobrevivência do grupo familiar pelo acesso a recursos prioritários à subsistência.

Então, no caso do Predinho, o acesso às cestas básicas pelos moradores neste período teve fontes diversas e seguiu um padrão moral de consideração aos “mais necessitados”, como é o caso de idosos, doentes e mulheres com crianças. Maria nos esclareceu que as cestas arrecadadas eram distribuídas por remessas seguindo uma classificação por consideração aos que mais “precisavam” e aos “parceiros” que colaboravam na própria arrecadação e distribuição delas, tendo em vista a justa administração dos limitados recursos recebidos. A categoria “merecedor” se atualizou ao classificar a população que, no contexto da pandemia, sofre a exacerbação dos efeitos das condições de desigualdade social, implicando a consideração de sua maior vulnerabilidade.

São famílias inteiras desempregadas passando necessidade. E essa minha cunhada nunca me pediu nada. Tem mais de 30 anos que meu irmão morreu, ela criou meus sobrinhos sem nunca precisar pedir ajuda. Dessa vez ela pediu. Então a coisa está realmente muito complicada. Eu até mandei o áudio dela para o Claudio pedindo ajuda, entendeu? Aí ele foi e mandou para mim ontem que teria 12 cestas que ele estaria disponibilizando e que seriam as cestas mais completas, inclusive com kits para as crianças. Esses kits eu vou disponibilizar para as crianças do Predinho. As cestas ele falou que era para eu ver as pessoas que estivessem precisando mais. Como eu já consegui para a maioria lá e estou fechando, graças a Deus todo mundo que estava realmente precisando já foi todo mundo surpresa, então eu falei para ele que queria ver se eu conseguiria atender.

Ele falou assim: “você vai designar aí, você vai ver as pessoas que estão precisando mais e você destina. Entendeu?” Aí eu vou deixar lá, claro e evidente, com a Lúcia. Ela, além de cozinhar para ela, ela está sempre fazendo as comidinhas. Essas crianças passam na porta dela e se não tiveram comido, porque as mães não fizeram, ela está sempre dando. Então eu vou disponibilizar mais uma cesta dessa agora que o Roberto vai trazer para a Neide. Lá para a Fernanda também porque é casa que tem os filhos que estão na fase do come-come [adolescência], mas ela também já ganhou de uma

outra ONG que os filhos dela fazem parte. Nós estamos inclusive vendo assim: se você ganhou algo que você não vai usar, que veio a mais, que veio em uma cesta e na outra, a gente está juntando para ajudar um vizinho que esteja precisando também. (Maria).

A diversidade de alternativas para acesso a recursos fundamentais pelas famílias de agricultores analisada por Santos (2015) se aproxima dos fluxos de investimentos que no caso do Predinho são mobilizados especialmente pelas mulheres.

O “coletivo”, categoria local para referir-se a essa rede de solidariedade externa em atendimento às necessidades dos moradores em situação de vulnerabilidade social, tem viabilizado também, além do “básico”, o acesso à “mistura” e aos produtos de higiene. Esses produtos têm sido essenciais para garantia da limpeza dos apartamentos e também das áreas comuns do prédio, espaços onde circulam as crianças e a maior parte dos moradores. Assim comenta Maria ao utilizar esta categoria:

Eu fui contemplada com uma cesta básica em um sorteio, no sábado, fiquei muito feliz. Abasteci minha casa. Aqui está tendo muito coletivo que está dando suporte para o pessoal, principalmente das ocupações. É uma coisa que não dá para ser constantemente, mas fez um mês que eles mandaram umas cestas lá para o Predinho. Está fazendo um mês e estas que o Fernando está dando agora vai dar mais um reforço. Graças a Deus aqui o pessoal está conseguindo também pegar o cartão, então já ajuda na compra de uma carne e de uma mistura qualquer, de um tempero. Hoje aquela ONG Efeito Urbano, que meu filho faz parte da dança, também está fazendo a distribuição de cestas. Ontem fizeram a distribuição de kits de dia das mães e os kitzinhos com material de higiene. (Maria).

As relações que as famílias de moradores estabelecem, tanto com instâncias governamentais quanto com organizações que prestam assistência social, por meio de seus respectivos mediadores, buscam assegurar direitos fundamentais antes e no contexto da pandemia da Covid-19; além disso colaboram para a percepção da precariedade inserção social do grupo agravada com a chegada do novo vírus, sobretudo a partir das experiências de interlocução com representantes de agências governamentais que reiteram a imagem do descaso com relação às famílias, levando-as à constatação de que são pessoas que “não têm direito nenhum”, como apontou Lúcia.

Lúcia elabora sua percepção acerca destes contextos de desconsideração a seus direitos em termos de uma “luta” que se prolonga no tempo, assim como se prolonga a sujeição das famílias a esta negação. Assim relata:

E a gente vai vivendo assim. É uma luta muito grande. Sempre foi assim. A gente vive na teimosia mesmo. Vamos lutando aqui, lutamos ali. E agora estou melhorando. Se Deus quiser, vou ficar boa logo! Aqui no Predinho mesmo as crianças ficam soltas,

como é que vamos ficar isolados? Os apartamentos são muito pequenos. Não bate luz do sol. É tudo úmido! Têm alguns que não têm janela! Como faz isolamento assim? Você vê a televisão toda hora falando de isolamento... Eu acho graça. As crianças vão brincar aonde? Já não comem direito. Aqui então, eu toda hora faço comida e dou para elas. Ganhei duas cestas de uma vez só. Dou comida a essas crianças quase todas daqui. As mães estão tentando arrumar o dinheiro, esse auxílio, né... Não ganharam nada! Então, como eu vou ver as crianças com fome e não vou fazer a comida para elas. Aqui é pouco, mas a gente mesmo assim vai dividindo. A gente vai se ajudando, né? Quando isso passar, vamos continuar assim... sempre se ajudando na dificuldade. É assim que a gente vive. (Lúcia).

A imprevisibilidade do término dessa luta pela sobrevivência, pelo acesso a direitos, pela garantia da igualdade na desigualdade de condições em que são forçados a viver (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2010) chama atenção para a consciência que os moradores do Predinho, na condição de moradores ilegais, têm de si mesmos, de sua identidade e do seu mundo social (FASSIN, 1999b).

A falta de acesso aos serviços de saúde – que antecede a emergência em saúde decorrente do coronavírus – e a omissão do Estado na garantia desse direito básico às classes trabalhadoras brasileiras, em especial das famílias do Predinho, são narradas pela moradora Maria, entrevistada em abril de 2020:

O meu vizinho que inclusive é do coletivo, ele foi para a Clínica da Família, ele estava mal e a única coisa que fizeram com ele foi dar um dipirona. Falaram que era suspeita de Covid e deram apenas um dipirona! Entendeu? [...] É bem assim! Mas a gente não está tendo esse acompanhamento. Aqui, inclusive, a Clínica da Família reduziu a equipe. A minha agente de saúde foi mandada embora. Já tem 3 meses. Ou seja: quando estava já iniciando essa pandemia no mundo, já estava acontecendo e o nosso prefeito mandou embora! O prefeito tirou quatro agentes de saúde. Ou seja: a gente já não tem esse acompanhamento há muito tempo! Há muito tempo! A Clínica da Família aqui, se você chegar e falar: “Ah, eu quero fazer um preventivo”. Não tem! Não faz! Eu fiz o meu preventivo com muito custo e fui lá buscar e eles falaram: “Não tem”. Só estamos atendendo Covid! Ou seja, as pessoas que têm outras doenças e problemas então elas morrem?! Está bem assim mesmo. (Maria).

A versão apresentada por Lúcia revela igualmente as dificuldades enfrentadas para obter atendimento médico e realização de exames de rotina, além do acesso a medicamentos essenciais, como é o caso da insulina e de remédio para hipertensão. Com sintomas da Covid-19 e residindo em um apartamento com pouca ventilação, que divide com o marido e dois filhos, relatou sua dificuldade em manter a orientação de isolamento domiciliar, já que o marido precisa “ir para a rua”:

Eu estou tentando me isolar, mas João (esposo) vai para a rua e eu acabo ficando dentro de casa com minha filha. Eu e Nicole estamos fazendo o isolamento do nosso jeito, né? O meu filho Juninho está na casa da Tatiana, da mãe biológica, né? E eu

estou aqui sozinha com a Nicole. Graças a Deus, Nicole está bem. Eu estou melhor agora. Estive muito mal, estou com muito medo ainda. Sou diabética, né? Você sabe. Também tomo remédio para o coração... Aliás, tem um tempo que a clínica não dá o remédio. Passei muito mal esses dias... Eu não sei se o que tive foi Covid... Parece que o Covid tem essa coisa de perder o olfato, né? Tive muita falta de ar também. Mas estou em casa. Na clínica ninguém atende. Só podemos ligar para lá. Mas quem é que consegue falar? (Lúcia).

O caso descrito corrobora reflexões trazidas por Neves (2001) sobre a perversa forma de inserção laborativa assalariada daqueles que, em condição de vulnerabilidade e desqualificação pela inexistente ou insuficiente formação profissional, são constrangidos a situações que colaboram para a diminuição da expectativa de vida. Como apontou a autora:

Pelo contrário, acumulam as desvantagens da desqualificação, quando não são precocemente inviabilizados como portadores de força de trabalho mercantil, diante de acidentes e doenças profissionais e, da mesma forma, precocemente convertidos em deficientes e indigentes. (NEVES, 2001, p. 149–150).

Ao mencionar a dificuldade no acesso ao tratamento de saúde, em especial o atendimento médico para acompanhamento dos sintomas da Covid-19, considerando sua condição de paciente de risco¹⁰, segundo documento publicado pelo Ministério da Saúde (2020), o relato de Lúcia deixa entrever que a negação do direito à saúde é anterior ao contexto da pandemia. Assim afirmou a entrevistada:

Aqui a gente não tem nada. Há muito tempo que não tem... Para eu conseguir a insulina é um custo! Tenho que brigar! O remédio do coração ainda era aquele que você deixou aqui para mim. Graças a Deus! Mas agora já acabou... Vou vivendo assim. Não tem médico lá não. Até hoje estou esperando meu exame de vista. A médica tinha falado que eu precisava de um óculos urgente, mas uma lente especial por causa do glaucoma. Tem mais de anos que estou esperando. Só tenho aqui o papel do pedido. Essa clínica, até mesmo antes dessa pandemia, eu levava meses para marcar meus exames. Nem para a minha filha eu conseguia. Ela está engordando muito. Ela come muito essa menina. Acho que tem algum problema... Mas cadê que consigo marcar médico para ela. Chega lá na clínica, não tem ninguém. Chego lá ainda de madrugada. João sai para a padaria, eu vou junto. Fico na fila... quando dá 11 horas eles avisam que a médica não vem e que não vai ter marcação. Agora com a Covid é que eles não atendem mesmo. Tem um papel colado lá com o número do telefone se a gente ficar doente. Eu liguei e nada! E a gente vai vivendo assim. É uma luta muito grande. Sempre foi assim. (Lúcia).

Quando finalizávamos a versão deste texto, Fernanda, moradora do Predinho, casada,

10 Lúcia é obesa e cardíaca, além de ser diabética, o que desencadeou glaucoma que a deixou com a visão comprometida.

faxineira, com 2 filhos adolescentes e que recebia assistência de uma ONG para atendimento das necessidades alimentares básicas da família, faleceu pelas complicações do coronavírus em seu organismo, já debilitado pelo HIV. Sobre as dificuldades de acesso à assistência social por meio de programa federal, enfrentadas por ela durante a pandemia, comentou Maria:

A Fernanda, minha vizinha, foi chamada pela escola. Recebeu o cartão, mas ela recebeu pela escola. Porque a escola conhecia a história dela e sabia que ela é portadora do vírus HIV, que tem 3 filhos, não teve ninguém que desse uma assistência a ela. Ela foi excluída do Bolsa (Programa Bolsa Família) porque ela estava trabalhando de carteira assinada, como faxineira. Aí você vê: eles disseram então que ela saía do perfil e agora para poder conseguir essa ajuda a escola é que teve essa consciência e a colocou. Deu a ela o cartão. Mas fiquei sabendo que eles estavam dando esse cartão só para quem era do Bolsa Família. Ou seja: as mães que têm filhos que estudam e que não têm o Bolsa Família por várias razões estariam fora. É impressionante! Então se você estuda em escola pública, mas não é do Bolsa, você não tem acesso a essa cesta básica ou cartão. (Maria).

Lúcia, em sua fala, reitera então o fato de que a assistência social prestada aos moradores depende da avaliação, sempre relativa, realizada pela rede local de relações familiares, do grau de vulnerabilidade pelo qual passa o representante familiar. Este foi o caso de Fernanda, que foi atendida por esta rede, que, entretanto, atua sob a órbita da vulnerabilidade extrema na ausência de políticas públicas de longo prazo que reduzem as desigualdades sociais e diminuem as disparidades sociais no acesso a direitos básicos. Assim esclareceu Lúcia sobre o atendimento prestado à vizinha:

A escola, minha filha, está uma negação. A única que estava fazendo essa ação foi essa daqui que acabou falecendo o diretor. Mas não era para todos! Era só para quem era do Bolsa Família, ou no caso de a escola conhecendo o histórico, estava se solidarizando e chamando as famílias bem carentes, tipo a da Fernanda, para estar ajudando. Que também está com um suporte muito bom. Os filhos dela são de uma ONG aqui e essa ONG é maravilhosa! Não está deixando faltar nada! Então ela está bem também. Então as pessoas mais debilitadas também, que era a minha maior preocupação, estão todos surpidos. Estão cuidados e estão se cuidando. (Lúcia).

Durante o período em que realizamos a pesquisa, Fernanda, mesmo recorrentemente debilitada, mantinha-se ativa trabalhando como faxineira no Centro do Rio. Seus filhos adolescentes eram responsáveis, com seu marido, pelo cuidado da casa. Em uma das ações de distribuição de alimentos, fruto de uma iniciativa autônoma de um dos pesquisadores do projeto, Fernanda – ao receber as doações: linguiça, ovos, hambúrguer, legumes (batata, cenoura, abobrinha), manteiga, leite, dentre outros produtos alimentícios e de higiene pessoal (sabonete, absorvente, pasta de dente, sabão em pó) – mencionou com lágrimas nos olhos (corroborando

a importância da rede de entreajuda, que pontualmente se manifesta como forma de socorro em situações emergenciais como as vividas durante a pandemia do coronavírus): “Minha geladeira nunca esteve tão cheia. Não tenho espaço para guardar tanto alimento. Hoje é um dia de festa para mim”.

Os princípios orientadores dessas ações constitutivas das redes de trocas incorporam afetos e sentimentos, não apenas entre os moradores mas também entre os moradores e os demais integrantes desta rede de solidariedade que mobilizam. A autonomia na qualidade de princípio norteador das ações dos moradores do Predinho se contrapõe à condição de subordinação a projetos desenvolvimentistas com a alcunha de revitalização de espaços já ocupados (como é o caso da região central do Rio de Janeiro); e, por outro lado, de valorização de estratégias diversificadas na elaboração de projetos de reprodução social, tal como destacou Bourdieu (2011). E, neste sentido, como destacou Moraes (2020), a permanência dessa parcela da população nestes espaços – seja a partir de ocupações em espaços baldios, seja a partir da ocupação de prédios públicos e/ou privados, à despeito da política habitacional – aponta para formas de enfrentamento que evidenciam novas experimentações de “voltar à vida” (MORAES, 2020, p. 20).

Segundo as mulheres moradoras do Predinho, é a partir da construção de si como “humilde” e da explicitação do desejo de autonomia que se tornam merecedoras de recursos que, neste contexto, são entendidos sempre como provisórios, tal como demonstrou Neves (2011) acerca das redes que operam em políticas de assistência social. Ao longo desses meses de pandemia da Covid-19, o acompanhamento das famílias prosseguiu inclusive com suporte de medicamentos para tratamento dos sintomas da doença. As vicissitudes da vida dessas famílias de moradores são anteriores a esse contexto da pandemia; e as estratégias cotidianamente elaboradas para minimizar os efeitos da precariedade econômica e social são tênues e permeáveis a fatores que, na maior parte dos casos, como almejamos apontar, são externos ao próprio grupo. Com um sistema precário e ineficiente de atendimento à saúde, de garantia do direito à moradia e de acesso a outros serviços públicos, o que se observa é a continuidade histórica da negligência da ação estatal, a despeito das estratégias desses moradores no enfrentamento e superação da condição de vulnerabilidade social e econômica (SOUZA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seguindo a perspectiva relacional acerca das representações sobre as práticas do Estado, adotada por Thelen *et al.* (2014) e neste artigo valorizada, consideramos as avaliações de algumas moradoras – que ocupam funções importantes para a sociabilidade no Predinho –, mormente aquelas acerca dos efeitos da imposição do isolamento social sobre as condições de vida das famílias moradoras em situação de ilegalidade quanto à moradia e em posição de extrema desigualdade social. Tais avaliações se deram a partir das experiências vividas por estas moradoras com representantes do Estado e com representantes de instituições de assistência social privadas, de intervenção regular ou esporádica, no contexto do atendimento das necessidades materiais básicas ou da negação do acesso a direitos fundamentais das famílias do Predinho por elas representadas.

Como propõe Harvey (2020), o acirramento das condições desiguais de acesso a recursos decorre da opção por uma política de austeridade que, em meio à crise sanitária, se acirram e se expressam pela contraposição entre aqueles que estão confortavelmente em casa e os milhares de desempregados e famílias sem moradia ou que vivem em condições inadequadas ou insalubres. Trata-se, como afirmou Boaventura de Souza Santos (2020), de uma experiência de isolamento dentro do isolamento como condição anterior à Covid-19, associada à redução do Estado e ao ataque às instituições públicas para atender aos interesses dos grandes empresários e da expansão do capitalismo neoliberal.

Fica assim evidente a opção entre “morrer de vírus ou morrer de fome”, alternativas consideradas pelo autor ao refletir sobre a cruel pedagogia do vírus sobre os trabalhadores precários, informais e os considerados autônomos. Deste modo, as relações entre políticas públicas e a desigualdade social durante a pandemia da Covid-19 revelam o fato de que não apenas o vírus mata mas também o descaso, a invisibilidade e a pobreza produzidos em contextos sociais extremamente desiguais.

Nesta conjuntura, a despeito da ausência de políticas públicas que garantam o acesso a serviços básicos e fundamentais à vida dessas famílias, as redes de assistência constituem importante forma de enfrentamento dos inúmeros constrangimentos durante a crise sanitária experimentada pelos moradores, traduzida na fala exemplar de Maria: “se não fossem esses coletivos aqui, atuantes há um mês e meio atrás, a situação estava bem feia!”.

Tais redes são mediadas pela rede de ajuda-mútua entre os moradores, tradicionalmente articulada pelas mulheres nas classes trabalhadoras (SARTI, 1996). Nesse contexto, essa rede se

atualiza de maneira a garantir a redistribuição dos recursos recebidos segundo princípios morais que reconhecem a posição fundamental das mulheres no cuidado com a família no espaço doméstico e garantem a elas o protagonismo político nos arranjos diários de manutenção do grupo de “moradores”, categoria que se sobrepõe simbólica e positivamente a de “ocupantes” do Predinho. Como esclareceu Maria: “Nós somos ocupantes, para o governador, né? Mas nós aqui somos moradores! Estamos aqui há muito tempo e eles [os representantes do poder público] não dão apoio nenhum para a gente”.

Como pudemos compreender, a partir da interlocução com os moradores do Predinho, a luta pela moradia passou a ganhar visibilidade, quando incorporou dinâmicas de mobilização nestes espaços governamentais que estão associados a demonstrações públicas da capacidade mobilizadora dessas famílias, conforme demonstrado por Moraes (2020).

Ao tomarmos as narrativas de explicitação dos processos de gestão e constituição de redes de superação das condições de vulnerabilidade social por essas famílias, procuramos incorporá-las como forma de expressão de um biopoder “que se caracteriza mais por sua impotência do que por seu excesso” (FASSIN, 2015, p. 36). Como salienta o autor: “o lugar da escuta [dos] pobres como vítimas de situações de dominação, de exploração e discriminação” transforma este em sujeitos em “seres sofrentes”.

Mais do que reconhecer a condição de vítimas do processo de exploração e discriminação a que estão submetidas essas famílias, buscamos trazer à tona as representações que elas têm sobre si e sobre os agentes sociais que atuam na mediação do acesso a políticas sociais e recursos materiais. Refletindo sobre os processos de reprodução destas desigualdades sociais, descrevemos, por meio destas narrativas, as condições de vulnerabilidade social impostas às famílias anteriormente à pandemia da Covid-19. Entretanto, ocupando o lugar dos invisíveis (FASSIN, 1999a), elas experimentam o agravamento destas condições de vulnerabilidade pela reiterada negação do acesso a direitos fundamentais, como é o caso do direito à moradia, à saúde e aos recursos fundamentais à sobrevivência em contextos de imposição do isolamento social.

Por outro lado, em uma perspectiva macropolítica, podemos entender a produção da vulnerabilidade social a que estas famílias estão submetidas como própria a uma “política do sofrimento” da qual nos fala Fassin (1999b); cujo predomínio na contemporaneidade representa “uma nova topografia simbólica da sociedade” na qual o conceito de desigualdade é substituído pelo de exclusão, de tal forma que no léxico político acaba por representar processos de “vitimização e singularização dos excluídos”, definindo assim “uma nova forma de subjetivação das desigualdades sociais”. Como defende o autor, “a exclusão como representação do espaço

social e o sofrimento como representação da condição humana correspondem hoje ao que correspondiam anteriormente a pobreza e a piedade" (FASSIN, 1999b, p. 34, 36).

O autor associa a vigência de tal “política do sofrimento” à emergência do que autores como Castel (1997) tem chamado de “nova questão social”, a partir do final do século XX, circunscrevendo-a ao “paradigma do estado democrático-capitalista” que se tornaria, entretanto, intocado na opção pela “adaptação para que os efeitos sobre os mais vulneráveis sejam um pouco menos duros”. Nesta conjuntura, como ressalta, “se considera praticamente impossível lutar contra as desigualdades; só se luta contra suas consequências mais visíveis” (CASTEL, 1997, p. 36).

Neste cenário político, torna-se então urgente não apenas visibilizar formas de superação das vulnerabilidades sociais que põem em risco a própria existência física dos mais pobres, que se dão nas brechas do sistema capitalista e são por ele digeridos nesta engrenagem que busca minorar suas contradições mais perversas, mas, sobretudo, lançar luz sobre “lutas” que se dão rotineiramente, que se dão na “teimosia” como salienta a moradora Maria. Assim, de forma contínua e coletiva, estas famílias buscam assegurar direitos que garantam não apenas a vida, mas “uma vida digna”, como foi neste trabalho exemplificado e valorizado por meio da luta pelo direito à moradia.

Portanto, buscando fugir da crítica realizada por Fassin (2015) acerca da prática antropológica de frutificação do mercado do sofrimento pela espetacularização da situação de exclusão de grupos sociais reconhecidamente “desfavorecidos”, destacamos a capacidade criativa desses sujeitos, sobretudo das mulheres, que representam o grupo de moradores do Predinho, na constituição de estratégias para enfrentamento das desigualdades no acesso a recursos públicos e privados e para assegurarem a condição idealizada de moradia traduzida pela expressão da “moradia digna”.

Buscou-se assim evidenciar dois aspectos: a “economia moral”, que representa “a produção, circulação e apropriação de valores e afetos em relação a determinada questão social”, que vai se constituindo gradativamente em contextos históricos de maneira a definir uma compreensão consensual da questão; e as “subjetividades morais” que “atestam a autonomia e a liberdade dos agentes” nas articulações conjecturais do problema, como nos propõe Fassin (2015, p. 9). Este é o caso, aqui apresentado, das articulações subjetivas em torno das categorias “ocupação” e “moradia”, a segunda valorizada e sobreposta positivamente à primeira pelas famílias do Predinho em um campo de relações de força.

Os inúmeros investimentos realizados pelos interlocutores para obtenção de recursos situacionalmente disponíveis e valorizados como fundamentais para assegurar a reprodução

física e social apontam para a diversidade de iniciativas para a reprodução social. Atenta às narrativas, pudemos compreender que as famílias do Predinho não projetam para si posições considerando apenas a relativa facilidade quanto ao acesso a recursos internos ao grupo familiar. Atividades produtivas marcadas pelo trabalho informal como camelôs, cuidadoras de crianças, faxineiras, vendedores ambulantes em períodos de feriados prolongados (como o do Carnaval) apontam para um amplo espectro de ação e de quadro de alternativas em que fatores que integram universos sociais mais amplos são relevantes para sua colocação em prática.

Comparativamente ao investimento realizado por Filadelfo (2014), para compreender o cotidiano e política da luta por moradia em São Paulo, a luta pela “moradia digna” no Predinho mais se aproxima da luta pelo acesso à casa própria, aos recursos públicos e privados disponibilizados na região central da cidade, bem como da administração das situações de instabilidade social e econômica aqui problematizadas, do que com uma preocupação com a identificação com a carga simbólica do termo “ocupante”. Inclusive, dentre os moradores do Predinho era igualmente recorrente o uso de expressões como “meu apartamento”, “minha casa”, condição de posse relativizada apenas quando sob avaliação da condição precária de moradia e que, como pudemos compreender, estava quase sempre relacionada à ausência do documento de propriedade.

Sobre esse aspecto, as reivindicações e projeções se aproximam à medida que a posse do documento que atesta a usucapião do imóvel, ao mesmo tempo que lhes confere a propriedade de um lugar para chamar de seu, também lhes afasta do estigma do morador ilegal e criminalizado pelo próprio Estado.

REFERÊNCIAS

1. BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
2. BOURDIEU, Pierre. A lógica da prática. In: BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 133–63.
3. BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo de Tratamento do Novo Coronavírus (2019)**. Brasília, DF: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde Departamento de Atenção Hospitalar, Urgência e Domiciliar, 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/40195>. Acesso em: 18 maio 2020.
4. CAMPOS, Évilin T. de Matos. Pesquisa etnográfica em contextos digitais e de isolamento social: desafios metodológicos. In: INTERCOM 43., 2020. **Anais** [...]. [S.l.: s.n.], 2020.

Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-2682-1.pdf>.
Acesso em: 15 dez. 2020.

5. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 451–73, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/36432/40414>. Acesso em: 05 jul. 2019.
6. CASTEL, Robert. **Metamorfosis de la cuestión social**. Buenos Aires: Paidós, 1997.
7. DOMINGUES, Michelle Lima. **Habitação e comunidade organizada**: uma etnografia da mobilização coletiva de famílias trabalhadoras cooperadas em São Gonçalo, RJ. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
8. FASSIN, Didier. El hombre sin derechos: uma figura antropológica de la globalización. **Maguaré**, n. 14, p. 179–90, 1999a. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/maguaré/article/view/11140>. Acesso em: 10 jun. 2020.
9. FASSIN, Didier. Governing precarity. In: FASSIN, Didier (org.). **At the heart of the state**: the moral world of institutions. London: Pluto Press: 2015. p. 1-14.
10. FASSIN, Didier. Patetización del mundo. Ensayo antropología política del sufrimiento. In: VIVEIROS, Mará; GARAY, Gloria (ed.). **Cuerpos, diferencias y desigualdades**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1999b. p. 31–41. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/bitstream/handle/unal/2893/02CAPI01.pdf?sequence=6&isAllowed=y>. Acesso em: 09 jun. 2020.
11. FERNANDES, Adriana. Arte do contornamento e ocupação de moradia no Rio de Janeiro. **Revista de Ciências Sociais**, n. 40, p. 311–33, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/15910>. Acesso em: 03 abr. 2018.
12. FILADELFO, Carlos. Cotidiano e política da luta por moradia no centro de São Paulo. **Antropolítica**, n. 36, p. 149–78, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41586>. Acesso em: 08 ago. 2019.
13. FONSECA, Claudia. **Os caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 2006.
14. HARVEY, David; ZIZEK, Slavoj; BADIOU, Alain; DAVIS, Mike; BIHR, Alain; ZIBECHI, Raúl. **Coronavirus e a luta de classes**. Brasil: Terra sem Amos, 2020. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/03/coronavc3adrus-e-a-luta-de-classes-tsa.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2020.
15. MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1998.
16. MORAES, Alana. **Experimentações baldias & paixões de retomada**: vida e luta na cidade-acampamento. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

17. NEVES, Delma Pessanha. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, p. 149–73, 2001. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2136>. Acesso em: 07 mar. 2018.
18. NEVES, Delma Pessanha. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalhador livre. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, p. 99–130, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41742>. Acesso em: 02 jun. 2015.
19. NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013.
20. NEVES, Delma Pessanha; SANTOS, Priscila Tavares; CRUZ, Rodrigo Pennutt. Inventariando o campo temático da articulação de gênero e campesinato. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo (org.). **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói, RJ: Alternativa, 2013. p. 347–356.
21. OLIVEIRA, Marcos Marques de. O projeto político-pedagógico da Terceira Via. **Revista de Ciência Política**, n. 14, 2003. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/quatorze/marcos_marques_14.htm. Acesso em: 04 ago. 2018.
22. PATERNIANI, Stella Zagatto. **Política, fabulação e a ocupação Mauá: etnografia de uma experiência**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.
23. SANTOS, Boaventura de Souza. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020. Disponível em: https://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/04/Livro_Boaventura.pdf. Acesso em: 28 out. 2020.
24. SANTOS, Priscila Tavares dos. **Campos de ação de agricultores de Vargem Grande, Teresópolis (RJ): princípios de afiliação e redes de interseção**. 2015. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
25. SANTOS, Priscila Tavares; DOMINGUES, Michelle Lima. O segundo tempo da exclusão: o caso das famílias trabalhadoras da moradia popular na região central do Rio de Janeiro e a pandemia da Covid-19. **Cadernos de Campo**, v. 29, supl., p. 255–65, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170056>. Acesso em: 11 set. 2020.
26. SARTI, Cínthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. São Paulo: Autores Associados, 1996.
27. SOUSA, Marina. De xawara, estratégias nativas e a pesquisa antropológica na Terra Indígena Yanomami. **Cadernos de Campo**, v. 29, supl., p. 34–41, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/170476>. Acesso em: 05 ago. 2020.

28. THELEN, Tatjana; VETTERS, Larissa; BENDA-BECKMANN, Keebet von. Introduction to strategraphy. Toward a relational anthropology of the state. **Berghahn Journals**, v. 58, n. 3, p. 1-19, 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6618129/>. Acesso em: 08 out. 2019.
29. WERNECK, Mariana. **Porto Maravilha**: agentes, coalizões de poder e neoliberalização no Rio de Janeiro. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.poli.ufrj.br/dissertacoes/dissertpoli2423.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.
30. ZANINI, Maria Catarina; SANTOS, Mirian de Oliveira. Colonias italianas no Sul do Brasil: estigma e identidade. In: NEVES, Delma Pessanha; MEDEIROS, Leonilde Sérvalo (org.). **Mulheres campesinas**: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói, RJ: Alternativa, 2013. p. 89–106.

Michelle Lima Domingues

Professora Adjunta do Departamento de Ciências Humanas do Instituto do Noroeste Fluminense de Educação Superior da Universidade Federal Fluminense. Mestre e Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Graduada em Ciências Sociais por esta mesma universidade. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7588-5291>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise de dados, Redação. E-mail: michellelima@id.uff.br

Priscila Tavares dos Santos

Professora do Mestrado Profissional em Direito e Desenvolvimento Sustentável do Centro Universitário Unifacvest. Expert consultant na Syracuse University, desde 2017, no projeto de pesquisa intitulado *Helping the Poor Stay Put: Affordable Housing and Non-Peripheralization in Rio de Janeiro, Brazil*. Pós-doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Doutora e Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense e graduada em Ciências Biológicas pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8189-539X>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: pris_tavares2000@yahoo.com.br

Mobilidades marginais na “era das facções”: entre trabalho, família e crime¹

Marginal mobilities under prison fangs’ times: amongst labour, family and crime

Fernando de Jesus Rodrigues

Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil

Adson Amorim

Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

RESUMO

Neste artigo, abordamos como mobilidades de jovens se entrelaçam com redes familiares, laborais e criminais. Observamos as relações de regimes de mobilidades com tensões cotidianas atravessadas por conflitos entre polícias e facções nas periferias urbanas de Alagoas. Destacamos dois repertórios de mobilidades, expressos na forma de evacuações ou migrações, intermediados: (1) por instrumentos jurídicos e acesso da família a advogados, a partir do sistema de justiça juvenil e (2) por meio do agenciamento de relações familiares. Os garotos em questão fugiam de grupos de extermínio formados por policiais, em dois diferentes estados do Brasil. Perguntamos como redes estatais, mercantis e familiares se relacionam com movimentos de trabalhadores e bandidos entre “sertões” e “fronteiras”. Destacamos como eles moldam equilíbrios instáveis de poder, afeições e regulação de conflitos nas margens urbanas em cidades de Alagoas e outras cidades do Brasil.

Palavras-chave: Mobilidade, Margens, Facção, Família, Trabalho.

¹ Agradecemos às observações de Gabriel Feltran, Ada Rízia Carvalho, Rangel Fidéles, Moacir Carvalho, Nido Farias, Luciana Calado e Simon Jara, Taciana Alécio Rodrigues, além dos avaliadores anônimos que contribuíram para chegarmos à versão final do artigo.

Recebido em 21 de janeiro de 2021.

Avaliador A: 20 de fevereiro de 2021.

Avaliador B: 01 de abril de 2021.

Aceito em 01 de junho de 2021.

ABSTRACT

In this article, we discuss how juveniles' evacuation and migration are intertwined with crime, family, and labour networks. We observed the relationship of these journeys with daily conflicts stressed by the conflicts amongst prison gangs in the urban peripheries of Alagoas. We highlight two journeys of evacuation and migration: (1) related to the juvenile justice system and (2) to the family networks, both arranged by juveniles who were fleeing death squads formed by the police and their allies in different states of Brazil. We asked them how state, market and family networks are related to movements of workers and bandits between the Brazil's "backlands" and "borders". We highlight how they shape unstable balances of power, affection, and conflict regulation on the urban margins in Alagoas.

Keywords: Mobility, Margins, Prison gang, Family, Labor.

INTRODUÇÃO

Depois de uma pequena espera, enquanto éramos autorizados a entrar no complexo por um portão de ferro, alto e espesso, caminhamos por um pátio até um segundo portão, que dava acesso às unidades recém faccionadas² entre o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC). O portão não tinha guarita. Éramos nós mesmos que tínhamos de abrir e fechá-lo. Passado o portão, à esquerda, vimos um pequeno largo à meia distância, em frente à unidade de acolhimento inicial.

Era janeiro de 2017, verão quente em Maceió. Fazia cinco anos que conduzíamos uma pesquisa coletiva, tanto em unidades de internação quanto em bairros periféricos da cidade. A pesquisa focava os entrelaçamentos de redes familiares e afetivas de jovens e suas agências em mercados ilegais e cadeias. A pesquisa nos levou a novos interesses e engajamentos ao longo dos anos, pressionados pelo campo³ e por suas interlocuções.

2 A referida separação ocorreu em novembro de 2016.

3 As experiências deste artigo advêm de uma longa e intensa pesquisa sobre agências e mercados criminalizados, a partir da realização de uma pesquisa de campo em unidades de internação e bairros periféricos de Maceió e de cidades do interior de Alagoas. Teve o apoio de agências de fomento em diferentes ciclos: do edital Fapeal Humanidades, processo nº 60030-000260/2017 e do edital universal CNPQ, processo nº 48161120134. Também se beneficiou de dados de projetos em andamento, intitulados "A expansão das 'facções' e o novo 'mundo do crime' no Nordeste: os elos a partir de Alagoas", contemplado pelo edital Universal CNPq, processo nº 439179/2018-1,

Alguém na porta da unidade nos reconheceu e fez um chamado. Demoramos mais que o habitual para entender que era conosco. Quando viramos, notamos o coordenador da U-3, a unidade aonde estávamos indo. Rapidamente caminhamos em sua direção.

Era um homem negro, de óculos escuros espelhados e corpo esguio, vestindo uma camisa polo salmão, *jeans* e sapato preto, estilo *derby*. Cumprimentou-nos falante e simpático, não sem nos soar um pouco exagerado. Seus colegas nos cumprimentaram com um movimento de cabeça. Saudamo-lo e saudamos os monitores de volta, perguntando-lhe como estava a unidade. Não houve tempo para resposta.

Uma van da Sumese⁴ adentrou o segundo portão e, devagar, freou em frente à unidade de acolhimento inicial, na altura em que estávamos. Dois agentes desceram. Cumprimentaram todos e informaram que mais um adolescente chegou à unidade de acolhimento inicial, “veio pela justiça, transferido do Mato Grosso”.

Ouvimos, curiosos, e nos afastamos. Como fazíamos campo e mantínhamos interlocução simultaneamente dentro e fora do sistema, nos lembramos de entrevistas e situações recentes que tínhamos acompanhado. Incluíam relatos de adolescentes, jovens e adultos, homens e mulheres, sobre suas experiências ou as experiências de familiares no crime e no trabalho, em migração para outros estados, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Entretanto estávamos particularmente surpresos com a intensificação dos movimentos para o Centro-Oeste e o Norte do país. Até então, não tínhamos noção de que esses movimentos tinham relação com a migração de nordestinos em busca de trabalho e acompanhando familiares desde os anos 1970, nordestinos que, até meados dos anos 2010, eram ascendentes (OJIMA e FUSCO, 2014; OLIVEIRA e JANNUZZI, 2005).

Uma das pessoas com quem havíamos conversado fora Bira⁵, homem alto e magro de pele parda, castigada pelo sol. Vestia camisa de torcida organizada, além de uma bermuda e chinelo manchados com cimento. Era servente de pedreiro e morava na região da Lagoa Mundaú, na Zona Sul de Maceió, região associada a uma intensa pobreza e ao estigma da violência urbana. Equilibrando-se no telhado de uma casa, se emocionou ao ouvir *Munnakyalo*, um reggae ugandense, conhecido em Maceió como *Melô de paixão*. Recordou uma época, no final dos anos 2000, em que se divertiu com um parceiro em discotecas situadas em regiões da cidade nas

e “Conexões marginais: periferias, mercados ilegais e a expansão das facções criminais no Brasil”, aprovado em edital Fapesp-Fapeal (processos nº 2019/25686-9 e nº APQ2019041000071), parceria entre os grupos Namargem/UFSCar e Gruppaes/Ufal.

4 Superintendência de Medidas Socioeducativas de Alagoas.

5 Por questões éticas, os nomes de nossos interlocutores são inventados.

quais hoje não podia andar: “Eu andava muito em discoteca nessa época. Hoje é embaçado, não dá. O cara tem que se ligar. Eu não ando ali pra Jaraguá, Pajuçara. Tem muito alemão”. Trata-se de uma referência aos aliados do PCC, agora inimigos de seus *considerados* do CV.

Apesar de ter-se afirmado como não envolvido com os negócios de facção, ele se posicionou afetivamente vinculado aos faccionados: “Esse negócio de facção aí, eu não sou envolvido, mas conheço os cara tudinho na minha área, sou considerado⁶. Fico cabreiro de andar em outra parada”. Aos poucos, na conversa, vamos entendendo como “conhecer” e ser “considerado” o coloca numa situação liminar de risco ao caminhar por outras regiões da cidade.

Suas ligações com as facções eram mais fortes do que à primeira vista transpareceu ao falar em “não ser envolvido”. Sua vida e a vida de seus familiares foram profundamente afetadas pela atuação policial e pela recente ruptura da aliança CV-PCC, em 2016 (MANSO e DIAS, 2018; RODRIGUES, 2020a). A nova direção das ligações entre ladrões e polícia colocou membros de sua família numa rota de colisão. Gerou juras de morte, afastamentos mútuos e evacuações, um manancial de sofrimentos, além de forçar a mãe, em dificuldades – econômicas e de mobilidade – a visitar regularmente seu irmão, encarcerado em um presídio federal em Roraima:

Eu tenho primo dos dois lado [PCC e CV] que não se fala. Muito sofrimento. Tenho um irmão que tá preso lá em Roraima. Tudo calado, não pode falar com ninguém. Só minha mãe que vai lá de dois em dois meses visitar ele. Ninguém mais pode entrar. Ele tá *sussegado*. Tem os *a favor* dele lá, não falta nada. Mas é muito longe de casa. Minha mãe vai lá dois meses, três meses. Mas é longe. Ela sente falta. (BIRA, grifo nosso).

É de mobilidades de jovens e familiares entre margens regionais e urbanas, incluindo pequenas e médias cidades, que vamos tratar neste texto. Entretanto observamos tais fenômenos em sua intersecção com conflitos cotidianos marcados por conflitos entre facções e as dinâmicas de punição ilegal perpetrada por policiais. A nova divisão de poder constrange e constrange a figuração de mercados e governos criminalizados dentro e fora do sistema socioeducativo de Alagoas. Também pressionou as dinâmicas de grupos de extermínio que miram operadores baixos do tráfico e do comércio de mercadorias roubadas, homens jovens, particularmente negros. O texto abrange eventos em periferias de cidades de um estado triplamente periférico

6 “Considerado” foi um termo que ouvimos de diferentes interlocutores para situar suas proximidades e, ao mesmo tempo, distâncias com atores criminais aliados de facções ou de lideranças policiais que coparticipavam de mercados ilegais. O termo sinaliza que uma pessoa é parte de alguma rede fraternal, participando de sociabilidades de diversão, redes de ajuda mútua, eventualmente algo “criminal”, como guardar uma arma ou receber algo roubado, mas não diretamente vinculada aos negócios criminais como o tráfico e o roubo. Muitos são considerados porque conhecem essas lideranças em alguma penitenciária e, após a saída, definem-se como fora do crime, mas ainda próximos de pessoas que estão nele.

no capitalismo global – regional, nacional e internacionalmente – em conexões com outras regiões do país, como estados fronteiriços.

A questão que nos guia é o modo como pressões estatais, mercantis e familiares se entrelaçam, figurando repertórios de mobilidades de trabalhadores, de famílias e do crime entre regiões periféricas do Brasil. Nesses percursos, atentamos para os equilíbrios instáveis de poder, afeições e regimes de mobilidades entre margens urbanas particulares a Alagoas.

A longa pesquisa coletiva desenvolvida entre 2012 e 2018 nas dependências do sistema socioeducativo de Alagoas⁷, lastreada em diários e notas de campo, muitos deles discutidos em reuniões da equipe, foi o guia para o desdobramento de outras estratégias metodológicas complementares. Considerando a cadeia como um lugar produtivo de relações (BUMACHAR, 2016; PADOVANI, 2015), o primeiro ano e meio de interlocuções e entrevistas (WEBER, 2009) com funcionários e jovens internos forneceu as bases de um questionário focado em apreender dinâmicas intergeracionais de jovens em Alagoas e, a partir delas, aspectos singulares das instituições estatais e mercantis do estado. As interlocuções, as entrevistas e os questionários foram acompanhados das notas de experiências dessas interações e continuaram a guiar o conjunto da pesquisa.

Neste artigo, reconstruímos as trajetórias de dois jovens internos e os movimentos coproduzidos pelo estado, pela família e pelo crime, além do mercado. Abordamos tomadas de posição e percursos de mobilidade de pessoas entre os bairros de uma cidade, entre as cidades de um estado e entre as cidades de diversos estados do Brasil, entrelaçadas com conflitos e alianças faccionais, familiares e de amizade em territórios urbanos periféricos.

Neste artigo, abordamos dois tipos de mobilidade inter-regionais intermediados (1) pelo sistema de justiça juvenil e (2) por redes familiares, ambos agenciados por adolescentes em fuga de grupos de extermínio com agentes policiais de estados diferentes do Brasil, além de seus aliados, alguns formando milícias.

MOBILIDADES, FRONTEIRAS E FACÇÕES

A relação entre mobilidades inter-regionais – especialmente na forma de migrações e evacuações – e dinâmicas de conflito armado tem ganhado destaque em estudos de fenômenos

⁷ Fruto desse percurso são os seguintes trabalhos: Carvalho (2021) e Santos (2021).

latino-americanos não brasileiros (LEÓN, 2019b; PEÑA e GARCÍA-MENDOZA, 2019) a partir de chaves analíticas bastante heterogêneas. Dialogam com este artigo as que destacam as limitações de pensar as mobilidades em termos de fronteiras nacionais externas e internas, conferindo importância às motivações e às táticas para os deslocamentos próximas das perspectivas de seus atores e atrizes (ARAYA e ARAYA, 2016; FACUNDO, 2017; IDLER, 2019; LEÓN, 2019a; NÚÑEZ, 2016).

Essas perspectivas têm afinidades com nossa abordagem, que entende os repertórios de mobilidades por meio de interpenetrações de constrangimentos estatais e mercantis e processos de subjetivação que levam em conta tramas afetivas de parentesco (BUMACHAR, 2016; FREIRE-MEDEIROS e LAGES, 2020; PADOVANI, 2015) e redes fraternais de trabalho e do crime (RODRIGUES, SILVA e SANTOS, 2020). Propomos uma abertura de agenda quanto às relações entre mobilidade inter-regional, dinâmicas de coletivos criminais armados e trabalho precário.

Os movimentos de pessoas do Nordeste em busca de trabalho para estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, são bem conhecidos (FURTADO, 2003), ainda que as informações desse tipo ligadas a Alagoas sejam pouco sistemáticas e detalhadas (ALBUQUERQUE e CANIELO, 2011; PLANCHEREL, ALBUQUERQUE e VERÇOZA, 2011). Alagoas é um polo historicamente subordinado à lógica expulsória de populações associada ao movimento do capitalismo global. Tanto em sua feição colonial quanto em sua versão bipolar, condensada no desenvolvimentismo nacional brasileiro, a mobilidade foi altamente pressionada pelo colonialismo interno e pelo capitalismo internacional, desenvolvido no Império e continuado na República. Tal percurso desembocou tanto nas migrações de pobres para margens rurais e urbanas de outras regiões do país (FURTADO, 2003; SANTOS, 2008; VELHO, 2009) quanto na criação de mercados ilegais em periferias. Entretanto a figuração contemporânea das mobilidades relacionadas às dinâmicas criminais e aos conflitos armados urbanos é pouco discutida.

A “ruptura da aliança” entre o CV e o PCC em presídios do Brasil ocorrida em agosto, mas com repercussões mais intensas em novembro de 2016, era uma situação recente para nós, em campo em janeiro de 2017. Acompanhamos, de dentro do sistema socioeducativo alagoano a divisão de unidades pela relação entre exercício de governo faccional e território urbano, apesar de Alagoas não ter sido marcado por fatos semelhantes aos massacres prisionais de Roraima, do Amazonas ou do Rio Grande do Norte (MANSO e DIAS, 2018; MELO e RODRIGUES, 2017).

Abundaram, porém, relatos de assassinatos fora das prisões e de evacuações de adolescentes e jovens das casas e bairros onde foram criados. Houve uma série de afastamentos

e separações repentinas entre irmãos, primos, amigos de infância e de vizinhança, tudo porque uns correm com o 3, e outros, com o 2⁸. São fenômenos tão massivos quanto invisíveis nas arenas públicas, expressos na indiferença de bancos de dados dos governos estatais, que reproduzem perspectivas restritas da “lei e da ordem”.

Como tem chamado atenção um conjunto relevante de etnógrafos, os regimes de regulação dos conflitos nas periferias urbanas são múltiplos, concorrentes ou complementares. São também atravessados por enunciados e posturas mutantes sobre a demarcação moral e pragmática do legal/illegal (BIONDI, 2017; FELTRAN, 2020; MARQUES, 2016; TELLES, 2010).

Um dos repertórios que coexistiram com a atuação da polícia e de tribunais é aquele expresso por facções, nos sentidos que assumiram nos sistemas prisionais dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ficou evidente que agora não estão concentradas nas grandes megalópoles brasileiras – ocupam também as margens urbanas regionais e de países vizinhos (MANSO; DIAS, 2018; MELO; RODRIGUES, 2017; PAIVA, 2019; RODRIGUES, 2020a, 2020b; SIQUEIRA; PAIVA, 2019).

Para dar conta das experiências de mobilidade relacionadas aos conflitos faccionais que temos observado em cadeias e favelas de Alagoas, sentimos a necessidade de levar em conta outras escalas e ritmos (FREIRE-MEDEIROS e LAGES, 2020). Além da prisão e da rua, da entrada e da reentrada nos sistemas penitenciário e socioeducativo (GODOI, 2017; MALLART e RUI, 2017), parece importante atentar empiricamente para as circulações entre prisões e *quebradas* de diferentes regiões e estados do país. Isso implica olhar a circulação e as alianças entre prisões e favelas de diferentes estados e problematizar o impacto da percepção dessas escalas sobre os cotidianos em que as regulações da violência local se atualizam. Ademais, permite olhar a alteração nas formas de subjetivação e ação coletiva nas margens urbanas de pequenas e médias cidades, que aumentam suas dependências mútuas com o sistema-mundo (WALLERSTEIN, 2011), particularmente através de redes altamente criminalizadas.

A esse respeito, seguimos pistas deixadas por Bumachar (2016) e Padovani (2015), que sugerem que as feições afetivas das redes de proteção que se enovelam com os significados de “estar preso e livre” e de se sentir “estranho ou estrangeiro” em uma cadeia permitem entrever horizontes de mobilidade entre esses atores, oriundos de múltiplos territórios e escalas, interconectadas por mercados ilegais e governos criminais. A compreensão das lógicas de

⁸ É muito comum a referência ao PCC como o “3” (três) e o CV como o “2” (dois): há fotografias nas redes sociais de jovens em que são vistos usando as mãos e os dedos para simbolizar um dos coletivos.

encarceramento de pessoas em sistemas prisionais de países diferentes de onde os encarcerados ou encarceradas nasceram também se coloca para as relações entre sistemas prisionais de estados diferentes de um mesmo país. Aqui, destacamos o invisível fenômeno das mobilidades que borram as fronteiras internas e étnicas dos estados de um país a partir de suas dinâmicas criminais.

Não podemos, entretanto, supor que os trânsitos entre cadeias e quebradas de cidades de estados diferentes operem os mesmos efeitos de hegemonia ou multipolarização de coletivos criminais nas cidades onde os coletivos surgiram. Consideramos que estão atreladas a desenvolvimentos estatais e mercantis distintos que interpenetram as trajetórias afetivas das pessoas, tomadas aqui também como estratégia metodológica de aproximação das mobilidades.

A partir dos relatos e interlocuções, podíamos identificar um percurso de mudanças nas balanças de emoções que formavam estimas próprias desses garotos. Isso inclui suas expressões de que foram inferiorizados afetivamente por alguma pessoa de quem eles esperavam alguma proteção afetiva. As expressões de consideração ou desprezo por alguém foram posicionadas como uma trajetória de deslocamentos afetivos, a partir da qual poderíamos compreender suas agências por busca de proteção e cuidado, ou que expressavam a perda da esperança de terem algumas dessas expectativas frustradas. Portanto mobilidade, aqui, não se refere apenas a deslocamentos territoriais, mas também afetivos (GUEDES, 2015 e 2017), que engendram dinâmicas de conflito e apaziguamento nas personalidades, inscrevendo o modo como os impulsos e desejos movem as pessoas e suas redes (ELIAS, 1994). Isso nos serviu de guia para perceber mudanças em suas vidas rumo ao engajamento em redes criminais e redes de proteção fora da família ou as ambivalências nos sentidos de proteção implicadas na enunciação dessas referências de alianças e parcerias, seja como *família*, seja como facção (RODRIGUES, SILVA e SANTOS, 2020).

Com essa bússola, ficávamos atentos à importância de outras motivações nas vidas desses jovens. Através de expressões de afeição, repulsa e indiferença de pessoas, reconstruímos trajetórias e delas tracejamos deslocamentos como mudanças de casas, de família e de redes afetivas para além da família, calibrando a percepção para notar mobilidades indesejadas ou desejadas, entrelaçadas com as trajetórias no crime.

SANDRINHO

Ele veio escoltado por um monitor, por uma porta lateral. Andou até a sala da equipe técnica arrastando as sandálias, jogando os braços para frente e para os lados, retendo na boca e nas bochechas um pequeno riso, provocador e sarcástico. Com os braços algemados para trás, de cabeça baixa, uniformizado com bermuda vermelha e camisa branca, se aproximou da porta. A psicóloga o cumprimentou de maneira amistosa e pediu ao monitor que tirasse as algemas. Sandrinho era um jovem negro esguio de 17 anos. Tinha os cabelos cortados, provavelmente com máquina 0,5 ou 1, com uma listra fina nas laterais, feita com máquina zero. Fez um movimento de levar as mãos até as costas, terminando por coçar a cabeça, gesto repetido de tempos em tempos durante a entrevista.

Já sentado na cadeira surrada e sem forro e encostado em uma parede, ele nos conta que nasceu em Branca de Atalaia, pequeno povoado próximo ao município de Cajueiro, na Zona da Mata alagoana. Quando tinha três anos, seus pais se separaram. Ambos trabalhavam como agricultores de subsistência em pequenos sítios, plantando macaxeira (mandioca), feijão e milho, tudo em pequenas quantidades.

Conta que, durante a separação, sua mãe mostrou intenção de levá-lo, e ele, de acompanhá-la, porém o pai não permitiu, valendo-se de violências físicas e ameaças. Como passaram a morar próximos após a separação, mãe e filho mantiveram contato. Sua avó e sua tia paternas foram as pessoas que efetivamente o criaram a partir de então, cuidando do garoto por oito anos. Durante esse tempo, a mãe manteve-se no horizonte da vida de Sandrinho, compondo sua convivência no bairro, recebendo-o em sua casa, ainda que nunca tenha se tornado uma figura da rotina doméstica e cotidiana dele. Ainda assim, tal presença acalentou idealizações de Sandrinho de que sua mãe se tornasse uma mãe mais próxima e concreta, bloqueando a percepção de que ela raramente partilhava o cotidiano doméstico com ele.

Entretanto, quando Sandrinho completa 10 anos, sua mãe decide mudar-se para São Paulo, acompanhando o então atual marido, agora com dois filhos da nova relação. Nesse período, o garoto decide ir morar com o pai, em uma tentativa de aproximação. O movimento não parece ter sido bem-sucedido. Sandrinho continuou sentindo-se alienado do afeto paterno, pois julgava que o pai dava mais atenção ao enteado – filho biológico de sua atual esposa, da mesma idade que Sandrinho –, criando-o como um filho. Tal ressentimento foi agravado pela percepção de que o pai era responsável também pela privação da companhia significativa de sua mãe “de sangue”, à época da separação. A ida da mãe a São Paulo e sua investida malograda

de aproximar-se de seu pai o marcou, para nós um ponto de referência uma virada em sua vida:

Porque a *mulé*, meu pai tá com uma *mulé*, né? E a *mulé* do meu pai, tem um filho que é quase da mesma idade, menor que eu um ano, e o meu pai só dava valor a ele, não dava valor a eu não. Aí eu botei na cabeça: “Não vou morar mais com esse *bicho* não”. Pra chegar na casa da minha avó, não dava nenhum valor a eu. Peguei minha roupa e saí de casa.

A saída de casa é um evento que se entrelaça com alterações bruscas nas redes de pessoas que nutrem ou privam de sentidos as vidas de crianças e adolescentes. São mudanças geradas por morte de parentes queridos, doença ou conflitos armados, acompanhadas da percepção e do sentimento de estar abandonado. Tais tormentas psíquicas queimam o combustível da ansiedade, que pode se enlaçar com esses eventos de engajamento em rivalidades de proteção de parceiros. As trajetórias de equilíbrios instáveis no ambiente interpessoal de fornecimento de afeto e sentido de vínculo vão se posicionando no mundo de alguns garotos a partir da ideia de “ganhar a vida” e disputar o poder na quebrada. São crianças e “sujeitos-homem” (DRYBREAD, 2014) com uma fachada frágil, mas violenta, que ostenta força bruta e pouca fala a todo custo. Isso é uma fonte propulsora da busca por redes de proteção que ganham forma em repúblicas de parceiros, menos no sentido de estilo de governo da casa e mais no sentido do compartilhamento da vida doméstica em uma mesma residência com gente da mesma idade (GALEANO e ALMEIDA, 2018; LYRA, 2013). Também abarca comprometimentos de aliança nos negócios na rua, no companheirismo e na parceria cotidiana, moldando a “correria no crime” e na vida.

Nosso interlocutor relata que aos 11 anos começou a se envolver em “corres”, roubando e traficando, momento que coincidiu com a ida de sua mãe a São Paulo, a tentativa de se aproximar do pai em Maceió e a percepção de abandono que sentiu em relação aos dois. Sandrinho enuncia em diferentes momentos da entrevista a percepção de que eles não acreditavam em seu distanciamento do crime. Ao sair da casa do pai, encontra moradia com parceiros ligados ao CV, onde mergulha de vez em batalhas por tomadas de bocas de fumo ou “biqueiras”, defendendo e atacando hordas de garotos, então fragilmente marcadas por alianças faccionais. Essas facções se faziam mais presentes em dinâmicas atacadistas que dinâmicas no varejo, algo que começou a mudar mais intensamente a partir de 2014. Nesse momento, os pontos de venda passaram a ser tratados quase como irmandades de redes atacadistas. Essas disputas culminaram na “ruptura da aliança” em termos nacionais, em 2016, e a intensificação de um senso de compromisso com obrigações faccionais em Alagoas desde então. Sandrinho relata:

Eu morava aí no Clima Bom II, fui pra casa do meu pai, passei uns dois, três dia

na casa do meu pai. Meu pai disse: “Fica aí morando comigo”, mas ali né lugar pra morar não, peguei minhas roupa e fui pra casa do meu parceiro e pá. Aí na casa desse parceiro, só rolava atentado, os cara só botava pra matar *nóis*, aí ligou pra minha tia – pra você vê, o meu pai de lá não quis me buscar não, eu era mais *muleque*, meu pai não quis me buscar não, aí ligou pra minha tia. A minha tia lá de Branca de Atalaia veio me ver. Aí eu só fui por causa dela, porque se fosse ele que tivesse ido me ver, eu não ia não. Só foi por causa dela, que eu considerava mais.

A aproximação de Sandrinho do crime, como a de outros garotos que entrevistamos, se relaciona às dinâmicas de apego e desapego (desilusão) afetivos (BOWLBY, 2002) associadas às rede de proteção, de oportunidades de ganho e sobrevivência disponíveis. Nesse entrelaçamento, as buscas por estima própria ganharam forma. É nesse contexto que Sandrinho dá sequência a relações de vingança, tomando as dores de um parceiro e iniciando um curso de engajamentos em batalhas que redundaram em assassinatos. É esse engajamento que faz dele uma pessoa marcada para morrer entre adversários. Assim, vê-se obrigado a sair de Maceió, voltando novamente para seu povoado, não mais para morar com a família, mas em outra república de parceiros.

Encontra na pequena localidade uma situação de violência crônica (COLAK e PEARCE, 2009), ligada a disputas por bocas de fumo com um grau elevado de integração com os conflitos de Maceió (Sandrinho buscava as drogas que comercializava em bairros da capital). Novamente vê-se pressionado a abandonar sua moradia, na periferia do município, fugir e migrar.

FERNANDO: Então quando aparecia um corre no bairro deles, vocês também faziam?

SANDRINHO: Fortalecia.

FERNANDO: Era um negócio. Aí eles começaram a se sentir invadidos, aí eles vinham pra pegar vocês?

SANDRINHO: Ia pra lá dá ataque. Aí meu tio soube, meu tio tá com uns 15 ano que tá em Mato Grosso já [...]. Quem comprou a passagem foi meu pai. Óia, não sei que milagre que ele comprou a passagem.

FERNANDO: Entendi.

SANDRINHO: Deu 900 conto pra eu ir pra Mato Grosso. Aí [fui] no ônibus clandestino.

Valendo-se de contatos familiares, entremeados com os contatos de trabalho, seu pai lhe dá um dinheiro para que vá morar com um tio em uma cidade do interior de Mato Grosso. As esperanças dos familiares de que Sandrinho mudasse de vida não eram fortes.

Mencionou, orgulhoso, sua habilidade de roubar carros, reconhecendo ali algo em que era bom. Ademais, reconhece tanto em parcerias quanto nas inimizades e rivalidades pontos de referência para seus investimentos em busca de afeições e sentidos. Por outro lado, entendia que poucas pessoas de sua família estariam interessadas nele de maneira afetivamente engajada,

ainda que houvesse disposição deles para tentar livrá-lo daquela urgência criminal.

Ao chegar à cidade do interior de Mato Grosso, a despeito de ter arrumado um trabalho de baixa remuneração como entregador, faz amizades em uma rede de jovens traficantes e ladrões ligados ao CV. As amizades vêm acompanhadas da requisição de serviços, especialmente roubar carros para os *cabeças* montarem ações maiores de tráfico e roubo e levantarem seus negócios na fronteira. Engatilha uma série de roubos, além de atuar no tráfico, o que lhe rende atenção da polícia local, que pretende exterminá-lo, marcando-o.

Em uma de suas atuações, Sandrinho roubou um carro em uma cidade média de Mato Grosso, trocado por 40 kg de maconha. Era um serviço demandado por um aliado do Comando Vermelho. O veículo roubado provavelmente teria uma trajetória diferente da de Sandrinho, um garoto negro, pobre, migrante nordestino vindo do interior de Alagoas.

O carro poderia ter alimentado o mercado ilegal de automóveis na fronteira com a Bolívia, ou ter sido desmontado e ter suas peças vendidas em mercados legais e ilegais em cidades brasileiras, emaranhados com desmanches de seguradoras (FELTRAN, 2019 e 2021). Ademais, poderia, antes de virar veículo legal em outro país, se tornar um instrumento de outro roubo maior, liderado por aliados do CV.

No entanto há também uma regularidade no fluxo das pessoas envolvidas no roubo de carros e tráfico de drogas pelo país, entre diferentes estados e regiões. É nesse fluxo que estamos interessados aqui.

Se um adolescente como Sandrinho continuar neste negócio, em ocupações inferiores de mercados ilegais, mais cedo ou mais tarde estará em uma instituição de encarceramento juvenil. Para um migrante nordestino, especificamente alagoano, existem outras alternativas típicas para sua trajetória (FELTRAN e FROMM, 2020; KNOWLES, 2011). Ele pode estabelecer alianças com jovens fencionados no sistema socioeducativo do estado para onde migrou e “fazer carreira” lá mesmo.

No entanto não é incomum que a família e o jovem peçam ao Juizado da Infância e Juventude que o adolescente seja levado para mais perto de sua família, especialmente nos casos em que está marcado por grupos de extermínio para morrer, num lugar onde tem uma frágil rede de proteção. Assim fez Sandrinho, que, com receio de ser morto por policiais mato-grossenses, pediu para ser transferido para Alagoas, alegando estar perto da família. Um mês após o deferimento de seu pedido, ele saiu escoltado por policiais alagoanos em um voo rumo a Maceió.

ENTRELAÇAMENTOS ENTRE REGIMES DE MOBILIDADE: FAMÍLIA, ESTADO E FACÇÃO

Em casos como o de Sandrinho, o adolescente é encaminhado a um estabelecimento situado na capital alagoana, com o apoio mútuo de sistemas estaduais de justiça juvenil e polícias. Diferentemente de alguns estados brasileiros, o sistema socioeducativo alagoano não conta com unidades de internação no interior do estado, mas também não sugerimos que o sistema se expanda.

Todos os casos em que o juiz aplica uma medida de internação, provisória ou em decisão de mérito, o jovem do interior deve ser encaminhado a Maceió, mesmo que o fato tenha ocorrido na cidade alagoana mais distante da capital. Se um adolescente tiver sido encaminhado por policiais à Justiça em cidades como Delmiro Gouveia, na região sertaneja e fronteiriça da cidade de Paulo Afonso, na Bahia, ele deveria ser levado à capital, Maceió.

Deveria porque a gestão da ilegalidade do comportamento de crianças e adolescentes realizada por agentes estatais também tem regimes normativos múltiplos. Uma parte da vida de jovens e adolescentes interioranos que margeiam a vida criminal em Alagoas passa pelas delegacias de polícia. Adolescentes do interior do estado estão mais sujeitos a um processamento criminal mais informal, a partir de delegacias que os da capital. Antes de serem encaminhados a uma vara da infância e juventude e a uma unidade de internação na capital, eles costumam passar mais tempo sob a custódia de policiais e delegados.

A partir dos questionários aplicados durante a pesquisa, notamos que não há significativas diferenças entre a quantidade de passagens por delegacias entre adolescentes e jovens da capital e do interior. No entanto, quando se trata da quantidade de dias em que adolescentes e jovens ficaram em uma delegacia, antes de serem transferidos a uma unidade de internação, nota-se uma disparidade. Os do interior passam mais tempo em uma delegacia que os da capital. Tal fenômeno, entrevisto nas tabelas 1 e 2, aponta para a maior sujeição de adolescentes e suas famílias a uma administração judiciária do processo criminal nas mãos de policiais e delegados, afetando as dinâmicas de circulação dos jovens via sistema de justiça.

Tabela 1. Quantidade de passagens por delegacias e local de nascimento do garoto (N = 176)

Nº de passagens por delegacia	Capital	Interior	Fora de Alagoas	Total
Sem passagem	0	1	0	1
1-2	40	36	3	79
3-4	24	21	1	46
5-6	8	11	0	19
Mais de 6	15	14	2	31
Total	87	83	6	176

Fonte: Banco de dados MIADP – Maceió/Gruppaes/Ufal (2019).

Tabela 2. Tempo máximo em uma delegacia antes de ser encaminhado a uma unidade de internação, em dias, e local de nascimento do garoto (N = 162)

Tempo em delegacia até a transferência (em dias)	Capital	Interior	Fora do estado	Total
1-5	53	33	3	89
6-10	15	20	1	36
11-15	8	9	1	18
15-20	2	4	0	6
mais de 20	1	11	1	13
Total	79	77	6	162

Fonte: Banco de dados MIADP – Maceió/Gruppaes/Ufal (2019).

No espaço da delegacia, a interação entre família e polícia pode fazer a diferença na decisão a ser tomada sobre o processamento do adolescente ou do jovem. A família pode resolver o caso diretamente com os policiais, em uma negociação “de balcão” que pode envolver dinheiro, serviços ou conversas que subliminarmente assinalem uma proximidade com redes de amigos, conhecidos ou parentes de autoridades ou policiais do município. Essas interações podem desdobrar algum tipo de alternativa de encaminhamento informal do adolescente preso, retirando os tribunais do horizonte. Apenas quando o caso chega a alguma vara da infância e juventude, algo que depende muito dos policiais, o garoto é encaminhado a Maceió. Nesse meio-tempo, muita conversa foi desenvolvida entre parentes, ladrões e traficantes sobre as posturas a serem tomadas pelo adolescente diante dos agentes do Estado e do sistema.

No sistema socioeducativo alagoano, Sandrinho vai parar em uma unidade daqueles que “corriam com o PCC”, não por vínculos faccionais anteriores, como já destacamos, mas devido a amizades e parcerias anteriores do crime em Alagoas. Dentro da unidade é que ele fica

“fechadão com o PCC”. Ele relata:

FERNANDO: E algum policial já quis te matar?

SANDRINHO: Rapaz, já, em Mato Grosso. Só vim pra cá porque os policial queria me matar lá. Porque eu tava roubando muito e traficando.

FERNANDO: Entendi. Mas lá você já teve contato com o PCC, coisa assim?

SANDRINHO: Só com os cara do CV.

FERNANDO: Entendi. Mas aqui você tá correndo mais com o lado do PCC ou do CV?

SANDRINHO: Rapaz, eu tô mais do lado do PCC, véi. Tô fechadão.

No caso de Sandrinho, a mudança de Mato Grosso para Alagoas implicou uma adaptação rápida a um novo equilíbrio de poder entre os grupos que coconstroem a ordem na nova unidade em Maceió. Ele tinha negócios com pessoas do CV em Mato Grosso, mas disso necessariamente não decorreram compromissos inter-regionais de facções. As redes familiares e de parceiros, que não necessariamente seguem procederes faccionais, foram os principais vasos comunicantes (GODOI, 2017) de informações e aconselhamento nas redes criminais em Alagoas. Tais trocas se deram a partir de mensagens do aplicativo WhatsApp em um mercado interno, ilegal e, por isso, instável de celulares, mas também através de ligações esporádicas, reguladas, feitas durante os atendimentos da equipe técnica. A partir dessas tramas de circulação de informações, ele se posicionou diante das equipes de triagem do socioeducativo quando chegou a Maceió.

Da mesma maneira que familiares e parceiros são agenciados para promover a mobilidade de jovens e adolescentes em situações de conflitos mortais, principalmente mulheres, mães primárias ou substitutas (tias, avós), ainda que não apenas elas, são as redes de amigos e “considerados”, não necessariamente faccionados, que tinham mais força na vida de Sandrinho como referência de seu posicionamento no crime. Ele transitou bastante pelas periferias maceioenses porque atuou no tráfico de lá antes de ir para Mato Grosso e estava enredado em distintas redes interpessoais dentro e fora do sistema, tanto na capital quanto em cidades do interior.

Desde 2014, a atuação criminal com sentido de aliança faccional em cidades do interior e na capital tornou-se cada vez mais interdependente, mas nada hegemonicamente estável a ponto de atribuirmos um sentido de fidelidade faccional hierarquicamente superior. A facção como crença em uma trajetória criminal e num sentido de vida passou a conviver agonisticamente com referências de família de fraternidade de bairro já vigentes. Foi por meio delas que os sentidos faccionais foram se tornando cada vez mais fortes, assim como os conflitos entre essas referências de afeição grupal.

No sistema socioeducativo, entretanto, as facções se impuseram de maneira claramente

dominante a partir de novembro de 2016, a ponto de o sistema ter levado isso em consideração, separando os jovens na “porta de entrada”. No sistema, a facção se impôs de maneira mais forte que a família ou as alianças fraternais de bairro.

As redes de comunicação entre as famílias dos adolescentes e as equipes das unidades – sejam as técnicas, sejam as de segurança (GODOI, 2017) – e as redes que se formaram na constância de entrada e saída de jovens do sistema (MALLART e RUI, 2017) foram vitais para Sandrinho se posicionar diante das equipes de triagem. Algumas perguntas passaram a ocupar seu psiquismo desde o pedido de transferência para Alagoas, já muito “sabido” em relação a regras do crime desde criança e a como se portar diante do sistema. Nessas tomadas de posição estão embutidas potenciais trajetórias no crime. Sandrinho podia reforçar uma aliança faccional entre redes de estados diferentes ou seguir parcerias ou amizades criminais anteriores em sua vizinhança ou em sua família em Mato Grosso. Isso pode significar uma mudança de aliança. Nesse período, prevaleceu a segunda alternativa, distanciando-o de redes do CV em Mato Grosso e aproximando-o de redes do PCC em Alagoas.

Se em Mato Grosso parecia haver tensões entre o PCC e o CV, com uma vantagem hegemônica para o último, nas carceragens de delegacias, do sistema socioeducativo e penitenciário (MANSO e DIAS, 2018), o caso de Alagoas era e continua a ser diferente. Havia um equilíbrio tenso, mutante e menos desigual entre os que “correm com o PCC e com o CV”, além das redes menos integradas e coesas que se enunciam diante das duas maiores como grupos “neutros” (RODRIGUES, 2020a).

Em Alagoas, não parecia nem parece haver hegemonia de uma facção, mas da lógica faccional que alimenta rivalidades e zoneamentos de circulação intra e interurbana. Essa figuração estava tensionada pela atuação de policiais e grupos que se enunciam como “neutros”, estes últimos relativamente menos poderosos, mas poderosos o suficiente para impor limites à expansão de alianças do CV e alianças do PCC em suas quebradas.

No caso de Sandrinho, o deslocamento não derivou diretamente de um vínculo faccional formado em outro estado. Mas dele gerou a necessidade de se posicionar em um jogo de poder marcado por divisões faccionais no sistema socioeducativo de Alagoas, algo que antes de 2016 não aconteceria. Foi a partir de sua vivência em presídios e no sistema socioeducativo que surgiram os dispositivos capazes de verificar com quem Sandrinho “corria e fortalecia”, auxiliando sua tomada de posição diante da triagem. Desse diálogo de posturas frente a frente, mediada por circulações de informações por meios digitais, deu-se o encaminhamento para o alojamento dos que correm com o PCC e não dos que correm com o CV, apesar de ter sido mais próximo de negócios e parcerias com jovens que corriam com o CV em Mato Grosso.

ROCHA

Janeiro de 2013. Calor. Estamos no que deveria ser uma sala de aula na Unidade de Internação de Jovens e Adultos (Uija). Livros enviados pelo Ministério da Educação (MEC) estão espalhados no canto direito da sala, alguns atingidos por umidade – a mesma situação das paredes –, que dispersam o mofo e o mau cheiro no ar.

Estamos sentados em carteiras velhas, uma delas sem o braço. A única entrada de luz natural é o portão por onde entramos. A sala também é uma cela. Quinze minutos se passaram após a solicitação, e apenas então ouvimos passos, primeiro sobre terra batida, depois sobre cimento. Olhamos o portão e vemos Rocha – o jovem que os agentes trouxeram – e, em seguida, o monitor. Levantamo-nos das carteiras para cumprimentá-lo e nos apresentamos.

Ele conta que seus pais vieram do norte de Alagoas. A mãe nasceu em Matriz de Camaragibe, e seu pai, em São Luis do Quitunde, cidade onde Rocha morou junto com a irmã até os sete anos, quando seus pais se separaram. “Fui morar com meu pai. Escolhi meu pai”, acentuou, expressando alguma rudeza. “Eu era mais apegado a meu pai. E a minha mãe era mais apegada a minha irmã”, justificou. Enfatiza que seu pai foi seu pai e sua mãe. Seu pai era quem lhe visitava no sistema.

Depois da separação, a mãe de Rocha migrou para São Paulo com uma nova família, onde morou até o período da entrevista. O pai mudou-se para Maceió, buscando o apoio da avó de Rocha para criá-lo. Precisava conciliar o vínculo filial com Rocha e a busca por trabalho.

Apenas num momento posterior da entrevista esse episódio ficaria mais claro, quando Rocha se sentiu mais à vontade para enunciar seus sentimentos. Voltamos ao assunto quando insistimos em entender por que em determinada altura de sua vida ele foi morar com a mãe.

Ele explica que, ainda pequeno, após se mudarem para Maceió, o pai arrumou um emprego através de redes de amigos em plantações de cana-de-açúcar de Mato Grosso. No início, o pai foi sem Rocha, que ficou com sua avó paterna. Meses depois, o pai veio buscá-lo. Eles ficaram um ano lá e, após o fim do ciclo sazonal de trabalho nas usinas, retornaram a Maceió; em dois meses o pai encontra outro trabalho. Ele vai sozinho a Mato Grosso e, um mês depois, Rocha vai ao seu encontro, numa viagem num ônibus clandestino⁹.

9 Fizemos uma viagem semelhante no mesmo tipo de ônibus em janeiro de 2020. Embarcamos em um ônibus rumo a cidades de Mato Grosso através do sertão de Alagoas, da Bahia, de Goiás, o Distrito Federal, de Goiás de novo e, por fim, de cidades do Mato Grosso. Desembarcamos em Primavera do Leste, onde acompanhamos o cotidiano de interlocutores, entre eles um interlocutor que havia passado pelo crime em Maceió e agora trabalhava

Findo novo ciclo de trabalho, voltam a Maceió, onde passam alguns meses na casa da avó paternal; em seguida, o pai de Rocha volta a Mato Grosso. Dessa vez sem Rocha, alojado improvisadamente na casa dos tios, uma vez que sua avó havia falecido meses antes. Quando ele explica por que não se adaptou à casa dos tios, arrumando confusão com vizinhos e parentes, o assunto do afeto pela mãe retorna:

ROCHA: Oxi, eu era danado. Brigava, arrumava confusão com os vizinho.

FERNANDO: Mas você sentia falta, por exemplo, da sua mãe, da presença da sua mãe?

ROCHA: Não.

FERNANDO: Por que que você não sentia?

ROCHA: Porque eu tinha raiva da minha mãe.

FERNANDO: Por que que você tinha raiva da sua mãe?

ROCHA: Porque ela se separou do meu pai, ela traiu meu pai.

FERNANDO: Entendi, então quando você optou por seu pai, isso pesou?

ROCHA: Humhum.

A rotina de trabalho sazonal do pai dificultou a rotina escolar de Rocha. Ainda assim, ele pretendia trazê-lo a Mato Grosso mais uma vez. As pessoas mais próximas do afeto de Rocha, a avó e o pai, estavam distantes. Os vizinhos e parentes não o queriam, não havia vínculos anteriores, e restou uma agressividade latente, também alimentada por Rocha. Nesse caso, foi mobilizada uma justificativa da responsabilidade maternal por membros da família, baseada na ideia de que a mãe deveria cuidar daqueles que são do “seu sangue”. É assim que surge a pressão para que Rocha migre para São Paulo e vá morar com a mãe e seu companheiro.

Aos 13 anos, o casal o recebe em São Paulo. Ao que indica, acolhem-no. Quando perguntamos se ele guardava mágoa da mãe quando foi a São Paulo, respondeu:

ROCHA: Não.

FERNANDO: Quando foi que mudou esse sentimento em você?

ROCHA: Quando eu fui pra lá.

FERNANDO: Você foi bem recebido pelo seu padrasto?

ROCHA: Oxi, eu amo ele.

FERNANDO: É mesmo?

ROCHA: Tinha ódio dele e... [hoje] Eu amo ele.

FERNANDO: Então você... Você gosta do seu pai do mesmo jeito que você gosta do seu padrasto?

FERNANDO: Entendi. Mas você teve uma afeição muito grande pelo seu padrasto.

ROCHA: Humhum.

FERNANDO: Quando você foi pra lá, quais foram as atitudes que você lembra assim de carinho de sua mãe e de seu padrasto que você...

ROCHA: Muita, oxi, um bocado. Chegava, conversava, beijava, brincava.

em fazendas de soja da região.

Com uma família até certo ponto substituta, vinda de uma comunidade onde crianças circulam entre pessoas da família e da vizinhança (FONSECA, 2006) e com evidências de boa convivência, Rocha depara com outras limitações. Após dois anos matriculado, abandona a escola da região. Sente as dificuldades de acompanhar o ensino por ter vivido deslocamentos constantes. Também sentiu a pressão da cidade para ganhar dinheiro como caminho quase exclusivo de ganhar sentidos de vida, passando por muitos constrangimentos para buscar conforto afetivo fora da família. Um desses constrangimentos o leva à procura de trabalho no crime, pelo dinheiro e para sustentar o vício, afirma, adquirido em São Paulo.

AGENTES DE SEGURANÇA, AFETOS E MOBILIDADES CRIMINAIS

Rocha afirmou que deixou a escola por conta do crime. “Eu que quis vender, eu pedia os caras pra ir”, ressaltando que seu envolvimento foi, antes de tudo, decisão sua, e não o fruto de um convite ou de constrangimentos de amigos ou parceiros (FELTRAN, 2011). Muitos dos jovens que entrevistamos afirmavam que eram sujeitos de suas tomadas de posição, mas frequentemente deixavam de lado, nessas afirmações, os processos anteriores, em que não podiam se colocar como sujeitos (LYRA, 2013).

No morro onde morava em Diadema, em São Paulo, bailes *funks* opulentos eram organizados por “irmãos” do PCC. Ele falou dos bailes como uma das coisas mais gratificantes que podia ter. Era uma inebriante novidade para ele, especialmente a opulência das festas, em comparação com as vivências em cidades por onde passou em Alagoas e Mato Grosso. Em seu horizonte, o dinheiro que ganharia se direcionaria para dois focos: uma ajuda para a mãe e o padrasto comprarem uma casa, uma meta coletiva, e investimentos em roupas e drogas para festas, ponto de gratificação para ele como indivíduo, associado à conquista sexual de mulheres.

Ele vendeu cocaína durante um ano. Depois foi “se levantando, que o crime tem etapa: fui pra embalar droga. Um mês só. Comecei a virar pó, fazer cocaína. Fiquei o resto dos meus dias lá. De um ano a um ano e meio”. Chegou a ganhar entre 2 e 5 mil reais por mês, mas não mencionou nenhuma “treta” com parceiros do crime, como em outras trajetórias que reconstruímos.

Restava a resignação masculina ativa, a de ter de agir sobre as circunstâncias de sua vida da qual não tinha controle, mas compreendia como uma responsabilidade inteiramente sua. Junta as forças para refazer a vida de alguma forma, não se sabe bem como. Não sobra

muito espaço nem tempo para pensar sobre o que ficou para trás. Mais cedo ou mais tarde isso vem ao corpo como dores irrefletidas, o sofrimento pela falta de alguém, a perda de um amor, sofrimentos geralmente vividos em silêncio que, com sorte, serão compartilhados às escondidas a um parceiro conhecido na unidade ou embalados solitariamente por melodramas musicais como bregas, sertanejos, músicas *gospel* ou mensagens ritmadas por *raps*, inclusive os feitos em Alagoas, as músicas que ouve dentro do alojamento.

Ir a São Paulo tornou-se afetivamente gratificante, apesar de ter sido o efeito de dinâmicas familiares não intencionadas, decorrentes de pressões sociais e afetivas consequentes da pressão social sobre a mãe, de quem se espera o acolhimento materno. Elas estiveram atreladas à busca por trabalho de parentes e foram vivenciadas por uma criança e adolescente com intensas experiências de deslocamento, não apenas territorial, mas também relacionado a suas relações afetivas. Mas esse equilíbrio de relações em sua vida não duraria muito.

O trabalho nas “lojinhas” e “biqueiras” da quebrada o levou a um conflito com um policial que teve um desfecho mortal, novo gatilho de evacuação e migração. Os líderes da quebrada decidiram que não pagariam a extorsão semanal expressa nos achaques de policiais aos traficantes. Rocha e um parceiro estavam na linha de frente quando o policial chegou para a cobrança. Este não esperou, sabia qual era a mensagem que queria enviar e o que encontraria na quebrada. O policial foi logo atirando quando avistou os dois garotos, e um dos tiros pegou o braço de Rocha. O equilíbrio tenso entre a polícia e a facção na biqueira em Diadema estava por um fio.

Revoltado e sedento de vingança, Rocha procurou o policial em sua casa no mesmo dia, após sair do hospital, e deu um tiro nele, assassinando-o. À época da entrevista, no ano de 2013, éramos menos sensíveis às dinâmicas criminais dos jovens fora de Alagoas. As alianças faccionais não eram tão constitutivas da relação entre atacado e varejo em Maceió e cidades do interior de Alagoas, como se tornou após 2015. Não ficou claro, posteriormente, se ele pediu autorização ao patrão para conduzir sua busca e vingança e se essa falta de consulta gerou algum tipo de ação tácita entre irmãos de facção e polícia para tirar o foco da quebrada por uma ação que não tivera o aval dos “cabeças”.

Daí em diante, Rocha se torna objeto da procura incessante da polícia, até o dia em que é pego em uma operação policial midiatizada, transmitida ao vivo por um canal de TV. Nesse caso, foi sua salvação. Vale à pena atentar para seu relato:

Essa treta foi pelo tiro que eu levei do policial. Eu fui pra o hospital aí eu fui buscar ele na casa dele.

Porque eu era conhecido no morro. Ele recebia dinheiro antes, aí nós parou de pagar a ele, aí ele quis prender nós. Era corrupto. Quando ele me viu ele já foi atirando, eu

tava desarmado, eu saí correndo. Acertou no braço. Fui atrás no mesmo dia. No dia que fui preso eu tava foragido, nesse dia eu tava já lá em cima. Faltou um cara da boca, tive que ir no lugar dele, tava passando na televisão esses negócios e tudo, aí tava filmagem minha. Tinha uma câmera que pegou a ação, entendeu? Procuraram eu pelo homicídio só que pegaram eu traficando, eu fiquei com homicídio e tráfico. Não era, não era nem pra eu tá na boca, só que quando a pessoa diz quando é o dia da pessoa é o dia né, faltou um cara, o dono mandou, o chefe lá mandou eu ir no lugar dele, eu falei eu vô. Pegaram eu, já tava investigado já. Não morri porque a impressa tava lá embaixo. Passei seis meses, paguei, chamei um advogado. Já com 16 anos isso, foi já em 2010. No que eu me soltei eu vim logo pra cá porque eu sabia que eles iam me matar, a polícia.

Rocha está mais uma vez de partida. Agora, a origem da evacuação não está na dependência afetiva nem na dependência econômica familiar. A mudança é motivada por uma treta com a polícia por sua função no crime, que esteve longe de poder controlar. Tem apenas 16 anos. Ele entende que já tem 16 anos.

Na fala, vale a pena nos deter na ideia de “resto dos dias” expressa por Rocha, enunciado com forte tom nostálgico para situar sua experiência de deslocamento abrupto de uma vida até então gratificante. Com ela, ele sinaliza os efeitos dos eventos sobre sua percepção de viver no limiar da quase morte, os tiros que levou em confronto com um policial e a morte simbólica dele no lugar, uma vez que sentia não poder mais voltar ao morro em Diadema, à rede que construiu, a que pareceu ter se adaptado bem. Tinha uma vida gratificante com sua mulher, sua filha e seus parceiros, desfeita subitamente.

Rocha está aperreado para sair o quanto antes do morro em Diadema – policiais vem atrás dele para assassiná-lo, e a rede familiar e de parentes mais uma vez é acionada para permitir a adaptação a sua chegada a Maceió. Dessa vez, a rede mobilizada é a paterna. A família que construiu e reconstruiu com a mãe é deixada para trás, trazendo a sensação de cansaço e o horizonte de um novo recomeço. Sente saudades dos que abandonou, estava vinculado e apaixonado por Jennifer e Stephany, sua mulher e sua filha, que tinham uma vida enraizada em São Paulo e não viriam a Maceió.

Ele não tinha como oferecer estabilidade às duas, não podia cumprir o “papel de cabra-homi” normalmente esperado por homens e mulheres em muitas periferias. Continuam a trocar mensagens, mas uma parte dessa experiência é vivida à distância, por aplicativos e ligações mediadas pela equipe técnica ou por algum celular que adentra o complexo. Ele já tinha outra namorada quando o entrevistamos e vivia uma agitação por imaginar que eventualmente teria de fazer uma escolha quando saísse. Alimenta seus pensamentos de valor próprio sonhando com o amor de duas mulheres, de imaginar o prazer de saber de quem ele gosta mais, Jennifer, a que ficou em São Paulo, ou Melissa, a atual. Cultiva a fantasia de poder sobre as duas, mas as

dúvidas sobre o desejo de Jennifer por ele estão evidentes no fato de ela também estar em outro relacionamento, mas continuar se comunicando com ele. Rocha enunciou o desejo de voltar a São Paulo; pensava em Jennifer, ainda que carregasse a ansiedade da impossibilidade de voltar a São Paulo. A fronteira entre a fantasia do prazer de ter o amor de duas mulheres e o medo da frustração de perdê-las é tênue; dentro da noite, gera medo, especialmente quando está sozinho.

O pai de Rocha, entre Mato Grosso e Alagoas, se torna novamente a figura e a face cotidiana de sua rede de proteção, mas as mineradoras e usinas que demandam seus serviços como soldador o pressionam a ausentar-se de sua quebrada em Maceió para rodar pelas margens dos mercados de trabalho do capitalismo global, nas posições mais mal remuneradas. Dessa vez, com a prisão de Rocha, terá de diminuir as viagens, mas não poderá parar. Dividirá a responsabilidade de visitá-lo com algum parente. Dentro dos alojamentos, a pressão é forte para que Rocha fortaleça cada vez mais suas alianças com o crime, experimentando a partilha de sofrimentos e rivalidades através de parcerias com adolescentes, muitos deles ansiosos para estabelecer compromissos faccionais. Família e facção, mas também igrejas: os titãs dos corações de muitos adolescentes encarcerados.

CONCLUSÃO

Destacamos como regimes de mobilidade são coproduzidos na interseção de trabalho, família e mercados criminalizados, num estado triplamente periférico no sistema-mundial. Instituições e grupos específicos do estado, particularmente polícias e prisões e, mais especificamente, do mercado, em diferentes escalas, entrelaçam-se na conformação de constrangimentos para as movimentações dos pobres marginalizados, seja através de evacuações, seja por meio de migrações ou deslocamentos cotidianos marcados por proibições de circulação. O trabalho informal e a dos sistemas de encarceramento, estão entrelaçadas com as redes afetivo-familiares desses jovens. Elas são dimensões da vida emblemáticas para analisar a reprodução das desigualdades encarnadas na produção das margens humanas e de seus regimes de mobilidade.

O crime amplia seu papel territorial e redefine seus laços pelo Brasil também através das redes familiares e afetivas. O Estado, esse foco da detração de setores universitários, quando visto a partir do diálogo com tais experiências marginais, parece mais um espectro pouco palpável ou uma rede intricada de micropoderes. A diversidade de faces pessoais do estado,

nessas múltiplas relações, faz com que diferentes agentes estatais, mais que “o” Estado, operem seus interesses próprios como agentes subordinados a projetos e grupos não estatais do capital nacional e mundial, mais abrangentes e abarcantes e pouco separáveis de um Estado agenciador de negócios do Estado-Nação como um polo de gravitação normativa próprio. São eles que exercem os principais poderes de estruturar a política de mobilidade constantemente mutante dos trabalhadores pobres, “fichados”, seja como trabalhadores, nas carteiras de trabalho, em situação cada vez mais precária, seja como criminosos, nos arquivos e grampos de delegacias, ministérios públicos e sistemas carcerários. Impõe-se a partir daí a necessidade de adequação das políticas afetivas e territoriais, em geral colocadas no segundo escalão das preocupações tidas como válidas ao cuidado de humanos igualmente considerados de segunda categoria nas figurações da pobreza contemporânea nas margens humanas brasileiras e globais.

REFERÊNCIAS

1. ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de; CANIELO, Márcio de Matos. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do Semiárido. **Latitude**, cidade, v. 5, n. 1, p. 113-131, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1001>. Acesso em: 27 jul. 2022.
2. ARAYA, Andrés León; ARAYA, Sergio Salazar. Del cerro al norte: historia y memoria en la migración campesina hondureña. In: GARCÍA, CARLOS SANDOVAL (org.). **Migraciones en América Central**: Políticas, territorios y actores. San José: Editorial UCR, 2016. p. 3-24.
3. BARROS, Ana Maria Leite de. **A cidade sob o olhar da periferia**: aspectos do cotidiano dos moradores do morro dos alagoanos. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/3573>. Acesso em: 27 jul. 2022.
4. BIONDI, Karina. Políticas prisioneiras e gestão penitenciária: incitações, variações e efeitos. **Etnográfica**, Lisboa, v. 21, n. 3, p. 555-567, 2017.
5. BOWLBY, John. **Apego**: a natureza do vínculo. 2002. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
6. BUMACHAR, Bruna. **Nem dentro, nem fora**: a experiência prisional de estrangeiras em São Paulo. 2016. –Dissertação (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/publicacao/155173/nem-dentro-nem-fora-a-experiencia-prisional-de-estrangeira/>.

Acesso em: 27 jul. 2022.

7. CARVALHO, Ada Rízia Barbosa De. **Cadeias de tensão**: repertórios disciplinares de facções e do sistema em unidades de internação alagoanas. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: http://www.repositorio.ufal.br/bitstream/riufal/7796/1/Cadeias%20de%20tens%C3%A3o_%20repert%C3%B3rios%20disciplinares%20de%20fac%C3%A7%C3%A7%C3%B5es%20e%20do%20sistema%20em%20unidades%20de%20interna%C3%A7%C3%A7%C3%A3o%20alagoanas.pdf. Acesso em: 27 jul. 2022.
8. COLAK, Alexandra Abello; PEARCE, Jenny. “Security from Below” in contexts of chronic violence. **IDS Bulletin**, v. 40, p. 11-19, 2009. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1759-5436.2009.00017.x>. Acesso em: 27 jul. 2022.
9. DRYBREAD, Kristen. Murder and the making of man-subjects in a Brazilian juvenile prison. **American Anthropologist**, v. 116, n. 4, p. 752-764, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268821420_Murder_and_the_Making_of_Man-Subjects_in_a_Brazilian_Juvenile_Prison. Acesso em: 27 jul. 2022.
10. ELIAS, Norbert. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
11. FACUNDO, Angela Navia. **Êxodos, refúgios e exílios**: colombianos no sul e sudeste do Brasil. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2017.
12. FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteira de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011.
13. FELTRAN, Gabriel. (Il)licit economies in Brazil: An ethnographic perspective. **Journal of Illicit Economies and Development**, cidade, v. 1, n. 2, p. 145-154, 2019. Disponível em: <https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.28/>. Acesso em: 27 jul. 2022.
14. FELTRAN, Gabriel de Santis. Das prisões às periferias: coexistência de regimes normativos na “Era PCC”. **Revista Brasileira de Execução Penal**, cidade, v. 1, n. 2, p. 45-71, 2020. Disponível em: <http://rbepdepen.depen.gov.br/index.php/RBEP/article/view/dossie2>. Acesso em: 27 jul. 2022.
15. FELTRAN, Gabriel. **Stolen cars**: a journey through São Paulo’s urban conflict. **IJURR** Susc ed. London: Wiley, 2021.
16. FELTRAN, Gabriel; FROMM, Deborah. Ladrões e caçadores: sobre um carro roubado em São Paulo. **Antropolitica - Revista Contemporânea de Antropologia**, cidade, n. 50, dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/43304>. Acesso em: 24 jul. 2022.
17. FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse. **Cadernos Pagu**, n. 26, p. 11-43, jun. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100002&lng=pt

&tln=pt. Acesso em: 28 abr. 2021.

18. FREIRE-MEDEIROS, Bianca; LAGES, Mauricio Piatti. A virada das mobilidades: fluxos, fixos e fricções. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 123, p. 121-142, 1 dez. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/11193>. Acesso em: 24 jul. 22.
19. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003.
20. GALEANO, Ana Paula; ALMEIDA, Ronaldo. **Tráfico de drogas entre as piores formas de trabalho infantil**: mercados, famílias e rede de proteção social. São Paulo: CEBRAP, 2018. Disponível em: <https://cebrap.org.br/pesquisa-trafico-de-drogas-entre-as-piores-formas-de-trabalho-infantil-sai-em-livro-e-e-book/>. Acesso em: 24 jul. 2022.
21. GODOI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.
22. GUEDES, André Dumans. Andança, agitação, luta, autonomia, evolução: sentidos do movimento e da mobilidade. **Ruris**, v. 9, n. 1, p. 111-141, 2015. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2078>. Acesso em: 27 jul. 2022.
23. GUEDES, André Dumans. Construindo e estabilizando cidades, casas e pessoas. **Mana**, v. 3, n. 3, p. 403-435, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/WK3CtbKDYfYqHcBHP83jLpy/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.
24. IDLER, Annette. **Borderland battles**: violence, crime, and governance at the edges of Colombia's war. Oxford: Oxford Press, 2019.
25. KNOWLES, Caroline. Cities on the move: navigating urban life. **City**, v. 15, n. 2, p. 135-153, 2011. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/action/showCitFormats?doi=10.1080%2F13604813.2011.568695>. Acesso em: 27 jul. 2022.
26. LEÓN, Alejandra Díaz de. Jóvenes centroamericanos en México: estrategias y capital social migratorio. In: TAVIRA, Norma Baca; LEÓN, Andrea Bautista; MADRIGAL, Ariel Mojica (org.). **Jóvenes y migraciones**. Barcelona: Gedisa, 2019a. p. 89-110.
27. LEÓN, Alejandra Díaz de. "Nadie aprende en cabeza ajena": migración y violencia en México. **Justicia possible**, v. 1, n. 2, septiembre de 2019/febrero de 2020, p. 22-28, 2019b. Disponível em: <http://insyde.org.mx/pdf/justicia-possible/02JUSTICIA%20POSIBLE-AGOSTO20.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2022.
28. LYRA, Diogo. **A república dos meninos**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2013.
29. MALLART, Fábio; RUI, Taniele. Cadeia ping-pong: entre o dentro e o fora das muralhas. **Ponto Urbe**, v. 21, s.p., 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/3620>. Acesso em: 24 jul. 2022.
30. MANSO, Bruno Paes; DIAS, Camila Nunes. **A guerra**: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

31. MARQUES, Adalton. Do ponto de vista do “crime”: notas de um trabalho de campo com “ladrões”. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n. 45, p. 335-367, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832016000100335&lng=pt&tlang=pt. Acesso em: 24 jul. 2022.
32. MELO, Juliana; RODRIGUES, Raul. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do Massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 48-62, 2017. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/857>. Acesso em: 27 jul. 2022.
33. NÚÑEZ, Mario Zúñiga. Migración, pandillas y criminalización: la conflictividad social estadounidense y su relación con El Salvador. In: GARCÍA, Carlos (org.). **Migraciones en América Central Políticas, territorios y actores**. San José: Editorial UCR, 2016. p. 25-46.
34. OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson. **Migrações nordestinas no século XXI**: um panorama recente. São Paulo: Blucher, 2014.
35. OLIVEIRA, Kleber Fernandes de; JANNUZZI, Paulo de Martino. Motivos para migração no Brasil e retorno ao Nordeste: padrões etários, por sexo e origem/destino. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 134-143, 2005.
36. PADOVANI, Natalia Corazza. **Sobre casos e casamentos**: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas em São Paulo e Barcelona. 2015. Dissertação (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detailhe/953777>. Acesso em: 27 jul. 2022.
37. PAIVA, Luiz Fábio da Silva. “Aqui não tem gangue, tem facção”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019. , Disponível: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/ZdSryHB3Y6Ph48C36pQrfLw/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.
38. PATARRA, Neide; CUNHA, José Marcos. Migração: um tema complexo. **São Paulo em Perspectiva**, cidade, v. 1, n. 2, p. 32-35, 1987.
39. PEÑA, Jesús; GARCÍA-MENDOZA, Enrique. Niños, niñas y adolescentes de circuito: entre la precariedad y la frontera, México. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 17, n. 2, p. 1-21, 15 jul. 2019. Disponível em: <http://revistaumanizales.cinde.org.co/rclcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/3884/1015>. Acesso em: 24 jul. 2022.
40. PLANCHEREL, Alice; ALBUQUERQUE, Cícero; VERÇOZA, Lúcio. **Os sertanejos e os “da rua”**: idas e vindas do trabalho nos canaviais de Alagoas. São Carlos: UFSCar, 2011.

41. REIS, Nerci Aparecida dos. **A migração do nordestino trabalhador rural e a educação escolar de seus filhos**. Frutal: Prospectiva, 2012.
42. RODRIGUES, Fernando de Jesus. “Corro com o PCC”, “corro com o CV”, “sou do crime”: facções, sistema socioeducativo e os governos do ilícito em Alagoas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, p. 1-21, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/JFqXmbVR7TGzch8dRgYCH4v/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2022.
43. RODRIGUES, Fernando de Jesus. “‘Necessidade’ de ‘pólicia’ e a ‘paz’ das ‘facções’: Desejos de ‘ordem’ e efeitos de ‘desordem’ nas periferias de Maceió, AL”. In: BITTENCOURT, João Batista de Menezes (org). **Juventudes contemporâneas: Desafios e expectativas em transformação**. Rio de Janeiro: Telha, 2020b, pp. 126-142
44. RODRIGUES, Fernando de Jesus; SILVA, Ada Rízia Barbosa da; SANTOS, Alana Barros. Notas sobre redes de proteção: facção, família e crime em periferias urbanas de Alagoas. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 3, p. 2.297-2.316, 8 jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.ifal.edu.br/diversitas_journal/article/view/1226. Acesso em: 24 jul 2022.
45. SANTOS, Alana Barros. **Afetos marginais e tramas no crime**: trajetórias sentimentais e experiências de encarceramento entre adolescentes mulheres. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/123456789/7847>. Acesso em: 27 jul 2022
46. SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2008.
47. SILVA, Uvanderson Vitor Da. **Velhos caminhos, novos destinos**: migrante nordestino na região metropolitana de São Paulo. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade, São Paulo, 2008.
48. SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima; PAIVA, Luiz Fábio Silva. “No Norte, tem Comando”: as maneiras de fazer o crime, a guerra e o domínio das prisões do Amazonas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 07, n. 17, p. 125-154, 2019. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/486>. Acesso em: 27 jul 2022.
49. TELLES, Vera da Silva. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Fino traço, 2010.
50. TELLES, Vera da Silva; CABANES, Robert. Nas dobras do legal e ilegal: ilegalismos e jogos de poder. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 5-6, p. 97-126, 2000. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7192>. Acesso em: 27 jul. 2022.
51. VALE, Ana Lia Farias; BONFIM, Maria Geovaní. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos & Debates**, n. 07, p. 22-43, 2004. Disponível em: <https://>

revista.ufrr.br/textosdebates/article/view/1027/841. Acesso em: 24 jul. 2022.

52. VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 24 jul. 2022.
53. WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I**: capitalist agriculture and the origins of the European worls-economy in the sixteenth century. Berkeley: University of California Press, 2011.
54. WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
55. WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e delinqüência**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Fernando de Jesus Rodrigues

Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas e *visiting fellow* no *Latin American and Caribbean Centre* da *London School of Economics*. Líder do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economias das Simbolizações. Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8842-856X>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Colaboração: Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão do artigo. E-mail: ferssa@gmail.com

Adson Amorim

Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, membro do Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economias das Simbolizações da Universidade Federal de Alagoas e do Núcleo de Pesquisas Urbanas da Universidade Federal de São Carlos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7880-8427>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação do artigo.: E-mail: adsonthrash@gmail.com

“Me conte a historinha”: controvérsias em torno da produção de justiça

“Tell me the tale”: controversies surrounding the production of justice

Ísis de Jesus Garcia

Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina, Joinville, Santa Catarina, Brasil

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é descrever a produção da justiça a partir da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, por meio de uma pesquisa de campo realizada no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), em uma cidade do estado de Santa Catarina. A partir da descrição das chamadas audiências de instrução e julgamento, foi possível perceber que havia um “duplo devir” originado do cruzamento entre distintos significados atribuídos à questão do Promotor de Justiça (“me conte a historinha”), ou seja, havia nessas audiências uma controvérsia explicitada por meio da busca pela verdade (devir-verdade) e a busca pela justiça (devir-justiça). Juntas, essas buscas apontavam para a constituição de agenciamentos que, por um lado, pareciam paradoxais, mas, por outro lado, demonstravam possíveis pontos de tangência. Salienta-se que este trabalho não pretende esgotar a matéria, mas elucidar um panorama social vigente a fim de incentivar a reflexão sobre o tema.

Palavras-chave: Judicialização da violência contra as mulheres, Lei Maria da Penha, Produção de justiça.

Recebido em 04 de fevereiro de 2021.

Avaliador A: 13 de abril de 2021.

Avaliador B: 14 de abril de 2021.

Aceito em 27 de maio de 2021.

ABSTRACT

The main objective of this work is to describe how justice is produced in face of Law No. 11,340/2006, known as the Maria da Penha Law, through field research carried out in the Court of Domestic and Family Violence against Women (JVDFM), in a city located in the State of Santa Catarina. From the description of the so-called trial and instruction hearings, it was possible to see that there was a “double-coming-to” originated from the crossing between different meanings attributed to the question of the prosecutor (“tell me the tale”), that is, there was, in these hearings, a controversy made explicit through the search for truth (verbal coming-to) and the search for justice (justice coming-to). Together they pointed to the constitution of agencies that, on the one hand, seemed paradoxical, but, on the other, showed possible points of tangency. It should be highlighted that this work does not intend to exhaust the matter, but rather to elucidate a current social panorama with the objective of encouraging reflection on the subject.

Keywords: Judicialization of violence against women, Maria da Penha Law, Production of justice.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte de minha tese de doutorado sobre a produção de justiça nos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher. O objetivo deste trabalho é descrever como é produzida a justiça nas audiências de instrução e julgamento por meio das controvérsias entre as práticas jurídicas e as expectativas das vítimas no decorrer das audiências. Busco enfatizar como a Lei nº 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha (LMP), foi sendo traduzida¹ por meio das diversas linhas que compuseram a produção da justiça, sempre em movimento, conquistando novos traços e arranjos e dependente das associações entre os diferentes *actantes*² (LATOUR, 2008) em redes na sala de audiência – não somente juíza,

1 A tradução não diz respeito à maneira como juízas e juízes interpretam os dispositivos legais, mas evidencia a construção de novos dispositivos que são construídos na contingência das associações, que, por sua vez, passam a ganhar determinada estabilidade, podendo ser desestabilizados a partir de uma nova tradução. De acordo com Latour (2012, p. 160), “a palavra tradução assume agora um significado, algo especializado: uma relação que não transporta causalidade, mas induz dois mediadores à coexistência”.

2 Um *actante* pode ser um humano (vítimas, acusados, testemunhas, advogadas/advogados, juíza, promotor de justiça etc.), um elemento da natureza, um artefato tecnológico, o Poder Judiciário, uma lei, o ordenamento jurídico, um conceito teórico etc.; trata-se de uma extensão radical da definição de ator (VENTURINI, 2008).

promotor de justiça e advogadas/advogados, mas também vítimas e réus produziam realidades.

A pesquisa de campo privilegiou a observação das audiências, a realização de entrevistas e as conversas informais com advogadas/advogados, vítimas e acusados que passaram pelo Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) e principalmente com a juíza. Os diálogos no corredor do fórum e os apontamentos durante as audiências eram anotados nos cadernos de campo. Conversei com algumas vítimas e acusados antes de entrarmos na sala de audiência, bem como com operadoras e operadores do direito, a respeito das audiências e sobre a atuação da juíza e do promotor de justiça quanto à LMP. As práticas que ocorreram no JVDFM durante as audiências de instrução e julgamento e as chamadas audiências de ratificação foram analisadas por meio de uma abordagem qualitativa, baseada na observação e na etnografia.

A ideia é semelhante àquela desenvolvida por Bruno Latour (2000), guardadas as devidas diferenças, em *A ciência em ação*, em que busca descrever os processos de produção da ciência; aqui, o objetivo é descrever a “produção da justiça” na sala de audiência, no sentido proposto pelo autor (LATOUR, 2000), ou seja, “fabricar justiça” se trata de uma transformação dos fatos pelas relações estabelecidas na sala de audiência. A inspiração livre também advém de Latour, quando o autor se questiona:

O que está por trás de um texto científico? *Inscrições*. Como são obtidas essas inscrições? Pela montagem de instrumentos. Esse outro mundo que fica logo abaixo do texto é invisível *enquanto não há controvérsia* [...]. Uma vez construído o fato, não há mais instrumentos para levar em conta, e é por isso que muitas vezes desaparece da ciência popular o esmerado trabalho necessário para sintonizar os instrumentos. Ao contrário, quando se acompanha a ciência em ação, os instrumentos passam a ser elementos cruciais, situam-se imediatamente depois dos textos técnicos e para eles o discordante é conduzido sem apelação. (LATOUR, 2000, p. 115-116, grifo nosso)

O objetivo foi seguir os rastros de como determinado fato, associado a outros elementos, foi sendo “traduzido” na sala de audiência. Em outras palavras, busquei enfatizar como esses fatos na sala de audiência foram colocados em ação e associados a outros *actantes* – juíza, promotor, testemunha, vítima, réu etc. –, sempre em movimento, em transformação, produzindo diferença, ou seja, fazendo fazer realidades e práticas, apresentando-se constantemente em estado de “devir”³ (DELEUZE e GUATTARI, 2007a e 2007b).

Proveniente do latim *devenire* – chegar –, devir se assemelha a “tornar-se”, tendo como

3 A concepção adotada aqui de devir é uma inspiração, principalmente, da obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari (2007a e 2007b). “Devir” é transformar-se a partir da relação com alguém ou com algo. Dessa maneira, “devir” compreende um movimento com algo ou alguém, internamente ou externamente.

origem o pensamento de Heráclito, que, no século VI a.C., defendeu a concepção de que no mundo nada era permanente, com exceção da mudança e da transformação. No entanto novas concepções surgiram a partir do conceito de devir. O devir para Deleuze e Guattari parece se aproximar do devir nietzschiano, que se dá mediante a diferenciação e a separação gerada a partir do conflito, operando uma espécie de jogo. Neste trabalho, o devir deleuze-guattariano diz respeito aos encontros dos diferentes, ao acontecimento com o outro que gera o outrem.

Com base na pesquisa de campo, apresento uma audiência de instrução e julgamento realizada no juizado⁴. Nesta audiência, busco problematizar principalmente as associações entre as práticas jurídicas e a demanda da vítima que produziram a justiça na sala de audiência por meio da controvérsia a respeito dos significados atribuídos a pergunta do promotor de justiça: “como se deram estes fatos?”, “me conte a historinha”.

Utilizo uma narrativa em primeira pessoa com o intuito de transmitir as intersubjetividades que me acompanharam durante a pesquisa. Além disso, preferi conservar, em algumas partes, apontamentos pessoais presentes no diário de campo. Nas linhas abaixo apresento apenas uma audiência de instrução e julgamento, realizada no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com o objetivo de descrever como é “produzida a justiça”.

AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

As chamadas audiências de instrução e julgamento visavam à produção de provas, especialmente orais, para o processo judicial. Essas audiências duravam em média uma hora e meia. No geral, participavam a juíza, a vítima, eu, o advogado ou a advogada, o promotor de justiça, o estagiário, o réu e as testemunhas. Tinham uma espécie de ordem de atos e oitiva. O estagiário verificava se todas as pessoas intimadas a comparecer estavam presentes no corredor da sala de audiências. A primeira a entrar na sala é a vítima, a quem se perguntava se preferia falar na frente do réu. Depois, as testemunhas de acusação e de defesa eram ouvidas. Por último, acontecia o interrogatório do réu.

Finalizado o interrogatório, a juíza perguntava para os advogados e para o promotor de Justiça se haveria alegações finais. Tanto a vítima quanto o réu assinavam o termo de audiência

4 Após meu primeiro encontro com a juíza a respeito de minha pesquisa, fui autorizada a assistir às audiências de ratificação e às audiências de instrução e julgamento. Entretanto eu deveria elaborar um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e solicitar a autorização tanto da vítima quanto do réu para que eu pudesse participar das audiências. Escolhi a audiência de Isadora e Ricardo, pois a considero uma das mais produtivas, em termos de significados.

após a participação. Em nenhuma das audiências de que participei a juíza decidiu a respeito do caso, ou seja, em todos os casos a audiência foi finalizada sem decisão.

“ELA FOI O PIVÔ DA SEPARAÇÃO”: AUDIÊNCIA DE ISADORA

Isadora teve um relacionamento afetivo conturbado com Ricardo. O casal gerou um filho durante o relacionamento, cuja paternidade era questionada por Ricardo desde a gravidez de Isadora. Ele achava que não era pai biológico da criança, o que o levou a ingressar com uma ação de investigação de paternidade a fim de realizar um exame de DNA. Segundo Isadora, Ricardo havia “forjado o exame” para que o resultado fosse negativo, pois possuía uma prima que trabalhava no laboratório em que o exame havia sido realizado.

Conforme relatou Isadora, as discussões eram constantes no dia a dia do casal, fato que era de conhecimento de algumas pessoas próximas, como parentes e amigos. Mais uma discussão ocorreu numa tarde de domingo, na casa de amigas. Diferentemente do que ocorreu em muitas outras contendas, Ricardo, além de agredir Isadora com palavras de baixo calão, fez uso de violência física. Isadora contou que, após a agressão física, dirigiu-se à Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam) para narrar os fatos e oferecer a representação. Depois do atendimento na Deam, Isadora disse que foi conduzida ao Instituto Geral de Perícia (IGP) para realizar o exame de corpo de delito e obter provas materiais contra Ricardo.

Passados alguns meses, as partes envolvidas foram chamadas para a audiência de instrução de julgamento. Isadora chegou antes ao corredor da sala de audiência. É uma mulher jovem, aparentando cerca de 30 anos, e trabalha como vendedora em uma loja de confecção feminina. Na conversa em que tivemos antes da audiência, Isadora discorreu sobre vários assuntos, como a psicologia e o comportamento de Ricardo, episódios de violência verbal e física do casal e sua preocupação (material e emocional) com o filho, além da relação tensa com a ex-esposa e com a atual companheira de Ricardo. Ao longo da conversa, Isadora parecia estar emocionalmente abalada; manteve uma expressão triste e chorou no final do relato.

Pouco tempo depois, Ricardo surge acompanhado de seis mulheres. É um homem com idade semelhante à de Isadora. Durante o período em que aguardava a audiência, Ricardo conversou animadamente com algumas das acompanhantes. Eram mulheres que apresentavam ter idades diferentes e comportamentos díspares. Enquanto algumas permaneciam em silêncio e com expressões sérias, outras se mantiveram o tempo todo falando, em alguns momentos

lançando olhares de desafio a Isadora, “encarando-a”, em suas palavras.

Quando expressei meu interesse em saber quem eram aquelas mulheres que circundavam Ricardo, Isadora contorceu os lábios, sugerindo nervosismo, e disse: “[...] a de camisa branca é a ex-mulher, a que está do lado dele é a atual, aquelas duas são nossas amigas. Foi na casa delas que tudo aconteceu. Aquela outra é a irmã dele. Aquela loira eu não sei quem é”. A “loira” era a advogada de Ricardo.

A descrição de Isadora só não foi mais extensa e detalhista em função da chegada do jovem estagiário do juizado. A porta da sala de audiência se abriu, e o estagiário verificou se todas as pessoas intimadas a comparecer na audiência estavam presentes. Em seguida, perguntou a Isadora se ela preferia falar na frente de Ricardo; ela respondeu que não. A pergunta foi novamente dirigida à “vítima” no interior da sala de audiência, agora pela juíza. Isadora, num curtíssimo espaço de tempo, repetiu a resposta. “Não. Não quero”, disse. Após a manifestação de Isadora, a advogada de Ricardo ingressou na sala.

É importante salientar que não havia no fórum um local reservado às vítimas, de modo que pudessem ficar “longe” do acusado – conforme recomenda, aliás, o §4º do artigo 201 do Código de Processo Penal Brasileiro (BRASIL, 1941). Em função da inexistência desse espaço reservado, as vítimas forjam maneiras alternativas para se manter longe do contato visual dos acusados. Em uma ocasião, a vítima refugiou-se no andar acima daquele em que ocorreu a audiência. A vítima alegou ao profissional do juizado que não teria condições emocionais de dividir o mesmo ambiente com o acusado.

Voltando ao caso de Isadora, a juíza apresentou-se e realizou algumas perguntas genéricas, com base no caput do Artigo 201 do CPP. Em seguida, ela passou a palavra ao promotor de Justiça, um homem discreto e formal, de quarenta e poucos anos, que vestia terno preto, camisa branca e gravata preta. Com uma voz suave e segura, o promotor iniciou sua participação na audiência, relatando os fatos constantes no processo, mencionando que o acusado estaria envolvido nas sanções dos artigos 129 e 147 do Código Penal⁵ (lesão corporal e ameaça), implicando, também, a incidência de outros dispositivos processuais e da Lei Maria da Penha. Após essa breve apresentação, o promotor pergunta a Isadora:

Senhora Isadora, o acusado é imputado pelos seguintes fatos [...]: o acusado lhe empurrou, a senhora caiu em uma cadeira, que quebrou, a senhora teve lesões nas

⁵ Segundo o Código Penal (BRASIL, 1940): “Artigo 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: Pena – detenção, de três meses a um ano. [...]; Artigo 147. Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena – detenção, de um a seis meses, ou multa. Parágrafo único – somente se procede mediante representação”.

costas e no pé. Após isso ele lhe ameaçou, disse que tiraria seu filho [...]. Sobre esses fatos, o que a senhora poderia contar, assim, me conta a historinha, como aconteceu?

Como se verifica no trecho acima, os fatos descritos pelo promotor de Justiça advindos de sua leitura do processo estão interligados aos tipos penais previstos na legislação brasileira – principalmente pelo Código Penal –, bem como aos fatos narrados por Isadora, vinculados a todos os demais documentos que compõem o inquérito policial. Da leitura cruzada entre legislação, narrativa de Isadora no BO e inquérito policial, o promotor de Justiça ofereceu a denúncia contra Ricardo, conforme dispõe o artigo 41 do CPP (BRASIL, 1941).

Ao responder à questão, Isadora conta que seu relacionamento com Ricardo era marcado por momentos de aproximação e de afastamento, “sempre indo e vindo”. Entretanto, depois que ficou grávida, os momentos em que o acusado a procurava ficaram cada vez mais raros, e todas as vezes que se encontravam ele prometia que “deixaria” a esposa – até que um dia Ricardo disse que o relacionamento com Isadora estava acabado. Isso não significou que Isadora não mais o procurasse, pelo contrário: Isadora procurava Ricardo quando o filho deles precisava de ajuda. Foi o caso de quando Isadora procurou Ricardo para que ele levasse o filho ao hospital.

Depois desse episódio, Isadora conta que a ex-esposa de Ricardo passou a ameaçá-la. Um dia, Isadora estava na casa das amigas Amanda e Júlia quando Ricardo apareceu. Eles discutiram muito e, após algumas tentativas frustradas das amigas de pôr fim à briga, Ricardo acabou a agredindo. Isadora foi imediatamente socorrida por uma das amigas. Nesse momento, o promotor, que permanecera imóvel e com olhar atento, interrompe Isadora e pergunta se ele bebia. “Ele estava alterado, mas ele não bebia. Foi inúmeras vezes”, disse Isadora, com uma expressão de constrangimento. Sem compreender a frase de Isadora, o promotor perguntou: “O quê?”. “Ele aparecia e depois sumia”, disse Isadora. Ela estava insatisfeita com as “idas e vindas” de Ricardo. Além disso, Isadora declarou que o maior problema é a atual companheira de Ricardo. Segundo Isadora, após o resultado de DNA, a atual companheira “[...] colocou no Facebook várias coisas que eu era [...]; mas depois que eu conseguir provar que o filho é dele, eu vou processá-la”.

A busca por justiça de Isadora não poderia ser traduzida apenas na punição de Ricardo pela agressão: era vital processar a atual companheira do acusado e “provar que o filho era dele”. O promotor de Justiça, por outro lado, persegue a penalização somente do acusado, exclusivamente em virtude da violência física. Essa situação aponta para uma controvérsia entre aquilo que ocorreu, os fatos relatados na Deam, os fatos agora transformados em tipos penais no processo criminal e a exigência de produção de provas na sala de audiência. Todos esses elementos demonstram uma busca pela verdade. Questionar Isadora sobre os fatos narrados na

Deam, bem como sobre as circunstâncias da infração, buscando saber os detalhes e reunir as provas já disponíveis são orientações previstas no CPP⁶ e seguidas pelo promotor de Justiça.

No entanto, ao recordar a agressão, Isadora acaba extrapolando o episódio. É justamente esse excesso de vivência com Ricardo que impossibilita Isadora de isolar o episódio da agressão. Aí reside um aspecto importante.

Para o promotor de Justiça, a “historinha” pode ser traduzida por meio do relato da agressão e da ameaça, de modo a permitir a configuração dos tipos penais e do enquadramento desses tipos penais em sanções. O promotor está em busca da “verdade” dos fatos; no entanto, para Isadora, a “historinha” não pode ser reduzida aos tipos penais nem aos fatos que a levaram até a Deam. Quando a palavra “historinha” é anunciada, ela narra todo o seu relacionamento com Ricardo, suas angústias pelo fato de Ricardo estar sempre “indo e vindo” e suas desavenças com a ex-esposa e com a atual companheira de Ricardo. Há, por parte de Isadora, uma busca por justiça que pode ser percebida por sua vontade de processar a atual companheira de Ricardo. É possível perceber como a “historinha” aponta para dois tipos de objetivos: do lado da vítima, o devir-justiça, e, do lado do promotor de Justiça, o devir-verdade.

O promotor de Justiça prosseguiu com perguntas direcionadas a Isadora, com uma grande diferença: a voz deixou de ser suave e assumira um tom incisivo, até ríspido⁷. “Ricardo ia visitar apenas o filho ou também queria visitá-la?”, perguntou o promotor. “Eu não sei, eu passei a tomar fluoxetina, eu fui transferida de setor do meu serviço, pois eu comecei a ficar com medo de todo mundo”, responde Isadora. O promotor de justiça insiste na questão: “Ele procurava a senhora, pois queria estar com a senhora?”. Isadora responde que sim, “ele dizia que era feliz comigo, que era comigo que queria ficar. Um dia ele foi na minha casa, mas falou para a mãe dele que tinha ido ao super comigo, mas ele ficou na minha casa até a meia-noite”. O promotor pergunta se Ricardo tinha ciúmes de Isadora. Então, com um movimento rápido, pega o celular que estava na mesa à sua frente e mostra o histórico de chamadas e mensagens. Demonstrando estar incomodada, Isadora disse receber “inúmeras vezes” ligações e mensagens de Ricardo – o que, segundo ela, lhe estavam fazendo muito mal. O conteúdo da última fala de Isadora, pautado por grande carga de emoção, parece ser suficiente ao promotor, que dá por encerrados seus questionamentos.

6 Segundo o Artigo 201, *caput*, do Código de Processo Penal: “Sempre que possível, o ofendido será qualificado e perguntado sobre as circunstâncias da infração, quem seja ou presuma ser o seu autor, as provas que possa indicar, tomando-se por termo as suas declarações” (BRASIL, 1941).

7 Quando o promotor de Justiça passa a falar de forma mais ríspida com Isadora, quando deveria prestar uma atenção mais humanizada, preventiva e acolhedora, está cometendo uma violência institucional contra a vítima. Em outra audiência, uma vítima se sentiu tão perseguida pelos questionamentos do promotor que me confidenciou que preferia voltar a “apanhar do que ter que encarar novamente este promotor”. Neste artigo, não irei tratar das questões que envolvem a violência institucional, considerando o espaço reduzido que aqui tenho para reflexão. Para um maior aprofundamento da questão ver Taquete (2007), Chai, Santos e Chaves (2018).

O promotor de justiça é guiado por questões que buscam tipificar os atos de Ricardo conforme o CP, bem como demonstrar a incidência da LMP. No entanto seu interesse não se reduz apenas aos atores legais, uma vez que questiona Isadora se Ricardo bebe, se ele a procurava, se demonstrava interesse em ver o filho e, por fim, se tinha ciúmes. Ou seja, muito embora ele tivesse procedimentos-padrão para questionar as vítimas – trazer à tona os fatos descritos nos autos –, o promotor demonstrava que a produção de justiça era também composta em associação com juízos morais.

A juíza pergunta para a defesa se ela tem perguntas. A advogada de Ricardo passa então a questionar Isadora com a atitude de quem produz uma defesa para Ricardo. Com gestos firmes e tom de voz incisivo, a advogada pergunta para Isadora de que forma eles se conheceram. Antes mesmo que ela respondesse, a advogada acrescenta de maneira tendenciosa: “Você foi o pivô da separação dele com a Gabriela?”. “Eu não acabei com nenhum casamento”, retruca Isadora, indignada. A advogada prossegue, perguntando a Isadora quantas vezes ela foi no trabalho de Ricardo após a medida protetiva (a pergunta tem clara intenção de provar que Isadora havia cometido um ilícito). Isadora conta que foi a pedido de Ricardo.

A advogada começa a narrar a lesão corporal descrita no processo e pergunta, num tom desagradável, para Isadora: “Você partiu para cima dele? Empurrou ele, bateu nele?”. A expressão de Isadora é de assustada, como se estivesse sendo encurrallada pelas palavras proferidas pela advogada. A resposta sai baixa, quase embargada: “Não”. Por fim, a advogada quer saber há quanto tempo Isadora conhece as testemunhas. Isadora conta que as conheceu através de Ricardo, ou seja, elas são amigas de Ricardo. A juíza não faz perguntas para Isadora, que logo é dispensada da sala de audiências. É chamada a primeira testemunha da defesa, Amanda. Os questionamentos da advogada de defesa buscaram inverter as polaridades do processo, isto é, tornar Isadora a causadora do ato de agressão de Ricardo. Se há uma polarização no processo entre vítima e agressor nas mãos do promotor de Justiça, ela é invertida: quem é a vítima aqui é Ricardo, não mais Isadora, conforme os questionamentos da advogada. Percebemos como o fluxo da rede é invertido.

Antes que a primeira testemunha chamada, Amanda, entre, a juíza solicita que o estagiário chame o acusado. Demonstrando confiança, Ricardo entra na sala de audiência de cabeça erguida, com passos firmes, e se senta ao lado da advogada, que o recebe com um sorriso. Logo em seguida entra Amanda. A juíza lhe pergunta seu nome completo e inicia um rápido questionário: “É parente de Ricardo, [...] são amigos ou inimigos, [...] tem alguma coisa contra Isadora?”. Demonstrando tranquilidade, Amanda responde os questionamentos iniciais e declara: “Sou amiga dos dois”.

O promotor inicia seus apontamentos: “Vou ler a denúncia [...]. Sobre esses fatos, o que a senhora sabe?”. Amanda conta que Isadora foi até a sua casa acompanhada do filho. Segundo Amanda,

[...] ela estava triste, pois Ricardo ia ser pai [...]. Ela decidiu ligar para ele e em seguida ele apareceu lá em casa. Eles ficaram na área de serviço, e eu fiquei do outro lado, mas eu enxergava eles, aí ela deu um tapa nele, ele empurrou ela, ela caiu e a cadeira quebrou, eu me meti, eu sou mãe solteira, por que ela não deixa ele seguir a vida dele?

Amanda tinha um tom de voz alto e gestos teatrais, fazia questão de dizer a todo tempo: “Isadora não se dá valor, fica correndo atrás do Ricardo, que é casado”. Amanda começava a se alterar cada vez mais, parecia enfurecida. Quanto mais ela falava, mais seu tom de voz aumentava. “Ela é baraqueira”, comenta a respeito de Isadora, “ela aterrorizou a vida dele, ele não queria ficar com ela, eu falei a verdade, ela tem que saber a verdade, a mulher tem que se valorizar”. Amanda, além de fazer considerações morais a respeito da conduta de Isadora, demonstra uma preocupação com a “verdade” dos fatos.

O depoimento de Amanda possibilita a alteração de fluxo da rede. Nele, a mulher considerada vítima se transforma em algoz. Ricardo, por outro lado, passa a ser visto como vítima. Conforme o depoimento da testemunha, Isadora “não se valorizava”, “era baraqueira”. A inversão é percebida no próprio comportamento de Ricardo, que entrara confiante e agora demonstrava nervosismo: não parava de estalar os dedos e de se mexer na cadeira. A perceptível alteração na postura de Ricardo, que parece agora reivindicar a posição de vítima na rede formada na audiência, foi influenciada, em menor ou maior grau, pelo depoimento da testemunha, que, de alguma forma, sugeria: “você é a vítima” dessa história, comporte-se como tal.

O promotor de Justiça desempenha com destreza o papel de acusador. Inicia um jogo de palavras: “Bem, a senhora me contou duas versões, como foi na verdade?”. “Eu falei a verdade!”, grita Amanda. O promotor prossegue: “Consta no laudo pericial que ela [Isadora] ficou com um hematoma no pé, a senhora não me esclareceu, ele [Ricardo] chutou ela?”. Amanda, cada vez mais alterada, continua gritando: “Ele não chutou, tenho certeza”.

Para o promotor havia apenas uma versão, qual seja, Isadora era a vítima da história. Baseava-se no exame de corpo de delito e na narrativa de Isadora (documentos inclusos no processo), que não deixavam dúvida a respeito da incidência do tipo penal: lesão corporal. Entretanto o questionário do promotor dirigido à testemunha possibilita um retorno ao fluxo anterior, em que Isadora era vítima. “A senhora me contou duas versões, como foi na verdade?”, disse o promotor, em tom jocoso. Há aqui a ideia de que há uma história verdadeira e outra falsa, a preocupação principal do promotor é com a verdade dos fatos. Para a testemunha de defesa,

no entanto, havia outra “verdade”. O promotor prossegue: “Ele empurrou com força?”. Amanda responde que não tinha como saber, pois estava na área de serviço. O promotor continua: “Pelo gesto, a gente sabe quando é com força e quando é sem força”. A audiência fica cada vez mais tensa, o ritmo se acelera. “Como ela caiu? Não sabe se foi com força, mas tem certeza que ele não chutou. Como assim?”, pergunta de maneira ríspida o promotor.

A série de perguntas reverberou negativamente no comportamento de Amanda. A expressão de tranquilidade foi substituída pela de constrangimento. Percebendo tal mudança, a advogada de Ricardo tenta sem sucesso interromper a sequência implacável de perguntas, com a expressão: “Com licença, promotor. Por favor, gostaria –”, mas é interrompida. Amanda salienta que em sua casa não admite “uma coisa dessas”. O promotor a questiona sobre a ameaça que Ricardo realizou, e Amanda responde que desconhece tal informação.

O promotor quer saber se o “acusado procurava Isadora com frequência quando era casado”. Amanda conta que Isadora era sua chefe no serviço, e que Isadora e Ricardo frequentavam sua casa como amigos. “Ele nunca me apresentou ela como namorada, para mim eles não tinham um relacionamento”, disse Amanda. Agora o promotor pergunta se Ricardo era um pai ausente e acrescenta: “Ele procura o filho ou a vítima?”. Amanda responde que ele procurava apenas o filho.

A voz do promotor vai perdendo aos poucos o tom acusatório. Ele parece agora mudar a estratégia de persuasão, marcada pelo sentimento de acolhimento – o que age eficientemente no ânimo de Amanda, que passa a ter uma expressão calma. Em seguida, o promotor pergunta: “Empurrar não é bater?”. A questão faz com que Amanda fique novamente alterada: “Ela bateu nele primeiro, eu escutei o estalo do tapa na cara dele”. O promotor prossegue com uma voz suave, benigna: “Não há uma desproporção de forças?”. Amanda concorda, e o promotor finaliza suas questões. Amanda é liberada da sala de audiências, e entra a segunda testemunha da defesa, chamada Júlia. A juíza, após fazer os apontamentos iniciais, passa a palavra à advogada de Ricardo.

A advogada pergunta para Júlia se ela sabe que Isadora foi responsável pela separação de Ricardo. Júlia responde que sim. A advogada solicita que ela relate o que viu naquele dia. Júlia menciona que “Ela [Isadora] deu um tapa nele, e se desequilibrou, e caiu”. A advogada quer saber como eles se conheceram, se eles eram namorados. Júlia fala que não, pois ele era casado, e acrescenta: “Nunca ficou claro o que eles eram, e Isadora vivia incomodando o Ricardo, que era casado, ela ia no serviço dele [...]. Novamente os questionamentos da advogada buscam construir a imagem de Isadora de forma depreciativa e moralizante (“ela foi o pivô da separação”).

A advogada finaliza seus questionamentos, e a juíza passa a palavra ao promotor de Justiça. O promotor solicita que Júlia conte o que ocorreu naquele dia e adverte: “Como ocorreu a cena do crime? Conte de forma calma”. Júlia, quase gritando, fala: “[...] Ela avançou nele e caiu em cima da mão”. Balançando a cabeça em reprovação e se mostrando irritado, o promotor solicita que ela se acalme. “Ele não empurrou com força, eu peguei ela do chão”, respondeu calmamente Júlia. O promotor pergunta: “Empurrar não é agressão?”. Julia responde que “depende do ponto de vista”, pois, para ela, não havendo violência física, não haveria que se falar em agressão. O promotor então decide ler o laudo de lesão corporal no processo, como se quisesse provar que houve lesão. No entanto, Júlia alega que “ela [Isadora] tirou o gesso depois de dois dias” e acrescentou: “Eu me indigno, eu estou vendo uma injustiça, um pai de família [...]”. O promotor, então, pergunta, em tom agora mais grave: “A senhora vai julgar o processo?”. Em seguida, o promotor fala que não tem mais perguntas. A testemunha é liberada, e imediatamente Ricardo senta-se à frente da juíza para ser interrogado. A juíza faz a abertura do interrogatório, pergunta o nome do acusado e começa a ler a denúncia do processo em suas mãos. Finaliza dizendo que o acusado responde apenas o que quiser.

Ricardo inicia dizendo, sem rodeios, que Isadora era sua amante –nunca foi sua namorada, “era só sexo”. A juíza quer saber o que ocorreu no dia dos fatos já descritos. Ricardo conta que Isadora havia ligado para ele, ameaçando-o, dizendo que contaria para sua esposa do relacionamento entre eles.

Inicialmente, a juíza fala com um tom de voz suave, até que, durante o interrogatório, assume uma postura acusatória diante das tentativas de Ricardo de desviar do assunto principal durante a audiência: “O senhor bateu nela?”. Ricardo fala que não: “Apenas dei um empurrão para me defender”; segundo ele, a vítima estava batendo nele. “O senhor fez exame de corpo de delito?”, pergunta a juíza num tom de zombaria. Enquanto aguarda a resposta, a juíza folheia o processo e manifesta-se: “Não estou encontrando”. Há no processo apenas a prova material de que Isadora foi agredida. Ricardo laconicamente diz que não fez o exame. A juíza passa a palavra à advogada de Ricardo.

A advogada continua com sua tese de defesa do “pivô da separação”, isto é, busca afirmar que Isadora era a “outra”. “Isadora continua lhe ligando [...], como era o relacionamento de vocês?”, pergunta para Ricardo, tentando a todo momento degradar a imagem de Isadora. O promotor faz um comentário sobre os questionamentos da advogada que infelizmente não consigo ouvir, mas, por meio das expressões faciais, deduzo que há uma animosidade entre o promotor e a advogada. A audiência é finalizada.

“ME CONTE A HISTORINHA”

Nas audiências de instrução e julgamento havia uma série de atos rotineiros e repetitivos. Inicialmente, na fase da oitiva da vítima, que passa a ser testemunha do próprio caso no processo, geralmente a juíza realizava a abertura da audiência, qualificando-a; logo depois, passava a palavra ao promotor de Justiça. A partir dos documentos inclusos no processo – como, por exemplo, inquérito policial, o boletim de ocorrência (BO) com a narrativa da vítima a respeito do ato delituoso, o laudo do exame de corpo de delito, a denúncia etc. –, o promotor buscava a produção de provas, associando a questão “me conte a historinha” aos fatos descritos nos autos – que, no geral, deveriam estar tipificados no CP (BRASIL, 1940) e subsidiariamente na LMP (BRASIL, 2006) – à narrativa da vítima. Essa narrativa deveria ser a descrição da “historinha” presente nos autos, com o objetivo final de convencer a juíza da futura condenação do acusado.

A maneira como o promotor de Justiça buscava abreviar as histórias contidas nos “autos” dos processos de muitas vítimas durante a pesquisa chamava minha atenção, especialmente quanto à denominação utilizada, ou seja, a palavra “historinha”. Nessas audiências, o promotor de Justiça seguia uma espécie de roteiro.

É importante dizer que o promotor de justiça é quem detém o poder de acusação; no geral, ele é o representante do Estado, a quem compete promover a ação penal. Segundo Foucault (2005, p. 65), a figura do promotor surge por volta do século XII para representar o poder do soberano. Quando ocorre algum ato contrário à lei – crime, por exemplo – entre duas pessoas, o promotor “dublará a vítima”,

[...] dizendo: ‘Se é verdade que este homem lesou um outro, eu, representante do soberano, posso afirmar, que o soberano, seu poder, a ordem que ele faz reinar, a lei que ele estabeleceu foram igualmente lesados por esse indivíduo’. Assim, eu também me coloco contra ele.

Quando o promotor de Justiça diz “eu também me coloco contra ele” (FOUCAULT, 2005, p. 66), ele deixa claro que o conflito não é apenas entre vítima e acusado, mas que a infração cometida pelo acusado é também contra o “Estado, [...] a infração não é um dano cometido por um indivíduo contra outro; é uma ofensa ou lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade”. Na busca pela condenação do acusado, o promotor tem um papel de destaque, e a principal vítima passa a ser o Estado. O promotor passa de guardião do soberano a guardião do contrato social, durante a formação da sociedade disciplinar no final do século XVIII e no início do XIX (FOUCAULT, 2005). Essa rápida digressão é oportuna para dizer que, nas audiências de instrução e julgamento, o promotor parecia mais

preocupado com a defesa da ordem pública e com a possibilidade de incidência da norma sobre o ato delituoso. O acusado, nessa lógica, deveria ser condenado porque agiu contra o Estado ao desrespeitar as leis, não porque ocasionou uma “violência doméstica e familiar contra a mulher”. O testemunho das vítimas aparece como “historinha” para produzir as provas para o processo. Há uma associação complexa entre produzir provas para uma possível condenação do acusado e uma espécie de desprezo por aquelas histórias, por nomeá-las “historinhas”; fazem parte apenas do material probatório, cujo fim é a condenação.

Na audiência de Isadora, o promotor de Justiça, ao dizer “Me conte a historinha”, tentava provocar a vítima a relatar novamente o que constava nos autos, ou seja, a lesão corporal e a ameaça. No entanto Isadora falou sobre seu relacionamento com o acusado, que ele estava sempre “indo e vindo”, sobre os problemas com a ex-esposa e com a atual companheira de Ricardo. O promotor, todavia, insiste: “Conte os fatos”; para ele, os fatos são os descritos nos autos. Mas Isadora continua narrando seus problemas pessoais com Ricardo.

Para o promotor de Justiça, a “historinha” estava vinculada aos “fatos” descritos nos “autos”, bem como à sua busca pela “verdade dos fatos”, ou seja, havia uma tentativa de reduzir a “historinha” a uma equação jurídica. Nesse sentido, Kant de Lima enfatiza:

O processo judicial trata essencialmente não do que aconteceu, *mas do que aconteceu sob o ponto de vista jurídico*. O saber jurídico, como sistema de representações sobre a sociedade, produz conteúdos e orientações formais para as ações sociais, de modo que tenham sempre que adequar-se às formulações legais, aos artigos, regulamentos e leis para que se tornem eficazes e legítimos. (KANT DE LIMA, 1995, p. 53, grifo nosso)

A produção de justiça é apresentada como uma forma singular de perseguir a verdade, ou seja, há um devir-verdade, principalmente nos questionamentos do promotor de Justiça, quando insiste para que a vítima “conte a historinha”. Associa-se a isso a busca da vítima por justiça. Em sua concepção, na sala de audiência poderá encontrar “justiça”; assim, há um devir-justiça. A produção de justiça surge na sala de audiência, vinculando-se a este “duplo devir”, ou seja, devir-verdade em associação a devir-justiça. Ambos só podem ser descritos de maneira conjunta, pois surgem a partir da controvérsia entre o promotor de Justiça e a vítima.

Nas audiências havia uma controvérsia entre os “fatos descritos nos autos” e os “fatos” na versão da vítima, isto é, cada qual realizava uma tradução dos fatos. Para o promotor de Justiça, principalmente, os “fatos” eram aqueles descritos nos autos. Havia, na vinculação realizada pelo promotor de Justiça, uma associação entre processo, produção de provas e oitiva da vítima. Por outro lado, para a vítima, “os fatos” diziam respeito a toda uma gama de situações vivenciada com o acusado e suas expectativas em relação ao Poder Judiciário,

que não poderiam ser reduzidas aos “fatos jurídicos”. Em outras palavras, de um lado, vimos principalmente a insistência do promotor de Justiça para que a vítima contasse a “historinha”, para quem a “história” só poderia ser traduzida através da narrativa do “fato jurídico”, dos fatos descritos nos autos traduzidos em tipos penais. De outro lado, havia a narrativa da vítima, para quem a “historinha” dizia respeito à maneira como configurava seu relacionamento com o acusado, que no momento da audiência já não poderia mais ser reduzido aos fatos descritos nos autos nem aos tipos penais. Havia uma associação entre os “autos” e os “atos” descritos pela vítima.

A concepção segundo a qual o “mundo do direito” é o “mundo dos autos” demonstra que aquilo que não está nos autos não está no mundo; para o mundo do direito, não importam, portanto, as histórias das vítimas para além daquelas já descritas nos autos. Outros trabalhos também identificaram a busca pela objetividade no Poder Judiciário. Mariza Corrêa (1983, p. 78), em seu trabalho seminal, enfatizou uma relação entre os “atos” e os “autos” em processos judiciais:

[...] a primeira iniciativa tomada pelo sistema repressivo legal (a polícia e depois o Judiciário), cometida uma violação das leis que aplica, *é isolar o fato do seu contexto original; a segunda é traduzi-lo para um código onde todas as possibilidades de violação* – e suas possíveis legitimações – *estão previstas*. (CORRÊA, 1983, p. 78, grifo nosso)

Inicialmente os “atos” são introduzidos nos “autos” através do inquérito policial, da denúncia etc. Concomitantemente são traduzidos em tipos penais, logo os “atos” se transformam naquilo que está descrito nos “autos”, que achatam a espessura dos acontecimentos (CORRÊA, 1983)⁸.

Daniel Simião (2005, p. 174, grifo nosso) destacou que “o direito positivo, ao transformar os atos em autos, promove a *redução a termos* que exclui ou silencia parte significativa dos

8 Muito embora as pesquisas realizadas a respeito das relações estabelecidas entre Delegacias de Defesa das Mulheres, Juizados Especiais Criminais e a Lei Maria da Penha e vítimas sejam muito distintas em suas análises, parecia haver algo em comum – havia controvérsias em todas elas, a controvérsia entre a melhor forma de gerir os conflitos conjugais e a maneira como as autoridades policiais atuavam demonstra uma das controvérsias que envolveram as Deams. Não havia consenso entre o melhor atendimento e a melhor gestão da “violência contra a mulher” nas delegacias, nem por parte das “feministas”, nem por parte das mulheres que realizavam as queixas, nem pelas policiais que lá trabalhavam, por exemplo. No caso dos Juizados Especiais Criminais e da Lei Maria da Penha, guardadas as diferenças, também encontrei perspectivas diversas em relação das diferentes perspectivas (BRANDÃO, 1998, p. 65; GROSSI, 1994, p. 474; RIFIOTIS, 2004, p. 90; GREGORI, 1993; DEBERT e GREGORI, 2008, p. 169; DEBERT e BERALDO DE OLIVEIRA, 2007; CARRARA, VIANNA e ENNE, 2002; AMORIM, 2003; PASINATO, 2004a, 2004b, 2010 e 2012; BERALDO DE OLIVEIRA 2006 e 2008; SOARES, 1996 e 1999; MACHADO, 2001 e 2002; MACHADO, 2013; ANDRADE, 2012)

acontecimentos”, deixando de fora muitas características dos acontecimentos. Outros trabalhos já chamaram atenção para essa objetividade do direito positivo que exclui elementos dos conflitos considerados relevantes para as vítimas, como a circunstância que desencadeou o conflito, como, no caso de Isadora e a sua relação com Ricardo distancia (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002; KANT DE LIMA, 2008). A distância entre a forma como o promotor visualiza o conflito das vítimas e a maneira como elas vivenciam o caso na sala de audiência, tende a gerar um sentimento de injustiça ou desconsideração.

A associação entre “autos” e “atos” evidenciou uma controvérsia entre a busca pela verdade (devir-verdade) dos “autos”, principalmente por parte do promotor de Justiça, e a busca pela justiça (devir-justiça) por parte das vítimas. A controvérsia, portanto, destacou uma falta a partir da questão do promotor de Justiça (“Me conte a historinha?”); para ele, a “historinha” só poderia ser a história descrita nos autos (devir-verdade). Para as vítimas, porém, a “historinha” estava vinculada a todos os “atos”, isto é, à sucessão de situações vivenciadas com os acusados e à sua busca por justiça (devir-justiça) – “eu vou mostrar para ele que a lei existe”, “eu tinha que denunciar”, “eu vou morrer lutando”, “eu vou processá-la”, “ele não me paga pensão” etc., todas frases ditas por vítimas nas audiências.

Ao seguir as narrativas acima, busquei desenhar as “redes” que emergiram da sala de audiência, visando a demonstrar que há uma ontologia específica que não pode ser delimitada de maneira estática; pelo contrário, trata-se de uma ontologia múltipla e flexível que demonstra a produção da justiça em ação. A rede descrita apresenta uma “ontologia de rizomas” (LATOUR, 1993, apud ESCÓSSIA e KAASTRUP, 2005, p. 301). As redes surgem como uma forma de pensarmos o rizoma de Deleuze e Guattari (2007a) e como a maneira de visualizarmos a justiça em ação, sendo produzida. Segundo Virgínia Kastrup e Liliana Escóssia (2005, p. 301), a rede de Latour seria a “versão empírica do rizoma”.

A juíza, o promotor de Justiça, a advogada e Isadora, por exemplo, fazem parte da rede que emerge como um coletivo heterogêneo. O que tentei descrever foi uma “tradução”, ou seja, acompanhei a dinâmica desses entes relacionados em rede, já que “toda a entidade é efeito de um processo de composições e associações, cuja totalização é somente aparente ou transitória” (ESCÓSSIA e KAASTRUP, 2005, p. 302). Considerar a juíza ou qualquer outro ente da rede significa dizer que qualquer um é parte de um processo de constituição em constante associação que pode apresentar determinada forma, forma essa, no entanto, provisória, já que está em constante transformação. Um outro nome para esta relação pode ser também “devir”.

Muito embora possam parecer divergentes, devir-verdade e devir-justiça estavam vinculados na sala de audiências (daí o duplo devir), evidenciando a existência da coprodução de

justiça a partir de uma multiplicidade de elementos – atos, autos, histórias etc. – que salientaram uma maneira singular de vincular diferentes versões aos “fatos” a partir dos “autos”. Devir-verdade e devir-justiça não se situam em lados opostos nem são entes estanques, ou seja, os “autos” absorvem não apenas os “atos” já descritos, mas também os que passam a ser narrados pelas vítimas, evidenciando a busca pela justiça (devir-justiça) que surge na sala de audiência a partir da busca do promotor pela verdade (devir-verdade). Não tratei de aproximar contrários; saliento apenas que “devir-justiça” e “devir-verdade” são interpenetráveis, fazem parte de uma síntese disjuntiva que faz da separação a natureza da relação. Quando percebo que a relação diz respeito a uma dinâmica recíproca assimétrica englobada pela síntese de pontos de vistas diversos, consigo capturar que a:

[...] diferença é também comunicação e contágio entre heterogêneos; que, em outras palavras, uma divergência não surge jamais sem contaminação recíproca dos pontos de vista [...]. Conectar é *sempre fazer comunicar* os dois extremos de uma distância, mediante a própria heterogeneidade dos termos. (ZOURABICHVILLI, 2004, p.99 apud VIVEIROS DE CASTRO, 2007, p. 100, grifo nosso)

O devir-verdade e o devir-justiça se comunicavam na sala de audiência. Muito embora os pontos de vista fossem distintos, só posso falar de perspectivas distintas, diferença, *devir*, pois relacionar é “fazer comunicar os dois extremos de uma distância” através da própria heterogeneidade dos termos. Em outras palavras, “devir-verdade” e “devir-justiça” são contaminados reciprocamente. Apesar de serem assimétricos, fazem parte da produção de justiça.

Compreendendo que as narrativas acima fazem parte de um agenciamento coletivo de enunciação, é possível dizer que há uma relação dinâmica de constantes atravessamentos entre as enunciações singulares presentes na sala de audiência. A síntese disjuntiva (devir-verdade ou devir-justiça) faz da diferença a natureza da relação⁹, já que as controvérsias na sala de audiências relacionavam diferenças (devir-verdade e devir-justiça). A dinâmica nestas audiências não evidenciava meramente uma comunicação entre promotor e vítimas, não se tratava de “um encontro com alguém”, mas de agenciamentos (DELEUZE e GUATTARI, 2007a e 2007b).

A existência de uma lacuna entre devir-verdade e devir-justiça evidencia que a aplicação da LMP pelo promotor de Justiça, ao buscar a verdade dos fatos (devir-verdade), se dá pela força – autorizada, simbólica, direta, indireta ou sutilmente discursiva –, por meio de cálculos

⁹ Para Zourabichvili (1994, p. 108), “talvez a mais profunda ideia de Deleuze seja a seguinte: que a diferença é também comunicação, contágio de heterogêneos”.

do dogma jurídico, mas também por meio da moral e da política. A busca pela justiça (devir-justiça) pelas vítimas também se inscreve na experiência do incalculável e do improvável (DERRIDA, 2007).

Há, portanto, uma lacuna entre devir-verdade e devir-justiça, já que, enquanto o direito pertence ao cálculo, a justiça se aproxima mais do impossível. A lógica de exclusão entre direito e justiça pode ser percebida por meio da processualidade conferida pelo promotor de Justiça à LMP, já que para ele todas as vítimas que compareciam às audiências de instrução eram “testemunhas” que deveriam produzir provas para condenar os acusados. Dessa forma, enfatizava-se que a LMP deveria ser tomada como uma lei geral, não levando em consideração as particularidades dos casos concretos. Por isso a vivência da justiça é permeada por impossibilidades. A justiça como direito não é justiça (DERRIDA, 2007).

Para que tenhamos justiça, é necessário desconstruir o direito, de acordo com Derrida:

A desconstrução ocorre no intervalo que separa a indesconstrutibilidade da justiça e a desconstrutibilidade do direito. Ela é possível como uma experiência do impossível, ali onde, mesmo que ela não exista, se não está presente, ainda não ou nunca, existe justiça. (DERRIDA, 2007, p. 27)

A justiça é uma experiência do impossível, mas exigimos sua concretização para que haja justiça. Porém como podemos exigir a experiência do impossível para que tenhamos justiça nos casos de “violência doméstica e familiar contra a mulher”? Derrida (2007) nos dá algumas pistas quanto a isso ao dizer que a justiça é uma experiência da aporia: enquanto experiência, ela é sempre possível, uma viagem a uma destinação. É nesse sentido que podemos pensar também em devir-justiça, já que se trata de uma busca. As mulheres buscam a Justiça no JVDFM. Contudo, enquanto aporia ela se revela incapaz de satisfazer as expectativas das mulheres. Derrida (2007, p. 30) dirá: “A justiça seria, deste ponto de vista, a experiência daquilo que não podemos experimentar”. A justiça não pode ser definida pela LMP. A justiça é um desejo de justiça, “um apelo à justiça”. O direito, por outro lado, não é justiça, é o elemento do cálculo, o momento em que se aplica a LMP. A justiça, por outro lado, será sempre incalculável, estando presente exatamente no intervalo em que o justo e o injusto não podem ser decididos através da aplicação da LMP.

A justiça manda calcular, no entanto (DERRIDA, 2007, p. 55), já que excluir o cálculo seria negar a possibilidade de buscar a justiça. Calcular o incalculável do autor permanece uma obrigatoriedade para que tenhamos justiça quanto à verdade. Derrida continua: “[...] em sua própria heterogeneidade, essas duas ordens são indissociáveis: de fato e de direito. A politização, por exemplo, é interminável, mesmo que ela não possa e não deva ser total” (DERRIDA, 2007, p. 56).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever uma audiência de instrução e julgamento foi a forma que encontrei para acompanhar o processo de produção de justiça. Dessa maneira, busquei enfatizar que na sala de audiência não ocorria uma subsunção lógica, como se poderia acreditar, de que a técnica do direito se utilizaria; ocorria, em vez disso, uma transformação dos atos e dos fatos.

Ao traçar as associações na sala de audiência seguindo o fluxo de como a justiça é produzida, constatei a existência de um duplo devir: nessa audiência, principalmente o promotor de Justiça buscava a “verdade” dos fatos (devir-verdade), ao contrário da busca de Isadora por justiça (devir-justiça). Se de um lado parecia não haver comunicação entre o promotor de Justiça e Isadora, já que a questão de “contar a historinha” possuía diferentes sentidos para os presentes na sala de audiência, por outro lado a controvérsia não surgia sem contaminação recíproca.

Dessa maneira, devir-verdade e devir-justiça não diziam respeito a vozes dissidentes, mostrando-se, na verdade, extremamente compatíveis. A associação controversa nos fez ver o nó da disputa. O duplo devir na sala de audiência é compreendido através de atravessamentos recíprocos entre devir-verdade e devir-justiça que constituíram uma forma particular de produzir justiça.

Saliento que a lógica de exclusão entre direito e Justiça pode ser percebida por meio da processualidade conferida pelo promotor de Justiça à LMP, já que para ele todas as vítimas que compareciam às audiências de instrução eram “testemunhas” que deveriam produzir provas para condenar os acusados. Dessa forma, enfatizava-se que a LMP deveria ser tomada como uma lei geral, não levando em consideração as particularidades dos casos concretos. Por isso a vivência da justiça é permeada pelas impossibilidades. A justiça como direito não é justiça (DERRIDA, 2007).

A justiça manda calcular (DERRIDA, 2007, p. 55), já que excluir o cálculo seria negar a possibilidade de buscar justiça. Calcular o incalculável do autor permanece como uma obrigatoriedade para que tenhamos justiça sobre a verdade. Derrida prossegue: “[...] em sua própria heterogeneidade, essas duas ordens são indissociáveis: de fato e de direito. A politização, por exemplo, é interminável, mesmo que ela não possa e não deva ser total” (DERRIDA, 2007, p. 56).

É por isso que devemos continuar buscando a concretização da LMP, seja pela via da judicialização, seja por outras vias. Finalmente, descrever a produção de justiça em processo por meio de uma controvérsia mais ou menos heterogênea de afirmações, mapeando apontamentos

e dinâmicas que vinculavam entre si as diferentes formas de construir a justiça a partir do promotor de Justiça, da juíza, da advogada, da Lei Maria da Penha, do réu, das testemunhas de defesa e da vítima talvez seja um caminho a ser percorrido para renovar nossas reflexões acerca produção de justiça por meio da Lei Maria da Penha.

REFERÊNCIAS

1. AMORIM, Maria Stella de; LIMA, Roberto Kant de; BURGOS, Marcelo Baumann. A administração da violência cotidiana no Brasil: a experiência dos Juizados especiais Criminais. In: AMORIM, Maria Stella de; LIMA, Roberto Kant de; BURGOS, Marcelo Baumann (org.). **Juizados Especiais Criminais, Sistema Judicial e Sociedade no Brasil: ensaios interdisciplinares**. Niterói: Intertexto, 2003. p. 19-52.
2. ANDRADE, Fabiana de. **Fios para trançar, jogos para armar**: o “fazer” policial nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
3. BERALDO DE OLIVEIRA, Marcella. **Crime invisível**: a mudança de significado da violência de gênero nos Juizados Especiais Criminais. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
4. BERALDO DE OLIVEIRA, Marcella. Da Delegacia de Defesa da Mulher ao Juizado Especial Criminal: significados da violência de gênero no fluxo processual. In: DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena; BERALDO DE OLIVEIRA, Marcella (orgs.). **Gênero, família e gerações**: juizado especial criminal e tribunal do júri. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero: Pagu/Unicamp, 2008. p. 15-50.
5. BRANDÃO, Elaine Reis. Violência conjugal e o recurso feminino à polícia. In: BRUSCHINI, Cristina; HOLANDA, Heloísa Buarque de (org.). **Horizontes plurais**: novos estudos de gênero no Brasil. São Paulo: Ed. 34: Fundação Carlos Chagas, 1998. p. 51-84.
6. BRASIL. **Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Brasília, DF: Presidência da República, [1941]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm#:~:text=DECRETO%2DLEI%20N%C2%BA%203.689%2C%20DE%203%20DE%20OUTUBRO%20DE%201941.&text=C%C3%B3digo%20de%20Processo%20Penal.&text=Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico.,n%C3%A3o%20dispuserem%20de%20modo%20diverso. Acesso em: 10 maio 2013.
7. BRASIL. **Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição

Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 03 mar. 2008.

8. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Direito legal e insulto moral:** dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.
9. CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana; ENNE, Ana Lúcia. Crimes de Bagatela: a violência contra a mulher na justiça do Rio de Janeiro. In: CORRÊA, Mariza (org.) **Gênero e cidadania.** Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp, 2002. p. 71-106.
10. CASTRO, Viveiros de. Filiação Intensiva e aliança demoníaca. **Novos Estudos CEBRAP.** Mar, 2007, n. 77. p. 91-126.
11. CHAI, Cássius Guimaraes; SANTOS, Jéssica Pereira dos; CHAVES, Denisson Gonçalves. Violência institucional contra a mulher: o Poder Judiciário, de pretenso protetor a efetivo agressor. **Revista eletrônica do curso de Direito**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 640-665, 2018.
12. CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão.** São Paulo, SP: Brasiliense, 1981.
13. CORRÊA, Mariza. **Morte em família.** São Paulo: Graal, 1983.
14. DEBERT, Guita Grin. Conflitos éticos nas Delegacias de Defesa da Mulher. In: DEBERT, Guita Grin.; GREGORI, Maria Filomena; PISCITELLI, Adriana (org.) **Gênero e distribuição de justiça:** as delegacias de defesa da mulher e a construção das diferenças. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp, 2006a, v. 1, p. 13-56.
15. DEBERT, Guita Grin. As Delegacias de Defesa da Mulher: judicialização das relações sociais ou politização da justiça? In: CORRÊA, Mariza (org.). **Vida em família:** uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp, 2006b. p. 15-39
16. DEBERT, Guita Grin. Desafios da politização da justiça e a antropologia do direito. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 53, n. 2. p. 476-492, 2010.
17. DEBERT, Guita Grin; BERALDO DE OLIVEIRA, Marcella. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 29, p. 305-337, jul./ dez. 2007.
18. DEBERT, Guita Grin; GREGORI, Maria Filomena. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, pp. 165-185, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci>

arttext&pid=S0102-69092008000100011. Acesso em: 10 mai. 2010.

19. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 2007a. v. 1.
20. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs. Capitalismo e esquizofrenia.** São Paulo: Editora 34, 2007b. v. 2.
21. DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos.** São Paulo: Escuta, 1998.
22. DERRIDA. **Força de lei.** O fundamento místico da autoridade. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
23. ESCÓSSIA, Liliana da; KASTRUP, Virgínia. O conceito de coletivo como superação da dicotomia indivíduo-sociedade. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 295-304, mai./ago. 2005.
24. FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas.** Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.
25. GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e queixas:** mulheres e relações violentas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
26. KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro:** seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
27. KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaios de antropologia e de direito:** acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
28. LATOUR, Bruno. **Ciência em ação:** como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Unesp, 2000.
29. LATOUR, Bruno. **Reensamblar lo social.** Uma introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.
30. MACHADO, Lia Zanotta. **Eficácia e desafios das Delegacias Especializadas no Atendimento às Mulheres:** o futuro dos direitos à não-violência. Boletim CNDM, Brasília, DF, v. 1, p. 33-53, 2001.
31. MACHADO, Lia Zanotta. **Atender vítimas, criminalizar violências.** Dilemas das Delegacias da Mulher. Brasília: UnB, 2002. (Série Antropologia n. 319)
32. MACHADO, Isadora Vier. **Da dor no corpo à dor na alma:** uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
33. PASINATO, Wânia. Lei Maria da Penha. Novas abordagens sobre velhas propostas.

Onde avançamos? **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p. 216-232, mai./ago. 2010.

34. PASINATO, Wânia. Avanços e obstáculos na implementação da Lei nº 11.340/2006. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha**: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. p. 119-142.

35. PASINATO, Wânia. **Acesso à justiça e violência contra a mulher em Belo Horizonte**. São Paulo: Annablume, 2012.

36. RIFIOTIS, Theophilos. As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a “judiciarização” dos conflitos conjugais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, jan/jun. 2004. p. 85-119.

37. SIMIÃO, Schroeter Daniel. As donas da palavra: Gênero, justiça e a invenção da violência doméstica em Timor Leste. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

38. SOARES, Bárbara Musumeci. Delegacias de atendimento à mulher: questão de gênero, número e grau. In: Soares, Luis Eduardo *et al.* **Violência e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iser: Relume-Dumará, 1996. p. 107-124.

39. SOARES, Bárbara Musumeci. **Mulheres invisíveis**. Violência conjugal e novas políticas de segurança. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

40. TAQUETTE, Stella (org.). **Mulher adolescente/jovem em situação de violência**. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

41. ZOURABICHVILI, François. **O Vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Instituto Interdisciplinar de Estudos em Novas Tecnologias e Informação, 2004.

Ísis de Jesus Garcia

Advogada. Professora da Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1478-2774>. E-mail: hycso@yahoo.com.br

Ação coletiva e produção de sujeitos na construção de arenas públicas da luta pela moradia

Collective action and production of subjects in the construction of public arenas of the struggle for housing

Daniela Ramos Petti

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo aborda um processo de construção de arenas públicas da luta por moradia no Rio de Janeiro a partir das escalas do sujeito e do coletivo. Analiso os entrelaçamentos de uma trajetória de vida individual, a de Di, moradora de uma favela carioca, com a história de um coletivo de luta pela moradia, o Conselho Popular. Descrevo ocasiões de encontro entre militantes, formas de mobilização como reuniões e atos públicos e documentos – manifestos e atas de reuniões – com o objetivo de debater o processo de dessingularização de problemas locais e da indignação pessoal em direção a causas mais amplas de luta por direitos. Busco chamar atenção para a maneira como os atores sociais em situação de ameaça de remoção acionam competências críticas na formulação da categoria de “injustiça” ao construírem arenas públicas da luta pelo direito à moradia.

Palavras-chave: Direito à moradia, Sujeito, Coletivo, Injustiça, Arenas públicas.

Recebido em 07 de março de 2021.

Avaliador A: 27 de março de 2021.

Avaliador B: 21 de abril de 2021.

Aceito em 17 de maio de 2021.

ABSTRACT

This article addresses the process of construction of public arenas of the struggle for housing in Rio de Janeiro from the perspectives of the subject and the collective. I analyze the intertwining between an individual life trajectory, that of Di, a resident of a Rio de Janeiro *favela*, and the history of a collective in the struggle for housing, called *Conselho Popular*. I describe occasions of meetings between militants, forms of mobilization, such as reunions and public acts, as well as documents – manifestos and minutes of meetings –, in order to demonstrate the process of desingularization of local problems and personal indignation towards broader causes of struggle for rights. I highlight how the social actors threatened by evictions activate critical competences in the formulation of the category of “injustice” while creating public arenas of the struggle for the right to housing.

Keywords: Right to housing, Subject, Collective, Injustice, Public arenas.

INTRODUÇÃO

Di chegou à comunidade Rádio Sonda, na Ilha do Governador (Rio de Janeiro),¹ com seu marido à época e sua primeira filha no ano de 1994, por intermédio da doação de parte de um terreno ocupado por uma amiga da família. O terreno doado surgiu como uma solução para o problema da falta de moradia enfrentado por sua família. As terras da Rádio Sonda foram concedidas à Aeronáutica pela União, conforme afirmam moradores e oficiais das Forças Armadas². Desde que se instalou na comunidade, circulavam “boatos de que a Aeronáutica queria tirar todo mundo pra usar o terreno”, como me disse Di. Foi apenas em 2014, no entanto, que “o fantasma da remoção foi se tornando cada vez mais real”, ano em que a Aeronáutica intensificou seus esforços e investidas no território e na Justiça para retirar as famílias do local. Indignados e com medo de perderem suas casas, os moradores decidiram criar uma associação

1 A Rádio Sonda está localizada na área do Galeão e é atualmente composta por 103 famílias, após a demolição de sete casas, em decorrência do processo de remoção.

2 É comum escutar nas falas dos moradores e defensores públicos que o documento de concessão da terra que prova sua posse pela Aeronáutica não pode ser encontrado em nenhum órgão público. Após consulta à Superintendência de Patrimônio da União (SPU), passou a fazer parte do discurso político dos moradores a informação de que a “Aeronáutica não tem como provar que a terra é dela”.

de moradores com o fim de organizar a comunidade para lutar contra essa ameaça. Di tornou-se uma das tesoureas da associação, apesar de hesitante, já que, segundo relata, “não sabia de nada, não entendia nada, estava caindo de paraquedas, porque nunca tinha participado de uma associação antes, era uma dona de casa”.

Em 2015, Di começou a participar das reuniões do Conselho Popular, grupo que reúne diversas comunidades ameaçadas de remoção, o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro (NUTH/DP-RJ), a Pastoral de Favelas da Igreja Católica e outros apoiadores. O conselho trava a luta contra as remoções de favelas e pelo direito à moradia no Rio de Janeiro. O coletivo nasceu em 2006, em meio às ameaças de remoção decorrentes da realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio. Foi desativado em 2011 e voltou a atuar no ano de 2015, dessa vez em um formato completamente distinto do que vigorava anteriormente³. Sua reativação se deveu à intensificação dos processos de remoção durante a preparação da cidade para os Jogos Olímpicos, por iniciativa de moradores, defensores públicos e outros militantes. Enquanto pesquisadora, comecei a participar das reuniões do conselho em 2016. Com o passar do tempo, me tornei militante do grupo. Ao longo dos últimos anos, pude acompanhar seu processo de construção política nas arenas públicas da luta por moradia, um processo que se intensificou no ano de 2017, num contexto marcado pela realização de diversas manifestações e por tentativas de diálogo com a prefeitura. Foi no conselho que tive a oportunidade de conhecer Di.

Neste texto, pretendo descrever os entrelaçamentos entre uma trajetória de vida individual, a de Di, moradora da comunidade Rádio Sonda, e a história de um coletivo de luta pela moradia, o Conselho Popular. Di, por um lado, impulsionada pela indignação suscitada pela ameaça de remoção da favela onde mora, passou da atuação local na associação de moradores da Rádio Sonda à participação no Conselho Popular e em suas instâncias de construção de um espaço político nas arenas públicas. Por outro lado, o Conselho Popular, enquanto coletivo, de um agregado de demandas territoriais conectadas apenas pela indignação gerada pela situação de ameaça de remoção, transformou-se num agente ativo nas arenas públicas, fazendo emergir uma voz unificada, metamorfoseando a luta contra as remoções de favelas em uma luta mais ampla por justiça e direitos. O objetivo é chamar atenção para a relação dialética entre as dimensões do sujeito e do coletivo em um processo de construção de arenas públicas, que envolve emoções e moralidades, elementos centrais para o movimento de transformação da indignação em uma causa política.

³ Para informações sobre o funcionamento anterior à desativação do Conselho Popular, ver Costa (2018).

Para isso, algumas perguntas a respeito dos trânsitos entre as transformações ético-políticas que se dão nos níveis do sujeito e do coletivo se colocam. Como o *self* se constrói a partir da relação entre as motivações internas e as ações do grupo? Como os projetos ético-morais dos sujeitos se forjam no desenrolar da experiência coletiva? Como um sujeito, por meio de um processo de politização, dessingulariza sua voz em direção a um discurso unificado representativo de um grupo? Esses questionamentos implicam o acompanhamento das mutações por que passam as mobilizações coletivas. Para compreender como atores individuais e coletivos experienciam essas transformações, me aproximo do paradigma pragmatista das arenas públicas (CEFAÍ, 2002), que entende, a partir das perspectivas dos atores sociais, as mobilizações coletivas como “processos de codefinição e codomínio de situações problemáticas” (CEFAÍ, 2009, p.16). À medida que as situações problemáticas se tornam problemas públicos, os atores sociais vivenciam um processo de redefinição do horizonte de possibilidades. Busco compreender a relação dialética entre processos de reflexão e dessingularização que ocorrem nas escalas do indivíduo e do coletivo, em meio à construção de arenas públicas com demandas e reivindicações por justiça e direitos cuja condição de possibilidade consiste nos chamados choques morais e afetivos (CEFAÍ *et al*, 2011; JASPER, 1997) vividos por atores sociais, uma vez colocados sob ameaça de remoção.

Algumas pesquisas sobre o vasto tema da ação coletiva têm atentado para o fato de que movimentos sociais funcionam como meios de sociabilidade, ocasiões de encontro (reuniões, atividades, manifestações etc.), que moldam sujeitos, modos de coexistência e experiências coletivas (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2006; CEFAÍ, 2009; CEFAÍ *et al*, 2011; FREIRE, 2016). Inspirada nessas abordagens, busco demonstrar como a história de vida de um coletivo e dos agenciamentos que operam a construção de arenas públicas está diretamente relacionada à produção de subjetividades, modos de existir, hábitos e formas de cooperação, bem como à criação de vínculos entre indivíduos. Muitos são os processos cognitivos e morais vivenciados por aqueles que passam da indignação pessoal à experiência coletiva. Atentar para a relação entre conjuntos de valores e emoções pessoais, de um lado, e ações coletivas, de outro, desvela o caráter afetivo-moral da política. Como a dor e a indignação experienciadas em uma situação de conflito local se transmutam em gramáticas políticas que abarcam um senso coletivo do que é considerado “injusto”? Entender como os atores mobilizam o conceito de “injustiça” é central para a compreensão da construção das arenas públicas operada pelo Conselho Popular.

O material que deu origem ao presente texto é resultado da observação direta de reuniões, atividades e manifestações organizadas pelo Conselho Popular entre 2016 e 2019, bem como de uma entrevista semiestruturada realizada com Di em sua casa em 2018. A aposta etnográfica

investe na descrição de histórias de vida enredadas por encontros proporcionados pela mobilização coletiva. O sofrer, o refletir, o partilhar e o reunir modulam as cenas etnográficas que se seguem. A ideia é demonstrar, por meio da descrição densa, a transição experienciada pelo grupo, de um agregado de demandas locais a um coletivo político que faz emergir sua voz no espaço público. Essa história se confunde com a construção de uma subjetividade particular, a de Di, membro orgânico e extremamente atuante do grupo. Inicialmente, narro uma reunião datada de 2016, logo após a reativação do coletivo, quando ainda funcionava como um aglomerado de demandas locais que tinham em comum a revolta contra à ameaça de remoção. Em seguida, descrevo o processo de construção de arenas públicas engendrado pelo conselho na interlocução com a mídia, o parlamento, a universidade e outros agentes institucionais. Por fim, reflito mais detidamente sobre a construção de minha principal interlocutora enquanto militante, bem como sobre o alinhamento entre seu projeto moral cristão e os valores cultivados na luta pela moradia.

A INDIGNAÇÃO E OS PRIMEIROS PASSOS DA LUTA CONTRA A REMOÇÃO

No terceiro andar da Arquidiocese do Rio de Janeiro, sede da Pastoral de Favelas da Igreja Católica, estamos sentados em roda para mais uma reunião do Conselho Popular. Como de costume, Eliane – advogada da pastoral que já atuou na Defensoria Pública e possui longa experiência de assessoria jurídica voltada a movimentos sociais de favelas – inicia a reunião perguntando quais representantes de comunidades trazem “demandas”. Nessas reuniões, normalmente os representantes das comunidades relatam os últimos acontecimentos envolvendo os territórios e os processos de remoção e apresentam suas “demandas”, solicitando o apoio do conselho para questões como organização de atividades, pedidos de esclarecimento quanto a possíveis dúvidas – seja em relação ao campo jurídico, seja em relação à organização política – e divulgação de outros eventos importantes para a luta das comunidades. Dessa vez, a advogada informa que alguns esclarecimentos quanto ao Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj) serão dados hoje por seus representantes; só então escutaremos as “demandas” das comunidades, muitas delas também à espera de respostas dos processos iniciados pelo instituto.

Na última reunião, alguns moradores que vivenciam processos administrativos no Iterj

– como o de regularização fundiária, mapeamento de propriedade da terra etc. – solicitaram a presença dos agentes do instituto no espaço do conselho, pois tinham dificuldades de entrar em contato com o órgão; reclamaram também da morosidade do trabalho feito pelo Iterj. Alguns agentes do instituto foram então convidados a participar da reunião. Segundo o representante do Iterj, inicialmente o instituto fora criado para atender apenas assentamentos rurais, mas em 1998 passou a atuar na área urbana. O Iterj está vinculado à Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e atua por meio de intervenções em conflitos fundiários, implementação de processos de regularização fundiária e apoio à formação de assentamentos rurais. Encontram-se na reunião defensores públicos do Núcleo de Terras e Habitação (Nuth)⁴, agentes de cada vicariato (região urbana) da Pastoral de Favelas, moradores de comunidades e ocupações urbanas, representantes do Iterj e eu. Me apresento como pesquisadora e permaneço anotando com muito afinco as falas. Após a fala introdutória do agente do Iterj, a ocupação Riachuelo 21, na Lapa, que existe há 20 anos e é composta por 21 famílias, apresenta sua “demanda”.

Um dos moradores ressalta, apreensivo: “eu fui até buscar por consultoria no Iterj um documento do imóvel”. A consultoria da qual fala o morador reflete o primeiro passo dado pela resistência local ao descobrir a ameaça de expulsão do imóvel. Durante os processos judiciais instaurados em decorrência da ameaça de remoção, a primeira informação necessária para iniciar a luta na frente jurídica é justamente a quem pertence o imóvel. Os moradores aproveitam a presença do representante do órgão no espaço do conselho para cobrar um retorno acerca do andamento do processo, assim como possíveis sugestões de resolução do caso.

O representante reafirma que “o imóvel da ocupação pertence à Ordem Terceira do Carmo da Igreja Católica”, também esclarecendo: “a gente buscou o usucapião urbano, mas aí não pode, porque vocês tão judicializados”. Os moradores questionam a busca pelo dispositivo da usucapião, que não se conforma ao caso da ocupação. Eliane, que tem acompanhado o caso mais de perto, interrompe o agente do instituto para esclarecer aos moradores a situação jurídica em que se encontram: “foi caracterizada no início uma locação. A situação de vocês está infelizmente parada nisso. Vocês não tinham direito à usucapião”. Moradores de outras comunidades presentes começam a comentar as ações do Poder Judiciário em muitos casos de remoção: a atuação dos juízes a cargo dos conflitos fundiários na cidade não agrada os moradores das favelas ameaçadas, já que na maioria das vezes suas sentenças refletem determinados

4 O Nuth tem atuado como parceiro ativo nas lutas por moradia travadas por movimentos populares. Vale lembrar, no entanto, que a atuação do Nuth, como a de todo órgão ou organização, é determinada pelas posturas, princípios, sensibilidades e objetivos de seus integrantes. Nem sempre o Nuth teve uma composição militante disposta a desenvolver tais relações com os movimentos sociais de favela. Para mais informações sobre a história do Nuth, ver Cocco e Mendes (2016).

posicionamentos políticos e relações com grupos econômicos interessados no espaço urbano. O representante do Iterj diz que o direito “crítico”, “popular” e “insurgente” praticado por eles não condiz com o direito do Judiciário: “nós temos que saber quem são os aliados, o Judiciário não vai ser”, pois “a estrutura do Judiciário não atende a questões de moradia popular”, diz ele. Em seguida, o agente se permite fazer um comentário acerca da atuação política dos moradores da ocupação. Ao se desculpar por estar “se metendo” na organização deles, afirma: “eu via resultado quando havia mobilização e organização desde a ocupação da terra”. Ao longo de 30 anos atuando ao lado de movimentos sociais, o representante reitera que “não adianta se organizar quando a situação explode”.

Em seguida, Eliane passa a palavra para uma liderança da ocupação Francisco Eugênio, localizada em São Cristóvão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Numa tentativa de situar os membros do grupo no cenário atual da ocupação – já que essa comunidade se faz presente pela primeira vez nesse espaço –, Verônica, uma das moradoras, diz: “estamos lá há 30 anos, é uma terra do Estado, e desde 2008 começou o processo de reintegração de posse. Começou o despejo, mas a gente conseguiu reinserir as pessoas, colocar de novo pra dentro”. A moradora explica a situação dos processos judiciais que envolvem a ocupação, demonstrando insatisfação e indignação em relação ao Estado – representado nesse caso pela esfera estadual –, já que, como ela mesma diz, “agora a gente conseguiu o repasse dos imóveis pro estado pra fazer zona de interesse social”. No entanto, a burocracia da esfera está dificultando a transformação da área numa Zona Especial de Interesse Social (Zeis), instrumento urbanístico legal, definido pelo Estatuto da Cidade – lei federal de 2001 –, que promove a demarcação de zonas da cidade destinadas à habitação de interesse social, seja pela facilitação de processos de regularização fundiária, seja pela oferta de terrenos vazios para a construção de habitação social⁵. A ameaça da chamada reintegração de posse por parte de um órgão privado estimulou os moradores da ocupação a repassarem a propriedade do terreno para o estado, de forma estratégica, em busca da possibilidade de transformar a área em uma Zeis. A possibilidade da remoção, viabilizada pelo dispositivo jurídico da reintegração de posse, emerge para Verônica e seus vizinhos não somente na forma do medo de perderem suas casas e da indignação com o “desrespeito” do Estado, mas também como um fato que os impulsiona a passar a luta aos meandros da justiça.

Após algum debate sobre a situação da Francisco Eugênio, é chegada a vez de Di, da Rádio Sonda, relatar a situação da comunidade. “Da pastoral, fomos pra Defensoria Pública,

⁵Fonte: Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/Leis_2001/L10257.html. Acesso em: 15 jul. 2022.

depois pro Iterj, depois abrimos um protocolo na SPU”⁶, relata suas idas e vindas nos órgãos da burocracia do Estado a fim de descobrir o dono da terra. “Nós sempre vamos na Defensoria, mas no mês seguinte você tem que ir lá pra checar, e no próximo também, e no próximo de novo”, diz a liderança sobre sua insistência junto à Defensoria Pública, que, além de acompanhar os processos judiciais dos moradores, também fortalece a organização política das comunidades. Após afirmar que “demorou vários meses pra SPU dar uma resposta” e que teve que levar “vários ofícios da Defensoria pra lá”, ela conta que os moradores descobriram que “a Rádio Sonda está sob jurisdição da Aeronáutica”. “Essa resposta a gente vinha buscando desde agosto pra encaminhar esse processo”, continua, dizendo: “o que a gente tá fazendo agora é antecipando pra lutar pela nossa regularização”. Os membros presentes conversam sobre a regularização fundiária, dispositivo central da luta pela permanência na comunidade.

Várias outras lideranças comunitárias seguem apresentando seus relatos e suas “demandas” nessa reunião. A fala de um morador da comunidade Indiana, na Tijuca, me chama atenção. Ao narrar a remoção parcial ocorrida na comunidade, ele diz: “mas a gente tem que lutar, porque a prefeitura não entende como as pessoas investem suas vidas naquelas casas. A gente não chegou ali ontem, foram décadas e décadas construindo nossas casas”. Outros moradores relacionam suas casas a vidas vividas há décadas em seus territórios. Reunidos, os membros do conselho trocam experiências a fim de evitar as remoções e garantir a permanência das famílias nas comunidades.

*

Os moradores de comunidades e ocupações que chegam ao conselho narram experiências de medo, angústia e sofrimento suscitadas pela situação de ameaça de remoção, ameaça que implica pressões diárias materializadas na vida cotidiana, seja nos escombros de casas demolidas, seja nas abordagens dos agentes públicos que batem em suas portas, fazendo perguntas e solicitando entrada nos imóveis⁷. A luta pela regularização fundiária emerge de um senso de

6 Superintendência de Patrimônio da União, órgão vinculado ao então Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, responsável por administrar o patrimônio imobiliário da União.

7 Esse tipo de pressão psicológica é muito comum em situações de remoção. Moradores de outras comunidades costumam relatar que, em conversas com funcionários da prefeitura, é comum escutar frases como “é melhor sair, senão vai ficar sem nada” ou “é melhor negociar, senão vai pra rua”. Junto à produção de desinformação, ilegalidades (como a não retirada dos escombros das casas demolidas) e outras táticas que compõem a governamentalidade

justiça, baseado no direito legítimo que os moradores têm de permanecer morando no território, onde construíram não apenas suas casas, mas também suas vidas. É comum escutar histórias particulares, marcadas por nascimentos (“eu nasci e fui criado aqui”), relações familiares (“minha família toda mora aqui”), redes de vizinhança (“aqui eu conheço todo mundo”), entre outros relatos a demonstrar que as remoções afetam pessoas com histórias e vínculos. Como aponta França, ao analisar a luta das mães vítimas da violência institucional, o “esforço coletivo de singularização das mortes” de seus filhos, por meio da enunciação dos “casos” particulares, é parte da luta por direitos (FRANÇA, 2020, p. 278). A singularização dos casos, de um lado, e a transformação dos casos em causa política, de outro, são movimentos paralelos que permeiam muitos processos de construção de arenas públicas de lutas por direitos.

Marcadas por inúmeras relações com agentes institucionais, as experiências relatadas pelos membros do conselho registram os primeiros esforços dos moradores ao se depararem com uma situação de remoção. A peregrinação institucional (FARIAS, 2014, 2020) pela burocracia estatal, a lida com documentos, o manejo de categorias jurídicas e a reflexão coletiva na busca por estratégias de luta são os primeiros passos decorrentes da indignação com a possibilidade de perderem suas casas, suas terras, mais do que isso como muitos dizem: “suas histórias e raízes”. O argumento que aciona o investimento econômico e emocional da autoconstrução (HOLSTON, 1991; KOWARICK, 1993) – que justifica a permanência pelo fato de terem construído suas casas “durante anos, com muito esforço” –, aparece com frequência nas falas dos atores. Ainda restritos ao leque das formalidades jurídicas e legais, os moradores buscam soluções pragmáticas para a situação indeterminada (DEWEY, 1938) em que se encontram, momento em que o curso ordinário da vida é suspenso. As primeiras indagações e investigações dos indivíduos conduzem à busca de soluções por meio de canais legitimados pelo Estado. Tal processo, porém, vem acompanhado da formulação de um discurso político que, em sua etapa inicial, refere-se ao direito de permanecer em territórios ocupados há anos, que carregam mais do que um valor monetário, na medida em que são permeados por relações de parentesco, amizade e vizinhança. Por ora, passo a narrar outras ocasiões que vivenciei junto à Di e a outros membros do grupo que enredam o desenrolar de tal processo de dessingularização, do mero recurso aos dispositivos legais à formulação de uma causa mais ampla pelo direito à moradia digna e adequada; de um agregado de demandas comunitárias à reivindicação de justiça e, em última instância, à denúncia contra violações de direitos humanos, como será visto a seguir.

(FOUCAULT, 1978) que expulsa e retira os pobres urbanos de suas terras, a pressão psicológica configura mais um elemento das práticas de terror de Estado em processos de remoção. Para mais informações, ver Azevedo e Faulhaber (2015), Bogado (2017), Gutierrez (2014), Magalhães (2013), Petti, (2020a) e Silva (2016).

CONSTRUINDO ARENAS PÚBLICAS: A CONSOLIDAÇÃO DE UM COLETIVO DE LUTA PELA MORADIA

No ano de 2017, passei a atuar mais como militante do que como pesquisadora no conselho. Até hoje sou responsável pela relatoria das reuniões e costumo participar de muitas comissões voltadas à organização de atividades e atos públicos. Além disso, junto a Di e Marcello, da comunidade Indiana Tijuca, faço parte do grupo de trabalho responsável pela comunicação do grupo, especialmente a da página do Facebook, que começou a intensificar suas publicações nesse ano.

O ciclo de produção da cidade olímpica (AMARAL, CAVALCANTI e O'DONNELL, 2016; OLIVEIRA, 2015)⁸ se encerrou com a saída do PMDB da prefeitura e a entrada de Marcelo Crivella (PRB)⁹. No primeiro semestre, Crivella lançou, sem nenhum canal mais concreto de diálogo com os movimentos sociais além de uma plataforma virtual para propostas da sociedade civil, seu Plano Estratégico para a cidade (2017-2020)¹⁰. O plano, alvo de críticas de defensores públicos pela falta de clareza em relação à metodologia adotada para a realização das obras, previa a possibilidade de mais de 14 mil remoções de famílias do entorno do Parque Nacional da Tijuca, seguida do anúncio da construção de novas unidades habitacionais e seus objetivos: “garantir que 14.204 famílias não estarão em risco geológico-geotécnico até 2020; contratar 20.000 unidades habitacionais até 2020” (*Plano Estratégico 2017-2020*)¹¹.

A comunidade Indiana Tijuca sofre uma ameaça de remoção sob a justificativa de que a comunidade se encontraria numa área de risco. Nos últimos anos, algumas famílias da Indiana foram removidas e realocadas devido ao risco ambiental alegado pela prefeitura, sem, entretanto, que a Fundação Instituto Geotécnica do Rio de Janeiro (GeoRio) apresentasse qualquer laudo nesse sentido. Na interlocução com a universidade, por meio de um projeto de extensão, os moradores realizaram um contralaudo sobre o terreno, atestando que as casas não

8 No que diz respeito à produção da cidade olímpica, vale ressaltar a centralidade da região da Barra da Tijuca como palco de muitas transformações urbanas no bojo de tal projeto de cidade. Essa região atuou como frente de expansão do capital imobiliário, recebendo diversas obras de equipamentos olímpicos, como o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas. Para mais informações, ver Amaral (2014), Alves e Petti (2017) e Cavalcanti (2017).

9 Em 2021, Eduardo Paes, prefeito da cidade no ciclo olímpico, retornou à prefeitura.

10 Disponível em: <http://prefeitura.rio/web/planejamento/conheca-o-plano>. Acesso em: 15 jul. 2022.

11 Apesar da previsão de remoções em massa, a política de remoções não foi uma marca do governo Crivella. Muitos interpretam essa quebra de expectativas a partir da narrativa de falta de recursos.

tinham “alto risco” de deslizamento, sendo possível a realização de obras de contenção. Algum tempo depois, os moradores descobriram numa pesquisa junto aos documentos da GeoRio que a classificação da área era de “baixo risco”¹².

Para os moradores da Indiana, localizada no Maciço da Tijuca, deparar novamente com a instrumentalização do discurso do risco ambiental¹³ nos documentos estatais, seguida da proposta de construção de novas unidades habitacionais, concretiza o “fantasma da remoção” e da possibilidade de reassentamento em condomínios populares do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)¹⁴, proposta de compensação da casa na favela repudiada pela maioria¹⁵ dos membros do conselho. Indignados, especialmente pela ausência de diálogo com a população local, os membros do conselho decidiram realizar no Palácio da Cidade¹⁶ um ato público para entregar as reivindicações do grupo registradas num manifesto, na tentativa de buscar diálogo com a prefeitura sobre as reivindicações dos moradores que sofriam a ameaça de remoção. Após a ausência de respostas da prefeitura à época da primeira intervenção no espaço público, seguiram-se outras manifestações em diferentes regiões da cidade.

No fim do ano, com o anúncio oficial da remoção da comunidade Rio das Pedras, localizada na Zona Oeste, a associação de moradores local procurou membros do Conselho Popular para “fortalecer a luta” junto a outras comunidades na mesma situação. Os membros do grupo decidiram convocar todos os movimentos sociais e populares, sindicatos e mandatos parlamentares da esquerda, dentre outros atores das arenas públicas do Rio de Janeiro, a uma reunião para a organização de um ato em defesa de Rio das Pedras e contra toda e qualquer forma de remoção. Encomendamos junto à ocupação Vito Gianotti¹⁷ uma faixa de 12 metros

12 Para mais informações sobre o conflito local em torno da categoria do risco ver Magalhães e Petti (2018).

13 A ambientalização das lutas sociais marca o contexto de emergência do discurso do risco e sua instrumentalização pelos governos (ACSELRAD, 2010).

14 Durante o processo de produção da cidade olímpica, o PMCMV funcionou como proposta de compensação das casas demolidas nas favelas, por meio da modalidade de “troca de chaves”. O PMCMV foi responsável por divergências entre militantes e pelo esvaziamento de movimentos de luta por moradia durante o ciclo olímpico. Muitas das comunidades que participam do conselho vivenciaram conflitos e divisões internas devido às propostas de troca da casa na favela por uma unidade habitacional no condomínio. Ao conselho chegavam os moradores que queriam permanecer em suas localidades, o que produziu um consenso crítico ao programa. Para saber mais sobre o programa e a configuração urbana dos condomínios populares, ver Cardoso (2013), Conceição (2016) e Kopper (2016).

15 Não apenas na Indiana, mas em diversas outras comunidades, escutei moradores rejeitarem por muitos motivos o reassentamento em condomínios do PMCMV. “Não quero morar numa gaiola” é uma das frases que mais escutei em campo. Para informações sobre os modos como a casa é quantificada pelo Estado nas propostas de compensação pela casa na favela em processos de remoção, ver Petti (2020b).

16 Local de trabalho do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, localizado em Botafogo.

17 Ocupação urbana localizada na Zona Portuária da cidade, que leva o nome do comunicador popular italiano Vito Gianotti.

com os seguintes dizeres: “Não à remoção: pelo direito à moradia!” (Figura 2), além de camisas com o nome, a logo (Figura 1) do grupo e a frase “Não às remoções”.

Figura 1. Logo do Conselho Popular



Fonte: Facebook do Conselho Popular: <http://conselhopopular.wordpress.com/>.

Figura 2. Manifestação em frente à casa do prefeito do Rio de Janeiro, na Barra da Tijuca (2017)



Fonte: Acervo pessoal (2017).

Essa manifestação, o maior ato mobilizado pelo conselho em toda a sua história, contribuiu para certas conquistas dos moradores de Rio das Pedras, surpreendidos pelo recuo do prefeito quanto à demolição das casas. A organização dessa manifestação mobilizou reuniões lotadas e com grande representatividade de outros movimentos sociais como o Movimento Unido dos Camelôs (Muca), a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), outros movimentos de favela e frentes de luta mobilizadas na conjuntura da época¹⁸. A construção desse espaço ampliou a intervenção do conselho, tanto no que tange à aliança com outros agentes da cena política na cidade quanto no que diz respeito à sua repercussão na imprensa¹⁹. Após o ato, o grupo decidiu construir uma jornada de manifestações

¹⁸ Estavam presentes a Frente Povo Sem Medo, a Frente Brasil Popular e a Frente de Esquerda Socialista, três frentes únicas de luta que ganharam destaque durante o período do governo de Michel Temer (MDB).

¹⁹ Estavam presentes não apenas as mídias alternativas, que costumam cobrir a mobilização popular e suas

contra as remoções e pelo direito à moradia, guiada não apenas por reivindicações ou demandas relativas ao tema da moradia, mas também por análises e caracterizações políticas sobre a conjuntura, documentadas em manifesto.

Tal política excludente, colocada em pauta pelos interesses de um neoliberalismo tardio capitaneado pelo setor privado e assegurado pelo poder público, tem sido marcada pela violação de direitos humanos dos moradores de favelas e periferias, resultando na remoção de cerca de 67 mil pessoas entre 2009-2016, com previsão de remoção de mais de 20 mil moradores nos próximos quatro anos do governo de Marcelo Crivella (PRB). Para justificar esta “limpeza social” da pobreza nas áreas nobres da cidade, as autoridades públicas têm utilizado falaciosos argumentos como “área de risco”, “interesse público” e “proteção ambiental”, abrindo caminho para a atuação da especulação imobiliária interessada num projeto de cidade racista, elitista e, consequentemente, excludente, marcado pela acumulação do lucro em detrimento do direito humano e social à moradia digna. (CONSELHO POPULAR, 2017).

A politização do discurso do Conselho Popular, marcada pela dessingularização dos casos particulares, fica evidente em traços como a caracterização do momento econômico mundial (neoliberalismo tardio), a denúncia do fenômeno da “limpeza social” e a disputa em torno de um “projeto de cidade excludente”. Muito se debateu sobre a conjuntura política nas reuniões do grupo no ano seguinte. Em ata de reunião do dia 7 de novembro de 2018, encontra-se registrado o seguinte trecho de análise, proveniente da síntese do debate sobre conjuntura e sobre as próximas ações políticas:

[...] estamos vivendo um processo que começou há pelo menos quatro anos atrás com a polarização colocada no ano de 2014. A polarização se acirra nessas eleições e a gente é colocado numa ampla mobilização de luta por direitos. É provável que venham outras derrotas nos próximos anos. No que diz respeito à moradia, é preciso repensar formas de resistência. Não há outra saída a não ser lutar. Temos que pensar na questão da segurança dos nossos militantes. A repressão tende a aumentar não só no sentido das forças do Estado, como também nos processos paramilitares.²⁰

No contexto da vitória de Jair Bolsonaro para a Presidência da República, o vocabulário dos direitos passou a se fazer cada vez mais presente nas falas, debates, publicações e documentos do grupo. Na *cité* cívica da tipologia das gramáticas morais que norteiam a ação de autoria de Boltanski e Thévenot (2006), as pessoas ganham valor quando são portadoras não apenas de obrigações, mas também de direitos, o que torna a vida digna. A ação coletiva dá significado e justificativa ao comportamento individual no mundo cívico, cujo principal cenário de intervenção dos coletivos – principal ator da *cité* – torna-se a esfera pública. A faixa

reivindicações, como também emissoras de televisão maiores.

20 Trecho da relatoria da reunião do Conselho Popular de 7 de novembro de 2018.

do conselho (Figura 2), as publicações nas redes sociais, as camisas, a logo e o manifesto são objetos que materializam e significam um coletivo que passa a lutar também contra formas de violação de direitos humanos.

Nessa mesma reunião, deliberamos sobre a participação do conselho na plenária da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA), cujo objetivo consistiu em escutar as denúncias e demandas dos movimentos sociais brasileiros²¹. Diversas pautas foram apresentadas na plenária: a situação do sistema carcerário brasileiro, a violência contra mulher, os conflitos fundiários urbanos e rurais e a demarcação de terras indígenas, entre outras. Como outros membros do grupo, Di também se fez presente na plenária. Segundo ela, o que foi denunciado na plenária da CIDH, além das remoções, foram problemas pelos quais “as pessoas das comunidades também passam: racismo, as mulheres que têm os maridos encarcerados. A gente é removido, mas também passa por todas as outras coisas que foram abordadas lá, que são injustiças também”. Os membros do conselho, à maneira do movimento de mães, também questionam os sentidos de justiça encarnados pelas instituições (EFREM FILHO, FARIAS e LAGO, 2020, p. 162). Entendidas como “injustas”, as violações de direitos, entre eles o da moradia, enredam a transformação subjetiva (cognitivo-moral) vivenciada por minha interlocutora. De “dona de casa” a militante do Conselho Popular, Di passa a ser o centro de minha narrativa a partir de agora.

DO SER AFETADO À LUTA CONTRA A “INJUSTIÇA”: DEVIRRES MORAIS E TRANSFORMAÇÃO SUBJETIVA

A gente tem que ir lá. É muito injusto o que tão fazendo. Depois que você conhece a luta, só sendo muito coração de pedra pra não apoiar uma comunidade.

Essa frase foi enunciada por Jaqueline, uma de minhas interlocutoras, moradora de favela e participante do Conselho Popular, quando estávamos em seu carro, a caminho da comunidade de Di, onde a reintegração de posse e a demolição de algumas casas aconteciam. Quando Di começou a participar do conselho, era comum escutar ela dizer que “é importante a gente ir até as outras comunidades ajudar, porque um dia vai ser a gente que vai precisar de ajuda”. Os membros do conselho criam laços de solidariedade e apoio mútuo conforme se engajam na luta

21 Plenária de encerramento da visita oficial da CIDH ao Brasil no final do ano de 2018.

contra as remoções. Sempre me perguntei sobre a natureza desses laços e relações. Em meio a tais questionamentos, percebi um contraste entre “a gente tem que ajudar, porque um dia vai ser com a gente” e “a gente tem que ajudar, porque é injusto”. Di e Jaqueline sempre presenciam momentos de conflito e luta em suas comunidades. Assim como Jaqueline, com o tempo Di passou a justificar o apoio mútuo acionando o caráter “injusto” da situação vivenciada por seus companheiros de luta.

Por a gente passar na pele, por a gente saber o que que a gente passa, então vira uma dor única, né, porque o que eu passo eu vejo outras pessoas de outras comunidades passarem também. Então a gente acaba tendo uma luta só, a gente acaba vendo que a gente está todo mundo junto, que a gente se fortalece e a gente ajuda um ao outro. A gente acaba vendo que a gente não tá sozinho, que a gente pode ganhar mais força lutando e ajudando outras comunidades. Então isso faz com que a gente tenha compaixão pelos outros moradores de outras comunidades. A gente acaba tomando a dor do outro como a nossa também, porque a gente também tá passando pela mesma injustiça.²²

Sentir a dor do outro e partilhar de um sofrimento comum impulsiona os atores a caracterizarem uma situação como “injusta”. Do interesse particular na ajuda em uma situação de conflito (“ajudo porque um dia vou precisar de ajuda”) à formulação de uma situação como “injusta” (“ajudo porque o que tão fazendo é uma ‘injustiça’”), Di e outros membros do Conselho engajam-se na luta pela moradia, forjando e consolidando laços de companheirismo militante em nome de uma causa mais ampla. Em pesquisas etnográficas, Cefaï *et al* demonstraram que “destinos locais ou interesses particulares são o trampolim para formas de julgamento e de denúncia, de reivindicação e de proposição, que trazem à tona o que diz respeito ao público” (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 4). O ser afetado em escala local fornece as bases para processos cognitivo-morais que originam a formulação de gramáticas políticas que, enquanto valores coletivos, justificam ações.

A experiência do que é injusto, mas também do que é indecente e inconveniente, decorre do modo passivo do “ser afetado” (Stimmung) pela situação, antes dessa experiência ser formatada segundo as modalidades práticas dos regimes da crítica e da denúncia, da compaixão ou da indignação. Os momentos de indignação, marcados por sensações de injustiça, são também choques afetivos, além de morais (Jasper), pois constituem desfazimento de cotidiano, perda das referências e dos sentidos que sedimentaram determinado mundo (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 7).

As emoções cumprem um papel fundamental no entrelaçamento do que é singular com o que se constrói como coletivo. Pesquisadores que se dedicam a investigar as lutas das

22 Entrevista realizada com Di em dezembro de 2018.

mães vítimas de violência de Estado no Rio de Janeiro já demonstraram que as emoções dão suporte ao reconhecimento político de determinados grupos sociais (EFREM FILHO, FARIAS e LAGO, 2020; FRANÇA, 2020). Além de o “sentimento de perda” se transformar em capital simbólico que legitima as mães enquanto atores sociais no espaço público (LEITE, 2004, p. 155), a indignação – ou “maternidade indignada” (ROCHA, 2018, p. 50) – é um motor para a luta coletiva. Se na luta das mães que perdem seus filhos em casos de violência policial é o “amor de mãe” que funciona como recurso político das denúncias públicas (FRANÇA, 2020), na luta contra as remoções, a dor pela perda da casa e da comunidade impulsiona as ações de resistência. Os vínculos criados pela luta por moradia são embebidos em choques afetivos e morais, marcados pela dor e pelo sofrimento comuns à condição de quem vive sob ameaça de remoção. Vínculos forjados no sentir e compartilhar a dor encarnada nos ritmos de um processo de remoção e consolidados pelas gramáticas políticas de denúncia pública da “injustiça”. Vínculos que possibilitam a ação coletiva (fortalecem o coletivo, grande valor para os atores no mundo cívico), mas também são condicionados pela emergência de uma causa coletiva mais ampla²³. Tal processo dessingulariza a voz individual, que passa de um reclame de dor a uma voz política e unificada na esfera pública. Na avaliação de Di, a jornada contra as remoções construída pelo grupo foi central no ano de 2017.

A gente sai na rua, alguém ouve. Mesmo que a gente não tenha tido nenhuma resposta da prefeitura, eles receberam e ouviram a gente. A gente chamou atenção. Foi de grande importância. Até pra fortalecer cada comunidade, pra gente ver que a gente tem voz, que a gente tem que sair à rua pra ser ouvido, pra buscar os direitos.²⁴

Para Butler (2018), corpos em assembleia expressam a condição precária constitutiva de todo ser. Os corpos em assembleia em espaços públicos exercem o direito plural e performativo de aparecer – direito negado pela aceleração da condição precária da vida –, reivindicando exigências corpóreas por um conjunto mais suportável de condições econômicas, sociais e políticas, menos afetadas pelas formas induzidas da condição precária (BUTLER, 2018, p. 17). O direito de aparecer no espaço público – de ter visibilidade – é distribuído de maneira desigual. Aparecer na rua ganha outros contornos quando são corpos não brancos e favelados

23 Comecei a refletir sobre os vínculos criados pelas relações de militância quando escutei a comunicação pessoal de Karinna Adad de Miranda, intitulada “Os movimentos sociais e a *topofilia*: motivos para resistir em Vargem Grande/RJ” no âmbito da XIX Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA), realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no ano de 2018. Os estudos sobre movimentos sociais e seus vínculos podem contribuir para a investigação das formas contemporâneas da dádiva (CAILLÉ e GODBOURG, 1999).

24 Entrevista realizada com Di em dezembro de 2018.

que ocupam os espaços. Assim como Di, muitas outras mulheres não brancas têm protagonizado a luta por moradia no país. As diferenças de gênero e raça afetam os modos como as pessoas experimentam a cidade e consequentemente se engajam nas lutas urbanas (BIRMAN, 2015). Vocalizar a luta por direitos no espaço público, em meio a interlocuções com outros atores políticos²⁵, transformou a própria subjetividade de minha interlocutora.

Eu cresci muito e aprendi muito, comecei a entender tudo o que acontece. Antes eu não sabia nada de política, era completamente leiga. Essa luta mudou completamente a minha vida, eu vi coisas assim em mim que nem eu mesma sabia que existia, tipo essa força de indignação, de ficar indignada pelas injustiças, pelas maldades com toda essa covardia. E eu vi essas coisas em mim que eu não sabia que existiam e que me fez crescer muito. Viver algo que te faz ficar indignada e fazer alguma coisa.²⁶

A própria experiência de indignação, que a move do ser afetada ao fazer político, é vivida por Di como algo que suscita devires e transforma sua subjetividade. Devires morais que a surpreendem, mas, de alguma forma, vão ao encontro de valores já cultivados anteriormente por minha interlocutora. Enquanto cristã evangélica, Di me contou que, em muitos momentos da luta, se inspirou em Moisés, personagem bíblico. Moisés também lutou “contra as injustiças do mundo”. Em conversa, Di retoma a história do conflito entre egípcios e hebreus e a intervenção divina que libertou os últimos de toda opressão e exploração.

Faz parte dos valores cristãos lutar contra qualquer injustiça cometida contra as pessoas. Quando a gente é cristã, a gente luta tudo pro bem, a gente tenta fazer o melhor pras pessoas. Nossa luta é contra o mal, independente de onde ele vem, como, de quem seja. E tudo que eu faço é lutar pelas pessoas indefesas que não têm seus direitos respeitados. Eu luto contra o mal, contra a injustiça, contra a falta das leis serem cumpridas.²⁷

Operar a linguagem dos direitos implica a ratificação e/ou a disruptão de moralidades (EFREM FILHO, FARIA e LAGO, 2020, p. 171). A violação de direitos e o descumprimento da legislação são considerados um mal no sentido cristão do termo. Embora formulado no seio da ação coletiva em arenas públicas, o sentido da “injustiça” também emerge de uma reflexão individual que possibilita o alinhamento entre dois projetos ético-morais que à primeira vista podem parecer excludentes, mas ganham sentido nas práticas e discursividades de minha

25 Ao longo da luta pela permanência em sua comunidade, Di e outros moradores construíram um forte canal de interlocução com o deputado federal Glauber Braga (Psol-RJ). Di realizou inúmeras viagens à Brasília para participar de audiências públicas e das reuniões da Câmara de Conciliação criada para resolução do conflito entre os moradores e a Aeronáutica.

26 Entrevista realizada com Di em dezembro de 2018.

27 Entrevista realizada com Di em dezembro de 2018.

interlocutora. A Di dona de casa e cristã e a mulher militante da luta por moradia compõem devires morais subjetivos que se alinham na luta contra todo tipo de “injustiça”. Perceber a complexidade de um processo de formação de sujeitos é atentar para a gama diversa de devires morais e projetos ético-políticos significados em práticas e reflexões com lugar tanto na escala coletiva como na individual. Tornar-se uma militante e aprender sobre política fortalece os valores cristãos aos quais Di já havia aderido havia anos, assim como as gramáticas morais do Evangelho se alinham plenamente aos valores coletivos cultivados na luta por moradia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentei mostrar neste texto a complexidade de um processo de construção de arenas públicas da luta pela moradia, arenas que enredam também processos de subjetivação. No entrelaçamento de duas histórias de vida, a de um coletivo e a de um indivíduo, fica evidente a capacidade dos atores sociais de acionarem competências críticas, responsáveis pela articulação entre emoções (importante mediação entre os sujeitos e o mundo) e gramáticas políticas, dessingularizando processos locais na construção de arenas públicas. Como afirmam Cefaï *et al*:

[...] esses “quadros de injustiça” não são lentes cognitivas por meio das quais os atores constroem o mundo. São, antes de tudo, experimentados em ocasiões sensíveis, em movimentos afetivos de aversão, desconforto e ansiedade, de irritação e de frustração, de raiva e de ressentimento, de cólera e de indignação. Eles são encarnados em provas emocionais e perspectivas que não se fecham no foro íntimo de sujeitos solipsistas, mas que remetem diretamente ao horizonte de um senso comum e que visam intencionalmente certos estados do mundo. O “senso de injustiça” se expressa em descrições que dão conta de provas corporais, portadoras de um sentido ético, cívico ou político, que atravessa seus atores. (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 7).

Além de compartilharem dor e medo, suscitados por um processo de remoção, os membros do conselho passam a agenciar repertórios plausíveis, que equipam os atores “com modos convenientes de ver, de dizer e de fazer, [que] configuram as situações às quais eles são confrontados” (CEFAÏ *et al*, 2011, p. 20). O direito e a legislação urbanística criam mundos cognitivos e normativos que contribuem para as indagações e investigações realizadas pelos sujeitos inseridos em situações indeterminadas e problemáticas. De um agregado de demandas locais, unidas pelo sentimento de indignação, o Conselho Popular torna-se um agente ativo na esfera pública da cidade, construída em conjunto com outros coletivos (movimentos sociais,

parlamento, mídia, universidade etc.). A dor comum comunicada pela ação política realiza um percurso do indivíduo inserido em escala local ao membro do grupo que se posiciona no âmbito público, atestando as chamadas “ancoragens de proximidade da mobilização coletiva” (CEFAÍ, 2011).

Do associativismo local à política da luta por moradia, Di produz a si mesma não apenas no sentir partilhado com outros companheiros, também se escrevendo enquanto sujeito por meio das linhas de documentos, manifestos, publicações e outros registros que baseiam a construção de arenas públicas agenciada pelo grupo. O alinhamento de devires subjetivos (o cristão e o militante), significados em experiências coletivas, compõe um sujeito complexo, forjado nos ritmos de suas emoções e pelas gramáticas políticas acionadas por competências críticas desenvolvidas pela ação coletiva. Do indivíduo ao membro do grupo, Di faz parte do processo de construção de arenas públicas da luta por moradia no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

1. ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
2. ALVES, Rodolfo; PETTI, Daniela. Memórias insurgentes: resistências na Vila Autódromo e na Vila União de Curicica em contexto olímpico. **Revista Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 50-66. jul./dez. 2017.
3. AMARAL, Lilian. **Curicica**: de fim do mundo a Barra Olímpica. 2014. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.
4. AMARAL, Lilian; CAVALCANTI, Mariana; O'DONNELL, Julia. Futures and ruins of an Olympic City. In: CARVALHO, Bruno; CAVALCANTI, Mariana; VYJAYANTHI, Rao (org.). **Occupy all streets**. Estados Unidos: Venuturupalli, 2016.
5. AZEVEDO, Lena; FAULHABER, Lucas. **SMH 2016**: remoções no Rio olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
6. BIRMAN, Patrícia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns. In: BIRMAN, Patrícia; CARBEIRO, Sandra; LEITE, Márcia; MACHADO, Carly (orgs.). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes**: ordens e resistências. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2015. p. 163-186.
7. BOGADO, Diana. **O Museu das Remoções da Vila Autódromo**: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos. 2017.

Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Sevilha, Sevilha, 2017.

8. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **On justification: Economies of worth.** Nova Jérsei: Princeton University Press, 2006.
9. BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas:** notas para uma teoria performativa da assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
10. CAILLÉ, Alain; GODBOUT, Jaques. **O espírito da dádiva.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
11. CARDOSO, Adauto. **O programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
12. CAVALCANTI, Mariana. Vida e morte do “agrupamento 26”: breve etnografia do Morar Carioca na Barra Olímpica (2011-2013). **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, n. 3, p. 211-235, 2017.
13. CEFAÏ, Daniel. Qu'est-ce qu'une arène publique? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In: CEFAÏ, Daniel; ISAC, Joseph. **L'héritage du pragmatisme:** Conflits d'urbanité et épreuves de civisme. Paris: Éditions de l'Aube, 2002. p. 51-82.
14. CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 2 n. 4, p. 11-48, 2009.
15. CEFAÏ, Daniel; MELO, Marco Antonio; MOTTA, Fábio; VEIGA, Felipe. **Arenas públicas. Por uma etnografia da vida associativa.** Niterói: EdUFF, 2011.
16. COCCO, Giusepp; MENDES, Alexandre. **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro. Instituições do comum e resistências urbanas:** a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Editora Revan, 2016.
17. CONCEIÇÃO, Wellington. **Minha casa, suas regras, meus projetos:** gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
18. CONSELHO POPULAR. Manifesto do coletivo de moradores do Rio de Janeiro: Conselho Popular, 2017.
19. COSTA, Maria de Fátima Tardin. Relato de pesquisa: experiências de resistência à remoção em territórios ocupados pela população pobre nas periferias da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 191-228, 2018.
20. DAS, Veena. **Critical events:** An anthropological perspective on contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

21. DEWEY, John. O padrão da investigação. In: DEWEY, John. **Lógica**: a teoria da investigação. New York: Henry Holt, 1938.
22. EFREM FILHO, Roberto; FARIAS, Juliana; LAGO, Natália. Mães e lutas por justiça: encontros entre produção de conhecimento, ativismos e democracia. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 146-180, 2020.
23. FARIAS, Juliana. **Governo de Mortes**: Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Antropologia e Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
24. FARIAS, Juliana. **Governo de mortes**: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2020.
25. FRANÇA, Paula. Amor de mãe: mobilizando sentimentos e afetos na sustentação de uma denúncia e na reconstrução do cotidiano. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 275-290, 2020.
26. FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. In: FOUCAULT, MICHEL. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 297-203.
27. FREIRE, Jussara. **Problemas públicos e mobilizações coletivas em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.
28. GUTIERRES, Anelise. **A resiliência enquanto experiência de dignidade**: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ). 2014. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação e Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
29. HOLSTON, James. Autoconstruction in working-class Brazil. **Cultural Anthropology**, Virginia, v. 6, n. 4, p. 447-465, 1991.
30. JASPER, James. **The art of moral protest**: Culture, biography, and creativity in social movements. Chicago: University of Chicago Press, 1997.
31. KOPPER, Moisés. **Arquiteturas da esperança**: uma etnografia da mobilidade econômica no Brasil contemporâneo. 2016. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação e, Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
32. KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
33. LEITE, Márcia Pereira. As mães em movimento. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira (org.). **Um mural para a dor**: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

34. MAGALHÃES, Alexandre. **Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro.** 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

35. MAGALHÃES, Alexandre; PETTI, Daniela. “Nossa casa está condenada”: o recurso à técnica como o modo de gerir populações no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 10, n.1, p. 257-274, jan./jun. 2018.

36. MIRANDA, Karinna. Os movimentos sociais e a topofilia: motivos para resistir em Vargem Grande/RJ. In: XIX Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro. **Documento**. Rio de Janeiro, 2018.

37. OLIVEIRA, Nelma. **O poder dos jogos e os jogos de poder:** interesses na produção da cidade para o espetáculo esportivo. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

38. PETTI, Daniela. Da resistência ao poder: governos da vida, sofrimento social e a violência da remoção. **Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 13, n. 2, p. 533-550, 2020a.

39. PETTI, Daniela. “**Perdi minha casa, aqui eu tenho outra vida**”: uma etnografia sobre espaços, sujeitos e economias em um condomínio popular do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020b.

40. ROCHA, Luciane. Maternidad indignada: reflexiones sobre el activismo de las madres negras, y el uso de las emociones en la investigación activista. **Anthropologica**, Lima, año 36, n. 41, p. 35-56, 2018.

41. RIO DE JANEIRO, Prefeitura do. Secretaria xxxx. **Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro 2020:** mais solidário e mais humano. Rio de Janeiro, 2017.

42. SILVA, Marcela Münch de Oliveira e. **Vila autódromo, um território em disputa:** a luta por direitos desde sujeitos fronteiriços e práticas insurgentes. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Daniela Ramos Petti

Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da mesma instituição. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8250-6114>. E-mail: danielapetti95@gmail.com

Uma situação sem precedentes? Temporalidades e políticas da “pior crise da saúde pública” no Rio de Janeiro

An unprecedeted situation? Temporalities and politics of the “worst public health crisis” in Rio de Janeiro

Lucas Freire

Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

No final de 2015, os médicos da rede estadual de saúde do Rio de Janeiro entraram em “estado de greve”, e o então governador, Luiz Fernando Pezão, decretou “estado de emergência”, dando início ao que inúmeros atores envolvidos na discussão classificam como “a pior crise de saúde pública” vivenciada no estado. A partir do mapeamento de notícias de jornal, entrevistas públicas, comunicados, informes oficiais etc., pretendo discutir de que maneira se produziu certa definição hegemônica da crise e como a declaração de uma “crise na saúde pública” é uma operação política-administrativa que serve a determinados propósitos. Ao olhar com um certo distanciamento para o passado, o presente e o futuro, construo um argumento que localiza a crise não apenas enquanto um projeto específico de “desmonte do SUS”, mas também como um elemento que caracteriza um modo de governo histórico no Brasil.

Palavras-chave: Crise, Saúde, SUS, Administração pública.

Recebido em 10 de março de 2021.

Avaliador A: 25 de abril de 2021.

Avaliador B: 04 de maio de 2021.

Aceito em 01 de setembro de 2021.

ABSTRACT

In the end of 2015, doctors in the Rio de Janeiro state health system went on strike, and the governor, Luiz Fernando Pezão, declared a “state of emergency”, initiating what many players involved in the discussion classified as “the worst public health crisis” experienced in the State of Rio de Janeiro. Based on the mapping of some news, public interviews, press releases, official reports etc., I intend to discuss how a certain hegemonic definition of the crisis was produced, and how the declaration of a “public health crisis” is a political-administrative operation that works for certain purposes. By looking at the past, present and future with a certain distance, I present the argument that addresses the crisis not only as a specific project of “dismantling the SUS,” but also as an element that characterizes a historical mode of government in Brazil.

Keywords: Crisis, Health, Brazilian SUS, Public administration.

INTRODUÇÃO

Às vésperas do final do ano de 2015, os médicos da rede estadual de saúde do Rio de Janeiro decidiram entrar em “estado de greve” devido aos constantes atrasos no pagamento dos salários e à sensível piora das condições de trabalho na rede pública de saúde. Dias depois, o fechamento do setor de emergências do Hospital Getúlio Vargas fez com que o então governador, Luiz Fernando Pezão, publicasse no Diário Oficial do Estado (Doerj) o Decreto nº 25.521, por meio do qual instituiu o “estado de emergência” no sistema estadual de saúde devido à grave crise financeira que atingia o país e, em especial, o estado do Rio de Janeiro. Nessa ocasião, o presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj) declarou em uma coletiva de imprensa que essa era a “pior crise de saúde pública” vivenciada no estado (NITAHARA, 2015).

A constante menção ao termo “crise” me fez atentar para a centralidade dessa questão para a etnografia que eu estava fazendo. Foi a partir dessa percepção que empreendi os primeiros esforços para tentar compreender essa crise, identificando quem detinha legitimidade para certificá-la, quais eram os sinais de sua existência, o que provocou essa situação, quem era apontado como culpado, que medidas seriam adotadas para a sua superação e quem seria o responsável por formular e colocar em prática uma solução. Para isso, segui as propostas de mapeamento das controvérsias (LATOUR, 2000) e das disputas pelo enquadramento da

realidade (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) como ponto de partida da investigação, ao fazer uma esquematização dos principais posicionamentos acerca da crise da saúde pública que começaram a circular em diferentes plataformas midiáticas a partir de meados de 2014.

Para compor tal mapeamento, lanço mão de diferentes materiais de pesquisa. Os dados discutidos foram obtidos majoritariamente por meio de consultas aos acervos de jornais de grande circulação na cidade –como *O Globo*, *O Dia* e *Extra* – e aos acervos audiovisuais dos telejornais *RJTV* e *Jornal Nacional*, da Rede Globo, bem como o programa de entrevistas *Roda Viva*, da TV Cultura. Além disso, acessei também artigos, entrevistas e matérias de revistas e outros portais de notícias disponíveis na internet, como *Época*, *Exame*, *Piauí*, *Carta Capital*, *Veja Rio*, *G1*, *BBC Brasil*, *Nexo*, *Empresa Brasil de Comunicação (EBC)*, *R7*, *Folha de S.Paulo* e *Estadão*. Outras fontes de informação foram as páginas oficiais de comunicação de políticos, órgãos e coletivos que participam dessa disputa, como o *site* de Marcelo Crivella, a página oficial de Eduardo Paes no *Facebook* e no *Twitter*, a página institucional do movimento Nenhum Serviço de Saúde a Menos e a página de informes do Cremerj.

Além de falas, discursos, declarações, documentos, imagens e outros materiais selecionados a partir dessa pesquisa de caráter documental, trago também para a discussão dados de outra ordem, como gráficos com a recorrência da palavra “crise” em jornais e estatísticas sobre a utilização de recursos públicos para o investimento na saúde. Muitos desses dados de caráter mais quantitativo foram obtidos em plataformas *online* que visam a performar uma certa “transparência” das contas públicas e das instituições estatais, como o *Rio Transparente*, da prefeitura do município, e o *Portal Transparência*, do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Além desses portais, foram consultadas outras fontes que agregam dados estatísticos oficiais relevantes para a pesquisa, como o *DataSUS* – página do departamento de informática do Sistema Único de Saúde (SUS) que concentra as mais variadas estatísticas sobre o sistema de saúde nacional – e os relatórios anuais de prestação de contas municipal e estadual.

Tomo esse conjunto de diferentes tipos de materiais como documentos que configuram o *enquadramento de crise*. Sem ignorar as especificidades de cada um, trato todos, se não como documentos no sentido estrito do termo, como *artefatos de documentação*, por produzirem registros – escritos, visuais e sonoros – que podem ser posteriormente arquivados, acessados e mobilizados das mais variadas formas para os mais distintos fins. Por mais que eles tenham pesos e poderes diferentes – afinal, um decreto oficial assinado por um governador não é a mesma coisa que uma entrevista de um ministro em um programa de televisão –, todos concorrem na produção e na reiteração da interpretação das situações vivenciadas na rede pública de saúde como sinais inegáveis de uma crise, ou, como proposto por Roitman (2014), como indicadores

e “fatos históricos da crise”. A análise empreendida no artigo está alinhada à perspectiva da pesquisa antropológica e etnográfica com documentos. Segundo o que foi proposto por autoras como Vianna (2014), Ferreira (2013) e Lowenkron e Ferreira (2020), considero que tais registros não refletem a realidade, mas a constroem ativamente por meio de sua própria força social.

Dessa pesquisa de caráter mais documental resultou a construção analítica do que chamei de “versões oficiais” e “contraversões” da crise (FREIRE, 2019). No entanto, mais do que explorar detalhadamente as divergências entre as diferentes narrativas acerca das origens e finalidades da crise, pretendo discutir de que maneira a consolidação da interpretação da situação como um sinal inegável de uma “crise” é uma operação política-administrativa que deve ser observada com atenção, já que ela põe em marcha uma série de iniciativas de “reestruturação” e “readequação” dos gastos públicos. Assim, neste artigo direciono minha atenção ao que foi dito por atores-chave das “versões oficiais” nessa disputa sobre a realidade da crise, como prefeitos, governadores, ministros, secretários de Saúde e políticos, principalmente no que diz respeito aos projetos e planos de superação dessa “grave situação”.

Ao colocar a crise sob interrogação, pretendo argumentar que termos como “crise”, “escassez” e “precariedade” não são categorias dadas cujas acepções e cujo conteúdo são fixos e se dão *a priori*, mas maneiras profundamente disputadas de atribuir sentido a certos contextos e episódios. Seus significados e usos são sempre situados e relacionais, variando de acordo com o tempo (quando ocorre), o espaço (onde ocorre), a escala administrativa (federal, estadual e municipal) e o sujeito que as enuncia (quem fala): políticos da situação e da oposição, gestores públicos, especialistas, profissionais de saúde, procuradores, defensores públicos, juízes, pacientes etc. Além disso, busco demonstrar como essas noções são fabricadas para fins de gestão, uma vez que uma conjuntura de escassez implica a adoção de novas rationalidades estatais produzidas como imprescindíveis para a manutenção e o funcionamento do Estado.

Ressalto que não pretendo diagnosticar se estamos em crise ou não, explicar o que exatamente é a crise ou fazer um exercício de reflexão para chegar a uma versão própria e mais verdadeira da situação. Minha intenção é interrogar que tipo de trabalho o termo “crise” mobiliza e para quais propósitos uma definição como essa pode servir. Ao olhar com certo distanciamento para o passado – episódios anteriores caracterizados como crises –, para o presente – o enquadramento contemporâneo da “pior crise da saúde no Rio de Janeiro” – e para o futuro – as propostas de solução apresentadas –, viso construir um argumento que localiza a crise não apenas como um projeto específico de “desmonte do SUS”, mas também como um elemento que caracteriza um modo de governo de certas populações enraizado na história do Brasil. Com isso, creio que o artigo contribui para as reflexões apresentadas por outros

autores das ciências sociais e saúde sobre como as políticas de saúde se articulam com a própria formação do Estado brasileiro, tais como Hochman (2012) e Santos et al. (2019).

A organização do texto busca replicar a estrutura narrativa da crise a partir de uma espécie de “ponto de vista nativo” acessado através do material coletado, isto é, reproduzindo a maneira dos atores de concatenar e determinar o que está no *passado*, como esses episódios são refletidos no *presente* e quais são as expectativas para o *futuro*. O texto é dividido em três seções: na primeira, apresento um breve histórico da constituição do SUS e de seu duradouro “subfinanciamento”; na segunda, abordo como se produziu a crise enquanto enquadramento para as situações vivenciadas nas unidades públicas de saúde contemporaneamente; na terceira, discuto as propostas de solução aventadas pelos governantes e como elas se baseiam em projeções sobre o futuro do SUS não somente no âmbito local, mas como uma preocupação nacional.

O SUBFINANCIAMENTO CRÔNICO DO SUS: PROBLEMAS DO PASSADO

Em 1986 ocorreu a 8^a Conferência Nacional de Saúde, logo após o fim do regime militar. Com cerca de 5 mil participantes, esse evento é encarado como um grande marco na história da saúde pública brasileira. Foi no âmbito das discussões promovidas durante a conferência que se deu a redação dos artigos 196 a 200 da Constituição Federal de 1988, que instituem a saúde como “um direito de todos e um dever do Estado”. Em termos oficiais, a criação do Sistema Único de Saúde se deu com a publicação das duas Leis Orgânicas de Saúde (LOS): a Lei nº 8.080/1990 e a Lei nº 8.142/1990. Antes da criação do SUS, o acesso aos serviços de saúde era restrito àqueles que contribuíam para a Previdência Social, de modo que as possibilidades de obter assistência em saúde eram demasiadamente desiguais. Os mais pobres e os que estavam fora do mercado de trabalho formal dependiam exclusivamente do atendimento prestado por instituições filantrópicas, como a Santa Casa de Misericórdia.

No cerne das discussões sobre a construção de um sistema público de saúde havia uma transformação moral profunda. Entendido até então como um tipo de favor ou caridade, após a promulgação da Constituição de 1988, o acesso aos serviços de saúde foi concebido como um *direito fundamental* legítimo. É essa proposta de acesso irrestrito que faz com que a criação do SUS seja entendida como uma “ruptura com o padrão histórico de intervenção estatal na

área da saúde" (RIBEIRO, 2010, p. 210) ou como uma "modificação radical" em relação ao Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) e uma contraposição à corrente neoliberal que dominava o debate sobre os serviços de saúde na América Latina naquele momento (CUETO e PALMER, 2016).

Apesar das muitas expectativas e da grandiosidade do projeto, o programa de prestação de assistência à saúde universal, equânime e integral previsto pelo SUS nunca foi plenamente realizado nem consolidado em todo o território nacional. Autores como Silva (1995), Paim e Teixeira (2007), Ocké-Reis (2008), entre outros, demonstram como o sistema público de saúde brasileiro vem enfrentando problemas permanentes desde sua fundação, os quais vão desde o subfinanciamento crônico às sucessivas crises. Ao comentar os primeiros anos após a implementação do SUS, alguns artigos falam sobre os processos de "reformas, ajustes e crises fiscais" da época. As questões levantadas são espantosamente semelhantes às discussões travadas atualmente.

A conjuntura de crise fiscal, associada ao fortalecimento de posições conservadoras e voltadas para o mercado, colocou constrangimentos à implantação do SUS, limitando a possibilidade de ampliação dos serviços de saúde para garantir a universalização. Ao se traduzir na redução do gasto público, funcionou como freio objetivo e ideológico à atuação redistributiva do Estado. (MENICUCCI, 2009, p. 1.621)

[...] os avanços institucionais na saúde foram paralisados diante da crise econômica no período. As imprecisões do texto constitucional se explicitavam e a saúde ficou fragilizada pelas indefinições do governo. (MACHADO, LIMA e BAPTISTA, 2017, p. S150)

Pouco tempo depois da criação do SUS, Silva (1995) publicou no periódico *Saúde e Sociedade* um *paper* apresentado por ele no 1º Encontro Paulista de Epidemiologia. Intitulado "O SUS e a crise atual do setor público da saúde", o texto também parece descrever o cenário contemporâneo:

[...] terminamos escolhendo tentar fazer uma síntese de numerosas manifestações e colocações recentes, que têm aparecido em periódicos da área, como na imprensa geral, sobre o que parece ser *uma crise sem precedentes* na organização social dos serviços de saúde e atenção médica. Em poucos anos passamos de um momento de extremo otimismo e entusiasmo, até certo ponto justificável, para a atual sensação de perplexidade e desânimo. (SILVA, 1995, p. 15, grifo nosso)

Nos anos seguintes, uma nova crise financeira provocada pelas mudanças cambiais e a desvalorização do real precisou ser enfrentada entre 1998 e 1999. Os debates da época giravam em torno de um dos principais fatores que haviam provocado "o desequilíbrio da política econômica nacional" entre 1995 e 1997: os gastos públicos. As soluções propostas para

esse problema, portanto, partiam de uma combinação entre diminuição de gastos e aumento de receitas, de modo que a necessidade de “conter as despesas públicas” teve impacto no financiamento da rede de saúde. Diante da falta de recursos, numa tentativa de impedir o colapso do setor, o então ministro da Saúde, Adib Jatene, negociou a criação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), imposto que incidiu sobre as operações bancárias no país e cuja arrecadação seria destinada principalmente ao financiamento da saúde pública.

Em meados dos anos 2000, falava-se nas necessidades de reformas nas políticas nacionais de saúde suscitadas pelas transformações do capitalismo e pela “crise do estado de bem-estar social” no plano internacional (PIRES e DEMO, 2006). Ao discutir as reformas do sistema de saúde em andamento, Viana e Dal Poz (2005) argumentam que a crise vivenciada na década anterior foi a principal propulsora de uma “reforma da reforma da saúde” ou uma “reforma incremental” do SUS. Naquela ocasião, o papel da crise na definição dos rumos das políticas nacionais de saúde já era destacado: “[...] quanto às exigências econômicas, o quadro de crise das finanças públicas e de adoção de políticas de ajuste não é, por si só, um limitador da reforma, e sim um impulsionador de novas modalidades de gestão, economizadoras de custos” (VIANA e DAL POZ, 2005, p. 242).

Em 2007, um novo capítulo da crise da saúde pública no Brasil foi delineado, tendo como marco o fim da CPMF. Naquele momento, autores como Ocké-Reis demonstravam grande preocupação com o impacto das decisões políticas de contenção, cortes e ajustes fiscais na diminuição do financiamento do SUS. Em suas palavras:

[...] considerando esta restrição orçamentária, o Estado não tem sido capaz de responder às necessidades de cobertura, a um só tempo, impedindo que o SUS se fortaleça e deixando espaço para o crescimento do mercado de planos de saúde. (OCKÉ-REIS, 2008, s. p.)

No que diz respeito ao contexto contemporâneo da saúde pública no estado do Rio de Janeiro, é possível identificar um primeiro “momento de crise” no início da década. Em 2011, o telejornal *RJTV* da Rede Globo, exibiu uma série de reportagens intitulada “A saúde do Rio”, na qual um jornalista acompanhou durante seis meses o cotidiano de diferentes postos de saúde, clínicas da família, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e hospitais para mostrar as “falhas” do setor no estado do Rio de Janeiro. Naquele período, o termo crise ainda não estava sendo utilizado para descrever o cenário das unidades públicas de saúde da cidade, situação que mudaria nos anos posteriores.

A “PIOR CRISE DA SAÚDE” NO RIO DE JANEIRO: O ENQUADRAMENTO DO PRESENTE

As primeiras empreitadas de pesquisa sobre os discursos da crise da saúde pública no Rio de Janeiro colocaram uma questão em evidência: ao mesmo tempo que existiam dois consensos fundamentais sobre a crise, havia diferentes versões sobre o que estava acontecendo na rede pública de saúde. Os consensos diziam respeito à existência da crise em si mesma e ao que a palavra “crise” se referia ou qualificava, pois era unânime a ideia de que se enfrentava uma crise de fundo econômico, uma situação causada pelo “desfinanciamento” do SUS. Entretanto, os raciocínios que explicavam e davam sentido a esse diagnóstico variavam. Em outras palavras, os significados atribuídos aos episódios mais recentes de precariedade e escassez vivenciados nas unidades públicas de saúde estavam sendo disputados por diferentes atores na esfera pública. Embora contra-argumentos fossem frequentemente apresentados por aqueles que se opunham aos discursos dos governantes, a ideia de que estávamos vivendo “a pior crise na saúde pública do Rio de Janeiro” tornou-se a interpretação hegemônica até mesmo entre aqueles que argumentavam que a crise era, na verdade, um projeto político de desmonte do SUS.

Como colocado por Roitman (2014), declarar uma crise significa definir uma maneira específica de interpretar acontecimentos. Para a autora, tal definição dependeria da obliteração dos outros modos de compreender a mesma situação, o que implica a permissão e o estímulo para que certos questionamentos sejam feitos, enquanto outros são sumariamente apagados ou bloqueados. Com isso em mente, nesta seção trato de como o termo “crise” adquiriu centralidade na descrição da situação da saúde pública no Rio de Janeiro, ou seja, de que maneira a crise se tornou o “enquadramento” usado para interpretar o cenário.

A noção de enquadramento aqui utilizada parte das formulações elaboradas por Goffman (2012) e Butler (2004 e 2015). Ambos se preocupam em demonstrar que a definição do real é sempre atravessada por tensões e disputas entre diferentes lados ou versões de uma mesma situação. Isto é, segundo Goffman, uma pergunta tão elementar quanto a do tipo “o que está acontecendo aqui?” admite uma multiplicidade de respostas, as quais dependem do enfoque dado por quem a responde, já que é comum que as pessoas apresentem diferentes perspectivas sobre um “mesmo” acontecimento. Existiria em diferentes contextos um conflito entre distintas *aberturas* e *níveis de enfoque* que buscam se estabelecer como um “ponto de vista real” ou “oficial” (GOFFMAN, 2012). Butler, por sua vez, propõe a ideia de “enquadramento” (*frame*) como uma espécie de moldura que não apenas delimita o que está dentro e o que está fora do “quadro”, também estabelecendo como seu conteúdo deve ser observado. A autora procura estar atenta

às relações de força que atravessam os conflitos para estabelecer uma versão dada e inquestionável da realidade, o que se fez por meio da fabricação de um consenso acerca do significado e dos usos de determinadas palavras (BUTLER, 2004). Logo o enquadramento não é uma mera interpretação de uma situação ou fenômeno, mas uma peça fundamental de sua própria fabricação (BUTLER, 2015).

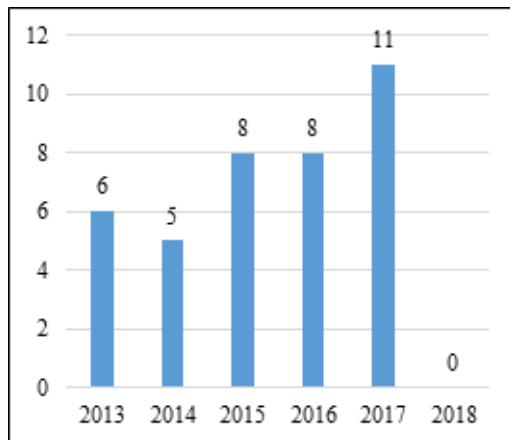
Ao colocar a ideia de crise da saúde sob escrutínio, sigo as propostas de Butler. Isto é, se para a autora “os enquadramentos de guerra são parte do que constitui a materialidade da guerra” (BUTLER, 2015, p. 51), penso que o enquadramento de crise é um elemento fundamental na produção da própria crise. Para dar início à discussão, trago um conjunto de dados sobre a circulação do termo “crise” em uma dimensão da esfera pública¹. A seguir, apresento informações sobre: 1) a recorrência da palavra “crise” nos títulos de informes publicados pelo Cremerj; 2) as notícias publicadas na página oficial do Conselho Federal de Medicina (CFM) em que o termo crise é mencionado; e 3) a quantidade de matérias em que consta a expressão “crise da saúde” no acervo digital dos jornais *O Globo* e *Extra*².

Uma análise com um viés quantitativo mais restrito ou rigoroso poderia dizer que essas informações são insignificantes e não permitem que nenhuma inferência seja feita, uma vez que, por exemplo, o termo aparece em menos de 2% do total dos informes do Cremerj. Não discordo totalmente. Entretanto, ao relacionar o uso da palavra crise com as narrativas de diferentes atores e instituições em um contexto mais amplo – ou seja, combinar materiais qualitativos e quantitativos –, busco discutir como se consolida uma certa interpretação da situação social como característica de um cenário de crise.

1 A noção de esfera pública utilizada tem como base as discussões de Butler (2004) acerca de como determinados temas, eventos e questões de relevância social são discutidos publicamente pela mídia. A autora, por sua vez, inspira-se no conceito habermasiano de esfera pública.

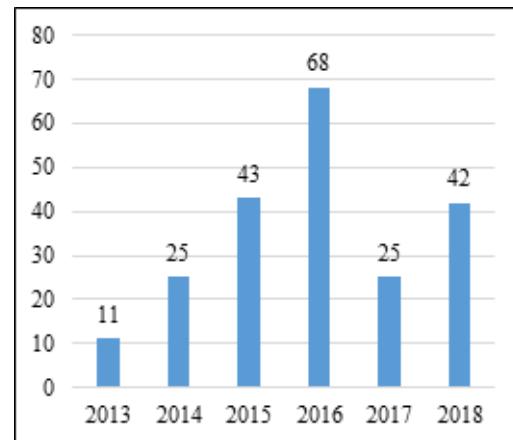
2 A ideia inicial era buscar informações nos principais jornais impressos que circulam na região metropolitana do Rio de Janeiro. Entretanto os jornais *O Dia*, *Meia Hora* e *Expresso* não possuem um acervo digital disponível para consulta – nem mesmo mediante pagamento de assinatura –, por isso não puderam ser incluídos na análise mais estritamente quantitativa.

Gráfico 1. Recorrência do termo “crise” nos títulos de informes do Cremerj (2013-2018)



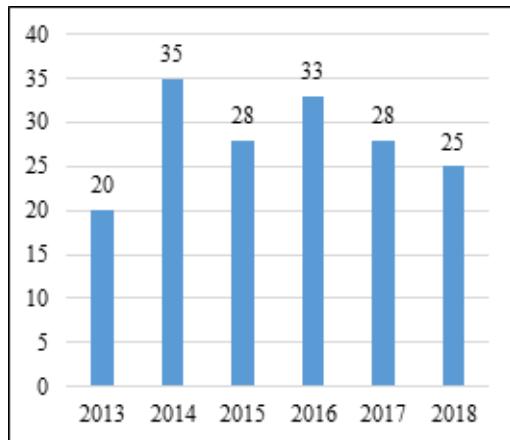
Fonte: Elaborado a partir do site do Cremerj (2021).

Gráfico 3. Matérias do jornal O Globo sobre a “crise da saúde” (2013-2018)



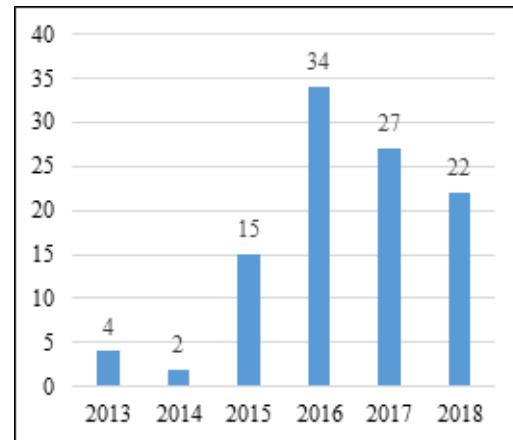
Fonte: Elaborado a partir do acervo digital do O Globo (2021).

Gráfico 2. Recorrência do termo “crise” nas notícias veiculadas no portal do CFM (2013-2018)



Fonte: Elaborado a partir do site do Cremerj (2021).

Gráfico 4 – Matérias do jornal Extra sobre a “crise da saúde” (2013-2018)



Fonte: Elaborado a partir do acervo digital do jornal Extra (2021).

As leituras possíveis desses gráficos apontam para diferentes questões relacionadas ao enquadramento da crise. Começo por aqueles que dizem respeito ao modo como a crise vem sendo debatida na esfera pública: os gráficos 3 e 4. Ambos os jornais pertencem ao mesmo grupo empresarial (Infoglobo), estão baseados no Rio de Janeiro e são impressos diariamente, sendo o *Extra* um jornal de enfoque e circulação local e *O Globo* uma publicação de caráter nacional. Eles foram escolhidos porque possuem um acervo digital organizado e de acesso público a

um restrito conjunto de dados, tais como a quantidade de páginas e matérias digitalizadas, a classificação por data de publicação e os títulos dos artigos. Os gráficos apresentam números distintos nas quantidades de artigos sobre a crise da saúde publicados ao longo dos últimos seis anos: enquanto foram publicadas ao todo 104 matérias no *Extra*, o jornal *O Globo* publicou 214, uma diferença que pode ser parcialmente explicada pelo tamanho de cada um dos jornais. Independentemente da quantidade de artigos publicados, ambos apontam para o significativo crescimento do uso do termo a partir de 2015, tendo como o auge das publicações sobre o assunto o ano de 2016. Sobre o ano de 2015, é preciso lembrar o decreto de “estado de emergência na saúde pública” editado pelo governador no dia 23 de dezembro. Destaco que, das 43 matérias publicadas em *O Globo* em 2015, 21 foram publicadas no mês de dezembro (sendo 13 até a data do decreto); e, das 15 do jornal *Extra*, oito saíram no jornal naquele mês (tendo cinco matérias saído até a data do decreto).

Além dos jornais impressos, outros veículos de comunicação também discutiam a crise naquele momento, ainda que nem sempre utilizando especificamente esse termo. Um exemplo dessa situação foi a série de treze reportagens intitulada “O Rio na UTI”. Exibidas entre dezembro de 2015 e janeiro de 2016 no telejornal *Balanço Geral* da Rede Record, essas reportagens traziam gravações feitas nas unidades de saúde, entrevistas realizadas com pacientes e profissionais de saúde, documentos publicados por gestores etc. Através de um conjunto de metáforas médicas, o SUS é antropomorfizado nessas matérias e descrito como um ser que está “em estado grave”, que “está na UTI” ou até mesmo que “está agonizando”.

Com a intenção de explorar como se deu o avanço da discussão pública sobre a crise da saúde no Rio de Janeiro nos últimos anos, passo agora para uma análise mais detida dos informes institucionais do Cremerj, veiculados em uma área específica de sua página oficial. Estão disponibilizados para consulta pública mais de 3 mil informes publicados desde abril de 2009, listados de acordo com data de publicação e divididos por mês e ano. Diante do grande número de informes disponíveis, o primeiro critério de seleção era analisar os informes que incluíssem o termo “crise”. Após ter verificado a recorrência da palavra, adotei um recorte temporal, analisando as publicações entre 2013 e 2018, obtendo um universo de 2.202 informes. Uma rápida busca pela palavra “crise” nessa página revelou que o termo apareceu 39 vezes³ nos títulos desses informes institucionais nos últimos anos.

3 Ainda que eu tenha selecionado para entrar na contagem apenas os informes cujos títulos continham necessariamente a palavra “crise” – especialmente por conta dos limites de minha capacidade de processar e analisar dados quantitativos –, considero fundamental ressaltar que a ideia de crise aparece de outras formas em inúmeros outros informes, como os intitulados “Unidades municipais têm situação agravada pela falta de verbas” ou “Hospital Cardoso Fontes segue em situação crítica”.

Nos informes disponibilizados pelo Cremerj, a palavra “crise” é utilizada para descrever os problemas de financiamento que começavam a afetar a infraestrutura dos serviços públicos de saúde do Rio de Janeiro em 2013. Naquele momento, a crise parecia atingir apenas os hospitais sob a administração federal e de outros municípios para além da capital. Dos seis registros, dois falam sobre hospitais federais; três falam sobre unidades de saúde nos municípios de São João de Meriti (na Baixada Fluminense), Petrópolis e Teresópolis (na Região Serrana); e um fala sobre a agenda de reivindicações dos médicos fluminenses.

Em 2014, a maior parte dos informes ainda falava sobre a situação de crise nos hospitais federais da cidade. A “situação crítica das unidades estaduais de saúde” só começou a figurar nas publicações do conselho em meados de 2015. Próximo do fim daquele ano, o uso da palavra “crise” nos títulos dos informes se intensificou: dos oito registros, sete deles se deram nos últimos dois meses do ano (dois no mês de novembro e cinco em dezembro). Segundo esses informes, foi nesse período que a classificação da situação da saúde pública no Rio de Janeiro como “em crise” se consolidou.

Se entre 2013 e 2014 o tom desses informes era de “denúncia” sobre o que estava acontecendo nos hospitais públicos e clínicas, a partir de 2015 a situação se alterou. Ao longo daquele ano, os informes do Cremerj não se limitaram a tornar público o que estava se passando nas unidades no tempo presente, também expandindo a temporalidade da crise para o futuro, ao passar a veicular certos “avisos” e “alertas” sobre os perigos da falta de determinados medicamentos, do não pagamento dos profissionais, do corte de verbas para manutenção dos hospitais etc. O tom não era mais somente o de “denúncia do agora”, mas também o de temor em relação ao que estaria por vir. Para os membros do conselho, o que estava em jogo naquele momento era o possível colapso total de algumas unidades e, consequentemente, a morte de inúmeras pessoas que dependiam exclusivamente do SUS para o cuidado em saúde.

A partir de 2016, além da “denúncia” e do “alerta”, os informes começaram a ser marcados por um tom de indignação. Textos cujos títulos são “Angra dos Reis: crise na saúde pública se agrava” (CREMERJ, 2016a), “Emergência do HFB [Hospital Federal de Bonsucesso] sofre com superlotação” (CREMERJ, 2016b), “Crise na saúde avança em todo o Estado” (CREMERJ, 2016c), entre outros, mostram que essa reação tem como fonte o “descaso com a saúde pública” e um conjunto de situações de precariedade relatado pelo conselho, como os atrasos nos pagamentos dos profissionais, a demora na reposição do estoque de medicamentos e insumos e o descumprimento da lei que obriga os municípios e o estado a repassar para a saúde um percentual mínimo do montante arrecado. Em suma, a raiz da indignação do Cremerj estava no fato de que os políticos e gestores estavam dificultando o trabalho dos médicos e “colocando

a população em risco” ao negligenciar as unidades públicas de saúde.

No ano seguinte, a crise nos hospitais federais e estaduais saiu do foco dos informes do Cremerj. Na verdade, quando um informe de 2017 se refere à rede federal de saúde, um único assunto domina o debate: os problemas enfrentados por pacientes oncológicos. A maior parte dos textos publicados pelo conselho durante aquele ano tinha o objetivo não só de denunciar, mas também se posicionar contra as escolhas e medidas adotadas pelo então prefeito Marcelo Crivella para a gestão dos problemas que afetavam o funcionamento das clínicas da família e dos centros municipais de saúde.

Se em 2017 a recorrência do termo “crise” nos títulos dos informes do Cremerj foi a maior nos últimos anos – foram 11 registros no ano –, chama atenção o fato de a palavra ter desaparecido dos títulos ao longo de 2018. Isso não significa, de maneira alguma, que o assunto deixou de ser pauta do conselho ou que a crise foi superada. A leitura dos informes do ano de 2018 sugere que o foco das discussões do órgão deixou de ser a crise em si e passou a se concentrar nos efeitos dos projetos de solução apresentados e/ou colocados em prática por gestores municipais, estaduais e federais que se fundamentavam em “políticas fiscais de austeridade”. O tema da crise apareceu em informes que relatam a demissão de funcionários, a redução dos serviços oferecidos à população, o fechamento de unidades de saúde etc. Isto é, ainda que não tenha sido explicitamente mencionada nos títulos, a crise se faz presente nesses textos de diferentes formas.

Em síntese, os gráficos, informes, decretos, notícias, artigos, reportagens etc. funcionam para estabelecer uma certa interpretação para a situação da saúde pública do Rio de Janeiro: um enquadramento de crise que é, no fim das contas, o diagnóstico de um “problema social” (LENOIR, 1998). Nesse sentido, tais documentos não apenas corroboram uma dada cronologia para a crise da saúde no Rio de Janeiro, mas também definem as bases para um tipo de “narrativa apocalíptica” que produz colateralmente uma demanda moral para que “algo seja feito”. É dos projetos arquitetados sob a justificativa da “necessidade de intervenção” que trata a próxima seção.

REESTRUTURAÇÃO, ENDURECIMENTO E AUSTERIDADE: AS POLÍTICAS DA CRISE

De acordo com Koselleck (1999), *crise* e *crítica* são conceitos cognatos. Definir algo

como uma crise pressupõe uma forma de narrar que procura determinar como as coisas *deveriam* funcionar e quais foram os desvios de sua verdadeira função que geraram tal situação. Ou seja, na medida em que a crise é o resultado da discrepância entre a “experiência vivida” e a “expectativa da história”, uma declaração de crise sempre engendra certa forma de crítica. Roitman (2014) parte do postulado de Koselleck ao afirmar que uma crise sempre deve ser observada do ponto de vista da *política da crise*, uma vez que é a classificação de uma “conjuntura de crise” que prepara o terreno para que os projetos apresentados de um “futuro novo” sejam entendidos como parte de um imperativo moral incontornável. Para a autora, o conceito de crise possui uma natureza que é ao mesmo tempo *normativa* e *teleológica*, já que a retórica da crise exige que se estabeleça um “futuro outro”, de modo a fundamentar diferentes planos e ações políticas transformativas e/ou intervencionistas.

As elaborações de Koselleck e Roitman condizem com as diferentes acepções dicionarizadas da palavra “crise”, em especial a que a define como um “desacordo ou perturbação que obriga instituição ou organismo a recompor-se ou a demitir-se” (PRIBERAM, 2022, n. p.). É a partir das colocações desses autores e dessa definição do termo que argumento que a produção de uma crise é sempre um processo de constituição mútua de causas plausíveis e soluções viáveis para sua superação. Para encerrar as discussões deste artigo, coloco em questão as propostas apresentadas por governantes para que os distintos “futuros catastróficos” vaticinados pelas heterogêneas “versões oficiais” da crise da saúde pública não se realizem.

Ao longo de seu mandato, o ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella negou diversas vezes que as unidades municipais de saúde estivessem enfrentando condições de precariedade e escassez. Logo, se não havia crise, não havia também nenhuma proposta para sua solução. Em situações em que era insustentável manter um discurso de negação ou desconhecimento da crise nos hospitais, clínicas da família e UPAs, a resposta dada por Crivella diante do anseio de resolução do problema era a de que todos precisavam ter “paciência”: população, profissionais de saúde e gestores de Organizações Sociais (OS). Os pedidos de “paciência”, “compreensão” e “tolerância” se repetiram desde o início de seu governo. No levantamento realizado, foi possível encontrar declarações do ex-prefeito nesse sentido desde seu discurso de posse até o início do ano de 2019. Ao assumir o cargo, Crivella disse que:

O povo entende que governar exige, muitas vezes, contrariar interesses quando esses são contrários ao bem-estar comum. Em momentos assim, não é raro que a fúria dos inconformados se derrame pela via da injúria, da calúnia e da difamação. Se isso ocorrer, peço ao povo, de antemão, *compreensão e paciência*. (VEJA..., 2017, grifo nosso)

Em seu balanço de 100 dias de governo, o pedido foi repetido. Após um ano na liderança da prefeitura, também. Em uma entrevista concedida no final de 2017, Crivella iniciou uma de suas respostas reconhecendo que havia cometido alguns erros durante seu primeiro ano de gestão. Ao longo de seus dois primeiros anos como prefeito, Crivella foi poucas vezes explícito quanto a seus projetos e medidas para a superação da crise da saúde pública. A maioria dos pronunciamentos feitos por ele se referiu aos atos já cometidos, como quando afirmou que havia liberado R\$ 100 milhões para a compra de medicamentos. Quando questionado sobre o futuro, a promessa de resolução se resumia em declarações do tipo “estamos trabalhando para resolver essa questão”; “os salários serão pagos até o fim da próxima semana”; “os medicamentos começarão a chegar nas clínicas a partir de amanhã”.

A postura de indefinição e de respostas vagas do prefeito e de seus assessores mudou no final de 2018, quando foi apresentado o plano de “Reorganização dos Serviços de Atenção Primária à Saúde”. Inicialmente, o projeto previa a redução de R\$ 725 milhões do orçamento da Saúde, o que acarretaria a demissão de cerca de 1.200 funcionários do Programa de Saúde da Família da cidade. Foi a partir dessa ocasião que Crivella afirmou explicitamente que a saída para a crise residiria em medidas de austeridade fiscal e reestruturação do modelo de saúde vigente até então, ou, nas palavras do próprio prefeito, no “redimensionamento” dos serviços de saúde.

Em janeiro de 2019, Crivella anunciou a criação de mecanismos de controle e vigilância dos gastos das OS que gerenciam as clínicas da família. Se, como ele defendia, a crise da saúde na cidade do Rio de Janeiro teve origem na má gestão das empresas encarregadas de administrar as unidades municipais de saúde, a abertura da “caixa-preta das OS” por meio do monitoramento da produtividade e das metas estabelecidas nos contratos com as instituições seria fundamental para a sua superação. De acordo com a equipe do então prefeito, quando essa medida fosse efetivamente aplicada, informações sobre a “transparência dos custos” e a “especificação das despesas” estariam disponíveis para que a prefeitura pudesse “controlar efetivamente” as OS e realizar uma “gestão eficaz” da saúde municipal.

No âmbito estadual, as decretações do “estado de emergência” na saúde pública em dezembro de 2015 e do “estado de calamidade pública” em meados de 2016 representaram momentos decisivos na implementação de projetos de “ajuste fiscal” e “austeridade” para impedir que a crise se tornasse ainda maior. De acordo com o governador em exercício na época, Francisco Dornelles, era preciso adotar “medidas duras” – e contrárias às diversas leis que regulam como o governo do estado deve utilizar os recursos públicos provenientes tanto dos repasses federais quanto do arrecadamento estadual – para conter o crescimento do “rombo” nas contas públicas do estado do Rio de Janeiro.

Um exemplo de “medida dura” aplicada por Dornelles enquanto ocupou a chefia do

governo do estado foi a suspensão dos programas sociais Renda Melhor – cujos benefícios variavam entre R\$ 30 e R\$ 300 e eram destinados a 122 mil famílias em situação de “extrema pobreza” (cuja renda *per capita* era inferior a R\$ 100) – e Renda Melhor Jovem – o qual oferecia auxílio financeiro para que jovens pobres pudessem concluir o ensino médio. A medida foi publicamente criticada pelo próprio secretário de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos da época, Paulo Melo. De acordo com o gestor, o corte resultaria em uma economia mínima nos gastos do governo, ao passo que impactaria profundamente a vida dos beneficiários. Alegando que o aumento do Bolsa Família previsto para setembro daquele ano compensaria o valor perdido, Dornelles manteve a suspensão dos programas.

O decreto de “estado de calamidade pública” foi assinado às vésperas dos Jogos Olímpicos de 2016. Dornelles afirmou em diferentes ocasiões que esse ato era imprescindível para que o governo do estado pudesse cumprir suas obrigações para a realização do evento. Além disso, o decreto visava a “impedir um total colapso na Saúde, Segurança, Educação e Mobilidade do Rio de Janeiro” (RIO DE JANEIRO, 2016, p. 1). Na prática, a decretação do “estado de calamidade pública” significou, por exemplo, que o secretário de Estado de Saúde pôde determinar a interrupção da dispensação de certos medicamentos – inclusive aqueles que o estado havia sido sentenciado a fornecer –, sem que isso suscitasse um pedido de prisão por descumprimento de decisão judicial.

Luiz Fernando Pezão retornou ao governo do estado em novembro de 2016. Uma de suas primeiras ações foi anunciar a criação de um pacote de “ajuste fiscal” para solucionar a crise no Rio de Janeiro. Pezão determinou por meio de decretos a extinção do programa Aluguel Social⁴ a partir de junho do ano seguinte; a extinção ou a transferência da gestão dos restaurantes populares⁵ para as prefeituras; a diminuição de oito secretarias do governo, que seriam extintas ou incorporadas por outras; a redução de 30% do valor das gratificações pagas aos trabalhadores em cargos comissionados e do salário de governador, vice-governador, secretário de Estado e presidente de autarquia estadual; a redução de 30% do número de cargos comissionados em

4 O Aluguel Social é um benefício assistencial de caráter temporário destinado a atender necessidades advindas da remoção de famílias domiciliadas em áreas de risco, desabrigadas em razão de vulnerabilidade temporária ou calamidade pública.

5 Os restaurantes populares – também chamados de restaurantes cidadãos – fazem parte do programa de segurança alimentar do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Sua missão é fornecer refeições de alta qualidade a preços acessíveis para a população de baixa renda. O estado do Rio chegou a ter 18 restaurantes populares em funcionamento. Entre junho de 2016 e julho de 2017, todos eles permaneceram fechados por conta da crise financeira do estado. Em 2019, cinco deles estavam em funcionamento, sendo administrados e financiados pelas respectivas prefeituras: três na cidade do Rio de Janeiro (Bangu, Bonsucesso e Campo Grande), um em Niterói e um em Petrópolis. Os restaurantes oferecem café da manhã por R\$ 0,50 e almoço por R\$ 2.

todas as áreas do governo do estado; o aumento do valor da integração e limitação no total mensal subsidiado pelo Bilhete Único⁶; e a regulamentação do Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (Feef), que passou a receber o depósito de todos os estabelecimentos estaduais que recolhem o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Além dos decretos, Pezão protocolou 22 projetos de lei na Assembleia Legislativa. Entre as propostas apresentadas estavam o aumento do ICMS relativo aos produtos dos setores de fumo, energia, telecomunicações, gasolina, refrigerantes e cervejas; a utilização dos fundos específicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), da Defensoria Pública (DPGE-RJ) e do Tribunal de Justiça (TJRJ) para o pagamento dos servidores dessas instituições; o maior controle no repasse de verbas para outros poderes, que ficaria vinculado à receita corrente líquida e o fim da gratuidade das barcas para os moradores de Ilha Grande e Paquetá. As propostas ainda incluíam a extinção dos triênios dos servidores estaduais e o estabelecimento de um teto para os reajustes salariais; o adiamento dos reajustes salariais aprovados que entrariam em vigor em 2016 e 2017 para o ano de 2020; a proibição de anistias ou de refinanciamento de dívidas com o estado; o reconhecimento do “estado de calamidade pública” do Rio de Janeiro por parte da Alerj; e, tidas como as principais “medidas de combate à crise”, o aumento da alíquota previdenciária do servidores ativos de 11% para 14% e da alíquota do governo do estado de 22% para 28%, assim como a instituição de um “percentual de contribuição global” de 30% por meio da criação de uma alíquota temporária extraordinária para servidores inativos, aposentados e pensionistas e a criação de uma alíquota adicional temporária para os servidores ativos para que o somatório final resultasse em 30% do total recebido⁷.

Foi na esfera federal que se desenharam os primeiros cortes orçamentários do Ministério da Saúde responsáveis por desencadear crises locais em diferentes cidades do país. Se em 2014 o investimento em saúde estava na casa dos R\$ 5,87 bilhões, em 2015 esse número caiu para R\$ 4,92 bilhões. Em 2016 e 2017, houve pouca oscilação, sendo investidos R\$ 5,11 e R\$ 4,97 bilhões, respectivamente. Em 2018, o montante de recursos destinados à saúde não passou dos R\$ 4,12 bilhões, sendo a menor quantia desse período.

Em um plano geral, uma das principais propostas do Governo Federal para solucionar a crise

6 O programa Bilhete Único previa a integração entre diferentes modais que circulam no estado do Rio de Janeiro e a possibilidade de utilização de um segundo ônibus de circulação municipal sem que o valor da segunda passagem fosse cobrado. Em 2017, por exemplo, havia integração entre o trem e o metrô e entre o trem e os ônibus municipais. Atualmente, poucos modais contam com integrações subsidiadas e descontos no valor da passagem.

7 Tais projetos – todos eles fortemente marcados por uma ideia de “austeridade indispensável” – foram chamados pelos opositores de “pacote de maldades” do governo Pezão. No encerramento da sessão legislativa de 2016, apenas sete dos 22 projetos apresentados por Pezão haviam sido votados, sendo que um deles foi recusado integralmente, e os outros seis sofreram alterações profundas durante o processo de debate e votação.

financeira no país foi a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 241 – também conhecida como “PEC do Teto de Gastos Públicos” ou, como chamada por seus opositores, “PEC do Fim do Mundo”. A PEC 241 foi apresentada à Câmara dos Deputados pelo Poder Executivo em junho de 2016 com o propósito de instituir o “Novo Regime Fiscal”. Muito resumidamente, o projeto propunha a “estabilização do crescimento” das chamadas despesas primárias; na prática, uma das consequências de sua aprovação foi o congelamento dos “gastos públicos” na Saúde e na Educação por 20 anos, que terão seus orçamentos corrigidos anualmente a partir da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). No documento protocolado, seus propositores indicavam o estabelecimento de um percentual fixo da Receita a ser destinado para os referidos setores como um dos motivos que levaram o país a entrar em crise, como é possível ver no seguinte trecho:

Um desafio que se precisa enfrentar é que, para sair do viés procíclico da despesa pública, é essencial alterarmos a regra de fixação do gasto mínimo em algumas áreas. Isso porque a Constituição estabelece que as despesas com saúde e educação devem ter um piso, fixado como proporção da receita fiscal. É preciso alterar esse sistema, justamente para evitar que nos momentos de forte expansão econômica seja obrigatório o aumento de gastos nessas áreas e, quando da reversão do ciclo econômico, os gastos tenham que desacelerar bruscamente. Esse tipo de vinculação cria problemas fiscais e é fonte de ineficiência na aplicação de recursos públicos. Note-se que estamos tratando aqui de limite mínimo de gastos, o que não impede a sociedade, por meio de seus representantes, de definir despesa mais elevada para saúde e educação; desde que consistentes com o limite total de gastos. (BRASIL, 2016).

O projeto tramitou durante cerca de seis meses, sendo alvo de inúmeras controvérsias, críticas, *lobbies* e protestos. Em outubro de 2016, o texto foi aprovado em dois turnos na Câmara dos Deputados e enviado ao Senado Federal. No Senado, a PEC recebeu um novo número (PEC 55) e, após dois turnos de votação – um em novembro e outro em dezembro –, foi novamente aprovada. O texto foi promulgado pelo Congresso Nacional em 15 de dezembro de 2016 sob o título de Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o Novo Regime Fiscal no âmbito dos orçamentos fiscal e da Seguridade Social da União.

Como soluções para a crise da saúde, o ministro da Saúde à época, Ricardo Barros, sempre apontou para a necessidade de “reformar o SUS” para que ele “coubesse no orçamento disponível”. Todos os planos apresentados pelo antigo ministro tiveram como ponto principal a economia de gastos. Durante uma entrevista no programa *Roda Viva* da TV Cultura, ele ressaltou a proposta de criação de “planos de saúde populares” como uma alternativa razoável para que a população pudesse garantir atendimento em saúde, de modo a também “desafogar o SUS” (BARROS, 2018).

Outra forma de economizar os gastos com saúde defendida pelo antigo ministro se baseava na “total informatização de todas as unidades públicas de saúde”. Em diferentes

momentos ele apontou essa ideia como o principal passo para a implementação de uma “gestão eficiente”, capaz de rastrear onde e como estavam sendo empenhados os recursos destinados à Saúde. Através do combate a fraudes e do estrito monitoramento das condutas médicas, a informatização do SUS foi apresentada por Barros em diversas ocasiões como uma medida que acabaria com o problema do “desperdício de recursos” e que resultaria em bilhões poupadados (BARROS, 2018).

No início de 2017, o Governo Federal tomou a decisão de “reestruturar” o programa Farmácia Popular depois que uma auditoria conduzida pelo Ministério da Saúde em 480 farmácias encontrou inúmeras irregularidades nas prescrições de medicamentos elencados na política. De acordo com seus idealizadores, os grandes objetivos desse plano de reestruturação foram “combater as fraudes no sistema”, “aperfeiçoar o programa” e implantar “formas eficientes de controle na distribuição de medicamentos”. Na prática, a principal medida tomada foi estabelecer uma nova regra etária para o acesso a medicamentos. Assim, a idade mínima para adquirir medicamentos subsidiados para o tratamento de colesterol alto passou a ser 35 anos; para Parkinson, 50 anos; para osteoporose, 40 anos etc.

Alguns meses depois, o Governo Federal anunciou que deixaria de financiar a rede própria de farmácias do programa e que todas as unidades seriam fechadas até o final daquele ano. Sob a égide do “necessário corte de gastos”, a decisão foi descrita como parte dos esforços do Ministério da Saúde de tornar o programa “mais eficiente”, uma vez que, do valor total destinado ao financiamento do Farmácia Popular, apenas 20% seria gasto efetivamente com a compra de medicamentos, enquanto os outros 80% seriam utilizados para pagar salários de funcionários, aluguéis de imóveis e outras despesas de manutenção estrutural. Para justificar o fechamento das unidades, o governo alegou que não haveria nenhum corte no valor total do financiamento do programa e que tudo que era gasto até então seria repassado para os estados e municípios, de modo a aumentar a quantidade de medicamentos comprados e expandir o acesso da população.

A rede federal de unidades de saúde no Rio de Janeiro também foi alvo de projetos de “reestruturação”. Em 2017, após o ministro da Saúde alegar que os hospitais federais eram ineficientes e que representavam um “desperdício do dinheiro do contribuinte”, foi anunciado um plano de reorganização desses estabelecimentos. O projeto apresentado previa a especialização dos hospitais em determinadas áreas de assistência e serviços de saúde, de modo a torná-los mais “efetivos” e “otimizados” tanto na prestação de atendimento à população quanto no uso de recursos públicos. De acordo com o secretário da Atenção à Saúde do Ministério da Saúde à época, Francisco de Assis Figueiredo, o remanejamento de equipes para qualificar os hospitais aumentaria cerca de 20% o número de atendimentos especializados

em oncologia, ortopedia e cardiologia realizados nas unidades. Além disso, esses hospitais extinguiriam suas filas próprias de cirurgia e entrariam em um sistema único de filas a ser gerenciado pelas unidades estaduais e municipais de saúde a partir de uma Central Única de Regulação. Para o secretário, a redução das “quilométricas filas” dos hospitais era uma das principais metas do projeto.

Apesar da ideia de reestruturação se basear na “urgente necessidade de cortar custos”, Figueiredo reiterou diversas vezes durante a coletiva de imprensa na qual o plano foi apresentado que a reorganização dos serviços não implicaria suspensões, cortes nem diminuições nos atendimentos prestados aos cidadãos e que a nova forma de regulação da fila não alteraria os atendimentos e cirurgias já agendados. O mote da reestruturação seria a realocação de setores qualificados como de “baixa produtividade” para alguma unidade cuja infraestrutura existente pudesse fazer com que as equipes especializadas fossem “melhor [sic] aproveitadas”. Ou seja, se antes se ofertava um serviço de cardiologia em quatro hospitais da rede, após a reestruturação haveria apenas um setor no qual, supostamente, estariam disponíveis os melhores equipamentos e profissionais.

Por fim, é preciso ressaltar que todas essas propostas compartilham dois elementos fundamentais e inseparáveis: o *catastrofismo* e o *salvacionismo*. Ou seja, todas elas pressupõem um futuro calamitoso que se aproxima e diante do qual são formulados planos de solução. Para políticos e gestores alinhados com a perspectiva de redução do papel do Estado, o imperativo de frear o crescimento da dívida pública e “salvar a economia” do município, do estado ou até mesmo do país supera a necessidade de resguardar o direito fundamental à saúde, impedir o “desmonte do SUS” e garantir que a população tenha acesso aos serviços de saúde de maneira universal, equânime e integral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado ao longo do texto, o SUS vem passando por diferentes crises ao longo de seus 30 anos de existência. No entanto um dos mais intrigantes efeitos da declaração de uma crise é sua capacidade de isolar temporalmente certos eventos e fenômenos, de modo a demarcar diferenças irreconciliáveis entre um “presente alargado” e um “passado distante”. A crise produz uma espécie de *tempo presente pulsante e interminável*, que, de acordo com o modo como é narrado, pode se contrair e se dilatar tanto para trás – quando a atualidade é atrelada aos acontecimentos de um passado próximo – quanto para frente – quando o hoje representa uma ameaça ao amanhã ou quando é pressuposto que

o quadro presente se reproduzirá indefinidamente e comprometerá o futuro caso nenhuma solução seja colocada em prática. A despeito de todas as diferenças de perspectivas acerca das causas, consequências e soluções para a crise, a maioria dos atores envolvidos na disputa por sua definição atribui a esse cenário um certo ineditismo. Como disse o presidente do Cremerj em 2015, esta era “a pior crise da saúde pública no Rio de Janeiro”.

Além de um isolamento temporal, pensar a situação nos termos de uma crise implica também uma segregação e uma desconexão espaciais muito específicas. Afinal, o grave desabastecimento de medicamentos básicos só passou a ser descrito como um dos principais elementos indicadores de uma crise da saúde pública quando ele atingiu não só as clínicas da família cariocas em meados de 2017, mas também as unidades de saúde em outras capitais e regiões metropolitanas do Brasil.

Diante dessa formulação de crise, é fundamental que nos perguntemos se e quando os sinais desse desabastecimento surgiram em outras partes do país, como nas áreas rurais, ou até mesmo se em algum momento da história do SUS os municípios do interior foram de fato “abastecidos”. A desproporção da oferta de equipamentos; das políticas públicas implementadas; da disponibilidade de recursos a serem investidos; da quantidade de profissionais de saúde em atuação etc. em diferentes regiões do país apontam que a desigualdade no acesso aos serviços de saúde é uma questão perene para a saúde pública brasileira. “Ilhas de excelência” – como são retratadas algumas unidades de saúde como o Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia (Into) – e hospitais onde faltam dipirona e paracetamol existem simultaneamente no mapa sanitário brasileiro desde muito antes do início do processo de idealização e concretização do Sistema Único de Saúde. Levando isso em consideração, é preciso questionar por que situações análogas às ocorridas no Rio de Janeiro nos últimos anos não escandalizam nem caracterizam uma crise quando se passam em outros lugares. Dessa pergunta, surgiriam outras, como, por exemplo, que SUS é este que está sendo “desmontado” pelo “projeto da crise”?

No fim das contas, um evento só é considerado crítico (DAS, 1995) ou enquadrado como uma crise quando ele provoca uma ruptura na expectativa de normalidade temporal, espacial, coletiva e subjetiva. Isto é, quando aquilo que não poderia acontecer de forma alguma acontece não só no *tempo errado*, mas também no *lugar errado* e com as *pessoas/populações erradas*. Em síntese, o objetivo do artigo foi demonstrar que a crise atual não pode ser entendida meramente como parte de um projeto político cuja finalidade é conhecida antecipadamente; deve ser encarada como um elemento legitimador e um ponto crítico em um modo de governo que se faz por meio da incessante fabricação da escassez de recursos e da diminuição dos gastos públicos.

REFERÊNCIAS

1. BARROS, Ricardo. **Roda Viva**. São Paulo: TV Cultura, 19 de fev. de 2018. Entrevista concedida a Flávio Freire, Fabiana Cambricoli, Cláudia Collucci, Jessé Reis Alves e José da Rocha Carvalheiro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JiuxorFYJAw>. Acesso em: 25 jul. 2022.
2. BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De la justification: les économies de la grandeur**. Paris: Gallimard, 1991.
3. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Proposta de Emenda à Constituição nº 241-a, de 15 de jun. de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 25 jul. 2022.
4. BUTLER, Judith. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. London/New York: Verso, 2004.
5. BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
6. CREMERJ - Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro. Angra dos Reis: crise na saúde pública se agrava. **Informes do CREMERJ**, Rio de Janeiro, 19 set. 2016a. Disponível em: <https://www.cremerj.org.br/informes/exibe/3242>. Acesso em: 28 jul. 2021.
7. CREMERJ. Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro. Emergência do HFB sofre com superlotação. **Informes do CREMERJ**, Rio de Janeiro, 21 set. 2016b. Disponível em: <https://www.cremerj.org.br/informes/exibe/3245>. Acesso em: 28 jul. 2021.
8. CREMERJ. Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro. Crise na saúde avança em todo o Estado. **Informes do CREMERJ**, Rio de Janeiro, 7 dez. 2016c. Disponível em: <https://www.cremerj.org.br/informes/exibe/3313>. Acesso em: 28 jul. 2021.
9. CUETO, Marcos; PALMER, Steven. **Medicina e saúde** pública na América Latina: uma história. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2016.
10. DAS, Veena. **Critical events: An anthropological perspective on contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.
11. FERREIRA, Letícia. “Apenas preencher papel”: reflexões sobre registros policiais de desaparecimento de pessoa e outros documentos. **Maná**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 39-68, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/qS7f8NWsmTPWQgWdqPQFd3S/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2021

12. FREIRE, Lucas. **A gestão da escassez**: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de “crise”. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://objdig.ufrrj.br/72/teses/902376.pdf> Acesso em: 25 jul. 2022
13. GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.
14. HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
15. KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 1999.
16. LATOUR, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.
17. LENOIR, Remi. Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et al. (org.). **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-106.
18. LOWENKRON, Laura; FERREIRA, Leticia. Perspectivas antropológicas sobre documentos: diálogos etnográficos na trilha dos papéis policiais. In: FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (orgs.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers, 2020. p. 17-52.
19. MACHADO, Cristiani; LIMA, Luciana; BAPTISTA, Tatiana. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, supl. 2, p. S143 -S161, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HfmStkr5tNJHKCCZW8qQdvz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.
20. MENICUCCI, Telma. O Sistema Único de Saúde, 20 anos: balanço e perspectivas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 7, p. 1.620-1.625, 2009.
21. NITAHARA, Akemi. Entidades médicas denunciam pior crise na saúde pública do Rio de Janeiro. **Agência Brasil**, Brasília, 22 dez. 2015. Disponível em: <https://agenciaabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/entidades-medicas-denunciam-pior-crise-na-saude-publica-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 15 set. 2021.
22. OCKÉ-REIS, Carlos Octávio. Os problemas de gestão do SUS decorrem também da crise crônica de financiamento? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, s. p., 2008.
23. PAIM, Jairnilson; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Configuração institucional e gestão do Sistema Único de Saúde: problemas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, supl. 1, p. 1.819-1.829, 2007.
24. PIRES, Maria; DEMO, Pedro. Políticas de saúde e crise do Estado de Bem-Estar:

repercussões e possibilidades para o Sistema Único de Saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 56-71, 2006.

25. RIBEIRO, Patrícia. A gestão descentralizada e participativa do SUS. In: ANDREWS, Christina; BARIANI, Edison. **Administração pública no Brasil**: breve história política. São Paulo: Unifesp, 2010. p. 209-264.

26. RIO DE JANEIRO. Decreto N.º 45.692 de 17 de junho de 2016. Decreta estado de calamidade pública, no âmbito da administração financeira do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 17 de jun. de 2016, seção extraordinária. Disponível em: http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/legislacao/tributaria/decretos/2016/DECRETO%20N.%C2%BA%2045692%20DE%2017%20DE%20JUNHO%20DE%202016.htm. Acesso em: 25 jul. 2022.

27. ROITMAN, Janet. **Anti-crisis**. Durham, London: Duke University Press, 2014.

28. SANTOS, Luiz Antonio de Castro et al. Lutas pela história da saúde: perspectivas sobre as ciências sociais em saúde a partir da trajetória intelectual de Luiz Antonio de Castro Santos. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 993-1.012, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/mHbHwkDfH6RsKngSDSnm6YJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2022.

29. SILVA, Guilherme. O SUS e a crise atual do setor público da saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 15-21, 1995.

30. VEJA a íntegra de discurso do prefeito eleito do Rio, Marcelo Crivella. **G1**, Rio de Janeiro, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/veja-a-integra-de-discurso-do-prefeito-eleito-do-rio-marcelo-crivella.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2021.

31. VIANA, Ana Luiza; DAL POZ, Mario. A reforma do sistema de saúde no Brasil e o Programa de Saúde da Família. **PHYSIS**, Rio de Janeiro, sup. 15, p. 225-264, 2005.

32. VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sérgio; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa: Faperj, 2014. p. 43-70.

Lucas Freire

Doutor e Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9629-6840>. E-mail: lucas.mfreire@hotmail.com

Desafios metodológicos para uma etnografia de arquivos: escavando arquivos pós-coloniais em Moçambique¹

Methodological challenges for an ethnography of archives: excavating post-colonial archives in Mozambique

Bruna Triana

Departamento de Antropologia e Etnologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

RESUMO

Neste ensaio, apresento uma reflexão sobre os desafios metodológicos para a realização de uma etnografia de arquivos a partir do relato reflexivo de uma experiência de pesquisa em dois arquivos institucionais moçambicanos – o Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) e o Centro de Documentação e Formação Fotográfica (CDFF). A partir de uma descrição de itinerários trilhados ao longo da investigação, analiso os procedimentos metodológicos desenvolvidos no trabalho de campo em arquivos. Ao tratar o arquivo como espaço vivo e dinâmico, de contestação e disputa, examino as disposições contextuais e políticas que operam nesses espaços, a fim de tensionar os marcos epistemológicos hegemônicos que enquadram o arquivo como local de salvaguarda da história. O objetivo é problematizar desafios, impasses, potencialidades e implicações de algumas táticas de pesquisa em arquivos.

Palavras-chaves: Arquivos, Moçambique, Etnografia, Pós-Colonial.

¹ Este artigo é resultado das reflexões relativas à pesquisa de doutorado financiada com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2014/25152-0.

Recebido em 20 de março de 2021.

Avaliador A: 04 de maio de 2021.

Avaliador B: 05 de maio de 2021.

Aceito em 08 de setembro de 2021.

ABSTRACT

In this article, I present a reflection on the methodological challenges for an ethnography of archives, based on a reflective account of my research experience. The research took place in two Mozambican institutional archives – the Historical Archive of Mozambique (AHM) and the Center for Documentation and Photographic Training (CDFF). Based on the description of the itineraries that I have followed along my study, I examine the methodological procedures developed in the fieldwork aimed at the archives. By treating the archives as living and dynamic spaces submitted to constant disputes and contentions, I analyze the contextual and political frameworks that operate in these spaces, in order to question the hegemonic epistemological references, which frame the archive as a place to safeguard history. The aim is to problematize the challenges, dilemmas, potentials, and implications of some archival research tactics.

Keywords: Archives, Mozambique, Ethnography, Postcolonialism.

INTRODUÇÃO

As pesquisas em arquivos são tecidas nas articulações forjadas entre os documentos, e essa articulação implica disposição subjetiva, imaginação histórica e montagem (DIDI-HUBERMAN, 2017; MBEMBE, 2002). Os materiais (fotografias, cartas, documentos, atas) guardados nas mais diversas formas arquivísticas, circulam por muitas mãos (as do arquivista, do curador, do pesquisador e de familiares) e entre instituições que os mobilizam (Estado, museu, família, universidade). Os arquivos, institucionais ou particulares, formais ou despretensiosos, movimentam tempos e espaços. Em minha pesquisa de doutorado, partindo de alguns arquivos moçambicanos, analisei a obra fotográfica de Ricardo Rangel (1924-2009)², debruçando-me sobre o acervo do fotógrafo sem perder de vista seus efeitos na elaboração de uma memória do período tardo-colonial³ em Moçambique, bem como seus usos e contrausos no presente (TRIANA, 2020).

² Ricardo Rangel (1924-2009) é considerado o “pai do fotojornalismo” moçambicano. Seu trabalho e seu projeto fotográfico são inovadores, principalmente em razão da postura e da prática na abordagem do universo colonial. Sobre Rangel ver. Hayes (2014), Honwana (2010), Teixeira (2012), Triana (2020).

³ Período posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e de acirramento da Guerra Fria até a independência de Moçambique, em 1975. O período incluiu reformas legislativas e certo crescimento econômico, mas também significou o aumento expressivo da repressão. Cf. Castelo et al. (2012).

No período colonial em Moçambique, havia uma série de contranarrativas importantes para a constituição de uma memória histórica do país cujo propósito era o questionamento das narrativas oficiais do “império português além-mar” (BORGES COELHO, 2003; CASTELO, 2010; NEVES, 2008). O papel exercido por organizações civis, como o Grémio Africano e o Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (Nesam), entre as décadas de 1910 a 1960, bem como a produção de cartilhas e a utilização da rádio pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), movimento de libertação fundado em 1962, foram meios de contestação da ordem colonial vigente. Por outro lado, segundo João Paulo Borges Coelho (2007), após a independência, o partido FRELIMO⁴ assumiu o papel quase hegemônico de narrar a guerra de libertação no país, construindo o que o historiador chamou de uma “memória política”, ou seja, uma metanarrativa incapaz de incorporar vozes divergentes, constituindo-se assim enquanto a “memória oficial do país”.

O historiador moçambicano segue dizendo que o trabalho sociológico, antropológico, político e historiográfico sobre arquivos ameaça histórias e memórias oficializadas pela narrativa hegemônica da formação nacional, instituídas por quem detém o “monopólio institucional do passado” (BORGES COELHO, 2013a, 2015). Como lembra Florencia Garramuño (2011), o arquivo pode viabilizar a memória porque pode “comprová-la”, assim como, ao mesmo tempo, pode atentar contra memórias instituídas, histórias contadas. Afinal, em estantes e caixas pode morar, esquecido, um documento que conteste a história oficial ou lhe acrescente detalhes indesejáveis.

Este artigo é uma reflexão sobre os desafios metodológicos para a realização de uma etnografia de arquivos em que busco descrever e analisar, a partir de minha experiência, tanto as trajetórias, reflexões e descobertas encontradas ao longo da pesquisa quanto os métodos e as táticas de investigação utilizadas no trabalho de campo nos arquivos moçambicanos. Ao refletir sobre os itinerários por esses espaços, narro minhas escavações nos arquivos institucionais; é desse lugar de subjetividade que problematizo o que eles provocaram, de que formas se articularam e como constituem um lugar vivo, dinâmico, de contestação e disputa.

Com base nessa experiência, elaboro algumas considerações sobre as condições da pesquisa na tentativa de problematizar os desafios, impasses, potencialidades e implicações desse tipo de investigação. Inicialmente problematizo as expectativas em relação aos arquivos, apresentando os espaços onde realizei minha pesquisa: o Arquivo Histórico de Moçambique

4 Enquanto movimento, a Frelimo já tinha tendências marxistas, mas foi apenas em 1977 que a FRELIMO, já partido único da proclamada República Popular de Moçambique, se assume enquanto partido marxista-leninista. Sobre a Frelimo, cf. CEA (1983) e Bragança e Depelchin (1986).

(AHM) e o Centro de Documentação e Formação Fotográfica (CDFF). Em relação ao AHM, argumento que, embora existam problemas na manutenção e organização, é necessário partir do próprio arquivo não apenas para compreender os marcos discursivos, contextuais, políticos e organizativos que ali operam, mas também para questionar nossos próprios marcos epistemológicos. Por fim, no que diz respeito ao CDFF, exponho minhas táticas de pesquisa, mostrando como esse trabalho se funda nos princípios de seleção, montagem e imaginação.

REAJUSTANDO EXPECTATIVAS

A despeito dos apelos para o descentramento na geopolítica do conhecimento, nossa formação antropológica segue pautada por tradições e leituras enviesadas, advindas maiormente do Norte Global (ASAD, 2017; CARVALHO, 2001; ALATAS e SINHA, 2017). Dessa forma, em se tratando de arquivos, uma imagem ideal me vinha à mente, informando como eles deveriam ser e funcionar, ainda que ciente das “falhas”, problemas, hiatos e distorções sempre presentes nesses espaços (TRIANA, 2017). Para mim, essa imagem idealizada era composta de uma sala ampla, com mesas para pesquisadores, catálogos e estantes de caixas e pastas ao redor ou num ambiente próximo organizados em filas – tudo encaixado e classificado. Imaginava um ambiente com estantes de ferro cinza, caixas e pastas amarelas e pretas, mesas também acinzentadas, paredes e luz brancas: cores, luzes, temperatura, corpos e papéis devidamente controlados. Enfim, imagem limitada (colonizada) e impossível.

A essa idealização agraga-se o fato de que, como apontou Jacques Derrida (2001), “falhas” não só existem em qualquer espaço arquivístico, mesmo nos mais controlados, como são constitutivas desse espaço, revelando aquilo que falta e aquilo que sobra neles. São as resistências subjetivas e institucionais, portanto, *do* e *ao* arquivo que devemos buscar para construir narrativas heterotópicas sobre o “monumento passado” – sempre um passado específico – que o arquivo é capaz de comprovar ou negar.

Estive em Maputo, capital de Moçambique, em três ocasiões ao longo de minha pesquisa de doutorado – em 2015, 2017 e 2019. Já nos primeiros dias na capital moçambicana, em 2015, entrei em contato com o AHM e com o CDFF; minha entrada foi autorizada. Entretanto, mesmo sabendo que “falhas” são comuns, esperadas e até necessárias, eu carregava algumas expectativas idealizadas de funcionamento e pesquisa confrontadas por espaços reais, atravessados por seus próprios problemas de manutenção, organização e acesso.

Além desse estranhamento, em 2015, ainda no início do doutorado, havia uma falta de foco; na ânsia de querer ver todo o material possível, dividia meus dias entre os dois arquivos, procurando e perguntando por documentos e coleções, sem dar conta de olhar, ler e analisar todos eles, acumulando cada vez mais materiais para os dias e para as etapas seguintes da análise. Essa experiência de excitação, confusão e pânico, tal como a descreve Nicholas Dirks (2015), tende a levar a proposta inicial a um beco sem saída ante o aparente caos de qualquer arquivo. Depois de quase três semanas de investigação, percebi que me afundava em pilhas de fotos, negativos, jornais e atas e me faltava um direcionamento para navegar nesse mar de papéis e rastros do passado. Quando me dei conta do equívoco dessa abordagem megalomaníaca, decidi me concentrar no que me parecia mais produtivo para a pesquisa, tendo em vista os materiais dos arquivos, bem como as orientações apontadas pelas entrevistas que vinha realizando.

Em 2017, com ajuda do caderno de campo de minha primeira viagem a Moçambique, pude refletir melhor sobre a primeira percepção de Maputo e seus arquivos e, com efeito, pensar no que devia mudar, em termos de uma abordagem metodológica menos caótica. Já em 2019, no último período de campo, cheguei a Maputo com a ideia de repetir alguns dos itinerários anteriores, reencontrar amigos e interlocutores de pesquisa e reavaliar fotografias e documentos que considerava centrais para a tese. Os arquivos, no entanto, em sua instabilidade, mudam sempre, e novas rotas e encontros são inevitáveis. Mais que isso: imprescindíveis.

O convívio e a pesquisa cotidianas com o espaço do arquivo (seus objetos e salas) e com seus funcionários, as conversas e entrevistas e a participação em eventos diversos conformaram as bases do trabalho de campo em Maputo. Esses arquivos emergiram como espaços em que se buscava guardar certos materiais, na intenção de construir um passado, uma história que não é neutra, tampouco objetiva, mas específica e localizada. Os documentos guardados nos arquivos despontaram não somente como registros de um tempo longínquo e inacessível, revelando um aspecto fundamental do arquivo: ele não apenas salvaguarda, mas também difunde o que conserva, mediante o acesso de pesquisadores, estudantes, curadores e curiosos, bem como por meio dos usos e contrausos de investigações, publicações e exposições das mais diversas. Em cada uma dessas possibilidades, seus sentidos são negociados e reinterpretados. O arquivo, mais que um depósito inerte, é um repositório imaginativo.

Com os arquivos e os efeitos de seus acessos, usos e contrausos, pode-se perceber o que se conserva e o que se exclui, quais histórias são contadas, quais rupturas e continuidades se conjecturam entre passado e presente. Como ruínas, os arquivos são vestígios de um passado em constante disputa, produção e transformação (STOLER, 2008).

(DES)ORDENS E (IM)PERMANÊNCIAS: OS ARQUIVOS PÓS-

COLONIAIS

Desde a década de 1970, os arquivos enquanto instituições sociais foram levados a uma posição de tensionamento. Michel Foucault (1986), Allan Sekula (1989) e Ann Stoler (2010) foram alguns dos intelectuais que questionaram a produção do arquivo, seus dispositivos, regimes e efeitos de verdade. Jacques Derrida (2001), por sua vez, tensionou os fundamentos do processo de construção do arquivo, ao apontar as “falhas” do “arquivo monumentalizado” e a suposta objetividade e estabilidade que ele emite. Para o autor, o arquivo, bem como o desejo de arquivar, não existe sem suporte material, sem um espaço exterior que possibilite a repetição.

O “monumento arquivo” estaria marcado por alguns elementos determinantes. Um deles é a *consignação*, que remete tanto ao local físico onde se institucionaliza e domicilia o documento quanto à legitimação dada pelo catálogo. O catálogo, para além de sistematizar a acomodação dos documentos em caixas e prateleiras, coloca-os em uma relação, à medida que são agrupados por alguém que percebeu (construiu) uma conexão entre eles (temporal, institucional ou pessoal). O poder de selecionar e excluir, de sistematizar, relacionar e dispor permeia os ambientes arquivísticos e constitui uma *autoridade hermenêutica* (DERRIDA, 2001). Logo, é preciso ter consciência de que nesses espaços institucionalizados, monumentalizados, não há objetividade, verdade histórica nem estabilidade. Afinal, de que passado se trata? Feito para e por quem? Como ele foi constituído? O que foi guardado e o que foi excluído nesse processo?

No início da pesquisa, eu carregava essas perguntas ao me preparar para o trabalho de campo nos arquivos moçambicanos. A meu ver, era preciso questionar os catálogos e a organização dos documentos, as políticas de preservação e exclusão e os instrumentos arquivísticos. Adentrei esses espaços pré-disposta a colocá-los em tensão, de modo a procurar suas brechas e examinar sua disposição material, sua política, sua feitura. Algumas disposições relativas à salvaguarda e à organização dos arquivos operam, contudo, de uma forma um tanto quanto difusa, não só em pesquisadores, mas também em diretores, agentes e funcionários que mobilizam esse discurso à sua maneira.

Nos dois arquivos em que trabalhei, pude notar que ambas as instituições, o AHM e o CDFF, remetiam-se a concepções de arquivo como lócus privilegiado de preservação da memória histórica, ainda que outros ordenamentos e atuações “alternativos” ocorressem nesses espaços. Ao longo dos anos, deparei com espaços onde havia caixas amontoadas no chão (era ali que eu devia procurar os materiais solicitados); com documentos que supostamente deveriam estar guardados no arquivo, mas não estavam (teriam sido perdidos ou roubados?);

com condições consideradas “precárias” de preservação e manutenção tanto de documentos quanto de edifícios, situações que remetem também à falta de orçamento, pessoal e políticas específicas (BORGES COLEHO, 2013b; CAHEN, 2020). Como estabelecer uma análise da construção institucional e política do arquivo quando aparentemente não havia apenas controle, mas principalmente caos?

Ao entrar nos arquivos, percebi o quanto essa imagem idealizada estava orientada por padrões normativos, epistêmicos e geográficos específicos (BUCKLEY, 2005; HARRIS, 2002). A partir de minha experiência nos dois arquivos de Maputo, comprehendi que, ao fazer a crítica a esses arquivos, questionar suas políticas, princípios e normatividades, devia levar em conta outros fatores constituintes, para além dos marcos epistemológicos hegemônicos dos estudos críticos em arquivos. A aparente desordem passou a figurar como significativa, para além da “falha” ou falta – de organização, sistematização, manutenção. Por outro lado, havia também a excitação e os receios de adentrar esses espaços pós-coloniais da memória colonial (DIRKS, 2015). A aparente desordem do arquivo e da pesquisa deram lugar a esse tempo de fascinação que constitui o “espaço-tempo” e o afeto do arquivo, de suas organizações, detalhes e ambiguidades. Essa articulação entre contextos arquivísticos revela como um cenário invade e ilumina o outro, como as disputas no arquivo se prolongam na memória e na vida social das pessoas, da cidade e do país.

Adentrar os arquivos é se dar conta de que, ao contrário da visão padronizada que “muitas vezes evoca um lugar escuro e cheio de gavetas, armários e prateleiras cheias de documentos antigos” (ENWEZOR, 2007, p. 11), eles constituem espaços de questionamentos e disputas constantes, inclusive políticas. Ao propor uma reflexão metodológica para uma etnografia dos arquivos, quis perscrutar coleções, conteúdos, formas e contextos, mas também desejos, idiossincrasias e aberturas de cada arquivo, isto é, aquilo que os torna únicos em suas articulações possíveis no presente (TRIANA, 2020).

Um dos arquivos onde trabalhei, o Arquivo Histórico de Moçambique, instituição inaugurada em 1934, foi pensado como um arquivo colonial promovido e instituído pela administração portuguesa para armazenar a documentação produzida pelos “saberes coloniais” sobre o território⁵. Órgão ligado à Repartição Técnica de Estatística, tinha como funções atuar como “instrumento de cultura histórica” e “arquivo do governo da Colônia”⁶. Sua documentação incluía fotos dos territórios e das populações, atas e documentos produzidos pelas companhias

5 Uma apresentação institucional do AHM pode ser vista em: <https://bit.ly/33w6koi> e <https://bit.ly/2McU863>. Acesso em: 13 out. 2020.

6 Informações disponíveis em: <https://bit.ly/2IwEluj>. Acesso em: 7 mai. 2020.

e postos administrativos, bem como pesquisas etnográficas sobre o território, ou seja, toda uma sorte de documentação encomendada e produzida pelo governo colonial que, com o devido distanciamento temporal, pudesse ser lá alocada⁷. Estava ali, domiciliado, classificado e organizado, parte do passado português de formação e formatação de uma de suas colônias. Com a libertação do país, em 1975, a questão era: o que fazer com o material acumulado pelo colonizador? O que fazer com seus saberes, suas cronologias, classificações, seus arquivos coloniais?

Após a independência de Moçambique, o arquivo passou aos cuidados da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), que buscou reorganizá-lo tendo como prioridade “criar as infraestruturas indispensáveis e recolher, em todo o país e a todos os níveis, a documentação colonial até à data da independência nacional”⁸. Trata-se, atualmente, do maior arquivo nacional – abarca coleções de jornais, atas, documentos governamentais, memorandos, áudios e fotos, do período colonial até o presente. Além dos documentos já mantidos no arquivo colonial, outros documentos entraram no AHM: atas de congressos, cartas, fotos, cartilhas, publicações e materiais produzidos ao longo dos anos da guerra de libertação pela Frelimo, por exemplo.

Ao refletir sobre as transformações políticas e econômicas por que passou Moçambique, é preciso averiguar, paralelamente, como a produção de arquivos esteve intimamente articulada às mudanças na própria produção da memória histórica oficial do país. Penso, por exemplo, na reestruturação do sistema social, político, econômico e administrativo do país do fim do século XIX até 1975, sob a administração portuguesa e especialmente no período chamado de “tardo-colonial” (1950-1975); depois de 1975, após a guerra de libertação que durou aproximadamente 10 anos, com a independência e a opção socialista de organização social e desenvolvimento econômico (período de 1975 a 1986, ano da morte de Samora Machel, primeiro presidente de Moçambique); e no período posterior ao fim da “Guerra dos Dezasseis Anos”, em 1992, quando o acordo de paz foi assinado, instalou-se o multipartidarismo e as primeiras eleições foram realizadas no país. Todos esses contextos influíram decisivamente na maneira como os arquivos foram e são criados, (re)organizados e acessados. Ao contrário do que afirma Michel Cahen (2020), acredito que a independência, ainda que não se constitua como ruptura total (MENESES, 2015), teve, sim, implicações drásticas para os arquivos nacionais, para além da mera continuação de suas insuficiências institucionais. Afinal, um arquivo não diz respeito só

7 A maior parte da documentação colonial era enviada a Lisboa, pois Portugal não tinha interesse em centralizar os documentos da administração nas próprias colônias. Informações disponíveis em: <https://bitly.com/oddBnQ> e <https://bitly.com/QEDHCv>. Acesso em: 12 nov. 2020.

8 Citação disponível em: <https://bit.ly/2IwEluj>. Acesso em: 7 mai. 2020.

ao espaço e à salvaguarda de documentos, às vezes difícil e precária, mas diz também a seus usos e contrausos, seus contextos e articulações, às perguntas que provocam, justamente, por suas idiossincrasias e “decadências” (BUCKLEY, 2005).

Em ambos os arquivos onde trabalhei (AHM e CDFF), notei que reorientações políticas tiveram repercussões diretas na composição dos espaços, com mudanças nos objetivos e nas políticas institucionais, na preservação e nos usos do arquivo e de suas coleções. Intelectuais moçambicanos e estrangeiros se empenharam, após 1975, na construção da história do país a partir de uma perspectiva marxista, com a participação de operários, trabalhadores migrantes, camponeses e combatentes. O arquivo colonial foi densamente escavado para procurar os acordos administrativos que convocavam trabalhos forçados, os registros sobre remoções de pessoas, os processos de invasão e tomada de terras por colonos, as estatísticas de migração a minas sul-africanas etc. Essa documentação do poder colonial foi utilizada a contrapelo para desvelar seus processos perversos de exploração, violência e abusos. Assim, no período do governo socialista da FRELIMO, digamos que entre 1975 e 1986, houve um esforço de produção historiográfica e memorialística que buscou, a partir de um contrauso do arquivo colonial, narrativas heterotópicas acerca do que estava armazenado nos arquivos do país. Ademais, outros documentos, além dos produzidos pelo movimento de libertação, entraram para o arquivo, como os áudios de entrevistas com antigos combatentes da guerrilha, com mineiros migrantes ou funcionários do baixo escalão da burocracia da administração colonial, coleta realizada, por exemplo, pelos pesquisadores ligados ao Centro de Estudos Africanos da UEM. Esses documentos começaram a contar outras histórias.

A questão que quero sublinhar, aqui, é que novos materiais passaram a habitar o arquivo para contestar, disputar e tensionar os materiais que já se encontravam lá. Dessa forma, podemos pensar como o arquivo se transforma ao longo de diferentes contextos e como mudanças e disputas, em documentos e estantes, imprimem outro contorno a novos e velhos locais, a atas e documentos, a memórias e imaginários. A “passagem” de um arquivo colonial para um arquivo pós-colonial é uma travessia que abarca não só prefixos e marcos temporais, mas interesses específicos, reorganizações, seleções e configurações de poder, novos materiais, usos, contrausos, imaginários e imaginações políticas.

ARQUIVOS, GATEKEEPERS E DECADÊNCIA

Visto que os arquivos consignam, se transformam e transmitem histórias através de seus usos e contrausos, considero que é preciso entender tanto as maneiras como se dão esses acessos quanto as táticas de negociação praticadas nesses espaços, além dos agenciamentos que eles articulam. João Paulo Borges Coelho (2013b), em *Rainhas da noite*, dá corpo literário às idiossincrasias dos arquivos institucionais moçambicanos:

Depois seguiam-se não só a lentidão dos funcionários que traziam os materiais (nem sempre o mesmo), mas também toda a sorte de outras contrariedades como o facto de as caixas que eu solicitava não serem achadas, contrariedades essas que eu via como outras tentativas de impedir meu trabalho. [...] Depois, era o intervalo do chá dos funcionários, altura em que todos simplesmente desapareciam [...]. Por fim, havia ainda a hora da saída que, além de injustificadamente temporária [...], começava a ser preparada com absurda antecipação. (BORGES COELHO, 2013b, p. 181).

No AHM, o acervo está dividido em diferentes espaços espalhados pela cidade de Maputo: jornais, revistas, áudios e livros se encontram em um prédio na Baixa (na travessa Varietá), onde também fica a sede administrativa do arquivo. Outros tipos de documentação (como atas, documentos de órgãos administrativos etc.) estão alocados em um prédio no campus universitário da UEM. Fotografias e materiais imagéticos (negativos, slides etc.) compõem a Fototeca Nacional e foram alocados em um prédio ao lado da Biblioteca Nacional, também na Baixa (na avenida 25 de Setembro). No entanto muitos materiais (jornais e outros documentos produzidos por instituições da administração colonial) ainda se encontram na antiga sede do arquivo, também localizada no centro da cidade (na avenida Filipe Samuel Magaia), local sem condições de acesso ao público, e num espaço na rua Timor Leste.

O prédio localizado na avenida Filipe Samuel Magaia, em 2015, encontrava-se fechado ao público. Há dois cartazes colados nas portas de vidro, já gastos e amarelados: um informe de 2012 sobre uma dedetização a ser realizada e um aviso sem data sobre a mudança da sede do AHM para a travessa Varietá. Na época, eu e uma amiga brasileira, também doutoranda, pesquisávamos no AHM. Ela conseguiu que um funcionário a levasse ao local e me contou que o subsolo do arquivo estava inundado. Até 2019, o prédio seguia fechado – com efeito, os documentos ali arquivados estão se deteriorando. Como me disse um professor, os arquivos moçambicanos estão “cuidadosamente abandonados”, em um cenário de escassez orçamentária para projetos de contratação, preservação e manutenção – justamente porque não contam com interesse político.

Por outro lado, a situação do arquivo da avenida Filipe Samuel Magaia faz pensar em como sinais de decadência mobilizam discursos muitas vezes morais ou moralizantes acerca do que é preservado e de como devem ser preservados determinados materiais, especialmente aqueles ligados ao passado colonial. Liam Buckley (2005) conecta o discurso acadêmico sobre preservação com um ideal desenvolvimentista do Norte Global, em que alcançar padrões normativos estabelecidos de arquivamento e manutenção seria um sinal de desenvolvimento do estado pós-colonial tendo em vista sua história e de sua experiência colonial:

[...] a decadência [do arquivo pós-colonial] causa controvérsia porque ela nos lembra de nossos sentimentos e de nossa intimidade com a cultura colonial, e demanda que imaginemos maneiras de, finalmente, nos livrarmos dela. (BUCKLEY, 2005, p. 250).

Um dos pontos a serem pensados com tal equação diz respeito a nossas próprias colonialidades epistêmicas, isto é, sobre nosso apego a essas ruínas, ainda que estejamos conscientes de nossas posições sociais e dispostos a ler o arquivo a contrapelo. Autores, como Verne Harris (2002) e Olívia Maria Gomes da Cunha (2004), por exemplo, argumentam que os arquivos são territórios “onde a história não é buscada, mas contestada, uma vez que constituem *loci* nos quais outras historicidades são suprimidas” (CUNHA, 2004, p. 292). Contudo, nos discursos de preservação, desenvolvimento e modernização que acabam abarcando esses locais está presente nosso próprio desejo de manter esses rastros do passado. Tais discursos são também mobilizados pelas próprias instituições, por seus diretores e funcionários e até pelo Estado, que juntos buscam explicações para a decadência de seus arquivos.

Entretanto, acredito que a provocação de Buckley (2005, p. 250-251) toca mais propriamente na questão do porquê a decadência não pode ser permitida:

Sujeira, poeira, mofo, papel rasgado, danos causados pela água, excrementos de roedores, pastas vazias, itens em falta – esse é o material das narrativas de decadência que acompanham a presença de artefatos coloniais em arquivos pós-coloniais. Em seu início, o estabelecimento de arquivos sinalizou a capacidade do novo Estado [...] de manter a si e os seus cidadãos em ordem, manter sua herança e segredos, promover a cultura e conceder acesso ao público. Hoje, em vez de simbolizar o avanço da independência e seus “presentes” de desenvolvimento, progresso e modernização, os arquivos pós-coloniais são locais de decadência e perda, servindo como evidência da ineficiência e do descuido pós-colonial. No entanto, [...] em vez de ser algo aberrante e um sinal estereotipado da negligência e da ineficiência do estado pós-colonial, a decadência – bem como o direito de permitir a decadência – é central para a prática cultural do arquivamento.

Portanto a decadência sinaliza, para voltarmos a Derrida (2001), o surto do “mal de arquivo”, índice de modernidade do Norte Global, cujos padrões de regulação e controle são

desafiados em nossos encontros com esses arquivos pós-coloniais do Sul Global. Água, mofo, materiais perdidos, traças, escorpiões e negociações são elementos comuns desses arquivos, e a suposta “desordem” é muito ligada às expectativas normalizantes do pesquisador. Talvez possamos pensar, junto com Achille Mbembe (2002), que o “descaso” com os arquivos em muitos países das periferias do capitalismo é uma forma de domesticação dessa memória: afinal, sem arquivo, não existe Estado-Nação; ao mesmo tempo, no entanto, esses mesmos arquivos são uma constante ameaça a ele – por isso são amiúde fechados, censurados, queimados, destruídos. A decadência desponta não como um aspecto peculiar, específico de estados africanos ou latino-americanos, ou como sinal estereotipado de negligência e ineficiência desses mesmos estados, mas sobretudo como atributo central para a própria atividade de arquivamento, isto é, uma característica particular da transformação da antiga colônia em uma nação pós-colonial (BUCKLEY, 2005).

Meu trabalho no arquivo e meus encontros com a decadência contam essa experiência afetiva, as formas e táticas de pesquisa que fui desenvolvendo nesses locais e as histórias que fui encontrando em meio a esses percursos. Nos arquivos pertencentes ao Estado, são as suas instituições que têm o direito e a autoridade de salvaguarda do passado; no limite, eles constituem espaços em que o Estado é, por direito, o *keeper* (guardião) principal e legítimo desses documentos. O Estado, nesses casos, detém o “monopólio legítimo do passado”⁹, ou pelo menos o monopólio de sua salvaguarda material, ao passo que os funcionários seriam os *gatekeepers* desses papéis diante dos pesquisadores, ou seja, mediadores entre o que é guardado e aqueles que requerem acesso ao passado (GARRAMUÑO, 2011; JELIN, 2017; MBEMBE, 2002).

Acessados diariamente por um público diverso, especialmente por estudantes, professores e pesquisadores, tanto moçambicanos quanto estrangeiros, os arquivos me permitiram estabelecer relações de partilha com muitos desses “frequentadores de arquivos”. Sempre que nos cruzávamos depois de um dia de escavação nos arquivos, dividíamos dicas quanto a quem solicitar os materiais requeridos, à maneira de proceder em determinadas situações diante desses mediadores, aos lugares em que poderíamos encontrar os documentos que procurávamos – coisas que dependiam tanto dos funcionários quanto da pessoa que fazia o pedido. Enquanto pesquisadora mulher, jovem branca e estrangeira em Moçambique, tive meu acesso e minha circulação facilitados em determinados lugares. Esses marcadores e posições definem, portanto,

⁹ Faço menção, aqui, à famosa proposição weberiana de que o Estado moderno reivindica o “monopólio do uso legítimo da violência física”, ou seja, o uso exclusivo e de direito desse recurso (WEBER, 1983, p. 56).

minha entrada, minhas relações em campo e a minha própria escrita.

Em 2015 e 2017, portando apenas cartas da Universidade Estadual de São Paulo (USP) e da UEM, tive a entrada liberada para realizar a pesquisa; uma outra colega, também brasileira, branca como eu e igualmente ligada à USP e à UEM, teve que fazer uma carteirinha para conseguir entrar e fazer pesquisa no AHM. Uma terceira colega, oriunda de Portugal, doutoranda branca de uma universidade europeia, ao insistir no acesso a um catálogo ou uma lista, algo que lhe ajudasse a saber o que se encontrava em um dos prédios do AHM, recebeu a seguinte resposta: “Vocês vêm de Lisboa e acham que as coisas aqui são como lá. Não são!”.

Na reação da funcionária está implícita a importância não só de ganhar a simpatia dos *gatekeepers*, mas de saber negociar, estabelecer relações e conhecer certas pessoas, formar redes de contato e de intercâmbio de saberes. Ela revela, também, conotações que dizem respeito à maneira como diferentes pressupostos e concepções “ocidentais” – moldados por instituições internacionais e regulamentações que legitimam certas formas de organização – marcam perspectivas sobre como um arquivo deve ser arranjado, o que deve conter, como deve ser preservado etc. Ademais, essa reação permite entrever microrrelações de poder que se colocam nos arquivos, que, nesse caso, invertem o antigo vetor *colonizadores* e *colonizados* e são tangenciadas por múltiplos ressentimentos.

O fato de ser brasileira foi relevante, tanto pela simpatia que as pessoas tinham em relação ao Brasil quanto pelo distanciamento que a condição de ser estrangeira me proporcionava¹⁰. Contudo, se não escrevo a partir das antigas metrópoles imperiais (DE JONG, 2016; SAID, 1990), me encontro em uma outra margem, um entremeio que coloca outras relações de poder em jogo (BHABHA, 2001; SANTIAGO, 1978).

Assim, conversar com funcionários, escavar o “canto do tempo colonial” e conhecer certas pessoas foram táticas usadas para me locomover por diferentes arquivos. Nos dois prédios do AHM, não me foi disponibilizado um catálogo. Dessa forma, dependia de funcionários que me forneciam as informações necessárias e, se possível, a localização dos documentos. Entendo que o catálogo ou inventário é esperado pelos pesquisadores, pois a partir desses suportes é possível verificar o que está guardado e o que pode ser de interesse da pesquisa. Além disso, visitar o arquivo pela primeira vez envolve, muitas vezes, não saber exatamente o que se quer. O catálogo poderia funcionar, nessas circunstâncias, como um mapa para o pesquisador percorrer

10 São muitos os pesquisadores brasileiros em Moçambique, sendo esse um campo de estudos já consolidado nas ciências sociais e humanas produzidas no Brasil. Esse fato pode ser apreendido a partir de grupos e linhas de pesquisa, professores e projetos desenvolvidos em universidades como UFBA, UnB, Unicamp, Unilab e USP, entre outras.

o universo do arquivo – mapa cujas lógicas e cujos critérios de classificação e relação deveriam ser desvelados. Contudo, mesmo sem mapa, pode-se desvendar caminhos, ainda que de forma mais demorada, que guardam relações e conexões que, talvez, só assim são descobertas.

No prédio do AHM da UEM tive que me embrenhar em fundos, datas e instituições. O galpão era aberto, com várias estantes com caixas dispostas, como em uma biblioteca, mas também amontoadas nos cantos e nas paredes. Como fazemos ao caminhar pela cidade em busca de um café, um monumento ou um prédio que gostaríamos de visitar, por ali também era possível andar entre as estantes e caixas espalhadas. Normalmente dois funcionários estavam lá para controlar e tentar ajudar os pesquisadores em suas buscas. Ao procurar, por exemplo, processos judiciais do fundo “Direcção dos Serviços dos Negócio Indígenas”, especificamente da década de 1940, era possível ser mandada para um corredor ou uma estante; no mar de caixas e pastas ali dispostas, ia desvendando numerações aos poucos, abrindo outras caixas, escavando e, quiçá contando com a sorte e com o tempo, conseguia encontrar algo de interesse. Buscar instituições específicas era uma das formas de conseguir navegar esse arquivo, uma vez que alguns funcionários sabiam a alocação exata dessas caixas¹¹.

No prédio do AHM da Baixa, que concentra a biblioteca do arquivo e as coleções de jornais, revistas e áudios, também não há catálogo. Enquanto no prédio da UEM pesquisadores e caixas compartilhavam o mesmo ambiente, nesse prédio da Baixa há uma sala reservada aos pesquisadores: em uma mesa na frente da sala, até quatro funcionários ficam ali a fim de atender às solicitações dos usuários, atuando como *gatekeepers* ou guardiões dos segredos e dos tesouros do arquivo. Em frente a essa mesa dos mediadores, há diversas outras, de ponta a ponta, reservadas a pesquisadores: sob os olhos e a guarda dos funcionários atentos e vigilantes, ali ficávamos nós, manuseando “o passado”. Aqui, dependia-se muito mais do conhecimento e da disposição dos funcionários. Às vezes nem eles tinham certeza se detinham ou não determinados documentos; ao vê-los desaparecer para a outra sala, vedada aos visitantes, eu ficava na expectativa de que voltassem de mãos cheias, com alguma coisa que fosse, o que nem sempre acontecia.

11 No site do AHM, em 2017, encontrei os inventários (mas nem todos estão disponíveis) e uma lista com os fundos e coleções tratados e disponíveis no chamado Arquivo Permanente. Mesmo assim, nem sempre anotar a cota do documento, segundo indicado no inventário *online*, significava achar de fato o material no arquivo. Disponíveis em: <https://bit.ly/2wWbBd9> e <https://bit.ly/2IzRsLp>. Acesso em: 7 mai. 2020.

SELEÇÃO, MONTAGEM E IMAGINAÇÃO

Se é preciso estabelecer os contextos prévios de uma pesquisa, ponderar os obstáculos enfrentados no início, assim como as práticas e negociações em torno dos acessos do/no arquivo, também é necessário descrever as formas como a pesquisa se firmou, os métodos de trabalho desenvolvidos em relação ao material ali encontrado. Ora, escavar o arquivo, atentar para os rastros, ruídos e as ruínas que nele permanecem, é abri-lo em busca de memórias outras que ali podem estar soterradas. Porém essas memórias são construídas justamente a partir das idiossincrasias dos arquivos e das negociações com seus *gatekeepers*, dos segredos – às vezes perdidos – guardados em seu interior, dos efeitos e das implicações (práticas, epistemológicas e políticas) da decadência, das “falhas” e da fascinação dos espaços arquivísticos. Trabalhar no/ com o arquivo é também, em certa medida, elaborá-lo enquanto tal, produzi-lo.

Um aspecto importante nessa produção é o fato de que nós, pesquisadores, ameaçamos o arquivo com nossos corpos, que transpiram e, com o simples toque, ameaçam os documentos, efêmeros diante dos danos do tempo e dos contatos. Se o arquivo produz relações, ele também produz o próprio pesquisador enquanto sujeito da pesquisa: figura ambivalente, muitas vezes estrangeira, que aparece por uns tempos e logo desaparece; que solicita materiais sem parar; que, impertinente, tenta impor sua lógica às dinâmicas próprias de cada arquivo; que manuseia rastros tão frágeis com mãos úmidas; e que sai do arquivo crente de ter achado uma nova história, uma nova falha, uma nova lacuna (ROSE, 2000). É por isso que, em nossa busca por contestar o arquivo, em alguma medida contestamos também os *gatekeepers*, que sabem que estamos ali, de certa maneira, para questionar seus arquivos: sua organização, seus sistemas classificatórios, suas políticas de preservação e a própria autoridade de salvaguarda desse passado.

Narrar o percurso de entrada no arquivo, abrir as caixas e pastas (físicas e digitais), detalhar as procuras (infrutíferas ou não), incluindo as alegrias das pequenas descobertas, para além dos conteúdos, classificações e anotações, constituem tanto o processo de elaboração do arquivo quanto de tessitura da pesquisa. Nessa abordagem hermenêutica e subjetiva do arquivo, de suas coleções, fundos e acervos, minha intenção era refletir sobre as trajetórias desses documentos e a maneira como interpelam as histórias sobre o período tardo-colonial em Moçambique (TRIANA, 2020). Sendo assim, este trabalho depende da disposição da pesquisadora para forjar homologias possíveis de documentos reunidos em pastas ou dispersos em caixas numa narrativa aberta e criativa. O trabalho de campo em arquivos implica, então, um trabalho de seleção, montagem e imaginação.

Através de documentos arquivados, nos deparamos com porções de tempo a serem montadas, com fragmentos de vida a serem organizados, um após o outro, na tentativa de formular uma história cuja coerência advém da habilidade de forjar conexões entre o início e o fim. Uma montagem de fragmentos que, deste modo, cria uma ilusão de totalidade e de continuidade. Sendo assim, igualmente ao processo arquitetônico, o tempo entrelaçado pelo arquivo é produto de uma composição. (MBEMBE, 2002, p. 21).

O trabalho de campo no CDFF em diferentes momentos me incentivou a refletir sobre métodos e formas de trabalho que me ajudassem a manusear melhor o enorme volume de fotografias a serem encaradas. Aqui, vale o aviso de que a entrada no arquivo nunca é desprovida de interesses ou de algum conhecimento prévio. Eu conhecia algumas das imagens guardadas no CDFF mesmo antes de acessá-las, mas foi no trabalho de campo, entre idas e vindas, que pude revisitar algumas imagens e encontrar outras. Esses processos e caminhos do arquivo revelam o trabalho de despertar esse espaço e perceber os afetos e as questões que eles provocam (BRUNO, 2019).

O CDFF é uma instituição pública – como o AHM – criada na década de 1980. Começou como uma escola pública de formação de fotógrafos e foi se constituindo enquanto arquivo fotográfico. Seu prédio, localizado na avenida Josina Machel, abriga sobretudo imagens do fim do período colonial, da luta armada e do pós-independência, com algumas fotografias do final do século XIX e do início do XX. O centro possui, hoje, o acervo do fotojornalista Ricardo Rangel, fomentador do projeto e primeiro diretor do centro desde a inauguração do arquivo até sua morte, em 2009, cuja coleção foi foco de minha pesquisa de doutorado. O centro ainda possui fundos de outros tantos fotógrafos que trabalharam na instituição ao longo dos últimos 40 anos, bem como coleções doadas por amigos de Rangel para o projeto de constituir, ao mesmo tempo, uma escola de formação e um arquivo fotográfico da história do país.

Já na entrada, há uma grande fotografia de autoria de Rangel, amarelada pelo tempo, a receber o visitante: um senhor negro e uma máquina fotográfica antiga, dessas de caixote e tripé, ocupam o enquadramento. Entretanto, é passando da grade da porta que separa o *hall* que se adentra o centro, com a administração, a sala dos professores e funcionários, a sala de aula, o estúdio e, por fim, a sala de arquivo. No subsolo encontram-se os laboratórios de revelação e a sala dos fotógrafos do centro com seus computadores, *scanners* de negativo e impressoras. Em todos esses ambientes, há fotos penduradas (de Rangel, de antigos alunos, de exposições passadas) e montagens de imagens pelas paredes dos laboratórios, além de caixas, livros, papéis e tantos outros objetos.

A sala onde estão guardadas as imagens que compõem o arquivo é a mesma em que se acessam e manuseiam as fotografias; nas paredes, estão dispostas as caixas com as ampliações

separadas por temas, uma estante com *slides*, também separados por temas e organizados numericamente, e pastas com negativos e provas de contato organizados por autor, data e numeração. Em um dos cantos, há estantes com diversos livros sobre fotografia – trata-se da biblioteca do CDFF. Em 2015, esse espaço era apenas de pesquisa e consulta; já em 2017, em minha segunda visita, os funcionários que trabalhavam com o arquivamento das imagens foram realocados para aquela sala ampla e iluminada. Em uma das paredes, há três computadores para consulta. No centro da sala, dois funcionários trabalham em seus computadores ao lado de uma mesa ampla, sempre com caixas e fotografias espalhadas.

É nessa mesa que os visitantes, clientes e pesquisadores podem abrir as caixas de impressões, espalhar as imagens e enfrentá-las. Não há, contudo, uma lista de controle indicando em qual caixa se encontra cada imagem, tampouco um catálogo com as fotografias impressas e arquivadas no centro. Os temas que organizam o arquivo repetem-se em diferentes caixas, assim como as imagens (mais de uma reprodução em diferentes locais, por exemplo). Desse modo, encontrar fotos que não se encaixam no tema ou que não são de autoria de Rangel, mas estão nas caixas dedicadas ao fotógrafo, é algo comum – o que pode fornecer pistas de como outros visitantes acessaram essas mesmas fotografias, combinando-as e montando-as. Perseguir essas outras visitas passadas por entre essas caixas é, portanto, um exercício interessante para pensar os usos e apropriações atuais das fotografias ali armazenadas, bem como a intervenção e a subversão que partem dos acessos, usos e contrausos dos arquivos.

A partir do trabalho de campo nos arquivos, conversando com funcionários e convivendo com os documentos e imagens, fui compreendendo a organização do arquivo analógico e digital, bem como a disposição dos materiais e as funções do centro. Em minha primeira visita ao centro, em 2015, ainda que o trabalho de digitalização do acervo de Rangel já estivesse encaminhado, foquei meus esforços de pesquisa nas caixas com impressões. Na época, trabalhei com 53 caixas com reproduções impressas, negativos, cartas e e-mails, documentos e panfletos. Em minha segunda visita em 2017 e em 2019 só 15 caixas estavam lá, 14 delas dedicadas exclusivamente a Rangel, além de uma caixa com cartas, convites de exposições e panfletos. O arquivo se alterou. Nicolas Dirks (2015, p. 39-42) afirma que, ao longo da pesquisa:

O arquivo em si continuou mudando, um lembrete da impossibilidade de usar o arquivo para reconstruir uma história política simples e direta de mudança. [...] A pesquisa de arquivos em si procede invariavelmente, genealogicamente – registro por registro, decisão por decisão, traço por traço –, não do modo linear direto que a maioria das histórias simples implica.

Ao adentrar esse arquivo e manusear as fotografias de Rangel, havia em mim uma

excitação e um nervosismo. Na materialidade das imagens, na possibilidade de dispô-las na mesa, aproximar-las umas das outras, observar as palavras escritas no verso, procurar e conjecturar seus percursos até aquela caixa, cotejá-las – em tudo isso havia o encantamento de abrir e conhecer o arquivo, de selecioná-lo, imaginá-lo, montá-lo. O contato com o arquivo fotográfico permitiu perceber e estabelecer outras relações possíveis, outros sentidos e conexões, outras interpretações, tomando as imagens enquanto uma coleção que, em sua materialidade física e virtual, revelava interações e articulações próprias.

Segundo Elizabeth Edwards (2011), o arquivo e as fotografias são espaços de criatividade e latência. Em uma perspectiva material, o arquivo se converte em uma manifestação de relações sociais em que as fotografias são ativas. A desconcertante quantidade de imagens é entendida como um sistema que expressa valores complexos e conectados. As formas

[...] de impressão, apresentadas em montagens, contidas por rótulos, ordenadas em caixas e pastas, e engajadas em espaços de pesquisa de arquivos ou salas de estudo, tornaram o tempo histórico não apenas um espaço objetivo, mas também um espaço afetivo. (EDWARDS, 2011, p. 52)

Ainda que a digitalização dos arquivos altere as relações e práticas, o trabalho de imaginação, elaboração e pesquisa ainda é marcado pelas dinâmicas específicas desses locais.

Em meus cadernos de campo, ao longo das diferentes viagens, fui anotando o nome das caixas e das fotos que elas continham. Porém, como muitas caixas possuíam mais de 200 imagens, as anotações oscilavam entre descrições gerais e descrições densas. Apesar da disparidade nos registros – algumas caixas foram brevemente relatadas, enquanto outras tomaram páginas e páginas de descrição, como tamanho, papel, efeitos do tempo, detalhes, conexões etc. –, isso me permitiu, em 2017, perceber quais caixas seguiam lá ou como as fotografias que estavam em uma caixa específica em 2015, haviam fluído para outra depois desses dois anos. Com a finalização da digitalização do acervo, as caixas impressas foram reorganizadas, sendo que as muitas caixas com negativos e *slides* foram guardadas nos espaços dedicados a esses materiais, enquanto muitas outras fotografias e correspondências de exposições foram armazenadas em outros locais.

Em 2017, voltei ao CDFF e, apesar de ter revisitado as caixas, me dediquei mais ao acervo digital. Embora o acervo digital não incluísse a possibilidade de manusear a imagem material, oferecia a facilidade de busca por temas no banco de dados. Se não havia a montagem na mesa, aproximando e sobrepondo as imagens materialmente, eu podia selecionar e montar minhas próprias pastas virtuais, reunindo fotos diversas em um mesmo local, sem o receio de misturar imagens de caixas diferentes ao guardá-las, por exemplo. As formas de trabalho,

conexão e análise se transformam ao passar das caixas de impressões para as pastas digitais, uma vez que a materialidade das fotografias e também dos arquivos, em alguma medida, conforma nossas leituras.

Tendo em vista a abundância de imagens que compunha o acervo estudado – a coleção particular era composta por duas pastas digitais, com 1.179 fotografias, e onze pastas da coleção pública, com 17.987 fotografias –, foi preciso pensar nessa desconcertante quantidade de imagens e suas formas, relações e estruturas como um sistema que expressa valores complexos e conectados (EDWARDS, 2009). Também precisei pensar em formas e critérios que orientassem o trabalho de campo.

Nesse segundo momento de campo em Maputo, se, por um lado, segui com o caderno de arquivos, anotando o nome ou o número das caixas de impressão, das pastas digitais e da referência das fotografias, descrevendo-as mais detidamente, por outro lado, tive que empreender algumas seleções. Optei por registrar mais detalhadamente as pastas da coleção particular e as duas primeiras do acervo público do centro. Esse trabalho de descrição das fotos (qualidade, informações, decupagem) era feito de modo a conseguir visualizar e lembrar das imagens quando estivesse de volta ao Brasil.

Assim, ainda em campo, fui elaborando outra seleção em torno das imagens que mais me afetavam, que tivessem sido lembradas por pessoas com as quais eu havia conversado, fotos que capturavam eventos sobre os quais eu havia lido, sem me preocupar, ainda, em refletir sobre os critérios de escolha, deixando que as materialidades e a subjetividade orientassem essa primeira aproximação. Selecionando as imagens com o caderno em mãos e com as caixas e o computador a minha frente, fui fazendo fichas para as imagens que ia elegendo, montando meu próprio banco de dados para poder, dentro desse círculo imagético um pouco menor, refletir sobre critérios de escolha e montagem, uma vez que o universo das quatro caixas descritas mobilizava 3.648 imagens. Cheguei, então, a uma coleção de 179 foto-fichas, a maioria delas selecionada a partir do acervo digital, incluindo fotos pessoais de Rangel com amigos, imagens do pós-independência e outras imagens pouco conhecidas do autor – não publicadas ou não expostas – do tempo colonial.

A ideia de trabalhar com fichas não foi irrefletida. Além de ser um instrumento arquivístico conhecido, o método veio de uma inspiração levistraussiana: “eu diria que as fichas, para mim, são exatamente o oposto de um método, são o meio de ter ideias imprevistas” (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 18). Mais que transcrever metódicamente classificações, números e informações, as fichas servem como um repertório imaginativo. Minhas fichas continham os dados das fotos, o número, as informações que elas já continham, as palavras-chave a partir das quais poderiam

ser encontradas no banco de dados, a decupagem das imagens. Dito isso, eu também tentava anotar observações soltas, conexões que eu percebia, afetos e questões que me provocavam, alguma história que alguém havia contado sobre as imagens, citações e referências literárias etc. Com essas fichas em mãos e ainda com as imagens ao meu redor, passei a refletir sobre o que me provocava nessas imagens e como me provocavam, sobre quais perguntas poderiam suscitar, quais histórias poderiam contar; também passei a perceber temáticas do trabalho de Rangel, os enquadramentos e ângulos recorrentes, elementos importantes para a percepção e a análise dos caminhos e da produção do espaço da cidade, das práticas fotográficas e da atuação política de Rangel (TRIANA, 2020).

De volta ao Brasil, ao mexer nas fichas, acrescentei outras ligações e ideias que surgiram e procurei fazer um código de cores de acordo com temáticas percebidas nas imagens, para assim manusear as fichas conjuntamente e organizá-las de acordo com outros parâmetros que fossem além da numeração do CDFF. Afinal, as fichas servem justamente para fazer montagens, testar hipóteses, experimentar teorias: “quando me falta inspiração, quando estou sem ideias, pego um monte de fichas [...] e, só de espalhá-las, misturá-las, agrupá-las ao acaso, às vezes me vem uma ideia” (LÉVI-STRAUSS, 1999, p. 17). As fichas se mostraram ao mesmo tempo uma ferramenta metodológica no arquivo, um instrumento de trabalho antropológico nas montagens e um artefato de memória e imaginação da pesquisa. A fragmentação e a dispersão de elementos estão presentes nas três esferas.

Por fim, falar sobre as práticas e as técnicas do fotógrafo faz pensar sobre a constituição do CDFF, que teve a participação ativa e direta de Rangel. Ele foi seu diretor desde o início do projeto até sua morte, em 2009, tendo depositado todo o seu acervo pessoal no espaço. Não está no escopo deste ensaio repassar a trajetória do fotógrafo nem de seu trabalho, mas sim de pensar *a partir, com e através* desses arquivos. Vale dizer, contudo, que uma aura biográfica cerca o centro, insinuando atividades e presenças do fotógrafo pelas paredes, cômodos e materiais. Podemos inclusive pensar o acervo de Rangel no CDFF enquanto um memorial autobiográfico, na medida em que foi ele quem conservou os negativos e as reproduções, selecionando-as e separando-as. Assim, esse autoarquivamento perpassa por um exercício político de memória, pois o fotógrafo foi o principal responsável por selecionar o que queria que fosse visto, o que queria que fosse guardado e o que queria que fosse lembrado de sua obra. É como se esse autoarquivamento indicasse uma atuação política do colecionador que se preocupa em guardar os fragmentos recolhidos ao longo de sua vida.

Cabe a pesquisadores fazer do arquivo um espaço de contestação e crítica permanentes, descrevendo não só as descobertas, mas também as ameaças *dos e aos* arquivos, bem como os

desafios e os aspectos imponderáveis que se escondem sob essas ameaças. Elaborar o arquivo é desvelar como eles mudam para além de seus contextos (do colonial para o pós-colonial, por exemplo), mas também em suas formas e condições materiais, em seus acessos e contrausos possíveis. É por isso que os objetos mantidos nos arquivos aguardam as montagens e as histórias que nós, frequentadores e inquisidores dos arquivos, conseguiremos contar ao forjar outras relações entre eles – sejam de continuidade e coesão ou de rupturas e conflitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se no AHM são as paredes brancas e acinzentadas que ditam o tom do espaço, em compasso de espera e expectativa, em que os *gatekeepers* aparecem e desaparecem por entre as portas, no CDFF, as fotografias penduradas nas salas conferem ao espaço uma dimensão de presença e afetividade. Isso faz pensar que, para além dos próprios documentos guardados nos arquivos, outros vestígios estão ali presentes, essenciais para desvendar e escavar esses espaços. Os arquivos não são lugares silenciosos, passivos. Arquivos são, pelo contrário, espaços permeados por relações que ressignificam continuamente tanto as imagens e os documentos quanto o próprio trabalho etnográfico.

Entrevistas, negociações, lugares da cidade por onde caminhei, fotos e documentos arquivados: tudo constituiu as experiências que afetaram a pesquisa. Afinal, como ensina Mbembe, a experiência do arquivo só adquire sentido e inteligibilidade no âmbito subjetivo, ainda que seja necessário considerar quem os detém e de que autoridades dependem, “em que contexto político são visitados, sob que condições são acessados, [qual] a distância entre o que se procura e o que se encontra, a maneira como são decodificados, e como o que é encontrado ali é apresentado e tornado público” (MBEMBE, 2002, p. 23).

Nesse itinerário sinuoso, a (des)ordem encontrada no AHM e seus corredores ou no CDFF e em suas caixas e pastas físicas e digitais remexidas e cruzadas revela desejos e afetos que circulam nesses ambientes: a decadência como prática arquivística, as funções e o trabalho dos *gatekeepers*, as intervenções, subversões e possibilidades dos acessos e contrausos do/ no arquivo. Mais que a constituição dos arquivos, suas políticas institucionais e seus regimes classificatórios, me interessou contar aqui os meus próprios processos intersubjetivos e os percursos metodológicos e epistemológicos de reflexão: as expectativas prévias sobre o arquivo, a tensão do encontro com o arquivo, o nervosismo e a excitação ao manusear esses documentos

pela primeira vez, as negociações diárias com os funcionários, as escolhas e formas de trabalho.

Escavar o arquivo é desvendar como a suposta ordem, tão quista por alguns discursos hegemônicos, é instável, sempre na iminência de se desequilibrar. Até porque, como afirma Walter Benjamin (1994, p. 228), “toda ordem é precisamente uma situação oscilante à beira do precipício”. Aprender a circular pelos corredores, em meio às caixas, pastas e fotografias, é emaranhar-se em seus torvelinhos de surpresas e descobertas.

Ao relatar tanto os espaços quanto as formas de trabalho, procurei dar conta do processo de descrever (e, portanto, elaborar) o arquivo, compreendendo como afetos, interesses, imaginações e subjetividades se imiscuem. Possuir familiaridade prévia com algumas fotografias dos acervos, conhecer e caminhar pelos arquivos e por Maputo, sistematizar um plano de trabalho (nem sempre seguido à risca), deparar com equívocos e frustrações ao longo do campo e desfrutar de pequenas alegrias de descobertas e encontros – tudo isso conformou um processo alargado de análise dos arquivos e coleções e de suas articulações com as memórias e as histórias de Moçambique (TRIANA, 2020).

O arquivo se revelou, para mim, um espaço de contestação, um campo de batalha (HARRIS, 2002), afinal, “o destino final do arquivo [...] está sempre situado fora de sua materialidade, na história que ele possibilita” (MBEMBE, 2002, p. 21). O arquivo é invenção, construção, não contém o passado em si. Segundo Derrida (2001), se o arquivo é instável e lacunar, ele também diz algo sobre o futuro. Mais do que isso: a questão do arquivo é uma questão do horizonte de expectativas e de possibilidades do porvir. O arquivo é uma promessa, uma responsabilidade para o amanhã, para um “tempo ainda por vir, daqui a pouco ou talvez nunca” (DERRIDA, 2001, p. 50).

O potencial do arquivo está na tensão que provoca articulações entre espaços e temporalidades diversas e um engajamento com a pesquisadora/leitora. Em minha pesquisa de doutorado, mapear e ponderar aparições, contradições, decadências, cruzamentos e sobreposições nos diferentes usos do arquivo e das imagens foi indispensável para o trabalho antropológico de perceber que imagens e memórias seguem silenciadas ou esquecidas em pastas e caixas e para refletir sobre o próprio arquivo, sobre os usos e os contrausos que as histórias oficiais e memórias políticas fazem dele.

Em meio ao labirinto do arquivo, de documentos e fotos, de montagens e narrativas, outras histórias e memórias podem despertar e colocar em xeque histórias já sedimentadas e oficializadas, tanto sobre o colonialismo português em Moçambique quanto sobre a descolonização e a situação pós-colonial. Podem, assim, questionar presentes e presenças, a fim de que as memórias, os arquivos, as ruas e as promessas de futuro que eles guardam sejam

disputados e transformados continuamente.

REFERÊNCIAS

1. ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (AHM). **Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique**, Maputo, n. 1, abril/1987.
2. ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **Sociological theory beyond the canon**. London: Palgrave Macmillan, 2017.
3. ASAD, Talal. Introdução a “Anthropology and the Colonial Encounter”. **Ilha**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 313-327, 2017.
4. BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1994.
5. BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.
6. BORGES COELHO, João Paulo. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colônias portuguesas. **Lusotopie**, Paris, n. 10, p. 175-193, 2003.
7. BORGES COELHO, João Paulo. **Memória das guerras moçambicanas**. Conferência, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, p. 1-19, 5 jul. 2007.
8. BORGES COELHO, João Paulo. Politics and contemporary history in Mozambique: A set of epistemological notes. **Kronos**, Cape Town, v. 39, n. 1, p. 20-31, 2013a.
9. BORGES COELHO, João Paulo. **Rainhas da Noite**. Maputo: Ndajira, 2013b.
10. BORGES COELHO, João Paulo. Abrir a fábula: questões da política do passado em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 106, p. 153-166, 2015.
11. BRAGANÇA, Aquino; DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique. **Estudos Moçambicanos**, Maputo, n. 5/6, p. 29-52, 1986.
12. BRANQUINHO, Filipe. **Paisagens interiores**. Maputo: CCP, 2016.
13. BRUNO, Fabiana. Arquivo e imagens: questões heurísticas e visuais ante a abertura do arquivo Kamayurá de Etienne Samain. **Gesto, Imagem e Som**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 50-72, 2019.
14. BUCKLEY, Liam. Objects of love and decay: Colonial photographs in a postcolonial archive. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 20, n. 2, p. 249-270, 2005.

15. CAHEN, Michel. Do ultramar ao pós-colonial: reflexões de um historiador sobre Moçambique contemporâneo nos arquivos de Portugal e Moçambique. **Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past**, Lisboa, n. 10, p. 249-267, 2020.
16. CARVALHO, José Jorge de. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 15, p. 107-147, 2001.
17. CASTELO, Claudia. A Casa dos Estudantes do Império: lugar de memória anticolonial. *In: 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, 2010, Lisboa. Documento do congresso.* Lisboa: CEA, 2010. p. 1-18.
18. CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; CRUZ E SILVA, Teresa. Introdução. *In: CASTELO, Claudia; THOMAZ, Omar Ribeiro; NASCIMENTO, Sebastião; CRUZ E SILVA, Teresa (orgs.). Os outros da colonização.* Lisboa: ICS, 2012. p. 19-24.
19. CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS (CEA). **Boletim Não Vamos Esquecer**, Maputo, n. 2/3, 1983.
20. CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.
21. DE JONG, Ferdinand. At work in the archive: introduction to special issue. **World Art**, Londres, v. 6, n. 1, p. 3-17, 2016.
22. DERRIDA, Jacques. **Mal de arquivo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.
23. DIDI-HUBERMAN, Georges. **Quando as imagens tomam posição**. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
24. DIRKS, Nicholas. **Autobiography of an archive**. Nova York: Columbia University, 2015.
25. EDWARDS, Elizabeth. Photography and the material performance of the past. **History and Theory**, Middletown, Theme Issue n. 48, p. 130-150, dez. 2009.
26. EDWARDS, Elizabeth. Photographs: material form and dynamic archive. *In: CARAFFA, Constanza (ed.). Photo archives and the photographic memory of art history.* Berlim: Deutscher Kunstverlag, 2011. p. 47-56.
27. ENWEZOR, Okwui. **Archive fever: Uses of the document in contemporary art**. Nova York: International Center of Photography, 2007.
28. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
29. GARRAMUÑO, Florencia. Da memória à presença: práticas de arquivo na cultura contemporânea. *In: SOUZA, Eneida Maria de; MIRANDA, Wander M. (orgs.). Crítica e coleção.* Belo Horizonte: UFMG, 2011. p. 204-217.

30. HARRIS, Verne. The archival sliver: power, memory, and archives in South Africa. **Archival Science**, Amsterdam, n. 2, p. 63-86, 2002.

31. HAYES, Patricia. Pão nosso de cada noite: as mulheres e a cidade nas fotografias de Ricardo Rangel de Lourenço Marques, Moçambique (1950-60). In: HONWANA, Luís Bernardo (org.). **Ricardo Rangel**: insubmissô e generoso. Maputo: Marimbique, 2014. p. 63-84.

32. HONWANA, Luís Bernardo. **Revisitar Ricardo Rangel**. Maputo: Kulungwana, 2010.

33. JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2017.

34. LÉVI-STRAUSS, Claude. Entrevista: Claude Lévi-Strauss, aos 90. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 42, n. 1-2, p. 9-25, 1999.

35. MBEMBE, Achille. The power of the archive and its limits. In: HAMILTON, Carolyn (org.). **Refiguring the archive**. Cape Town: Kluwer Academic, 2002. p. 19-26.

36. MENESES, Maria Paula. Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 106, p. 9-52, 2015.

37. NEVES, Olga. **O movimento associativo africano em Moçambique: tradição e luta (1926-1962)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Nova Lisboa, Lisboa, 2008.

38. RANGEL, Ricardo. **Ricardo Rangel – fotógrafo de Moçambique**. Paris: CCFM/ Editions Findakly, 1994.

39. ROSE, Gillian. Practising photography: an archive, a study, some photographs and a researcher. **Journal of Historical Geography**, Amsterdam. v. 26, n. 4, p. 555-571, 2000.

40. SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

41. SANTIAGO, Silviano. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

42. SEKULA, Alan. The body and the archive. In: BOLTON, Richard (org.). **The contest of meaning**. Cambridge: MIT Press, 1989, p. 343-388.

43. STOLER, Ann Laura. Imperial debris: reflections on ruins and ruination. **Cultural Anthropology**, Arlington, v. 23, n. 2, p. 191-219, 2008.

44. STOLER, Ann Laura. **Along the archival grain**. Princeton: Princeton University, 2010.

45. TEIXEIRA, José P. A lente pertinente: Ricardo Rangel no “Pão nosso de cada noite”. In: Colóquio Sobre Rangel, edição, Maputo, 2012. **Anais**. Maputo: Centro Cultural Brasil-Moçambique, 2012. p. 1-17.

46. TRIANA, Bruna. Arquivos e Imagens (Pós) Coloniais: Contribuições Analíticas sobre Duas Coleções Fotográficas. **GIS - Gesto, Imagem e Som**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 37-60, 2017.
47. TRIANA, Bruna. **Ensaios em preto e branco: arquivo, memória e cidade nas fotografias de Ricardo Rangel**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020.
48. WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 4 ed. Brasília: Editora da UnB; São Paulo: Cultrix, 1983.

Bruna Triana

Professora do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia. Doutora e mestre em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6439-5457>. E-mail: brutriana@gmail.com

A vida nas paredes pobres: sentidos, usos e contradições da *street art* enquanto política urbano-cultural

The life on the poor walls: meanings, uses and contradictions of street art as an urban-cultural policy

José Luís Abalos Júnior

Escuela Interdisciplinaria de Altos Estudios Sociales, Universidad de San Martín, Buenos Aires, Argentina

RESUMO

Ao andar pelas ruas de bairros afastados da região central de Lisboa, não é difícil deparar com grandes murais que compõem uma nova estética urbana em bairros periféricos. A cidade que se pensa colorida, regada pelas margens do rio Tejo, fez do colorido dos muros uma política de descentralização urbano-cultural através da criação de espaços como a Galeria de Arte Urbana (GAU), que funciona desde 2008 para promover a *street art*. Neste artigo busco debater os sentidos, usos e contradições que envolveram três experiências de realização do Festival Muro em bairros sociais, afastados da centralidade turística do território lisboeta. Através de uma etnografia de processos visuais em contradição, busquei perceber os efeitos que tais projetos de transformação da paisagem tiveram na vida dos bairros. Por fim, refleti sobre os possíveis impactos desses grandes projetos de muralismo vinculados tanto à descentralização cultural, quanto ao desenvolvimento urbano.

Palavras-chave: *Graffiti*, Bairros Sociais, Desenvolvimento Urbano, Descentralização Cultural, Turistificação.

Recebido em 19 de abril de 2021.

Avaliador A: 26 de abril de 2021.

Avaliador B: 17 de julho de 2021.

Aceito em: 16 de agosto de 2021

ABSTRACT

Walking through the streets of distant neighborhoods in the central region of Lisbon, it is not difficult to come across large murals that make up a new urban aesthetic in peripheral neighborhoods. The city that thinks it's colorful, watered by the banks of the Tejo River, turned the color of the walls into a policy of urban-cultural decentralization through the creation of spaces such as the Galeria de Arte Urbana (GAU), which has been operating since 2008 to promote street art. In this article I intend to discuss the meanings, uses and contradictions that involved three experiences of holding the Muro Festival in social neighborhoods, far from the tourist centrality of Lisbon's territory. Through an ethnography of contradictory visual processes, I tried to understand the effects that such landscape transformation projects had on neighborhood life. Finally, I reflect on the possible impacts of these large mural projects linked to both cultural decentralization and urban development.

Keywords: Graffiti, Social Neighborhoods, Urban Development, Cultural Decentralization, Touristification.

INTRODUÇÃO

Ao caminhar pelas periferias de Lisboa, um bocado diferente das brasileiras, encontramos estéticas urbanas plurais, que incluem grandes conjuntos habitacionais, fábricas abandonadas e paisagens rurais. Desde a década de 1960, com a presença histórica do Estado Novo salazarista, os planejadores urbanos de Lisboa pensam sua descentralização, mas foi a partir da revolução democrática de abril de 1974 que a estética urbana da cidade se alterou significativamente (CARREIRAS, 2015). Passados anos, percebem-se processos migratórios exógenos – portugueses vivendo cada vez mais em outros países – e endógenos – a população africana de ex-colônias portuguesas cresce cada vez mais, com brasileiros e ciganos vivendo na capital portuguesa.

Este artigo é produto de uma experiência de pesquisa etnográfica em bairros descentralizados da cidade Lisboa durante os anos de 2018 e 2019. Dentre as metodologias utilizadas, pode-se destacar a “etnografia de rua” (ECKERT e ROCHA, 2013), entrevistas semiestruturadas e pesquisas com imagens. Na primeira parte texto, contextualizo geográfica e politicamente a Galeria de Arte Urbana (GAU), associando-a às questões da turistificação nos bairros centrais e da descentralização turística que tem a *street art* como ferramenta. Em um

segundo momento, trago três experiências em que pude realizar o acompanhamento etnográfico em bairros sociais afastados da região central da cidade que receberam o Festival Muro, uma ação da GAU que busca, entre outros objetivos, mudar o estigma social desses territórios. Por fim, encerro o artigo falando dos impactos de grandes projetos de *street art*, que podem ser percebidos em múltiplas dimensões: no campo artístico, nas juntas de freguesias e, mais efetivamente, nas comunidades.

A GALERIA DE ARTE URBANA (GAU) E OS (DES)CAMINHOS DE (DES)CENTRALIZAÇÃO URBANO-CULTURAL

Nas décadas de 1980 e 1990, houve um grande aumento da população urbana¹, realidade que fez o governo português buscar financiamentos para a construção dos chamados bairros sociais. Na verdade, a criação destes bairros pelo mundo já era uma realidade e, no caso lisboeta, tinham o mesmo perfil: relativamente distantes da grande região central, foram uma alternativa de (re)habitação dada pelo estado de bem-estar social para as populações pobres que moravam em “barracas” e locais ilegais (CACHADO, 2013). Não é difícil perceber que a estigmatização social das pessoas que viviam nesses bairros foi e continua sendo uma realidade²; contudo, desde a década de 2000, mais especificamente, percebemos um olhar especial para esses bairros, principalmente no que diz respeito à sua visibilidade social, estética e política.

Quando a Europa descobriu em Portugal um país seguro, com maravilhas naturais e históricas que fugiu da crise financeira europeia depois de quase falir, as políticas em prol de requalificações urbanas ditaram a rítmica do viver lisboeta. Mas o que os muros têm a ver com isso? A relação curiosa entre investimento em turismo e “legalização” de práticas artísticas, como o *graffiti*, teve local e data marcada. O casamento profícuo consumado primeiramente no Bairro Alto, antigo bairro boêmio, em meados de 2008.

Ao contar a história de como os bairros sociais têm se tornado um foco de atenção, principalmente do departamento de patrimônio e cultura lisboeta, necessitamos demarcar a

1 PorData – Base de dados sobre o Portugal contemporâneo. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal>. Acesso em: 8 jul. 2022.

2 Antes mesmo de chegar aos bairros sociais, muitos colegas me alertaram sobre as periculosidades de ser um estrangeiro carregando uma máquina fotográfica na região. O pedido de cuidado foi aceito com ponderações, pois não senti essa insegurança narrada pelos colegas. Também li algumas reportagens que incluíam relatos de assassinatos nessas regiões e corroboravam uma estigmatização social desses territórios.

criação da Galeria de Arte Urbana (GAU) por volta do ano de 2008. Há quem diga que a história da GAU é a história da domesticação do que chamamos de *graffiti*, expressão visual urbana muito presente nas regiões centrais da cidade, principalmente em bairros como o Bairro Alto (GRONDEAU e PONDAVEN, 2018; CAMPOS, 2021; SEQUEIRA, 2016)³. A GAU é uma organização criada junto à Câmara Municipal de Lisboa para “gerir a necessidade de intervenção”⁴ constatada há muitos anos em certas regiões. Desde então, muitos projetos foram executados, como a instalação de painéis permanentes e em constante pintura no Muro das Oliveiras, no Bairro Alto. Também podemos lembrar os projetos “Reciclando o Olhar”, que pintou mais de 150 lixeiras pela cidade, e “Crono”, primeiro projeto de muralismo urbano⁵ na região central.

Figura 1. O centro de Lisboa tem a estética marcada por intervenções urbanas em grande e pequena escala, realizadas legal e ilegalmente, que são ferramentas para o turismo nestes territórios



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Se nos últimos dez anos houve um crescimento da arte de rua na região metropolitana

³ Outra autora importante para os estudos do *graffiti* nos contextos português e global é Ligia Ferro (2016). Em seu livro *Da rua para o mundo: etnografia urbana comparada do graffiti e do parkour* acompanha os processos de globalização do *graffiti* pelo mundo, principalmente no campo europeu.

⁴ Essa narrativa foi feita por um dos coordenadores da GAU, numa entrevista semiestruturada realizada em janeiro de 2019.

⁵ Lisboa, assim como as principais capitais europeias, tem uma trajetória histórica com o muralismo político que se articulou com o período da revolução democrática. No site da GAU, há algumas imagens dos murais produzidos na época (entre as décadas de 1960 e 1970). Alguns desses murais sobrevivem até hoje.

de Lisboa, esse crescimento diz respeito tanto a novas formas de valorização desse tipo de arte⁶ quanto a uma (re)valorização dos territórios, em que a arte de rua é pensada enquanto política urbana e cultural. Para Campos e Sequeira (2020) esse processo diz respeito a uma nova forma de urbanismo em bairros desfavorecidos da cidade turistificada. Esta reinvenção da “cidade turística” diz respeito a um processo de “institucionalização alternativa” (BLANCHARD e TALAMONI, 2018) que tem como objetivo a construção do ideal de uma comunidade vibrante e uma “atmosfera cultural e artística” desejada em antigas áreas proibidas (GUINARD e MARGIER, 2018).

O que me interessa aqui é refletir sobre as conexões entre a trajetória histórica dos bairros sociais e o tempo de vida institucional da GAU. Visto que uma quantidade massiva de intervenções urbanas, como a *street art*, era visualizada no centro histórico⁷, os bairros sociais eram de certa forma esquecidos pelo departamento de cultura da Câmara Municipal de Lisboa⁸. Essa realidade começar a ser (re)pensada quando há uma análise dos grandes efeitos causados pela turistificação (CAMPOS; SEQUEIRA, 2020) e pela gentrificação (MENDES, 2020; ZUKIN, 2013) em Lisboa. A partir do ano de 2013 há um crescimento massivo de políticas para o turismo na cidade; é avaliada a necessidade da “descentralização turística”, processo em que a GAU foi um agente político importante. Desde sua criação, a GAU já havia percebido o grau de impacto da produção de murais em larga escala em grandes empenas⁹ de prédios. Essas intervenções mobilizavam novos sentidos da paisagem estética da região central; há inclusive uma busca por rotas turísticas especializadas voltadas à *street art*.

Essas pinturas murais, muitas vezes realizadas por artistas locais, também começaram a ser produzidas por artistas urbanos internacionalmente reconhecidos¹⁰ que vinham a Lisboa com grandes projetos financiados pela Câmara. Assim, Lisboa começa a ser vista como uma

6 O processo como “práticas de legalização” do grafite (ABALOS JUNIOR e CABREIRA, 2017) está em consonância com o que a socióloga francesa Roberta Shapiro (2007) denomina de “artificação”.

7 Ao falar desses territórios, me refiro ao que é convencionalmente chamado de “Baixa Pombalina”, formada por regiões como Martim Moniz, Rossio e Cais Sodré.

8 Tal informação não nega a produção de eventos ligados ao *graffiti* e ao fomento de intervenções urbanas legalizadas anteriores à criação da GAU em bairros sociais. Porém é a partir de 2010 que os projetos tomam maior visibilidade social, econômica e política.

9 Empena é o nome que se dá em Portugal às grandes laterais de prédios onde geralmente não há portas, somente janelas. Podem ser chamadas de “medianeras” em países de língua espanhola ou simplesmente “lateral” no Brasil.

10 Em 2013, foi realizado o projeto “Crono”, em que artistas internacionais como Os Gêmeos e Blue pintaram um grande prédio na região central de Lisboa. Foi o primeiro projeto de grande escala com repercussões, seja na vida urbana, seja no campo artístico.

capital mundial importante no que diz respeito à *street art* e à arte urbana¹¹ em um sentido geral. A grande ligação entre os bairros sociais e a GAU acontece em 2016, na primeira edição do Festival Muro.

O festival buscou pintar grandes paredes nos bairros Padre Cruz (2016), Marvila (2017) e Lumiar (2019) através de políticas de descentralização urbanas e culturais. A instalação de grandes murais em bairros caracterizados esteticamente por grandes empenas, antes cinzas e então com uma diversidade de artes em grande escala, teve múltiplos impactos. O primeiro se relaciona com a visualidade urbana: o Festival Muro transformou esteticamente os bairros em que se desenvolveu. As políticas de turismo de Lisboa, historicamente centralizadas na baixa pombalina e arredores, começam a se descentralizar, em busca de novos atrativos. É nesse ponto que os moradores dos bairros sociais começam a se organizar para ter uma contrapartida nos processos de descentralização das políticas urbano-culturais. Aqui, o *graffiti* e a *street art* fazem parte de ferramentas usadas para o modelo de desenvolvimento urbano pensado pela Câmara Municipal de Lisboa, através da GAU.

Figura 2. Mapa de Lisboa e a representação do movimento de descentralização planejado pela Galeria de Arte Urbana (GAU) a partir de 2016



Fonte: Acervo pessoal (2019).

No que se refere ao conceito de descentralização urbana e cultural aqui exposto, uma

11 Não me aprofundo aqui nas dimensões léxicas dos termos *graffiti*, *street art* e arte urbana, porém, para este debate, tenho como referência textos como “Porque pintamos a cidade? Uma etnografia do *graffiti* urbano em Lisboa” de Ricardo Campos (2010). Também conferir “Significado de arte arbana. Lisboa 2008–2014”, de Pedro Soares Neves (2017).

das inspirações teóricas para o tema é Eduard Soja (1993), que afirma que a ocupação de áreas adjacentes aos grandes centros urbanos se refere a um fenômeno das cidades capitalistas do século XXI. Descentralização e recentralização devem ser pensados como fenômenos simultâneos oriundos de políticas urbanas que visam a criar condições de estabelecimento de novas centralidades que não se excluem, mas se acumulam. A ascensão da “cidade externa” (SOJA, 1993, pp. 252-258), adjacente e alternativa às centralidades históricas no território lisboeta, diz respeito à constatação de uma necessidade, por parte de agentes da Câmara Municipal de Lisboa, de investir novos equipamentos de infraestrutura urbana nas bordas da cidade. A dialética entre descentralização e recentralização se apresenta aqui através de iniciativas culturais, como a construção de bibliotecas públicas em bairros periféricos e a produção do Festival Muro.

Por outro lado, os desdobramentos das centralidades urbanas (ROLNIK, KOWARICK, SOMEKH, 1990) também representam um poder de investimento público em algumas áreas em detrimento de outras. Há duas questões intrigantes: por que esses territórios são escolhidos? E quais são os fatores e motivações para que o Festival Muro se realizasse neles? Segundo um importante agente da GAU entrevistado em 2019, esse movimento de descentralização responde às demandas de gestores públicos que percebem uma saturação das regiões centrais e de comunidades que buscam revitalizar seus espaços.

O que achamos foi que começamos a perceber, em 2014/2015, que esta intervenção na cidade de grande escala de arte urbana tinha um impacto brutal. E começamos a perceber que havia público para percorrer a cidade à procura destes trabalhos. E achamos que era importante balizar o público e a resposta da cidade para outras áreas. Áreas que, de outra forma, não tinham polo de atração. Áreas que, de outra forma, não teriam propriamente uma centralidade. Quando vamos para Carnide e Bairro Padre Cruz, que foi a primeira escolha, não há uma centralidade. Não há turista que chega a Lisboa e vá visitar o bairro Padre Cruz. Não era uma escolha.

Durante um período de seis meses, entre janeiro e julho de 2019, busquei estar presente nos três bairros impactados pela produção do Festival Muro. O primeiro, Padre Cruz, onde o festival foi realizado em 2016, trata-se do maior bairro social da América Ibérica, com uma população de mais de 60 mil pessoas. Já no ano de 2017 o festival foi realizado no bairro de Marvila, caracterizado pela desindustrialização e pelo avanço da economia criativa enquanto novas formas de ocupar física e simbolicamente os espaços abandonados por antigas indústrias. Por fim, em 2019, pude acompanhar o processo de produção do festival em Lumiar, no território que é chamado Alta de Lisboa.

Esse acompanhamento se deu pela presença do pesquisador nos territórios, buscando articular metodologicamente o que Cornelia Eckert e Ana Luiza Carvalho da Rocha (2002) chamaram de “etnografia de rua”, mais especificamente quando se referem à “câmera na mão”

como forma de interação social e percepção de paisagens urbanas:

Se a etnografia de rua se apoia no uso de recursos audiovisuais, como câmeras de vídeo ou fotografia, o olhar do antropólogo por vezes assume um lugar de destaque. Se em muitos momentos é a situação de interação a que irá introduzir o uso do equipamento audiovisual no trabalho de campo, em outros é a câmera de vídeo ou a máquina fotográfica que irá inserir o antropólogo no seu lugar de pesquisa. (ECKERT e ROCHA, 2002, p. 13).

Inspirado pelo que Marilyn Strathern (2014) chamou de “momento etnográfico”, procurei localizar as regiões com mais núcleos de sociabilidades dos territórios, muitas vezes representadas por praças, e nelas busquei “ver a vida do bairro acontecer”¹² (GRAVANO, 2003, p. 12). Esse exercício de paciência incluiu trocas de olhares com moradores, sinalizações (in) diretas de que estavam dispostos a ter alguma conversa de qualquer tipo. A rotina de comprar um café em padarias de esquina e sentar-me nas praças tornou-se cada vez mais frequente, assim como as caminhadas pelas regiões onde ficavam os murais. Uma forma possível de descrição da percepção do Festival Muro por parte dos moradores dos bairros afetados passa pelas narrativas que ouvi e pelas imagens que produzi nos territórios. Portanto, a partir deste momento passo a narrar três encontros etnográficos que representam tipos de vínculos entre moradores e obras de arte que, através de políticas de descentralização urbano-cultural, ocuparam espaços imensos ao lado de suas janelas.

Antes de entrar na descrição etnográfica propriamente dita, trago um pequeno quadro com uma sistematização das semelhanças e diferenças da realização do Festival Muro em Padre Cruz, Marvila e Lumiar¹³. Pré-produção, produção e pós-produção norteiam o planejamento do festival. Os três territórios têm realidades distintas, assim como os projetos produzidos pela GAU em cada localidade. Incluindo desde o número de habitantes até as motivações para a escolha das regiões, o quadro busca uma apresentação de dados para fins de não homogeneização de realidades distintas. Dentro dos próprios bairros há uma diversidade de atores sociais com posições e agenciamentos distintos no que se refere à realização do Festival Muro.

12 Ao “pisar” os bairros sociais, relativamente afastados das regiões mencionadas, me aproximei de outras metodologias mais focadas nas questões de pesquisa em bairros. Segundo Gravano (2003), em “Etnografias de lo barrial”, há sentido nas narrativas dos habitantes dos bairros, e escutá-los me pareceu um parâmetro essencial nessa nova empreitada longe das áreas centrais.

13 No ano de 2021 foi realizada a 4ª edição do Festival Muro no território do Casal dos Machados, a cerca de 10 km do centro da cidade. Mais informações em: <http://gau.cm-lisboa.pt/muro.html>. Acesso em: 27 jul. 2021.

Quadro 1. Comparações e Dissonâncias entre as três edições do Festival Muro

Processo de Produção	Categorias de Análise	Padre Cruz (2016)	Marvila (2017)	Lumiar (2019)
Caraterização	Estética e Histórico	Moradia Social. Pouca estética rural. O maior bairro de social da Ibero América.	Mescla de Moradia Social e Privados. Predominância da estética rural. Investimento na Economia Criativa.	Alta de Lisboa. Bairro Social com muitos prédios privados.
	Bairros Antigos no território	Antigo Bairro Social de Alvenaria	Bairro Chinês	Musgueira
	Habitantes	60 mil	40 Mil	45 Mil
Pré-Produção	Motivos para escolha do lugar	Descentralização Mostrar outra cara do bairro	Investimentos privados na região Economia criativa	A fuga “guetização” Busca da Horizontalidade
	Associações	Boutique da Cultura	Biblioteca Municipal	Associação de Moradores do Bairro da Cruz Vermelha
Produção	Artistas Locais	Dois jovens grafiteiros que não se envolveram muito no projeto	Um artista que teve grande influência do projeto	Um artista local com carreira consolidada
	Dimensão do Projeto	60 Empenas de Larga escala + Muro escola	30 Empenas de larga escala e pintura de espaços de transição	Mudança de perfil com poucas empenas e projetos mais ligados a ideia de “instalações”
	Articulações com organizações da comunidade	Associação Boutique da Cultura e Biblioteca	Nova Biblioteca que inaugurou junto com o Festival	Vinculações mais institucionais com justa de freguesia
Pós-Produção		Manutenção de Roteiros de Arte Urbana através da Associação	Permanência da Biblioteca, sem caminhadas institucionais	A ver

Fonte: Elaboração própria (2021).

O FESTIVAL MURO ENQUANTO FENÔMENO POLÍTICO-VISUAL: ETNOGRAFIA DE PROCESSOS VISUAIS EM CONTRADIÇÃO

Um primeiro caso a ser relatado é o encontro com um velho morador de Padre Cruz. Seu Manuel, nome fictício dado a um típico personagem português, mora no bairro desde que os grandes prédios foram construídos, no início da década de 1990. Conheci-o em uma tarde em que andava próximo à biblioteca do bairro, que foi um bom lugar para estar enquanto fazia pesquisa. Conversando sobre a história do bairro antigo, disse-me que teve muitas dificuldades para conseguir estabelecer sua vida ali e que, depois de muitos anos, havia conseguido o aval da Câmara para morar no último andar de um dos grandes prédios.

Na época do Festival Muro (2016), seu Manoel convivia com infiltrações e problemas de todo tipo em seu apartamento no último piso de um prédio de aluguel social. Conta que não sabia que o festival aconteceria e há muito tempo buscara conversar com agentes da Câmara sobre os problemas estruturais de seu prédio. Quando viu tanta “gente de fora do bairro”, políticos, artistas e tudo mais, estranhou a movimentação.

Eu não sabia o que estava a acontecer. Sou meio desligado, sabe? Quando fui ver, começaram a pintar a empêna do meu prédio. Fazia tempo que gostaria de falar com alguém da Câmara sobre os problemas no prédio, mas estes gajos nunca apareciam. Então eu disse: “Ou resolvam minha infiltração, ou eu jogo um balde de tinta preta aqui de cima”. Não tinham dinheiro pra arrumar o prédio, mas tinham dinheiro pra pintar?

A obra cuja pintura o morador relata é a do artista brasileiro Utopia, reconhecido grafiteiro que mora há muitos anos em Portugal. Essa historieta demonstra como a produção do Festival Muro e a ideia de descentralização cultural trouxe com ela um problema. Aqui, a Galeria de Arte Urbana representava o Estado em um bairro marcado pela relativa ausência dele. Uma pesquisa etnográfica que busque entender os impactos da *street art* em bairros sociais reflete, como antropologia urbana e política, as relações de ausência e presença do poder público em comunidades carentes. O Festival Muro teve um impacto inesperado: a resolução de pequenos problemas que surgiam entre moradores e a Câmara, com funcionários da GAU agindo como mediadores.

Figura 3. A obra do artista brasileiro Utopia produzida no Festival Muro do bairro Padre Cruz, em 2016



Fonte: Acervo pessoal (2016).

Para um etnógrafo urbano, analisar impactos de políticas públicas de descentralização urbana e cultural não parece algo evidente. Dados estáticos, cálculos matemáticos e elementos básicos quantitativos parecem estar num horizonte distante das possíveis contribuições da antropologia urbana. Mas Michel Agier (2015) afirma que a “exemplaridade das pesquisas etnográficas pode ser de mais proveito que a representatividade dos dados estatísticos que normalizam o que é ou não cidade” (AGIER, 2015, p. 486). Uma pesquisa etnográfica no bairro Padre Cruz leva-nos a pensar esses “impactos” de uma maneira mais atenta às narrativas das transformações na região, que foram além das imponderáveis estéticas dos grandes murais.

Cabe dizer que o Estado – representado pelos agentes da GAU – não é entendido através de uma perspectiva homogênea. Para Michel Herzfeld (2005), a ideia abstrata de Estado, aquele que o comprehende como um único ente, personificado pelos grandes líderes ou planejadores, é ingênuo. Conceber o Estado dessa forma é “ignorar a existência de uma diversificada camada de intermediários e a confusão que o caracteriza (HERZFELD, 2005, p. 375)¹⁴. Por isso busquei acessar outras narrativas dos agentes estatais, como Paulo Quaresma, presidente da Junta de

¹⁴ Para uma abordagem deste Estado “incurably messy” (Herzfeld, 2005, p. 375), o autor propõe perceber os cidadãos e os burocratas como parte do Estado.

Freguesia de Carnide, que sempre viveu no bairro.

Para nós, o impacto deste projeto tem muito a ver com um senso de comunidade. A autoestima dos moradores e como isto ajudou a estimar o espaço público; e a imagem que o bairro passou a ter para quem é de fora do bairro. E isso aconteceu com as visitas guiadas e a construção de *merchandise* a propósito do bairro, com *pins*, crachás, sacos e coisas alusivas ao bairro, para mostrar que a arte estava no bairro, e este podia ser visto de outra forma. As visitas guiadas ajudaram-nos em muito nisso. Vimos que as pessoas tinham muito estigma do bairro, tinham receio do bairro. Tivemos uma senhora que, a meio da visita, dizia assim: “Eu fui muito burra, porque o meu marido disse para não trazer a máquina fotográfica, e agora estou muito arrependida, porque o bairro não é nada daquilo que dizem, e gostava de ter tirado imagens disso”. E as pessoas voltaram depois ao bairro. E até hoje não tivemos nenhum problema de assalto ou o que quer que fosse.

A narrativa de Quaresma nos leva a pensar nesse “sentido de comunidade” que ele aborda, sua ausência e seu “renascimento” depois do projeto. As contradições que envolveram essa nova estética e essa nova forma de habitar o bairro foram narradas por moradores da região no período pequeno, mas muito significativo, em que lá estive. Vejo a dona da pequena padaria e seu Manoel, o morador do último andar, como produtores de cidade (AGIER, 2019). São essas pessoas as principais impactadas pela presença de grandes murais de *street art* na região. Coube a mim ter uma experiência de vivência no bairro, levando em conta suas narrativas, que por vezes apresentavam elementos tão importantes como a fala dos agentes públicos.

O segundo exemplo que trago está ligado ao bairro de Marvila, onde o Festival Muro ocorreu em 2017. Diferentemente do caso de Padre Cruz, percebe-se que a realização do festival em Marvila se relacionou às questões vinculadas à economia criativa em Lisboa e à busca de novos lugares para criar um ambiente artístico e boêmio. Não falamos somente de um planejamento que visava a uma descentralização urbana e cultural, mas também do sonho de uma “cidade planejada” (DE CERTEAU, 1994) por gestores públicos. Nesse desejo de “fazer cidade” (AGIER, 2015) Marvila se torna uma “aposta”, como relata um agente da GAU, explicando o porquê de esse bairro ter sido escolhido para a realização do Festival Muro.

Marvila foi escolhida por uma razão óbvia: o Departamento de Cultura fez uma aposta muito forte naquela área. E não estamos a falar de Marvila, da Marvila *cool*, junto ao Tejo, onde estão as cervejarias... Sempre foi uma zona expectante, que começa, sobretudo, em 2016/2017, com a instalação de alguns núcleos junto ao Tejo. Mas depois há a colina e as linhas de comboio, que trancam completamente uma determinada área. E essa área é para onde fomos. E depois outra questão, que é a migração que temos tido em questões de território. As características habitacionais são diferentes, ou seja, em Marvila não vamos para um bairro exclusivamente municipal e social. A sua gênese é social, mas na maior parte do território em que estamos a trabalhar, a Quinta do Chalé, a maioria dos prédios são privados.

Depois da escolha do lugar para acolher o Festival Muro, havia a necessidade de escolher uma temática, e isso veio a calhar com a escolha de Lisboa como “Capital Ibero-Americana da Cultura”, em 2017¹⁵. A primeira coisa a pensar é: o que esse tema tem a ver a “cultura de bairro” (GRAVANO, 2002) desse território? Um modelo dialogado, no momento da escolha de uma temática para o festival, levaria em conta os pedidos dos moradores? O que as pessoas que moram ali gostariam de ver pintado em suas empenas? O fato é que essa, por questão de ordem superior, precisava ser impreterivelmente a temática do evento.

Não havendo muita ligação da necessidade temática com as questões de representatividade local, a escolha de um tema apareceu como um ponto conflitivo, como um processo em contradição que guia não só o caso de Marvila, mas todos os outros projetos de intervenção em grande escala. Segundo um agente da GAU:

A temática do Festival Muro de Marvila foi uma discussão muito presente, que é a necessidade das galerias que criamos, já que estamos a apontar para crescimento territorial, ter uma temática para poder unificar aquela parte territorial. No Bairro Padre Cruz não há propriamente uma unidade. Neste momento, sentimos uma unidade muito presente em Marvila. Nós discutimos muitas vezes se devemos ir ou não ao encontro das expectativas das pessoas. Mas é sempre uma conversa muito dura, porque não conseguimos. Se pusermos dez pessoas e perguntar o que querem ver pintado na parede, cada uma vai ter uma expectativa diferente da outra. E no limite nunca vamos ao encontro das expectativas de ninguém. Nunca será consensual.

É nessa cena de conflitos e oportunidades que a figura de LS, grafiteiro lisboeta e morador de Marvila, aparece. Já ouvira falar sobre ele – fizera uma busca nas redes sociais para ver suas obras. Em uma das primeiras caminhadas pelo bairro, já havia identificado algumas de suas obras, relativamente escondidas. Para a GAU, esse artista é a representação de um diálogo possível entre os órgãos que pensam a cultura municipal e as comunidades. No processo de pré-produção do Festival Muro, há uma espécie de “caça” aos artistas locais desconhecidos que possam pintar no evento. No caso de Marvila, a aparição de LS foi um “achado”. Mas qual seria a versão dos artistas sobre isto? Tentando responder a essa questão, consegui uma entrevista com LS, em que me falou de sua trajetória e seus projetos.

LS nasceu num bairro de barracas, como antigamente eram chamados os bairros sociais, próximo à linha de comboios de Sintra, que divide Marvila. Desde novo começou a pintar os vagões, desenvolvendo um estilo inspirado na tradição do *graffiti* norte-americano. O Muro não foi só um festival de grande impacto que visa à descentralização cultural, para LS; foi algo que

¹⁵ Lisboa é eleita a capital ibero-americana da cultura 2017. Acesso em: <https://www.archdaily.com.br/br/803284/lisboa-e-eleita-a-capital-ibero-americana-da-cultura-2017>.

aconteceu em “sua zona”, onde ele conhecia as paredes.

Eu cresci aqui e já pintei todo esse bairro. Essa é minha zona. Eu nasci da linha de comboio, posso te enviar uma foto. A minha barraca é aqui, e o comboio passava ali. Eu vejo comboios desde bebê. Já está no sangue. Eu sendo do bairro tenho respeito, sou um dinossauro aqui. Conheço todos os gajos que estão a pintar. Quando apareceu o evento eu disse assim: “Se não vão pintar na minha zona eu também quero pintar”. Naquela altura não sabiam da minha existência. Mas eu sou muito territorial, percebes? Se pintam aqui vou pintar também. Se pintar na minha zona tem que me pedir. E quando a GAU veio aqui me perguntaram se eu conseguia pintar uma empêna. Eu nunca havia pintado em grande escala na vida...

Na época da realização do festival, LS não tinha registro na segurança social e nas finanças, como ele mesmo relata, requisitos básicos para receber a verba do festival destinada aos artistas. É interessante perceber a GAU e o Festival Muro, novamente, como mediadores do Estado até quando estamos a falar na trajetória de pessoas que vivem nas comunidades onde o projeto aconteceu. O fato de LS ter acesso a documentos, ter que passar por determinados trâmites burocráticos, representa uma atuação da GAU, que vai além das cores estampadas nas empênas, refletindo um processo muito vinculado às questões do bairro. São esses os elementos que só uma etnografia atenta aos processos que vão “além da estética” das intervenções artísticas urbanas consegue perceber¹⁶.

Esse confronto no espaço público onde convivem percepções diferentes sobre as obras fica nítido na obra *Mi madre*, do artista mexicano Cix Mugre. No caso dessa intervenção, a questão da religiosidade causou não só um debate, mas práticas interessantes. Desde sua pintura, um processo que demorou cerca de duas semanas, ocorreu uma situação curiosa. Seus múltiplos agenciadores religiosos trazem sentidos variados sobre quem é a *Mi madre*, que, no caso, é a representação de Nossa Senhora do Guadalupe, santa mexicana. Através de um contato por redes sociais (Instagram) o artista narrou quais foram seus objetivos e como se deu o processo de pintura.

Gostei muito de pintar em Lisboa e do contato com a GAU, que deu toda a estrutura. Foi uma obra feita em muitos dias, onde foi preciso muito material. Minha intenção foi pintar Nossa Senhora de Guadalupe, santa de devoção muito forte onde nasci. *Mi madre* foi importante pra mim não só como artista, mas como pessoa. A pintura do

16 Um dos impactos trazidos pelo Festival Muro em Marvila é a verticalidade, ou a moradia vertical, como me explicou Alessandra, uma assistente social que trabalha há alguns anos na região. Segundo ela, que já trabalhou com muitas famílias de cultura romani nesses territórios, os romani têm uma perspectiva ligada à horizontalidade, tanto que seus acampamentos se alastram por várias áreas. Com as políticas habitacionais, os romani se viram obrigados a se “verticalizar”, assumindo novas formas de viver na cidade, e isso tem uma vinculação profunda com a ideia de Lefèvre (2009) de “direito à cidade”.

mural foi uma forma de passar a mensagem dela, assim eu me sinto um mensageiro.

A narrativa de Cix Mugre vai de encontro a uma visão fantástica da criação da obra, em que a dimensão religiosa é um ponto fundamental do processo artístico. Dois anos após o festival, porém, moradoras e moradores de Marvila, com pontos de vista heterogêneos, fazem um processo de (res)semantização da obra. Para dona Audelina, que vive no conjunto habitacional onde está inserida a obra, ela foi “uma benção de Nossa Senhora de Fátima”, santa de devoção da região. A senhora que passa as tardes sentada próximo à obra me relatou:

Pintaram a minha santinha ali. Há muita insegurança aqui, e desde que ela está me sinto mais protegida. Nossa Senhora de Fátima nos protege e nos dá força. Todos os meses acendo uma vela pra ela e fico sentada na frente a admirar. Já me disseram que não é Fátima, mas pra mim ela é.

Narrativas como a de Cix Mugre e de dona Audelina comprovam, em primeiro lugar, como podem ser contraditórios os processos de apropriação de elementos visuais da cidade. Também é interessante percebermos, pensando nos termos de uma antropologia urbana e política, como políticas públicas urbanas, como o Festival Muro, atuam na forma de política estética em culturas de bairro. O Estado, representado aqui pela GAU, também tem uma versão sobre esses processos, segundo um agente da Câmara:

A peça do Cix Mugre teve um impacto, ele é um artista mexicano, que desenhou a Nossa Senhora de Guadalupe, que não tem nada a ver com Portugal. Foi pintada ao lado da associação de moradores, que construiu ali um altar à Nossa Senhora de Fátima e, neste momento, há uma peregrinação com a própria Nossa Senhora de Guadalupe. Há pessoas que nunca tinham passado ali e que agora vão lá ver a peça, que acham fabulosa, numa óptica de fé e não tanto artística.

Tendo em vista um cenário de uma cidade planejada e prática (DE CERTEAU, 1994), percebemos os múltiplos processos de apropriação e sentidos que geram a instalação de murais em grande escala em bairros populares. Embora o tema do evento associado à cultura ibero-americana não tivesse nenhuma relação com as dinâmicas de Marvila, houve adaptações de significados por parte de quem vive lá.

Figura 4. O mural *Mi madre*, do artista mexicano Cix Mugre, é uma representação do que chamo de processos visuais em contradição



Fonte: Acervo pessoal (2019).

Por fim, a última experiência que relato é a de terceira edição do Festival Muro, realizada em Lumiar em 2019. Nessa edição, pude participar dos momentos de produção do festival pela primeira vez. Isso consistiu, em suma, em: acompanhar as gradativas transformações estéticas por que o bairro passara e estar junto com alguns artistas em seus momentos de pintura, observando a percepção de um público sobre uma política pública que se desenvolvera naquele momento. Trata-se de um bairro de fácil acesso para quem vem do centro da cidade. O Lumiar tem cerca de 40 mil habitantes e é composto por grandes prédios que nem parecem vinculados a bairros sociais – muitos, de fato, não são. A maioria das edificações aqui não são da Câmara Municipal, pois com o tempo os moradores compraram seus apartamentos por meio de políticas de financiamento. “Chegar” a Lumiar, portanto, é muito diferente de chegar a Padre Cruz e Marvila, pois não há nada que indique uma estética rural nem edificações antigas.

Após as duas experiências relatadas, o Festival Muro de Lumiar parece ter uma GAU mais madura quanto às questões de diálogo com as comunidades. O primeiro elemento a constatar é a ideia de que ocupar o território com grandes murais (foram pintados cerca de 50 murais em Padre Cruz e 20 em Marvila) é algo forte para os bairros. Haveria uma forma

de fazer uma ocupação mais amena? As “políticas da horizontalidade” e a multimodalidade de intervenções aparecem como vias alternativas dessa ocupação territorial. A horizontalidade das intervenções vira política após a avaliação interna na GAU, que buscava outras formas de estar nos bairros; a pintura de grandes muros “do tamanho das pessoas, não maior” aparece como ferramenta de diálogo com a comunidade. A busca por um Festival Muro que fosse além da tinta também fez parte dessa reavaliação. O Festival Muro de Lumiar teve como temática a música, de modo que toda obra realizada teve esse núcleo de sentido¹⁷. Na região central do bairro, há um quiosque com fones de ouvido onde as pessoas podem ouvir “o som dos murais”. Esse “apelo à multissensorialidade” aparece como uma ferramenta de reinvenção do festival, que trilha novos planejamentos em Lumiar.

Ao chegar a Lumiar, encontrei na associação de moradores um lugar de acolhida. Ao seu redor era pintada uma única obra que conectava quatro prédios ao redor do espaço. Um relato do diário de campo demonstra minha percepção desses primeiros momentos no bairro:

Uma associação comunitária é sempre um lugar interessante. Nas periferias de Lisboa vai encontrá-las com uma placa de identificação caindo aos pedaços, certamente posta ali em meados da década de noventa. Algo parecido com os botecos brasileiros. Um breu escuro na entrada, paredes com infiltração e uma cor que salta aos olhos. A cerveja e o café são mais baratos que no centro. Custam o que a comunidade pode pagar. Uma senhora com seus setenta anos sempre há de estar atrás do balcão. Penso comigo: “Quem é essa mulher? Há quanto tempo vive ali?”. Deixando as perguntas só no pensamento, peço um café e sento-me. A cadeira em falso e a mesa engordurada reafirmam a popularidade da cena. “Não és daqui pois?”. Como um tiro, direto e seco, a pergunta vem do outro lado do bar da associação. Não havia como ser diferente para quem carrega a estética do estrangeiro. Mochila, câmera e caderno denunciam o perfil exógeno. Se tratava de um representante dos moradores, o seu Fernando Baião, um velhote muito receptivo que gostava de falar. Conversamos durante algum tempo sobre as dinâmicas do bairro, política, e, claro, sobre o festival que se aproximava. (DIÁRIO DE CAMPO, maio de 2019)

Foi dentro dessa associação da comunidade que passei a maior parte dos meus dias em Lumiar. Segundo seu Fernando Baião, organizador do espaço, “a GAU não deu estrutura. Eu que dei energia e água pros artistas”, falando sobre questões necessárias no momento de produção dos murais. Por vezes os artistas ficam pintando até o dia anoitecer e precisam de iluminação para isso. Um dos artistas que pude acompanhar é AD, nome fictício dado a um grafiteiro que tem tanto experiência na arte de rua quanto nas áreas acadêmicas das artes visuais. AD me convidou para acompanhar o processo de produção de seu mural enquanto me narrava

¹⁷ Isto se justificou pela historicidade constatada do bairro com as questões musicais, pois muitos artistas reconhecidos em Portugal nasceram neste território.

a experiência de pintar um bairro que, diferentemente do caso de LS, não era o seu.

Eu sou contra a legalização do *graffiti*, e acho que há de haver uma contracorrente forte e organizada. Entre nós artistas, chamamos a GAU de “Gatunos da Arte Urbana”. Se vais ver, ninguém da GAU tem experiência, de fato, em fazer arte urbana. Podes ver que na organização desses festivais ligam para a associação três meses antes e perguntam se tem artista e prédio, cooptam para um projeto e acontece. Eu tenho vontade de pegar um pau e correr com esses gatunos do *graffiti* daqui.

Em verdade, mesmo depois de algum tempo lendo e conversando com pessoas, ainda não tinha acessado uma narrativa tão crítica às práticas de legalização do *graffiti* assim, sobretudo com uma fala direcionada a GAU. Segundo AD, ele já conhece essa história, pois viu isso acontecer em Londres e Berlim. Aqui fica explícito o quanto a *street art* é um campo em tensão e complexo. AD estava participando de um festival organizado por uma organização de cujas práticas discorda, mas que pode trazer algumas mudanças “de dentro”. O artista afirma que “eles (a GAU) nem sabem bem quem eu sou e muito menos que estou aqui... Só conhecem o campo *mainstream*”, refletindo sobre os contatos que a GAU faz para pintar grandes obras que envolvem grandes financiamentos.

Ao pesquisar no Google sobre algumas reportagens relacionadas à abertura do festival que se aproximava, fiquei sabendo de outro empreendimento do Festival Muro: um “parque de *street art*” onde toda a comunidade pudesse pintar alguns espaços, ali pensados para isso. De acordo com um agente da GAU:

Vamos construir um *street art park*, o primeiro parque de pintura livre construído só para isso. É um equipamento no território em que passamos a ter. As expectativas são relativamente grandes, porque vamos ter intervenções diferentes. Vamos motivar a regeneração de uma praça, com acumulação de lixo muito grande. Fizemos uma reunião magna com os nossos serviços, em que dissemos que era preciso dar resposta a isso, e estão a ser construídos cinco ecopontos grandes naquele território. É uma resposta que não aconteceria se não estivéssemos a intervir ali. Havia outras zonas do espaço público que precisavam ser olhadas de novo, seja com regenerações, replantações, e também motivamos esse lado. E isso é importante para nós. E, por outro lado, consolidar um equipamento, que são os parques de pintura livre, algo que já queríamos a algum tempo.

Dos pontos interessantes dessa narrativa, o que me chama mais atenção é essa “força tarefa” que envolve vários setores da administração municipal. O que caracteriza o Festival Muro como uma política pública de descentralização cultural e urbana é essa articulação com outras dimensões da vida cotidiana do bairro, que vão além das pinturas. Seu Fernando Baião inclusive havia brincado comigo, dizendo que “nunca tinha visto tantas lixeiras no bairro” e que isso só acontecia lá agora. Não era raro, ao andar pelo bairro, ver funcionários da Câmara a

limpar e a montar andaimes diariamente. Isso ficou bastante expresso na praça central onde se fez o show de abertura do festival.

O dia de abertura do Festival Muro do Lumiar foi um dia muito bonito. O bairro todo parecia gostar desse momento “diferente” para o território, principalmente as crianças que pintavam na região dos murais feitos para elas pintarem. No palco tocava boa música, ouvida por jovens locais. Encontrei Eduardo, o filho de seu Baião, e tomamos um café, afastados do palco central. Perguntei: “E agora, como o bairro fica?”. A pergunta foi motivo de risos: “O bairro vai ficar o mesmo”. Caminhou comigo até a escola pública que ficava próxima e me mostrou como as salas de aulas estavam deterioradas. Não havia teto em algumas partes. Em compensação, havia pinturas lindas em seu muro, feitas nas últimas semanas. Eduardo não precisou dizer mais nada. A resposta da pergunta era clara: o Festival Muro não mudou profundamente a realidade da região. Essa mudança mais profunda se faz com tempo e com vontade política.

Figura 5. Processo de produção do Festival Muro no bairro Lumiar, em 2019



Fonte: Acervo pessoal (2019).

CONCLUSÃO

As redes de significações envolvidas na projeção e realização de murais em grande escala num bairro popular são múltiplas e produzem o que denomino de processos visuais em contradição. Como apontei, são “processos” pelo fato de as obras estarem sempre restabelecendo sentidos novos dentro da comunidade, que as ressemantiza de variadas formas. São “visuais” por serem imagens e imaginários presentes em uma cultura visual (CAMPOS, 2011). E, finalmente, em “contradição” porque essa rede de sentidos envolve múltiplos agentes que destoam, em maior ou menor nível, entre si.

Tensões como essas, vividas no cotidiano de bairros sociais impactados por festivais de muralismo em Lisboa, são ricas para uma análise etnográfica em que se busca o entendimento de processos visuais em contradição. A política das imagens e os agenciamentos que comunidades locais fazem das grandes pinturas murais são o que procuro demonstrar através deste trabalho. Para tanto, recorro às histórias específicas dos bairros sociais e das políticas de cultura e turismo em Lisboa. As paredes dos pobres, lembradas pelas políticas de descentralização da cultura e do turismo, são paredes de controversas estéticas e contrassenso políticos.

A descentralização da cultura e do desenvolvimento territorial, apostas das políticas públicas urbanas e de equipamentos públicos como a GAU, podem não ser vistas com olhos tão bons assim. Há quem diga que esse foco nos bairros sociais faz parte de uma política de guetização e reafirmação da estigmatização presente. Ser visto, não é sinônimo de ser olhado nem ouvido, como diz uma moradora do bairro da Quinta do Mocho, outro alvo de intervenções desse tipo¹⁸. Além disso, com a descentralização e o desenvolvimento territorial podem vir a turistificação e a curiosa gentrificação de bairros populares descentralizados.

Até que ponto descentralizar o desenvolvimento urbano, utilizando-se da *street art*, afeta a vida das pessoas? Murais em grandes escalas, pintados em empenas de casas pobres, vão “além da cor” e representam, de fato, uma transformação social e urbana? Essas questões nascem da proposta de pensar os desafios e as perspectivas de uma antropologia urbana conectada com a antropologia visual, da arte, da política, entre outras. Essas imagens nas paredes pobres e os conflitos gerados na forma de apropriações nos instigam a pensar nas interseccionalidades entre as áreas da pesquisa e do campo etnográfico.

18 Recordo a inspiradora pesquisa do colega Otávio Raposo (2018) sobre a região da Quinta do Mocho, que passou por um processo ainda mais invasivo de produção de grandes murais. Essa investigação gerou o documentário etnográfico *Na quinta com Kally*, em que o autor aborda os impactos do fomento ao turismo em bairro étnicos.

Este trabalho refletiu sobre comunidades pobres, caracterizadas pelos sentidos da estigmatização social, vivendo em bairros repletos de arte urbana em grande escala. Foi um dos objetivos deste texto responder como a proposta do Festival Muro muda a imagem dessas localidades e quais são as adequações de sentido que os moradores reivindicam quanto às obras de artes pintadas ao lado de suas janelas. O debate sobre o impacto da *street art* em bairros populares é também um debate sobre visualidades e políticas, além de ser uma boa ferramenta de discussão para pensarmos diferenças e agenciamentos políticos e imagéticos.

“Venha visitar num lugar colorido, repleto de artes e culturas”, exclama uma propaganda ligada a políticas de turismo e da iniciativa imobiliária, cujo objetivo é vender apartamentos privados em Padre Cruz e Marvila. As faces da descentralização cultural e do desenvolvimento urbano são múltiplas. Associados ao mercado imobiliário e ao lento e gradual enobrecimento de áreas pobres, estes dois verbos, descentralizar e desenvolver, dizem muito sobre como uma antropologia urbana e política pode contribuir (e ser resistência) nos estudos de imagem e visualidades urbanas.

REFERÊNCIAS

1. ABALOS JÚNIOR, José Luís; CABREIRA, Leonardo Palhano. Grafite e práticas de legalização: artificação e mediação em expressões artísticas urbanas em Porto Alegre/RS. **PROA Revista de Antropologia e Arte**, São Paulo, v. 2, n. 7, p. 12-24, 2017. Disponível em: <https://www3.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2927>. Acesso em: 11 jul. 2022.
2. ABARCA, Javier. From street art to murals, what have we lost? **Street Art & Urban Creativity Scientific Journal**, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 60-67, 2016. Disponível em: <https://sauc.website/index.php/sauc/article/view/55>. Acesso em: 11 jul. 2022.
3. AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. **Mana**, v. 21, p. 483-498, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/wJfG33S5nmwwjb344NF3s8s/?lang=pt>. Acesso em: 11 jul. 2022.
4. AGIER, Michel. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. Editora Terceiro Nome, 2019.
5. BLANCHARD, Sophie; TALAMONI, Romain. Street art et mise en tourisme de la métropole parisienne, des festivals aux street art tours. **EchoGéo**, Paris, n.44, p. 01-27, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/15663>. Acesso em: 11 jul. 2022.

6. CACHADO, Rita. O Programa Especial de Realojamento. Ambiente histórico, político e social. **Análise Social**, n. 206, p. 134-152, 2013. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13931>. Acesso em: 11 jul. 2022.
7. CAMPOS, Ricardo. **Porque pintamos a cidade?** Uma abordagem etnográfica do graffiti urbano. Lisboa: Fim de século, 2010.
8. CAMPOS, Ricardo. Urban art in Lisbon: opportunities, tensions, and paradoxes. **Cultural Trends**, Lisboa, v. 30 p. 138-155, 2021. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09548963.2021.1897779>. Acesso em: 11 jul. 2022.
9. CAMPOS, Ricardo; BRIGHENTI, Andrea Mubi; SPINELLI, Luciano. **Uma cidade de Imagens**: produções e consumos visuais em meio urbano. Lisboa: Editora Mundos Sociais, 2011.
10. CAMPOS, Ricardo; SEQUEIRA, Ágata. Urban art touristification: the case of Lisbon. **Tourist Studies**, v. 20, n. 2, p. 182-202, 2020. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1468797619873108?journalCode=toua>. Acesso em: 13 jul. 2022.
11. CARREIRAS, Marina Gaboleiro. **A integração socioespacial dos bairros de habitação social: um estudo da situação na Área Metropolitana de Lisboa**. 2015. Dissertação (Mestrado em gestão do território e urbanismo) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/23146>. Acesso em: 13 jul. 2022.
12. CARVALHO, Jorge Ramos; CÂMARA, Silvia. Lisboa, capital da arte urbana. **On the w@ terfront**, n. 30 p. 23-33, 2014. Disponível em: https://redib.org/Record/oai_articulo1411073-lisboa-capital-da-arte-urbana. Acesso em: 13 jul. 2022.
13. DE CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994.
14. DIÓGENES, Glória. Graffiti, escritos urbanos entre a cidade material e digital: o que anda a dizer Lisboa? **Ciências Soc. Cruzadas**, Fortaleza, p. 119-132, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/21371>. Acesso em: 13 jul. 2022.
15. ECKERT, Cornelia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia na rua e câmera na mão. **Studium**, n. 8, p. 11-22, 2002. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inepc/index.php/studium/article/view/10093>. Acesso em: 13 jul. 2022.
16. ECKERT, Cornelia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. **Etnografia de rua**: estudos de antropologia urbana. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
17. FERRO, Lígia. **Da rua para o mundo**: etnografia urbana comparada do graffiti e do parkour. Porto: ICS, 2016.
18. GALERIA DE ARTE URBANA. **Festival de Arte Urbana**. Lisboa, Bairro Padre Cruz, 2016.
19. GALERIA DE ARTE URBANA. **Festival de Arte Urbana**. Lisboa, Bairro Marvila, 2017.

20. GRAVANO, Ariel. **Antropología de lo barrial**: estudios sobre producción simbólica de la vida urbana. Buenos Aires: Espacio, 2003.
21. GRONDEAU, Alexandre; PONDAVEN, Florence. Le street art, outil de valorisation territoriale et touristique: l'exemple de la Galeria de Arte Urbana de Lisbonne. **EchoGéo**, Paris. n. 44, p. 01-29, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/echogeo/15324#citedby>. Acesso em: 13 jul. 2022.
22. GUINARD, Pauline; MARGIER, Antonin. Art as a new urban norm: Between normalization of the City through art and normalization of art through the City in Montreal and Johannesburg. **Cities**, v. 77, p. 13-20, 2018. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/halshs-01774977v1> Acesso em: 13 jul. 2022.
23. HERZFELD, Michael. Political optics and the occlusion of intimate knowledge. **American Anthropologist**, Londres, v. 107, n. 3, p. 369-376, 2005.
24. LÉFÈBRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
25. MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana. São Paulo: Terceiro Nome, 2012.
26. MENDES, Luís. Da gentrificação turística em Lisboa. In: MENDES, Luís. **Interconexões**: saberes e práticas da geografia. v. 2. Ponta Grossa: Atena Editora, 2020. p.173-185. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/45060>. Acesso em: 13 jul. 2022.
27. NEVES, Pedro Soares. Significado de arte urbana, Lisboa 2008-2014. **Convocarte**, Lisboa, p. 121-134, 2017. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_c52dbbea691b1799ef76ff6a5c8c49b1. Acesso em: 13 jul. 2022.
28. QUARESMA, José (coord.). **Do graffiti, passado e presente de uma expressão de risco**. Lisboa: Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa; FCT, 2013.
29. RAPOSO, Otávio. Guias da periferia: usos da arte urbana num bairro precarizado de Lisboa. In: FERRO, Lígia; GONÇALVES, Renata de Sá. **Cidades em Mudança**: processos participativos em Portugal e no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2018. p. 127-144.
30. REGATÃO, José Pedro. **Arte pública e os novos desafios das intervenções no espaço urbano**. Lisboa: Bond, 2007.
31. ROLNIK, Raquel; KOWARICK, Lúcio; SOMEKH, Nadia. **São Paulo**: crise e mudança. São Paulo: Sempla: Brasiliense, 1990.
32. SANSOT, Pierre. **Poétique de la ville**. Paris: Petite Bibliothèque Payot, 1996.
33. SEQUEIRA, Ágata. **A cidade é o habitat da arte**: street art e a construção de espaço público em Lisboa. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2016.

34. SAPIIRO, Roberta. Que é artificação? **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 1, p. 135-151, jan./abr., 2007 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/fMXkjSGFHdkz9gPMnhNkhh/?lang=pt>. Acesso em: 13 jul. 2022.
35. SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. São Paulo: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1993.
36. STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
37. VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**: ensaios de antropologia urbana. Rio e Janeiro: Zahar, 2013.
38. WACLAWEK, Anna. **From graffiti to the street art movement**: negotiating art worlds, urban spaces, and visual culture, c. 1970-2008. Montreal: Concordia University, 2008.
39. ZUKIN, Sharon. From arts production to housing market. In: BROWN-SARACINO, Japonica (org.). **The gentrification debates**: a reader. Chicago: Routledge Series, 2013. p. 119-143.

José Luís Abalos Júnior

Pós-Doutor em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2821-0969>. E-mail: abalosjunior@gmail.com



**TRAJETÓRIAS
E PERSPECTIVAS**

Perspectivas antropológicas sobre o trabalho: conceitos, abordagens clássicas e transformações¹

Anthropological perspectives on work: definitions, classical approaches and transformations

Eeva Kesküla

School of Humanities, Tallinn University, Tallinn, Estônia

Cristina Teixeira Marins (tradutora)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

Neste artigo é apresentado um balanço sobre o conjunto de estudos sobre o trabalho, em especial, das abordagens antropológicas sobre o tema. O trabalho é um dos aspectos mais importantes da vida humana e é, ao mesmo tempo, produtor de sobrevivência, sistema de significados, moralidades e princípios organizadores da sociedade. Antropólogos estudam o trabalho em múltiplos contextos, desde sociedades pré-industriais a indústrias altamente tecnológicas. Algumas das questões centrais do estudo do trabalho estão ligadas ao modo como a revolução industrial molda relações entre casa e trabalho, reestruturando relações de gênero e parentesco e o uso do tempo. O processo de industrialização não se manifesta através dos mesmos padrões em contextos diferentes. A desindustrialização e a alta taxa de desemprego, por sua vez, levantam novas questões sobre o futuro do trabalho. Algumas das questões-chave para o campo da antropologia do trabalho inclui a divisão sexual do trabalho, as moralidades e identidades de grupos profissionais, motivações e formas de resistência.

Palavras-chave: Antropologia, Trabalho, Industrialização, Desindustrialização, Futuro do trabalho.

1 N. T. O texto a seguir é a tradução de uma versão inédita do documento “Labor, employment and work”, publicado na The International Encyclopedia of Anthropology em 2018. Nele, a professora e pesquisadora Eeva Kesküla trata das contribuições da antropologia aos estudos do trabalho, apresentando conceitos-chave do campo, recuperando abordagens clássicas do tema, abordando as transformações do mundo do trabalho e apontando questões fundamentais para a reflexão sobre o trabalho no futuro. Trata-se de um ponto de partida para estudantes das ciências sociais interessados na temática e também pesquisadores mais experientes, porém pouco familiarizados com o campo da antropologia dedicado ao trabalho. Ao tratar de temas fundamentais para os estudos sociais do trabalho, Kesküla busca dar destaque às contribuições da antropologia e da etnografia para o campo; ao fazê-lo, confere destaque a abordagens do trabalho que não se pretendem homogeneizantes, acolhendo, em vez disso, as múltiplas perspectivas, fissuras, contradições e ambiguidades presentes no campo empírico.

Recebido em 24 de junho de 2022.
Aceito em 19 de junho de 2022.

ABSTRACT

This article presents an overview of the study of work, especially literature in the anthropological field. Work is a means of producing livelihood, a system of meanings and moralities and principle of structuring societies. Anthropologists study work from preindustrial societies to contemporary high-tech industries. The key questions when studying work are related to how the industrial revolution shapes relations between home and work, restructuring relations of gender and kinship and how time use is restructured. Industrialization is not manifested by same patterns everywhere. Deindustrialization and high unemployment in the West bring about new questions about the future of work. Key themes in anthropology of work include gendered division of labor, morality of work and identity of professional groups, how people are made to work, resistance at the workplace.

Keywords: Anthropology, Work, Industrialization, Deindustrialization, Future of work.

INTRODUÇÃO

O trabalho é um dos aspectos mais importantes da humanidade, não apenas como modo de vida, mas como princípio organizador das sociedades. O trabalho participa de todas as nossas relações, começando por aquelas de âmbito mais individual e doméstico, alcançando também níveis mais abrangentes de coletividade e cumprindo papel importante em estruturas globais. O trabalho é um cultural universal e uma atividade inherentemente social. São centrais para a antropologia os diversos princípios de organização e divisão do trabalho, bem como as múltiplas motivações para que ele ocorra, de acordo com contextos históricos e culturais específicos.

Uma definição básica do trabalho poderia ser a seguinte: o trabalho é uma atividade intencional que requer um dispêndio de energia física ou mental. O trabalho transforma matéria física, ideias ou relações sociais; ele pode produzir sobrevivência material, prazer, reconhecimento social ou outros valores culturalmente reconhecidos. Além disso, ele sempre é moldado por certas estruturas sociais e culturais". O termo "trabalho" possui um sentido mais amplo do que "emprego" – uma diferença que existe apenas em sociedades industriais capitalistas. Enquanto o emprego é remunerado, o trabalho pode ou não o ser. A questão do emprego e de sua antítese, o desemprego, ocupa uma posição de centralidade em sociedades capitalistas, com consequências para comunidades e indivíduos, mas também serve de estímulo

para novas ideias de organização alternativa da sociedade, numa era que tem sido caracterizada pelo “fim do emprego”.

Tradicionalmente, sociólogos refletem sobre o tema do trabalho focalizando sociedades industriais ocidentais e postos de trabalho assalariado ocupados por homens. Antropólogos, por outro lado, tendem a buscar uma abordagem mais abrangente das modalidades de trabalho, incluindo o trabalho doméstico não remunerado, formas de trabalho voluntário ou trabalho forçado, inseridas em diferentes sistemas de produção, que incluem desde os caçadores-coletores aos ambientes industriais modernos. A antropologia desafia a ideia de trabalho própria das sociedades ocidentais e busca enfatizar outras visões a seu respeito. Aliás, em sociedades não ocidentais, um termo genérico para designar trabalho nem sempre existe, uma vez que essa categoria abstrata emerge de uma forma particular de sistema econômico. Antropólogos estudam experiências de pessoas em busca de sustento, os significados e moralidades conferidos por grupos e indivíduos a diferentes formas de trabalho e o modo como o trabalho forja a noção de pessoa em diferentes sociedades. O trabalho pode ser estudado como um dentre vários outros aspectos de uma dada sociedade ou ainda ser tomado como foco central de um estudo. Antropólogos contemporâneos têm se debruçado, por exemplo, sobre caçadores-coletores, trabalhadores rurais, operários de grandes usinas e trabalhadores de *call centers* e bancos de investimento. Quando possível, antropólogos podem desempenhar eles mesmos o trabalho exercido nas comunidades que estudam.

O FOCO NOS ATRIBUTOS MORAIS DO TRABALHO NAS ABORDAGENS CLÁSSICAS

Antropólogos compartilham questões de base com filósofos e outros cientistas sociais quando indagam os motivos pelos quais as pessoas trabalham. Os significados e motivações por trás do trabalho vão além da questão econômica da sobrevivência. A tensão entre a necessidade de trabalhar, por um lado, e o sentimento de recompensa e satisfação que advém do trabalho, por outro, parece central a todas as sociedades, independentemente de seu modo de produção. O trabalho pode ser visto simultaneamente como fonte de sentido e como atividade entediante que elimina a liberdade humana – uma ambiguidade notada quando observarmos o desenvolvimento do trabalho em sociedades diversas. Estudos sobre o trabalho com múltiplos recortes temporais e espaciais mostram claramente as transformações de atitudes em relação ao trabalho. Na Grécia

Antiga, por exemplo, o trabalho era visto como atividade de prestígio, embora também fosse encarado como algo feito por necessidade, em vez de prazer. Mais tarde, o puritanismo encarou o trabalho como um serviço a Deus. Martinho Lutero percebia o trabalho como uma atividade moralmente positiva, deslocando uma associação tradicional entre trabalho e maldição. Ainda que não carregue necessariamente um componente religioso, permanece no mundo ocidental uma forte ética do trabalho.

Autores clássicos que abriram o caminho para o campo das ciências sociais contemporâneo também se engajaram com o tema do trabalho. Para Karl Marx, o trabalho é a atividade pela qual seres humanos produzem sua própria subsistência, algo inerente à condição humana. Marx percebeu a produção não como mera sequência de tarefas materiais, mas como um processo de engajamento com a natureza e, ao mesmo tempo, de reprodução de laços sociais que produziam objetos, relações e ideias específicas da sociedade. Em outras palavras, o trabalho, segundo esta perspectiva, não era um processo apenas material, mas também ideológico. Apenas em sociedades capitalistas o trabalhador se tornava alienado do trabalho, das relações e dos objetos que produzia.

O trabalho clássico de Max Weber (1992 [1905]) *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* apresenta um dos mais conhecidos argumentos sobre os aspectos morais relacionados ao trabalho no capitalismo. Weber argumenta que o capitalismo emergiu da crença calvinista na predestinação, segundo a qual já era determinado no nascimento se alguém seria salvo ou condenado. A prosperidade em vida, contudo, já seria um indicador do destino que seria alcançado através de trabalho duro e uma vida frugal. O autocontrole era praticado, e o desperdício de tempo, condenado, ecoando o aforismo de Benjamin Franklin: “tempo é dinheiro”. Weber argumentava que a moralidade do trabalho duro era baseada em credos religiosos que conduziram a emergência do capitalismo.

Malinowski, um dos fundadores da antropologia moderna, trata do tema do trabalho em sua discussão sobre agricultura nas Ilhas Trobriand. Em seu livro clássico *Argonautas do Pacífico Ocidental* (2002 [1922]), faz uma crítica ao conceito de *homo economicus*, ao demonstrar que os trobriandeses não invocam o princípio do menor esforço. Em vez disso, os nativos descritos por Malinowski dedicam tal esforço e energia a suas lavouras que, para o antropólogo, seria desnecessário do ponto de vista utilitário. O esmero empregado no trabalho estaria, naquele contexto, ligado ao prestígio social:

O nativo de Trobriand trabalha de maneira irregular, preocupa-se muito em dar remate estético ao preparo e à aparência geral de seu lote de terra, e o trabalho aparece frequentemente como um fim em si mesmo. É guiado primariamente não pelo desejo de satisfazer suas necessidades vitais, mas sim um complexo sistema de deveres e

obrigações, de forças tradicionais, de crenças mágicas, ambições sociais e vaidade. Enquanto *homem*, ele deseja alcançar prestígio social como um bom lavrador e, de maneira geral, como bom trabalhador. (MALINOWSKI, 2002 [1922], p. 47).

INDUSTRIALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO

Entre os tópicos centrais para o campo da antropologia dedicado ao mundo do trabalho está sua transformação em virtude da industrialização e da desindustrialização. Uma das principais mudanças ligadas aos dois fenômenos diz respeito ao espaço da casa e do trabalho e à forma como gênero e parentesco se estruturam. Outra mudança acarretada pela industrialização e desindustrialização ocorre na estruturação do tempo do trabalho e do não trabalho. Numerosos estudos históricos se dedicam aos impactos da Revolução Industrial na Inglaterra e em outros países ocidentais. Antropólogos, por sua vez, também observaram esses impactos no Sul Global. Esses estudos demonstram que a industrialização não segue o mesmo padrão em toda parte, mas está sujeita a variações, mudanças e revoluções, além de depender do tempo, da economia global e de particularidades locais.

Há um pressuposto vastamente difundido de que a industrialização provocou uma separação crescente entre casa e trabalho, à medida que o trabalho agrícola era substituído pela produção situada fora do espaço doméstico. Tendo em conta a análise da industrialização nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, Carrier (1992) esboça um modelo que descreve um processo de crescente alienação dos processos de produção e das relações de produção, desvinculando o local de trabalho de laços sociais duradouros. Seu modelo é baseado na distinção entre duas formas de vida social. Em uma delas, as pessoas são ligadas umas às outras por vínculos de obrigações duráveis definidoras de sua identidade. Na outra, as pessoas se relacionam através de referenciais e instituições abstratas e impessoais.

Juntamente com a crescente separação entre casa e trabalho, a divisão do trabalho por gênero também foi alterada nos países em fase de industrialização entre os séculos XVIII e XIX. Mulheres e crianças se tornaram menos envolvidas no trabalho assalariado fora do ambiente doméstico e o modelo da família com um único homem provedor se tornou progressivamente hegemônico. Produzia-se, então, um contraste em relação ao modelo pré-industrial, período em que inexistia a ideia de que o trabalho assalariado era superior ao trabalho doméstico. Ainda assim, a separação entre os espaços da casa e do trabalho parece não ser tão nitidamente demarcada no mundo capitalista dos dias de hoje. É o caso, por exemplo, das empresas familiares

em que o capital é transmitido através de relações de parentesco. Adicionalmente, ainda que o pressuposto fosse de que a industrialização e a urbanização acarretariam um abandono das estruturas e dos laços sociais nos povoados, antropólogos da Escola de Manchester constataram que, em cidades africanas, dois sistemas de valores (tradicional e urbano) foram mantidos lado a lado. Na nova situação de industrialização e migração ligada ao trabalho, sistemas tribais e de parentesco foram, na verdade, fortalecidos em vez de enfraquecidos. Criava-se, assim, um sistema complexo de reprodução da força de trabalho por meio de movimentos circulares entre a cidade e o campo.

Estudos antropológicos conduzidos em fábricas também acompanharam outros cenários de industrialização na Ásia da segunda metade do século XX. Nesses estudos, consta que jovens mulheres eram frequentemente contratadas para trabalhar em fábricas como mão de obra disciplinável. Os efeitos causados pelo movimento de jovens mulheres que deixavam o campo em direção às fábricas são múltiplos e contraditórios. Por exemplo, a etnografia conduzida por Ong (1987) junto a mulheres que migraram para trabalhar na Malásia mostra como elas ganharam maior autonomia em relação a suas famílias – inclusive ganhando o direito de escolher, elas próprias, seus namorados – por controlarem seus salários. Dentro da fábrica, por outro lado, o trabalho não era emancipatório, e as mulheres eram traumatizadas por uma rotina rígida sob a supervisão contínua dos homens dentro das fábricas. Já o estudo de Wolf (1992) aborda a experiência de jovens operárias javanesas, cujas condições de exploração no campo eram tão ruins quanto as observadas no trabalho nas fábricas. Estudos como esses mostram como as relações de parentesco seguem influenciando as relações de trabalho no capitalismo, além de apontar como a experiência da industrialização está sempre entrelaçada com questões de gênero.

TRABALHO, JORNADAS E PERCEPÇÃO DO TEMPO

Processos de industrialização e desindustrialização não estão apenas ligados a novas formas de restruturação do espaço, mas também do tempo, incluindo questões como as horas dedicadas ao trabalho, a divisão entre tempo de trabalho e de lazer e o ritmo do trabalho. Para além de se relacionar com aspectos tecnológicos e econômicos, o tema do tempo ainda está ligado a moralidades particulares e questões éticas. Ademais, o tema implica o nexo entre produção e consumo e a questão do tempo necessário dedicado a satisfazer as necessidades dos

indivíduos – tanto aquelas ligadas aos aspectos materiais de sobrevivência quanto as ligadas aos desejos culturalmente construídos. A questão do tempo de trabalho perpassa desde sociedades caçadoras-coletoras até sociedades modernas que experimentam escassez de postos de trabalho no século XXI. O tempo dispensado ao trabalho é um tema clássico na antropologia, não apenas relacionado a sociedades industrializadas.

Sahlins (1974) considera os caçadores-coletores a “sociedade afluente original”, e uma interpretação comum do conceito encara uma sociedade afluente como aquela na qual as necessidades materiais das pessoas são facilmente satisfeitas. Segundo essa lógica, caçadores são afluentes porque é fácil satisfazer suas poucas necessidades. Em lugar de encarar os caçadores-coletores como pobres ou como pessoas que trabalham incessantemente, Sahlins demonstra como os caçadores, na verdade, trabalham menos do que as pessoas das sociedades ocidentais. Sahlins cita exemplos numerosos de sociedades coletoras-caçadoras na Austrália e no continente africano em que o tempo de trabalho diário de homens e mulheres não excede as cinco horas diárias. Uma vez adquirida uma quantidade de comida suficiente para a subsistência, o trabalho é interrompido, deixando um tempo restante para o lazer. Em vez de utilizar o trabalho para a acumulação, as sociedades examinadas por Sahlins subutilizam, de acordo com as normas predominantes em sociedades ocidentais, os recursos disponíveis. Sociedades caçadoras-coletoras que vivem próximas a sociedades agrícolas rejeitam este modo de vida com base na ideia de que a energia e o tempo dispendidos nas lavouras não compensam.

As rotinas de trabalho de camponeses e artesãos anteriores à industrialização também foram muitas vezes descritas como razoavelmente brandas. Pesquisas recentes, contudo, indicam que uma divisão do trabalho por gênero colocava um fardo maior sobre as mulheres. Pahl (1988) observa uma tendência à romantização do trabalho no período que antecedeu a Revolução Industrial, como uma manifestação de uma comunidade camponesa idílica. Ele conclui que é improvável que no passado as pessoas gostassem mais de trabalhar, mas admite a possibilidade de que havia mais tempo livre do que atualmente.

Em seu trabalho clássico sobre a era industrial, E. P. Thompson (1967) argumenta que o maquinário moderno de produção e o capitalismo introduziram novas percepções do tempo, além de novas formas de disciplinar o trabalho. No mundo pré-industrial, o trabalho era orientado por tarefas e ditado pelo tempo da natureza. O labor intenso era alternado com longos períodos de ócio, e não havia uma divisão rigorosa entre trabalho e vida. O novo tempo industrial, aliado às ideologias puritana e burguesa, que encorajavam um maior uso do tempo para o trabalho, uma organização do tempo rigorosa e uma diferenciação maior entre tempo de trabalho e ócio, gradualmente mudaram a vida inglesa no século XVIII. Como na produção fabril, uma maior

sincronização de tarefas se tornava então necessária, e isso requeria uma nova abordagem do tempo. As pessoas não trabalhavam para si mesmas, mas para um empregador – e isso produzia uma distinção entre tempo privado e tempo do empregador. O resultado disso também foi uma divisão mais rígida entre casa e trabalho, lazer e trabalho, vida pública e privada.

Jonathan Parry (1999) mostra em sua etnografia de uma usina siderúrgica na Índia que trabalho e vida pessoal não são esferas tão estritamente separadas quanto propõe Thompson. Isto porque o absenteísmo nas usinas era alto – o que fazia com que gerentes precisassem negociar e persuadir trabalhadores a cumprir suas tarefas com pouco poder coercitivo. Adicionalmente, o trabalho operário, naquele contexto, não era tão duro quanto o trabalho agrícola. Nas usinas, a marcação de tempo era flexível, as tarefas, intermitentes, e havia várias oportunidades para o carteados, a leitura ou o chá com os companheiros. Algumas funções eram marcadamente duras, mas a quantidade de tempo dedicado a elas não ultrapassava duas ou três horas por turno. Por conseguinte, como no caso do espaço, antropólogos mostraram que novas formas de estruturar o tempo talvez não tenham sido tão radicais como se poderia supor.

FUTURO DO TRABALHO

Valores contraditórios do capitalismo moderno se manifestam, por um lado, na expectativa generalizada de que o trabalho seja uma atividade edificante na qual se espera que a população se engaje enquanto, por outro lado, capitalistas aspiram a inovações tecnológicas que sejam eficientes a ponto de facultar a eliminação do trabalho humano. Tendências mais recentes do trabalho no século XXI incluem maior flexibilização do trabalho, mas também um aumento do processo de precarização a que são reduzidos os postos de trabalho de período integral associado a garantias sociais. O declínio do emprego, em especial após a crise econômica de 2008, reacendeu discussões em torno do fim do trabalho e formas alternativas de organizá-lo. De modo crescente, reconhece-se que no mundo ocidental não haverá, daqui para frente, trabalho em tempo integral para todos. Com efeito, se, numa época anterior, os países em desenvolvimento procuravam seguir países ocidentais, buscando completar o ciclo de industrialização, agora assistimos a um movimento contrário, à medida que países industrializados seguem o resto do mundo num processo de crescente insegurança e escassez de trabalho remunerado (BREMAN, 2013).

A avaliação de crescimento da precariedade também tem sido abordada pelo sociólogo

Ulrich Beck (2000), que acredita que, na Europa, será maior a incerteza relacionada ao trabalho, e apenas uma minoria terá acesso a empregos estáveis. Já o economista Guy Standing (2011) estima que o fim do trabalho resultará na emergência de um precariado global: uma classe desprovida de empregos estáveis e identidade ocupacional. Nessa nova situação de declínio da estabilidade, também é produzida uma nova temporalidade, afastada daquela marcada pela indústria descrita por Thompson. Aumenta a pressão do tempo sob o precariado, que realiza vários trabalhos simultaneamente e exerce suas atividades laborais por períodos mais longos. O fenômeno é consequência do achatamento de renda dos últimos anos, mas também está presente entre as classes assalariadas com outros aspectos de precariedade. É o que demonstra, por exemplo, Karen Ho (2009), em sua etnografia realizada entre trabalhadores de Wall Street. O precariado não possui controle sobre o próprio tempo e, mesmo quando se encontra oficialmente fora do trabalho, precisa estar disponível.

O fim do trabalho assalariado tem suscitado ideias utópicas como as do filósofo Andre Gorz (1999). Este autor propõe que, uma vez que há menos trabalho para todos, os indivíduos devem trabalhar menos horas, dedicando mais tempo livre a atividades de lazer e trabalho comunitário, fortalecendo laços sociais e produzindo uma sociedade mais coesa. Em direção semelhante, o antropólogo David Graeber (2013) faz um resgate da previsão feita por Keynes em 1930, segundo a qual o final do século seria marcado por avanços tecnológicos que permitiriam aos habitantes de países como os Estados Unidos e o Reino Unido trabalhar não mais do 15 horas semanais. Embora os avanços tecnológicos que potencialmente dispensassem longas jornadas de trabalho tenham de fato ocorrido, o antropólogo chama atenção para o fato de que, no início do século XXI, não apenas trabalhamos mais do que nunca, com frequência desempenhando tarefas que secretamente avaliamos como inúteis, no entanto – o que provoca grandes prejuízos em termos morais. À medida que os postos de trabalho no setor produtivo diminuíram, o número de postos de trabalho burocrático, administrativo, de vendas e de serviço, por outro lado, triplicou. Assim, em vez de a tecnologia gerar mais tempo livre, acabou criando um grande volume de atividades profissionais suplementares que, para um número considerável das pessoas que as desempenham, são desprovidas de sentido e não deveriam existir. É isto que Graeber chama de “*bullshit jobs*”.

O fenômeno denominado “fim do trabalho” cria uma situação em que o trabalho segue alinhado a princípios morais da ética protestante no mesmo momento em que as atividades que correspondem a essa ética não existem mais. O emprego em tempo integral remunerado se afasta cada vez mais da realidade do mundo laboral. Como demonstrado por Sveta Roberman (2014) em sua pesquisa recente sobre programas de criação de emprego na Alemanha, o conceito de

emprego foi reduzido ora a um mito, ora a uma simulação. Políticas que procuram reintegrar desempregados à força de trabalho são baseadas em estruturas antigas e, na ausência de postos de trabalho reais que incluam a realização de tarefas relevantes em termos sociais, entra em jogo um processo de simulação do trabalho.

Diversos filósofos têm argumentado que existe uma maneira de reorganizar a sociedade nesse contexto de escassez de postos de trabalho. Para que isto ocorra, as pessoas precisam pensar de maneira diferente sobre o trabalho, distanciando-se da definição estreita do trabalho ligado ao capitalismo industrial, que associa o trabalho ao assalariamento.

OUTROS TÓPICOS-CHAVE PARA ANTROPOLOGIA DO TRABALHO: REMUNERAÇÃO, MOTIVAÇÃO E PRESTÍGIO

Sistemas econômicos diversos articulam diferentes formas de motivar e coagir pessoas a trabalhar. Estão incluídos aí desde a escravidão, a servidão e outras formas de trabalho forçado até formas monetárias de pagamento ou recompensas não materiais que motivam pessoas a trabalhar por prestígio ou reconhecimento social.

A lidar com versões contemporâneas da escravidão, antropólogos observam modalidades de trabalho forçado em que os trabalhadores permanecem presos a um mesmo empregador, por exemplo, após a contração de dívidas. Também são observados múltiplos modos de pagamento, incluindo assalariamento mensal e pagamentos em espécie. A dinâmica do trabalho é alterada de acordo com as regras de remuneração: uma etnografia clássica (BURAWOY, 1982) conduzida em uma fábrica americana, por exemplo, mostra que, num sistema que atrelava a remuneração ao número de peças produzidas, os trabalhadores encaravam o trabalho como uma espécie de jogo, superando o tédio das tarefas repetitivas e conferindo um novo sentido às atividades. Além de garantir um rendimento maior aos trabalhadores naquele contexto, o jogo também estimulava a trabalhar mais, o que resultava numa lucratividade maior aos gerentes e na produção de um consentimento com um regime de trabalho capitalista desprovido de coerção explícita.

As noções de remuneração e merecimento estão relacionadas a diferentes moralidades de uma sociedade. Por exemplo, apesar de uma estagnação salarial entre trabalhadores sem ensino superior nos Estados Unidos desde 1970, a ideia de um piso salarial atrelado aos custos de vida é considerada imoral, devido a um atributo cultural que dita que as condições de subsistência

devem ser garantidas através do trabalho duro, em vez de garantidas por regulamentações estatais (KARJANEN, 2010). Em certas economias, o salário pode ser um dentre várias fontes de renda, podendo inclusive ser complementado com trabalhos da chamada “economia informal”.

Para além do trabalho remunerado, existem diversas formas de trabalho não pago, a exemplo do trabalho doméstico, do cuidado de familiares, de estágios não-remunerados e do trabalho voluntário ou comunitário. O trabalho doméstico é especialmente associado à divisão do trabalho por gênero, e as mulheres o realizam com frequência, enquanto homens são assalariados no sistema capitalista. Acadêmicas feministas têm argumentado que, em um dado estágio do desenvolvimento do sistema capitalista, a distinção entre as fábricas e o restante da sociedade colapsou a ponto de tornar diretamente toda relação social numa relação de produção (FEDERICI, 2012). Nesse sentido, o trabalho doméstico também deveria ser encarado como integrante do processo de produção capitalista e, portanto, remunerado tal qual o trabalho realizado fora de casa. O trabalho doméstico envolve o cuidado (de crianças, por exemplo) – uma carga de trabalho que recai sobre as mulheres majoritariamente e muitas vezes se soma à carga de trabalho fora de casa.

O valor atribuído a um tipo particular de trabalho varia de acordo com a localização onde é exercido. Por exemplo, trabalhadores de fazendas coletivas situadas no Quirguistão acreditam que atividades realizadas para o benefício comunitário são nobres e preferem trabalhar para si mesmos a trabalhar para um empregador externo. Quando se sentem obrigados a trabalhar para pessoas com quem esperam criar laços de solidariedade, estes trabalhadores preferem fazê-lo no país vizinho (FÉAUX DE LA CROIX, 2014). Trabalhos etnográficos também registram que os trabalhadores atribuem sentidos particulares ao trabalho manual, desprestigiado na sociedade de maneira mais ampla. É o caso dos trabalhadores que atuam em minas na Estônia, que acreditam desempenhar atividades moralmente superiores àquelas realizadas nos escritórios por desempenharem um trabalho físico capaz de criar um benefício tangível para a sociedade: a eletricidade. Esses mineiros entendem que, por sacrificarem sua saúde e doarem seu trabalho para a sociedade, deveriam receber respeito e salários decentes em troca. Em profissões que envolvem riscos físicos, a exemplo da mineração, um senso de comunidade e camaradagem é construído em torno de práticas laborais compartilhadas e da socialização após o trabalho (KESKÜLA, 2015).

REFERÊNCIAS

1. ARENDT, Hannah. **The human condition**. Chicago: University Of Chicago Press, 2013.
2. BECK, Ulrich. **The brave new world of work**. Cambridge: Cambridge Univ Press, 2000.
3. BURAWOY, Michael. **Manufacturing consent**: changes in the labor process under monopoly capitalism. Chicago; London: The University of Chicago Press, 1982.
4. BREMAN, Jan. A bogus concept. **New Left Review**, London, n. 84, pp. 130-138, 2013. Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii84/articles/jan-breman-a-bogus-concept>. Acesso em: 12 jul. 2022.
5. CARRIER, James. Emerging alienation in production: a maussian history. **Man**, Charlottesville, v. 27, n. 3, p. 539-558, 1992.
6. FÉAUX DE LA CROIX, Jeanne. After the worker state: competing and converging frames of valuing labor in rural Kyrgyzstan. **Laboratorium: Russian Review Of Social Research**, Saint Petersburg, v. 6, n. 2, p. 77-100, 2014. Disponível em: <https://soclabo.org/index.php/laboratorium/article/view/361/0>. Acesso em: 12 jul. 2022.
7. FEDERICI, Silvia. **Revolution at point zero**: housework, reproduction, and feminist struggle. San Francisco: PM Press, 2012.
8. GORZ, André. **Reclaiming work**: beyond the wage-based society. Cambridge: Polity, 1999.
9. GRAEBER, David. On the phenomenon of bullshit jobs. **Strike! Magazine**, Tallahassee, v. 1, n. 3, p. 10-11, 2013. Disponível em: <https://www.strike.coop/bullshit-jobs/>. Acesso em: 12 jul. 2022.
10. HO, Karen. **Liquidated**: an ethnography of Wall Street. Durham: Duke University Press, 2009.
11. KARJANEN, David. Opposition to the living wage: discourse, rhetoric, and American exceptionalism. **Anthropology Of Work Review**, v. 31, n. 1, p. 4-14, 2010. Disponível em: <https://anthrosource.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1548-1417.2010.01037.x>. Acesso em: 12 jul. 2022.
12. KESKÜLA, Eeva. Reverse, restore, repeat! dynamics of class and ethnicity and the Russian-speaking miners of Estonia. **Focaal**, New York, v.1, n. 72, p. 95–108, 2015. Disponível em: <https://www.berghahnjournals.com/view/journals/focaal/2015/72/focaal720108.xml>. Acesso em: 12 jul. 2022.

13. LINDENBERGER, Thomas. Eigen-Sinn, domination and no resistance. *Docupedia-Zeitgeschichte*, Leibniz, v. 1, n. 1, [n. p.], 2015. Disponível em: https://docupedia.de/zg/Lindenberger_eigensinn_v1_en_2015. Acesso em: 12 jul. 2022.
14. MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonauts of the western pacific**: an account of native enterprise and adventure in the archipelagoes of Melanesian New Guinea. London: Routledge, 2002 [1922].
15. MOLLONA, Massimiliano. Gifts of labour. Steel production and technological imagination in an area of urban deprivation, Sheffield, UK. **Critique Of Anthropology**, London, v. 2, n. 25, p. 177-198, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0308275X05052022>. Acesso em: 12 jul. 2022.
16. ONG, Aihwa. **Spirits of resistance and capitalist discipline**: factory women in Malaysia. Albany: State University Of New York Press, 1987.
17. PAHL, Raymond Edward. **On work**: historical, comparative and theoretical approaches. Hoboken: Blackwell, 1988.
18. PARRY, Jonathan. Lords of labour: working and shirking in bhilai. **Contributions To Indian Sociology**, New Dehli, v. 33, n. 1-2, p. 107-40, 1999. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/006996679903300107>. Acesso em: 12 jul. 2022.
19. ROBERMAN, Sveta. Labour activation policies and the seriousness of simulated work. **Social Anthropology**, Cambridge, v. 22, n. 3, p. 326-339, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1469-8676.12082>. Acesso em: 12 jul. 2022.
20. SAHLINS, Marshall David. **Stone Age economics**. London: Tavistock Publications, 1974.
21. STANDING, Guy. **The precariat**: the new dangerous class. London: Bloomsbury Academic, 2011.
22. THOMPSON, Edward Palmer. Time, work discipline and industrial capitalism. **Past And Present**, Oxford, n. 38, pp. 56-97, 1967. Disponível em: <https://academic.oup.com/past/article-abstract/38/1/56/1454624?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 12 jul. 2022.
23. WEBER, Max; TALCOTT, Parsons. **The Protestant ethic and the spirit of capitalism**. London: Routledge, 1992 [1905].
24. WOLF, Diane. **Factory daughters**: gender, household dynamics, and rural industrialization in Java. Berkley: University of California Press, 1992.

LEITURAS RECOMENDADAS

1. APPLEBAUM, Herbert. **Work in non-market and transitional societies**. Albany: SUNY Press, 1984.
2. BLIM, Michael. Introduction: the emerging global factory and anthropology. In: ROTHSTEIN, Frances; BLIM, Michael. **Anthropology and the Global Factory: Studies of the New Industrialization in the Late Twentieth Century**. Westport: [s.n], 1992. p. 1-30.
3. BRAVERMAN, Harry. **Labor and monopoly capital**: the degradation of work in the twentieth century. New York; London: Monthly Review Press, 1974.
4. DUNN, Elizabeth Cullen. **Privatizing Poland**: baby food, big business, and the remaking of labor. Ithaca: Cornell University Press, 2004.
5. DURKHEIM, Emile. **The division of labor in society**. New York: Simon and Schuster, 2014.
6. DURRENBERGER, Paul; MARTÍ, Judith. **Labor in cross-cultural perspective**. Lanham: Rowman Altamira, 2005.
7. EDGELL, Stephen. **The sociology of work**: continuity and change in paid and unpaid work. London: Sage, 2011.
8. GAMST, Frederick. **Meanings of work**: Considerations for the twenty-first century. Albany: SUNY Press, 1995.
9. KONDO, Dorienne. **Crafting selves**: power gender and discourses of identity in a Japanese workplace. Chicago: Chicago University Press, 1990.
10. LEACOCK, Eleanor; SAFA, Helen. **Women's work**: development and the division of labor by gender. [S.l.]: Granby Bergin & Garvey, 1986.
11. LEE, Ching Kwan. **Gender and the south China miracle**: two worlds of factory women. Berkeley: University of California Press, 1998.
12. MOLLONA, Massimiliano. **Made in Sheffield**: an ethnography of industrial work and

politics. New York: Berghahn Books, 2009.

13. NASH, June. **We eat the mines, and the mines eat us:** dependency and exploitation in Bolivian tin mines. New York; Guildford: Columbia University Press, 1979.

14. NGAI, Pun. **Made in China.** Women factory workers in a global workplace. Durham and London: Duke University Press, 2005.

15. POSPISIL, Leopold. **Kapauku Papuans and their law.** New Haven: Human Relations Area Files Press, 1964.

16. SCHWARTZMAN, Helen. **Ethnography in organizations.** Newbury Park: SAGE Publishing, 1993.

17. SILVER, Beverly. **Forces of labor:** workers' movements and globalization since 1870. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

18. ORTIZ, Sutti. Laboring in the factories and in the fields. **Annual Review of Anthropology**, Redwood City, v. 31, p. 395-417, 2002. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.anthro.31.031902.161108>. Acesso em: 12 jul. 2022.

19. YANAGISAKO, Sylvia Junko. **Producing culture and capital:** family firms in Italy. Princeton: Princeton University Press, 2002.

20. YELVINGTON, Kevin. **Producing power:** ethnicity, gender, and class in a Caribbean workplace. Philadelphia: Temple University Press, 1995.

Eeva Kesküla

Professora associada na School of Humanities da Tallinn University. Doutora em antropologia social pelo Goldsmiths College da University of London e mestre pelo Department of Sociology and Social Anthropology da European University. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5359-5584>. E-mail: eeva.keskula@tlu.ee

Cristina Teixeira Marins

Pesquisadora de pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutora e mestre em antropologia pela Universidade Federal Fluminense e mestrado em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia Contemporânea, pela Université Paris Descartes. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9016-8215>. E-mail: cristinamarins@forum.ufrj.br



SYLVESTRE, Marie-Eve; BLOMLEY, Nicholas; BELLOT, Céline. *Red zones: Criminal law and the territorial governance of marginalized people*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Zonas vermelhas e o sistema de liberdade condicional: Uma análise sobre a justiça criminal canadense

Red Zones and the Parole System: An Analysis of Canadian Criminal Justice

Ana Paula da Silva

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

RESUMO

O livro *Red zones: criminal law and the territorial governance of marginalized people*, de autoria de Marie-Eve Sylvestre (direito), Nicholas Blomley (geografia) e Céline Bellot (serviço social) trata da análise do material de pesquisa a respeito do sistema de justiça criminal do Canadá. O trabalho foi desenvolvido nas cidades de Montreal, Vancouver, Toronto e Ottawa, por meio de pesquisa de campo e de arquivos jurídicos, além da realização de entrevistas com diversos operadores ligados à justiça criminal e interlocutores afetados por tal justiça. Um dos argumentos principais do livro é o de que os dispositivos legais pautados em estratégias de penas alternativas que visam à liberdade condicional na prática têm se mostrado um sofisticado sistema de vigilância e controle rígidos sobre populações historicamente marginalizadas, que suspende seus direitos básicos, ao colocá-los em espaços que a Justiça canadense denomina “zonas vermelhas”.

Palavras-chave: Justiça criminal, Zonas vermelhas, Populações historicamente marginalizadas, Canadá.

Recebido em 21 de junho de 2022.
Aceito em 01 de julho de 2022.

ABSTRACT

Authored by Marie-Eve Sylvestre (law), Nicholas Blomley (geography), and Céline Bellot (social work), *Red zones: Criminal law and the territorial governance of marginalized people*, deals with research into the Canadian criminal justice system. The work was developed in the cities of Montreal, Vancouver, Toronto, and Ottawa through field research and investigation into legal archives, in addition to conducting interviews with various operators linked to criminal justice and with interlocutors impacted by the justice system. One of the main arguments of the book is that the legal provisions based on alternative penalty strategies aimed at parole have, in practice been transformed into a sophisticated system of strict surveillance and control over historically marginalized populations, suspending their basic rights by putting them in spaces that the Canadian Court has labeled “Red Zones”.

Keywords: Criminal Justice, Red Zones, Historically Marginalized Populations, Canada.

Atualmente, existem muitas pesquisas que afirmam ser multidisciplinares. Poucas conseguem, porém, colocar em prática saberes transversais em seus trabalhos de campo e análises de pesquisas.

O livro – “*Red Zones: criminal law and the territorial governance of marginalized people*”, dos autores Marie-Eve Sylvestre, Nicholas Blomley e Céline Bellot (2019), publicado pela Editora Cambridge University Press (e, infelizmente, ainda não traduzido para o português) traz a público um robusto trabalho de campo e suas análises. Os autores das áreas do direito, da geografia e do serviço social apresentam os resultados de uma extensa pesquisa que incluiu entrevistas com diferentes setores do sistema de justiça criminal, além das pessoas afetadas pelas leis. Em linhas gerais, o livro aborda as restrições territoriais impostas pelos tribunais das cidades canadenses de Vancouver, Montreal, Toronto e Ottawa à liberdade condicional, instrumento que permite o cumprimento de uma parte da pena de prisão em liberdade. Podemos afirmar que é justamente o conceito dessa liberdade que será problematizada ao longo do livro, quando os autores mergulham no intrincado debate acerca do que significam as “zonas vermelhas”¹, regiões espaciais determinadas pelas jurisdições canadenses para o cumprimento da liberdade condicional.

Antes de continuarmos, é importante entendermos o funcionamento do sistema penal

¹ Utilizarei ao longo do texto a tradução livre para *red zone*.

canadense. Compreendido por muitos como um contraponto ao sistema judicial das unidades políticas estadunidenses² – que em geral têm aplicado políticas de encarceramento em massa até mesmo para pequenos delitos, atingindo majoritariamente populações historicamente marginalizadas como negros, indígenas, latinos e pobres –, o sistema judicial canadense tem lançado mão, como *Sylvestre et al* (2019) demonstram, daquilo que se conhece por “zona vermelha”, onde o indivíduo que reincide num determinado delito, em vez de ser levado de volta ao sistema prisional, passa para a liberdade condicional, que restringe sua mobilidade a tais zonas. São áreas das cidades em que as pessoas sob condicional têm autorização do Estado para circularem “livremente”.

O livro começa de forma impactante, com a descrição da trajetória de três interlocutores que, por razões diversas, acabam sendo confinados às zonas vermelhas. As histórias de Martine em Montreal, Paul em Vancouver e Zora³ em Vancouver e Toronto se encontram, já que, por motivos muito diferentes, são levados às denominadas zonas vermelhas. A publicação explana como esses três interlocutores são paulatinamente movidos às zonas por causa de suas liberdades condicionais. Os autores contam como a circulação dos três nas cidades em que viviam passa a ser restringida aos poucos e como o poder de vigilância dos dispositivos legais se configura como uma espécie de “tutela” cujos efeitos sobre suas vidas acabam sendo devastadores, na medida em que os exclui do convívio social e os faz experimentar uma radical exclusão espacial.

Dentro desse contexto, o objetivo dos autores é justamente entender como essas práticas punitivas são desenvolvidas sem que a sociedade como um todo perceba o nível de cerceamento a que esses indivíduos estão submetidos. O propósito é entender a natureza dos instrumentos jurídicos envolvidos num intrincado conjunto de leis e técnicas jurídicas, em que os operadores da lei e agentes de segurança envolvidos muitas vezes não percebem a gravidade da suspensão de direitos básicos sofrida por aqueles que são obrigados a viver nas zonas vermelhas. Nos casos de Martine, Paul e Zora, ser relegado a uma zona vermelha é ter a vida restrita a determinados

2 É de conhecimento notório que as políticas estadunidenses ao longo do período da “guerra contra as drogas” têm se caracterizado como uma política de encarceramento em massa que atinge principalmente as populações historicamente marginalizadas. Apesar das especificidades das leis estaduais e municipais, no âmbito federal existe um apoio formal ao endurecimento das leis, o que consequentemente tem levado um maior número de pessoas às prisões. Para saber mais, ver Alexander (2018).

3 Martine foi acusada de prostituição – o Canadá, apesar de seguir um modelo semelhante ao do Brasil no que diz respeito à legislação sobre prostituição, criminaliza mais ainda trabalhadores e trabalhadoras sexuais –, é usuária de drogas e faz parte do grupo de pessoas vivendo com HIV. Paul possuía uma longa ficha por porte de drogas e infrações de trânsito. Zora participou dos movimentos contra a realização dos Jogos Olímpicos de 2010 em Vancouver e da Conferência do G-20 em Toronto no mesmo ano, sendo condenada por suas atividades políticas (*SYLVESTRE et al*, 2019, p. 39-40).

espaços da cidade, onde são legalmente obrigados a viver, trabalhar e residir, constrangidos por um elaborado sistema de vigilância perpetrado pelos agentes de segurança do Estado.

Na situação descrita acima, os autores avaliam as consequências na vida cotidiana de quem é “beneficiado” pela liberdade condicional. Segundo Sylvestre *et al* (2019), tem sido a sentença mais comum imposta pelos tribunais no Canadá; a liberdade condicional sob fiança, portanto, tornou-se a única alternativa disponível à prisão preventiva. Resultado: a liberdade condicional vivenciada nas zonas vermelhas tem impacto de longo alcance na vida de pessoas historicamente marginalizadas (pobres, mulheres, migrantes, indígenas etc.), no que diz respeito aos direitos à vida, à segurança, à liberdade e à saúde física e mental. Afetando também suas liberdades fundamentais, suspendem o direito à moradia e/ou a uma renda decente, na medida em que a mobilidade e a vida das pessoas ficam restritas a espaços onde as oportunidades de emprego e moradia não são necessariamente abundantes. Ainda mais quando essas áreas são limitadas no mesmo compasso em que estas pessoas violam suas respectivas condicionais.

Na descrição acima, vale destacar a apresentação dos mapas explicativos sobre as “zonas vermelhas”, atualizados ao longo do texto com as violações das condicionais dos interlocutores, dando a exata dimensão da área geográfica da região em comparação às áreas das zonas permitidas a aqueles que estão em liberdade condicional. Os mapas acompanham particularmente as trajetórias de Pauline, Paul e Zora, representando uma cartografia das restrições de mobilidade e do poder de vigilância de uma política de Estado. Os mapas perpassam os espaços das cidades onde se pode notar zonas excludentes, em comparação à cidade inteira. Segundo os autores, nesses lugares acontecem rupturas importantes, e os direitos legais acessíveis a qualquer cidadão ficam em suspenso ali, seguindo uma outra ordem, a lógica dos dispositivos restritivos legais que confinam essas pessoas a esses espaços.

O livro é dividido em oito capítulos, por sua vez divididos em três partes. Nos primeiros capítulos da primeira parte encontram-se os fundamentos teóricos e históricos dos processos das leis condicionais. Nesse trecho, principalmente no capítulo dois, Sylvestre *et al* (2019) observam o que denominam de “geografia jurídica crítica”: destacam como o trabalho teórico-jurídico aciona poderosos arranjos e representações espaço-temporais que atuam sobre o mundo social. Aliás, cabe aqui enfatizar um dos argumentos centrais da análise, o espaço-tempo. Os autores descrevem como a demarcação dos espaços territoriais também é seguida de uma linha temporal que impacta de forma significativa as trajetórias das pessoas que são levadas às zonas vermelhas, pois, conforme as leis condicionais são violadas, aumentar o tempo de confinação a esses espaços é visto como um instrumento capaz de forçar as mudanças de comportamento. As zonas vermelhas, portanto, “suspendem” supostos infratores de determinados contextos espaço-

temporais, “unindo-os” a uma outra noção de tempo-espacó, ligada às redes legais de supervisão e controle. Esses cortes e junções do tempo e do espaço, no entanto, agem violentamente nos corpos de pessoas como Zora, Paul e Martine.

No capítulo 3, Sylvestre *et al* (2019) empreendem um grande esforço histórico-comparativo ao investigar as estruturas de longa duração das antigas práticas de fiança e as origens da liberdade condicional, além da situação atual desse tipo de normativa no Canadá, nos EUA e no Reino Unido. Os autores investem numa cartografia histórica sobre as origens da liberdade condicional nas legislações modernas, contextualizando-as de modo a compreender melhor o quadro jurídico vigente nesses países, a fim de entender as formas históricas de regulações de populações historicamente marginalizadas. Essa parte será fundamental para um dos argumentos centrais do livro: o de que as leis e regulamentos não se aplicavam a todos; a classe governante normalmente as usou para controlar os pobres e os migrantes que chegavam à cidade. Na história, o conceito de liberdade é ainda mais subjetivo quando não está atrelado a todos os indivíduos, somente a uma determinada casta, e quando o Estado está empenhado na vigilância e na manutenção desse *status quo*. Os autores demonstram como as leis desses países são historicamente muito versáteis, discricionárias e comumente utilizadas para controlar os territórios e a circulação de classes indesejadas. Eles argumentam que os dispositivos legais eram os instrumentos modernos de manutenção da exclusão e controle sobre os corpos considerados perigosos à nação. Ao longo da história do direito consuetudinário inglês, por exemplo, o Estado usou o processo criminal para criar e fazer valer territórios, governando diretamente os usos dos espaços pelos indivíduos.

Os capítulos 4 e 5 seguem analisando como o sistema de justiça criminal se movimenta em círculos, ao promover uma estrutura em que grande parte da população marginalizada é levada constantemente a reincidir em seus crimes, dada a natureza discricionária das forças de segurança, responsáveis diretas pelo poder de vigilância e controle sobre esses grupos. Por meio de uma estratégia particular de territorialização, ou seja, impondo à liberação condições rigorosas e impossíveis de alcançar, pois não é dada a estrutura necessária para tornar a não reincidência uma realidade. Estruturalmente, os indivíduos às margens dos direitos básicos de cidadania são levados a um circuito de violações de suas condicionais: os que violam esses sistemas caem num ciclo autogerador de vigilância e recidiva institucional. O mesmo pode ser dito sobre a punição, algumas vezes administrada na fase do pré-julgamento numa ordem de fiança que o “acusado” não consegue pagar e que acaba sendo trocada pela ordem de liberdade condicional como estratégia punitiva. Essas mudanças impactam diretamente os direitos de indivíduos historicamente marginalizados e suas possibilidades de resistir à violência legal.

No capítulo 6, os autores exploram o contexto institucional a partir das entrevistas realizadas com os operadores da Lei, que realizam o trabalho de territorialização, explorando como atuam as lógicas desse processo. Num primeiro momento, *Sylvester et al* (2019) apresentam o contexto em que as condições para a liberdade são impostas, descrevendo como os atores jurídicos praticamente escolhem e desenham essas condições, baseados na transformação do sistema de justiça criminal em um sistema pautado em práticas institucionais internalizadas, ao lidar com pessoas historicamente marginalizadas. Em seguida, explanam os interesses estatais concorrentes perseguidos por diferentes atores jurídicos (desde a polícia até promotores e juízes da Coroa) durante o processo criminal. Nesse capítulo, portanto, os autores discorrem sobre como os operadores da Lei (juízes, promotores, policiais) perpetuam um sistema em que as consequências, na prática, são um monitoramento cada vez mais excessivo sobre populações marginalizadas, configurando até mesmo a neutralização de dissidentes políticos.

Nos capítulos 7 e 8, *Sylvestre et al* (2019) argumentam, ao acompanhar as trajetórias de pessoas afetadas diretamente pelo sistema legal das zonas vermelhas, que o impacto vivido em decorrência desses dispositivos de vigilância tem efeitos esmagadores e afetam diretamente a vida das pessoas marginalizadas e daqueles que desempenham alguma atividade política dissidente dos poderes instituídos (manifestantes). Os impactos são profundos e afetam suas trajetórias de trabalho e/ou estudos por um longo período, além de afetar o acesso das populações sujeitas às zonas vermelhas aos seus direitos básicos: direito à saúde, à moradia e à renda.

Na conclusão, o destaque é que *Sylvestre et al* (2019) não se limitam a apresentar as conclusões e análises de seus trabalhos de campo, mas incorporam uma atitude propositiva, no sentido de elaborar um conjunto de tópicos que propõem mudanças significativas das leis de execução de liberdades condicionais. Apresentam quais seriam os caminhos para estabelecer um debate público a respeito das mudanças nas práticas legais e discutem os motivos pelos quais as zonas vermelhas e as condições de liberdade criam zonas em que os direitos básicos das pessoas estão suspensos e onde prevalece um intrincado feixe de dispositivos de vigilâncias sobre determinados corpos, classificados pelo Estado como indesejáveis.

Esta obra, apesar de tratar de uma realidade aparentemente específica e, por vezes, tratar de maneira minuciosa os códigos e práticas legais canadenses, empreende uma metodologia multidisciplinar a partir dos saberes transversais do “direito, geografia e da criminologia” (*SYLVESTRE et al*, 2019, p. 44), além de lançar mão de análises quantitativas e qualitativas do material de pesquisa (obtido por meio de arquivos, entrevistas com atores diversos e do trabalho de campo). Por conseguinte, o livro é um excelente exemplo de um competente e arrojado trabalho que prioriza os saberes transversais. É por isso que seu conteúdo interessa a áreas desde

o direito, passando pelas ciências sociais, até o campo dos ativismos dos direitos humanos. O livro merece uma tradução para o português por apresentar a realidade desconcertante de um sistema legal reconhecido pelo senso comum brasileiro como um contraponto ao sistema dos EUA e até mesmo do Brasil. O livro tem muito a contribuir nas áreas dos estudos comparativos.

Por fim, Sylvestre *et al* (2019) demonstram que mesmo um sistema que tem sido pensado como uma alternativa ao encarceramento em massa, por razões históricas, políticas e sociais, acaba sendo também um sistema punitivista e de controle que encara as populações historicamente marginalizadas atravessadas por marcadores sociais da diferença (gênero, raça, sexualidade, origem etc.) como passíveis da “tutela” do Estado, cerceando seus corpos e suspendendo seus direitos mais básicos. Em tempos de recrudescimento e avanço conservador ao redor do mundo, é urgente observar com cuidado as novas tecnologias de vigilância e punição e seus usos diversos sobre as populações classificadas como indesejáveis. Esta obra nos coloca para pensar a respeito com profundidade teórica e metodológica.

REFERÊNCIAS

1. ALEXANDER, Michelle. **A nova segregação**: racismo e encarceramento em massa. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

Ana Paula da Silva

Professora adjunta da Universidade Federal Fluminense, do curso Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo e do Programa de Pós-graduação em Justiça e Segurança. Assessora de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade na mesma instituição. Doutora em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1827-3678>. E-mail: anpaulasilva@id.uff.br